

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO EDUCAÇÃO E CIÊNCIA HUMANAS – CECH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ELITES POLÍTICAS DE MATO GROSSO: trajetórias,
práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964.

Larissa Rodrigues Vacari de Arruda

SÃO CARLOS -SP

2019

LARISSA RODRIGUES VACARI DE ARRUDA

ELITES POLÍTICAS DE MATO GROSSO: trajetórias, práticas políticas e
mudanças institucionais 1930-1964.

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciência Política, ao
Departamento Ciências Sociais da
Universidade Federal de São Carlos -
UFSCar, para obtenção do título de doutora
em Ciência Política.

Orientadora: Dr^a Maria Teresa Miceli
Kerbaui

São Carlos-SP

2019

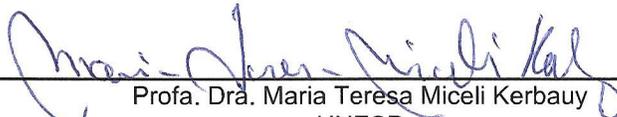


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Larissa Rodrigues Vacari de Arruda, realizada em 22/02/2019:



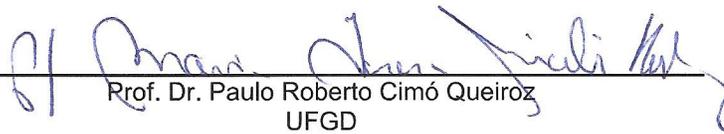
Prof. Dr. Maria Teresa Miceli Kerbauy
UNESP



Prof. Dr. Adriano Codato
UFPR



Prof. Dr. Paolo Ricci
USP



Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz
UFGD



Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro
UFSCar

AGRADECIMENTO

Várias pessoas e instituições possibilitaram a realização da tese, sou grata aos que cooperaram direta ou indiretamente para a feitura desse trabalho. Primeiramente, aos meus pais por incessantemente priorizarem nossa educação. Também pela compreensão dos meus familiares quando deixei Campo Grande, Mato Grosso do Sul, para estudar e concluir a graduação, mestrado e doutorado em São Paulo, especialmente minha mãe Lília, minha irmã Lisiane e minha tia Maria do Carmo. Aos meus avós Helenita e Antônio, cujas trajetórias nos motivam e inspiram. Dedico essa tese à toda minha família, além de sempre poder contar com eles, também me ensinaram e mostraram as diversidades brasileiras, as migrações que realizamos pelo país, seja pela profissão de militar de alguns deles ou em busca de melhores oportunidades, me fizeram perceber as singularidades e peculiaridades, bem como as desigualdades.

Quero agradecer o apoio de meu companheiro Ludolf em todos os momentos. Por todo o percurso desde o mestrado até aqui. Pela cumplicidade e paciência em todo o processo, pois ele igualmente escrevia sua tese de doutorado. Pelos comentários e discussões, valiosos apontamentos e indicações de literatura sobre os militares, pelas revisões desse texto.

Sou grata à Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, que me acolheu nesses anos no interior paulista e aos meus professores pelas aulas e estímulo intelectual; assim como à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP, onde me graduei. Da mesma forma, foi reconfortante contar com os colegas em São Carlos, para discussões teóricas, para desenvolvermos projetos, organizarmos eventos e trabalharmos na Revista Agenda Política do PPGPOL-UFSCar, sobretudo pela amizade e parceria, em todas atividades realizadas.

Quero registrar a contribuição de vários pesquisadores e instituições durante a trajetória do doutorado. Ao professor Anthony Pereira que me orientou no *King's College London*, bem como por todo suporte proporcionado pela universidade à pesquisa acadêmica. Aos professores e colegas do *Brazil Institute* pela acolhida e pelas discussões sobre o Brasil. Ao professor Paulo Roberto Cimó Queiroz pelas aulas sobre história regional na UFGD, pelos debates, sugestões e os intrigantes apontamentos no exame de qualificação, também usadas na tese. Pelo incentivo e apoio ao meu trabalho, por ter fornecido documentos aqui utilizados, sobretudo pela compreensão da importância e o

compromisso de estimular os estudos sobre o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Também ao professor Eduardo G. Noronha pelas relevantes questões levantadas durante o exame de qualificação. Ao professor Renato Perissionotto pelas valiosas considerações em discussões em eventos. Agradeço também ao professor Flávio Heinz pelos preciosos apontamentos sobre a pesquisa de elites regionais e conselhos metodológicos, que utilizei aqui. De modo que possíveis equívocos realizados nesse trabalho são de minha inteira responsabilidade.

Sou profundamente agradecida por todas as instituições que me receberam quando realizei o levantamento das fontes. Em Cuiabá, Mato Grosso, aos atenciosos funcionários do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso -APEMT; ao Núcleo de Documentação e Informação de História Regional – NDIHR, da Universidade Federal de Mato Grosso -UFMT. À Casa Barão de Melgaço, que abriga o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso -IHGMT. À professora Elizabeth Siqueira Madureira que me orientou os arquivos da cidade. Além disso, pela compreensão da pesquisadora sobre a importância do acesso aos documentos públicos. No Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso – TRE-MT, agradeço à Lener Aparecida Galinari por gentilmente ter colaborado e cedido os arquivos disponíveis sobre as eleições do estado. Na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, no Instituto Memória do Poder Legislativo, aos solícitos funcionários, principalmente George e Paulo Coimbra por fazerem tudo ao seu alcance para obter os documentos, e especialmente Nara Lemos por ter localizado e fornecido os dados necessários.

Em Campo Grande - Mato Grosso do Sul, ao Arquivo Histórico de Campo Grande – ARCA pela presteza, agilidade e cordialidade, sobretudo à funcionária Lucia Helena, que me forneceu vários materiais prontamente. Em Dourados-MS, reconheço a importância do Centro de Documentação Regional – CDR, da Universidade Federal da Grande Dourados -UFGD para os estudos sobre a história dos dois estados. Finalmente, no Rio de Janeiro -RJ, agradeço ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas -FGV e a todos seus dedicados funcionários.

Meus sinceros agradecimentos à minha orientadora Prof.^a Dr.^a. Maria Teresa Miceli Kerbauy, com quem aprendi imensamente nesses anos desde a orientação no mestrado. Obrigada pelo apoio em cada passo e dificuldade, pela compreensão e incentivo, também pelas aulas e discussões sobre política brasileira. Sem dúvida, sua orientação foi essencial para essa pesquisa, como também impactou na minha formação.

Foi fundamental o suporte recebido pela FAPESP, desde o mestrado e no doutorado. (CONVÊNIO FAPESP/CAPES. Processo nº 2013/23178-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Graças à bolsa e a reserva técnica foi possível visitar as cidades referidas e participar de vários congressos, igualmente contei com bolsa de estágio pesquisa no exterior – BEPE, nº 2015/23791-9. "As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP".

Por fim, agradeço imensamente aos professores que participaram da minha banca de defesa de doutorado. Aos professores Dr.º Adriano Codato, Dr.º Paolo Ricci, Dr.º Paulo Roberto Cimó Queiroz e Dr.º Pedro Floriano Ribeiro.

RESUMO

O estado de Mato Grosso por um longo período correspondia a três unidades da Federação: os estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul. O extenso território tinha largas faixas de fronteira com a Bolívia e Paraguai. Cuiabá era a capital estadual. Historicamente, as regiões mato-grossenses tiveram ciclos econômicos, povoamento, sociedades e elites políticas distintas. Durante a Primeira República, políticos com atuação em Cuiabá governaram e controlaram os cargos e os recursos estaduais. A região Sul do estado se projetou economicamente, mas não tinha participação política e passou a questionar a situação. Após a Revolução de 1930 outra configuração da dinâmica regional se estabeleceu e o governo federal preteriu antigas oligarquias, como os Corrêa da Costa e esteve em interação com os Müller, isto porque o cuiabano Filinto Müller era o seu chefe de polícia do distrito federal. Os arranjos políticos não foram suficientemente analisados, e as poucas pesquisas realizadas não explicaram a relação entre as elites políticas e a relação destas com o governo federal, especialmente nos anos Vargas (1930-1945). Tendo em vista esta lacuna, a presente tese tem como objetivo examinar as especificidades das elites mato-grossenses e suas consequências para as práticas políticas no estado entre os anos de 1930-1964. Para isso, fez-se necessário caracterizar quem foram as elites. Depois de selecionado os grupos dirigentes, foi avaliada suas especificidades e verificada sua influência na política estadual. A pesquisa se fundamenta na seguinte pergunta: Quais foram os grupos que dirigiram a política de Mato Grosso de 1930 a 1964? O referencial teórico utilizado foi a Teoria das Elites, do Poder Local e o Neoinstitucionalismo Histórico. Esse estudo de caso se apoiou em fontes primárias, e empregou o método posicional para identificar os grupos dirigentes e o método prosopográfico para investigar a coesão desses indivíduos. Conduzir estudos sobre um estado se justifica, primeiro, em virtude da relevância dessas unidades como atores políticos, além disso ao examinar a relação de um estado com os demais é possível capturar o arranjo político nacional, já que ocupam posições diferentes na Federação. Ademais, proporciona maior compreensão de realidades brasileiras pouco analisadas, como também mostra peculiaridades do caso abordado. Considerar a trajetória da elite política de um estado constitui-se um modelo interpretativo para a compreensão de uma parte da totalidade brasileira, a fim de propiciar melhor o entendimento sobre a política nacional. O argumento desse estudo é de que as elites conseguiram êxito político nos períodos considerados à medida que se adaptaram e se reposicionaram a cada mudança institucional ocorrida em decorrência das alterações dos regimes políticos de 1930-1937, do Estado Novo de 1937-1945 e democratização em 1945-1964. Enquanto alguns atores habilidosamente se mantiveram nos cargos eletivos, outros não. A tese pretende ser uma contribuição para os estudos sobre Regionalismo, Poder Local e na compreensão da dinâmica política entre as elites no Brasil.

Palavras-chave: Elites Políticas. Mudanças Institucionais. Regionalismo.

ABSTRACT

The state of Mato Grosso over extended periods of time corresponded to three units of the Federation, including the states of Rondônia and Mato Grosso do Sul. The extensive territory had long borders with Bolivia and Paraguay. Cuiabá was the capital. Historically, the regions of Mato Grosso had distinct economic cycles, occupation process, societies, and political elites. During the First Republic, those who had political careers in Cuiabá controlled the state public offices. The state's southern region was booming economically but had no political participation; consequently, the region claimed for it. After the 1930 Revolution another regional dynamic configuration was established, and the federal government overthrew old oligarchies such as Corrêa da Costa and promoted the Müllers, whose member Filinto Müller was the chief of police of the Federal District. It is still not known whether about political arrangements and the few studies did not elucidate the configuration among the political elites, especially in the Vargas years (1930-1945). In view of this shortcoming, this thesis aims to examine the specificities of the Mato Grosso's elites and their consequences for political practices in the state between the years 1930-1964. For this, it was necessary to characterize who the elites were. After selecting the ruling class, their specificities were evaluated and their influence in the state politics was verified. The research is based on the following question: Which were the groups that directed the politics of Mato Grosso from 1930 to 1964? The theoretical approach used is Elite Theory, Community Power Structure studies, and Historical Institutionalism. This case study relies on primary sources and use positional and prosopography method. To conduct research about states is justify by the relevance of theses unities as political actors. Moreover, the relations among states can expose the dynamics of political national configuration. Furthermore, we can understand better the Brazilians states specially those less studied. Comparing states is an interpretative model to boost knowledge about the whole national politics. The argument of this study is that the elites achieved political success in the considered period as they adapted and repositioned themselves to each institutional change that occurred as a result of the alterations of the political regimes of 1930-1937, the *Estado Novo* of 1937-1945 and democratization in 1945-1964. While some actors skilfully maintained their elective offices, others did not. The thesis intends to be a contribution to the studies on Regionalism, Community Power Structure and the understanding of the political dynamics among the elites in Brazil.

Keyword: Political Elites. Institutional Changes. Regionalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Brasil em 1940 e 2018.....	20
Mapa 2 - Trajetória da ferrovia Noroeste	21
Mapa 3 – Centro Oeste Atual	22
Mapa 4 - Territórios Federais 1943-1946.....	23
Mapa 5 - Mato Grosso 1923	27
Mapa 6- Bacia platina.....	59
Figura 1- Casa dos governadores em Cuiabá	103
Figura 2 - Genealogia Ponce e Müller	171
Figura 3 - Genealogia Corrêa da Costa	187
Figura 4 - Genealogia Barbosa Martins.....	197
Gráfico 1- Dinastias Políticas	139
Gráfico 2 – Gerações de Políticos em função dos anos de nascimento.....	142
Quadro 1- População de Mato Grosso e da Capital 1872- 1920	67
Quadro 2- Projetos apresentados pelos municípios em 1939-1942.....	101
Quadro 3 - Receita estadual de exportação 1940	104
Quadro 4 - Votantes por região do estado de Mato Grosso 1945-1965	105
Quadro 5 - Votação em Mato Grosso para presidente 1945	116
Quadro 6 - Votação em Cuiabá para presidente 1945	116
Quadro 7 - Votação em Mato Grosso para Senado 1945	117
Quadro 8 - Votação em Mato Grosso para Câmara Federal 1945.....	117
Quadro 9 - Votação dos candidatos ao governo estadual 1947	122
Quadro 10 - Votação dos candidatos ao Senado 1947	123
Quadro 11 - Votação dos candidatos à Câmara Federal 1947.....	123
Quadro 12 - Votação dos candidatos ao governo de Mato Grosso 1950	126
Quadro 13 - Votação dos candidatos ao Senado 1950	127
Quadro 14 - Votação dos eleitos à Câmara Federal 1950	127
Quadro 15 - Votação dos candidatos ao Senado 1954	129
Quadro 16 - Votação dos eleitos à Câmara Federal 1954	129
Quadro 17 - Votação dos candidatos ao governo de Mato Grosso 1955	130

Quadro 18 - Votação dos candidatos ao governo nos municípios 1955.....	130
Quadro 19 - Votação dos candidatos ao Senado 1958	131
Quadro 20 - Votação dos eleitos à Câmara Federal 1958	131
Quadro 21 - Votação dos candidatos ao governo de Mato Grosso 1960	132
Quadro 22 - Votação dos candidatos ao governo nos municípios 1960.....	133
Quadro 23 - Votação dos candidatos ao Senado 1962	133
Quadro 24 - Votação dos eleitos à Câmara Federal 1962	134
Quadro 25 - Local de Nascimento e Base de atuação da Classe Dirigente 1930-1964	143
Quadro 26 - Curso de Formação e Local do Ensino Superior.....	146
Quadro 27 - Local de Nascimento dos Deputados estaduais 1945-66	150
Quadro 28 – Votação obtida pelos partidos na Assembleia de Mato Grosso 1945-62	150
Quadro 29 - Profissão Deputados estaduais 1947-1966.....	151
Quadro 30 - Trajetória política dos governadores 1900-1964.....	154
Quadro 31 - Distribuição por idade e posto dos governadores/interventores	155
Quadro 32 - Trajetória educacional e profissional de governadores	156
Quadro 33 - Trajetória política Senadores 1900-1964	157
Quadro 34 - Distribuição por idade e posto dos Senadores 1900-1964	158
Quadro 35 - Trajetória educacional e profissional de Senadores 1889-1964.....	159
Quadro 36 - Local de Nascimento e Base de atuação dos Deputados Federais 1930-1964	160
Quadro 37 - Trajetória política dos Deputados Federais 1900-1964.....	161
Quadro 38 - Distribuição segundo idade dos deputados federais 1900-1964	162
Quadro 39 - Trajetória profissional dos deputados federais.....	162
Quadro 40 - Profissão dos deputados federais 1930-1964	163

LISTA DE SIGLAS

AFM- Arquivo Filinto Müller
AIB- Ação Integralista Brasileira
APEMT - Arquivo Público do Estado de Mato Grosso
CER- Comissão Estradas e Rodagem
CNT- Conselho Nacional do Trabalho
CDR- Centro de Documentação Regional da UFGD
DHBB- Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro
IHGMS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul
IHGMT: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
PRC- Partido Republicano Constitucional
PRMG- Partido Republicano de Mato-Grossense
PDMG- Partido Democrata Mato-Grossense
PRP- Partido Republicano Paulista
PCB- Partido Comunista Brasileiro
PL- Partido Liberal Mato-Grossense
PC- Partido Constitucionalista
PP- Partido Progressista
PE- Partido Evolucionista
PRM- Partido Republicano Mato-Grossense
PSD- Partido Social Progressista
PTB- Partido Trabalhista Brasileiro
PSP- Partido Social Progressista
PRP- Partido Representação Popular
PR - Partido Republicano
UDN- União Democrática Nacional
PST- Partido Social Trabalhista
PTN- Partido Trabalhista Nacional
MDB- Movimento Democrático Brasileiro
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira
PDS- Partido Democrático Social

PDT- Partido Democrático Trabalhista

TCE- Tribunal de Contas do Estado

TRE- Tribunal Regional Eleitoral

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1- Introdução.....	14
2- A pesquisa histórica sobre elites políticas.....	34
2.1- A Historiografia de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	34
2.2- Metodologia	40
2.2.1 – Desenho de Pesquisa	51
3. As práticas políticas: do governo Vargas no período de 1930 a 1945	56
3.1- Configuração Socioeconômica	57
3.2. As elites políticas na Primeira República	62
3.3- Anos Vargas: 1930-1937	68
3.4- Estado Novo 1937-1945	98
4- As práticas política do período de 1945 a 1964	106
5- As Elites Mato-Grossenses.....	137
5.1- Classe Dirigente.....	138
5.2- Padrões de Carreira.....	148
5.2.1- Deputados estaduais.....	149
5.2.2- Governadores/Interventores.....	153
5.2.3- Senadores da República	156
5.2.4- Deputados federais.....	160
5.3- As elites políticas.....	164
5.3.1 – João Escolástico Villasbôas	167
5.3.2- Müller e Ponce	171
5.3.3- Corrêa da Costa.....	186
5.3.4- Arnaldo Estevão de Figueiredo	193
5.3.5- Barbosa Martins	196
6- Considerações Finais.....	202
Referências	215
Apêndice – Fichas Biográficas da Classe Dirigente.....	231

1- Introdução

“Na rua, ao virem de S. Clemente, foi que Pedro ... pôde revelar à moça um segredo:
-Titia disse ... que seu pai vai ser nomeado presidente de província. [...]
- Então suponha só a metade – há presidência e que é Mato Grosso.
Flora teve um calafrio. Sem admitir a nomeação, tremeu ao nome da província.” (MACHADO DE ASSIS, 2016, p.143).

Nas primeiras décadas do século XX, vários intelectuais dedicaram-se a compreender o Brasil e discutir questões sobre Nação e identidade, em um momento de crescente nacionalismo. Alguns diagnosticaram o atraso em relação ao desenvolvimento europeu e apontaram como responsável pelos males do país o povo mestiço, o clima tropical e até a posição geográfica. (BOTELHO e SCHWARCZ, 2009). Enquanto outros pensadores romperam com estes argumentos e com o “racismo científico” preferindo uma fundamentação histórico-social, verificando a herança ibérica, como Freyre (1963), Holanda (2009), Duarte (1997), entre outros.

Uma importante contribuição para essa discussão foi a de Euclides da Cunha, seu clássico *Os Sertões*, de 1901, ofereceu uma outra perspectiva sobre o Brasil, impactando na construção da ideia de Nação. As condições geográficas estão no cerne de seu argumento de que o isolamento do sertanejo gerou o antagonismo entre o litoral e o sertão. O sertão era visto como espaço da barbárie, da supremacia da natureza sobre o homem, ao passo que no litoral encontrava-se a primazia civilizatória. (LIMA, 2009). Mas, Cunha (1901, p.187) acrescenta uma interpretação positiva aos Sertões, pois ali reside a originalidade brasileira enquanto os indivíduos nas cidades litorâneas estavam “[...] iludidos por uma civilização de empréstimos; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações.”

A noção de sertão e litoral marcou as discussões do pensamento político e social do período, como também impactou nos “projetos de construção da nacionalidade.” (LIMA, 2007). Para os intelectuais e políticos a percepção passou a ser:

... os *sertões da pátria* como uma fronteira entre civilização e barbárie dentro do próprio território nacional, que urgia fosse superada afim de acelerar o progresso do país e, ao mesmo tempo, como um terreno extremamente fértil para as representações em torno da ideia de nacionalidade. (GALETTI, 2000, grifo da autora).

Houve uma “valorização do sertão” e o governo brasileiro promoveu projetos de integração nacional, como a Comissão Rondon¹ e a construção de ferrovias. (LIMA, 2007). A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas se iniciou em 1907, no governo Afonso Penna e finalizou-se em 1915, percorrendo 1.947 quilômetros de Cuiabá, capital do Mato Grosso, até Santo Antônio da Madeira, atual Porto Velho-Rondônia. (MARTINS, 1963). Também nesse ano começou a construção da ferrovia Madeira-Mamoré ligando Guajará-Mirim -MT a Porto Velho. E desde 1905, a estrada de ferro Noroeste estava em obras, partia de Bauru- SP e percorreria o Mato Grosso até Porto Esperança, fronteira com a Bolívia. (QUEIROZ, 2004).

Estas medidas foram importantes, visto que o Oeste tinha incipiente conexão com o resto do Brasil. No caso de Mato Grosso, a integração era maior com os países vizinhos da bacia platina. Como o estado está localizado no interior do continente, a circulação de pessoas e notícias demorava, uma vez que a conexão era feita por via fluvial, sendo necessário perpassar os vizinhos Paraguai, Argentina e Uruguai. A delonga nos meios de comunicação, segundo Rosa (1962), um morador da cidade fronteira de Ponta Porã-MS, fazia com que ele optasse por receber correspondências pelo Paraguai.

Realmente a integração entre as regiões brasileiras era frágil até na Primeira República (1899-1930), como também a economia não estava interligada. Sem conexão, os ciclos econômicos dispersos pelo território concentravam as riquezas em determinado local e não repercutiam por toda extensão nacional, como também as crises e os declínios. A falta de ligação entre as atividades regionais ocorria porque a economia brasileira era voltada para o mercado externo. (FAUSTO, 1978).

¹ Candido Mariano da Silva nasceu em 1865, nas terras do Mimoso próximo ao município de Barão de Melgaço -Mato Grosso. Seu pai havia falecido antes de seu nascimento e sua mãe faleceu quando tinha dois anos, era criado pelo avô materno. Seu tio paterno, Manuel Rondon, de uma família mato-grossense bem estabelecida, levou Candido para estudar em Cuiabá. Ele formou-se no Liceu Cuiabano com 16 anos. Como não existia faculdade no estado, à época, Candido optou por entrar no Exército. Manuel Rondon o registrou como seu filho com objetivo de que ele ingressasse com mais graduada patente, ao invés de entrar na Guarda Nacional como praça-de-pré, entrou como cadete. Estudou na Escola Militar da Corte, obtendo o título de Bacharel em Matemática e Ciências Naturais. Em 1891, Rondon participou como ajudante da comissão que ligou por via telegráfica Cuiabá ao Araguaia. Em 1892, retornou ao estado como chefe de distrito para consolidar as linhas telegráficas, implantou a nova rede em cidades de fronteira que se estendeu por 1.746 quilômetros alcançando Corumbá, Porto Murtinho, Bela Vista e Cáceres. O empreendimento foi finalizado em 1906. Em 1907, o presidente Afonso Penna o convidou para construir os telégrafos na Amazônia, ligando Cuiabá a Manaus- AM. No percurso, Rondon estabeleceu contato com tribos indígenas, descobriu erros na cartografia e atualizou o conhecimento sobre a geografia. (MARTINS, 1963). A expedição foi filmada e exibida nos centros urbanos brasileiros e nos Estados Unidos.

As últimas questões de fronteiras foram resolvidas na gestão do Barão de Rio Branco à frente do Itamaraty (1902-1912)². Mas o território brasileiro era marcado por nítidas diferenciações entre as partes. Como o país por longo tempo teve frágil conexão, diversos contextos regionais específicos se distinguiram, portanto, era preciso considerar os locais fora controle estatal e integrar o interior. Tal cenário, na visão de Francisco Campos (2001), Oliveira Vianna (1939) e Azevedo Amaral (2002) levaria ao risco de fragmentação do território, em razão da descentralização da Primeira República. Portanto, o Estado precisava criar a Nação.

A definição das fronteiras foi um passo significativo para construção da identidade nacional. Isto porque a delimitação separava os cidadãos brasileiros dos estrangeiros. (GALLETI, 2000). Mas, dentro do território nacional existia uma divisão, uma relação de alteridade entre as regiões identificadas como símbolo do progresso e o “Brasil profundo” permeado pelo atraso e incivilidade. Deve-se ressaltar que ambos polos têm lados positivos e negativos, o litoral abarca as normas civilizatórias, ainda que considerados os “copistas” dos costumes europeus, enquanto no sertão reside a essência originalidade brasileira. (CUNHA, 1901).

Por esse ângulo, o estado de Mato Grosso poderia ser caracterizado como um sertão. Por longo período, foi uma área “[...] considerada como exílio” (PONCE FILHO, 1958, p. 62), uma “[...] terra de castigo, definida por isso mesmo, por Euclides da Cunha, como sendo a “Sibéria canicular do funcionalismo civil e militar do Brasil” (MARTINS, s/d, p.37), pois o governo federal enviava para ali os opositores. Estas ideias negativas, em parte relacionadas ao incógnito, mas também construídas graças às diferenças de desenvolvimento regional e ao relativo isolamento.

Do mesmo modo, contribuía para a imagem associada à barbárie, as lutas armadas travadas entre as elites mato-grossenses durante a Primeira República. Como em todo Brasil, os pequenos grupos conduziram a política estadual; por outro lado, a população não participava da vida política, em uma longa experiência de alheamento. (DUARTE, 2007; FERNANDES, 2008).

No Mato Grosso as oligarquias lutaram em 1892, 1899, 1906, nessa última o governador em exercício foi assassinado. Grosso modo, as disputas ocorreram em torno

² Em 1903, Brasil e Bolívia assinaram o Tratado de Petrópolis, o país incorporaria o Acre, uma região habitada por nordestinos em razão da extração da borracha. Em troca, parte de terras de Mato Grosso iria para Bolívia e também o governo brasileiro construiria uma ferrovia próximo à fronteira, a Madeira-Mamoré. (CERVO E BUENO, 2008).

do líder local Generoso Ponce contra Joaquim Murtinho. Generoso Ponce contava com apoio da maioria dos grupos no estado, como os irmãos Antônio e Pedro Celestino Corrêa da Costa. Mas Joaquim Murtinho, tinha conexões no âmbito federal, pois tinha sido ministro da Fazenda do governo Campos Salles e senador da República. Após a morte dos dois políticos, o confronto persistiu entre Pedro Celestino e o senador Antônio Azeredo e outra luta armada em 1916 levou a intervenção federal no estado em 1917.

Algumas destas elites tiveram longos predomínios na política mato-grossense, por vezes elas se constituíam de famílias. As oligarquias³ se revezaram no exercício dos cargos eletivos ou por nomeação, algumas notórias, como os Corrêa da Costa que exerceram cargos públicos desde o Império.⁴ Outra parte desta família eram os Müller, composta por Filinto Müller, chefe da polícia do distrito federal do presidente Vargas, bem como seus irmãos Felon, Júlio Müller e o cunhado deste, João Ponce de Arruda.

A Revolução de 1930 tinha entre seus objetivos diminuir a influência destas oligarquias regionais, e sua relação com o governo Vargas ocorreu de maneiras distintas. Em São Paulo, maiores contestações ao governo federal aconteceram e os paulistas mantiveram uma bancada legislativa de oposição mais coesa na Constituinte de 1934 (GOMES, LOSO, COELHO, 1980), enquanto os grupos pernambucanos aderiram e defenderam o governo Vargas, pelo temor ao retorno do modelo anterior da Primeira República. (PANDOLFI, 1980). No Rio Grande do Sul uma configuração específica desenrolou-se devido à tensão entre os gaúchos do governo e as oligarquias reivindicando maior participação política (CASTRO, 1980). A situação de Minas Gerais também foi peculiar, os mineiros apoiaram a Revolução de 1930, mas as oligarquias queriam o retorno ao pacto republicano (a política café com leite) e várias vezes o governo federal interferiu nas questões políticas mineiras (BOMENY, 1980). A relação entre os grupos e

³ Segundo Carone (1970), no Brasil o conceito de oligarquia, governo da minoria, ganhou significado de um governo baseado na estrutura familiar. A diferença de um coronel para um oligarca é a magnitude de sua esfera de influência, o coronel atua no âmbito local, e o oligarca tem alcance estadual.

⁴ O primeiro político da família foi Antônio Corrêa da Costa nomeado presidente de província de Mato Grosso durante a Regência 1831, depois em 1840, e em 1842-43. Seus netos: Antônio, Pedro Celestino, Luís e Jonas assumiram diversos cargos no Executivo estadual e Legislativo federal. Na República, Antônio foi presidente do estado de 1895 a 1898. Pedro Celestino Corrêa da Costa foi presidente de 1908 a 1911 e, novamente de 1922 a 1924. Luís Adolfo, primo deste, foi senador. A terceira geração de políticos compunha-se de Mario Corrêa da Costa, filho de Antônio, governou durante 1926 a 1930 e também de 1935 a 1937, com auxílio de seu irmão Waldomiro. Fernando Corrêa da Costa, filho de Pedro Celestino, governou entre 1951 a 1956 e de 1961 a 1966. Outro filho de Pedro Celestino, Ytório Corrêa foi prefeito e deputado federal. Em 1971, assumiu o governo de Mato Grosso, José Fragelli (1971-1976), sendo sua esposa sobrinha de Fernando. (BORGES, 2007; CORRÊA FILHO, 1945; PÓVOAS, 1977). Em 2018, a deputada federal Tereza Cristina Corrêa da Costa, neta de Fernando Corrêa, foi reeleita por Mato Grosso do Sul, como também indicada como Ministra da Agricultura pelo do governo eleito.

o governo não foi satisfatoriamente compreendida sobre o estado de Mato Grosso.

A literatura sobre a política do estado de Mato Grosso nesse período é pequena, com várias questões não investigadas. No período entre 1930-1937, o estado teve dez governantes. Em 1935, Mário Corrêa da Costa foi eleito governador, mas não finalizou o mandato. Em março de 1937, o governo decretou intervenção federal no estado. O que teria levado a esses eventos? Como foi a relação entre as elites mato-grossenses e o governo Vargas? Como ocorreu a composição dos grupos tendo como referência os interventores nomeados? Quais eram os partidos políticos e quais seus participantes? Por que Mato Grosso teve dez governantes entre 1930-1937? Como os grupos se configuraram no Estado Novo? As mudanças de regime afetaram as elites? Foram elas sempre as mesmas? Ou houve renovação?

Outro ponto ainda não compreendido totalmente se refere quanto à própria configuração e composição entre as elites, tendo em vista o Regionalismo. O Regionalismo é uma pauta de comportamento político característico do federalismo, em que os atores regionais aceitam a existência do Estado-Nação, mas buscam o favoritismo econômico (LOVE, 1993). Love e Wirth definiram o Regionalismo tendo em vista a configuração política de 1889-1937:

O Regionalismo é definido como um comportamento (político) caracterizado, de um lado, pela aceitação de uma unidade política mais abrangente, mas, de outro, pela busca de um certo favoritismo e de uma certa autonomia de decisão (em matéria política e econômica), mesmo ao risco de pôr em perigo a legitimação do sistema político vigente. (LOVE, 1982, p.11; WIRTH, 1982, p.31).

O Estado⁵ precisa ter uma situação federalista para a formação de uma Federação. A situação federalista tem duas características: 1) A existência de diversidades que causam diferenciações entre as partes. Por exemplo, derivadas de um extenso território, de diversidades étnicas e/ou linguísticas, de desigualdades econômicas regionais, de diferenças culturais ou rivalidades entre elites. Um país com estas características opta pelo federalismo para resolver tais heterogeneidades ou pode correr o risco de se

⁵ De acordo com Tilly (1996, p.47), o Estado-nação é diferente de Estado nacional. Os Estados nacionais foram “[...] aqueles [que] governam múltiplas regiões adjacentes e as suas cidades por intermédio de estruturas centralizadas, diferenciadas e autônomas – surgiram muito raramente. A maioria deles eram não-nacionais: impérios, cidades-estados, ou algo semelhante” (Tilly 1996, p. 47). Enquanto o Estado-Nação é uma situação na qual “[...] o povo compartilha uma forte identidade linguística, religiosa e simbólica.” Segundo sua teoria da formação do Estado moderno diferentes combinações entre coerção e capital resultaram em diferentes tipos de Estado. Dado que o capitalismo se desenvolveu na Europa depois de 1500, a acumulação e concentração de capital produziram cidades, sendo elas lócus de acumulação de capital. E o lócus da coerção é o Estado.

fragmentar. 2) Os grupos que entendam e fazem a defesa da pauta da “unidade na diversidade”, desde que a autonomia seja assegurada e se mantenha a integridade territorial do país. (ABRUCIO, 2005).

O arranjo federativo é uma parceria regulada por um pacto (com definição escrita em uma Constituição) de divisão de poder entre os entes federados⁶, estabelecendo os termos do poder compartilhado e a divisão de poder em bases territoriais. A soberania compartilhada deve garantir autonomia e interdependência entre governos (*self rule plus shared rule*). (ABRUCIO, 2005). Segundo Burgess (2006) federação é um tipo singular de Estado, uma forma organizacional particular ou um “fato institucional” com objetivo de acomodar os entes federados no processo de tomada decisões nacionais.

No Brasil, a Constituição de 1891 adotou a forma federativa, o que foi um rompimento em relação ao unitarismo monárquico. Os políticos optaram pelo pacto federativo devido à insatisfação das elites regionais com o centralismo Império. Mas, o federalismo brasileiro era, à época, desequilibrado e as unidades da Federação não tinham o mesmo peso político e econômico na Federação (ABRUCIO, 1998; CAMARGO, 1993; LOVE, 1993).

Também é preciso definir região, aqui entendida como a “parte de uma unidade maior e interdependente com outras regiões que constituem, com ela, a unidade maior”, também uma “unidade composta de subunidades (sub-regiões) contíguas”. A região é capaz de gerar fidelidades (LOVE, 1982, p.11; WIRTH, 1982, p.31), bem como identidades em uma relação de alteridade. Nesse sentido, o Regionalismo aqui é tratado dentro do estado de Mato Grosso entre suas sub-regiões. As regiões dentro do extenso território se diferenciaram e os grupos políticos a elas vinculados disputaram o predomínio político estadual, a disputa também poderia perpassar por rivalidades regionais.

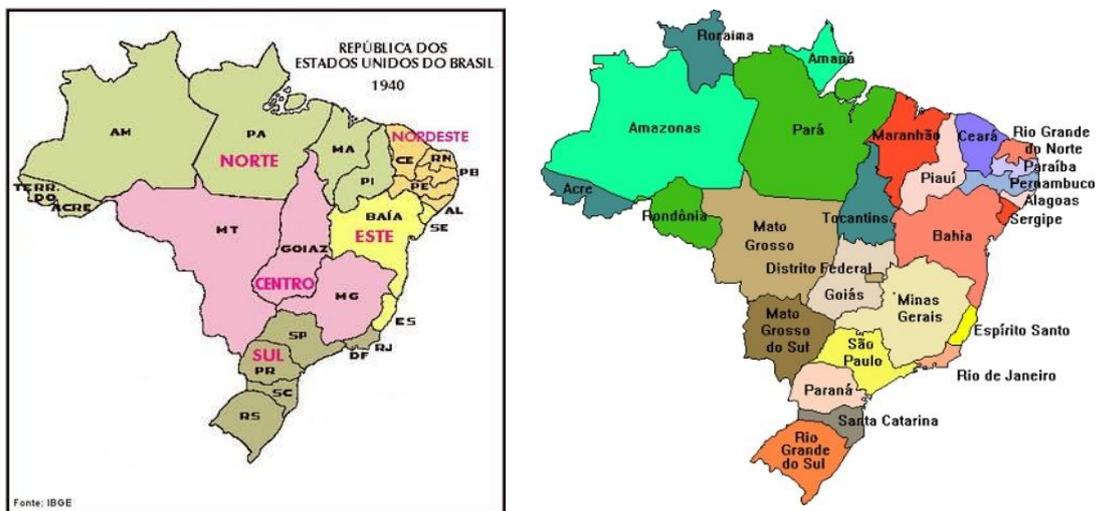
A partir dessas considerações, entendemos o Regionalismo no caso tratado como um comportamento político, que envolveu a busca pelo controle dos cargos públicos, pela decisão sobre os investimentos e recursos públicos e por benefícios econômicos. Em última instância o objetivo era o controle político estadual.

O estado abrangia, à época, extenso território, como pode ser observado no mapa abaixo. E o Regionalismo sempre esteve presente, as elites vinculadas às regiões ou cidades rivalizaram e disputaram o predomínio estadual. Em alguns momentos, grupos

⁶ Segundo a Constituição Federal de 1988, os entes federados são União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (BRASIL, 1988).

sugeriram a divisão de Mato Grosso através da criação de um novo estado ou de território federal. O movimento pela divisão, conhecido como divisionismo, foi diferente do Regionalismo, embora estivessem relacionados. O divisionismo tem trajetória não linear própria, enquanto o Regionalismo sempre esteve presente.

Mapa 1 - Brasil em 1940 e 2018



Fonte: IBGE

A reivindicação divisionista mais consistente vinha do Sul de Mato Grosso, esta parte desde a Primeira República apresentava um desenvolvimento econômico crescente. Por fim, consolidou-se como polo econômico mais dinâmico do estado graças a atividades ligadas à extração da erva-mate e principalmente pela pecuária de corte. Como a distribuição da população acompanha a do capital (TILLY, 1996), a partir de 1945, a região era a mais populosa do estado. Além disso, dois pontos significativos diferenciaram a parte Sul do resto do estado: a ferrovia Noroeste e a presença da Circunscrição Militar.

Como citado, a ferrovia Noroeste ligava Bauru – SP a Porto Esperança – MT e depois alcançou Corumbá, conforme mapa abaixo. Era um projeto estratégico antigo do Império brasileiro de promover a ligação entre o oceano Atlântico e Pacífico. Para o Mato Grosso, com pouca conexão com o resto do país, o papel de integração nacional promovido pela estrada de ferro foi relevante. Além disso, a questão da ferrovia trazia uma celeuma para as elites, pois, por boa parte do século XX, os cuiabanos almejavam ter na capital esse transporte. Inicialmente, a Noroeste iria passar por Cuiabá, mas como era uma concessão federal, o governo de Afonso Pena decidiu que era conveniente aos interesses federais mudar a rota para o Sul. No percurso da Noroeste estava a cidade de

decisões, que beneficiaram Campo Grande, foram tomadas baseadas em uma política militar sem a influência da política local.

Mapa 3 – Centro Oeste Atual



Fonte: <http://geografalando.blogspot.com.br/2013/03/grandeza-escalar-escolha-de-uma-escala.html>
Acesso 12/07/2017

A ferrovia e os militares foram elementos importantes no desenvolvimento na cidade. Por causa da Noroeste, a região Sul ficou mais integrada ao estado de São Paulo. Por exemplo, os movimentos tenentistas e toda a movimentação política da década de 1920 repercutiam na região Sul de forma mais consistente. Apesar da região Sul ter maior dinamismo econômico, os sulistas não tinham participação política. Na década de 1920, os sulistas, principalmente os campo-grandenses, reivindicaram maior participação política e questionaram a posição de Cuiabá como capital do estado. Os cuiabanos acreditavam que a mudança da capital poderia acontecer. (GALETTI, 2000; QUEIROZ, 2004)

Os cuiabanos mantiveram a hegemonia política, controlavam os postos e os recursos estaduais quase que exclusivamente até a Primeira República. (FANAIA, 2010). Por longo período, a política de Mato Grosso foi conduzida pelos nascidos e com base de atuação na zona central, sobretudo os cuiabanos. O desequilíbrio político e econômico entre as regiões levou às pautas divisionistas.

Segundo literatura, o divisionismo surgiu durante a Primeira República. (CORRÊA, 2006). Em 1892, na cidade de Corumbá, os militares reivindicaram separação do Brasil, o episódio foi um momento extremado daquela conjuntura política, sem maior planejamento e convicções separatistas (ARRUDA, 2015). Segundo Corrêa (2006), os coronéis da região Sul perceberam que a luta pelo predomínio político estadual era acirrada e de controle exclusivo dos cuiabanos e propuseram a ideia da criação de um estado, com objetivo de exercer seu mando exclusivamente. A pesquisa de Bittar (2009) aponta que nesse momento não existia um movimento organizado, apenas o desejo da separação.

Acrescenta-se à questão do Regionalismo e divisionismo, as várias modificações territoriais no século XX. Em 1943, o Estado Novo criou vários Territórios federais pelo país, em Mato Grosso retirou duas porções que formaram o Território Federal do Guaporé, ao noroeste, e o Território Federal de Ponta Porã, na parte ao Sul do estado. O território federal de Ponta Porã foi reintegrado em 1946 e do Guaporé não retornou mais, em 1981 foi transformado no estado de Rondônia. Outra redefinição, a Ditadura Militar em 1977 criou o novo estado de Mato Grosso do Sul. Portanto, durante o período estudado o espaço geográfico circunscrevia três unidades da federação.

Mapa 4 - Territórios Federais 1943-1946



Fonte: www.sohistoria.com.br

O fato de a Ditadura Militar criar um estado sem consultar os mato-grossenses levou os pesquisadores a realizarem pesquisas a fim de entender se havia alguma base social para a separação. Esses estudos trataram o divisionismo como explicação para a política mato-grossense. Outras variáveis explicativas foram pouco investigadas. A

compreensão da dinâmica do poder ficou limitada, por vezes, recaindo em polarizações e omissões. Tendo em vista esta lacuna, a presente tese investiga a atuação das elites mato-grossenses nos anos de 1930-1964. Nossa proposta é analisar a configuração do poder que envolveu vários âmbitos em disputa, com ritmos diferentes de renovação e composição das elites.

Esta escolha também se justifica em razão desta pesquisa ser uma continuidade da pesquisa desenvolvida no mestrado, cujo tema foram as elites mato-grossenses durante os anos de 1889-1906. E também em virtude de a periodização permitir a comparação entre os períodos da “República Nova” 1930 a 1937, do Estado Novo de 1937-1945 e a democratização de 1945-1964.

A periodização proposta tem início em um momento significativo no Ocidente devido às mudanças decorrentes da crise 1929. No Brasil, 1930 foi uma data de inflexão, quando se iniciou uma lenta alteração de seu papel na divisão internacional do trabalho, como fornecedor de produtos primários (SINGER, 2009), a partir do processo de industrialização a fim de substituir as importações. (FURTADO, 2007). Mas principalmente, um marco de mudanças sociais e políticas.

Para verificar o papel das elites políticas, a tese parte da seguinte pergunta de pesquisa: Quais foram os grupos que dirigiram a política de Mato Grosso de 1930 a 1964? A hipótese central é a de que poucas famílias protagonizaram o comando político estadual em todo período abordado.

Segundo o ex-governador José Fragelli (1971-1975), filho do deputado estadual Nicolau Fragelli: “[...] então eu tive, como quase todos nós naquele tempo, Wilson [Barbosa] Martins, Lucrécio Barbosa Martins, Paulo [Coelho] Machado, todos nós nos sentimos quase na obrigação de entrar para política.” (*apud* BORGES, 2007, p.60). Para entender a relação entre famílias e política utilizamos a definição de Bourdieu (2008, p.31) de Dinastias Políticas. O autor abordou a questão ao tratar dos países escandinavos, nos quais uma elite estava no poder “há várias gerações”, isto ocorria quando o capital social mobilizado em sindicatos e partidos “[...] transmitiu-se através das redes de relações familiares, que levam à constituição de verdadeiras dinastias políticas.” Segundo Bourdieu capital social é:

[...] o agregado dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos mais ou menos institucionalizadas. Em outras palavras, ser membro de um grupo proporciona a cada um de seus membros todo o suporte de capital possuído coletivamente; uma “credencial” que os habilita para o crédito, nos vários

sentidos da palavra. [...] Assim o volume de capital possuído por um determinado agente depende do tamanho da rede de conexões que pode mobilizar efetivamente e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído por direito próprio por cada um daqueles a quem está conectado. (BOURDIEU, 1999, p. 14).

O capital social são os recursos mobilizados pelo indivíduo através da rede de relações para um determinado objetivo de seu interesse e a amplitude desse capital depende do tamanho da rede e da abrangência dos recursos dos membros. Outra forma de compreender o conceito é a de Robert Putnam (2006). Em sua pesquisa acompanhou e analisou o desenvolvimento institucional das diversas regiões italianas por vinte anos. A utilização do conceito se relaciona com a noção de cultura cívica, que é o interesse e a disposição do cidadão pelos assuntos públicos da comunidade e a consequente participação em associações coletivas. Resguardadas as críticas da associação entre os conceitos, a ideia relevante são as redes de cooperação e solidariedade possibilitadas pelo associativismo. (FIALHO, 2008).

O fenômeno dos indivíduos utilizarem rede de conexões familiares para manterem-se na vida política continua atual, de modo algum uma exclusividade mato-grossense ou de regiões específicas, muito menos do Brasil. Nesse sentido, nossa leitura vai ao encontro das considerações de Guimarães (2011), que avalia a persistência das Dinastias Políticas como um fenômeno a ser compreendido sem uma percepção moralista na qual essa ocorrência seria incompatível com a democracia. Esta visão não explica a atualidade e persistência das Dinastias Políticas. Então, ao invés de interpretar como um desvio ou anomia nas relações políticas, procuramos compreender de que maneira conseguiram longevidade. Também levamos em consideração a crítica de Carvalho (1968) sobre os estudos de poder local⁷, os quais investigavam apenas se o controle político era familiar ou não, desconsiderando outras possíveis relações.

Nessa lógica, o objetivo principal é analisar especificidades das elites mato-grossenses e suas consequências para as práticas políticas no estado durante os anos de 1930- 1964. Este objetivo se apoia nos seguintes objetivos específicos: 1º) Identificar as elites políticas do período, destacando as lideranças e possíveis hierarquizações. 2º) Analisar as especificidades dos grupos destacados, a partir de sua formação social e consolidação. 3º) Verificar a influência destes grupos na política estadual.

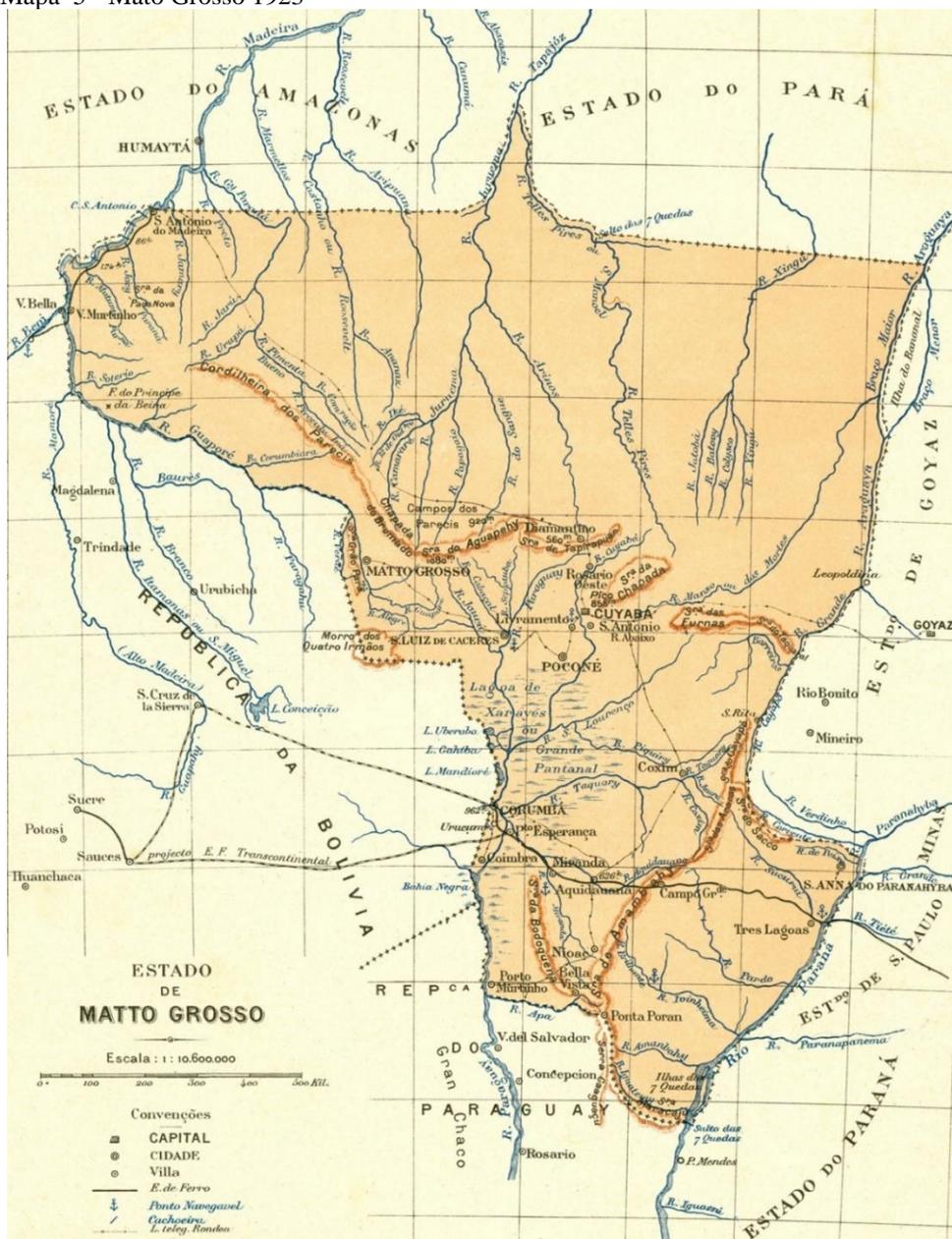
⁷ O Poder Local, entendido não somente como o espaço físico em si do município ou de uma região, é também uma rede de relações que se constituem de interesses específicos, ou seja, uma abstração socialmente construída. (FISCHER, 1992; SILVA, 2008).

Conduzir pesquisas sobre um estado se justifica uma vez que na periodização proposta eram os atores políticos importantes do cenário político brasileiro. Num contexto de descentralização da Primeira República e do desequilíbrio federativo foram foco da “própria organização política” (CAMARGO, 1980; LOVE, 1982; SNYDER, 2001; WIRTH, 1982, p.30). Apesar de mudanças nas configurações institucionais entre os períodos e da centralização do Estado Novo, a relevância dos estados persistiu com a democratização (ABRUCIO, 1998; SOUZA, 2006), como também o desequilíbrio federativo deixou marcas e consequências de longa duração de desigualdades políticas e econômicas entre regiões. Analisar a trajetória de um estado constitui-se em um modelo interpretativo que contribui na compreensão de um entendimento mais adequado da política brasileira no período.

Temos como premissa que o Brasil contém múltiplos contextos regionais, ainda não suficientemente analisados e compreendidos. Os entes subnacionais se caracterizam por dinâmicas próprias e não podem ser reduzidos a mera reprodução da esfera federal. (ABRUCIO, 1998; PIQUET e ALMEIDA, 2008; ROCHA e KERBAUY, 2014; SOUZA, 2006; TOMIO e RICCI, 2012 a; b). Os entes federados possuíam diferentes contextos, culturas, economias, práticas sociais e políticas, com distintos graus de desenvolvimento e sistemas partidários diversos. (LIMA JÚNIOR, 1983). Nessa perspectiva, a compreensão do funcionamento das partes/regiões/estados contribui para alcançar o entendimento do todo político e social brasileiro. Essa pesquisa oferece uma abordagem de um estado pouco analisado, expondo suas singularidades, também podendo contribuir para os debates da literatura sobre Regionalismo e Poder Local.

Para compreender a política de Mato Grosso, propomos a delimitação nas seguintes sub-regiões por faixas: 1) A faixa Norte, região de floresta Amazônica, com escassa população no período tratado. Faziam parte as cidades de Guajará-Mirim, na fronteira Oeste e Santo Antônio da Madeira, ambos no atual estado de Rondônia. Essa zona tem o povoamento mais recente e teve pouca participação política. 2) Na faixa média se encontram as cidades de povoamento mais antigo, no centro estão Cuiabá, Rosário Oeste, Livramento, Poconé e Santo Antônio do Rio Abaixo. Ao Oeste está Cáceres, na fronteira com a Bolívia. 3) A região Sul é considerada como atual delimitação do estado de Mato Grosso do Sul. Foi povoada depois da parte central. Ao Oeste, a cidade de Corumbá faz fronteira com Bolívia. No centro estão Aquidauana e Campo Grande. Ao Sul, na fronteira com Paraguai está Ponta Porã. Ao Leste encontra-se Paranaíba, na fronteira com Minas Gerais.

Mapa 5 - Mato Grosso 1923



Fonte: IBGE ⁸

Na década de 1930 a dinâmica política regional começou se alterar. Algumas lideranças formaram o Partido da União Liberal, criado em apoio ao Governo Provisório. (ABREU et al, 2010). Enquanto os opositores a Vargas criaram o Partido Constitucionalista – PC. (MENDONÇA, 1979a). Essa pesquisa elucida que outras agremiações surgiram na década, as duas principais foram o Partido Liberal Mato-Grossense - PLM, sob liderança de João Villasbôas e seu grupo formado por Estevão A.

⁸Disponível em < <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#205476>> Acesso em 01/12/2015.

Corrêa e Ytório Corrêa da Costa. E o Partido Evolucionista - PE, reuniu sulistas liderados por Vespasiano Barbosa Martins e as famílias cuiabanas Müller e Ponce, entre outros.

Com a democratização, a região Sul passou a ter maior participação política, mas a faixa Norte continuava excluída. A criação de partidos nacionais - como o Partido da Social Democrático -PSD, a União Democrática Nacional-UDN e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB-, levou a uma nova repactuação entre os grupos. O PSD mato-grossense era formado pelos Ponce-Müller e Arnaldo E. de Figueiredo. A UDN formada pelos irmãos Fernando e Ytório Corrêa da Costa, Vespasiano Barbosa Martins e João Villasbôas. Os dois partidos mantiveram um equilíbrio na maior parte das disputas eleitorais, enquanto o PTB teve um percurso ascendente, porém sem superar os dois outros partidos.

Por todo período considerado, as elites políticas tiveram que se adequar a cada mudança nas configurações institucionais.⁹ Sobreviveram devido à sua capacidade de adaptação, conforme as palavras de Getúlio Vargas esse reposicionamento constante foi uma necessidade:

No conceito que eu lhe repetia, e que ele [seu filho Luthero] encontrara nessas anotações ou referências, estava, como aplicação da teoria darwiniana, que vencer não é esmagar ou abater pela força todos os obstáculos que encontramos – **vencer é adaptar-se**. Como tivesse dúvidas sobre a significação da fórmula, expliquei-lhe: adaptar-se não é o conformismo, o servilismo ou a humilhação; adaptar-se quer dizer tomar a coloração do ambiente para melhor lutar. (apud ARÚJO, 2011, p.20, grifo nosso).

Ajustar-se constantemente às novas regras foi fundamental e a principal estratégia para conseguir permanecer na política por longos períodos. Aqueles que não perceberam o novo cenário e não se adequaram à nova realidade política encerraram suas carreiras. Os atores que conseguiram continuar na competição política tiveram que se acostumar com as regras democráticas, pois não tinham mais a amplitude decisória e o aparato repressivo proporcionado por um momento como ditadura do Estado Novo. Não poderiam controlar os resultados eleitorais e ainda tiveram que considerar os eleitores para atingir a vitória eleitoral. Portanto, as mudanças que ocorreram obrigaram os notáveis políticos da Primeira República e as lideranças estado-novistas a se transformar

⁹Na maior parte do tempo, as instituições implicam em persistência e estabilidade, mas também podem mudar. (THELEN and CONRAN, 2016, p.51). Para verificar como ocorre a mudança das instituições, os teóricos do institucionalismo utilizam dois conceitos: *critical junctures* e *gradual change*. *Critical junctures* são episódios rápidos que podem levar a uma gama de resultados que permaneceram por um razoável tempo (MAHONEY, MOHAMEDALI, NGUYEN; 2016), são momentos decisivos em que se escolhe uma trajetória diante de duas ou mais possibilidades, logo, são períodos de abertura para uma mudança institucional radical. (CAPOCCIA, 2016). Enquanto *gradual change* envolve pequenas alterações se acumulam no decorrer do tempo provocando um cenário totalmente novo.

e aceitar as novas regras da democratização. Por exemplo, Getúlio Vargas “... misturando discricção, magnanimidade e tato, aos poucos conseguiu mudar sua imagem, de Vargas, o ditador, para Vargas, o democrata.” (SKDMORE, 2010, p.108).

Como alguns fatos políticos não tinham sido abordados pelas pesquisas já realizadas, foi necessário a consulta em fontes primárias. A literatura também tratou a elite de forma imprecisa, não é explícito sua delimitação e as possíveis hierarquias, nem o método de identificação utilizado.

Para delimitar o grupo dirigente foi utilizado o método posicional, conforme Charles Wright Mills (1975). Foram selecionados 80 indivíduos e no Apêndice I encontra-se a ficha biográfica de cada um deles com as informações levantadas, em alguns casos o conjunto de informações é escasso, principalmente quando os políticos tiveram carreiras circunscritas ao âmbito estadual e municipal. Para analisar o conjunto de dados, o método prosopográfico foi usado para mostrar possíveis conexões entre os grupos.

A tese considera as práticas políticas das elites diante das limitações institucionais ao longo dos períodos, como também a configuração da classe dirigente. Na maior parte da periodização, os Müller e os Corrêa da Costa, competiram tendo como aliados João Villasbôas e seu grupo, Arnaldo Figueiredo e seus correligionários e Vespasiano Barbosa Martins liderando os sulistas. A cada mudança de regime político também se alterava as regras de recrutamento, em cada período um grupo diferente pôde competir, essas mudanças institucionais restringiram ou impulsionaram carreiras. Além disso, as mudanças no pacto federativo alteravam as relações entre a União e os estados, que impactava na relação entre o governo federal e Mato Grosso. As mudanças nas regras eleitorais também foram outro ponto que as elites tiveram de considerar. Portanto, as mudanças institucionais impuseram diferentes cenários que dificultaram ou impulsionaram a carreira política desses políticos.

A análise da configuração entre as elites e suas práticas (variável dependente), duas variáveis independentes foram consideradas: 1) configuração institucional e suas transformações; e 2) qualidades pessoais dos atores, tais como: a) carisma; b) habilidade em detectar as regras do jogo e empreender as melhores estratégias para atingir êxito político; c) capacidade de promover e manter coesão do grupo, a fim de atingir objetivo comum.

A hipótese é que as práticas das elites mato-grossenses estão relacionadas às mudanças institucionais ocorridas neste período, bem como por sua habilidade em se

adaptar aos novos cenários. As mudanças na configuração institucional limitaram ou possibilitaram o mando dos atores políticos e suas habilidades viabilizam a permanência na competição política.

A importância dos contextos institucionais e as mudanças das instituições para os resultados políticos foram destacados pela teoria do institucionalismo. (HALL e TAYLOR, 2003; NORTH, 2011; LEVI, 1991; STEINMO, 2008; THELEN e STEINMO, 1992; MAHOENEY e THELEN, 2009; TSEBELIS, 1998, entre outros). E as habilidades desenvolvidas pelos atores políticos foram tratadas por alguns teóricos. Dogan (1999), ao definir um político profissional, aponta que uma competência política consiste em exibir certas qualidades, não são habilidades inatingíveis, como por exemplo ter “boa” aparência, saber se expressar de maneira clara, capacidade de negociação, manter a palavra, etc.

Queiroz (2006, p.173-194) ao teorizar sobre os fundamentos da estrutura coronelística brasileira trata das habilidades pessoais do coronel. Primeiramente, o fundamental é ter confortável situação econômica, se um indivíduo não a tivesse, ainda que pertencesse a uma família de políticos, não seria coronel. Somente indivíduos com meios econômicos têm a capacidade de conceder “favores” aos demais. Mas a “parentela¹⁰” potencializava as possibilidades de um político. Além da fortuna e a família, outro ponto contribuía para ascensão de um coronel foi “a posse de qualidades pessoais inequívocas,” por exemplo, o carisma. Segundo Weber (2004b), carisma se constitui na habilidade de um indivíduo fazer sua vontade ser cumprida independente dos desejos dos subordinados.¹¹ Portanto, o pré-requisito era o econômico, as relações através da parentela incrementavam o mando e o coronel só seria um “grande chefe” se apresentasse “[...] aquela inexplicável qualidade que desperta a adesão afetiva dos homens, levando-os espontaneamente à obedecer, qualidade que concorria também para reforçar a solidariedade interna do grupo.” (QUEIROZ, 2006, p. 194).

¹⁰ “Entendemos por “parentela” brasileira uma grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes (isto é, que ultrapassam, o grupo pai-mãe-filhos), vivendo cada qual em sua moradia, regra geral economicamente independentes; as famílias podem se encontrar dispersas a grandes distâncias uma das outras; o afastamento geográfico não quebra a vitalidade dos laços, ou das obrigações recíprocas.” (QUEIROZ, 2006, p.184).

¹¹ “Ao contrário, o carisma conhece apenas determinações e limites imanentes. O portador do carisma assume as tarefas que considera adequadas e exige obediência e adesão em virtude de sua missão. Se as encontra, ou não, depende do êxito. Se aqueles aos quais ele se sente enviado não reconhecem sua missão, sua exigência fracassa. Se o reconhecem, é o senhor deles enquanto sabe manter seu reconhecimento mediante “provas”. Mas, neste caso, não deduz seu “direito” da vontade deles, à maneira de uma eleição; ao contrário, o reconhecimento do carismaticamente qualificado é o dever daqueles aos quais se dirige sua missão.” (WEBER, 2004b, p.384).

Outra qualidade importante foi conseguir promover união da elite. Alguns teóricos abordaram o tema (BAYLIS, 2012; COTTA, 2012; DOGAN and HIGLEY, 1992; GULBRANDSEN, 2012; PUTNAM, 1976) e desenvolveram a noção de Schumpeter (1984) de que as elites asseguram a estabilidade democrática. Dogan e Higley (1998) realizaram pesquisas sobre a relação entre elites, crises e mudanças de regimes. Para os autores, os regimes políticos democráticos ou autoritários mudam devido as crises e a atuação das elites. Algumas crises – por exemplo, conquista da independência, derrota na guerra, Revolução-, podem causar alteração de regime quando o confronto entre as elites provoca mudanças em sua composição (*Political crisis - Elite change – regime change*). Hoffmann-Lange (1998) atesta a relação para a Alemanha no período da Primeira Guerra até a queda do muro de Berlim, igualmente, Wasilewski (1998) comprova as diferentes composições para os casos de Polônia, Rússia e Hungria.

Na interpretação dos autores a forma como as elites se relacionam tem consequências para as democracias. As elites podem ser unidas ou desunidas. Quando 1) as elites são desunidas: não concordam nem mesmo sobre o valor das instituições políticas e sobre interpretação das regras estão em constante disputa. O ambiente é de desconfiança e insegurança, pois os grupos mergulham em lutas pelo poder e podem envolver conflitos violentos. Logo, as elites desunidas produzem uma sucessão de regimes autoritários, por vezes algum período curto democrático, mas com instabilidades.

Por outro lado, podem ser unidas através de uma ideologia ou um consenso. 2) *Ideocratically united political elite* – quando os grupos compartilham a mesma ideologia, credo religioso, étnico ou nacionalista. As elites unidas por um mesmo ideário promovem um estável regime totalitário. 3) *Consensually united political elite* – nessa sociedade existem várias ideologias, movimentos políticos, crenças e partidos que competem entre si. O relevante é aceitação e o respeito às regras da competição política. As elites unidas pelo consenso proporcionam democracias estáveis.

O trabalho de Burton e Higley (1998) ajuda a compreender a importância dos acordos para a estabilidade democrática. Sem eles os grupos questionariam a legitimidade das instituições e travam disputas por predomínio. O consenso sobre as regras subjuga e restringe política às práticas democráticas e gera obediência ao que foi previamente acordado, ou seja, estimula a previsibilidade. Assim, Democratização envolve o acordo entre os grupos sobre o valor das instituições e das regras da competição e todos devem respeitar o que foi combinado.

A união da elite pode ser facilitada quanto maior for o nível de integração entre os indivíduos. (CODATO, 2015). A homogeneidade do grupo foi analisada em *A Elite do Poder* (1975) de Mills, definida como a elite nacional estadunidense constituída por pessoas que ocupavam posições chave nas esferas econômica, política e militar. A elite do poder era coesa, frequentavam os mesmos lugares e o sistema educacional produziu sua unidade. (MILLS, 1975). Estes indivíduos tiveram as mesmas ideias e experiências, o que pode contribuir para identificarem os mesmos propósitos, quando a elite tem clareza sobre suas metas é mais fácil atingir o objetivo através do esforço coletivo.

A capacidade da elite se manter unida foi significativo para alcançar o êxito político. Em alguns momentos, os grupos mato-grossenses não conseguiram nem estabeleceram propósitos comuns. A união ocorreu poucas vezes, por exemplo, quando foram aliados do comando estadual na intervenção federal de 1917, depois através de acordos elegeram os governadores e todos conseguiram terminar o mandato. A desunião também foi uma característica do período de 1930-1937. Com a democratização, os partidos nacionais possibilitaram maior coesão.

A tese está dividida em mais cinco partes. A próxima seção, “2- A Pesquisa Histórica sobre elites políticas”, apresenta as questões metodológicas. Primeiro, busca discutir a literatura sobre Mato Grosso, constituída de biografias, memórias familiares e os estudos historiográficos. Depois, as definições dos conceitos utilizados e as premissas teóricas, assim como opção pela realização de um estudo de caso.

Na sequência, as duas seções “3- As práticas políticas do governo Vargas no período de 1930 a 1945” e “4- As práticas políticas do período de 1945 a 1964” tem como foco a atuação das elites e as limitações institucionais, verificando a influência dos grupos na política estadual através dos fatos históricos expostos pelos estudos historiográficos, entrevistas e os documentos consultados. A questão a ser respondida em ambos é: Como ocorreu a competição política entre os grupos dirigentes? A hipótese é:

H1) as mudanças nas configurações institucionais produziram alterações na atuação política das elites.

Também será exibido as possíveis continuidades nas alianças políticas, bem como as rupturas e mudanças nas configurações institucionais de cada regime político.

A seção “5- As Elites Mato-Grossenses” tem como objetivo identificar quem foram esses atores, investigando sua formação social e consolidação. Aqui a pergunta a ser respondida é quem são os grupos dirigentes e quais suas diferenciações? As hipóteses são:

H2) *elites habilidosas tiveram maior probabilidade de atingir o êxito na competição política.*

H3) *a família teve importante papel para a carreira dos políticos.*

A H1) considera a variável independente sobre a configuração institucional e suas transformações, enquanto a H2) e a H3) os atributos e capacidades dos atores. O êxito político é entendido como as vitórias de determinado grupo, seja através de eleição ou favorecimento e interferência do governo federal em prol de uma facção. Dentre os atributos citados, uma das habilidades mais difíceis para maioria das elites regionais foi a formação de aliança entre facções em torno de um objetivo comum. Por exemplo, na Primeira República, as elites políticas mato-grossenses estiveram imersas em disputas, não alcançaram o consenso e permaneceram divididas e lutando entre si.

Portanto, as mudanças institucionais e a aptidão das próprias elites ocasionam os modos de composição dos grupos. A explicação dos padrões de predomínio e as práticas dos grupos dirigentes ocorre conforme a configuração institucional e os atributos dos atores políticos de cada grupo.

2- A pesquisa histórica sobre elites políticas

A política de Mato Grosso foi pouco investigada, boa parte do conhecimento produzido se deve graças as pesquisas historiográficas. A história política abordou mais consistentemente a Primeira República¹² e menos os anos Vargas. Enquanto, os estudos no campo das Ciências Sociais são raros, talvez porque o curso superior da área somente chegou na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS, Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD, a partir da década de 1990 e as pós-graduações de Antropologia e Sociologia são recentes, não existe pós-graduação *stricto sensu* de Ciência Política nestes estados. De modo que vários temas referentes a estas áreas não foram pesquisados.

Nessa seção será apresentado o roteiro da investigação, a escolha do desenho de pesquisa e a metodologia utilizada. No item 2.1- A Historiografia de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul contém a revisão da bibliografia referente ao tema. Em seguida, o item 2.2 – Metodologia e Desenho de Pesquisa trata dos conceitos utilizados e as premissas teóricas, justificando a opção por conduzir um estudo de caso e os métodos usados para identificar a classe dirigente (posicional) e analisar o grupo selecionado (prosopografia).

2.1- A Historiografia de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

A discussão sobre as tradições historiográficas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul é importante pois as questões regionais causaram impactos na própria compreensão da história dos estados. Para isso é preciso tratar de questões específicas, como o divisionismo, movimento pela divisão da parte Sul do estado. Essa percepção de que o estado tinha regiões diferentes, ainda que unidos até 1977, decorria dos distintos processos de povoamento, economia, história e sociedades. (BITTAR, 2009; NEVES, 2001a). A diferenciação impactou as historiografias dos estados, produzindo diferentes interpretações.

Do conjunto dos estudos sobre Mato Grosso, utilizamos os que pontuaram os aspectos políticos do estado. As obras consideradas foram divididas em cinco

¹² *Os vícios da República: Negócios e Poder na Passagem do Século XX* (1993), de Fernando Antônio Faria; *A Morte de Totó Paes: Política no Interior do Brasil* (2007), Alfredo Mota Menezes; Joaquim Murtinho, banqueiro: Notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902) (2010), de Paulo Roberto Cimó Queiroz; *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República*, de João E. A. Fanaia (2010); Franco, Gilmar Y. *A o(σ)dem republicana em Mato Grosso: Disputas de poder e rotinização das práticas políticas, 1889-1917* (2017).

perspectivas, baseada nos grupos propostos por Bittar (2009), mas agrupados para melhor perfazer nosso objetivo, resultando na seguinte ordem:

1) Obras publicadas antes da divisão do estado ligadas ao IHGMT¹³- Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso: os trabalhos contribuíram acrescentado informações valiosas, geralmente, de um ponto de vista privilegiado dos fatos históricos. A característica dessas obras é o ensaísmo e exaltação dos atores políticos. Boa parte dos autores têm dificuldade em analisar com isenção seu objeto, já que as posições políticas de sua oligarquia foram justificadas e reverenciadas em suas obras. Uma historiografia conforme Heinz (2006, p.10), “[...] uma velha história das elites, heroica e heroizante, fixada em personagens e atos excepcionais.”

2) Obras ligadas ao IHGMT ou memórias publicadas após 1977: *Mato Grosso Estado Solução* (2014), do ex-governador José Garcia Neto; *João Villasbôas* (1992), de Luis P. Pereira Leite; *Mário Mendes* (2006), de Mário F. F. Mendes; *Júlio Müller, um Grande Estadista* (2006), de Pedro R. Jucá; *Caetanada* (2002), de Lourembergue Alves. A maioria são memórias em louvor ao biografado e ao seu legado. No geral, não apresentam reflexões críticas e tem pouco tratamento objetivo dos fatos.

3) Obras escritas por autores do sul antes de 1977, das quais foram utilizadas: *Resenha Histórica de Mato Grosso* (1962), de Pedro Ângelo da Rosa; *Evolução Histórica do Sul de Mato Grosso* (1949) e *Mato Grosso, Terra de Promissão* (1953), de João Batista de Sousa; *Eduardo Olímpio Machado: O homem, o meio e seu tempo* (1976), de Antônio Lopes Lins. Essas obras apresentam insatisfações de grupos sulistas contra a empresa Companhia Mate Laranjeira ou Vargas, redigidas em um momento que a divisão não estava posta e era incerta, logo, a criação do novo estado não é tratada como fato impreterível e destinado a acontecer. (BITTAR, 2009; QUEIROZ, 2006; 2007).

4) Obras ligadas ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul - IHGMS ou memórias escritas por sulistas após a divisão¹⁴: algumas se caracterizam por sobrevalorizar eventos, idealizaram os personagens históricos do Sul. Tratam como

¹³ *História de Mato Grosso* (1969) e *Pedro Celestino* (1945), de Virgílio Corrêa Filho; *Datas Mato-Grossenses* (1973), de Estevão de Mendonça; *História do Poder Legislativo de Mato Grosso* (1974) e *Dicionário Biográfico Mato-Grossense* (1970), de Rubens de Mendonça; *Generoso Ponce, um Chefe* (1952) e *O Menino Que Era Eu* (1967), de Generoso Ponce Filho; *Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso* (1977), de Nilo Póvoas.

¹⁴ *Memória Janela da História* (2010), de Wilson Barbosa Martins; *O Pescador de Sonhos* (2006), Pedro Pedrossian; *A Versão e o Fato* (1994), Philadelpho Garcia; *Mato Grosso do Sul Minha Terra* (1986), Oliva Enciso; *Vespasiano, meu pai* (1989) e *Duas Vidas* (2003), de Nelly B. Martins; *Poeira da Jornada* (s/d), de Demosthenes Martins; *1924- Revolução Paulista e o Estado de Brasilândia* (2007), de Arthur Jorge do Amaral; *Campo Grande, O Homem e a Terra* (s/d), de Lélia R. E. de Figueiredo Ribeiro; *Por que Mataram o Doutor Ari?* (2001), de Sergio Cruz.

“movimento divisionista” a luta entre coronéis do “Norte” que contou com apoio de seus aliados do Sul.¹⁵ Não expõem as contradições do movimento e tratam o divisionismo como uma trajetória linear, em que desde a Primeira República o Sul reivindicava continuamente a separação. Essas obras buscam “[...] no passado a paternidade da criação de Mato Grosso do Sul.” (BITTAR, 2009, p.122; QUEIROZ, 2006; 2007).

5) Uma heterogênea produção acadêmica sobre os estados, composta em sua maioria por estudos historiográficos, das quais foram utilizadas as seguintes publicações: *Regionalismo e divisionismo no sul do Mato Grosso* (2009), de Marisa Bittar; *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso 1890- 1943* (2006), de Valmir Batista Corrêa; *Leões e Raposas na Política de Mato Grosso* (2001a), *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral* (1988) e *Relatos Políticos. Entrevista: memória divisionista- MT* (2001b), de Maria Manuela R. de Novis Neves; *Prosas com Governadores de Mato Grosso* (2007), de Fernando T. M. Borges; *Uma ferrovia entre dois mundos* (2004) e *Divisionismo e Identidades* (um Breve Ensaio), de Paulo R. Cimó Queiroz.

Algumas obras aproximam-se do objeto da tese. O livro de Corrêa (2006) aborda rapidamente os anos 1930-43. O foco do trabalho foi a ligação entre coronelismo e banditismo, não trata das relações de poder na referida periodização, pois nem era essa sua proposta. E o estudo de Bittar (2009), através de extensa pesquisa reconstitui a trajetória do divisionismo¹⁶ da Primeira República até a criação de Mato Grosso do Sul, sendo seu foco os sulistas e o divisionismo. Enquanto esta tese se propõe identificar e compreender a disputa entre as elites de todo estado anos antes da divisão.

As obras de Neves (2001a, b; 1988) abordam diretamente do objeto da tese, as elites mato-grossenses. A cientista política Maria Manuela R. Novis Neves foi pioneira em estudar o sistema partidário mato-grossense durante a década de 1980, igualmente são de inestimável valor as entrevistas que realizou com os atores políticos, aqui utilizadas. Neves (1988) escreveu sua dissertação quando o processo da criação de Mato Grosso do Sul tinha recentemente se concretizado. Impactada pelo momento vivenciado, assim

¹⁵ “O que fica evidente é que determinados chefes sulistas se aliavam às oligarquias nortistas em suas ações armadas e, ao perceberem que seus interesses não seriam atendidos por essas lutas, notadamente o direito de estabelecimento de propriedades de terras monopolizadas pela [Companhia] Mate Laranjeira, expressavam, então, a convicção de seccionar o sul, pois assim deixariam de estar sujeitos tanto ao governo estadual quanto à Companhia [...]” (BITTAR, 2009, p. 120).

¹⁶ O divisionismo, ou seja, movimento da parte sulista em prol da divisão não é objeto da tese, então, alguns acontecimentos não são abordados diretamente, como o apoio do Sul aos paulistas na Revolução Constitucionalista, a Liga Sul Mato Grossense, bem como o que ficou conhecido como “tentativa de mudança da capital” em 1947, nem o apoio sulista à criação do Território Federal de Ponta Porã e o descontentamento com o fim do território. Considero o impacto do divisionismo nas relações entre os grupos estudados. Maiores informações sobre divisionismo ver Bittar (2009) e Queiroz (2006; 2007).

como outros autores, voltou-se para história a fim de encontrar alguma base social que explicasse a divisão realizada. Para a autora, o divisionismo foi uma promissora variável independente. Defendeu “[...] a polarização divisionista como uma causa de grande força explicativa na história do poder em Mato Grosso” (NEVES, 2001b, p.14).¹⁷ Em seus trabalhos considera variáveis como o caráter ideológico e oligárquico, mas em considerável medida sua explicação para a política de Mato Grosso se apoia no divisionismo.

Neves utilizou entrevistas realizadas com políticos ou pessoas que conviveram com estes atores políticos. Não existe problematização sobre o lugar de fala (RIBEIRO, 2017) dos entrevistados e de sua representatividade perante seu grupo. Sua visão baseada nas entrevistas perde em não explorar as contradições expostas pelos entrevistados e também por não utilizar fontes primárias (FANAIA, 2010), dados perspicazes em revelar as tensões, as indecisões e as incertezas, pois o documento capta e registra determinado momento, enquanto a memória individual pode ser reelaborada de acordo com fatos políticos do tempo presente.¹⁸

Além disso, sua interpretação sobre as elites recai em um voluntarismo excessivo (CODATO e PERISSINOTTO, 2013), pois não considerou as limitações dos contextos institucionais restringindo esses grupos. Também não existe delimitações claras sobre

¹⁷ Transcrevo algumas respostas dos políticos sobre o tema conforme as entrevistas feitas por Neves (2011b) no ano de 1986. Neves perguntou: “... diga-me se havia ‘intenções’ na escolha de candidatos pela identificação regional, norte ou sul de Mato Grosso. A disputa partidária era também regional?” Para o ex-governador Frederico Campos: “A disputa era mais partidária” (idem, p.125), como também para o ex-governador Garcia Neto: “Era mais partidária do que regional” (idem, p.148). De acordo com o ex-governador Júlio Campos: “Partidária, oficialmente partidária. Regional, era mais em termos de escolha de cabeças de chapa. Aquele rodízio: quando o governador era do Norte, o vice era do Sul – ou o senador. Acontecia. Mas o pessedista de Dourados [MS], sofria tanto quanto o de Cuiabá [MT] ou o de Barra do Garças [MT], quando a UDN estava no poder” (idem, p. 212). Sobre divisões regionais nos partidos o ex-governador Arnaldo E. Figueiredo acrescenta: “Não havia, no PSD, divisão entre o norte e o sul. O partido era um só. E o chefe desse partido era o chefe no Norte e no Sul, era o Sr. Filinto Müller. Não havia distinção” (idem, p.65). Na opinião de Salviano Santana, ex-prefeito de Coxim-MS: “Não existia isso. O governador eleito procurava atender às duas regiões do estado. O próprio secretariado era formado por elementos de ambas regiões. O que importava era a origem partidária do governador” (idem, p.288). Por outro lado, para ex-senador biônico Gastão Müller a divisão já existia antes de 1977: “O cuiabano via a divisão como uma mãe que ia perder o filho ... Mas, falando friamente, nós só consolidamos uma coisa que já existia – a divisão era um fato consumado, só faltava ser de direito” (idem, p.166), como também para o deputado estadual constituinte em 1947, Dr Paraná “Sempre existiu o divisionismo. Porque eram duas regiões separadas quase territorialmente. E o Norte não teve a perspicácia de saber levar. Devia ... dar mais autonomia para que Cuiabá pudesse continuar como capital de todo o estado” (idem, p.293).

¹⁸ Bittar (2009, p. 122-3) chama atenção para o “presentismo” que seria a “[...] redução da história aos interesses do presente, ou seja, a política atual projetada sobre o passado. Nesse sentido, determinados passados correm o risco de serem apagados ou adaptados aos interesses de quem detém na hegemonia política atual. Tal postura, se radicalizada, pode conduzir à negação da verdade histórica objetiva e à conclusão de que tudo se produziu no passado é erro e seriam verdades apenas as suas interpretações presentes. Da mesma forma, como no caso em pauta [historiografia sul-mato-grossense] o presentismo pode extrair do passado a versão mais conveniente para o presente.”

quem compõe a elite, qual seria o seu tamanho, nem se algum grupo tem mais poder do que outro e quais os “recursos sociais que conferem poder ao grupo” (CODATO, 2015, p.20-21). Sua compreensão sobre uma elite parece derivada de uma “teoria quase metafísica,” conforme a crítica de DAHL (1958) é preciso mostrar provas empíricas e seguir os procedimentos para encontrar a elite.

Com base nas fontes primárias, nossa interpretação é de que os atores, indiferente do local de nascimento, se uniram conforme seus interesses políticos. Então, os mato-grossenses não são tratados como polaridades irreconciliáveis ou como se houvesse um antagonismo de “sulistas” versus “nortistas.”¹⁹ Mesmo porque a próprio entendimento sobre a disposição das cidades que formaram o Sul, Norte e Centro mudava conforme o período; por exemplo, às vezes, os políticos de Corumbá e Paranaíba não se consideraram do Sul, embora, hoje as cidades pertençam ao estado de Mato Grosso do Sul. Passados 41 anos da divisão de Mato Grosso, é necessário redimensionar os impactos do divisionismo na política mato-grossense. O argumento utilizado nesta tese é de que grupos formados se uniram em torno de um objetivo comum desde a Primeira República e lutaram por estes interesses mútuos, apesar questões e diferenças regionais.

Reavaliar a influência do divisionismo não significa ignorar o desejo pela separação, muito menos as diferenças entre regiões. Corrêa (2006, P.172-4) mostrou as manifestações nos jornais do Sul do estado, a propaganda e justificativa da superioridade econômica, segundo o jornal O Progressista: “Sendo o Sul o único produtor da riqueza pública, é o único a não compartilhar da aplicação das rendas ... O cuiabano – senhor absoluto do estado – nega, terminantemente, ao homem do sul, toda e qualquer ingerência nos negócios públicos.” Queiroz (2006, p.160), baseado em documentos²⁰ mostrou que a partir da década de 1930 se formavam duas identidades em uma relação de alteridade: “[...] uma identidade especificamente sul-mato-grossense, como reação à identidade mato-grossense ‘oficial’ [...]” da região Central.

¹⁹ O relato de Philadelpho Garcia (1994, p.34-48) sobre a convivência dos mato-grossenses na polícia central demonstra a dimensão dessas diferenças: “Bem, na verdade, meus colegas de Quadro Móvel [setor da polícia], que rondam de perto o trabalho com Civis [Müller] são, em sua maior parte, de Cuiabá, terra de Filinto Müller e do sobrinho e, portanto, falam a mesma língua; ou, pelo menos, conjugam as mesmas referências, de modo que ao recém-chegado do Sul do Mato Grosso, são dadas as maiores cerimônias [...]” Passado tempo, segundo o autor “[...] eu me considero um membro total dos mato-grossenses do Norte, na polícia do Rio. Não há mais distinções. Há confiança.” Garcia foi assistente pessoal de Müller.

²⁰ Analisando manifestos lançados pela Liga Sul Mato-grossense, a saber: Manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso, datado de outubro de 1933; um Manifesto da mocidade do sul de Mato Grosso ao Chefe do Governo Provisório e à Assembleia Constituinte, datado de janeiro de 1934; e uma Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte, aparentemente de março de 1934.

É necessário problematizar o divisionismo na compreensão das relações políticas, ao invés de o considerar algo dado na política mato-grossense. Definitivamente esteve presente, mas é fundamental verificar em que medida impactou a política e investigar se existem outras variáveis explicativas.

Outro ponto relevante é diferenciar Regionalismo e divisionismo. O Regionalismo dentro de estados é recorrente no país (SOUZA, 2006), resguardadas as peculiaridades de cada caso. Por exemplo, em Minas Gerais ocorreu disputas entre as zonas heterogêneas de um vasto território e levou ao revezamento de lideranças provenientes das diferentes partes. (VISCARDI, 2000). No Rio Grande do Sul, o interior rivalizava com a capital, durante a Primeira República. (LOVE, 1982). Por outro lado, o divisionismo é uma exacerbação do Regionalismo, foi a luta pela separação. O Regionalismo esteve presente por toda periodização tratada, enquanto o divisionismo tem uma trajetória de diferente intensidade, mais expressivo na década de 1930, com menor manifestação durante 1949-1964.

A questão do divisionismo se relacionava ao fato de que os sulistas tinham a economia mais dinâmica e maior contingente populacional, mas não tinham participação política. Os cuiabanos por longo período controlaram os cargos burocráticos, os recursos estaduais e os postos eletivos.

Desse modo, pode-se deduzir que, caso fosse corrigida tal desproporção, em benefício dos sulistas (por meio, por exemplo, de eleições limpas), a proposta de divisão poderia ser descartada. O mesmo objetivo poderia ser igualmente atingido, ..., por meio da mudança da capital, codinome da operação política pela qual as alavancas do poder passariam para as mãos das elites sulistas (nesse caso, pode-se imaginar que passaria a tocar aos “cuiabanos” lutar para se livrarem do jugo político do Sul...). (QUEIROZ, 2006, p.173).

A Democracia em 1945 trouxe mudanças nesse sentido, o Sul teve maior participação política e no período poucas manifestações sobre divisionismo aconteceram.²¹ A menção sobre a divisão foi feita na campanha à presidência do mato-

²¹ Em 1947, durante a constituinte estadual ocorreu uma polêmica conhecida como tentativa de mudança de capital estadual. Os deputados debateram sobre o artigo 11- §6 da Constituição de 1891. (MATO GROSSO, 1891; MENDONÇA, 1974 a, p.58). Conforme a Carta de 1891: “Art.11- Compete ao Poder Legislativo: §6º- Legislar: 2. Sobre a divisão política, judiciária e administrativa do Estado e sobre a mudança de sua capital;” No texto da Constituição de 1936, sobre as atribuições do Poder Legislativo a questão não foi abordada, apenas: §1- Cabe à Assembleia com a sanção do governador: 8- legislar sobre: g) limites dos territórios do Estado, dos Municípios e distritos de paz;” (MATO GROSSO, 1936; MENDONÇA, 1974 a, p.226). Mas em 1947, os deputados da região centro e de Corumbá temiam a possibilidade da mudança da capital para Campo Grande. Quando os deputados propuseram retorno do artigo 11 §6 de 1891, houve empate na votação e o presidente da casa desempatou, decidiram que a Assembleia não teria a prerrogativa de alterar a capital estadual. O texto constitucional de 1947 delimitou

grossense Jânio Quadros em 1960, mas o candidato não apoiou o movimento e assunto se encerrou.²² A separação de Mato Grosso voltou a ser mencionada no governo Geisel, quando comunicou sua decisão sobre a divisão às lideranças sulistas e ao governador José Garcia Neto²³, da ARENA.

As obras consideradas com foco no divisionismo, não explicaram toda a complexidade das relações entre as elites na competição pelo predomínio estadual. É preciso salientar as limitações institucionais enfrentadas pelos atores, considerar a trajetória, suas rupturas e permanências para que não se perca a dinâmica do processo político.

2.2– Metodologia

A presente investigação tem como premissa teórica que as configurações institucionais limitam, constroem, coagem os atores conforme a teoria do neoinstitucionalismo. A teoria costuma ser dividida em três vertentes: a Escolha Racional, o Histórico e o Sociológico. De acordo com a diferenciação de Hall e Taylor (2003), o 1) Institucionalismo da Escolha Racional parte do pressuposto que os indivíduos racionais fazem cálculos utilitários visando maximizar resultados. Outra característica é apontar a interação estratégica das situações políticas, nesse sentido, o comportamento dos atores está pautado em um cálculo estratégico que se baseia na expectativa de comportamento dos demais atores. Para os institucionalistas da *rational choice*, as instituições são criadas através de um mútuo pacto entre os indivíduos garantindo benefícios para as partes, ou seja, “ganho obtido pela cooperação”. 2) O Institucionalismo histórico também considera as regras do jogo limitando a ação dos atores e tem como uma de suas principais características analisar as trajetórias e as relações causais. Igualmente, ressaltam as

no Capítulo I, Art. 1º, no Parágrafo único: “A cidade de Cuiabá é a Capital do Estado.” (MATO GROSSO, 1947; MENDONÇA, 1974, p.427).

²² Queiroz aponta que (2006;2007) os sulistas publicaram livros e manifestos sobre a questão. Em 1959, o “Movimento pró-divisão de Mato Grosso” se relacionou com o fato da candidatura à presidência da República de Jânio Quadros, nascido no Sul do estado. Conforme Paulo Coelho Machado, integrante de comissões de estudo pró-divisão de 1977: “Quando o Jânio foi candidato, passou por aqui e propuseram a ele o apoio em troca da divisão. Ele disse que a terra era como mãe e não se divide, etc. Então, esfriou. E assim foi sempre, até que o Geisel resolveu fazer.” (apud NEVES, 2001b, p.270). Segundo Queiroz (2006), os documentos desautorizam considerar o divisionismo como movimento ininterrupto desde o século XIX até a divisão em 1977.

²³ Segundo o governador Garcia Neto quando assumiu em 1975 havia rumores sobre a divisão do estado e ele consultou Geisel sobre a possibilidade, o presidente garantiu não ter considerado a questão. O governador declarou-se contrário a separação e fez campanha pela união. Após dois anos, Geisel informou que ia examinar o assunto da divisão. O governador pediu para apresentar seus argumentos contrários e enviou suas justificativas, mas, em sua opinião, a decisão já estava tomada. (apud BORGES, 2007).

assimetrias de poder no seio das instituições. Um ponto original, segundo Hall e Taylor (2003), outras variáveis são consideradas na análise e não apenas as instituições, embora ocupem papel central. Por fim, 3) o Neoinstitucionalismo Sociológico tem menor diálogo com a Ciência Política, pois se desenvolveu na Sociologia das Organizações. Talvez uma das mais perceptíveis diferenças seja a própria definição de instituições, dentro dos estudos das organizações os sociólogos entenderam que a burocracia e as práticas culturais não eram opostas, os procedimentos burocráticos passaram a ser entendidos como práticas culturais. Por conseguinte, as instituições não são apenas as regras formais, mas também os símbolos, os sistemas cognitivos, os modelos morais. Assim, a cultura passa a ser vista como uma instituição. Os sociólogos rompem a separação entre instituições e cultura, definição significativa para os cientistas políticos. (HALL e TAYLOR, 2003).

É preciso circunscrever o que são instituições, já que não existe um consenso na literatura - algumas definições são mais abrangentes e outras mais restritas. De acordo com North (2011, p.3), as "... instituições são as regras do jogo em uma sociedade", ou seja, são normas de comportamento, convenções e códigos de conduta que moldam as interações humanas. Assim, as instituições 'reduzem a incerteza', pois os indivíduos escolhem entre opções estruturadas pelas instituições.

Outra definição é a de Levi (1991). Criticando a frequente nebulosidade na delimitação das instituições, advertiu que considerar instituições apenas como regras obscurece algumas relações. A autora diferencia as regras formais, as normas de comportamento e os arranjos organizacionais. Levi (1991, p.82) tem como foco o subconjunto específico de instituições que são os arranjos formais, as instituições "... são uma série de regras relativamente formais e estáveis, responsáveis por alocação de recursos de poder, restrição das escolhas dos membros da equipe e de clientes, dos cidadãos ... e possuem mecanismos internos de implementação." Regras claras e conhecidas, hierarquia entre as pessoas diferenciam as instituições formais de outros modos de limitar as interações humanas.

Segundo Steinmo (2008), os autores do institucionalismo histórico trabalham tanto com o significado de instituições como regras formais e organizações e também como regras informais e normas. Nessa tese, as instituições são entendidas como as regras formais que limitaram a atuação das elites, ou seja, as regras do jogo, como as estabelecidas nas Constituições, por conseguinte os princípios de cada regime político, bem como os pactos federativos e os diferentes códigos eleitorais.

A teoria do institucionalismo histórico foi considerada a mais apropriada para o objeto de estudo analisado por defender a compreensão dos fenômenos políticos e sociais no decorrer de períodos considerados. A utilização da história na Ciência Política contribuiu com noções e conceitos como *path dependence process* e a importância das sequências dos eventos.

Em um processo de *path dependente* uma trajetória se inicia e tem efeitos persistentes graças a *positive feedback* ou *self-reinforcement*, isto é, um incentivo para permanecer na mesma rota. O evento continua se repetindo no tempo ainda que a causa propulsora inicial não exista mais. Cada vez mais outras possibilidades ficam restritas, já que é mais fácil permanecer no mesmo caminho do que optar pela mudança, que envolve altos custos de reversão da primeira rota trilhada. (PIERSON, 2004; SKOPCOL, 1995; STEINMO, 2008; TILLY, 2009). A dificuldade de alterar a trajetória acontece dado que as instituições envolvem estabilidade. Resumindo, os “estudiosos compartilham da compreensão básica do conceito de que a situação de reverter uma tendência fica cada vez mais difícil ao longo do tempo.”²⁴ (FIORETOS, FALLETI e SHEINGATE, 2016, p.11), já que as instituições colocam limitações em um arranjo hierárquico em que cada nível é mais difícil do que o anterior. (NORTH, 2011).

Outro motivo para verificação dos fenômenos no tempo é que a sequência temporal dos processos pode influenciar os resultados. (PIERSON, 2004). As sequências dos eventos importam para explicar os processos políticos: **onde** e **quando** afetam **como** os processos ocorreram. (TILLY, 2002). Por exemplo, considerando casos de industrialização dos países, o período do início do processo gera vantagens em relação aos demais.

Considerar o desenvolvimento temporal dos processos ajuda entender fenômenos resultantes de lentas alterações. (PIERSON, 2004). A mudança institucional pode ser mais rápida ou gradual. Geralmente, as instituições se caracterizam pela permanência, mas, periodicamente são interrompidas por momentos de inovação associados a causas externas como Revoluções, mudança de regimes e derrota em guerras, etc, como resultado, uma transformação institucional.

Diferentemente, a mudança gradual trata de processos com causas internas, como as constituições, sistemas, arranjos que mudam sutilmente até total transformação.

²⁴ The ‘scholars share a basic understanding of the concept as describing a situation in which reversing a trend (or path) becomes more difficult over time.’ (FIORETOS, FALLETI and SHEINGATE 2016, p.11). Tradução livre.

(MAHONEY AND THELEN, 2009). Para os autores a mudança institucional ocorre quando problemas de interpretação e execução de leis abrem brechas para que atores executem as regras de uma nova maneira. Portanto, as próprias instituições carregariam as possibilidades de mudanças e, conseqüente alteração na distribuição de poder.²⁵

A escolha pela teoria do institucionalismo histórico também auxilia desenvolver uma argumentação causal. Para determinar as relações de causalidade é preciso estabelecer os mecanismos causais. (GERING, 2007). Ao invés de constatar um efeito em X devido à mudança em Y, é preciso investigar o desenrolar dessa relação, o modo, a razão, o caminho como Y alterou X. Identificar os mecanismos causais significa, dado que X e Y estão relacionados, demonstrar tal relação e não apenas descrever seus efeitos, mas ressaltar o caminho que levou ao resultado. Nessa perspectiva, “história não é uma cadeia de fatos isolados” porque existem processos causais entre períodos. (STEINMO, 2008, p.66). Buscando o processo causal, os teóricos também consideram múltiplas instituições em interação influenciadas por amplos contextos. (PIERSON e SKOCPOL, 2002).

Por outro lado, a tese centra-se nos atores e sua atuação política, por essa razão utilizamos a Teoria das Elites. A Teoria foi sistematizada pelos italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, como também pelo alemão Roberts Michels. Os autores foram chamados de maquiavélicos, pois desenvolveram uma perspectiva realista (e não idealista) no esforço de compreender como a realidade é, ao invés de teorizar como deveria ser. Nesse sentido, constataram que em todas as sociedades uma minoria organizada governa (BOBBIO, 2008; GRZYNSZPAN, 1996).

Os pais do elitismo elaboraram suas teorias em contraposição ao marxismo. (CODATO e PERISSINOTTO, 2013; GRZYNSZPAN, 1996, HIGLEY and PAKULSKI, 2012a; PERISSINOTTO, 2009). Os três autores escreveram em um momento de ascensão da Democracia e expansão da participação popular, bem como dos movimentos de esquerda. Desconfiaram dos conceitos de democracia liberal, soberania popular,

²⁵ Segundo o modelo de Mahoney and Thelen (2009), o contexto político e o tipo de instituição determinam o tipo de mudança institucional. Streeck and Thelen (2005 *apud* MAHONEY and THELEN, 2009) definem quatro modelos de mudança institucional: *displacement*, *layering*, *drift*, e *conversion*. 1) *Displacement* – ocorre com a simples troca das antigas regras por novas. Pode acontecer devido a uma mudança rápida, como revolução, ou por uma substituição das regras. 2) *Layering* – é quando concomitantemente a nova regra é mantida juntamente com a antiga, pois estão conectadas e relacionadas. Diferentemente da primeira forma de mudança institucional, *Layering* não promove uma completa mudança inicial. As alterações, adições, revisões são pequenas, contudo com o tempo promovem uma completa mudança. 3) *Drift* – quando a sociedade se transforma obrigando adequação das regras. 4) *Conversion* – as regras se mantêm exatamente as mesmas, mas a forma da sua interpretação se altera.

igualdade política, sufrágio universal, pois seriam utópicos e abstratos. (HOLLANDA, 2011; PERISSINOTTO, 2009).

Para Mosca (1939, p.410) mesmo em Estados com princípio liberal os dois grupos – a minoria governante e os governados – são encontrados. E o sistema liberal seria nada mais que uma aristocracia mascarada. Do mesmo modo, para Michels (1981, p.225-41) nas Democracias inevitavelmente se formam oligarquias, pois a “[...] constituição de oligarquias no seio das múltiplas formas de democracias é um fenômeno orgânico.” (MICHELS, s/d, p.238). Nesse sentido, a Teoria das Elites nasceu antidemocrática e antissocialista, como uma resposta ao temor das massas ganharem espaço político. (BOBBIO, 2008).

Segundo Mosca (1939) a minoria organizada executa as funções políticas e monopoliza o poder, denominada a classe dirigente. Conforme Codato (2007, p.19), a elite política ou classe política, tomada pelo autor como sinônimos, seria um grupo mais seleto dentro da classe dirigente (a “elite da elite”). A classe dirigente abrigaria além da elite política, vários outros grupos, agentes “fora do Estado e fora do governo” que influenciam e se constituem de várias elites econômicas, intelectuais, etc. Portanto, a elite política é o grupo distinto dentro da classe dirigente.

Pareto (2011) também analisou as hierarquias e as diferenças de distribuição de riqueza no organismo social. Conjecturando sobre uma possível divisão dos homens em camadas segundo inteligência, aptidão, talento, características morais, conclui que a provável divisão seria semelhante à distribuição dos homens em estratos segundo sua riqueza, ou seja, os mais ricos são os mais aptos e talentosos. Ainda que exista a possibilidade de um gênio da matemática ou da poesia estarem entre os mais ricos, aqueles que detêm poder e influência política e social, na maioria das sociedades, ocupam as camadas superiores na distribuição da riqueza. Essa classe superior é a elite, formada pelos melhores. Pareto também faz diferenciações no interior da elite, existiria a elite governante e a não governante. As várias elites que não governam são os melhores nas suas atividades e a elite governante são os que participam “direta ou indiretamente” do governo. (HIGLEY, J. and PAKULSKI, 2012 b; PERISSINOTTO, 2008, p.34).

Michels (s/d, p.15) também constatou a formação de minorias ao estudar a organização dos partidos. Partindo do princípio que a organização é algo necessário para luta coletiva, já que a “organização é o único meio de criar vontade coletiva” e a única chance de êxito entre aqueles indivíduos que têm um mesmo objetivo. Toda organização, partidos políticos ou sindicatos, têm tendência à oligarquia. Isto ocorre porque os chefes

“são tecnicamente indispensáveis” e presentes em todas as formas de organização (MICHELS, s/d, p.238). Ainda que um partido tenha objetivos revolucionários acaba se centralizando e assemelhando-se a um governo em miniatura. Com o tempo, o partido se acomoda e apenas usa o seu nome revolucionário, esquecendo-se dos seus objetivos iniciais.

Tendo em vista as diferenciações no interior da elite, utilizamos dois termos para diferenciar as hierarquias do grupo. Os termos usados não implicam na aceitação integral dos pressupostos teóricos dos autores. Será utilizado **classe dirigente** para designar o grupo maior considerado. E quanto ao seletivo grupo dentro da classe dirigente, entendidos como aqueles que tiveram condições de “tomar decisões de grandes consequências” no âmbito estadual, será empregado o termo **elite política**.

Foi preciso escolher um método para delimitar a classe dirigente. Existem três metodologias clássicas de identificação (CARVALHO, 1968; CODATO, 2015; HOFFMANN-LANGUE, 2006; KERBAUY, 2000; PUTNAM, 1976), o método reputacional de Floyd Hunter, o posicional de Wright Mills e o decisional de Robert Dahl. O método reputacional de Hunter²⁶ consiste em consultar determinados indivíduos, com certo nível de conhecimento do funcionamento da política da cidade, a fim de que eles indiquem as pessoas mais influentes da localidade. A validade do método depende do conhecimento dos entrevistados e é viável apenas para pesquisa em nível local. (Hoffmann-Lange, 2006). A metodologia de Hunter recebeu inúmeras críticas, porém, demonstrou potencial explicativo das relações de poder local.

O método posicional de Wright Mills se respalda na identificação de posições estratégicas nas hierarquias e organizações sociais, já que a posição institucional proporciona ao indivíduo capacidade de tomar “decisões de grandes consequências.” (MILLS, 1975, p.12). A elite não é só constituída de quem tem o máximo, como riqueza e prestígio, para ser realmente poderoso é necessário ocupar postos de comando das principais instituições – econômica, militar e política-, é somente dentro dessas instituições que as decisões atingem impacto de implicações no mínimo nacionais.

²⁶ Segundo Hunter (1958), sua metodologia se divide em três procedimentos: 1) primeiro, análise teórica, 2) pesquisa de campo, 3) integração entre os dados coletados e teoria. No primeiro passo, através de livros, periódicos, documentos, cartas e jornais o autor coletou informações sobre as relações de poder na comunidade. No segundo passo foi feita lista de líderes que ocupavam posições em organizações cívica, empresariais, universidade, posições políticas, e uma lista de pessoas com destaque social e de riqueza. As listas de líderes foram entregues a 14 juízes, pessoas que viviam na cidade por anos e com conhecimento dos assuntos locais, para apontar os mais influentes de uma lista de com 175 pessoas. Eles indicaram 40 nomes. Hunter e sua equipe entrevistaram 27 pessoas desse grupo, entre outras, para comprovar a lista e mais 5 nomes foram acrescentados. Por fim, obteve 45 nomes. (HUNTER, 1958).

Por fim, o método decisional de Dahl (1958, 1968). O autor investigou como as decisões foram tomadas estabelecendo quais grupos tiveram influência direta para propor e vetar políticas públicas. Dado que no sistema político ocorre discordância nas preferências dos cidadãos, se a vontade da minoria prevalecer regularmente perante os demais grupos, existe uma elite dominante. E a forma de identificar esta elite é verificando as decisões concretas, demonstrando se o grupo consegue fazer sua vontade predominar²⁷. Hoffmann-Langue (2006) adverte que a validade deste método depende da escolha da política pública analisada para verificar as decisões dos atores. Além disso, Bachrach e Baratz (2011) destacam que a não decisão é também importante, pois revelam uma parte do processo, já que alguns grupos dificultam a discussão de determinadas pautas impedindo seu avanço.

Não utilizamos o método reputacional devido a impossibilidade estabelecer o grupo de juízes, que indicariam os mais influentes. Por causa da distância temporal não foi possível realizar entrevistas com a classe dirigente. Foi considerada as entrevistas realizadas por Neves (2001b) e Borges (2007) com políticos do estado, contrapondo aos documentos coletados e aos fatos históricos. O método decisional também pareceu inviável por causa das dificuldades na sistematização de informação sobre o período nos órgãos mato-grossenses. O mais adequado para proposta foi o método posicional, considerado confiável por parte significativa dos estudiosos das elites. (HOFFMAN-LANGUE, 2006). Selecionamos 80 indivíduos que compõem a classe dirigente, todas as informações levantadas sobre cada um estão expostas no Apêndice.

Conforme os passos metodológicos estabelecidos por Codado (2015) e baseado na seleção feita por Love (1982) utilizando o método posicional; foram realizadas algumas adaptações para o caso de Mato Grosso, especialmente devido à quantidade de informações disponíveis e sistematizadas. Como a elite ocupa os “[...] postos de comando estratégico da estrutura social, no qual se centralizam atualmente os meios efetivos do poder e a riqueza e celebridade que usufruem.” (MILLS, 1975, p.12); é preciso definir quais são as instituições e organizações relevantes de determinada sociedade, especialmente porque sua importância se altera durante os períodos históricos.

²⁷ Esse modelo foi aplicado em *Who Governs?* (1968, p.332-333) quando verificou como eram decididas as questões quanto à educação pública, nomeação nos partidos políticos e desenvolvimento urbano. Primeiro, Dahl avaliou os atores que participaram diretamente da decisão, depois, passou a determinar quando uma proposta iniciada por uma ou mais pessoas 1) foi adotada apesar da oposição existir, se foi 2) rejeitada ou 3) obteve sucesso sem oposição. Contabilizou o número de propostas aprovadas e veto por participante, bem como as propostas rejeitadas. Um participante foi considerado mais influente do que outro conforme sua taxa de sucesso.

No período considerado foram postos de comando estratégicos: a interventoria/governadoria e as secretarias estaduais, as prefeituras, a presidência da Assembleia, os cargos de senador e deputado federal. Durante o Estado Novo, o posto de conselheiro do Departamento Administrativo estadual. Cargos da administração pública federal como chefe de polícia do distrito federal, presidência de fundação de direito público e privado (Fundação Brasil Central), diretor de agências estaduais (Comissão de Estrada e Rodagem).

Não incluímos o presidente do Judiciário estadual, nem postos da Justiça Eleitoral ou presidentes do Tribunal de Contas- TCE.²⁸ Isto porque, entendemos que a esfera decisória desses postos não foi relevante tanto quanto os cargos selecionados. As entrevistas de vários políticos (BORGES, 2007; NEVES, 2001b) não apontaram indícios nesse sentido. No caso da Justiça Eleitoral as evidências do AFM apontam na direção oposta, inicialmente, as elites políticas interfeririam no Judiciário. Sobre os postos do TCE, a instituição criada em 1953, onde vários políticos estiveram antes da aposentadoria, o cargo foi uma forma de coroamento de uma carreira de alcance local ou regional. Como tiveram influência política restrita e localizada, não foi um cargo estratégico a ser considerado.

Os postos selecionados proporcionaram diferentes amplitudes de recursos e de impacto no cotidiano dos cidadãos, sendo os de maior potencialidade os postos federais, depois estaduais e municipais. A amostra também conta com os prefeitos nomeados e eleitos da capital estadual e de Campo Grande, pois o cargo esteve na trajetória de governadores, deputados federais e ministro de Estado. Não foi possível incluir mais cidades, pois alguns municípios disponibilizam escassas informações, outras cidades foram incluídas à medida em que dados estavam disponíveis, como Rosário Oeste- MT, Várzea Grande-MT, Dourados-MS, Três Lagoas-MS e Aquidauana-MS.

Quanto ao Executivo estadual, para inclusão na classe dirigente foi contabilizado o tempo de permanência no cargo e suas vinculações locais, como ter exercido funções anteriores no estado. Isto excluiu interventores federais que assumiram por pouco tempo e não tiveram vinculações políticas locais, como Sebastião Rabelo Leite (menos de um mês), César de Mesquita Serva (3 meses), Newton Deschamps Cavalcanti (menos de um mês), Manuel Ari da Silva Pires (6 meses), o presidente do Judiciário estadual Olegário

²⁸ Presidentes do Judiciário mato-grossense, disponível em http://www.tjmt.jus.br/Institucional/C/12077/#.Wx_Fl0jt7IU. Presidentes do Tribunal de Contas <http://www.tce.mt.gov.br/conteudo/sid/12>. Acesso em Acesso 18/05/2018.

Moreira de Barros (9 meses) e José Marcelo Moreira (8 meses). Mas foram incluídos Felon Müller (5 meses) por ter sido prefeito de Cuiabá e Três Lagoas, igualmente, o deputado estadual Jary Gomes (6 meses).

Quanto aos cargos federais, no Judiciário, o Mato Grosso teve apenas dois ministros no Supremo Tribunal Federal: José Manuel Murtinho (1847-1918) e Gilmar Ferreira Mendes (1955- ...)²⁹, portanto, nenhum durante o período considerado. No Executivo, incluímos o presidente Eurico Gaspar Dutra por suas relações políticas com Filinto Müller, mas desconsideramos Jânio Quadros. Ambos mato-grossenses não construíram suas carreiras ali e não participavam efetivamente das configurações políticas estaduais. Pelo contrário, seus conterrâneos frequentemente reclamaram desses presidentes por não terem realizado obras no estado natal, nem se interessavam por sua política. (BORGES, 2007; NEVES, 2001b). O nome de Archimedes Pereira Lima foi adicionado por ele ter sido presidente da Fundação Brasil Central nos anos 1950, mesmo que não estivesse em seu estado natal, exercia influência possibilitada pelo cargo. No Legislativo, todos senadores e deputados federais têm ficha biográfica. No período tratado, os políticos mato-grossenses não foram presidentes de Câmara Federal e Senado, apenas Filinto Müller foi em 1973.

A dificuldade na construção das biografias foi o desnível de informação, pouca no caso de prefeitos e deputados estaduais, significativamente maior para governadores, deputados federais e senadores. A maior escassez de informação foi em relação à situação dos prefeitos e pior no caso daqueles que atuaram no Estado Novo (1930-45). O site da Academia Mato-grossense de Letras e Assembleia Legislativa contribuiu em várias situações.³⁰ Mas, sobre alguns políticos foi necessário recorrer aos jornais ou monografias. Para os cargos federais e executivo estadual, as informações disponibilizadas on-line pelo CPDOC foram de grande contribuição, como também no site do Congresso Nacional³¹. Igualmente, para alguns casos, auxiliaram as biografias escritas por parentes ou amigos e as autobiografias e memórias.

O período teve pouca participação feminina nos cargos eletivos no pós-1945, agravado pelo fato dos historiadores não registrarem essa atuação. Na medida em que as

²⁹ Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/ministro.asp?periodo=stf&tipo=estado>> Origem&idEstado Origem=13&estado=Mato%20Grosso> Acesso 18/05/2018.

³⁰ Disponível em <<http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras>> e <<http://www.al.mt.gov.br/parlamento/galeria-presidentes>>

³¹ Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>; < <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2264> >; < w2.camara.leg.br/deputados/pesquisa >.

informações foram obtidas foi possível incluir a origem familiar das esposas, com objetivo de mostrar possíveis ganhos para os políticos como fortuna, relações familiares e sociais adquiridas. Por exemplo, a ligação por casamento com uma família tradicional da política tem probabilidade de alçar candidaturas. Além disso, as primeiras-damas tiveram participação em obras assistência social promovendo bases eleitorais para os maridos, no caso de algumas manipularam os recursos em benefício do político ou proporcionaram a áurea da distinção por serem de família de “estirpe”.

As eleitas no período foram a deputada estadual Oliva Enciso (1959-1963), que também foi primeira vereadora de Campo Grande (1955-1958) e trabalhou no governo de Fernando Corrêa da Costa executando políticas de Educação. Outra eleita, a prefeita Lígia Borges de Figueiredo (1947-50) de Rosário Oeste-MT.

Após selecionar os ocupantes das posições institucionais estratégicas utilizamos o método prosopográfico. De acordo com a definição de Stone (2010)³² o método proporciona a caracterização dos indivíduos em relação ao grupo social no qual se inserem. Foi construído um questionário biográfico com critérios e variáveis definidos pela pesquisadora (HEINZ e CODATO, 2015), a fim de descrever a dinâmica social do grupo. (CHARLE, 2006, p.41).

O resultado mais significativo do uso da prosopografia é a exposição da coesão de determinado grupo, se essa união decorre de laços sanguíneos, sociais, educacionais ou econômicos. (STONE, 2011). Nessa perspectiva, Charle (2014) lembra que o método não pode ser confundido com o seu fim, ou seja, deve ir além da exposição características sociais e buscar o sentido as ações políticas, por fim, mostrar as mudanças no tecido social. (STONE, 2011).

Exposto as decisões principais para condução da pesquisa, é preciso tecer considerações sobre os dados utilizados. Para levantar o material foram visitadas as seguintes instituições: em Cuiabá, o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso; o Núcleo de Documentação e Informação de História Regional – NDIHR, da Universidade Federal de Mato Grosso -UFMT; a Casa Barão de Melgaço, que abriga o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso -IHGMT; o Tribunal Regional Eleitoral de Mato

³² “A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante.” (STONE, 2011, p.115).

Grosso – TRE-MT; e a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, no Instituto Memória do Poder Legislativo. Em Campo Grande – MS, o Arquivo Histórico de Campo Grande – Arca. Em Dourados-MS, o Centro de Documentação Regional – CDR, da Universidade Federal da Grande Dourados -UFGD. Finalmente, no Rio de Janeiro -RJ, na Biblioteca Nacional e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas -FGV.

As fontes primárias foram importantes referenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Utilizamos diferentes tipos de documentação e dados. Do governo mato-grossense, os relatórios e publicações oficiais, também atas de sessões e de apuração eleitoral, estatísticas e mapas eleitorais. Do arquivo privado de Filinto Müller- AFM, os documentos se constituem de jornais, manifestos, cartas, telegramas e radiogramas.

A tese se apoia em grande medida no arquivo de Filinto Müller -AFM, doado em 1981 por suas filhas a FGV. Sobre o arquivo é preciso destacar algumas questões: 1) Os arquivos pessoais envolvem a escolha arbitrária de determinado material, ou seja, a exclusão daquilo que o portador deseja omitir ou não considerou relevante. Nesse acervo, uma seleção deliberada limitou seu escopo, em 1942, Filinto Müller mandou queimar documentos quando deixou a polícia central. (HEYMANN, 1997; NASSER, 1966). 2). Além disso, a herdeiras atuaram na formação do acervo estabelecendo um novo filtro. Com a doação, as filhas de Filinto tinham nítido objetivo de promover seu reconhecimento histórico superando as associações negativas do Estado Novo. Elas admitiram a seleção do material, provavelmente, excluíram documentos considerados prejudiciais³³. 3) O arquivo contém 66.704 documentos textuais, cerca de 500 recortes de jornais, 2 documentos impressos e 165 documentos visuais, que abrangem os anos de 1924 a 1948. O acervo referente ao período de 1949-1973 foi inteiramente perdido, pois estava com seu sobrinho e secretário, Antônio Corrêa Pacheco e o armazenamento inadequado levou a destruição por traças. Por essas razões, existem silenciamentos no acervo, por exemplo, não contém documentos sobre nazismo. (HEYMANN, 1997).

Pela extensão do acervo de abrangência internacional e nacional, foi consultada exclusivamente a parte sobre Mato Grosso.³⁴ Mesmo com as exclusões feitas por Filinto

³³ Segundo Maria Luiza Müller, a doação “... é a única maneira de as pessoas honestas irem lá pesquisar e ver que não é verdade nada disso que disseram do papai. Pode não ser hoje, nem amanhã, mas daqui a dez, vinte anos, as pessoas que forem honestas e pesquisarem lá corretamente vão ver que não é verdade, ele nunca foi autoritário na vida dele, e muito menos carrasco de nada.” (HEYMANN, 1997, p.56).

³⁴ Foram usados os seguintes documentos: 6) Chefatura de Polícia – Mato Grosso (10.988 folhas); 1) Assuntos Políticos (3.064 folhas). Relatório do Serviço de Inquéritos Políticos Sociais (SIPS) para o Mato

Müller e suas herdeiras, a documentação revelou-se vigorosa. As cartas, telegramas, jornais e manifestos apontam as contradições, incertezas, expondo os atores em sua intimidade. Além disso, entre 1935 a 1942 o arquivo oferece amplo material de procedência da censura, quando o chefe de polícia monitorava todos desde o presidente da República e ministros de Estado aos políticos mato-grossenses. (ROSE, 2017).

Interessante destacar que Filinto Müller não guardou a maioria das suas repostas às cartas recebidas, como normalmente se observa em outros acervos do CPDOC. (HEYMANN, 1997). As cartas de autoria de Filinto mostram um político conciliador e respeitoso dos companheiros, o que contrasta com os relatos dos políticos nas entrevistas de Neves (2001b) e Borges (2007). Portanto, Filinto Müller cuidadosamente selecionou o que permaneceria de sua autoria, de sua parte tudo parece premeditado, ao contrário de outros políticos que abertamente escrevem sobre compra de votos ou mostram seu desprezo aos populares.

Ainda sobre o acervo, a opção foi por transcrever as passagens com a grafia da época, grifos e termos que os autores escolheram, como também erros ortográficos e palavras incompreensíveis. Dessa forma, o leitor pode perceber a dificuldade de compreensão de alguns trechos, que também estão sujeitos a erros de interpretação, pois algumas cartas, telegramas e radiogramas escritos à mão foram de difícil entendimento.

2.2.1 – Desenho de Pesquisa

Estudos de caso foram amplamente conduzidos em Ciências Sociais, estes trabalhos alcançaram indiscutível avanço para conhecimento dos fenômenos políticos e sociais. Por definição são pesquisas que analisam um ou até doze casos (N- pequeno) e se detém em vários aspectos do fenômeno observado. (GERING, 2007). Por outro lado, estudos que consideram numerosos casos (N-grande), tem escopo limitado. As duas formas de condução da pesquisa têm suas vantagens e desvantagens, também não são opostas, por vezes, complementares. A escolha precisa se adequar ao objeto.

Segundo Lijphart (1971) a maior vantagem de conduzir um estudo de caso seria o exame intensivo, mesmo quando os recursos de pesquisa são limitados. E ainda: 1) quando pouco se sabe sobre o fenômeno, sendo possível desenvolver uma teoria; também 2) testar preposições e teorias; e 3) entender os casos desviantes do padrão.

Grosso sobre divisão territorial. O acervo pode ser consultado em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal?fun=FM&tud=MAN&de=&ate=assun=&fassun=0&aut=&faut=0&ser=366&subser=&itens=30>

Gering (2007) mostra que os estudos de caso são melhores para a compreensão dos mecanismos causais e para mostrar evidências na argumentação causal complexa. Enquanto as pesquisas de N-grande (*cross-case study*) tem maior validação externa, isto porque, os vários exemplos dão mais segurança na inferência produzindo generalizações sobre a população estudada; por outro lado, os estudos de casos têm maior validação interna, pois a profundidade permite melhor compreensão das relações causais. Como explicar não é apenas descrever os eventos e sim apontar por que o fenômeno acontece (KAPLAN, 1964), mostrando as razões e motivações do fato (RICHARDSON, 1985), é preferível realizar um estudo de caso, pois estabelecer as relações causais tem maior potencial explicativo. Segundo Gering (2007, p. 44), “na tarefa investigar os mecanismos causais, pesquisas com N- grande não são tão promissoras”³⁵. Se os estados brasileiros tivessem o mesmo nível de produção de conhecimento e quantidade de trabalhos mais ou menos igual, seria viável uma pesquisa sobre determinada variável de todas elites.

Para analisar as relações causais, o uso da argumentação contra factual contribui na comprovação ou rejeição das hipóteses. A teoria contra factual desenvolvida por Max Weber (1949), consiste em testar um cenário hipotético as relações de causa e efeito, por exemplo, se A não tivesse ocorrido B também não ocorreria?³⁶ Levando em conta as advertências de Fearon (1991) sobre sua utilização e a cautela no estabelecimento das relações, pois é necessário diferenciar as condições e as causas.

Todo argumento causal implica em um argumento contra factual mesmo que implícito. (LEVI, 2008). O argumento histórico consiste em mostrar que determinada condição, fato e evento causaram, influenciaram ou contribuíram para o resultado, então, se as condições, fatos e eventos fossem diferentes o desfecho também seria. Levi e Fearon concluem que o contra facto fortalecem estudos de caso (N pequeno), desde que estejam explícitos como um método de provar causalidades. Assim, “... uma teoria que especifica a consequências dos dois X e -X [o que aconteceu e o que não aconteceu] fala mais do mundo empírico do que uma que só mostra as consequências.” (LEVI, 2008, p. 631).

Apesar das potencialidades, os estudos de caso são criticados por sua pouca representatividade diante do tamanho da população, dificultando generalizações, razão primordial da ciência. Lijphart (1971) destaca o problema e acredita que apenas

³⁵ “In the task of investigating causal mechanisms, cross-case studies are often not so illuminating”.

³⁶ Alguns argumentos contra factuais conhecidos: não ocorreria Segunda Guerra Mundial sem Hitler (MUELLER, 1991 apud LEVI, 2008); a Primeira Guerra Mundial não teria ocorrido se arquiduque Ferdinando não fosse assassinado (LEBOW 2007 apud LEVI, 2008); sem revoltas camponesas não ocorreriam as Revoluções francesas, russa e chinesa. (SKOCPOL, 2015).

indiretamente os estudos de caso podem contribuir para estabelecer preposições gerais. Gering (2007, p. 84-5) reconhece a questão, mas defende que a pesquisa de poucos casos faça afirmações gerais, mas o pesquisador precisa ter clareza sobre a amplitude, o escopo e o domínio dessa inferência.³⁷ Além disso, “... o autor deve explicar como o caso estudado representa a população mais ampla dos casos”. Portanto, “nenhum estudo de caso deveria concluir sem pelo menos apontar como o caso se situa no amplo universo dos casos.”³⁸

A escolha por realizar um estudo de caso se deve por sua potencialidade explicativa. Também considerado apropriado para situação mato-grossense, devido aos poucos estudos sobre política, com a vantagem do aprofundamento em questões não enfrentadas.

Sobre as possibilidades da inferência e a delimitação da população dos casos no qual Mato Grosso se insere, primeiro, é preciso destacar que os estados contêm dinâmicas próprias, com variações no desenvolvimento econômico, social, político, além do mais, diferentes relações entre as elites. Eles apresentam trajetórias distintas desde a Colonização, marcada pela falta de comunicação e ligação entre as províncias (CARVALHO, 1993), que produziu contextos regionais particulares, cujo descompasso se acentuou na primeira experiência republicana (1889-1930), graças ao federalismo. (ABRUCIO, 1998).

Na Primeira República, os estados concentravam competências³⁹, como a autonomia financeira, beneficiando os estados exportadores, especialmente São Paulo e Minas Gerais (LOVE, 1993). Nessa situação, os estados não tinham o mesmo dinamismo econômico. O “poder nacional” perpassava pelas eleições presidenciais e para o Congresso Nacional.⁴⁰ A eleição para presidência da República passava pelo pacto entre os mineiros e os paulistas. Os estados “médios” poderiam influenciar caso houvesse

³⁷ Isso é particularmente problemático quando não está claro qual a população da inferência, isto é, a população dos casos de onde o determinado exemplo analisado pertence. Deve-se explicitar em que medida um estudo é sobre política brasileira ou sobre política em geral. Gering aponta que a inferência deve ser feita com cautela, não se deve reivindicar demais nem de menos.

³⁸ “...the author should clarify how the intensively studied case represents some broader population of cases” Gering (2007, p. 84). “No case study research should be allowed to conclude without at least a nod to how one’s case might be situated in a broader universe of cases” Gering (2007, p. 85) Tradução livre.

³⁹ Comparado à Constituição argentina (1853, revisada em 1860), mexicana (1857 e revisada em 1917) e das outras repúblicas latino-americanas, o Federalismo brasileiro foi o mais descentralizador (LOVE, 1993). Nestes dois países as províncias tinham restrições, por exemplo, não poderiam recrutar tropas. Enquanto que os estados brasileiros de São Paulo, e Minas Gerais tinham tamanha força militar e podiam impedir a intervenção do governo federal. Portanto, o governo federal interveio nos estados frágeis.

⁴⁰ Sobre o tema da Câmara dos Deputados na Primeira República, ver Zulini e Ricci (2014).

desentendimentos entre os estados principais e as unidades com média força eram Rio de Janeiro, Bahia e o Rio Grande do Sul. (ABRUCIO, 1998). Com importância crescente no período chegando em alguns aspectos a ultrapassar Minas Gerais, o estado do Rio Grande do Sul desequilibrava o arranjo pactuado. (LOVE, 1975). Logo, os estados também não tiveram a mesma importância política na Federação.

Por boa parte do período, a descentralização não foi contrabalanceada e equilibrada por um poder central que promovesse de políticas nacionais. Até os partidos eram estaduais, foram poucas as agremiações nacionais. Nessa configuração, sem uma coordenação para representação dos interesses de todos, as desigualdades econômicas e de desenvolvimento entre as regiões se acentuaram.

O federalismo nasceu sem relação de interdependência que garantisse a autonomia e compatibilização dos interesses dos entes federados. No âmbito das relações federativas havia o predomínio dos governadores dos estados com a economia mais pujante; em cada unidade federada o governador tinha relevância na composição com os grupos locais (QUEIROZ, 1976). No modelo proposto por Abrucio (1998, p.31-41), o desequilíbrio federativo gerou duas situações: de um lado, São Paulo e Minas Gerais dois “estados muito fortes” perante a União “frágil” em relação a eles. Por outro lado, a maioria dos estados fracos diante da União, pois necessitavam de verbas federais, o que significava se vincular com configuração política estabelecida. Um exemplo dessa relação foi o uso da intervenção federal, medida utilizada apenas nos estados mais fracos; interessante notar que Bahia em 1920 e Rio de Janeiro em 1910 e 1922 sofreram intervenção federal (CARONE, 1977) e o Rio Grande do Sul não. Portanto, segundo Abrucio, a falta de autonomia dos entes federados dificultou a implantação do federalismo.

Outros estudos consideraram a dimensão espacial para explicação da política, como em *Bases do Autoritarismo Brasileiro* (1982), de Simon Schwartzman. Para o autor existe uma dimensão ignorada: as nações têm bases territoriais, logo, os fenômenos políticos se distribuem espacialmente. Portanto, a política se desenrola de forma diferente no país. Schwartzman considera quatro regiões: 1) Região burocrática: aéreas que foram capitais de governo, como Salvador e Rio de Janeiro. 2) Regiões tradicionais: tiveram progresso no passado, mas há um declínio econômico e político, onde não houve modernização que eliminasse elementos tradicionais da política como os domínios de chefes locais. Caso de Minas Gerais. 3) A terceira, São Paulo, apresenta “espetacular desenvolvimento”, “maior fonte de impostos”, “maior estado em população”, “foco de industrialização”, contudo, “desempenhou um papel inferior a seu tamanho e peso

econômico relativo”. Por fim, 4) o estado do Rio Grande do Sul, segundo o autor, um posto de fronteira, sem relevância econômica, com forte oligarquia e base do Exército.

Em outra abordagem, Oliveira (1993) trata do que denomina a Questão Regional. A problemática decorre de uma “unidade nacional mal resolvida”, pois ainda existem desigualdades regionais. A Questão Regional é um embate do Nordeste, centro dinâmico no passado e estagnado no presente, reivindicando participação do Sudeste. Apesar das propostas do autor serem de assumida importância, considera apenas uma região.

Diante desse arranjo estabelecido entre as partes, é preciso ter cautela com as inferências, pois a trajetória de um estado explica uma parte do nacional. É possível agrupar algumas diferentes realidades segundo características comuns, por exemplo, estados com maior desenvolvimento econômico e participação política. A avaliação é que todos entes federados são relevantes para a compreensão da política brasileira, ainda que tenham diferentes pesos na Federação. A pesquisa pretende estabelecer algumas generalizações alcançando os casos de estados periféricos, ou seja, a maioria dos estados. Mas o foco principal é aprofundar na singularidade de um caso e ao fazê-lo demonstrar a diversidade entre as unidades. A necessidade é a de conhecer cada um para alcançar a dinâmica do todo.

A próxima seção expõe como as práticas desses grupos se desenrolaram. Como os grupos dirigentes competiram pelo poder estadual?

3. As práticas políticas: do governo Vargas no período de 1930 a 1945

No século XX ocorreram mudanças significativas e de amplo impacto. As nações se enfrentaram em duas guerras mundiais em 1914-1918 e 1939-1945. Impérios ruíram e as relações entre os Estados se alteraram, após a Segunda Guerra Mundial o mundo se dividiu em uma ordem bipolar: os Estados Unidos à frente dos países capitalistas e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas-URSS liderando os comunistas. A partir da década 1960, também ocorreram significativas transformações sociais, os jovens protestaram nas ruas, assim como as mulheres e os negros lutaram por igualdade. (HOBSBAWN, 1994).

Neste mundo em transformação, o Brasil também passou por grandes mudanças, resultando em vários períodos constitucionais (1934, 1937, 1946, 1967, 1988). O fim da Primeira República com a Revolução de 1930, alterou as regras da competição política em um momento de intensas disputas e instabilidades no governo federal e estados. Com o golpe de 1937 e a ditadura do Estado Novo não ocorreram eleições e poucos participaram da burocracia estadual. A democratização levou a um novo cenário em que os grupos não tiveram controle sobre os resultados eleitorais, também marcado por instabilidades. Em 1945, o general Eurico Gaspar Dutra elegeu-se presidente. Depois em 1950, Vargas retornou ao poder, dessa vez por eleição direta. Mas, o suicídio de Vargas em 1954, a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e a crise dela seguida, a deposição de João Goulart e o golpe militar em 1964 encerrou o período democrático; entre 1946 e 1964 somente Dutra (1946-1951) e Juscelino Kubitschek (1956-1961) terminaram o mandato. (SKIDMORE, 2010).

Essas alterações tiveram que ser consideradas pelos políticos mato-grossenses e houve a necessidade de adequação aos novos contextos, algo que foi difícil para alguns deles, em especial aos nascidos em fins do século XIX em uma ordem escravocrata. (FREYRE, 1963; FRANCO, 1997). Vários políticos viveram em uma sociedade estamental, na região do rio Cuiabá abaixo, até 1930, ainda se praticavam castigos corporais nos trabalhadores, que se encontravam em situação análoga de escravidão. Segundo Maria de Arruda Müller, filha de usineiro da região, após a Abolição da escravatura em 1888 “[...] os escravos ficavam nas usinas por sentimentos aos ex-donos.”

(NEVES, 2001). Também durante o Estado Novo se verificou trabalho forçado na fazenda de Fenelon Müller.⁴¹

O objetivo desta seção é analisar as ações dos grupos políticos para tanto é imprescindível abordar os acontecimentos históricos. Essa opção é necessária uma vez que os dispersos estudos e as memórias biográficas, quase sempre seletivas, não abordaram determinadas questões e a política foi tratada como a sucessão de governos e de seus feitos, sem revelar a configuração da disputa pelo predomínio político. A pergunta que orienta essa parte e a próxima seção 4- é: como ocorreu a competição política entre os grupos dirigentes? E a hipótese é a de que as mudanças nas configurações institucionais produziram alterações na atuação política das elites.

Inicialmente, são introduzidas rápidas considerações a respeito do quadro geral mato-grossense. Em seguida será apontada as afiliações políticas dos grupos perante os arranjos da Primeira República, para ressaltar as continuidades no pós-1930. Depois, a história política abordando a composição das classes dirigentes nas disputas eleitorais e a formação dos partidos políticos.

3.1- Configuração Socioeconômica

Aqui será apresentado alguns dados sobre realidade mato-grossense, tais como características de seu povoamento e as diferenciações entre as regiões que levaram ao Regionalismo, impactando na disputa política. O primeiro ponto a destacar são as diferenças de colonização do Brasil, o Oeste foi incorporado depois do litoral à Coroa portuguesa. No caso de Mato Grosso, em 1719 os bandeirantes encontraram ouro na região, no mesmo ano, fundaram a cidade de Cuiabá, que foi elevada a Vila Real em 1727, também incorporaram porções de terra mais ao Norte e ao Sul, a fim de se contrapor a Espanha. O Mato Grosso se tornou uma capitania em 1748 e Cuiabá escolhida capital da província em 1835, anteriormente era Vila Bela, na fronteira com a Bolívia. (CORRÊA, 2006; CORRÊA FILHO, 1969; MENDONÇA, 1973). Portanto, o Oeste tem povoamento tardio em relação ao litoral.

As primeiras levadas populacionais formadas por paulistas e portugueses se

⁴¹ De acordo com a pesquisa de Rose (2017) a família Müller mantinha paraguaios e brasileiros (comunistas) em situação de trabalho escravo em suas fazendas de Mato Grosso. Como no caso de João Alves da Mota, comunista e militar. Mota foi torturado e passou 17 meses fazendo trabalho forçado na Colônia Correccional Dois Rios. Depois de transferido para Polícia Central, fugiu do Rio de Janeiro para Cuiabá, onde foi reconhecido por um primo de Filinto Müller. Então, Mota relatou ter prestado serviços forçados por 5 meses na fazenda Palmeiras, de Felenon Müller, junto com paraguaios.

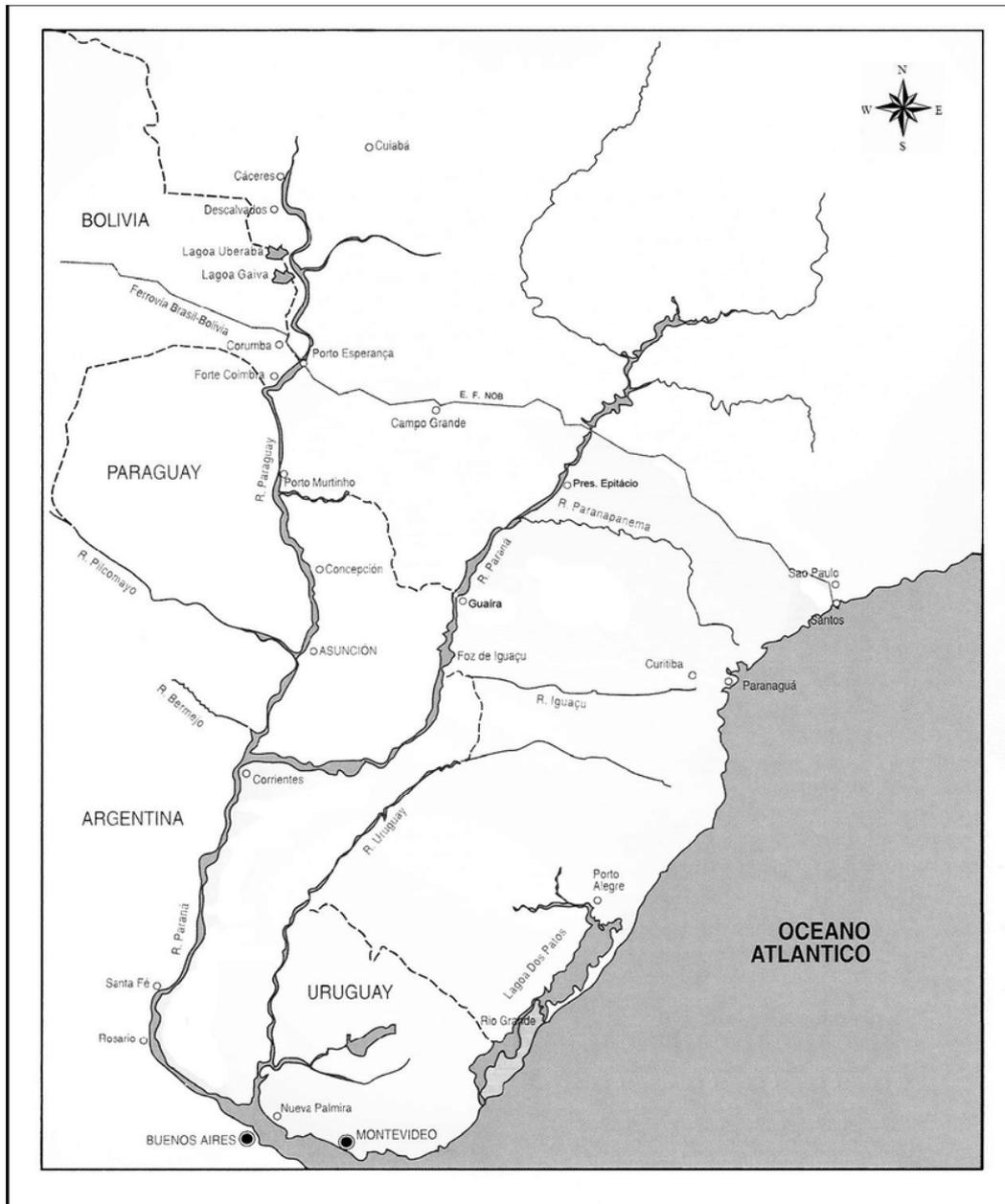
dirigiram para as proximidades de Cuiabá, sendo o território habitado pelas nações indígenas. No século XVIII, tradicionais famílias mato-grossenses chegaram ao estado, como os Ponce, os Corrêa da Costa, os Paes de Barros, como também os Figueiredo (CORRÊA FILHO, 1945; MENDONÇA, 1973; PONCE FILHO, 1952; RIBEIRO, s/d). Os Müller, descendente de alemães, chegaram no início do século XIX (JUCÁ, 1998; ROSE, 2017).

Um ponto significativo na caracterização do território diz respeito às vias de comunicação e transporte. Grosso modo, as províncias tiveram incipientes conexões (CARVALHO, 1993), mas, no final do Império algumas desigualdades de desenvolvimento já se estabeleceram.⁴² No Mato Grosso, inicialmente, o transporte era feito por via terrestre, o que podia levar semanas e até meses, o caminho terrestre ligava Cuiabá a Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Uma forma mais conveniente seria por via fluvial através da bacia platina, mas o Paraguai tinha fechado seu trecho do rio. (QUEIROZ, 2008; 2012).

A abertura da rota de navegação no rio Paraguai era uma reivindicação do Império brasileiro, dentro da conjuntura geopolítica da região do Prata. Também era um meio mais econômico e ágil de transporte para integrar Mato Grosso ao país. Finalmente, em fins da década de 1850 a navegação foi liberada. O percurso era longo, partindo de Cuiabá, descendo pelo rio Paraguai, atravessando os países vizinhos Paraguai, Argentina e Uruguai contornando a costa brasileira até atingir o Rio de Janeiro, conforme mapa da bacia platina abaixo. (QUEIROZ, 2008). Acontecia de o estado receber notícias sobre a política nacional com atraso, por exemplo, Mendonça (1973, p.228) aponta que em 8 de dezembro de 1889, o Partido Liberal ofereceu um baile a Generoso Ponce e “deram vivas” ao imperador, não sabiam da Proclamação da República de 15 de novembro 1889.

⁴²Entre 1879-1888, no Rio Grande do Sul, o interior e capital estavam conectados via 717 km de estradas de ferro, além de existir ligação com a capital federal. Em São Paulo havia considerável malha ferroviária formada no final do século XIX. O governo federal possuía 12% das ferrovias paulistas e o governo paulista 34%, e o restante era de capital privado. (LOVE; 1975; 1982).

Mapa 6- Bacia platina



Fonte: Queiroz (2012).

Mas, o rio foi novamente fechado durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), isolando a província mato-grossense. O Sul do estado foi ocupado por 3 anos pelas forças paraguaias, mas nunca alcançaram Cuiabá. O fim do conflito gerou vários impactos, um dos principais foi a abertura definitiva das vias de navegação. Como resultado, a cidade portuária de Corumbá ganhou relevância, bem como toda a região Sul do estado que sofreu influência dos países platinos. (CORRÊA, 2006). Além disso, a abertura da navegação possibilitou a entrada de imigrantes na região, chegaram italianos, uruguaios

e argentinos. Mesmo assim, a população era pequena, em 1888 o enorme território não chegava a ter 80 mil habitantes. (CORRÊA FILHO, 1969, p.581).

Outra mudança após fim da guerra foi no cenário econômico. Queiroz (2008) aponta como efeitos positivos da vinculação com mercado platino, graças a abertura da navegação, o início de atividades industriais no Sul do estado, como as charqueadas e a extração da erva-mate. Porém, com dinamismo singelo, já que a província dependia de recursos federais.

O povoamento na parte Sul do estado se intensificou. Correntes migratórias dirigiram-se para a região, vinda das cidades da zona central⁴³ e outra formada por mineiros e paulistas. Os Barbosas e os Lopes foram duas famílias pioneiras que ali se instalaram em fazendas. A partir de 1840, as “comitivas gaúchas” começaram a chegar e fixaram-se na área próxima a Ponta Porã, na fronteira com Paraguai.⁴⁴ Uma das cidades mais antigas da região é Corumbá⁴⁵, fundada em 1778 por motivos estratégicos de defesa da fronteira Oeste. Outra cidade antiga é Paranaíba, na fronteira com Minas Gerais, teve povoamento desde 1829 e foi elevada à categoria de cidade em 1894. (BITTAR, 2009, p.50; MARTINS, 1989; MARTINS, 2010; ROSA, 1962). Outras cidades foram criadas, como Campo Grande em 1899, Ponta Porã em 1912, Três Lagoas em 1915. Portanto, o povoamento no estado ocorreu de forma diferente, na região central foi mais antigo e nas cidades sulistas mais recente.

Como também foram diferentes os ciclos econômicos das regiões do estado. De modo geral, de acordo com Borges (1991), entre 1890 a 1890, o Mato Grosso dependia de repasses federais, pois as exportações foram diminutas. Entre 1890 a 1914, período de ascensão do extrativismo (borracha, erva-mate, outros). Por fim, 1914 a 1930 o extrativismo se reduziu e a pecuária e derivados ganhou relevância.

A exploração da borracha se localizava no Norte do estado, na Amazônia mato-grossense. Conforme Carone (1970), de 1878 a 1910, o Brasil controlava o mercado da

⁴³ Segundo Ribeiro (2010, p.31) os Alves Ribeiro viram de Poconé e estabeleceram a fazenda Taboco. Os Fialho entre o rio Aquidauana e o Taboco. Os Paes de Barros às margens do rio Aquidauana.

⁴⁴ Os gaúchos vieram após a Guerra do Paraguai. Quando participaram da guerra perceberam que no Sul de Mato Grosso existia campos para criação de gado e erva-mate nativa. O contingente populacional aumentou partir de 1895, com o fim da Revolução Federalista, quando vieram em busca de refúgio para ocupar as terras devolutas e criar gado. (ROSA, 1962).

⁴⁵ Mendonça (1973) destaca a relevância do presidente da capitania Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres para manutenção das terras ao sul, pois o capitão-general Cáceres promoveu o povoamento e proporcionou mais terras para o Brasil. (MENDONÇA, 1973). Cáceres assumiu o governo da capitania em 1772 e permaneceu neste posto por 17 anos, período em que criou presídios, destacamentos e colônias, a fim de povoar o extenso território. Mandou ocupar a margem direita do rio Paraguai, fundando a cidade de Corumbá e mais ao Norte, Cáceres.

extração da borracha. O Mato Grosso produzia menor proporção comparado aos demais estados produtores, pois possuía menor área de floresta. Ainda assim o produto foi relevante para economia estadual, teve ápice na década 1910. (FRANK, 1999). Em 1914, o sudeste asiático superou a produção de todos países e os preços despencaram.

A extração da erva-mate localizava-se na região Sul do estado. A economia ervateira teve início após a Guerra do Paraguai. A Companhia Mate Laranjeira monopolizava a exploração de ervais nativos em terras devolutas (chegou a controlar 5 milhões de hectares de terras) e o governo estadual periodicamente fornecia concessão para atividade. Em 1882, o empresário Thomas Laranjeira obteve a primeira concessão para exploração, a família Murinho também participou do empreendimento. As permissões do governo estadual foram concedidas até a década 1940⁴⁶. Durante a Primeira República, a Companhia foi uma das principais fontes de imposto estadual e forneceu empréstimos para o governo de Mato Grosso em 1926 e 1928, como também para o Paraná.⁴⁷ Nos anos 1940, a Companhia não controlava mais a economia ervateira mato-grossense, a atividade continuou através das cooperativas (BIANCHINI, 2000; CORRÊA FILHO, 1925; QUEIROZ, 2008; 2009).

O estado teve como principal atividade a pecuária, principalmente localizada na região Sul.⁴⁸ Segundo Queiroz (2008, 2004), desde a década de 1850, existia um incipiente processamento de charque para exportação. Nas primeiras décadas do século XX, a exportação de charque cresceu e teve papel importante na economia do estado, perdendo competitividade na década 1950. O gado era exportado e também vendido para frigoríferos paulistas. Queiroz (2004) destaca que a pecuária era atividade mais disseminada na no Sul do estado, especialmente na região da Vacaria, onde desde início do século XX os fazendeiros usaram técnicas mais promissoras, embora ainda rudimentares. O líder sulista Vespasiano Barbosa Martins era ligado à essa localidade.

Outro fator contribuiu para diferenciar a porção Sul das demais, a chegada da ferrovia Noroeste. A estrada de ferro teve a importância de promover integração do Sul com o país, tinha objetivo conter a influência platina na região (QUEIROZ, 2004, p.332).

⁴⁶ No período abordado a esfera de influência da Companhia foi limitada pelo governo Vargas.

⁴⁷ Em 1926, a empresa emprestou 3 mil contos de réis para o governo de Mato Grosso, com 8% de juros ao ano. Em 1928, nova quantia de 2 mil foi cedida. Para o governo paranaense, disponibilizou 970 contos. (BIANCHINI, 2000).

⁴⁸ Conforme o Boletim de Informações do Estado de 1941, em 1939, o estado tinha um total de 4.149.600 cabeças de gado, distribuídas: Zona Norte (1.096.000), Centro (665.000), Sul (2.390.000) e no Vale do Madeira (8.600). Fonte: APEMT, Diretoria Geral de Estatística. 59-Sinopse Estatística do Estado nº4. 1939-1940. Segundo Bittar (2009), em 1970, o Sul 15 milhões de cabeças de gado e, o Norte entre 2 a 5 milhões.

Mas, Cuiabá foi excluída de sua rota, continuava sendo ligada pelo rio Cuiabá. Isto porque, o empreendimento era federal e governo escolheu a rota conforme seus interesses. Em 1914, a Noroeste chegava a Campo Grande. Em apenas 4 dias alcançava-se a capital federal. Uma das consequências dessa conexão, a região Sul do estado ficou mais integrada a São Paulo do que com Cuiabá. A pesquisa de Galleti (2000) mostra como os cuiabanos almejavam e ficaram frustrados pelo fato de o estado ser cortado por duas ferrovias, a Noroeste e Madeira-Mamoré e nenhuma alcançar a capital.⁴⁹

Nessa situação, o extenso território compunha-se de regiões com explícitas insatisfações, mesmo porque com poucos recursos era impossível atender todas necessidades. A região Sul alegava ser preterida pelo governo estadual, apesar de contribuir com os maiores impostos. A região norte, na Amazônia mato-grossense, também queria se separar de Mato Grosso, seja através da criação de um território federal ou da vinculação a outros estados.⁵⁰ Do mesmo modo, a parte Leste também foi esquecida, segundo o prefeito Wilmar Peres, de Barra do Garças, somente após da divisão do estado a região do Araguaia recebeu atenção do governo estadual, antes Goiás provia as necessidades (*apud* NEVES, 2001b). Tudo isso porque os cuiabanos controlaram os cargos e recursos públicos.

3.2. As elites políticas na Primeira República

Durante a primeira experiência republicana (1889-1930), poucos decidiram sobre a política mato-grossense. Os “mandões” da República foram Generoso Ponce e Joaquim Murtinho, depois, Pedro Celestino Corrêa da Costa e Antônio Azeredo. Eles comandaram as oligarquias e decidiram sobre os rumos do estado (ARRUDA, 2015; CORRÊA FILHO, 1969 e 1951; FANAIA, 2010; FRANCO, 2017; MENEZES, 2007; CORRÊA, 2006). Nesse período, os Müller, os Ponce, os Corrêa da Costa, Barbosa Martins, Villasbôas e Figueiredo foram educados e tiveram a juventude marcada pelos conflitos entre os seus

⁴⁹“Na avaliação deste quadro, que se configurava como uma ameaça à longa tradição de domínio político, social e cultural do norte do estado [Cuiabá], os jornais cuiabanos expressaram, não raro, sentimentos de medo e angústia. Para alguns, o progresso da região sul parecia anunciar, inclusive, com a força de uma fatalidade, com o impulso irresistível das leis naturais, a decadência de Cuiabá e até mesmo, a perda da sua condição de capital. Por ironia da história, parte desta “fatalidade” era vista como resultado da construção de ferrovias em território mato-grossense, transformando o já velho sonho dourado que embalara gerações de mato-grossenses em um amargo pesadelo” (GALLETI, 2000, p.306-7). A partir da década de 1940, a via de transporte entre Cuiabá e o Rio de Janeiro pôde ser feita por avião (Jucá, 1998).

⁵⁰ Conforme Antônio Antero Paes de Barros, Delegado fiscal do Estado de Mato Grosso em Guajará-Mirim-MT em 1934, a região era descolonizada, isolada e depende de Manaus. Alguns queriam se anexar ao Amazonas, outros ao Acre. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp/MT Pasta III, Correspondência de Antônio Antero para Filinto Müller.

parentes no poder, sofreram perseguições e perdas, sobretudo desfrutaram das vantagens da sua posição social. Nesse sentido, o objetivo dessa parte é destacar o posicionamento político dos grupos perante os conflitos das oligarquias.

O período pode ser dividido em dois: o primeiro entre 1889 a 1917, quando as oligarquias envolveram o estado em movimentos armados nas suas disputas pelo poder. Os maiores conflitos foram em 1892, 1899, 1906, no último o governador Antônio Paes de Barros foi assassinado. Os três confrontos foram promovidos por Generoso Ponce e Joaquim Murinho, nos episódios de 1892 e 1906 estiveram unidos e em 1899 confrontaram-se. Depois de 1911, a disputa passou a acontecer entre Pedro Celestino Corrêa da Costa e Antônio Azeredo, que resultou no conflito armado de 1916⁵¹, levando o governo decretar intervenção federal em 1917.

O segundo período, entre 1918-30, após a intervenção federal, Pedro Celestino e Antônio Azeredo compreenderam que ou se uniriam para mandar em seu estado ou teriam de suportar o presidente Wenceslau Brás e outros governadores interferindo nas decisões estaduais. Apesar dos conflitos menores e a violência persistirem, todos os governadores conseguiram terminar o seu mandato: Dom Aquino Corrêa, Pedro Celestino Corrêa da Costa, Estevão Alves Corrêa, Mário Corrêa da Costa, exceto Aníbal de Toledo devido à Revolução de 1930 teve o seu mandato interrompido. (CORRÊA FILHO, 1969 e 1951; FANAIA, 2010; FRANCO, 2017; MENEZES, 2007; CORRÊA, 2006).

⁵¹ No ano de 1916 as relações entre o Executivo e Legislativo estadual passaram por contínuos atritos. Os deputados estaduais, apoiados pelo senador Antônio Azeredo acusaram o governador Caetano de crime de responsabilidade, em contrapartida, o governador mandou prender os deputados. Os representantes do Legislativo solicitaram *habeas corpus* e a Assembleia passou funcionar protegida pelo Exército (MENDONÇA, 1974a). A Assembleia pretendia processar o governador, mas em julho de 1916 foi ocupada por milícia privada. O ápice das hostilidades ocorreu quando o Hotel Cosmopolita foi invadido, onde se hospedavam deputados do Partido Republicano Constitucional- PRC, favoráveis a Azeredo (ALVES, 2002; MENDONÇA, 1974a). A Assembleia transferiu-se para a cidade de Corumbá e em 06 de novembro de 1916, os deputados aprovaram por unanimidade perda de mandato do governador Caetano, sendo o 2º vice empossado em Corumbá. Diante do *impeachment*, o governador conseguiu *habeas corpus* para manter-se no governo do estado, gerando duplicidade de governo – em Cuiabá e Corumbá. Enquanto isso, desde julho os dois grupos lutavam. De um lado, os coronéis do PRC e trabalhadores da Companhia Mate Laranjeira. Do outro lado, a favor do governo estadual, forças compostas por seringueiros, garimpeiros e usineiros sob o comando de José Morbeck e Palmyro Paes de Barros. No Rio de Janeiro, após intervenção do senador Azeredo o presidente Wenceslau Brás decretou a intervenção federal em 10 de janeiro de 1917, assumindo o interventor federal Camilo Soares. Após a experiência da intervenção, os atores políticos começaram a tecer um acordo para as eleições em novembro de 1917. Segundo Alves (2002), depois de algumas indicações dos dois partidos, o PRC indicou Dom Aquino Corrêa. O religioso católico detinha prestígio no estado e apoio do Partido Republicano Paulista- PRP, do mineiro Antônio Carlos R. de Andrade e do presidente da República. Entretanto, em Mato Grosso a candidatura sofreu oposição dos partidos, dos protestantes, espíritas, membros dos cultos afros, da loja maçônica Acácia de Cuiabá. Diante dessa situação, Dom Aquino informou ao presidente da República que só assumiria se Pedro Celestino e Antônio Azeredo concordassem (ALVES, 2002), o que aconteceu.

Ponce foi um líder de considerável influência, mas, perdeu o predomínio político quando em 1899 ousou enfrentar Joaquim Murinho, que contava com apoio do governo Campos Salles. (FANAIA, 2010; FRANCO, 2017). Cumpre destacar que, para o Mato Grosso, Campos Salles não permitiu que a política dos governadores se realizasse, pois Ponce era quem mantinha o apoio da maioria. Ainda assim, o presidente da República não se importou com o uso da violência por Antônio Paes de Barros para impor o predomínio de seu ministro Joaquim Murinho na política estadual (ARRUDA, 2015).

Quando ambos políticos faleceram em 1911, Pedro Celestino e Azeredo passaram a disputar o comando do estado. Antônio Azeredo interferia em seu estado mesmo morando no Rio de Janeiro, do mesmo modo que Joaquim Murinho o fez. Isto porque, Azeredo e Murinho detiveram recursos sociais e políticos advindos de posição estratégica no governo federal (MILLS, 1975) e aproveitaram as relações federativas desequilibradas da Primeira República para se projetar politicamente em seu estado natal. O senador Azeredo tinha prestígio e participava dos arranjos políticos nacionais, mas não teve mesma influência do senador gaúcho Pinheiro Machado⁵², por exemplo. Machado teve ampla esfera de atuação política e Azeredo estava subordinado aos interesses paulistas. (CARONE, 1970; LOVE, 1975).

Como os herdeiros consanguíneos de Ponce eram jovens em 1911, Pedro Celestino assumiu a liderança estadual e foi um dos mais relevantes líderes locais. Segundo Queiroz (1977, p.88) o meio de ascensão do coronel não necessariamente envolveu a transmissão do cargo por herança, ou seja, o pai coronel passar o posto de chefia ao filho.

Pedro Celestino foi uma liderança com esfera de influência estadual relevante, mas não manteve a rede de apoio tanto quanto Ponce. A partir do governo de Costa Marques 1911-1915, o grupo poncista se cindiu (Corrêa da Costa/Azeredo, entre outros) e o governador aderiu ao grupo de Azeredo, do Partido Republicano Conservador- PRC. Pedro Celestino criou o Partido Republicano Mato-Grossense – PRMG em 1913. (CORRÊA, 2006; CORRÊA FILHO, 1945; 1969). Além do mais, a própria oligarquia Corrêa da Costa se dividiu. Pedro Celestino indicou seu sobrinho Mário Corrêa da Costa para governadoria mato-grossense, que elegeu sem precisar sair de seu consultório

⁵² O senador gaúcho “[...] era o homem mais poderoso do Senado entre 1905-15” (LOVE, 1975, p.147; p.157). Controlava a eleição legislativa federal de 17 estados, menos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Além disso, teve papel significativo na presidência de Hermes da Fonseca, pois o próprio presidente admitiu que governou com sua ajuda.

médico no Rio de Janeiro. Tempos depois, Mário rompeu com o tio e fundou seu próprio partido, o Partido Democrata Mato-Grossense.

O rompimento dos Corrêa da Costa levou ao reposicionamento dos demais políticos. O deputado estadual Júlio Frederico Müller, pai de Filinto Müller, apoiou o governador Mário Corrêa da Costa ao assinar moção de repúdio a Pedro Celestino na Assembleia (MENDONÇA, 1974a). Do mesmo modo, seu filho Fenelon Müller, havia sido nomeado prefeito de Cuiabá pelo governador.

Mas, os sulistas tiveram outro entendimento sobre a cisão. Em Aquidauana, José Alves Ribeiro, o coronel Jeje, apoiava Pedro Celestino. Como também, Eduardo Olímpio Machado⁵³, já que tinha sido escolhido por Pedro Celestino vice-governador de Costa Marques em 1911. Outro aliado, Demosthenes Martins, tinha estabelecido aliança com os celestinistas, também exerceu cargos por nomeação pelo “chefe” Pedro Celestino e permaneceu leal mesmo quando Mário Corrêa da Costa tentou cooptá-lo.⁵⁴

Estava, porém, já desenhada a divergência entre o Presidente Mário Corrêa e o Coronel Pedro Celestino, uma surpresa que a todos deixava estarecidos, pois aquele fora guindado ao governo pelo prestígio deste que além do mais era seu tio e sempre foram amigos. (MARTINS, s/d, p.77).

Outro apoiador de Celestino, Arnaldo de Figueiredo tinha uma relação de lealdade pessoal para com Pedro Celestino, quando eleito governador (1947-1950) executou medidas de clara influência de seu antigo mentor político. Por exemplo, tinha a compreensão da relevância de colonizar o Sul do estado e enfrentar o monopólio de terras da Companhia Mate Laranjeira. Esses exemplos evidenciam a importância de Pedro Celestino para as futuras lideranças, sobretudo, sua influência e liderança sobre os sulistas.

Pedro Celestino, manteve apoio de vários líderes, mas na década de 1920 estava na oposição. Não estava sozinho, a Primeira República cada vez mais foi questionada e oposição cresceu, especialmente no governo Bernardes (1922-1926). O presidente foi

⁵³ O governador Antônio Paes de Barros havia nomeado Eduardo O. Machado juiz de Nioaque-MS, mas com conflito de 1906 e a morte do governador, teve que se exilar no Paraguai e perdeu o cargo. Em 1911, Pedro Celestino o nomeou juiz novamente e recebeu vencimentos retroativos. (LINS, 2010).

⁵⁴ Demosthenes conseguiu ser advogado com apoio do coronel Jeje e outros celestinistas. Como não tinha recursos para cursar Direito, a saída foi prestar um exame em Cuiabá para obter licença de advogado provisionado. Martins ficou um tempo na capital estudando e contou com apoio financeiro dos celestinistas e também com orientação sobre o exame da parte do presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Joaquim P. Ferreira Mendes. Foi admitido. Tempos depois, Pedro Celestino o convidou para ser intendente de Bela Vista. Quando Mário Corrêa da Costa assumiu governo estadual lhe ofereceu um cargo melhor, coletor de rendas em Aquidauana, mas não aceitou. (MARTINS, s/d).

eleito apesar de várias manifestações de despreço, mas contava com apoio dos governos de São Paulo e Minas Gerais. Os protestos, devido à vitória de Bernardes, tiveram uma proporção que, pela primeira vez na história, um presidente assumiu sob estado de sítio, prorrogando-o por quase todo seu mandato. (CARONE, 1977).

Os mato-grossenses também se posicionaram sobre os acontecimentos do país. O deputado estadual João Villasbôas foi o líder da Reação Republicana no estado, movimento que promoveu a candidatura de Nilo Peçanha à presidência, que também concorreu naquela eleição. Com a vitória de Bernardes continuou fazendo oposição. Na rebelião tenentista de 1922 e 1924, o tenente Filinto Müller integrou as fileiras insurretas. Em Mato Grosso, Villasbôas, junto as lideranças do Sul, Vespasiano Barbosa Martins, Arlindo Gomes e Eduardo O. Machado foram simpatizantes. (ABREU, et al, 2010; LINS, 2010; LEITE, 1992).

Outro momento de demarcação de posições políticas foi na eleição de 1930. Em Cuiabá apenas 11 pessoas votaram na Aliança Liberal de Getúlio Vargas, entre elas, Pedro Celestino e Júlio S. Müller. (NEVES, 2001a). No Sul, Vespasiano B. Martins foi candidato pela Aliança à prefeitura de Campo Grande e não foi eleito. (MARTINS, 1989). Demosthenes Martins foi fiscal da eleição representando a Aliança, em suas palavras “[...] eu me alistara juntamente com numeroso contingente de eleitores locais, **seguidores da liderança** do Senador Pedro Celestino, o único parlamentar mato-grossense que apoiara aquelas candidaturas.” (MARTINS, s/d, p.90, grifo nosso). Os sulistas sob liderança de Pedro Celestino se mantiveram na oposição.

Durante a revolução de 1930, de acordo com o governador desposto Aníbal de Toledo, não ocorreu luta em Mato Grosso. (MENDONÇA, 1974a). Segundo o militar Souza (2010), o Sul estava preparado para tomar parte na luta, sob a chefia do tenente-coronel Antonino Mena Gonçalves, que vinha do Rio Grande do Sul com armamentos para iniciar o combate. Mas quando Mena Gonçalves estava no percurso, a Revolução triunfou. Segundo Lins (2010) Vespasiano Barbosa Martins, Machado, Gomes apoiaram da Revolução 1930. Demostenes Martins (s/d) ressalta que mantinha ligação com general Flores da Cunha em Uruguaiana-RS e acompanhava os preparos para a Revolução.

Um ponto de destaque da Primeira República, é que neste momento crescia a percepção que o governo estadual tratava as regiões de forma diferente. Segundo Corrêa (2006), como política estadual estava tão fechada e reservada aos cuiabanos que os coronéis do Sul começaram a propagar a ideia de criação de um novo estado para seu mando exclusivo. Porém, não existia um movimento organizado atuando em prol da

divisão, havia sim insatisfação e o desejo da separação. (BITTAR, 2009). Além disso, segundo Queiroz (2006) na década de 1920, tornava-se nítido os efeitos positivos da ferrovia na cidade de Campo Grande, com o crescimento econômico e populacional. Conseqüentemente, os cuiabanos se sentiram ameaçados, pois acreditavam que a mudança da capital era uma ameaça real desde o governo de D. Aquino (1918-1922), de acordo com um documento divisionista.⁵⁵ (GALETTI, 200).

Outro fator relevante, a população de Mato Grosso estava aumentando. O censo publicado em 1937, aponta o crescimento entre 1872 a 1920 do estado e uma leve diminuição da população da capital. O quadro mostra que o número de habitantes quadruplicou no período. Mas Cuiabá teve uma perda pequena de população. É possível que tenha havido uma migração para as cidades sulistas, tornando-as mais populosas.

Quadro 1- População de Mato Grosso e da Capital 1872- 1920

Ano	Mato Grosso	Cuiabá
1872	60.417	35.987
1890	92.827	17.815
1900	118.025	34.393
1920	246.612	33.678

Fonte: APEMT⁵⁶

A intenção nessa exposição foi mostrar a formação dos grupos políticos em disputa, sobretudo a união deles conforme interesses comuns, não existindo uma suposta polaridade na qual os mato-grossenses devido ao local de nascimento não poderiam lutar juntos em determinada causa ou movimento político. A composição dos grupos continha indivíduos provenientes de diversos locais e ocorreu conforme seus objetivos comuns. A liderança do cuiabano Pedro Celestino motivava os sulistas.

Outro ponto relevante, no período da Primeira República, duas formas se distinguiram de atingir o predomínio estadual. Uma baseada na manutenção da maioria das lideranças locais através de uma rede de lealdades pessoais. Como nos casos de Generoso Ponce e Pedro Celestino. O outro modo foi através de ocupação de cargo público em âmbito federal. Nos casos de Joaquim Murinho e Antônio Azeredo.

⁵⁵A autora mostrou o tom preconceituoso de documento de dois deputados sulistas, em 1912, que afirmaram que os nortistas seriam "... uma raça degenerada, contaminada pelo amarelão, incapaz de qualquer progresso, ao passo que o sul está sendo povoado por uma raça forte de aventureiros gaúchos que no futuro deverá dominar o Estado de Mato Grosso." (apud Galetti, 2000, p.266).

⁵⁶Fonte: APEMT, Diretoria Geral de Estatística. 59-Sinopse Estatística nº4-1939-1940.

Mato Grosso era frágil na Federação, nesse sentido, a capacidade do político demonstrar ter apoio do presidente da República importava. Dito de outra forma: “[...] em nosso Estado, não são os partidos que apoiam o governo e sim o governo que apoia os partidos ... Todos e tudo depende dos favores do governo.”⁵⁷

A disputa ocorria pelo apoio do governo federal, especialmente de 1930-45 e em menor medida posteriormente. Então, o relativo prestígio e acesso aos recursos possibilitados pelo cargo em âmbito federal de Joaquim Murinho, Antônio Azeredo e Filinto Müller se converteu em direito de mando sobre o estado. Mas, os dois primeiros tiveram apenas que combater líderes os carismáticos⁵⁸ citados, em uma configuração institucional favorável ao seu domínio. Filinto Müller teve intensas possibilidades garantidas pela ditadura do Estado Novo, mas, após 1945, enfrentou diferente contexto de Murinho e Azeredo.

3.3- Anos Vargas: 1930-1937

A década de 1930 foi marcada pela instabilidade política e uma das razões foi a composição heterogênea da aliança revolucionária. Formada tanto pelos oligarcas, como o gaúcho Borges de Medeiros (CASTRO, 1980) e os mineiros Arthur Bernardes e Antônio Carlos (BOMENY, 1980), mas também pelos tenentes, que foram perseguidos pelo ex-presidente Bernardes. Após a Revolução, dois grupos com propostas diferentes se formaram e entraram em oposição. De um lado, os tenentes acreditavam que o Brasil precisava de centralização contra as forças regionais e assim promover a integração do país.⁵⁹ (CARONE, 1976a). As oligarquias regionais dos estados mais fortes esperavam a permanência do arranjo federativo anterior, especialmente a manutenção da autonomia

⁵⁷ Carta de João Ponce para Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp/MT Pasta II, 20/04/1934.

⁵⁸ Conforme Queiroz (2006, p.176), “A liderança coronelística, que era sempre uma liderança econômica, e uma liderança de parentelas, assumia além de tudo um aspecto nitidamente carismático, pois o escolhido (fossem quais fossem o tipo de escolha e as razões de sua ascensão social) só chegava a grande chefe se apresentasse aquela inexplicável qualidade que despertava a adesão afetiva e entusiasmada dos homens, levando-os espontaneamente a obediência, qualidade que concorria para reforçar a solidariedade interna do grupo.”

⁵⁹ Intelectuais como Oliveira Vianna, Francisco Campos, Alberto Torres e Azevedo Amaral (2002) compartilhavam dessas convicções. Os autores criticaram a Primeira República (LAMOUNIER, 2006), o “artificialismo da Constituição” de 1891, pois as instituições deveriam ser inspiradas pela análise das condições sociais e políticas do país, e não transplantadas do exterior, desconsiderando a história nacional. Durante a década de 1930, o Federalismo, Liberalismo, Eleições, Parlamento, Partidos, Democracia foram considerados inautênticos para o povo brasileiro. Além disso, para Torres (1938) um ponto crítico era a manutenção da unidade nacional, ameaçada devido ao tamanho e a diversidade do país. Esses autores tentaram demonstrar como o transplante de instituições promoveria um descompasso entre as leis e a realidade (o Brasil “legal” e o Brasil “real”). Defendiam a centralização e o corporativismo (VIANNA, 1939). Viram a Revolução de 1930 com entusiasmo, mas consideraram a Constituição de 1934 um empecilho, seria apenas em 1937 que se completariam as mudanças.

estadual. (GOMES, 1980).

O governo Provisório mediou essas disputas e também implantou medidas para desmontar a configuração anterior, com o sistema de interventorias. Inicialmente, os interventores nomeados eram indivíduos de fora dos estados e militares. Depois, conforme as pressões locais, o governo nomeou elementos vinculados às elites, mas sem força política, aqueles com “pouca biografia” (SOUZA, 1990). Outra providência tomada foi restringir autonomia dos municípios por causa de sua situação de “desorientação administrativa”, de dívidas, “falta de métodos racionais” e lócus do coronelismo. Os interventores nomeavam e demitiam prefeitos. Também foram criados órgãos para supervisioná-los, como os conselhos⁶⁰, mais tarde o Departamento das Municipalidades⁶¹. Em suma, a política de “tutela municipal.” (LEAL, 2012).

Além disso, o Código Eleitoral de 1932, através do decreto nº 21076, introduziu medidas necessárias para melhorar o processo eleitoral, que continha vícios⁶². A Justiça Eleitoral foi criada, com responsabilidade de alistar os eleitores, apurar resultados e proclamar os eleitos, antes o processo era controlado pelos mandões locais. O voto passou a ser sigiloso e as mulheres conquistaram o direito de votar.

Em Mato Grosso, intensas disputas ocorreram por essa razão 10 pessoas assumiram o governo estadual até 1937. Os interventores/governador assistiram à oposição formar uma coalização de forças a fim de retirá-lo do Executivo estadual e nenhum deles permaneceu no cargo por período maior que dois anos e quatro meses. Os grupos em disputa foram: os Müller aliados aos Ponce, o grupo dos liberais liderado por Villasbôas, o grupo de Mário Corrêa da Costa e o grupo dos sulistas liderado por Vespasiano B. Martins. Os conflitos ocorreram em consequência da falta de consenso sobre as regras do jogo (DOGAN e HIGLEY, 1998), os políticos as questionaram e desrespeitaram princípios democráticos. Tanto foi assim que entre 1930-37 ainda houve ameaça de levantes armados e contestações aos resultados eleitorais.

⁶⁰ Decreto nº 19.398 de 11/11/1930, que também dissolveu as câmaras municipais e assembleias.

⁶¹ Órgão estadual, que dava assistência aos municípios e os coordenava conforme os planos estaduais, fiscalizando-os na execução de seus orçamentos e opinava sobre medidas administrativas. Dependia do interventor. (LEAL, 2012).

⁶² O compromisso coronelista garantia a estabilidade do sistema e a votação importava pouco (CARVALHO, 1997; QUEIROZ, 1976). A oposição não competia nas mesmas condições da situação, se por ventura um opositor fosse eleito, a Comissão de Verificação de Poderes poderia negar seu diploma para posse no cargo, o processo conhecido como “degola”. Também existiu fraudes nas apurações. (LEAL, 2012).

Algumas características desse momento até 1937 lembram a Primeira República no que se refere aos confrontos e falta de coesão⁶³. Entretanto, havia diferenças como a crescente centralização⁶⁴ e os confrontos armados não foram tolerados, as tropas federais estavam nas eleições para coibir violência. Vargas e seus ministros mediarão uma solução para as disputas entre os mato-grossenses, arbitrando e negociando com os grupos. Mas diante do acirramento da situação, governo decretou intervenção federal em 1937.

Isso posto, como os anos até o golpe de 1937 são turbulentos a análise foi agrupada em cinco momentos distintos, não necessariamente correspondendo ao período de cada governante, mas sim considerando as coalizões e os reagrupamentos das classes dirigentes: a) Interventorias militares – de outubro de 1930 a junho de 1932; b) Interventoria de Leônidas de Matos (junho de 1932- outubro de 1934); c) Ascensão dos Müller (outubro de 1934 – setembro de 1935); d) Governo Mário Corrêa da Costa (setembro de 1935- março de 1937)⁶⁵.

A) Interventorias militares

Em 03 de outubro de 1930, o governador Aníbal de Toledo entregou o cargo para o comandante geral da polícia do estado, o coronel Sebastião Rabelo Leite. (MARTINS, s/d). Segundo Souza (2010), este apenas assumiu provisoriamente por pouco tempo e entregou o cargo para o tenente-coronel reformado Antonino Mena Gonçalves, nomeado governador provisório do estado. O gaúcho Mena Gonçalves tinha servido em Campo Grande entre 1923-1927 (ABREU, et al, 2010). Entre suas ações, nomeou Júlio Müller para a prefeitura de Cuiabá e Virgílio Corrêa Filho, genro de Pedro Celestino, para a Secretaria - Geral do Estado.

Mena Gonçalves era um experiente militar imbuído dos ideais da Revolução, mas suas medidas moralizadoras humilharam os grupos locais, principalmente os coronéis usineiros. Conforme Neves (1988, p.119; 2001a, p.75), o interventor desarmou os coronéis que tinham terras localizadas no rio Cuiabá abaixo⁶⁶, onde os funcionários

⁶³ A coesão partidária se refere quanto à distribuição de preferências dentro do partido e a identificação entre seus membros. A coesão elimina o uso da disciplina partidária, de premiações ou de punição, pois a bancada compartilha valores, ideais ou objetivos. (SANTOS, 2000).

⁶⁴ Iniciada desde Reforma constitucional de 1926, que introduziu instituiu os vetos parciais do presidente e aumentou a possibilidade de intervenção federal, no caso o estado para reorganizar finanças. (SOUZA, 1990).

⁶⁵ Conforme Abreu et al (2010).

⁶⁶A região fica 73 km de Cuiabá.

recebiam castigos corporais.⁶⁷ De acordo com Mendonça (1974 a; b), uma série de violências na repressão a estes proprietários levou a demissão de Virgílio Corrêa.

Além dos velhos coronéis, o interventor também desagradava os apoiadores da Revolução, principalmente sulistas, reunidos no Partido da União Liberal Matogrossense. O partido foi criado em 1931 e provavelmente extinto em 1933. Fizeram parte: Vespasiano B. Martins, João Leite de Barros, Francisco Vilanova e Leônidas Antero de Matos. (ABREU, et al, 2010). Os sulistas também almejavam chegar ao poder, já que tinham apoiado a Aliança Liberal, porém, isso não aconteceu. (QUEIROZ, 2006). Manifestando seu descontentamento, uma comissão visitou Vargas no Catete, mas a conversa não foi produtiva e os políticos teriam sido recebidos “friamente.” (LINS, 2010, p.88).

Os sulistas justificavam sua oposição ao interventor em razão de sua “incompetência”. Na versão de Martins (s/d), mantinham contato com o interventor de São Paulo, João Alberto, a fim de conseguir a demissão de Mena Gonçalves, inclusive divulgaram que o Sul promoveria um conflito armado.⁶⁸ Consequentemente, após cinco meses de contestações Mena Gonçalves perdeu cargo e Vargas nomeou Artur Antunes Maciel.

Em 24 de abril de 1931, o gaúcho Artur Maciel tomou posse, segundo Abreu (et al, 2010), sua nomeação ocorreu em virtude da indicação do ministro Oswaldo Aranha. O interventor sofreu oposição dos militares do 16º Batalhão de Caçadores, bem como da imprensa local. Do mesmo modo, Maciel não apoiou o partido da União Liberal, seguindo orientação do governo federal de que os interventores não deveriam se envolver com a política partidária. (ABREU, et al, 2010). Apesar de nomear Vespasiano B. Martins prefeito de Campo Grande, os sulistas permaneciam insatisfeitos.

Maciel permaneceu um ano e três meses sendo substituído por Leônidas Antero de Matos. Os dois interventores militares recusaram-se a participar das questões políticas

⁶⁷ Corrêa (2006, p.166-7) exhibe o documento que Mena Gonçalves relatou o ocorrido para o ministro Oswaldo Aranha: “Também recolhi a prisão como infando escravizador de branco o ex. Deputado Federal Coronel João Celestino Corrêa Cardozo vg a qual tinha em sua usina Conceição um tronco em que eram presos as suas vítimas pelo pescoço ou pelas pernas pt. Esse horrível instrumento de martírio acha-se com seu proprietário recolhido ao Quartel da força pública do Estado pt. Estou organizando batidas nas outras usinas do Estado ...” Telegrama 26.01.1931. Escreveu para Vargas, “Nessa última Uzina, foi apreendido também o tronco já clássico aqui nestes estabelecimentos, effectuada a prisão do seu proprietário, Virgínio Nunes Ferraz e postos em liberdade dezenas de miseráveis.” Off. N. 53 do Cel. Antonino, ao presidente Vargas. 29/11/1931 (CORRÊA, 2006, p.167).

⁶⁸ Segundo Martins (s/d, p.94), os sulistas dispostos a lutar seriam o coronel Laudelino Barcelos, Eduardo Olímpio Machado, Arlindo de Andrade, Dolor de Andrade, Major Leonel Velasco e Ulisses Lima, líderes da Aliança Liberal.

locais e enfrentaram a oposição. O próximo período foi o mais duradouro anterior ao Estado Novo.

B) Interventoria de Leônidas de Matos

Em maio de 1932, o governo federal marcou eleição para Assembleia Nacional Constituinte para o próximo ano, quando os parlamentares elegeriam o novo presidente. Diante dos riscos do pleito, o Governo Provisório trocou a maioria dos interventores por indivíduos considerados de confiança (SOUSA, 1990), muitos militares e todos partidários da centralização. Para Mato Grosso e Paraná foram designados civis, no caso paranaense, Manoel Ribas permaneceu como interventor até 1945. Diferentemente, em Mato Grosso mais sete políticos exerceriam a mesma função neste período.

Leônidas de Matos era cuiabano e formado em Direito em Porto Alegre, onde trabalhou como advogado com Getúlio Vargas. Ao assumir a interventoria em junho, convidou Júlio Müller para participar de seu governo como chefe de polícia e João Ponce como prefeito de Cuiabá.

No mês seguinte, a Revolução Constitucionalista eclodiu e parte dos matogrossenses apoiaram os paulistas contra Vargas. No Sul do estado, os políticos apoiaram a Revolução⁶⁹ em grande medida. Segundo Neves (1988; 2001), os políticos de Corumbá não participaram, embora o corumbaense Gabriel Vandoni de Barros tenha apoiado a causa. Na zona central os políticos aderiram em menor proporção, por exemplo, o cacerense João Villasbôas aderiu, como também o cuiabano Waldomiro Corrêa da Costa. (MENDONÇA, 1974a; SALDANHA, 2010).

Em Campo Grande, o general Klinger⁷⁰, comandante da circunscrição militar, nomeou Vespasiano B. Martins chefe do governo revolucionário de Mato Grosso⁷¹. Para

⁶⁹ No Sul, a exceção foram os civis de Bela Vista, a Base Naval de Ladário e Porto Murtinho. O major reformado José Martinho da Costa tentou revoltar o 16º B.C. de Cuiabá, sem sucesso. (CORRÊA, 2006).

⁷⁰ Segundo Abreu (et al, 2010), após a Revolução de 1930, a junta militar que governava nomeou Bertoldo Klinger chefe de polícia do Distrito Federal. Mas o general se desentendeu com a equipe do futuro governo e deixou o cargo quando Vargas assumiu. Em 1931, Klinger foi transferido para a Circunscrição Militar de Mato Grosso.

⁷¹ Parte da historiografia sul-mato-grossense compreende esse momento como o nascimento de Mato Grosso do Sul. Contudo, o trabalho de Bittar (2009) comprova através de documentos que Vespasiano B. Martins se considerava chefe de um governo revolucionário em Campo Grande e não de um estado dividido. Martins assinava como interventor federal de Mato Grosso: “Ciente de correr aí que o movimento do Sul é regional contra o Norte, venho declarar não ser verdadeiro o que se afirma. Batemo-nos com os nossos irmãos de São Paulo, Rio Grande e Minas pela volta do País do regime da Lei; batemo-nos pelo Brasil unido e livre. Apelo para o sentimento altivo do Norte a fim de cerrar fileiras ao nosso lado, e caminharmos pela estrada larga da Liberdade. Dr. Vespasiano Martins. Interventor Federal de Mato Grosso.” (*apud* BITTAR, 2009, p.172).

Queiroz (2006), embora os políticos sulistas logo depois de 1930 tivessem rompido com Vargas, o provável motivo da participação foi a presença de Klinger, que seria comandante militar da rebelião. Assim, quando terminou a insurreição paulista, também teve fim a luta armada no Mato Grosso.

Passado as turbulências da Revolução, os grupos se prepararam para as eleições que ocorreriam em maio de 1933. O delicado processo representava um risco para o Governo Provisório, pois os constituintes poderiam retomar as configurações anteriores da Primeira República, sobretudo, estava em jogo a presidência da República. Vargas e as lideranças do Governo Provisório se empenharam no esforço de conseguir obter a maioria no Congresso Nacional (GOMES, 1980). Com esse objetivo, os interventores fundaram partidos políticos nos estados. Em Mato Grosso, Matos organizou o Partido Liberal Mato-Grossense – PL em março de 1933. O PL, segundo Abreu (et al, 2010), defendia os objetivos da Revolução e pretendia se coligar a um futuro partido nacional. Sua primeira comissão executiva era formada por Ytrio Corrêa da Costa, Júlio Müller, Modesto Dauzacker⁷² e Estêvão Alves Corrêa. Em seu programa defendiam a forma republicana federalista, o sufrágio universal e secreto para ambos sexos, a autonomia para estados e municípios, a construção de ferrovias, a criação de conselhos técnicos consultivos, a responsabilidade da União sobre minas e reservas, o regime de oito horas de trabalho para algumas categorias e a criação de tribunais para solução de conflitos trabalhistas.

Outros partidos também se organizaram. O Partido Constitucionalista-PC⁷³ estava formando um diretório em Campo Grande em 05 de abril de 1933,⁷⁴ e outros diretórios municipais já estavam constituídos. O Partido Progressista -PP foi liderado por Vespasiano Barbosa Martins. O PP tinha conotação regionalista e propunha igualdade de

⁷² Conforme Magalhães (2014), o gaúcho Modesto Dauzacker chefiou regimentos oficiais na luta armada de 1916. Posteriormente, Dauzacker foi convidado a trabalhar na Companhia Mate Laranjeira. Também foi prefeito de Ponta Porã, segundo Bianchini (2000), o prefeito Danzacker foi assassinado na cidade por um funcionário da interventoria.

⁷³ Esse partido não tem ligações com o Partido Constitucionalista de São Paulo, criado em 1934, segundo Abreu (et al, 2010). Em 1933, os paulistas do Partido Republicano Paulista, Partido Democrata, da Federação dos Voluntários, a Associação Comercial de São Paulo, Liga Eleitoral Católica organizam a Chapa Única. (GOMES, LOSO, COELHO, 1980).

⁷⁴ Segundo o Manifesto do PC, a Comissão de Emergência do Partido era formada por M. C. Oliveira Mello, Arnaldo Estêvão de Figueiredo, entre outros. Fonte: CPDOC, FM 33.03.28 chp.mt.

direitos e benefícios entre regiões “sem privilegiar zonas”,⁷⁵ conforme o manifesto ao Povo Mato-grossense do PP, de abril de 1933.

O primeiro pleito realizado em maio de 1933⁷⁶ foi conturbado em Mato Grosso e precisou ser refeito. O Partido Constitucionalista-PC concorreu com a seguinte chapa: Trigo Loureiro, Eduardo Olímpio Machado e Gabriel Vandoni de Barros. (MENDONÇA, 1974a). Também participaram o PL, a Liga Eleitoral Católica⁷⁷ e candidaturas avulsas⁷⁸. Mas, dois dias antes da eleição, o Governo Provisório cassou os direitos políticos dos candidatos do PC, pois dois candidatos tinham apoiado a Revolução Constitucionalista de 1932.

As informações sobre o resultado desta eleição são escassas. No Arquivo Filinto Müller- AFM consta o ‘Boletim Liberal’ de Ponta Porã-MS que divulgou uma parcial da região, oferecidos pelo prefeito João Ponce, proclamando a vitória do PL⁷⁹. Mas, o PC conseguiu anular a eleição no Supremo Tribunal Justiça Eleitoral (MENDONÇA, 1947a).

Novas eleições ocorreram em 17 de setembro de 1933 e os seguintes representantes se elegeram: Generoso Ponce Filho, Alfredo Corrêa Pacheco, Francisco Vilanova e João Villasbôas,⁸⁰ todos pelo PL.

Depois que as questões estaduais eleitorais foram solucionadas, os trabalhos da Assembleia Constituinte Nacional ocorreram entre novembro de 1933 a julho de 1934, um período de intensa disputa política entre os grupos na Constituinte e o governo federal. Vargas e sua equipe mediarão os diversos conflitos entre os grupos, também fortemente marcado por pautas regionais (GOMES, 1980). Os discursos dos parlamentares mostraram um país dividido numa oposição entre os estados do Norte e Nordeste versus

⁷⁵ Assinaram o manifesto, além de Vespasiano e outros membros da família Barbosa Martins, Arthur Jorge, Nicolau Fragelli, Dolor de Andrade, Leonel Velasco, Sebastião Lima, Aral Moreira, entre outros. Fonte: CPDOC, FM 33.03.28 chp.mt.

⁷⁶ No geral, as eleições de 1933 tiveram menos fraudes que as da Primeira República. Em alguns lugares a situação foi derrotada, como em São Paulo, e bancadas oposicionistas se elegeram. Mas, vários problemas ocorreram, o sigilo do voto ainda não foi garantido e houve manipulação dos resultados. (LEAL, 2012).

⁷⁷ Pelo Partido Liberal Mato-Grossense: Generoso Ponce Filho, José dos Passos Rangel Torres, Francisco Villanova e Alfredo Corrêa Pacheco. Pela Liga Eleitoral Católica: Generoso Ponce Filho, Virgílio Alves Corrêa Filho, Gabriel V. de Barros e Francisco Villanova. (MENDONÇA, 1974a).

⁷⁸ Segundo o Manifesto aos ‘Liberais de Fato’, Alfredo Corrêa Pacheco, Virgílio A. Corrêa Filho e Antônio Leôncio P. Ferraz concorreram sem partido. Fonte: CPDOC, FM 33.03.28 chp.mt.

⁷⁹ Fonte: ‘Boletim Liberal’, CPDOC, FM 33.03.28 chp.mt.

⁸⁰ No livro a Evolução da Justiça Eleitoral Mato-Grossense, 1932-2012, Siqueira (2012) cita discurso do presidente do TRE-MT, atribuindo a candidatura de Villasbôas ao PC, porém nos dados da Câmara dos Deputados consta que deputado elegeu-se pelo PL. Sobre o TRE-MT, consulte todos os dados eleitorais, mas não existem informações sobre as eleições de 1933 e 1935. No AFM preservou-se algumas, segundo as próprias estimativas de Filinto de Dourados, Ponta Porã, Lagunita e Amambay, no pleito de maio de 1933 houve 37,5% de abstenção, com comparecimento de 50,06% dos liberais. Nas eleições de setembro de 1933, 54,0% de abstenção, com comparecimento de 20% do eleitorado liberal. Não existe estimativa para os demais.

os do Centro – Sul. Os nortistas e nordestinos não queriam a volta da configuração da Primeira República e na Constituinte aderiram ao tenentismo, à representação classista, à centralização e ao antiliberalismo. Por outro lado, as bancadas paulistas, mineiras e, em menor medida, gaúchas, defenderam a autonomia estadual, realização de eleições diretas e permanência do federalismo.⁸¹ (BOMENY, 1980; CASTRO, 1980; GOMES, LOSO, COELHO, 1980; SOUZA, 1990). A bancada mato-grossense estava mais vinculada aos interesses do governo Vargas, já que a oposição não concorreu.

Depois do esforço do governo em conciliar os grupos antagônicos, a Constituição de 1934⁸² promulgada 16 de julho de 1934. A Carta de 1934 estabelecia que a primeira eleição para presidência da República seria realizada de forma indireta através dos votos da Assembleia Nacional Constituinte. No dia 17 de julho Vargas foi eleito com 175 votos contra 71 recebido pelos demais candidatos (CARONE, 1976a).

Em Mato Grosso as questões entre as suas sub-regiões também persistiam. Os sulistas enviaram à Constituinte de 1934 uma solicitação chamada ‘Representação dos Sulistas a Assembleia Nacional Constituinte.’⁸³ O documento solicitava o desmembramento do Sul de Mato Grosso para compor outro estado ou território federal, contendo várias assinaturas. Os políticos da região central, sobretudo os cuiabanos, responderam com o Manifesto Por Mato-Grosso Unido, assinado pelo interventor Leônidas de Matos, Filinto Müller e pelos deputados federais Generoso Ponce Filho, Francisco Villanova e Alfredo Pacheco. (BITTAR, 2009; QUEIROZ, 2006).

Müller monitorou a movimentação política das cidades do Sul e percebia a necessidade de aplacar as rivalidades entre as regiões. Nesse sentido, estabeleceu um acordo político com o líder sulista, Vespasiano Barbosa Martins. O pacto foi mediado pelo político e militar Deusdedit de Carvalho, que vivia em Campo Grande e foi prefeito

⁸¹A principal pauta das forças regionais era a defesa do federalismo, bem como manutenção das instituições como o bicameralismo do Congresso Nacional, voto direto para a presidência da República, e a dualidade da Justiça. As Justiças estaduais tinham prerrogativas decisórias que o governo provisório desejava centralizar. A bancada paulista defendeu essas pautas, mas teve de aceitar intervenção estatal crescente dado que sua posição na Federação se alterou. (GOMES, LOSO, COELHO, 1980).

⁸²A Constituição de 1934 reafirmou o voto feminino, não obstante proibisse o voto dos analfabetos; institucionalizava a Justiça Eleitoral; também estabelecia direitos trabalhistas. O Poder Legislativo seria exercido pela Câmara dos Deputados, auxiliado pelo Senado, que desempenhava funções de coordenação dos poderes. (BRASIL, 1934). Na luta para impor suas pautas, tanto os tenentes quanto as oligarquias conseguiram algumas vitórias. As bancadas do Centro-Sul conseguiram manter a forma federativa, mas a União ganhou amplos poderes. Os tenentes conseguiram a representação classista e nacionalização das riquezas do território e águas. A representação classista, era apoiada por Oliveira Viana e Alberto Torres, referia-se a uma Câmara Classista composta por 18 deputados representante dos empregados, 17 representantes dos empregadores, 3 dos profissionais liberais e 2 dos funcionários públicos. A Câmara Classista tinha clara inspiração do Corporativismo da época. (CARONE, 1976a).

⁸³ Fonte: CDR-UFMG.

da cidade logo após a Revolução de 1930. Carvalho ofereceu a Müller sua interpretação das disputas regionais ocorridas naquela cidade, segundo ele, o interventor Matos confiou ao cuiabano Ytório Corrêa da Costa a condução da política no município, mas Corrêa da Costa frequentemente hostilizava Barbosa Martins.⁸⁴ A correspondência de Carvalho e Müller revela as exigências mínimas de Barbosa Martins para formar a aliança:

- a) divisão do Estado em dois (2) distritos, de forma que o sul possa enviar livremente aos congressos federal e estadual, os seus legítimos representantes
- b) aproveitamento de seus homens, nos cargos e funções públicas
- c) igualdade de direitos e deveres, para as duas regiões
- d) distribuição equitativa das rendas, para as duas regiões⁸⁵

O documento mostra a reivindicação por uma participação política e por investimentos estaduais na região Sul, o que até aquele momento não ocorria. Müller não registrou a resposta, mas tudo indica que aceitou os termos. A extensa correspondência com Barbosa Martins demonstra que a aliança resultou em longa relação de amizade e fidelidade, de 1934 até 1945. Tiveram uma relação de respeito e carinho mútuo, na qual Müller consultava opinião do sulista e Barbosa Martins fazia inúmeros pedidos de favores e aconselhava diversas vezes o jovem aliado, sempre na tentativa de pacificar e harmonizar os grupos regionais e partidários. Ao contrário do alegado por Demosthenes Martins (s/d), Müller concedeu favores aos sulistas, os mato-grossenses de várias regiões foram empregados no Rio de Janeiro.⁸⁶

A coalizão entre os cuiabanos, Barbosa Martins, entre outros sulistas do PP contribuía para fortalecer o grupo como capaz estabelecer uma maioria política. Isto era fundamental para obter o predomínio político estadual, que era o objetivo dos Müller. Mas, os Ponce e Müller formavam o governo do interventor Matos e não pareciam dispostos a compartilhar o “mando” político estadual.

A interpretação de Rose (2017, p.99-100) sobre os anos de 1931-1934 é de que a família Müller se opôs ao interventor. Júlio se opunha menos, mas o considerava “indeciso e dissimulado”. Alfredo Pacheco, um primo deles, desconfiava que Matos queria reduzir a polícia de Cuiabá onde trabalhava. O interventor também teria demorado realizar pagamentos de pensão aos oficiais reformados do Exército no estado. Para Rose, os Müller pretendiam “removê-lo à força”.

⁸⁴Segundo Carvalho: “Essa situação foi tornando de tal forma irritante que fomentou a campanha separatista, que vai encontrando seus adeptos.” Fonte: CPDOC, FM 33. 04.02 chp.mt pasta IX, 17/02/34.

⁸⁵ Fonte: idem

⁸⁶ Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta XXVI.

Em nossa pesquisa os indícios também mostram o conflito dos Ponce e Müller diante da participação no governo estadual. A correspondência entre João Ponce e Filinto Müller é reveladora, também indica as contradições do grupo que apoiava os “ideais da mocidade da Revolução de 1930”.⁸⁷ A pesquisa de Rose e a nossa sugere que a ideia e as estratégias para conseguir o objetivo se estabeleceram primeiro na família Müller, já que os irmãos não informaram ao parente Ponce dessas intenções. Ponce estava preocupado com vários rumores de “uma ‘conspiração’ Müller-Ponce contra Leônidas”⁸⁸ em fevereiro de 1934. Mas tempo depois, demonstrou seu desejo de que a oligarquia influenciasse o governo;⁸⁹ a razão da mudança não está explícita na documentação:

Não tenho, alias, razão nenhuma de queixa para com o Leônidas. Mas a verdade é que ele é uma negação para política ... o Júlio e eu, temos sidos verdadeiros idiotas, a aguentar com odiosidade os adversários sem termos a felicidade de vermos o nosso Estado entrar nos verdadeiros caminhos da Revolução. Não desejamos ser mentores do governo, mas pelo menos queiramos que se nos confiasse as resoluções tomadas e que se fizesse política ou nos proporcionasse apoio para fazermos.[sic]⁹⁰

Nossa interpretação da correspondência é de que os Ponce-Müller buscaram o predomínio político em seu estado. A posição de Filinto como chefe de polícia do distrito federal desde 1933 era a razão primordial dessa pretensão. O cargo possibilitava a concessão de diversos favores⁹¹ e a quase a totalidade dos políticos mato-grossenses compreendia perfeitamente as potencialidades proporcionadas pelo cargo, inclusive existe uma tendência dos políticos e historiadores em exagerarem a influência e poder

⁸⁷ Ponce fez várias críticas aos políticos republicanos. Em uma carta, Ponce comentava sobre Müller pagar as despesas de campanha contra o interventor, tais como manutenção do jornal para propaganda, alistamento e “... para comprar eleitores ... o processo é repugnante, mas é exacto, infelizmente.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 Chp.MT pasta II, 14/07/1934

⁸⁸ Carta de Ponce a Filinto Müller. Segundo Ponce “Ser desleal é crime que não perdoo e que jamais usei em pratica-lo.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 Chp.MT pasta II, 10/02/1934.

⁸⁹ Carta de Ponce a Filinto Müller: “Si o Dr. Getúlio esta resolvido apoial-o nesse caso de Mato Grosso o melhor é romper com Leônidas e fazermos um interventor nosso.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 Chp.MT pasta II, 20/04/1934.

⁹⁰ Carta de Ponce a Filinto. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta II, 24/03/1934.

⁹¹ Heymann (1997) e Rose (2017) pontuam a grande dimensão que os pedidos tiveram na polícia central do Rio de Janeiro. AFM é composto em grande medida de pedidos de favores de diversos políticos do país inteiro, também de pessoas que não tinham outra forma de obter ajuda para suas necessidades básicas. Da parte dos políticos mato-grossenses, a maioria tentou usufruir das conexões e recursos, João Ponce fez vários pedidos de emprego para sua parentela, estimulava e cobrava que Filinto proporcionasse o bem-estar de Júlio e sua irmã Maria, pois estavam com problemas financeiros. Outros parentes também pediram dinheiro a Filinto, como sua avó Elvira Corrêa da Costa, que agradeceu a generosa quantia recebida. Filinto contribuiu com despesas eleitorais, especialmente no Estado Novo.

decisório de Filinto Müller.⁹² Logo, vários grupos clamaram para Müller se candidatar ao governo estadual.

Mas, o maior empecilho ao predomínio político dos Müller era a interventoria de Matos. Matos era amigo pessoal do presidente Vargas e estar na interventoria significa ter seu apoio. Na interpretação de João Ponce “[...] a mentalidade da nossa gente não mudou, a maioria quer estar com o governo, não tem ideal algum.”⁹³ Além disso, Matos tinha e mantinha as vinculações locais, pois era apoiado pelo o relevante grupo composto pelos liberais (Villasbôas, Estevão Corrêa e Ytrio Corrêa). Na documentação consultada não se verificou tensões entre o grupo e Leônidas de Matos, mas certamente existiram.

Segundo João Ponce diante da possibilidade da candidatura de Filinto Müller ao governo estadual, o interventor Matos demonstrou que não o apoiaria.⁹⁴ Sem este apoio relevante, era preciso estabelecer uma coalização com a maioria dos grupos, que poderia mediante esforço coletivo retirar o interventor. Com esse objetivo, os Müller cogitaram aliança com os liberais, através de acordo com João Villasbôas,⁹⁵ mas não se concretizou. Outra tentativa, Júlio Müller conversava com seu parente Mário Corrêa da Costa. Os termos do acordo envolviam as vagas da representação federal para os Corrêa da Costa, para Mário ou seu irmão Waldomiro.

Nesse ínterim, o ex-governador Mário Corrêa da Costa retornou ao Mato Grosso em julho de 1934, já que vivia na capital federal e foi recebido com festividades.⁹⁶ A economia do estado atravessa naquele momento uma crise, segundo Abreu (et al, 2010), o que dificultou a atuação de Leônidas de Matos e contribuiu “[...] o amadurecimento da articulação oposicionista.” Além disso, finalmente, os Müller e os Corrêa da Costa conseguiram firmar acordo.⁹⁷ Segundo a correspondência entre os parentes, Corrêa da

⁹² Políticos fizeram pedidos a Filinto para influenciar Vargas. Por exemplo, Heitor Mendes Gonçalves pediu sua ajuda na concessão uso das terras devolutas da Companhia Mate Laranjeira, o que não aconteceu. Carvalho (2007) afirma que a terceira vaga de senador por estado criada pela Constituição de 1946 devia-se a Filinto Müller. Sem mostrar provas de como se estabeleceria tal relação. Entre vários outros exemplos.

⁹³ Carta de João Ponce para Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta II, 08/07/1934.

⁹⁴ Carta de João Ponce para Filinto Müller. “A única solução capaz de nos firmar na política do Estado é a substituição do Leônidas por você ou pelo Júlio. Decididamente, ele não gostou da sua candidatura ..., e em tudo e por tudo, se nota que a sua candidatura será hostilizada por ele.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta II, 02/06/1934.

⁹⁵ João Ponce criticou a aliança “[...] E é com um homem desse quilate que os moços da República Nova vão fazer conchavos? Não meu caro, não concordo, não contem comigo.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 Chp.MT pasta II, 24/03/1934.

⁹⁶ Segundo Ponce, a recepção foi “imponente”. Na percepção de Mário, as demonstrações foram “imponentíssimas”, apesar dos boatos que “[...] me farião prender ao saltar do avião”. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 Chp.MT pasta XI.

⁹⁷ Mário Corrêa da Costa também aderiu à causa contra o interventor em razão de antiga rivalidade política. Matos tinha trabalhado como chefe de polícia no governo Corrêa da Costa (1926-30). Eles se desentenderam e se tornaram-se adversários. (JUCÁ, 1998).

Costa visitou várias cidades do interior em busca de um acordo com líderes, segundo ele “[...] tive que esfacelar o Partido Constitucionalista, arrastando para nosso lado, a totalidade dos seus elementos.”⁹⁸, entre eles, o político Trigo Loureiro.

Por fim, estabelecidas as alianças entre os Müller, Corrêa da Costa e Barbosa Martins, o rompimento entre Müller/Ponce com o interventor Matos ocorreu em julho de 1934. Isto porque o interventor percebeu a aliança entre os Müller e Corrêa da Costa e não se aliaria de modo algum ao ex-governador.⁹⁹ Como resultado, Matos demitiu João Ponce da prefeitura de Cuiabá.

Com as posições políticas demarcadas e mais consolidadas, os Müller, Mário Corrêa da Costa, Vespasiano Barbosa Martins, entre outros fundaram o Partido Evolucionista-PE, em 1934 (ABREU, et al, 2010). O PE incorporou outros partidos, como o Partido Progressista; o Partido da Mocidade, criado por Archimedes Pereira Lima sob orientação de Filinto¹⁰⁰ em 1934¹⁰¹ (CORRÊA, 2006); o Partido Constitucionalista e o Partido das Classes Conservadoras. (NEVES, 2001a). Portanto, o PE contava com várias lideranças com base de atuação em várias cidades, entre eles, Dolor de Andrade, líder em Campo Grande na região Sul (ABREU, et al, 2010).

Por outro lado, o Partido Liberal -PL continuou apoiando o interventor Matos. O partido também tentou formar alianças, Villasbôas pretendia formar uma chama única com PC¹⁰², o que não ocorreu. Na versão de Villasbôas o acordo teria sido impedido por Filinto Müller. Entretanto, conforme a lealdade de Trigo Loureiro a Corrêa da Costa demonstrada até o último momento, é possível que a opção do PC em compor o PE se devesse a essa relação.

A interventoria de Matos foi avaliada pelo governo federal em setembro de 1934. Mário Magalhães foi enviado ao estado para verificar a atuação de Matos. João Ponce encontrou o “observador” em um almoço na casa de seu cunhado Júlio Müller. Segundo Ponce “[...] pelos dados que leva acho difícil o Leônidas escapar da demissão.”¹⁰³ A presença de um enviado do governo federal no estado indica que Vargas estivesse com

⁹⁸ Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta XI.

⁹⁹ Mário Corrêa pediu a Ponce que tentasse um acordo com Matos, o interventor respondeu que “[...] lamentou que V. [Filinto] escolhesse logo o Mário, seu inimigo pessoal, para o desempenho dessa missão.” Carta de João Ponce para Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta II, 14/07/1934.

¹⁰⁰ Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta II 05/10/45.

¹⁰¹ Sobre o Partido da Mocidade, em grande medida apoiava os princípios da revolução como unidade de Justiça, manutenção do voto secreto e obrigatório para ambos sexos, intervenção do Estado na economia e proteção ao trabalhador e as indústrias extrativas sulistas. Também a unidade de Mato Grosso, mas com a divisão em distritos eleitorais para representação das minorias. Fonte: CPDOC, FM 33.03.26, 31/08/1934.

¹⁰² Fonte: CPDOC, FM 33.03.28 chp.mt, 28/08/1934.

¹⁰³ Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta II, 15/09/1934.

dúvidas sobre a atuação de Matos ou sobre o que realmente ocorria entre os grupos. O presidente queria se certificar sobre a realidade mato-grossense. A dúvida pode ter sido motivada por diversas razões, inclusive por queixas feitas por Filinto Müller, conforme a correspondência disponível sugere.¹⁰⁴ Mas, o relevante nessa situação é que Vargas não estava disposto a atender automaticamente os pedidos de Müller e precisou enviar alguém para conferir a situação.

Segundo Abreu et al (2010) as forças oposicionistas cresceram a tal proporção, principalmente da parte do PE, que até alguns membros do Partido Liberal se opuseram a Matos, na iminência de provocar uma intervenção federal. Leônidas de Matos foi exonerado antes das eleições de 14 de outubro de 1934. Sobre a demissão, os partidos expuseram versões diferentes em seus manifestos e jornais. Os liberais justificaram que todos interventores tinham sido retirados para a realização de eleições limpas e não significava sua demissão. Enquanto os evolucionistas comemoraram e argumentaram que mostrava o desprestígio do interventor. Por fim, Matos não teve mais carreira em Mato Grosso e parecia que os Müller-Ponce estavam prestes a se estabelecer politicamente.¹⁰⁵

C) Ascensão dos Müller

Vargas nomeou César de Mesquita Serva interventor em outubro de 1934, que também permaneceu pouco tempo, quase cinco meses. (ABREU, et al, 2010). Antes do interventor chegar ao estado, os grupos mato-grossenses disputariam seu apoio a fim de influenciar as decisões. Em particular, Filinto Müller queria demonstrar ter apoio de Vargas e do interventor, ao explicitar isto aos conterrâneos conseguiria mais facilmente estabelecer uma maioria no estado, sob sua liderança. Müller fazia questão de comprovar ter informação do que se passava no governo federal quando telegrafava aos aliados¹⁰⁶, as mensagens constantes comprovavam sua sintonia com governo federal. Na chegada do interventor a Cuiabá foi oferecida uma festa de recepção, a convite de Filinto Müller, Barbosa Martins e Mário Corrêa.¹⁰⁷

¹⁰⁴ Carta de João Ponce para Filinto Müller: “[...] compreendo agora a razão pela qual [Getúlio] tanto nos tapeou na substituição do Leônidas, só a fazendo nos últimos momentos.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 Chp.MT pasta II, 22/12/1934.

¹⁰⁵ Müller parabenizou João Ponce: “A vocês que tanto lutaram vitória nossa causa.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta II, 13/10/1934. Igualmente, escreveu a Deusdedit: “Foi você um dos maiores obreiros da vitória nosso ideal. Momento se aproxima nossa vitória.” Fonte: CPDOC, FM 33. 04.02 chp.mt pasta IX, 13/10/1934.

¹⁰⁶ Telegrama de Filinto a Deusdedit informando que o interventor seguia para Mato Grosso em 08 de outubro. Fonte: CPDOC, FM 33. 04.02 chp.mt/ pasta IX 08/10/1934. Entre vários outros.

¹⁰⁷ Fonte: CPDOC, FM 33.02.28, 11/10/1934.

Diante da disputa entre os grupos, Mesquita Serva tentou ser imparcial, acenou tanto para os evolucionistas convidando João Ponce para prefeitura da capital,¹⁰⁸ como consultava os liberais e atendia pedidos de Villasbôas.¹⁰⁹ Sua missão principal era garantir que o conflito não interferisse na eleição e o governo não privilegiasse nenhum lado. O pleito de outubro elegeu quatro deputados federais e 24 deputados estaduais constituintes.¹¹⁰ A Assembleia Legislativa Constituinte escolheria o futuro governador.

Ainda assim, o pleito foi marcado por turbulências, com trocas de acusações,¹¹¹ sobretudo as disputas levaram a Justiça Eleitoral declarar diferentes resultados eleitorais. Como o TRE-MT não dispõe dos registros de 1934,¹¹² utilizamos documentação do AFM e APEMT que aponta ao menos dois resultados diferentes. O primeiro¹¹³ foi o mais divulgado nos telegramas e que consta no DHBB (ABREU, et al, 2010). Segundo ele: o PE elegeu 15 deputados estaduais e três deputados federais: Trigo Loureiro, Generoso Ponce Filho e Arthur Jorge Filho. O PL elegeu 9 deputados estaduais e um deputado federal, Ytório Corrêa da Costa. (ABREU, et al, 2010). Também corrobora esta lista de nomes um documento do APEMT, que é uma parte do que parecer ser uma ata de apuração de autoria da Secretaria do TRE-MT.¹¹⁴

¹⁰⁸ Ponce retornou, provavelmente, em novembro de 1934 e permaneceu até setembro 1935. As menções feitas na Carta de Filinto ao prefeito João Ponce e Bacharel Júlio são de 06/11/1934, e Telegrama 26/01/1935 do prefeito João Ponce. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta II.

¹⁰⁹ Carta de João Ponce para Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta II.

¹¹⁰ A Constituição de 1935 estabeleceu que a Assembleia seria formada por 24 deputados estaduais (MATO GROSSO, 1935).

¹¹¹ Um manifesto do PE “Ao eleitorado cuiabano”, próximo as eleições, denunciou compra de votos por Leônidas. Também o desaparecimento do povoado de Tanque Novo, que teria sido queimado e população morta durante sua interventoria. Coronel Bem Rondon foi preso, torturado e assassinado. O manifesto exhibe uma relação de pessoas discriminando montantes de dinheiro que teriam recebido sob o pretexto de manter a ordem, enquanto o funcionalismo não recebia salários há 8 meses. Estavam na lista: Palmyro P. de Barros, João Villasbôas, João C. Cardoso, Hidelbrando Hervé, Satyro Bezerra. Por outro lado, o jornal Matto-Grosso afirmava que o PE era separatista e inimigo dos cuiabanos, uma prova disto, Júlio Müller se hospedou na casa de Vespasiano “[...] é com essa gente que a firma Ponce & Müller negocia.” Fonte: CPDOC, FM 33.03.28 chp.mt.

¹¹² No TRE-MT consta as atas de resultados eleitorais 1932, 1933 e 1937, e resultados eleitorais após 1945. Os documentos consultados no AFM indicam que o começo da Justiça Eleitoral mato-grossense foi conturbado, parece ter sofrido influências dos grupos locais nos anos 1930, seria importante uma investigação específica sobre o tema. Por exemplo, Mário Corrêa pediu diretamente a Vargas o afastamento do procurador Oscar Corrêa Pina. Enquanto, Ponce pediu a Filinto a nomeação definitiva de Pina no TRE-MT, já que “[...] esse amigo tem sido bastante dedicado para conosco.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 Chp.MT pasta II, 28/09/1935. Em 1945, Oscar Corrêa Pina era funcionário do TRE-MT.

¹¹³ Ponce escreveu a Filinto que haviam sido eleitos os seguintes deputados estaduais do PE: Francisco Pinto, Vieira Neto, Gabriel Vandoni de Barros, Nicolau Frageli, João Leite de Barros, Armindo Figueiredo, Júlio Müller, Luz Horta, Miguel Ângelo, Agrícola Paes de Barros, Filogenio Corrêa, Fenelon Müller, Deusedit de Carvalho, Gabriel Martiniano, João Ponce. E os deputados federais pelo PE: Trigo Loureiro, Generoso Ponce Filho, Arthur Jorge. Do PL: José Silvino, Rosário Congro, Benjamin Duarte, Corsino Bouret, Josino Viegas, Caio Corrêa, Manoel Alves Arruda, José Gentil, Estevão Corrêa. E o deputado federal pelo PL Ytório Corrêa. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 Chp.MT pasta II, 16/01/1935.

¹¹⁴ O documento não contém a primeira folha. Fonte: APEMT, Caixa Telemat/Território/Trânsito/TSE.

Entretanto, alguns nomes dessa primeira lista diferem dos que assumiram mandato, de acordo com Mendonça (1974a, p.192-3). Conforme a ata do APEMT, Felon Müller recebeu mais votos que Estevão Corrêa, mas Felon Müller nunca foi deputado estadual, nem Arthur Jorge deputado federal. Segundo o Código Eleitoral de 1932, decreto nº 21076, os representantes seriam eleitos em dois turnos simultâneos, proporcional no primeiro, através do quociente eleitoral e partidário e majoritário no segundo turno (LEAL, 2012). As divergências não se devem a esse procedimento, pois a ata da APEMT descreve os dois turnos. Realmente, dois resultados existiram.

Os liberais questionaram o pleito perante a Justiça Eleitoral¹¹⁵ e, alguns municípios fizeram eleições complementares. Os novos resultados alteraram a representação federal do PE ao invés de Arthur Jorge, Carlos Vandoni de Barros se elegeu e os demais representantes federais foram mantidos. Também houve modificação na bancada estadual,¹¹⁶ com base nos documentos e no nome dos diplomados oferecidos por Mendonça (1974a, p.192), conclui-se que na Assembleia Legislativa o PE perdeu cadeiras ficando com 13 deputados e o PL alcançou 11,¹¹⁷ ainda assim, o PE foi o vencedor.

Após o pleito de outubro, os evolucionistas desfrutavam a vitória e mantinham a expectativa de Filinto Müller ser escolhido governador pela Assembleia Legislativa. Além disso, era quem tinha maior legitimidade para unificar as lideranças, inclusive recebeu apoio até dos liberais (ABREU, et al, 2010) e de Mário Corrêa da Costa. Também conseguia aplacar o Regionalismo mato-grossense, já que recebeu manifestações de vários diretórios municipais, especialmente no Sul. Portanto, era o momento ideal para a consolidação do predomínio da oligarquia no estado.

Mas, Filinto Müller teve uma compreensão diferente sobre o momento, julgou não ser necessária sua presença no estado para manter os Müller-Ponce no comando estadual

¹¹⁵ Segundo a carta de Ponce a Filinto: “O Villas irá recorrer da eleição para o Tribunal Superior e não será difícil anular porque em quasi todas seções existem vícios.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 Chp.MT pasta II, 17/11/1934.

¹¹⁶A questão da não eleição de Arthur Jorge e sim de Carlos Vandoni, segundo os relatos das correspondências, os corumbaenses não votaram em Arthur Jorge por ele ser indicação das lideranças de Campo Grande, votaram no conterrâneo Vandoni. Não consegui informação sobre o que teria acontecido na eleição de Felon Müller, talvez não se elegeu no segundo pleito ou não foi diplomado. Sobre a eleição de Ponce Filho, vários relatos mencionam que sua votação teria sido prejudicada no Sul, uma vez que seu nome não constava. Sobre o assunto Felon escreveu “Recomendei não sacrificar o Generoso que nada tinha com a disputa.” Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt Pasta III, 17/06/1935.

¹¹⁷Na minha interpretação, os seguintes deputados se elegeram pelo PL: José Silvino Costa, Bertoldo Leite da Silva, Rosário Congro, Caio Corrêa, Benjamin Duarte, Corsino Bouret, Josino Viegas de O. Pais, José da S. Gentil, Estevão Alves Correa, Joaquim Cesário da Silva, João Evaristo Curvo. E pelo PE: Francisco Pinto, Vieira Neto, Gabriel Vandoni de Barros, Nicolau Frageli, Luis Miranda Horta, João Leite de Barros, Armino Pinto Figueiredo, Júlio Müller, Deusdedit de Carvalho, Filogonio de Paula Corrêa, Miguel Ângelo, Agrícola Paes de Barros, João Ponce de Arruda.

e desistiu de ser candidato a governador. Aos correligionários explicou que Vargas precisava de seu trabalho na chefatura da polícia em dezembro de 1934.¹¹⁸ Seus apoiadores se mostraram inconformados.¹¹⁹

Parece improvável que Vargas tenha feito essa exigência, já que o presidente empenhou esforços diretos de 1935 a 1937 a fim aplacar as disputas no estado.¹²⁰ Buscou várias soluções para as crises e a melhor chance de os grupos aceitarem um acordo seria através da liderança de Filinto Müller. Mesmo porque sua importância para o governo federal¹²¹ somente cresceu a partir do estado de sítio em novembro de 1935, sobretudo, no Estado Novo. Em 1934, seu serviço não era fundamental. O provável é que Filinto escolheu ficar onde teria mais recursos, o que de fato se verificou, preferiu a chefatura do Distrito Federal ao governo mato-grossense. O posto de âmbito federal já havia projetado o mando político de Joaquim Murtinho e Antônio Azeredo, ao optar em permanecer no Rio de Janeiro conseguiria os dois. Como Murtinho¹²², que viveu maior parte de sua vida na capital federal, poderia indicar e conseguir eleger seu irmão governador do estado.

Interessante destacar um ponto sobre estes acontecimentos. Os dados disponíveis sobre o período entre as eleições 1934 até as eleições de 1935 são escassos. Não existe registro sobre o pleito de 1935 no TRE-MT. Nas atas do trabalho legislativo da Assembleia nenhuma menção sobre a eleição realizada na casa.¹²³ Até mesmo o AFM tem inúmeros silenciamentos sobre a sequência dos eventos. Por isso, as informações do Arquivo de Oswaldo Aranha conforme Abreu et al (2010) contribuem nesse objetivo.

¹¹⁸ A pesquisa Rose (2017 nota 8, p.299) mostra que Filinto teria afirmado: “Eu queria ser governador do meu estado e teria sido eleito, mas não assumi o cargo em 1934 porque Getúlio me pediu para continuar com ele.” Em outra ocasião, em 1965, Filinto afirmou em entrevista para John W. F. Dulles que Vargas “[...] insistiu para que ele permanecesse como Chefe de Polícia, sendo indispensável” para o governo. Segundo a opinião de sua cunhada Maria Ponce Müller: “Depois, já na chefatura da polícia, o Getúlio o chamou e perguntou: por que você não toma a frente política do seu estado? Filinto preferiu ficar servindo ao Getúlio e escreveu uma carta ao Júlio perguntando se ele não queria ser o chefe do partido aqui. Nessa época o Júlio já tinha deixado a prefeitura. Então, o Filinto foi cogitado para ser o interventor e não aceitou. Ficou na direção do partido. (apud NEVES, 2001b, p.248).

¹¹⁹ Carta de Ponce para Filinto. “Creio que o Dr. Getúlio, que tão pouco nos ajudou nessa campanha, não tem o direito de impedir que V. venha assumir o Governo do Estado ... O facto de V. não vir representa a ruína e de todos os amigos que por V. se sacrificaram.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 Chp.MT pasta II, 22/12/1934.

¹²⁰ Carta de Filinto a João Leite de Barros, informa que Vargas recebeu os deputados federais Trigo, Ytório, Genroso para mediar os conflitos. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta IV, 16/10/35. Entre outros.

¹²¹ Isso aparece no livro de Alzira Vargas (PEIXOTO, 2017), o nome de Müller aparece quando intermediou o encontro entre Ademar de Barros e Vargas no Estado Novo. Barros trabalhou com Müller (ROSE, 2017).

¹²² Joaquim Murtinho se mudou para o Rio de Janeiro com 13 anos e nunca mais retornou. Seu irmão Manoel José Murtinho foi governador eleito na Primeira República (1891-1895).

¹²³ O livro das Atas inicia com ano de 1930 e é interrompido em outubro por causa da Revolução. O próximo registro é do dia 10 de setembro de 1935. Segundo Mendonça (1974a) em 07 de setembro a Assembleia foi instaurada, no dia seguinte eleito o governador, e no dia 09 ocorreu a eleição dos senadores.

Fenelon Müller se encontrou com Getúlio para conversar sobre Mato Grosso em dezembro de 1934. Em sua interpretação Vargas estava apoiando os Müller.¹²⁴ Tempo depois, em 08 de março de 1935, o governo federal nomeou Fenelon Müller interventor estadual.

Como Filinto Müller não seria mais candidato ao governo estadual pelo PE, ambos os irmãos Müller viram-se na condição de pleitear a candidatura. O problema da escolha gerou descontentamento entre os irmãos, agravado pela ausência de Filinto, a quem todos se reportavam. Apesar de Filinto ser o filho mais novo, sua posição de chefe de polícia do Distrito Federal com relações com Vargas alterava a ordem hierárquica tradicional e o alçava a liderança da família. Ainda assim, Filinto respeitava a hierarquia familiar e não questionava seus irmãos, pelo menos nas cartas. Para mediar o conflito procurou uma terceira pessoa, nesse caso buscou ajuda de João Ponce,¹²⁵ que intermediou um acordo em torno da candidatura de Fenelon:

Procurei obter do Júlio seu modo de pensar e vejo que as disposições deles são as mesmas das nossas, isto é, mantermos inquebrantável a nossa união. Elle não se negará a apoiar o Fenelon desde que o Mário manifeste por esse suas preferencias ... Deseja, entretanto, que, dando-se o contrário, isto é, cabendo-lhe a maior possibilidade de êxito, lhe seja dado apoio pelo Fenelon e por você, retirando aquele a sua candidatura. Parece-me razoável que o Júlio pense dessa forma, porque, segundo V. me escreveu, o seu candidato era elle. Devido ao veto do Mário e para não romper com elle, é que V. indicou o Fenelon, que elle declarou aceitar ... não haverá formação de crise na corrente ... Júlio não romperá por vaidade ou por melindres, por que quer a nossa vitória e esta só poderá vir da nossa unidade de vista.¹²⁶

O fragmento acima revela algumas informações importantes. Primeiro, Filinto Müller preferia que Júlio fosse candidato pelo PE. Segundo, a fim de estabelecer a aliança com Corrêa da Costa, a opção foi por Fenelon. Terceiro, Júlio tinha ambições políticas e pretendia ser governador também. Por fim, é interessante ressaltar que compreendiam a importância de a coesão para atingir a vitória, especialmente diante das disputas entre os grupos e a relação entre eles com o governo federal. Portanto, os Müller-Ponce percebiam o cenário instável e que a união era fundamental para a consolidação e permanência da oligarquia.

¹²⁴ Nas palavras de Fenelon Müller o presidente prometeu: “não os abandonarei” e “[...] falei satisfeito. E fiquei convencido que minha boa impressão é acertada.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.28 chp.mt pasta II, Terc. 1935, 04/01/35.

¹²⁵ Carta de João Ponce a Filinto Müller. Para Ponce depois de Filinto o mais indicado seria seu cunhado Júlio, que teria “maior valor político” do que Fenelon “[...] sendo [este] até bem recentemente reacionário extremado e com muitas ligações aos homens de outrora.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp/MT Pasta II, 20/04/34.

¹²⁶ Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta II, 14/-/1935.

Diante do consenso em torno da candidatura de Fenelon Müller, a Comissão Executiva do PE fez indicação unânime de seu nome como candidato em junho de 1935.¹²⁷ Segundo as cartas de Mário Corrêa no AFM, seu apoio a Fenelon Müller permaneceu ao menos até de junho de 1935. Entretanto, Corrêa da Costa escreveu aos correligionários que da parte de Fenelon tinha “o seu formal compromisso de cega obediência partidária.”¹²⁸ Segundo Corrêa da Costa sua participação em um futuro governo Fenelon Müller seria decisiva, conforme fragmento de sua carta:

Sera, caso eleito, pela nossa Assembleia, apenas na ‘PARTE POLÍTICA’ ummero executor de nossos pensamentos. Nenhuma entromissao na parte administrativa, cuja responsabilidade exclusiva a ele caberá. “A POLÍTICA”, porém, será nossa, cumprindo-nos organizar definitivamente os Directorios Municipais e Destructaes, e estes serao os dirigentes soberanos da POLÍTICA, em cada localidade ... Aos amigos, portanto caberáessa grande responsabilidade, dado ao prestigio inconstratavel de que gozame e as suas grandes responsabilidades que assumiram na organização do Partido Evolucionista. [sic].¹²⁹

Também é possível deduzir que não tinha intenção de permanecer em Mato Grosso¹³⁰, provavelmente retornaria ao Rio de Janeiro. Portanto, a expectativa de Corrêa da Costa era comandar a política mato-grossense da capital federal. Entretanto, este era o exato objetivo de Filinto Müller. Nossa interpretação das cartas dos políticos é a de que ambos julgaram ter o direito de conduzir a política do estado e por essa razão ocorreu o rompimento entre eles.

Nos documentos do AFM é possível notar como a configuração entre as elites políticas em disputa (e das elites com governo federal) foi complexa. Nas cartas os relatos dos políticos apontam fatos contraditórios e a imprensa dos partidos divulgou informações intrigantes, bem como utilizaram notícias falsas. Por exemplo, manifestos políticos expressavam apoio à candidatura de Mário Corrêa ao governo estadual; ao mesmo tempo, existem cartas, manifestos, panfletos afirmando a união de Corrêa da Costa e os Müller.¹³¹

Um dos motivos para o rompimento também foi a fragilidade da aliança Müller-Corrêa da Costa. Os membros da aliança desconfiavam uns dos outros. Por exemplo,

¹²⁷ Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta II, 02/06/1935.

¹²⁸ Carta de Mário Corrêa para coronel Alfredo Justino. Fonte: CPDOC, FM 33.04.28 chp.mt pasta II, Terc. 1935, 03/06/1935.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ “Tão logo seja organizado O Directorio ... vocês indicarão todos os postos a serem preenchidos. Não deixarei o Estado antes de ver realizado esse compromisso. E essas nomeações serão mesmo feitas antes da eleição do Dr. Fenelon [sic].” Fonte: CPDOC, FM.36.02.12 chp.mt Pasta IV, 03/06/1935.

¹³¹ Segundo manifesto do Partido Evolucionista contra os liberais, sem data, provavelmente do final de 1934 ou início de 1935. Fonte: CPDOC, FM 33.03.28 chp.mt.

Fenelon Müller antes de assumir a interventoria escreveu sobre a necessidade de alijar Corrêa da Costa da aliança.¹³² Outros políticos também suspeitaram do aliado, como o deputado estadual Deusdedit de Carvalho: “[...] ficamos sempre vigilantes, na expectativa da tormenta que ele havia de desencadear mais cedo ou mais tarde.”¹³³ O que os uniu foi o objetivo de que Vargas demitisse o interventor Matos, depois de atingida esta finalidade, a coesão era frágil impossibilitando a continuidade da aliança. Além disso, Mário Corrêa e Filinto Müller não pretendiam partilhar o predomínio político estadual.

Nos documentos do AFM as primeiras menções sobre rompimentos aparecem a partir de maio de 1935. As cartas entre políticos sugerem que Mário Corrêa poderia não estar apoiando Fenelon Müller,¹³⁴ diante dos rumores, Filinto Müller escreveu aos correligionários reafirmando o apoio de Mário Corrêa.¹³⁵ Mas, Barbosa Martins reiterou a ruptura política do aliado e alertou sobre o problema: “Creio que vamos ter luta aberta.”¹³⁶ Ainda aconselhou que Filinto Müller não declarasse rompimento da aliança, pois Mário Corrêa teria a maioria dos aliados contabilizando o apoio dos liberais.

Apesar dos indícios e dos desgastes na aliança, os Müller se mantiveram confiantes nas candidaturas de Fenelon Müller ao governo estadual, de Vespasiano B. Martins e Mário Corrêa para o Senado.¹³⁷ Na avaliação do interventor federal Fenelon Müller a aliança com Mário Corrêa trazia sabores¹³⁸ e para suprir sua importância política seria preciso obter o apoio de outros grupos. Então, os Müller cogitaram uma aliança com os liberais, por fim, o interventor avaliou que “[...] no momento, não há, pois, a meu ver nem vantagem, nem justificativa para um conagraçamento.”¹³⁹ E Filinto Müller concordou: “[...] prefiro a vitória dentro do partido Evolucionista sem acordo com os liberais.”¹⁴⁰ Portanto, na análise dos Müller sobre sua situação política eles se manteriam

¹³² Carta de Fenelon Müller para Mesquita Silva “[...] consigamos a renúncia de Mário e tudo se ajeitará.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.28 pasta II, Terc. 1935, 04/01/35.

¹³³ Carta de Deusdedit de Carvalho para Altamyro. Fonte: CPDOC, FM 33. 04.02 chp.mt pasta IX, 10/05/35.

¹³⁴ Carta de Deusdedit de Carvalho para Altamyro. “Mário ... mandou telegrafar ... desmentindo telegrama Cap. Filinto referente seu apoio a candidatura Fenelon. Consideramos esse gesto rompimento ... tomamos esse gesto do Dr. Mário mais uma de suas traições.” Fonte: CPDOC, FM 33. 04.02 chp.mt pasta IX, 10/05/35.

¹³⁵ Telegrama de Filinto para Deusdedit de Carvalho. Fonte: CPDOC, FM 33. 04.02 chp.mt pasta IX 03/05/35.

¹³⁶ Carta de B. Martins para Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 cfp.mt pasta XXVI 09/05/35.

¹³⁷ Jornal do Commercio, 04/06/1935. Fonte: CDR-UFGD.

¹³⁸ Carta de Fenelon Müller para Generoso Ponce Filho: “Tenho engolido uma infinidade de ‘sapos vivos’ decorrentes da atitude desleal e traiçoeira que elle [Mário] vem mantendo para conosco nos últimos tempos.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.28 chp.mt pasta II, Terc. 1935, 24/06/35.

¹³⁹ Fonte: idem

¹⁴⁰ Carta de Filinto Müller para Fenelon Müller. Fonte: CPDOC, FM 33.04.28 chp.mt pasta II, Terc. 1935, 05/07/35.

no predomínio político estadual sem os liberais. Também confiaram no apoio de Mário Corrêa.¹⁴¹

É necessário pontuar a forma que Fenelon Müller tratou as questões regionais mato-grossenses. Os evolucionistas de Ponta Porã, na região Sul, se queixaram do interventor Fenelon Müller e dos cuiabanos a ele vinculados. De acordo com os relatos, os evolucionistas da cidade se empenharam pela vitória do partido nas eleições, segundo o diretório municipal em condições violentas, mas após a vitória eleitoral, o interventor nomeou cuiabanos para os cargos da cidade.¹⁴² No entendimento do político do PE, o fato de seu grupo político ser excluído do acesso aos postos públicos representava seu desprestígio na cidade. Então, “[...] nossos correligionários vão se retraindo diante da realidade dos fatos, convencidos de nosso desvalor.”¹⁴³ Outras lideranças sulistas também protestaram sobre o assunto, como Aral Moreira.

Apesar dos Müller acreditarem em seu parente, segundo o Arquivo de Oswaldo Aranha (ABREU, et al, 2010), Mário Corrêa retirou o apoio a Fenelon Müller. Um novo grupo político se estabeleceu em oposição a Fenelon Müller e articularam um acordo no qual Mário Corrêa seria o candidato ao governo estadual e João Villasbôas, chefe do PL, seria candidato ao Senado. A comissão executiva do PL lançou manifesto afirmando suas decisões.¹⁴⁴

Diante da ruptura, o interventor Fenelon Müller, também candidato, impediu a Assembleia Estadual Constituinte de se reunir e eleger Corrêa da Costa. Segundo Bressiane¹⁴⁵ (2010), a ação do governo federal “[...] foi necessária para que a Assembleia pudesse se reunir.” No mesmo período, agosto de 1935, outros estados já tinham elegido governador e feito a nova Constituição.¹⁴⁶ Tanto foi assim que a situação chegou ao ponto

¹⁴¹ Carta de Fenelon Müller para Generoso Ponce Filho: “Fizemos dos amigos do Mário, do seu baluarte, - Scaffa, Fechemer, Miguel Angelo, Armando de Souza – os maiores adeptos do nosso programa. Essa situação continua a mesma.” Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt Pasta III 24/06/35.

¹⁴² Segundo Godofredo de Albuquerque, os cuiabanos nomearam para o cargo de fiscal do governo na Companhia Matte Laranjeira uma pessoa de Campo Grande, que não foi indicada por Barbosa Martins. O deputado Trigo Loureiro havia nomeado para secretaria de terras uma moça de Cuiabá. O governo estadual demitiu três professoras filhas de correligionários “nossos” para nomear cuiabanas. “Entretanto temos aqui filhas do lugar [sic], normalistas diplomadas, que não conseguiram se colocar.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 cfp.mt 08/05/35.

¹⁴³ Fonte: idem.

¹⁴⁴ Assinado pelos deputados João Celestino, Benjamim Duarte Monteiro, Palmyro P. de Barros, João Villasbôas, Antônio Reis Coelho, José Alves Ribeiro, Satyro Martins A. Bezerra, Oliveira Melo e Estêvão A. Corrêa. (ABREU, et al, 2010).

¹⁴⁵ Cf. BRESSIANE, Regina. Partido Liberal Mato Grossense. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

¹⁴⁶ Por exemplo, a Assembleia de São Paulo promulgou a constituição estadual em 09/07/35. De acordo com um telegrama de Filinto Müller para deputado estadual João Leite a reunião da constituinte estadual

de Vespasiano B. Martins, Villasbôas e 15 deputados estaduais apoiadores de Mário Corrêa, do PL e do PE¹⁴⁷, precisarem se refugiar no 16º Batalhão de Cavalaria. (MENDONÇA, 1974a, p.193). Sobre o episódio, o historiador Rubens de Mendonça (1974a, p.193) exhibe em seu livro sobre o Poder Legislativo mato-grossense uma foto dos políticos abrigados no 16º B.C., entretanto, não aborda o evento no texto.¹⁴⁸

Vargas demitiu Fenelon Müller e nomeou Newton Cavalcanti interventor em 30 agosto de 1935, o militar era o comandante da 9º região militar (ABREU, et al, 2010). Diante do desprestígio político do grupo, os Ponce-Müller fizeram manifestação de apoio a Fenelon Müller, conforme a cobertura dos jornais mato-grossenses.¹⁴⁹ A imprensa citou a presença na manifestação do ex-interventor Müller, de Barbosa Martins e do coronel Cavalcanti.¹⁵⁰ Todos discursaram com objetivo de provar que tinham apoio do governo federal. O coronel Cavalcanti¹⁵¹ declarou que “... não podia crer que os mandatários do povo mantivessem firme o lubridio [sic], usando dos poderes recebidos para votar em candidatos de outro partido que não os elegeu.”¹⁵²

A coalização dos deputados estaduais continuou sólida. Percebendo a derrota, Filinto Müller retornou ao Rio de Janeiro antes que a Assembleia se reunisse¹⁵³ em 07 de setembro. No dia seguinte, os deputados estaduais elegeram o governador, sob presidência de Estevão A. Corrêa. Como resultado, Mário Corrêa se elegeu com 15 votos¹⁵⁴ e Fenelon Müller recebeu 9. Posteriormente, João Villasbôas (15 votos) e Vespasiano Barbosa Martins (13 votos) foram eleitos senadores.

dependia de julgamento do TSE, o que contribuiu para o atraso. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta IV, 03/05/35.

¹⁴⁷ Os evolucionistas asilados eram Vieira Neto, Agrícola, Armindo Pinto, Francisco Pinto, Gabriel Vandoni, tudo indica que esses nomes não seguiram as orientações dos Müller.

¹⁴⁸ Apenas existe o título “Deputados do Partido Liberal e Evolucionista que apoiaram a candidatura do Doutor Mário Corrêa da Costa e que se asilaram no 16º B.C. em 1935”.

¹⁴⁹ Jornal do Comercio 01/09/35; Jornal do Brasil 01/09/35; O Jornal 01/09/35; Gazeta de Notícias 01/09/35; A Nação 01/09/35. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 Pasta II, 06/09/35.

¹⁵⁰ Apesar de Filinto Müller estar no estado os jornais consultados não citam sua presença na manifestação. Müller chegou em Corumbá no dia 22/08/35, no mesmo dia chegou na capital recebido com manifestações. No dia 03/09/35 já estava no Rio de Janeiro. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 Pasta II.

¹⁵¹ O coronel Cavalcanti e Filinto Müller se conheciam pelo menos desde 1933, data da correspondência deles. Filinto conseguiu 20 contos para feitura do Jôquei Club de Campo Grande, quando Newton era o comandante da circunscrição militar. No mesmo dia que chegou ao Rio, Filinto escreveu ao interventor: “Após magnífica viagem, recebido entusiasmadamente em todos municípios Estado, aqui me encontro pronto cumprir suas prezadas ordens. Filinto.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt 03/09/35.

¹⁵² Jornal do Comercio 01/09/35. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 Pasta II, 06/09/35.

¹⁵³ Aparentemente sua ideia inicial era ficar, pois a Agência Americana tinha publicado que o motivo de sua viagem era assistir a abertura da Assembleia Constituinte. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 Pasta II.

¹⁵⁴ João Pedro de Arruda, sogro de Júlio Müller, escreveu para Filinto Müller sobre a eleição, contabilizou 8 votos dos liberais e 7 dos “judas” evolucionistas. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta II, 15/10/35.

O governador Mário Corrêa divulgou um manifesto explicando aos mato-grossenses os eventos ocorridos. Para o governador, desde que retornou ao estado nenhum grupo tinha maioria, diante das manifestações recebidas acreditou ser “[...] o único capaz de tentar obra de congraçamento político”¹⁵⁵, nesse objetivo fundaram o PE. Seu apoio à candidatura do “nosso ilustre conterrâneo Filinto Müller” foi motivado pela sua relação com Vargas. Mas, candidatura teria enfrentado “grandes resistências, no rincão Norte”, uma vez que:

[Filinto] ainda pouco conhecido, sem necessárias credenciais e de nenhum valor político para expressar confiança em momento tão crítico, tão premente e tanta responsabilidade. É que o povo via no capitão Filinto Muller apenas o homem do varonil revolucionário e não a do homem capaz de enfrentar os magnos problemas econômicos e administrativos em que se debate nossa terra. Faltava indiscutivelmente, ao distinto militar, experiência ao trato da administração e, sobretudo, conhecimento dos homens e das necessidades de Mato Grosso.¹⁵⁶

É provável que o fragmento corrobore a percepção dos políticos que apoiaram Corrêa da Costa diante da pretensão do jovem militar de 36 anos de comandar politicamente seu estado. Este grupo (Villasbôas, Estevão Corrêa, Ytrio Corrêa) tinha mais experiência em cargos eletivos do que Müller. O manifesto do governador revela as tensões entre as gerações, entre aqueles que iniciaram a carreira na Primeira República e as lideranças que começaram nos Anos Vargas, segundo João Ponce a “mocidade da Revolução.”

O novo governo se caracterizou por uma outra composição entre os grupos políticos, com os Müller-Ponce na oposição. Por outro lado, a aliança entre Mário Corrêa e os liberais era frágil. A disputa entre os grupos chegou ao ponto de Vargas decretar intervenção federal.

D) Governo Mário Corrêa da Costa

Em seu segundo mandato (07/09/1935 - 07/03/1937) as disputas políticas entre os grupos se intensificaram. A principal característica foi a pouca disposição da classe dirigente em aceitar os resultados da eleição. Desde o princípio os políticos pensaram em formas de retirá-lo do cargo, seja por *impeachment*¹⁵⁷, luta armada¹⁵⁸ ou a anulação do

¹⁵⁵ Fonte: FM 33.02.28 chp.mt 08/09/35.

¹⁵⁶ Fonte: idem.

¹⁵⁷ Carta de Estevão A. Corrêa para Villasbôas. Fonte: FM 36.02.12 chp/MT Pasta III, 02/11/36.

¹⁵⁸ Dolor de Andrade escreveu para Filinto Müller sobre a possibilidade de “[...] derrubar o ‘homem’ pelas armas.” Fonte: FM 33.04.02 chp.mt, 08/11/35.

resultado eleitoral.¹⁵⁹ Por outro lado, o governador ultrapassou suas prerrogativas, por exemplo, interferia em assuntos de competências do Poder Legislativo estadual e ainda ameaçou os parlamentares e não hesitou em usar a violência contra os adversários.

A maior frente de oposição ao governo Corrêa da Costa vinha da parte dos Müller-Ponce.¹⁶⁰ Como governo federal pretendia estabilizar as facções estaduais, Vargas prometeu apoiar Filinto Müller,¹⁶¹ o que dava esperanças ao pequeno grupo se manteve unido aos Müller.¹⁶² Mas, o presidente Vargas já havia confiado na atuação dos Müller para estabelecer a maioria em Mato Grosso e o grupo fracassou. Finalmente, Müller percebeu que suas promessas eram vazias e confessou aos aliados:

Aqui continuamos na mesma expectativa de providencias do Governo Federal, que nos fortalece ahi, perante os correligionários. Só eu sei a luta que tenho tido nesse sector. Minha impressão é esta: Dr. Getúlio não deseja hostilizar o Mário como não hostiliza nenhum governador de estado. Em consequência dessa atitude do Presidente, os Ministros vão ‘congelando’ os pedidos que lhes encaminho. No meu sector administrativo, como funcionário, exercendo cargo de confiança imediata do Presidente, tenho encontrado todo apoio, toda a consideração ... No sector político sinto perfeitamente que a coisa é diferente. As dificuldades de obter nomeações que dependam da assignatura do Presidente são quase invencíveis. Isso me aborrece profundamente. Por outro lado, estou profundamente descontente ou melhor magoado **com atitude de pessoas que receberam cartas de Mário ofensivas a mim e não manifestaram a repulsa que eu esperava ...** Minha attitude com relação ao Mário – attitude a que não quero forçar ninguém- será a de combate intransigente em todos terrenos, sob todos os aspectos, sem tréguas, enquanto me sobraem energias, enquanto tiver um alento de vida.[sic]¹⁶³ (grifo nosso).

O que se pode deduzir da frase grifada é que Müller sugeriu ao aliado que tinha acesso à correspondência dos políticos mato-grossenses. Como ele sabia quem recebeu cartas do governador? Como poderia garantir que determinadas pessoas “não manifestaram a repulsa que eu esperava”? O AFM é revelador nesse sentido, pois constam as correspondências entre o governador Mário Corrêa para o presidente da República, as do senador João Villasbôas, as do deputado estadual Estevão A. Corrêa e as de Nicola

¹⁵⁹ Carta de Vespasiano B. Martins para Filinto. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 cfp.mt pasta XXVI, 15/09/35.

¹⁶⁰ Júlio Müller fez discurso contra Mário Corrêa em 01 de outubro de 1935. Em contrapartida, deputados atacam os Müller. (MENDONÇA, 1974a, p.203).

¹⁶¹ Carta de Filinto Müller a João Leite de Barros, afirmou “Estou cheio de entusiasmo [sic] nossa vitória.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta IV, 16/10/35. Novamente, Filinto Müller conversou com Vargas e “voltou satisfeito”, segundo carta Júlio Müller para Nicola Scaffa. Fonte: CPDOC, FM 33.04.28 chp.mt pasta II, Terc. 1936, 18/02/36.

¹⁶² Carta de João Pedro de Arruda para o cunhado Generoso Ponce Filho: “Nosso pessoal com isso vae pouco a pouco se dissolvendo, os mais fracos ... se apresentaram ao Mário.” Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt pasta III, 15/10/35.

¹⁶³ Carta para Filogônio Corrêa. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt pasta I, 26/09/36.

Scaffa.¹⁶⁴ Não é possível confirmar a procedência de todos documentos, até porque o arquivo tem 66.704 documentos textuais. De acordo com as filhas de Müller (HEYMANN, 1997), os documentos procedem da residência da família. É possível que a correspondência dos Ponce/Müller tenha sido esquecida voluntariamente no Rio de Janeiro.¹⁶⁵ Também acontecia dos aliados mostrarem cartas espontaneamente a Müller.¹⁶⁶ Mas, é imprescindível notar que em boa medida a documentação do AFM procede da censura,¹⁶⁷ em um momento de crescimento do aparato repressivo da polícia do distrito federal.¹⁶⁸ Portanto, Filinto Müller usou o aparelho repressivo da polícia contra os seus adversários políticos de Mato Grosso desde em 1935 e mais intensamente a partir do estado de sítio, em novembro deste ano.

Também é importante estabelecer com base no fragmento que Vargas não considerou mais os pedidos de Filinto Müller. Essa fase da política mato-grossense de intenso combate perpassou pela violência política, exigindo que o governo federal mediasse o enfrentamento da classe dirigente a fim de evitar o recurso da intervenção federal. Nesse objetivo, Vargas ludibriou as facções em competição pelo seu suporte político. De modo que todas as elites políticas tiveram a expectativa de obter o almejado sustentáculo federal. Vargas se correspondia com Estevão Corrêa, que revelou sua

¹⁶⁴ Foi prefeito de Corumbá-MS. Seu nome foi cotado para o cargo de governador, além disso, Scaffa participava das decisões sobre Mato Grosso no Rio de Janeiro e tinha contato com ministros.

¹⁶⁵ Provavelmente foram esquecidas na casa da família ou na polícia central, como parece ser o caso de várias cartas de Júlio Müller e entre as cunhadas Maria Müller, esposa de Júlio, e Consuelo Müller, esposa de Filinto. Existe no arquivo correspondência de exclusiva de Consuelo Müller.

¹⁶⁶ Philadelpho Garcia provavelmente mostrou a Müller sua correspondência. É possível que o governador Arnaldo de Figueiredo também. Além disso, várias pessoas contaram a Müller os detalhes da política municipal, como também delataram pessoas por suposta traição ou comunismo para mostrar fidelidade.

¹⁶⁷ Segundo Heymann (1997) existia uma equipe na polícia central que recebia a correspondência e as separavam. As cartas monitoradas contém a assinatura dos censores ou notas, por exemplo, da redação do O Globo avisando sobre manifestação de apoio a Mário Corrêa da Costa: “Dr. Civis [Müller] – Desde hontem [sic] está comigo este telegrama dirigido a imprensa daqui [Rio de Janeiro] ...” Fonte: CPDOC, FM.36.02.12 chp.mt Pasta IV, 12/12/36.

¹⁶⁸ Vargas criou o Departamento Especial de Segurança Política e Social – DESPS em 1933, uma polícia política, sob responsabilidade direta do presidente da República. A Polícia Central tinha seis seções, uma delas era o DESPS, que até o final desta década, tornou-se a entidade policial mais importante do país, sob comando de Müller. (ROSE, 2017). A polícia do Distrito Federal também fazia trabalho de comunicação com outras polícias internacionais. Müller estabeleceu acordo de colaboração anticomunista com a Gestapo - polícia secreta nazista em 1935. Cancelli (1999) mostra que nos anos 1930 todas as polícias estavam em pleno diálogo, o FBI também colaborava com Gestapo. O Brasil tinha contato com FBI, MI6 (Serviço de Inteligência da Inglaterra), a polícia política de Roma, etc. Somente quando a II Guerra se tornou mais concreta as Forças Armadas assumiram esse papel de troca de informações. Müller também organizou a polícia do Paraguai e manteve diálogo com a polícia argentina. (CANCELI, 1999).

preferência pelos parentes Ytório Corrêa da Costa ou Virgílio Corrêa para assumir o governo estadual¹⁶⁹, também pode ter havido negociação com o senador Villasbôas.¹⁷⁰

Contudo, Vargas não poderia ignorar seu fiel chefe de polícia, também atendeu aos seus pedidos. Como concessão do presidente, Müller conseguiu indicar alguns nomes para os cargos federais em Mato Grosso. O que provocou a indignação do governador, Mário Corrêa escreveu ao presidente alertando que sua atitude fortalecia a oposição ao seu governo.¹⁷¹ Desse modo, Vargas conciliava os interesses antagônicos dando esperanças a todos.¹⁷²

A aliança em torno do governo Corrêa da Costa logo revelou sua fragilidade. Por um período, o governador conseguiu manter a maioria na Assembleia Legislativa (MENDONÇA, 1974a), mas uma relação contraprodutiva começou a se estabelecer. Mário Corrêa e o presidente da casa, o liberal Estevão Corrêa, davam mostras de desconfiança mútua. Durante os trabalhos da Constituinte discordaram sobre o substituto legal do governador, usualmente seria o presidente da Assembleia. Mas Mário Corrêa não queria oferecer a possibilidade de Estevão Corrêa substituí-lo no Executivo estadual. Logo, o governador tentou interferir nos trabalhos constituintes.¹⁷³ Com objetivo de deslegitimar Estevão Corrêa, o governador promoveu a candidatura do deputado estadual Francisco Pinto à presidência da casa.¹⁷⁴ Entretanto, os liberais e os evolucionistas reelegeram Estevão Corrêa. Por outro lado, Corrêa orientou sua bancada a atrasar a

¹⁶⁹ Em um cartão de Estevão Corrêa para seu filho José o político informa que não poderia ainda pedir a Vargas um emprego de dentista do Banco do Brasil, já que o governo federal iria intervir para saída do governador Mário Corrêa. Só poderia ajudar se o novo governador fosse seus parentes citados. Fonte: CPDOC, FM 33.04.28 chp.mt pasta II, Terc. 1935, 15/11/35. Também na carta de Dolor de Andrade para Filinto Müller, Estevão Corrêa estaria pleiteando auxílio financeiro do governo federal caso conseguisse indicar o nome do novo governador em dezembro de 1935. Fonte: FM 33.04.02 chp.mt, 07/12/1935.

¹⁷⁰ Segundo carta Carta de Satyro Bezerra para desembargador Amaral. Bezerra comenta que ouviu o rumor. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt pasta IV, 17/10/36.

¹⁷¹ Mário Corrêa escreveu a Vargas: “O que vejo, porém, em tudo isso, senhor Presidente, é o animo deliberado em de forçar-me a uma capitulação vergonhosa, cedendo às imposições absurdas de uma minoria inexpressiva, que apenas se mantem ainda, graças a essas injeções de óleo camphorado, que representam as nomeações federaes com que os ministro de V. Excia. Vem galardoando os adversários do meu Governo, como se não tivesse este solidário com a situação politica implantada no Paiz por V. Excia. [sic].” Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt pasta I, 22/09/36.

¹⁷² Vargas também usou do mesmo método para mediar a situação das elites mineiras (BOMENY, 1980).

¹⁷³ A Constituição estadual foi promulgada em 25 de dezembro de 1935. A Carta previa que em caso de vacância no segundo biênio, a Assembleia elegeria um substituto. Somente se a substituição ocorresse no último semestre do mandato ou em caso de impedimento, o presidente da Assembleia assumiria, depois presidente da Corte de Apelação. (MATO GROSSO, 1935; MENDONÇA, 1974a, p.230).

¹⁷⁴ Segundo circular do PL de Santo Antônio do Rio Abaixo. Fonte: FM 36.02.12 chp.mt pasta I, 28/04/36. Na opinião do deputado estadual Filogônio Corrêa, Estevão Corrêa “[...] tão humilhado e tão subserviente, apesar de já ter sido, por mais de uma vez, salvo por nós de naufrágios que lhe preparam na Assembleia.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 pasta XI chp.mt, 28/01/36.

promulgação da Constituição mato-grossense visando desprestigiar o governo estadual.¹⁷⁵ Alguns evolucionistas se juntaram nesta finalidade, por exemplo Dolor de Andrade.¹⁷⁶

Mário Corrêa também perdeu o apoio do mais relevante líder liberal, o senador João Villasbôas. Os atritos começaram quando o governador promoveu uma nova agremiação o Partido Republicano Mato-Grossense- PRM.¹⁷⁷ Mas ambos tinham compreensão diferente sobre o partido, Villasbôas desejava criar uma estrutura partidária que impedisse a influência do governador, defendendo um partido “antipersonalista”, com um conselho deliberativo para escolha de candidatos para a cargos eletivos e nomeados. Uma forma de escapar da interferência seria dar funções deliberativas aos diretórios municipais.¹⁷⁸

Por sua vez, Mário Corrêa queria o controle exclusivo do partido e das decisões, tanto que os deputados estaduais Corsino Bouret e Agrícola Paes de Barros “[...] censuraram o governador por fazer nomeações sem consultar o partido.”¹⁷⁹ O estopim do rompimento ocorreu quando Mário Corrêa nomeou um inimigo do senador em outubro de 1936. Tal medida foi considerada uma afronta explícita contra Villasbôas.¹⁸⁰ A partir de então, o senador mobilizou seus correligionários a permanecerem coesos na oposição, entre eles Estevão Corrêa.¹⁸¹ O governador nada fazia para manter sua base de sustentação formada pelo PL.

A situação de Mário Corrêa se agravaria com a formação de uma coalização da oposição. Este processo ocorreu principalmente ao longo do ano 1936, uma vez que as negociações foram complexas, permeadas de incertezas e retrocessos. Desde fins de 1935 liberais e evolucionistas tentaram acordos contra Mário Corrêa.¹⁸² Mas, as lideranças

¹⁷⁵ Segundo o deputado estadual João L. de Barros após conversa com chefe liberal “[...] disse-me que devíamos retardar a Constituição para dar tempo de o Mário desprestigiar-se.” Barros não especifica quem era o chefe liberal, suponho que seja Estevão Corrêa porque pela data Villasbôas não tinha rompido com Corrêa da Costa. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta IV, 26/10/35.

¹⁷⁶ Carta de Dolor de Andrade a Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 33.04.28 chp.mt pasta II, Terc. 1935, 01/11/1935.

¹⁷⁷ Segundo carta do deputado federal Trigo Loureiro para Mário, a convenção do partido foi realizada em 07 de setembro de 1936 Fonte: FM.36.02.12 cht.mt, 08/08/36.

¹⁷⁸ Carta para deputado estadual Mello. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt pasta I, 16/10/36.

¹⁷⁹ Carta de Marçal, de Cuiabá, para Villasbôas. Fonte: FM.36.02.12 cht.mt, 11/10/36.

¹⁸⁰ Mário nomeou Theodorico Canhabora delegado de polícia. Marçal um aliado do senador afirmou que a nomeação “[...] tem intuito de nos aborrecer”. Villasbôas comentou: “Foi esta a última bofetada que recebo do Mário, de quem deixo de ser amigo deste este momento ... nossas relações ficam definitivamente cortadas pelo silêncio ... não podia ele deixar de chamar para si a campanha desse leproso physico e moral”. Fonte: FM 36.02.12 chp.mt pasta II, 11/10/36; 10/10/36.

¹⁸¹ Carta para deputado estadual Mello. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt pasta I, 26/10/36.

¹⁸² Durante o período de incertezas, vários políticos se posicionaram de forma ambígua, como Nicola Scaffa. Os dois grupos acreditavam em sua fidelidade. Por fim, Scaffa rompeu com o governador e o confrontou sobre “[Mário] haver mandado fuzilar o coronel João Alves Lara” e “E nessa conversa, não só

hesitavam em passar para oposição e não receberem apoio de Vargas. Também causava incerteza os constantes boatos de que Filinto seria demitido.¹⁸³ Além disso, o governador e seu irmão Waldomiro, o chefe da polícia estadual, usavam de violência contra a oposição.¹⁸⁴ E ainda ocorreram tentativas de conciliação entre Mário Corrêa e os Müller, mas fracassaram.¹⁸⁵

Finalmente, todos os insatisfeitos firmaram acordo em 28 de novembro de 1936 na capital federal, a Aliança de partidos.¹⁸⁶ Participaram da reunião de criação: Filinto Müller, Scaffa, os senadores Barbosa Martins e Villasbôas, e os deputados federais Generoso Ponce Filho, Ytório Corrêa da Costa, Carlos Vandoni de Barros. É importante ressaltar que Villasbôas até esse momento esteve em oposição a Filinto Müller e a Barbosa Martins. Villasbôas foi uma figura emblemática que despertava repulsa na maioria. Mas, Filinto Müller aprendeu com a derrota de 1935 e compreendeu a importância do político para estabelecer a maioria. Formado a coalizão, a classe dirigente trabalhou coletivamente pelo objetivo comum: o de retirar Mário Corrêa do governo estadual.

Por seu turno, o governador ciente da união de seus adversários não planejava ceder, pelo contrário, começou a fazer ameaças. De volta ao estado depois de viagem a capital federal, Mário Corrêa relatou a Vargas “[...] encontrei aqui um ambiente inteiramente hostil a qualquer entendimento político, devido à atuação pessoal do senador Villasbôas” e advertiu: “... mantenho os meus anteriores propósitos de pacificação; mas jamais aceitarei imposições humilhantes e saberei defender, em qualquer terreno, as prerrogativas da minha autoridade constitucional.”¹⁸⁷ O jornal governista, O Mato Grosso

isso, como coisas muito mais graves, referentes não só ao mesmo sr. Lara, mas também outras pessoas, de sua boca ouvi.” Fonte: FM.36.02.12 cht/MT Pasta IV, 14/08/1936.

¹⁸³ Estevão escreveu a Villasbôas: “[...] o ministro Odilon Braga tem se mostrado interessado pelo entendimento antes da saída de Felinto da Chefatura.” Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt pasta I, 17/11/36.

¹⁸⁴ Vespasiano B. Martins informou a Filinto Müller que a fazenda de Aral Moreira foi fuzilada. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 cfp.mt pasta XXVI, 18/10/35. João Leite também relatou que Waldomiro Corrêa ameaçava os deputados constituintes estaduais. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 chp.mt pasta IV, 26/10/1935.

¹⁸⁵ Segundo Mário Corrêa: “Ora, diante de semelhantes imposições, descabidas e até humilhantes, bem é de ver-se que nenhum acordo se pode realizar, por melhor que seja nossa boa vontade.” Fonte: CPDOC, AFM, 36.02.12 chp.mt, 24/11/36. Do mesmo modo, Filinto Müller ficou aliviado: “Não foi surpresa para mim ... a atitude desse homem [Mário]. Nunca acreditei que quisesse ele promover um acordo digno ... não tive dúvida em aconselhar os amigos na aceitação do acordo, isto porque reputo patriota ... Só Deus sabe quanta repugnância tive que vencer, quanta amargura deixar no olvido, quanta revolta íntima dominar, para, com minha responsabilidade, aconselhar meus amigos a se entenderem com aquele que nos vendeu, que nos trahiu.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 pasta XI chp.mt, 01/05/36.

¹⁸⁶ Carta de Filinto Müller a Filogônio. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 pasta XI chp.mt, 04/12/36. Somente permaneceram fiéis ao governador: o deputado federal Trigo, os deputados estaduais Agrícola Paes de Barros, e a família Pinto de Oliveira, que eram deputados estaduais e prefeito de Cuiabá.

¹⁸⁷ Fonte: FM.36.02.12 cht.mt Pasta IV, 05/12/36.

publicava ameaças como esta: “Lembremos ao pitoresco senador que sangue ... cheira sangue.” (MENDONÇA, 1974a, p.272-3).

Os senadores Barbosa Martins e Villasbôas estavam em Cuiabá para realizar campanha da Aliança de partidos, pois as eleições municipais ocorreriam em janeiro de 1937. O dois fizeram um relato sobre a truculência política na capital.¹⁸⁸

A Assembleia marcou uma reunião extraordinária em 24 de dezembro de 1936, deixando o governador apreensivo aumentando a repressão. Os parlamentares da Aliança sofreram ameaças.¹⁸⁹ De acordo com João Villasbôas “... a malta de facínoras espalhada por toda a cidade, ostentando revólveres e punhais, a entrar e sair livremente pelo Palácio Alencastro, em confabulações constantes com o governador, ... e o Chefe de Polícia Waldomiro... [sic].” (apud MENDONÇA, 1974a, p.277). O governo estadual promoveu um ambiente de perseguição aos adversários políticos.

Como o país se encontrava sob estado de sítio, o governo federal designou que o Comandante da 9ª Região Militar executasse medidas de exceção¹⁹⁰ a fim de evitar intervenção federal. Então, as tropas de Campo Grande começaram a se dirigir a capital. Com mesmo objetivo, o comandante do 16º Batalhão de Cavalaria de Cuiabá, ten. cel. Mário M. Barata, tentou fazer um acordo entre as partes: de um lado, a Aliança pediu a renúncia de Mário, de outro, o governador respondeu que deixaria o cargo se todos senadores, deputados também o fizessem. (MENDONÇA, 1974). No AFM, Filinto Müller denominou o episódio como “o falso acordo do tenente-coronel Barata”,¹⁹¹ pois o militar era favorável ao governador.

¹⁸⁸ “Apezar ameaças demonstração de forças com distribuição polícia encarabinada pelas principais ruas Capital recebemos magnifica demonstração apoio popular nossa chegada hoje ... Governo estabeleceu asfixiante censura nossa imprensa proibindo divulgação Jornaes Boletins nosso manifesto. Comando 16 B.C. estabeleceu censura imprensa ... Nossos jornaes impossibilitado de publicar seus nossos telegramas enquanto orgam governista usa linguagem virulenta e boletins agressivos nos são distribuídos pelos governistas [sic].” Fonte: FM 36.02.12 chp.mt pasta II, 15/12/36.

¹⁸⁹ Carta de Barbosa Martins a Filinto Müller. “[...] crescem rumores que passeata promovida pelo governador para hoje noite visa nossa chacina e deputados estaduais.” Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt pasta II, 19/12/36.

¹⁹⁰ Depois da tentativa de tomada de poder pelos comunistas em 23 de novembro de 1935, o governo federal planejava várias alterações e em março de 1936 uma estrutura repressiva estava montada. Mas foi preciso a participação do Congresso, Vargas queria reformar a Constituição de 1934 alterando a prerrogativa do estado de sítio para a um estado de guerra. Assim, teria mais uma garantia, segundo do art. 161: “O estado de guerra implicará a suspensão das garantias constitucionais que possam prejudicar direta ou indiretamente a segurança nacional.” (MARQUES, 2013). A Lei de Segurança Nacional foi alterada, criado o Tribunal de Segurança Nacional e a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. O estado de sítio foi implantado em 26 de novembro de 1935, Decreto nº 457 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-457-26-novembro-1935-516652-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁹¹ Outro tema que exige maior investigação é a relação dos militares com a política do período. No AFM existem cartas do cel. Villanova, lotado em Campo Grande, criticando o ten.-coronel Barata por suas inclinações ‘maristas’. Como também discussões entre Gen. Pompeu Cavalcanti comandante da 9ª Região

Como tudo indicava¹⁹², no dia 22 daquele mês, os senadores Villasbôas e Barbosa Martins sofreram um atentado na residência de Mário Motta, endereço do escritório de advocacia de Villasbôas. Os senadores sobreviveram, Villasbôas foi baleado no ombro e Barbosa Martins levou três tiros. (JUCÁ, 1998; MENDONÇA, 1974a). Na manhã seguinte, os dois feridos, os deputados João Ponce, Júlio Müller, entre outros, num total de 18 parlamentares se refugiaram no 16º B.C., alegando não existirem garantias constitucionais. Inicialmente, o ten. cel. Barata não queria recebe-los,¹⁹³ porém, o ministro da Guerra, general Dutra, deu ordens expressas para garantia da segurança dos políticos da oposição.¹⁹⁴

Os deputados refugiados e reunidos enquanto Assembleia, aprovaram pedido de intervenção federal no dia 24. Apesar da Corte de Apelação conceder *habeas corpus* aos parlamentares, as ameaças persistiram.¹⁹⁵ Por esse motivo, permaneceram abrigados no 16º B.C até janeiro de 1937. Em Cuiabá mais de 2000 homens armados circulavam,¹⁹⁶ além disso, ten. cel. Barata estava impedindo o trabalho legislativo e censurando telegramas dos asilados.¹⁹⁷

Os atos do governo estadual colocavam em risco as eleições municipais de janeiro. Nessa circunstância, foi necessário que as tropas federais garantissem a realização do pleito, ainda assim, com alguns episódios de conflitos.¹⁹⁸ A aliança venceu em vários municípios, não em todos. E os chefes locais informaram cada passo da apuração a Filinto.

Militar e cel. Villanova discutindo a postura os militares frente a política local. Ao que parece, cel. Villanova apoiava Filinto Müller e, ten. cel. Barata apoiava Mário Corrêa, enquanto o comandante defendia que os militares não se envolvessem na política.

¹⁹² O cel. Villanova enviou vários alertas a Filinto Müller: “Antonio Figueiredo concunhado governador seguiu hoje ali declarando Mario vae fazer bagunça. Até agora não me consta existência qualquer ordem governo federal sentido garantir deputados.” Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt pasta II, 21/12/36.

¹⁹³ Carta de Amaro de Villanova para gen. Pompeu Cavalcanti. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt Pasta III, 16/01/37.

¹⁹⁴ Telegrama Eurico Dutra para Pompeu Cavalcante e Barata. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt pasta II, 23/12/36. Filinto também escreveu a Pompeu pedindo para conversar com Barata, a fim de convencê-lo a deixar as paixões partidárias e defender seus irmãos, senadores e deputados ameaçados pelo governador: “meu apelo como oficial do Exército.” Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt pasta II, 19/12/36.

¹⁹⁵ Telegrama de Júlio Müller para Filinto Müller: “Fui informado partida de forte contingente para Abolição [fazenda de Júlio] depredarão tudo como já fizeram com fazenda coronel Lara até quando aguardaremos providencias separados nossas famílias ameaçados toda sorte violências.” Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt pasta II, 26/12/36. O aliado Palmyro Paes de Barros encontrou sua usina na posse de capangas de Mário Corrêa. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt pasta III, 30/01/37.

¹⁹⁶ Telegrama de cel. Villanova para Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt pasta II, 24/12/36.

¹⁹⁷ Filinto Müller recebeu a informação do cel. Vilanova, Estevão Corrêa, Vespasiano B. Martins e Villasbôas. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt Pasta III, 26/12/36; s/d, 27/12/36.

¹⁹⁸ No Araguaia a lista dos votantes foi extraviada e não houve eleições.

O início daquele ano também foi marcado pela batalha jurídica. Villasbôas entrou com denúncia contra Mário Corrêa na Corte Regional de Apelação por crime de responsabilidade. Mas a Corte de Apelação se mostrou favorável ao governador¹⁹⁹, concedeu um mandado de segurança para permanecer no cargo. (Mendonça, 1974a).

Temendo por seu mandato, Mário Corrêa garantiu as autoridades que a situação estava sob controle no estado. Telegrafou ao Ministro da Guerra assegurando que a capital estava segura, logo, poderia ignorar o pedido de intervenção da Assembleia.²⁰⁰ Mesmo assim, o governo decretou intervenção federal em 7 de março de 1937,²⁰¹ em razão da solicitação feita pelo Legislativo desde dezembro passado, visto que o uso das medidas de exceção não resolveu o problema de insegurança e a casa estava coagida, não podendo exercer suas funções livremente.

No dia 08, Mário deixou o cargo e seguiu para capital federal, na sua percepção: “Sr. Presidente Republica feriu gravemente os brios de um povo livre, para satisfazer desejos de seu chefe de polícia.”²⁰² No Rio, não desistiu de recuperar o cargo, entrou em contato com a bancada gaúcha, sua esperança era a próxima eleição presidencial.²⁰³ Mas com saúde fragilizada, pois tinha sofrido um derrame no ano passado, não resistiu e faleceu em setembro do mesmo ano.

Por outro lado, a intervenção federal foi vista como uma vitória, atribuída pela maioria dos políticos a Filinto. O chefe de polícia recebeu inúmeros cumprimentos pelo feito. Finalmente, promoveu o consenso das lideranças, eliminou o maior adversário e alcançou quase unanimidade em Mato Grosso. O discurso do deputado estadual Miranda Horta foi exemplar nesse sentido:

Estive no dia 11 de julho, dia de seu aniversário natalício, na casa de Filinto Müller. Vi-a de auxiliares, de admiradores e de amigos e vi novamente uma centena de telegramas, encimados ainda pelo de sua Ex-cia o Sr. Presidente da República ... , recolhendo entre hynos e cânticos as homenagens a Filinto Müller prestamos nós, as homenagens que a Filinto Müller presta a nação inteira ... pela voz dos seus representantes manifesta o seu legítimo orgulho pelo triumpho de seu filho ilustre, hoje figura que se projeta luminosamente no scenario da Patria, recebendo as provas de confiança não só do Sr. Presidente da República, mas de todas as classes laboriosas ... o brilho desse astro que é Filinto Müller²⁰⁴.

¹⁹⁹Radiograma de Villasbôas para Filinto denunciando o partidarismo da Corte. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp/MT Pasta III, 26/01/37.

²⁰⁰ Telegrama urgente de Mário ao Ministro de Guerra. Fonte: FM 36.02.12 cfp.mt pasta III, 23/02/37.

²⁰¹Decreto nº 1.468 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1468-7-marco-1937-458673-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 02/07/2018.

²⁰² Telegrama de Mário ao deputado federal Trigo Loureiro. Fonte: FM 36.02.12 chp.mt pasta III, 08/03/37.

²⁰³ Telegrama de Mário ao deputado federal Trigo Loureiro. Fonte: idem Pasta IV, 17/04/37.

²⁰⁴ Discurso na Assembleia Legislativa. Fonte: FM 36.02.12 chp.mt, 16/08/37.

Vargas nomeou o capitão Manoel Ari da Silva Pires interventor federal em março de 1937. E a Assembleia conseguiu se reunir tranquilamente. Com o tempo, os deputados perceberam a desvantagem da intervenção federal, já que não tinham um governante que defendesse interesses estaduais. Nesse propósito, o deputado estadual Caio Corrêa sugeriu a antecipação da eleição com objetivo de preencher o mandato de Mário Corrêa até agosto de 1939 e foi aprovado. Marcaram a eleição para setembro e a maioria, mediante um acordo, consentiu na escolha de Júlio Müller para governador.

Como a intervenção federal interrompia por um ano o exercício do poder Executivo no estado, o governo através do Decreto nº 1.990²⁰⁵ revogou os efeitos da intervenção federal. Em 04 de outubro Júlio Müller tomou posse. O deputado federal Trigo Loureiro e deputado estadual Benjamin Duarte Monteiro questionaram o processo eleitoral no TJSE, mas o tribunal decidiu pela legalidade da eleição.²⁰⁶

Enquanto isso, desde fins de 1936, a repressão política aumentava. Deputados oposicionistas foram cassados, ocorreram prisões arbitrárias e militares foram expulsos. (CARONE, 1976a). O Congresso Nacional consentiu na retirada da imunidade parlamentar, vários foram tratados como presos comuns. O chefe de polícia prendeu seus desafetos²⁰⁷ alegando combate ao comunismo. Do ponto de vista de parte da população, as medidas eram necessárias para que a “ameaça” fosse afastada, prova disso, Müller recebeu inúmeras cartas de agradecimento pela repressão. (ROSE, 2017).

3.4- Estado Novo 1937-1945

Estava prevista a eleição presidencial em 1938, na qual o candidato, e governador paulista, Armando de Salles Oliveira vinha conquistando substancial apoio. Mas, secretamente, desde o final de 1936, Getúlio Vargas angariava apoio a um golpe de Estado, até mesmo uma nova Constituição²⁰⁸ estava redigida por Francisco Campos. A

²⁰⁵<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1990-28-setembro-1937-472080-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 02/07/2018

²⁰⁶ O Tribunal Superior de Justiça Eleitoral pontuou que o protesto só era válido no período de 48 h, conforme o código eleitoral. Em adição, como os requerentes não compareceram ao pleito, não poderiam recorrer sobre o mesmo. A decisão data de 25/10/1937. Fonte: CPDOC FM 36.02.12 chp.mt pasta III.

²⁰⁷ Por exemplo, o prefeito do Rio de Janeiro Pedro Ernesto, o presidente da Aliança Nacional Libertadora Herculino Cascardo, e o general Miguel Costa.

²⁰⁸ O preâmbulo tem tom apocalíptico em razão da “crescente agravação dos dissídios partidários”, “extremação, de conflitos ideológicos” que resultariam na “funesta iminência da guerra civil” e “infiltração comunista”, justificando assegurar a integridade da Nação o remédio seria radical e permanente, a ditadura do Estado Novo. Segundo a Constituição de 1937 o presidente da República poderia expedir decretos-lei de competência legislativa da União, assim como despachar livremente decretos-leis sobre a organização

justificativa foi o plano Cohen, que detalhava a tomada de poder pelos comunistas, mas, na verdade, a autoria era de Olímpio Mourão Filho, um capitão do Exército integralista. (CARONE, 1976a; SEITENFUS, 2003).

Em 10 de novembro de 1937, Vargas mandou Müller cercar o Congresso Nacional (ROSE, 2017), onde o ditador leu a nova Constituição e recebeu cumprimentos dos parlamentares. Iniciava-se a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Nestes anos, os direitos civis não foram assegurados, não houve nenhuma eleição, embora, os direitos sociais se consolidaram, o que marca a cidadania brasileira. (CARVALHO, 2009).

O Estado Novo extinguiu todos partidos, bem como ficou vedado qualquer manifestação política. Símbolos, uniformes, estandartes e distintivos de partidos estavam proibidos, assim como qualquer reunião com caráter político partidário. (CARONE, 1976b). O federalismo foi abolido, em nenhum outro momento do século XX, a estrutura do governo foi tão unitária. (ABRUCIO, 1998). Os estados estavam controlados pelas interventorias e os Departamentos Administrativos estaduais,²⁰⁹ se antes o governo mediava e se compunha com as oligarquias, a partir de 1937 o controle federal aumentou.

O interventor respondia ao Departamento Administrativo estadual, seus decretos e leis precisavam de autorização da instituição. Se 2/3 do Departamento Administrativo discordasse do interventor, o decreto era suspenso, e seria decidido por Vargas. A instituição estadual também definia os casos de apelação contra o interventor feitos por Vargas ou pelo Ministro da Justiça. Os Departamentos tiveram mais poder que os interventores, o Departamento Administrativo do estado de São Paulo controlou Ademar de Barros, mas o mesmo não ocorreu em Minas Gerais. (SOUZA, 1990).

Em Mato Grosso, o governador Júlio Müller²¹⁰ foi transformado em interventor e o Departamento Administrativo também não controlou a interventoria. Segundo os

do Governo e da Administração federal. Também tinha o comando supremo das forças armadas. O presidente poderia decretar estado de emergência, suspendendo direitos civis. Quanto ao Poder Legislativo, era composto pela Câmara dos Deputados e Conselho Nacional, recebia colaboração do presidente, somente ele poderia convocar, adiar ou prorrogar a duração da atividade. Todo corpo legislativo do país foi dissolvido e nova eleição para legislativo seria marcada depois da realização de um plebiscito. Além disso, o presidente poderia dissolver a Câmara. (BRASIL, 1937).

²⁰⁹ O Departamento Administrativo do Serviço Público -DASP tinha com objetivo de realizar um estudo do sistema administrativo para implementar mudanças quanto a economia e eficiência. (SOUZA, 1990). Nos estados os Departamentos foram criados pelo Decreto-Lei nº 1.202, de 8/04/1939, sobre a administração dos estados e dos municípios. Sobre as reformas administrativas na era Vargas ver Wahrlich (1983).

²¹⁰ O interventor empregou seus parentes no governo: seu cunhado, João Ponce era o secretário geral do estado e presidente do conselho de administração municipal. O irmão de João, Hélio Ponce de Arruda, diretor Departamento de Saúde Pública. Também parente, Generoso Ponce Filho era o diretor do Tesouro do Estado. Francisco Alexandre Ferreira Mendes, diretor Geral de Instrução Pública. Archimedes P. Lima,

relatórios disponíveis do Departamento,²¹¹ o órgão nunca denegou os decreto-lei do interventor, apenas os dos municípios. O primeiro relatório sobre os anos 1939-1941, de autoria do presidente do Departamento Isaac Póvoas, vários registros ao “empenho patriótico” de Júlio Müller, que proveu as necessidades da instituição estadual, inclusive Müller cedeu o espaço físico no palácio de governo. No seu discurso de posse, o segundo presidente do Departamento Palmyro Paes de Barros teceu elogios ao interventor e seu secretário de governo, João Ponce: “os ilustres varões ao reconhecimento de todos nós.”²¹²

O segundo relatório²¹³ difere do antecessor apenas no formato e na organização, mais objetivo e impessoal, pois novos membros entraram no Departamento. Do mesmo modo, os conselheiros aprovaram medidas como o feriado para inauguração da ponte Júlio Müller e a criação das ruas Filinto Müller e general Dutra. Em suma, com seu irmão prestigiado no governo federal, e a longa tradição de prestígio do Executivo, os dados disponíveis apontam que Júlio Müller não foi controlado pelo Departamento Administrativo estadual.

Ademais, chama atenção a composição da instituição, diferente do exposto por Codato (2008) sobre São Paulo. Boa parte dos conselheiros²¹⁴ não possuíam o curso superior e alguns nem ensino secundário. Por exemplo, o presidente Nicola Scaffa seria quase analfabeto, segundo o diário de Cuiabá²¹⁵, embora no AFM existem cartas assinadas à mão em seu nome e Isaac Póvoas tinha ensino secundário formado no Liceu Cuiabano. Também participaram da instituição coronéis, que lutaram nos confrontos armados, como Palmyro Paes de Barros. Portanto, os cargos foram usados para prestigiar os aliados inaptos dos Müller, já que não eram profissionais de competência especializada. (PANEBIANCO, 1982). Aliás, várias medidas podem ser questionadas nesse sentido, já

diretor da Imprensa Oficial. Nomeou Isaac Póvoas para a prefeitura da capital 1937-41, depois Manuel Miraglia em 1941. Fonte: APEMT, Diretoria Geral de Estatística. 61-Sinopse Estatística do Estado. 1941.

²¹¹ Fonte: APEMT, Departamento Administrativo do Estado. 35-Relatório apresentado ao Ministro de Justiça pelo prof. ° Isaac Póvoas. 1939 a 1941. 36-Relatório do Conselho Administrativo do Estado. 1942.

²¹² Fonte: APEMT, Departamento Administrativo do Estado. 35-Relatório apresentado ao Ministro de Justiça pelo prof. ° Isaac Póvoas. 1939 a 1941.

²¹³ Fonte: APEMT, Departamento Administrativo do Estado. 36-Relatório do Conselho Administrativo do Estado. 1942.

²¹⁴ A primeira formação do Departamento (1939-1941) foi: Nicola Scaffa, presidente, Palmyro Paes de Barros, vice-presidente, Ulisses Serra, Mário Esteves. Isaac Póvoas assumiu em 1941. Scaffa tirou várias licenças, assumiu apenas em 1939. A segunda (1942): Gabriel Martiniano, Laurent Salies, Caio Corrêa, Mário Esteves. Não existe registro na APEMT sobre os demais anos.

²¹⁵ Fonte: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/270599/cidades2.htm>>; Acesso em 22/06/2018.

que isentaram impostos de alguns grupos²¹⁶, enquanto os municípios padeciam com dívidas, como Cuiabá, Cáceres e Três Lagoas.

Outro aspecto relevante do período, o Estado Novo anulou a autonomia municipal²¹⁷ e em Mato Grosso isso envolveu o Regionalismo. Os Departamentos de Municipalidades permaneceram, a receita municipal foi reduzida e os decretos-lei de prefeitos deveriam ser aprovados pelo Departamento Administrativo do Estado. (LEAL, 2012). No município de Campo Grande, prefeitos e funcionários municipais acusaram os cuiabanos de usar a estrutura de controle municipal para impedir e prejudicar o desenvolvimento na cidade. A funcionária pública Oliva Enciso (1986) relata várias situações que os cuiabanos teriam se omitido. O ex-prefeito Demosthenes Martins (s/d) narrou dificuldades para conclusão de obras de abastecimento de água. Na sua opinião, mesmo que Campo Grande tivesse receita maior do que cinco capitais, inclusive de Cuiabá, o prosseguimento das obras era negado com esse objetivo. Diante dessa situação, Martins tratou diretamente com Vargas os termos e a liberação do contrato, todo processo levou sete anos. Na visão dos sulistas, Cuiabá deliberadamente tentava travar desenvolvimento de Campo Grande.

Para verificar em que medida os questionamentos dos sulistas procediam, o quadro abaixo mostra o número de decreto-lei dos prefeitos aprovados e reprovados por cidades, sendo as primeiras cidades do Sul e, as da faixa central, por fim, as do Norte:

Quadro 2- Projetos apresentados pelos municípios em 1939-1942

Cidade	Projeto Aprobadas	Projeto Rejeitado
Campo Grande	28	1
Corumbá	27	
Porto Murtinho	11	1
Miranda	10	
Ponta Porã	13	
Maracaju	8	
Paranaíba	9	
Aquidauana	10	
Bela Vista	3	
Nioaque	3	
Dourados	3	

²¹⁶ Foram isentados de impostos grupos de espíritas e católicos. Também foi dado 50% de desconto para imposto de indústria e profissões a agricultores e criadores de gados com 7 filhos. Em 1942, suprimido imposto de indústria, profissões e taxa rodoviária aos veículos de tração animal, exceção de carro de boi. Além disso, grandes valores foram gastos (14.980.000\$000) com estampilhas para arrecadação de impostos e selos, enquanto quantias (500\$000) foram negadas aos pequenos municípios para investir em educação. No ano 1941, mais três despesas de altos valores com estampilhas e selos. Fonte: APEMT, Departamento Administrativo do Estado. idem.

²¹⁷ Vigorou o Decreto-lei nº 1.022, de 08/04/1939 e, parcialmente alterado no decreto-lei nº5.511, de 21/05/1943.

Três Lagoas	13	
Herculanea/Coxim	6	
Cuiabá	32	1
Cáceres	10	
Livramento	6	
Santo Antônio	2	
Diamantino	10	
Araguaiana	2	
Rosário Oeste	7	
Entre Rios	6	
Poxoréo	6	
Lageado	14	
Poconé	11	1
Mato-Grosso	3	
Guarajá Mirim	4	
Alto-Madeira	4	
Alto Araguaia	9	1
Sem identificação	2	

Fonte: APEMT²¹⁸

Pelos dados apresentados é possível perceber latentes diferenças entre os municípios, alguns com maior aparato burocrático, como Cuiabá, Campo Grande e Corumbá, os que mais apresentaram projetos. Enquanto vários tiveram dificuldades de encaminhar material obrigatório básico, como as propostas orçamentárias. Outras localidades deixaram de cumprir com este requisito em algum dos anos referidos, como Santo Antônio e Araguaiana. Sobre o assunto, em seu relatório,²¹⁹ Isaac Póvoas expôs o problema do não cumprimento do prazo para o envio de balancetes mensais por parte das prefeituras, que também insistiam em executar decretos-leis sem aprovação do Departamento.

Sobre a situação das cidades sulistas, Campo Grande e Corumbá estavam sendo atendidas na aprovação de seus projetos. Apenas um projeto foi recusado de cada. Da mesma forma, outras cidades propuseram e tiveram aprovação. Mais do que diferenças entre regiões, a questão parece ter sido o porte do município e a estrutura burocrática capaz de se adequar às mudanças requeridas pelo Departamento Administrativo.

Todavia, alguns atos da interventoria foram influenciados pelas questões regionais. Júlio Müller optou por revitalizar Cuiabá, já que, desde 1920, os sulistas alegavam que seu menor desenvolvimento não justificava a posição de capital estadual. As chamadas “obras oficiais” foram realizadas com repasse federal, entre elas, construção

²¹⁸ Fonte: APEMT, Departamento Administrativo do Estado, idem.

²¹⁹ Fonte: APEMT, Departamento Administrativo do Estado, idem.

do palácio de governo, do hotel Mato Grosso,²²⁰ o prédio da secretaria geral, o palácio de justiça, a secretaria de saúde, o Cine Teatro Cuiabá, a caixa d'água e a ponte sobre o rio Cuiabá. Toda a infraestrutura proporcionada foi considerada pelos políticos (apud NEVES, 2001a; b) como forma de legitimar a posição de capital. Segundo o ex-governador Frederico Campos: “Sejamos justos reconhecendo o trabalho do interventor Júlio Müller, ... como sendo da maior importância na consolidação da Capital em Cuiabá.” (apud JUCÁ, 1998, p.288). O jornalista Pedro Rocha Jucá (1998, p.16), autor da biografia sobre Júlio Müller, evoca seus feitos de “reivindicar” melhoras para o estado com Vargas, e “alterar os rumos da história” da capital.

Na região Sul, a interventoria construiu os prédios públicos do Correios e telégrafos em Campo Grande e Corumbá.

Figura 1- Casa dos governadores em Cuiabá



Fonte: registro da autora, 2017

Mas, a Ditadura Vargas não reverteu desigualdades regionais brasileiras. Segundo o Boletim de Estatística de 1941,²²¹ feito pelo Departamento Estadual de Estatística e referente ao período de 1936-1940, as fontes de renda do estado provinham em maior medida de tributos do que da indústria.²²² Enquanto no mesmo período o país vivenciou um processo de industrialização, mas não ocorreu na mesma intensidade entre os estados. Dito de outra forma, Mato Grosso continuava como um estado agroexportador, já que sua fonte de receita provinha da exportação de diversos produtos conforme o quadro 3 abaixo.

²²⁰ O governo construiu o hotel e arrendou para um comerciante.

²²¹ Fonte: APEMT, Diretoria Geral de Estatística. 61-Sinopse Estatística do Estado.1941.

²²² A receita estadual do período de 1936-1940 foi a seguinte: receita tributária equivalente 15.502:000\$000, receita patrimonial 600:000\$000, receita industrial 427:000\$000 e receita extraordinária 2.031:000\$000. Fonte: APEMT, idem.

Do mesmo modo, a interventoria Müller não remediou as assimetrias dentro de Mato Grosso. A base da exportação estadual era animal (gado, charque e couro) e vegetal (erva-mate, ipecacuanha e borracha). Enquanto a borracha passava por queda no mercado, a erva-mate, o gado e a ipecacuanha²²³ se valorizaram em relação a 1939, somente com a venda de gado em pé o estado obteve 60% da exportação.²²⁴

As atividades estavam irregularmente distribuídas pelo território, as mais dinâmicas localizadas na região Sul. Por outro lado, a extração da borracha localizava-se na região Norte da Amazônia mato-grossense, apesar de ter sido lucrativa estava em queda. O gado e seus derivados e a exploração da erva-mate estavam no Sul. O quadro abaixo apresenta a importância dessas atividades econômicas para o estado.

Quadro 3 - Receita estadual de exportação 1940

Produto	Valor Oficial
Receita estadual de exportação	87.311:378\$700
Gado em pé	52.234:104\$000
Erva-mate	13.522:225\$300
Charque	7.845:528\$100
Couro	4.853:150\$500
Ipecacuanha	3.772:125\$500
Borracha	1.837:629\$100
Manufaturados	66:229\$100

Fonte: Fonte: Boletim de Estatística de 1941²²⁵

Por causa da desigualdade econômica, alguns municípios estavam arrecadando menos que o previsto, enquanto outros, a maioria do Sul, acima do esperado.²²⁶ A interventoria não alterou os desequilíbrios que desde a década de 1920 caracterizavam o estado. Devido à essa situação, a população migrou para o Sul onde as cidades ofereciam oportunidades.

²²³ Planta medicinal (*Psychotria ipecacuanha*) com substâncias de valor farmacológico. Também conhecida como ipeca, ipeca-verdadeira, poaia, poaiacinzenta. (LAMEIRA, 2002).
dentre outras.

²²⁴ Fonte: APEMT, Diretoria Geral de Estatística. 61-Sinopse Estatística do Estado.1941.

²²⁵ Fonte: idem.

²²⁶ Arrecadaram menos que o previsto, os seguintes municípios: Cuiabá, Alto Madeira, Araguaiana, Cáceres, Livramento, Mato-Grosso, Poconé, Poxoréo, Santo Antônio, Lageado, Bella Vista, Miranda, Paranaíba, Três Lagoas. Arrecadaram acima do esperado: Corumbá, Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Porto Murtinho e Rosário Oeste. Fonte: APEMT, Diretoria Geral de Estatística. 61-Sinopse Estatística do Estado.1941.

O estado teve aumento populacional, atingiu 403.390 habitantes, as cidades sulistas cresciam enquanto o Norte amazônico continuava despovoado. Segundo estimativa de 1941, as cidades sulistas já estavam com maior contingente populacional (52%), com duas das cidades mais populosas: Campo Grande (8%) e Corumbá (7%). As demais regiões com menor número (48%), com destaque para a capital (10%)²²⁷. A desproporção aumentou no período posterior, conforme o quadro abaixo.

Quadro 4 - Votantes por região do estado de Mato Grosso 1945-1965

Ano	População			Votantes		
	MT	Demais regiões	Sul	MT	Demais regiões	Sul
1945	474.418	34%	66%	10%	32%	68%
1950	522.044	33%	67%	17%	38%	62%
1955	689.910	30%	70%	15%	38%	62%
1960	910.262	36%	64%	17%	37%	63%
1965	1.214.821	38%	62%	17%	42%	58%

Fonte: Baseado em Neves (1988, p.37).

O ano de 1945 marca o fim da ditadura varguista. As mudanças que ocorrerem no país a partir desta data impuseram uma nova configuração para as elites mato-grossenses.

²²⁷ Fonte: APEMT, Diretoria Geral de Estatística. 61-Sinopse Estatística do Estado.1941.

4- As práticas política do período de 1945 a 1964

Nessa parte, como existem trabalhos sobre o período, especificamente as interpretações sobre a política partidária de Neves (1988; 2001), é possível focar nas composições partidárias, processo eleitoral e as mudanças das instituições. Como teria ocorrido a configuração entre as elites tendo em vista a democratização?

Para controlar o processo inevitável de democratização, o governo decretou em 28 de fevereiro 1945 prazo de 90 dias para fixar a data das eleições presidenciais (SOUZA, 1990). O decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio²²⁸ definiu as regras para o alistamento eleitoral e data da eleição presidencial em 02 de dezembro de 1945. Segundo o decreto, foram considerados eleitores os brasileiros de ambos sexos, o voto era obrigatório aos maiores de 18 anos - somente as mulheres que trabalhavam eram obrigadas a votar. Continuavam excluídos do direito ao voto os analfabetos, os mendigos e os militares na ativa, exceto os oficiais.

Para executar todo o processo, o decreto reestabeleceu a Justiça Eleitoral, responsável por contabilizar os votos e declarar os eleitos. O alistamento eleitoral poderia ser feito *ex-officio* ou por requerimento. A primeira forma ocorria através do envio de listas das repartições públicas e conselhos profissionais para o juiz eleitoral, o que para Souza (1990) era um recurso clientelista.²²⁹ E o alistamento por requerimento era feito pelo cidadão ou solicitado por terceiros. Na prática, o alistamento voluntário não foi frequente (LIMONGI, 2015), e os partidos políticos tiveram papel importante no recrutamento.

Outra mudança instituída pelo decreto-lei foi em relação aos partidos políticos, somente seria permitido os com base nacional. Os partidos deveriam colher 10.000 assinaturas em pelo menos cinco estados. (LIMA JÚNIOR, 1983). Até então, somente a Ação Integralista e o Partido Comunista tinham abrangência nacional. (CARONE, 1976 a, p.188). Essa medida beneficiava os partidos criados pelo governo:²³⁰ o Partido Social Democrático – PSD, herdeiro da estrutura do Estado Novo, abrigou seus apoiadores, como Benedito Valadares em Minas Gerais, Agamenon Magalhães no Pernambuco, Fernando Costa em São Paulo, Amaral Peixoto no Rio de Janeiro e os Müller em Mato

²²⁸ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 12/10/2018

²²⁹ Limongi (2015) faz interessante análise da questão, pontua que o alistamento *ex-officio* não impactou tanto quanto a UDN alardeava. Essa forma de recrutamento foi abolida pelo Código Eleitoral de 1950.

²³⁰ Mas com o tempo Vargas perdeu o controle do PSD, da candidatura Dutra (LIMONGI, 2015), como também não participou de seu governo.

Grosso. Igualmente, o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, a fim de acolher os líderes sindicais e trabalhadores²³¹ e minar os comunistas. (SKIDMORE, 2010).

Por outro lado, a oposição já havia se manifestado²³² e formava uma “ampla frente de oposicionista”. Em abril de 1945 foi criado a União Democrática Nacional- UDN, que tinha como objetivo se contrapor ao Estado Novo, congregando uma aliança heterogênea em que coexistiram desde correntes mais progressistas as mais reacionárias. Inicialmente, o partido abrigou as 1) oligarquias prejudicadas em 1930: Arthur Bernardes, perrepistas paulistas e Júlio Prestes, entre outros; 2) os antigos aliados de Vargas: os tenentes desacreditados do regime, como Eduardo Gomes e Juraci Magalhaes, os aliancistas Borges de Medeiros, Virgílio de Melo Franco e os que foram excluídos, como Flores da Cunha, entre outros; 3) aqueles que participaram do Estado Novo, mas romperam: Oswaldo Aranha e Ademar de Barros; 4) os liberais com identificações regionais: Raul Pila, grupo em torno da candidatura de Armando Salles, e também jornalistas e escritores; 5) as esquerdas: Astrogildo Pereira, Domingos Velasco, João Mangabeira, entre outros.²³³ (BENEVIDES, 1981).

A UDN teve uma trajetória permeada de contradições: nasceu da luta contra ditadura Vargas e, por fim, apoiou a ditadura militar contra a ‘ameaça comunista’. Apesar de reivindicar uma herança liberal, não resistia em defender um golpe com respaldo militar; reconheciam o Exército como “arbitro do poder”, mas nunca criticaram sua atuação na manutenção do Estado Novo. (SKIDMORE, 2010). Além disso, mantiveram uma postura antipopular,²³⁴ quando derrotados questionaram os resultados eleitorais, e ainda tramavam contra a posse dos eleitos; outra constante, a tática de oposição pelo ataque à corrupção e o combate ao comunismo. (BENEVIDES, 1981).

²³¹ O programa aprovado do partido defendia: “direito de greve pacífica e distinção entre greve legal e ilegal”, participação dos trabalhadores nos lucros, extinção dos latifúndios improdutivos, “Dever e Direito de Trabalhar.” (CARONE, 1976b, p.455). Inicialmente, o partido não teve a mesma estrutura do PSD, UDN e PCB, pois não estava na maioria dos municípios. Mas o PTB passou por grande crescimento em todos estados, especialmente em Mato Grosso, Ceará e Santa Catarina. (SOARES, 1981).

²³² Em 20 de outubro 1943 foi lançado o Manifesto dos Mineiros que reivindicava autonomia estadual e democracia assinado por Virgílio de Melo Franco, Arthur Bernardes, Pedro Aleixo, entre outros. (CARONE, 1976b).

²³³ No segundo semestre de 1945, vários deixaram o partido. Ademar de Barros fundou em 1946 o Partido Social Progressista -PSP, Raul Pila o Partido Liberal-PL, Arthur Bernardes o Partido da República -PR. (LIMA JÚNIOR, 1983). Astrogildo integrou o Partido Comunista Brasileiro-PCB, Mangabeira o Partido Socialista Brasileiro -PSB, Velasco o Esquerda Democrática. (FLEISCHER, 1981).

²³⁴ Em campanha o brigadeiro defendeu a revogação da lei do salário mínimo. (SKIDMORE, 2010). Também repeliu o “voto dos marmiteiros”, identificavam-se como “partido dos homens de bem”. Como a maioria à época, rejeitavam a participação popular questionando a capacidade do povo eleger seus representantes. Sobre a vitória de Dutra, Vargas e Kubitschek diriam “o povo errou.” (BENEVIDES, 1981, p.90-108).

Um ponto de destaque sobre o sistema partidário era que o decreto-lei, acima citado, previa algumas possibilidades para o cancelamento do registro de partido político. Entre as possibilidades para a cassação, não poderiam defender princípios contrários a Democracia e aos direitos fundamentais do homem, por esse motivo foi negado o registro de 16 partidos. Inicialmente, o Partido Comunista Brasileiro-PCB recebeu permissão, pois o STF interpretou que o mesmo adotou princípios democráticos. O PCB concorreu nas eleições de 1945. (SOUZA, 1990; LIMA JÚNIOR, 1983).

Dadas as devidas permissões, os partidos teriam de escolher os nomes dos presidenciáveis a fim de organizar as campanhas eleitorais. Em 1944, os udenistas sondaram o general Dutra, a fim de promover cisão no governo; no final, escolheram o brigadeiro Eduardo Gomes.²³⁵ (SOUZA, 1990). Por sua vez, sabendo da tentativa, Vargas convidou Dutra a concorrer à presidência (PEIXOTO, 2017),²³⁶ pretendia dividir o apoio das Forças Armadas para o brigadeiro. Além disso, a candidatura era um modo de ganhar tempo devido às pretensões continuístas do ditador, tanto que Vargas nunca o apoiou entusiasmadamente. (LIMONGI, 2015).

Com a candidatura de Dutra e Gomes, os partidos precisavam estabelecer as bases nos estados para as eleições presidenciais e para formação da Assembleia Nacional Constituinte.²³⁷ De modo geral, a criação dos partidos em Mato Grosso seguiu um padrão nacional. Filinto Müller esperava agrupar o maior número possível de lideranças no PSD, tanto que estimulou Vespasiano B. Martins a aderir à candidatura do mato-grossense Eurico Dutra,²³⁸ sabia da importância do líder sulista perante a região mais populosa do estado. Mas o problema surgiu quando Vespasiano, Villasbôas, e Filinto queriam concorrer ao cargo de senador e naquele momento o Senado se compunha de duas vagas por estado. Diante da situação, Júlio Müller aconselhou o irmão a não desistir da cadeira “... a qual por todos tributos lhe pertence.”²³⁹ Após encontro das lideranças na capital federal para solucionar o conflito, não houve consenso e Filinto escreveu dizendo-se

²³⁵ O militar foi um dos sobreviventes do episódio do 18 do Forte de Copacabana em 1922. Também participou da Revolta Paulista de 1924, e da Revolução de 1930. Participou do governo Vargas (ABREU, et al, 2010). Segundo manifesto da UDN: “Um HOMEM, um BRASILEIRO másculo, último sobrevivente 18 do Forte.” Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta III, s/d.

²³⁶ Segundo Alzira Vargas, Getúlio Vargas argumentou que responderia espada com espada. Ao voltar do encontro com Dutra, Vargas disse: “Foi muito mais fácil do eu pensava. Aceitou logo.” (PEIXOTO, 2017, p. 392).

²³⁷ Os candidatos só poderiam concorrer em partidos políticos. Além disso, princípio majoritário foi utilizado para eleições presidenciais, de governador, senador e prefeito. Princípio proporcional para Câmara dos Deputados, Assembleias e câmaras municipais. Fonte: Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945.

²³⁸ Fonte: CPDOC, FM 45.01.25 ap Pasta I, 07/03/45.

²³⁹ Fonte: CPDOC FM 45.01.16 ap Pasta I, 24/03/45.

“magoado”²⁴⁰ por Vespasiano não ter ido a seu encontro. Dias depois, Vespasiano enviou telegrama rompendo a união de 10 anos com os Müller.²⁴¹ Segundo Martins (s/d) o motivo do rompimento teria sido a discordância sobre as candidaturas de Dutra e Gomes.

Esta foi a principal cisão, além destes, outros políticos entraram para a UDN. O partido abrigou diferentes opositores de Vargas e dos Müller: a) as oligarquias desprestigiadas: principalmente, os Corrêa da Costa. Fernando foi opositor do Estado Novo, também esteve próximo de Vespasiano. Enquanto, Ytório Corrêa primeiro tentou estabelecer contato com Filinto, mas a adesão não se concretizou.²⁴² b) os derrotados em 1936: são aqueles que apoiaram Mário Corrêa da Costa, como Agrícola Paes de Barros e Trigo Loureiro. c) antigos aliados: como Aral Moreira, insatisfeito com Fenelon Müller; Alfredo Pacheco, que rompeu com os parentes. E os sulistas João Leite de Barros e Nicolau Fragelli. d) políticos que tiveram cargos no Estado Novo, mas romperam: já citado Vespasiano e Villasbôas, Dolor de Andrade, Eduardo Machado, Demosthenes Martins. Exceto Vespasiano, que tinha uma relação de amizade com Filinto, o provável é que esses políticos se mantiveram na aliança por causa da ditadura getulista, com a democracia puderam livremente se manifestar. Por fim, e) jovens filiados aos núcleos oposicionistas, especialmente em Campo Grande e Cuiabá: Aecim Tocantins, José Garcia Neto, José Fragelli, Wilson Barbosa, Rachid Derzi, Paulo C. Machado, entre outros.

Do mesmo modo, o PSD tendia a repetir a configuração nacional. Sua composição principal formada pelas lideranças estado-novistas dos Müller e Ponce, somado aos a) políticos aliados: como o interventor Mena Gonçalves, os ex-prefeitos nomeados Rosário Congro, Rachid Mamed e Isac Póvoas, os deputados Carlos Vandoni, Gabriel Martiniano e Vieira Netto. b) Famílias aliadas: os filhos mantiveram o compromisso estabelecido anteriormente por seus pais, por exemplo os Corrêa com Virgílio Neto, os Pinho com

²⁴⁰ Carta de Filinto para Vespasiano. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 28/05/45.

²⁴¹ Antes de retornar ao estado enviou seguinte telegrama “[...] levando grande pesar de haver divergido de você, apenas questão de princípios. Apraz-me fazer-lhe ciente que dez anos militando juntos jamais tive você menor queixa. Nossa situação atual separando-nos politicamente espero não nos separar espiritualmente.” Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 02/04/45. Filinto tentou descobrir o motivo do rompimento e os antigos aliados trocaram cartas depois. Filinto revelou que foi um “[...] choque sobretudo de caráter sentimental porque V. não ignora quão grande e desinteressada é a estima que nutro por você [Vespasiano].” Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 28/05/45. Vespasiano admitiu que “[...] foi uma das decisões mais difíceis em minha vida.” Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 02/06/45). Por fim, fizeram um acordo de não agressão na imprensa em nome da amizade longínqua.

²⁴² Na correspondência de Filinto e João Ponce, discutem a possibilidade de acordo com Ytório Corrêa. Filinto afirma não ter problema com a entrada dele no partido, mas como seu irmão Fernando Corrêa já havia entrado na UDN traria poucas pessoas. Em outra carta, Filinto fala de ‘adversários encobertos’ e cita “o grupinho (Ytório-Vandoni-Firmo[Dutra])”. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 15/05/45 e 23/05/45. A desconfiança se confirmou em agosto, quando Ytório Corrêa tentou ganhar a confiança de Dutra, criando uma Legião em seu apoio. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta II, 20/08/45.

Wilson, os Ferreira Mendes com Fernando Jorge e os Hugueneu. c) Novas adesões: as lideranças como Arnaldo de Figueiredo e seu grupo sulista; Licínio Monteiro e seu grupo de Várzea Grande e Livramento. Finalmente, d) jovens recrutados: na capital federal, Filinto sempre ajudou e estabeleceu contato com os jovens mato-grossenses, como Philadelpho Garcia, assim como João Ponce inspirava Vicente Vuolo. Também se filiaram ao partido os jovens Waldir S. Pereira, Jary Gomes, Mendes Canale e Argemiro Fialho.

Toda a configuração entre os grupos políticos havia se alterado com a democratização, pois aqueles que discordavam dos Müller, finalmente, poderiam se posicionar. Filinto Müller não mantinha mais o apoio da maioria dos líderes, o fato de Vespasiano B. Martins e Villasbôas estarem na oposição os enfraquecia. Para piorar a situação do políticos estado-novistas, a oposição cada vez mais questionava os atos do governo. Filinto e Júlio Müller recebiam constantes ataques da imprensa,²⁴³ também havia um foco oposicionista na prefeitura de Campo Grande²⁴⁴ e prefeito nomeado Teodoro Faria chegou a solicitar que a udenista Oliva Enciso (1986) delatasse os funcionários que votariam no brigadeiro. Diante do cenário, Filinto aconselhou empenho em agradar os partidários.²⁴⁵

Os primeiros anos foram difíceis tanto para PSD como para a UDN, pois, os governos transitórios e o governo Dutra insistiram na ideologia antipartido (SOUZA, 1990), se recusaram a “fazer política”, contrários à política partidária ainda que houvesse competição eleitoral. Além disso, a democracia impunha imprevisibilidade aos resultados eleitorais. Ambos os partidos tiveram vitórias e derrotas.

O primeiro empecilho ao grupo vinculado ao Estado Novo foram algumas atitudes e posicionamentos do interventor Júlio Müller. Müller não compreendeu as mudanças ocorridas democratização, e suas atitudes contribuíram para aumentar o número dos oposicionistas. Por exemplo, demitiu funcionários por questões políticas, o que gerou impopularidade.²⁴⁶ Até mesmo o partidário do PSD, João Ferreira,²⁴⁷ pediu a Filinto

²⁴³ Jornal Diário da Noite fez uma série de reportagens sobre ‘os desmandos dos irmãos Müller.’ Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap dez 47/48 e sem data.

²⁴⁴ Carta de Filinto Müller para João Ponce. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 15/05/45.

²⁴⁵ Aconselhou João Ponce: “Neste momento tudo devemos fazer para que os amigos fiquem satisfeitos e disponham de armas para a luta. Não estamos num momento de reflexão e sim de concessão.” Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 15/05/45.

²⁴⁶ Demitiu o professor e ex-deputado estadual, Nicolau Fragelli por criticar o governo. Carta de Fragelli a Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 03/06/45. Exoneração da professora Maria Constança de Barros Machado também por razões políticas. Fonte: Carta de Sebastião B. Machado a Filinto. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap dez 47/48 e sem data, s/d.

²⁴⁷ Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 01/06/45.

Müller que seu irmão fosse mais tolerante.²⁴⁸ Esta também foi a postura de outros funcionários da interventoria, João Ponce queria expurgar os opositores.²⁴⁹ A UDN o acusou de prejudicar seu alistamento eleitoral, denunciando que a atitude “[...] mostra os processos fascista da ditadura e o feito arbitrário da oligarquia Müller & Ponce.”²⁵⁰ As medidas desgastaram seu grupo político.²⁵¹

Outra questão que gerou desgaste foram as denúncias de corrupção.²⁵² Patrocínio de Moraes, de Campo Grande, alertou Filinto que os próprios partidários diziam que o governo estadual era “comedor das rendas do estado”, e o secretário do Tesouro, Antônio Antero Paes de Barros, seria “[...] o caveira do Alencastro. Pode estar seguro disso. Vive a escrever cartas solapando o governo de seu irmão criando-lhe a impopularidade que atingiu.”²⁵³ São vários os manifestos sobre o assunto, anônimos e de autoria da UDN, nos quais ironizaram a firma “Ponce & Müller”, o “impopular interventor” que seria “honestíssimo.”²⁵⁴

Por fim, a última controvérsia foi uma aliança problemática com o juiz Eurindo Neves. Júlio Müller teria dado a ele “escandalosa proteção”,²⁵⁵ preterindo antigos companheiros como o ex- deputado estadual Miranda Horta.²⁵⁶ Até mesmo adeptos do PSD denunciaram a corrupção de Eurindo,²⁵⁷ quando Mena Gonçalves foi interventor federal demitiu o juiz por “falta de moralidade pública.”²⁵⁸ Os sulistas reagiram negativamente sobre a questão.²⁵⁹ Para piorar, Eurindo causou divisões no diretório do PSD de Campo Grande e entrou em conflito com Arnaldo de Figueiredo, e ainda envolveu o presidente da República e ministros nas questões locais.²⁶⁰ Apesar de receber constantes

²⁴⁸ Júlio Müller pediu ao irmão a demissão dos opositores Dolor de Andrade, Luís Alexandre de Oliveira, Paulo C. Machado, funcionários da Justiça Militar. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, -/05/45.

²⁴⁹ João Ponce pediu a Filinto Müller demissão de um jornalista por ter escrito artigo contra Vargas e Dutra. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 19/05/45.

²⁵⁰ Protesto da UDN. Assinado pelos escritórios de Agrícola Paes de Barros, Miguel Carmo, Mário Motta. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, s/d.

²⁵¹ O manifesto “Ao Povo” da UDN acusou Júlio de usar a polícia em comício dos opositores. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, s/d. Um Boletim de Luiz Vas de Campos, de Aquidauana, acusa Júlio de fechar o jornal ‘O Município’ por não querer lhe fazer elogios. Fonte: idem, Pasta VI.

²⁵² O Jornal Diário da Noite acusava os Müller de desvio de dinheiro para campanha eleitoral de 1945 e uso de dinheiro público nas convenções do PSD. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap dez 47/48 e sem data.

²⁵³ Carta de Patrocínio de Moraes a Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 11/07/45.

²⁵⁴ Manifesto sem autoria. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, s/d.

²⁵⁵ Carta de Frageli a Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 03/06/45.

²⁵⁶ Em junho de 1945, o ex-deputado rompeu com Filinto por ter sido esquecido pelo PSD do estado. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, s/d.

²⁵⁷ Carta de Patrocínio de Moraes a Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 11/07/45.

²⁵⁸ Carta de Arnaldo E. de Figueiredo a Filinto Müller, como o juiz ainda causava problemas, enviou o boletim da demissão. Fonte: FM 45.01.16 ap Pasta V, 02/04/46.

²⁵⁹ Carta de Frageli a Filinto Müller, idem

²⁶⁰ Carta de Arnaldo Figueiredo a Filinto Müller, idem.

relatos dos políticos, Filinto Müller não tentou conter o irmão por correspondência, apenas recomendou a Júlio que visitasse Cáceres, pois havia queixa de que não visitou a localidade.²⁶¹

Os Müller também pretendiam controlar o PSD, naquele momento, a família acreditava ser dona do partido como também os partidários, em sua maioria, aceitavam tal controle. Um fato marcante, em 1945, embora tenha visitado três vezes seu estado natal, Filinto comandou a política do partido com menos empenho. Ainda que a última palavra nas decisões fosse sua, deixou relevantes decisões imediatas com Júlio e João Ponce. Sua opção continuava sendo os cargos federais na capital federal. Para os Müller-Ponce, acostumados a tomar as decisões políticas, em tempos de democracia, tiveram que lidar com reclamações, até mesmo dentro do próprio partido. O epicentro do conflito no PSD foi a escolha para a representação federal.

Antes mesmo da convenção partidária, Filinto Müller recebeu pedidos e indicações de nomes dos candidatos para Assembleia Constituinte, o único consenso era sua candidatura ao Senado. O diretório campo-grandense do PSD tentava assegurar uma candidatura, o prefeito indicou Argemiro Fialho²⁶², João Ponce também ofereceu seus preferidos,²⁶³ entre outros enviaram indicações. Mais explícito, Arquimedes Lima, aliado desde os anos 1930 e trabalhando intensamente no partido, sugeriu sua candidatura de deputado federal.²⁶⁴ Do mesmo modo, outro antigo aliado tinha ambições, Generoso Ponce Filho gostaria de se candidatar ao Senado. Os Müller tiveram que gerenciar as pretensões dos aliados e parentes.

O primeiro embate foi na convenção de maio de 1945 para a escolha da comissão executiva estadual do PSD. Júlio Müller escreveu a Filinto informando sobre problemas que afetariam a coesão partidária, solicitou sua presença para aplacar os “apetites”, sem o irmão não se responsabilizava pelo que aconteceria.²⁶⁵ Mas Filinto não participou, mais uma vez justificava “[...] meu porto, no momento, é aqui e não pode ser abandonado”,²⁶⁶ aconselhou ainda reservar um lugar na comissão para o fiel aliado Nicola Scaffa.

Durante a convenção ocorreu uma celeuma sobre escolha dos políticos que representariam Corumbá, pois Scaffa, antigo líder da região, viu seus correligionários se

²⁶¹ Carta de Filinto para Júlio Müller. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 13/06/45.

²⁶² Carta de Teodoro Faria a Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 11/05/45.

²⁶³ João Ponce sugeriu os nomes de Argemiro Fialho, Geraldo Martins, Jaime, Defrat, Everaldo Póvoas, Hugueneu. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 19/05/45.

²⁶⁴ Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta II, 05/10/45.

²⁶⁵ Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 07/05/45.

²⁶⁶ Filinto Müller para João Ponce. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 23/05/45.

emanciparem de sua liderança e formar um outro grupo, entre eles estava o capitão Pereira. Diante da cisão corumbaense, Júlio Müller e João Ponce preferiram o novo grupo. Tentando disfarçar sua escolha, Júlio decidiu não colocar Scaffa²⁶⁷ e nem Filinto na comissão executiva, justificou que ambos não moravam no estado “[...] espero que vocês confiem plenamente na minha ação.”²⁶⁸ Por fim, Júlio era o presidente da comissão, João Ponce o vice, Archimedes entrou por Campo Grande, capitão Pereira por Corumbá.

Os rompimentos vieram quando ficou explícito os escolhidos e os preteridos pelos Müller. Poucos dias antes das eleições, o PSD escolheu para o Senado: Filinto e Arnaldo E. de Figueiredo. Para Câmara dos Deputados: João Ponce e Gabriel Martiniano pela região central; da região Sul, Argemiro Fialho por Campo Grande; Ernesto F. Oliveira por Corumbá; Manoel Bonifácio N. Cunha por Aquidauana.²⁶⁹ Como resultado, Archimedes rompeu com o partido²⁷⁰ e Generoso Ponce Filho estava formando um partido dissidente.²⁷¹

A oposição também enfrentava divisões e dissidências. A virada de posicionamento de Vespasiano B. Martins gerou desconfiança, segundo a interpretação de Argemiro Fialho.²⁷² Na UDN divergiam do líder: Oclécio B. Martins e o fazendeiro Laudelino Barcelos, disposto a investir 2 contos no partido. Apoiavam Vespasiano, seu genro Wilson Barbosa Martins, José Fragelli e Paulo Coelho Machado. Na visão de Fialho, outro antigo aliado de Filinto Müller, Dolor de Andrade manipulava ambos grupos, pois almejava concorrer para a Câmara de Deputados. Por fim, a UDN indicou para o Senado: Vespasiano e Villasbôas, e para deputados Dolor de Andrade, João Leite, Agrícola Paes de Barros e José Alves Ribeiro Filho.²⁷³

Enquanto isso, durante todo ano os partidos trabalhavam no alistamento de seus prováveis eleitores. João Ponce realizou uma excursão pelas cidades sulistas e informou a Filinto sobre os custos das eleições, pois:

[...] em todos os municípios recebi pedidos de auxílio para o alistamento eleitoral e auxílio para transporte de eleitores e hospedagem dos mesmos durante o pleito. O alistamento no interior exige, além de transporte, que é caro, a organização de um churrasco ou de um baile, com bebidas, foguetes,

²⁶⁷ Os problemas no diretório de Corumbá se arrastaram por razoável tempo, Scaffa ressentiu-se com sua exclusão e entrou em conflitos com capitão Pereira e o prefeito Arthur Marinho. Filinto Müller teve que gerenciar a situação.

²⁶⁸ Carta de Júlio para Filinto. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 30/05/45.

²⁶⁹ Fonte: TRE-MT, Secretária de Coordenação Eleitoral. Resultado das eleições 1945.

²⁷⁰ Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta III, 23/11/45.

²⁷¹ Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta II, 05/09/45.

²⁷² Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 07/05/45.

²⁷³ Fonte: TRE-MT, Secretária de Coordenação Eleitoral. Resultado das eleições 1945.

nuenia [sic], etc, afim de despertar a atenção e agradar. Será de toda a conveniência arrumarmos algum auxílio daí.²⁷⁴

Filinto Müller recebeu vários pedidos de auxílio para o processo eleitoral, como do prefeito Rosário Congro²⁷⁵ e de outros diretórios municipais.²⁷⁶ Além de Filinto, também contribuíram para as despesas da campanha eleitoral os candidatos Arnaldo Figueiredo, Manoel Bonifácio e o prefeito Teodoro Faria.²⁷⁷ Sobre o ritmo do recrutamento eleitoral, os Müller-Ponce se mostravam satisfeitos com o alistamento e seguros da vitória do partido²⁷⁸, tanto que Júlio por vezes se ausentou da campanha para cuidar de suas fazendas²⁷⁹, enquanto João Ponce cuidava da política partidária.

O cenário se alterou quando Vargas foi deposto pelos militares, em fins outubro de 1945, e a oposição com objetivo aproveitar a desvantagem espalhou boatos.²⁸⁰ Em apoio a Vargas, Júlio Müller entregou o cargo para desembargador Olegário Moreira de Barros, do Tribunal de Apelação Estadual, bem como João Ponce. Filinto, que era presidente do Conselho Nacional do Trabalho, também deixou o cargo por causa das eleições no fim do ano. (ROSE, 2017). Não estavam mais na situação e este desgaste veio a poucos dias do pleito.

A eleição ocorreu com confusões e o principal tumulto foi quanto a cédula eleitoral. Segundo legislação em vigor, a Justiça Eleitoral não fornecia o papel padrão oficial para depósito do voto,²⁸¹ e sim os candidatos e partidos. (LIMA JÚNIOR, 1983). Esse contato com o político para recebimento da cédula proporcionava coerções dos mandões locais sobre os eleitores. Além disso, o principal problema nessa eleição foi a tentativa dos dissidentes de confundir o processo eleitoral, fornecendo aos eleitores cédulas com nomes errados, com objetivo de enganar, e assim invalidar os votos. O udenista Arthur Jorge, por causa de divergência com Villasbôas, espalhou cédulas que

²⁷⁴ Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta II, 31/08/45.

²⁷⁵ Carta de Rosário para Arnaldo E. de Figueiredo. Fonte, CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta III, 10/12/45.

²⁷⁶ Do diretório de Campo Grande. De Corumbá. E Aquidauana. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta III, 05/12/45; 09/12/45; 13/11/45; 14/11/45.

²⁷⁷ Carta de Nonô a Arnaldo E. de Figueiredo. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta III, 27/12/45.

²⁷⁸ Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta I, 04/03/45; 09/05/45.

²⁷⁹ Archimedes alertou Filinto sobre o fato, pois o alistamento em Cuiabá tinha caído. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta II, 16/08/45.

²⁸⁰ A UDN espalhou que Dutra apoiou a deposição de Vargas. Como também havia o rumor que Filinto seria intimado a prestar contas sobre seus atos como chefe de polícia. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta III, 02/11/45; s/d.

²⁸¹ Em 1955, criou-se a cédula única para eleições presidenciais (Lei 2.582, 02/08/55); em 1956, criou-se a cédula única para todos postos majoritários (Lei 2.982, 30/11/56); e em 1962, criou-se a cédula única para as eleições proporcionais.

não eram de seu partido.²⁸² Também teve a ocorrência de em uma mesma cédula constar o brigadeiro Gomes da UDN e senador Filinto Müller do PSD.²⁸³ O juiz Eurindo Neves, dissidente do PSD e antigo aliado de Júlio Müller, distribuiu cédulas com nomes de Filinto Müller e Generoso Ponce Filho para o Senado, invés do nome de Arnaldo de Figueiredo.²⁸⁴

Nesse caso das cédulas com nomes errados poderia resultar na anulação e perda da votação. Filinto Müller deixou de ganhar votos por esse motivo e, ainda foi informado por Eurindo Neves²⁸⁵ que o diretório municipal de Campo Grande não teria feito nada a respeito. Neves arriscou a votação do PSD para prejudicar o grupo de Arnaldo E. de Figueiredo, o que não deu certo.

Além disso, outros problemas ocorreram na eleição de dezembro, como coação e compra de votos. Queiroz (2004) mostrou as relações clientelistas e mandonista na ferrovia. No AFM também encontramos evidências nesse sentido. O diretor da ferrovia Noroeste, o tenente-coronel Américo Marinho Lutz, escreveu carta recomendando voto de seus funcionários para UDN²⁸⁶ e ameaçou os ferroviários de demissão.²⁸⁷ Também não foi incomum ocorrências de mandões políticos exercendo controle sob determinada área. O político Oswaldo Botelho, conhecido como Nhô-nhô do Tamarineiro da UDN, afirmou que em sua seção eleitoral o PSD recebeu apenas 2 votos. (apud NEVES, 2001b). Ademais, vários relatos contam sobre compra de votos com dinheiro ou troca por presentes. Os partidos também ofereceram transporte, churrasco após o voto²⁸⁸, e “os clássicos pares de botina e roupas feita do dia da festa.”²⁸⁹ Essas formas de coerção eleitoral também aconteceram em outros estados, no dia da eleição era necessário isolar o eleitor e impedir contado com os cabos eleitorais adversários, ficavam alojados em “quarteis” e monitorados até o momento de a cédula ser depositada na urna. (LIMONGI, 2015).

²⁸² Carta de Arnaldo de Figueiredo para Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta III, 29/11/45.

²⁸³ Carta com nome não identificado de Cuiabá. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta III, 29/12/45.

²⁸⁴ Carta de Arnaldo para Filinto Müller. Fonte: idem.

²⁸⁵ Telegrama de Eurino Neves a Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta III, data apagada.

²⁸⁶ O manifesto “Estrada de Ferro Noroeste”. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta III, 30/11/45.

²⁸⁷ A carta do prefeito de Aquidauana, Boinsten. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta III, 10/12/45. Tempo depois, Lutz garantiu ajudar o PSD desde que Filinto Müller consiga parecer favorável no Conselho de Segurança sobre suas terras. Carta de Arnaldo de Figueiredo para Filinto Müller. Fonte: idem Pasta V, 10/04/46.

²⁸⁸ Carta de Rosário Congro, segundo ele a festa aos eleitores foi “obra patriótica de corrupção.” Fonte: CPDOC, idem Pasta III, 07/12/45; 14/12/45.

²⁸⁹ Clóvis Hugueneu para Filinto Müller. Fonte: CPDOC, idem Pasta V, 01/08/46.

Como resultado do pleito, o general Dutra foi eleito o novo presidente, tendo recebido 55% dos votos. O PSD teve vitória confortável nos maiores colégios eleitorais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. (SKIDMORE, 2010). Em seu estado natal, o novo presidente também venceu:

Quadro 5 - Votação em Mato Grosso para presidente 1945

Candidato	Legenda	Votos obtidos	Porcentagem ²⁹⁰
Gal. Eurico G. Dutra	PSD-PTB	20.570	48%
Brig. Eduardo Gomes	UDN	19.426	45%
Yedo Fiúza	PCB	3.145	7%

Fonte: TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985

Mas, o PSD mato-grossense esperava uma vitória esmagadora do conterrâneo e não foi o que aconteceu.²⁹¹ Apesar do general ter vencido em Campo Grande e Corumbá, perdeu em Cáceres, Rosário Oeste, e em sua cidade natal, Cuiabá:

Quadro 6 - Votação em Cuiabá para presidente 1945²⁹²

Candidato	Legenda	Votação
Gal. Eurico G. Dutra	PSD-PTB	2.500
Brig. Eduardo Gomes	UDN	3.352
Yedo Fiúza	PCB	40

Fonte: CPDOC, Telegrama Apuração eleitoral. 19 sessões de Cuiabá.

O resultado para a representação legislativa federal foi mais desastroso para os líderes do PSD. Vespasiano B. Martins recebeu maior número de votos do que a candidatura a presidente de Dutra. Para piorar, os partidos mergulharam em batalhas judiciais e foram vários os resultados eleitorais para segunda vaga ao Senado.²⁹³ Primeiro,

²⁹⁰ O TRE oferece apenas os votos válidos. Além dos três candidatos, Mário Rolin Pérez recebeu 0,01% dos votos.

²⁹¹ Filinto admitiu ao presidente que a vitória não foi expressiva. Fonte: CPDOC, idem Pasta IV, s/d.

²⁹² O único resultado encontrado sobre Cuiabá foi no AFM, como trata-se de uma parcial sem o total dos votos válidos não foi possível calcular a porcentagem.

²⁹³ A Ata Final da Comissão Apuradora de 30/12/1945 registrava o seguinte resultado: Vespasiano B. Martins 21.019 votos, Filinto Müller 20.609, Arnaldo E. de Figueiredo 20.596, João Villasbôas 20.583. Houve eleição suplementar e a UDN entrou com pedido no TSE, através da Resolução nº 614 e conseguiu anular votação da 32ª seção da 1ª zona eleitoral (Seção única do Coxipó do Ouro). A ata da 11ª sessão da Comissão Apuradora do TRE-MT de 18/02/1946, revisou o resultado atendendo ao TSE: Vespasiano 20.987, Villasbôas 20.551, Filinto 20.546, Arnaldo 20.533. Depois, o TSE também deu provimento de recurso nº55 da UDN contra a validade da votação da 28ª seção da 1ª zona eleitoral circunscrição de Cuiabá (Seção única de São Vicente) e em 13/03/1946 o TRE julgou recurso nº53 da UDN contra o diploma de

Filinto foi declarado vencedor e recebeu diploma em 11/01/46.²⁹⁴ Enquanto isso, em Cuiabá, Villasbôas estava decidido a invalidar a eleição presidencial, bem como os resultados para o Legislativo, tentaria anular urnas eleitorais com maioria de votos para o PSD.²⁹⁵ O TSE aceitou recurso de Villasbôas.²⁹⁶ Portanto, a UDN ficou com as duas vagas do Senado.

Quadro 7 - Votação em Mato Grosso para Senado 1945

Candidato	Legenda	Votos Obtidos	Porcentagem
Vespasiano B. Martins	UDN	20.967	25,46%
João Villasbôas	UDN	20.531	24,93%
Filinto Müller	PSD-PTB	20.432	24,81%
Arnaldo E. Figueiredo	PSD-PTB	20.419	24,79%

Fonte: TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985

Para a Câmara Federal, o PSD conseguiu três deputados e a UDN dois. Filinto Müller recebeu várias reclamações de Corumbá e Aquidauana por não terem conseguido representação²⁹⁷, já que foram eleitos pelo PSD somente políticos por Campo Grande e Cuiabá.

Quadro 8 - Votação em Mato Grosso para Câmara Federal 1945

Candidato	Legenda	Votos Obtidos	Porcentagem
Dolor de Andrade	UDN	6.769	16,25%
João Ponce de Arruda	PSD	5.190	12,46%
Agrícola Paes de Barros	UDN	4.792	11,50%
Argemiro de A. Fialho	PSD	4.483	10,76%
Gabriel M. de Araújo	PSD	4.249	10,20%

Fonte: TRE-MT, Secretária de Coordenação Eleitoral. Resultado das eleições 1945.

Para vários correligionários a explicação para a expressiva votação de Vespasiano foi o Partido Comunista. Os comunistas não perdoaram a repressão empreendida por

Senador de Filinto Müller. A ata da 12ª sessão da Comissão Apuradora do TRE-MT revisou os resultados eleitorais, expostos conforme o quadro 7. Fonte: TRE-MT.

²⁹⁴ Carta de Rosário Congro felicitando Filinto. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta IV, 17/01/46.

²⁹⁵ Carta com nome não identificado de Cuiabá. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta III, 29/12/45.

²⁹⁶ Em entrevista Filinto declarou: “Minha situação na política nacional é clara e definida. Perdi a cadeira de senador para qual fui eleito ... fui eleito de fato, mas curvo-me a decisão do tribunal” In: ‘Fui, Realmente, Eleito Senador’ Sensacionais declarações do cel. Filinto aos Diários Associados.

²⁹⁷ Manifesto do diretório do PSD de Corumbá exigia participação. Bonifácio também reclamou e acusou Arnaldo de Figueiredo apoiar Argemiro em detrimento de sua candidatura, inclusive com compra de votos. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta III, s/d; 22/12/45.

Filinto Müller no Estado Novo, de acordo com José A. de Souza Bouret, que foi do partido “[...] sei dos traumas que existiam entre o PC e o Filinto.” (apud NEVES, 2001b, p.209). Então, o PCB apoiou Vespasiano B. Martins da UDN. Os pessedistas também relataram a atuação do PCB na estrada de ferro Noroeste nas cidades de Aquidauana e Três Lagoas.²⁹⁸ Em Corumbá, o PSD se surpreendeu com “o elevado número do eleitorado comunista corumbaense.”²⁹⁹ Além disso, espalharam boletins e retratos contra a Filinto.³⁰⁰

Mas o que parece ter ocorrido foi uma autoconfiança por parte do PSD, que esperava alguma espécie de gratidão do eleitorado mato-grossense. Por exemplo, Júlio se sentiu traído por causa dos resultados eleitorais, revelou ao irmão estar “[...] profundamente magoado com nossos conterrâneos que nos decepcionaram profundamente.”³⁰¹ Ele passou a se refugiar em sua fazenda, pois “[...] fiquei tão decepcionado com essa gente de Cuiabá e com certos amigos que, quando aqui me encontro e tenho necessidade de sair a rua, sinto nojo e raiva de todo mundo”.³⁰² Para os aliados, depois de todos os serviços prestados pela família, mereciam “uma quase unanime votação.”³⁰³ Confiantes na vitória, inicialmente, o PSD não entrou com recursos contra as irregularidades também cometidas pela UDN, e quando o fizeram perderam prazos do TSE. Filinto Müller delegou a defesa do PSD ao jovem advogado Generoso Ponce de Arruda³⁰⁴, irmão de João Ponce de Arruda, para enfrentar o especialista em direito eleitoral, João Villasbôas da UDN. Além do mais, de acordo com Rose (2017) no TSE a UDN pressionava por resultados favoráveis ao partido.

Como resultado, a representação mato-grossense na Assembleia Nacional Constituinte foi formada por 2 senadores e 2 deputados da UDN e 3 deputados do PSD. A partir da derrota, Filinto passou se empenhar na política de Mato Grosso. Derrotado, o tenente-coronel Müller voltou para o Exército por nove meses, depois, pediu sua ida para reserva.³⁰⁵

A Constituição de 1946

²⁹⁸ Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta III.

²⁹⁹ Ali, Fiuza recebeu 1.064 votos. Diretório do PSD. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta III.

³⁰⁰ Carta de Bruno Garcia de Três Lagoas. Carta de Scaffa de Corumbá. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta III, 19/12/45; 20/12/45. Waldir dos S. Pereira informou que em Ponta Porã os comunistas distribuíram panfletos, usaram alto-falante contra Filinto. Fonte: idem Pasta IV, 20/02/46.

³⁰¹ Carta a Filinto. Fonte: idem Pasta III, 24/12/45.

³⁰² Fonte: idem Pasta IV, -/01/1946.

³⁰³ Nicola Scaffa para Philadelpho Garcia, que provavelmente entregou a Filinto. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta IV, 15/01/46.

³⁰⁴ Carta de Rosário Congro a Filinto. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta V, 15/05/46.

³⁰⁵ Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta VI.

O texto constitucional estabeleceu importantes marcos, diferente dos momentos constitucionais anteriores. Houve maior interdependência entre as regiões, pois o federalismo estava equilibrado, os estados recuperaram autonomia e os municípios tiveram maior receita.³⁰⁶ O centro político não era exclusivamente São Paulo e Minas Gerais, embora o eixo econômico estivesse no Sudeste. O bloco Norte e Nordeste, que desde 1934 na Constituinte se organizara, conseguiu ser contraponto, ademais, garantiram 3% da renda tributária federal para seca. (ABRUCIO, 1998).

Os estados retomaram seu protagonismo, mas não ao ponto de ameaçar e subjugar a União. Os governadores voltaram a ser os candidatos naturais à presidência da República e com importância na coordenação da política partidária. (SOUZA, 2006). Uma diferença significativa, o estado de São Paulo não manteve a condução da política nacional (SCHWARTZMAN, 1982; SOUZA, 2006), enquanto Minas Gerais e Rio Grande do Sul tiveram destaque. Em suma, no período os estados voltaram a ser os atores políticos, mas, diferente da Primeira República, a União estava fortalecida³⁰⁷ e houve mais polos regionais de poder. (ABRUCIO, 1998).

Presidência de Dutra

Finalmente, o último fator de instabilidades em Mato Grosso foi o presidente, que mostrou restritas habilidades políticas (SKIDMORE, 2010). Dutra se recusava fazer a política partidária³⁰⁸. Desconfiava da vontade continuísta de Vargas e também duvidou daqueles que estiveram com o ditador, como Filinto Müller.³⁰⁹ Por vezes, ignorou a vontade do conterrâneo sobre a política mato-grossense, como resultado, o PSD do estado se sentiu traído³¹⁰, pois Dutra privilegiava a UDN e atendia a dissidência do partido

³⁰⁶ Os municípios tinham competência tributária privativa dos impostos prediais e territorial urbanos, de licença, de indústrias e profissões, sobre diversões públicas, atos de economia, entre outros. Constituição também resguardou 40% dos impostos da União e estados para os municípios e na participação no imposto federal unificado dos lubrificantes. O tributo que mais acrescentava era a participação de 10% do imposto sobre a renda, repartido pela União entre os municípios, excluídos as capitais. (LEAL, 2012, p.164).

³⁰⁷ Era atribuição da União a segurança na fronteira, defesa em caso de calamidades, legislar sobre direito civil, trabalhista, eleitoral. Também era de competência da União a educação, recursos naturais, entre outros. (BRASIL, 1946). A União tinha ainda poderes financeiros (ABRUCIO, 1998) e competências legislativas. (TOMIO E RICCI, 2012b).

³⁰⁸ Dutra escreveu a Filinto Müller: “Abstenho-me de discutir seus tópicos de caráter político”. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta IV, s/d.

³⁰⁹ Carta de Arnaldo de Figueiredo para Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta VI, -/10/46.

³¹⁰ Carta de Júlio Müller para João Ponce “Ou o Dutra apoia aqueles que o defenderam nos dias da campanha eleitoral ou ... só nos cabe agir contra esse ingrato”, como também Congro avisou a Filinto que o “namoro de Dutra com a UDN” os desprestigiava. Clóvis Huguene também não compreendia a situação de terem vencido a eleição e não receberam nada em troca. Fonte: CPDOC, idem Pasta V, 16/06/46; 25/06/46; 01/08/46.

formada por Generoso Ponce Filho e Archimedes P. Lima³¹¹, ou seja, beneficiou aqueles que trabalharam contra sua eleição.

Também houve a questão da escolha do novo interventor, Dutra nomeou José Marcelo Moreira sem considerar o PSD.³¹² A UDN comemorou a indicação, inclusive Vespasiano B. Martins e Villasbôas clamaram terem feito a indicação.³¹³ Moreira pretendia ser imparcial, antes de assumir o cargo conversou com Filinto e assegurou fazer política “acima de partidos.”³¹⁴ Convidou Archimedes e udenitas para compor seu governo, também os pessedistas, como Vadislau Garcia Gomes.³¹⁵ Por fim, segundo Filinto Müller, ³¹⁶ as nomeações recaíram mais na oposição e Archimedes os hostilizava e continuava no cargo, ao contrário do prometido por Moreira.³¹⁷

O presidente Dutra queria ainda formar uma aliança entre PSD e UDN para eleição do primeiro governador de 1947. Mas Filinto Müller respondeu que seria impossível por causa da deslealdade da UDN.³¹⁸ Mesmo diante das dificuldades, Filinto nunca rompeu com o general, respeitava seu superior hierárquico e com disciplina não questionava sua ingenuidade política. E Dutra sempre esteve ao seu lado. (GARCIA, 1994).

As eleições de 1947, igualmente, trouxeram conflitos no PSD por causa da escolha dos candidatos. Mais uma vez não houve consulta aos partidários e, desde fins de 1945, Filinto sondava quem poderia ser aceito pelos companheiros³¹⁹, apesar dos vários diretórios municipais³²⁰ pedirem sua candidatura. Em consequência do desgaste do Estado

³¹¹ Em várias ocasiões, o presidente preferiu seguir Generoso Ponce Filho a Filinto Müller. No assunto da escolha de um novo interventor, o PSD indicou Carlos Vandoni, mas Generoso o convenceu que Vandoni não uniria as facções. Então, Dutra manteve Olegário de Matos. Fonte: idem Pasta IV, 08/02/46, que privilegiou adversários do PSD. Fonte: idem Pasta V, 23/04/46.

³¹² Isac Póvoas fez manifesto ao PSD nacional contra a troca de Olegário de Matos, que estava apoiando o PSD. Fonte: idem Pasta V, s/d. Para Penn Gomes e Congro, a indicação teria vindo de Vespasiano B. Martins. Fonte: idem, s/d; 18/08/46.

³¹³ Panfleto da UDN comemorando a saída de Olegário, o acusaram de aumentar vencimentos dos desembargadores. Fonte: FM 45.01.16 ap dez 47/48 e sem data.

³¹⁴ Carta de Filinto Müller a Leônidas P. Mendes. Fonte: FM 45.01.16 ap Pasta V, -/08/46.

³¹⁵ Foi prefeito de Paranaíba e chefe do PSD da cidade. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta V, 22/07/46.

³¹⁶ Carta de Filinto Müller para Isac Póvoas. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta VI, 04/10/46.

³¹⁷ Moreira tinha garantido que o secretário que praticasse “ato de política partidária” seria dispensado. Carta de Filinto Müller a Leônidas P. Mendes. Fonte: idem.

³¹⁸ Carta de Filinto Müller para Isac Póvoas. Fonte: idem.

³¹⁹ Carta de Gabriel Martiniano fala de sondagens sobre uma candidatura, não deixa claro o cargo nem o nome do escolhido, os consultados responderam “Por que não apresentar o nome de Filinto que receberia apoio de todos o Mato-grossenses?” Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta II, 12/10/45.

³²⁰ Entre eles: Corumbá, Guaratinga, Poxoréu, Cuiabá, Alto Garças, Campo Grande, Herculânea, Diamantino, Rosário Oeste, Rio Verde, Barra do Bugres, Cáceres e Ladário. Filinto pediu cautela, a um deles respondeu: “Penso haver demonstrado longos anos preocupação constante servir Mato Grosso sem jamais pleitear cargos.” Fonte: FM 45.01.16 ap Pasta II.

Novo,³²¹ as lideranças estado-novistas foram desconsideradas. Outro fator relevante, Filinto sabia da importância do Sul para os pleitos, advogou que o candidato deveria ter aceitação na região.

Um nome se destacava desde a criação do PSD no estado era o de Arnaldo de Figueiredo. Tinha participado intensamente da campanha de 1945, João Ponce atestou seu empenho e “real valor político.”³²² Desde fins de 1945, a correspondência entre eles aumentava e Arnaldo se transformou em um dos principais parceiros de Filinto Müller. Em 1946, Filinto levou Arnaldo para conhecer o presidente Dutra.³²³ Outro fato importante, na convenção do PSD Filinto foi escolhido presidente da comissão executiva estadual, Estevão Corrêa e Arnaldo os vice-presidentes. Finalmente, em fins de setembro, Filinto anunciou sua escolha por Arnaldo.

Mas, outros políticos reivindicaram a candidatura ao governo estadual e também maior discussão sobre a escolha dos nomes. Entre eles, Vadislau Garcia Gomes, de Paranaíba na região Sul, que alegava ter apoio de Cuiabá, Paranaíba e Três Lagoas. Diante da decisão de Müller, Vadislau assim se manifestou: “[...] ora, segundo o estatuto, esta indicação compete à convenção, e esta até agora não se reuniu ... isto reduz o partido a uma deliberação individual.”³²⁴ E ainda, região central da capital mostrou resistências ao nome de Figueiredo³²⁵, mas Filinto usou da argumentação de que Dutra queria que o candidato fosse do Sul³²⁶ e de que o presidente “deu a benção” ao nome de Arnaldo de Figueiredo.³²⁷ Em novembro, com presença de Filinto, a convenção anunciou Arnaldo como candidato ao governo estadual, Filinto para senado, e os candidatos a deputado federais: Leônidas Pereira Mendes, Carlos Vandoni de Barros, Wilson D. de Pinho e Altair Antunes Brandão.³²⁸

³²¹ No Congresso, A UDN instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito -CPI para averiguar os atos da polícia do Estado Novo. Vários envolvidos participaram, entre eles, o jornalista David Nasser, em sessão fechada, além de Luís Carlos Prestes e funcionários da polícia. Mas a CPI nunca convocou Filinto Müller ou Vargas. Por fim, a comissão percebeu que a violência não foi praticada apenas no Rio de Janeiro, para não constranger mais pessoas, inclusive as próprias testemunhas, ninguém foi punido (ROSE, 2017). A Assembleia Legislativa também instaurou uma comissão para averiguar os atos de Júlio Müller, não teve maiores consequências (JUCÁ, 1998).

³²² Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta II, 31/08/45.

³²³ Carta de Filinto ao diretório de Campo Grande. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta IV, 08/02/46.

³²⁴ Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta VI, 16/09/46.

³²⁵ Carta sem identificação, alega que Cuiabá “[...] aceita o candidato ser do Sul, mas não está convencido com Arnaldo.” Fonte: idem Pasta VI, 02/10/46). Segundo Penn Gomes, o prefeito de Aquidauana Bodstein, Leônidas Pereira e Estevão Corrêa estão contra a candidatura de Arnaldo E. de Figueiredo. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta VI, s/d.

³²⁶ Carta de Filinto Müller para Isac Póvoas. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta V, -/08/46.

³²⁷ Carta de Filinto Müller para Isac Póvoas. Fonte: idem Pasta VI, 04/10/46.

³²⁸ TRE-MT. Secretaria de Coordenação Eleitoral. Resultado das Eleições 1947.

Por outro lado, a UDN também enfrentava divisões e dissidências, o deputado federal Agrícola Paes de Barros rompeu com a sigla. Para Arnaldo de Figueiredo, o único nome a unir o partido era o do médico Fernando Corrêa da Costa,³²⁹ presidente do diretório de Campo Grande. Cheios de confiança quanto aos seus recursos para campanha e de não precisarem dos votos da zona central, a UDN lançou o líder sulista Dolor de Andrade para o governo estadual e João Celestino Cardoso para o senado.³³⁰

Enquanto isso, outros partidos foram criados no estado, o PTB se formou no ano de 1946 abrigando lideranças estado-novistas, como Júlio Müller eleito presidente do partido e os contrários a Dutra vindos do PSD, como Clóvis Hugueneu.³³¹ Suas lideranças foram o gaúcho Lício Proença Borrallho de Ponta Porã, Bezerra Neto em Corumbá e Wilson Fadul em Campo Grande.

Outro partido que se estabeleceu no estado foi o Partido da Republicano-PR, criado por Arthur Bernardes. (FLEISCHER, 1981). Era um partido regional com bases em Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. (LIMA JÚNIOR, 1983). Em Mato Grosso, Generoso Ponce Filho e Generoso Vaz Guimarães participaram da sigla, o PR apresentou quatro nomes para Câmara Federal, entre eles, Ponce Filho.³³² Também foi criado o Partido Social Trabalhista - PST pelo deputado federal Agrícola Paes de Barros³³³, que saíra da UDN. No AFM existe menção ao Partido Representação Popular -PRP, que tinha origens na Ação Integralista Brasileira- AIB, criado por Plínio Salgado. Havia um pequeno núcleo do PRP em Cuiabá.³³⁴

Com mais partidos criados no estado, Arnaldo de Figueiredo costurou o apoio do PTB³³⁵ para sua candidatura. Para os pessedistas, o PTB era uma possibilidade de dividir o PCB³³⁶, logo, enfraquecer a oposição dos comunistas a Filinto Müller. O PTB nacional contribuiu com a campanha estadual quando Vargas enviou carta de apoio ao partido. Os resultados das eleições de 1947 foram favoráveis ao PSD, Arnaldo foi eleito primeiro governador do período.

Quadro 9 - Votação dos candidatos ao governo estadual 1947

³²⁹ Carta de Arnaldo de Figueiredo para Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta VI, 15/10/46.

³³⁰ TRE-MT. Secretaria de Coordenação Eleitoral. Resultado das Eleições 1947.

³³¹ Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta V, 01/08/46.

³³² TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985.

³³³ Manifestos do PST. Carta de Agrícola Paes de Barros. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta VIII, 06/09/47. O PST era um pequeno partido progressista criado em 1946. (LIMA JÚNIOR, 1983).

³³⁴ Carta de Penn Gomes. Fonte: FM 45.01.16 ap Pasta VI, -/09/46.

³³⁵ Fonte: FM 46.05.08 ap Pasta I, -/11/46.

³³⁶ Carta de Arnaldo de Figueiredo. Fonte: FM 45.01.16 ap Pasta VI, -/10/46.

Candidatos	Partido	Votos Obtidos	Porcentagem
Arnaldo E. de Figueiredo	PSD	21.396	52%
Dolor F. de Andrade	UDN	19.601	48%

Fonte: TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985

Quanto ao resultado para o Senado, havia apenas uma vaga, pois, a Constituição de 1946 aumentou o número para 3 senadores por estado. (BRASIL, 1946). E Filinto Müller foi eleito, dessa vez, acompanhou as eleições pessoalmente em Cuiabá para garantir sua eleição. Também foram eleitos deputados federais Leônidas Pereira e Carlos Vandoni, do PSD. Portanto, os outros partidos não tiveram vitórias nessa eleição.

Quadro 10 - Votação dos candidatos ao Senado 1947

Candidatos	Partido	Votos Obtidos	Porcentagem
Filinto Müller	PSD	21.930	54%
João Celestino Cardoso	UDN	18.902	46%

Fonte: TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985

Quadro 11 - Votação dos candidatos à Câmara Federal 1947

Candidatos	Partido	Votos Obtidos	Porcentagem
Leônidas Pereira Mendes	PSD	8.288	20%
Carlos Vandoni de Barros	PSD	7.248	17%

Fonte: TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985

Na Assembleia Legislativa, formada por 30 deputados estaduais (MATO GROSSO, 1947), o PSD elegeu a maioria dos deputados, um total de 16 cadeiras, a UDN 11, o PCB 2 e o PTB um deputado.³³⁷ A Assembleia constituinte estadual foi instaurada em março de 1947. O novo governador chamou seus partidários para compor seu governo, Mena Gonçalves na pasta da Agricultura, Vadislau como secretário do Interior e também o sobrinho de Filinto, Civis Müller (RIBEIRO, s/d), apesar de responder processos por diversos crimes.³³⁸

Ainda naquele ano ocorreriam eleições municipais, mas não em todas cidades, já que aquelas consideradas estratégicas tiveram prefeitos nomeados pelos governadores (LEAL, 2012). Por exemplo, para Cuiabá foi indicado Leonel Huguency, e para cidade

³³⁷ TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985, p.19.

³³⁸ Em 1943, quando Filinto Müller deixou a polícia, Civis Müller o acompanhou no CNT, mas respondia pelos crimes de segurança nacional, desfalque, uso ilegal de fundos, suborno, corrupção, uso indevido de documentos oficiais, prevaricação penal. As acusações foram arquivadas. (ROSE, 2017). Ver Apêndice.

fronteira Corumbá, Artur Marinho.³³⁹ Haveria eleição em Campo Grande, e o PSD, UDN e PTB tentaram um acordo para indicar um nome único. Dado que os governos federal e estadual eram do PSD, e os líderes da UDN confiantes que tinham a maioria no município, a fim de evitar que prefeitura ficasse sem recursos, procuraram o governador e ofereceram a proposta de uma chapa única com nome da UDN para prefeitura³⁴⁰ e a presidência da Câmara municipal do PSD (MARTINS, s/d), mas a proposta não se viabilizou. E o PTB queria indicar Clóvis Huguney Filho.

O diretório municipal da UDN³⁴¹ escolheu o seu presidente para candidato na disputa. Mas, Fernando Corrêa da Costa hesitou e fez outra tentativa de acordo com o governador, segundo Martins (s/d), Arnaldo de Figueiredo recusou a proposta, pois acreditava que o PSD ganharia a prefeitura em virtude de o partido estar à frente do governo estadual.³⁴² Por fim, Corrêa da Costa concorreu e o PSD indicou Antonino Mena Gonçalves, o resultado foi a vitória da UDN com vantagem de dois mil votos (ROSA, s/d³⁴³), e na Câmara municipal o vereador mais votado foi um comunista.³⁴⁴ Outras cidades também não conseguiram estabelecer acordo entre os partidos, como Ponta Porã³⁴⁵ e Dourados³⁴⁶, recém integradas ao estado com a extinção do território federal de Ponta Porã.

A imprevisibilidade dos resultados e a vitória da oposição era uma característica recente da política brasileira, marcada pelo governismo.³⁴⁷ Também seria quebrada a

³³⁹ Carta de Isac Póvoas. Fonte: FM 45.01.16 ap dez 47/48 e sem data.

³⁴⁰ O candidato seria Paulo Coelho Machado, filho do ex-prefeito Eduardo Olímpio Machado.

³⁴¹ Fernando Corrêa da Costa foi eleito o presidente e como vice Laudelino Flores Barcelos, um rico fazendeiro gaúcho. Demosthenes Martins era o secretário. Os demais membros eram Bernardo Baís, Ulisses Lima, Antônio de Oliveira Lima, Celso de Lacerda Azevedo, Osvaldo Arantes, Artur Vasconcelos Dias, Emílio Garcia Barbosa, Nicolau Fragelli, Benjamin de Oliveira e Silva, Dinamérico Inácio de Souza. (MARTINS, s/d).

³⁴² O diretório de Campo Grande queria o acordo e Arnaldo de Figueiredo os censurou. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta VIII 26/07/47.

³⁴³ Arquivo cedido pelo ARCA. “Fernando Corrêa da Costa. O médico que deu energia ao desenvolvimento de Campo Grande”. Maria da Glória Sá Rosa.

³⁴⁴ O comunista Arthur Martins de Barros. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta VIII, s/d.

³⁴⁵ Arnaldo de Figueiredo tentou fazer um candidato pela aliança PSD-PTB. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta VIII 16/09/47. Mas, Heitor Mendes Gonçalves, diretor da Companhia Mate Laranja, não aceitou e interferiu indicando o major Antonino Corrêa pelo PSD, sem alianças, que foi eleito prefeito. Fonte: idem, 02/10/47.

³⁴⁶ Armando Campo Belo, presidente diretório municipal PTB, de Dourados, informa que perdeu eleição por causa da traição do PSD local. A UDN venceu, juntamente com a família Matos. Também acusou o “maquiavelismo” de Aral Moreira. Na Câmara municipal se elegeram 7 vereadores pelo PTB, 2 pelo PSD, 7 da UDN. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta VIII, s/d.

³⁴⁷ Segundo Leal (2012), durante a Primeira República havia uma mistificação do regime representativo, dada a postura governista do sistema. Somente aquele que apoiasse o governo receberia benefícios, quem não o fizesse enfrentaria coerções e até sofreria perseguições. Então, o cidadão votava na situação, pois, sabia que a oposição não governaria com as mesmas condições.

lógica do presidente da República conseguir eleger o sucessor. Na eleição presidencial de 1950, Dutra insistiu na indicação de Cristiano Machado (SKIDMORE, 2010), dividindo o PSD, pois na maior parte dos estados não houve apoio ao candidato. O adversário seria Getúlio Vargas do PTB e também o brigadeiro Eduardo Gomes da UDN.

Em Mato Grosso, finalmente, Filinto Müller resolveu concorrer ao governo do estado e a UDN indicou o prefeito de Campo Grande, Fernando Corrêa da Costa. A escolha do candidato à única vaga ao Senado gerou conflitos no PSD, já que Filinto queria uma coligação com o PTB para lançar Júlio Müller ao Senado. Mas, Arnaldo de Figueiredo gostaria de se candidatar também e vetou o acordo.

Segundo Ribeiro (s/d), Arnaldo de Figueiredo foi escolhido candidato ao Senado na convenção do partido do PSD. Antes de findar seu mandato entregou o cargo para o presidente da Assembleia Legislativa, Jary Gomes (MENDONÇA, 1974a). Como a coligação não foi possível, PSD lançou Arnaldo e o PTB Júlio Müller.

Filinto Müller também enfrentou o pragmatismo de Vargas. Durante a campanha presidencial o candidato visitou o Mato Grosso, em comício do PTB os pessedistas esperavam endosso a candidatura de Filinto (GARCIA, 1994, p.132), mas Getúlio disse “... darei todo apoio político e administrativo àquele que for o vencedor nessas eleições para governador do Mato Grosso.”³⁴⁸ Apesar de ter esquecido de seu ex-chefe de polícia, deixou claro apoio a Júlio Müller para o senado. E ainda, Vargas ainda se mostrou simpático com a UDN e teria tentado acordo nos bastidores.³⁴⁹ Segundo, Lenine Póvoas:

Quando Getúlio veio para a campanha de 50, nós sabíamos que o PSD iria pressioná-lo para recomendar o nome de Filinto (...) Tomamos algumas providencias para que ele ficasse ciente de que isso não nos convinha (...) Fomos em comissão para visita-lo (...) foi uma situação constrangedora, porque todo o pessoal do PSD viu o reconhecimento que Vargas fez de Fernando – filho do senador Pedro Celestino que havia votado em Vargas em 30 – e disse-lhe: ‘dê cá um apertado abraço’! (...) Dessa reunião saímos com a certeza de que ele não tomaria posição para recomendar ninguém para o governo e era isso que queríamos. (apud NEVES, 1988, p.189).

A estratégia de Vargas para voltar a presidência era estabelecer acordos com diversos com os partidos nos diferentes estados brasileiros. Em Pernambuco, o PSD se manteve fiel a Machado, ele não teve problema de se aliar a UDN. Em Minas Gerais não

³⁴⁸ Na versão de Philadelpho, Vargas disse a Júlio Müller que iria “apoiar Filinto”. Durante a viagem para o estado, Vargas encontrou o general Américo Marinho Lutz, que teria dado um cheque de 50 mil cruzeiros em nome da UDN. (GARCIA, 1994, p.130-1). Ver também (QUEIROZ, 2004).

³⁴⁹ De acordo com Gabriel Novis Neves: “Getúlio levou a Júlio a proposta de apoio da UDN em troca do apoio oficial do PTB ao Fernando (...) O Júlio preferiu perder a eleição do que vencer com votos udenistas a quem não perdoava a traição a Vargas.” (apud NEVES, 1988, p.189).

apoiou formalmente PSD nem a UDN, negociou secretamente e conseguiu dividir a votação em partes mais ou menos iguais para PSD, UDN e PTB, enfraquecendo a máquina pessedista mineira. No caso mato-grossense havia o empecilho do funesto ex-chefe de polícia da ditadura. Como precisava convencer que era um democrata (SKIDMORE, 2010), deveria se desvincular de Filinto Müller, que lembrava a parte sombria do Estado Novo. Suas escolhas foram acertadas, Vargas foi eleito pela primeira vez por sufrágio direto.

Na eleição para o governo estadual, o PTB e o PCB, este na ilegalidade desde 1948, apoiaram a UDN (CRUZ, 2001; NEVES, 2001b) e Fernando C. da Costa venceu o pleito, conforme os dados apresentados no quadro abaixo. A tradição governista foi rompida, passou a ter alternância de partidos no governo estadual. Mas, por todo período, as práticas mandonistas³⁵⁰ persistiram, segundo Demosthenes Martins (s/d, p.175), secretário do interior do novo governador, a “...vitória conseguida era o fogo purificador a vingar as máquinas acumuladas. Era a manifestação do axioma inscrito no registro dos políticos – os amigos querem tudo e os adversários não [perdoam] escusam nada.”

Quadro 12 - Votação dos candidatos ao governo de Mato Grosso 1950

Candidatos a governador	Partido	Votos Obtidos	Porcentagem
Fernando C. da Costa	UDN	42.286	52%
Filinto Müller	PSD	38.801	48%
Candidato a Vice-governador			
João Leite de Barros	UDN	41.130	52%
Gabriel M. de Araújo	PSD	37.804	48%

Fonte: TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985

O irônico da derrota de Filinto Müller era o fato dele ter recusado a candidatura em 1935 e 1945 mesmo diante dos vários apelos dos políticos, dos diretórios do Partido Evolucionista e das alas femininas, e do PSD. Sempre carregou o peso da violência do Estado Novo, embora tivesse se mantido na política e despertasse nos seus conterrâneos um misto de respeito, admiração e indignação. Mas a democratização permitia o questionamento aos líderes, antes temidos e respeitados.

³⁵⁰ Segundo Leal (2012, p.39) o mandonismo se manifesta na perseguição aos adversários, já o filhotismo, se caracteriza na concessão de favores aos amigos, colocando-os em empregos públicos. Tanto o filhotismo como o mandonismo são as faces de uma mesma moeda, expressa na frase “[...] para os amigos pão, para os inimigos pau.”

Sobre o Senado, a falta de coesão do PSD enfraqueceu as lideranças. Na interpretação da filha de Arnaldo de Figueiredo, Lélia Ribeiro (s/d), Filinto Müller teria “ordenado” o voto no PTB, de Júlio Müller. Então, a votação dividida, possibilitou a eleição do novato Silvio Curvo, da UDN.

Quadro 13 - Votação dos candidatos ao Senado 1950

Candidatos	Partido	Votos Obtidos	Porcentagem
Silvio Curvo	UDN	31.683	40%
Júlio S. Müller	PTB	27.750	35%
Arnaldo E. de Figueiredo	PSD	19.741	25%

Fonte: TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985

Para a Câmara dos Deputados, o PSD elegeu 3 deputados, a UDN também 3 e o PTB um representante. Interessante destacar a votação de João Ponce, o mais votado, e também do gaúcho Lício Borrvalho do PTB, demonstrando o crescimento do partido, principalmente após a ilegalidade do PCB. (SOARES, 1981). Enquanto, na Assembleia Legislativa a UDN elegeu 12 deputados superando o PSD, que elegeu 11. O PTB cresceu, conseguiu 7 representantes.³⁵¹

Quadro 14 - Votação dos eleitos à Câmara Federal 1950

Candidatos	Partido	Votos Obtidos	Porcentagem
João Ponce de Arruda	PSD	11.037	14%
Dolor F. de Andrade	UDN	7.532	9%
Ataíde de Lima Bastos	UDN	7.272	9%
Lício Proença Borrvalho	PTB	6.643	8%
Aral Moreira	UDN	4.616	6%
Philadelpho Garcia	PSD	4.528	6%
Virgílio A. Corrêa Neto	PSD	3.406	4%

Fonte: TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985

Com o ex-prefeito de Campo Grande eleito governador, a cidade elegeria seu novo representante. Concorreram Wilson Barbosa Martins pela UDN e Ari Coelho pelo PSD-PTB, sendo o último eleito. Mas o médico Ari Coelho não completou o mandato, pois, em 1952 foi assassinado. Ari Coelho era também dono de jornal e o usava para denunciar e causar polêmicas, fazia oposição a Fernando Corrêa da Costa. Eleito prefeito, continuou

³⁵¹ TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985, p.20.

fazendo campanha contra o governador, e também contra o presidente da Fundação Central do Brasil, Archimedes e seu irmão, Alci Pereira Lima. Como resposta, Alci rebateu as críticas com ofensas pessoais contra o prefeito em seu jornal de Cuiabá.

O prefeito estava na capital para a convenção do PTB e aproveitou a estadia para encontrar Alci Pereira em seu local de trabalho na Comissão de Estradas e Rodagem - CER. (MENDONÇA, 1974 b); a CER era chefiada por Ytrio Corrêa da Costa, irmão do governador. Quando Ari Coelho chegou no local levou tiros disparados por Alci Pereira, que se refugiou com irmão em Goiás. Como as investigações foram arquivadas, apenas restaram as acusações sobre o que teria ocorrido.³⁵² Para Cruz (2001), o motivo da morte seria a denúncia de Ari sobre venda de terras públicas estaduais, os políticos estariam comprando a um preço barato e na revenda obtendo lucros.

Nova eleição foi realizada em Campo Grande para completar o mandato de Ari Coelho. Concorreram Wilson Fadul, pelo PTB, e Dolor de Andrade, pela UDN. Wilson Fadul foi eleito prefeito em 1953. Nessa eleição, uma nova agremiação participou apoiando a UDN, o Partido Social Progressista - PSP. O partido tinha sido fundado por Ademar de Barros, e PSP mato-grossense³⁵³ convidou Arnaldo de Figueiredo para compor seu quadro, já que tinha se desentendido com PSD. (RIBEIRO, s/d).

Finalmente, a capital de Mato Grosso conquistou o direito de eleger seu prefeito em 1954, enquanto Corumbá elegeu em 1953.³⁵⁴ Em Cuiabá, a UDN desde a democratização estava organizada em todos os bairros e contava com alas femininas. O partido convidou o engenheiro Garcia Neto para concorrer à prefeitura e teve o nome aprovado na convecção municipal. (GARCIA NETO, 2014). Seus concorrentes foram Antônio Antero Paes de Barros pelo PSD-PTB e Agrícola Paes de Barros pelo PSP, apesar de ter recebido críticas por não ser cuiabano, o baiano Garcia Neto foi eleito prefeito.

Neste ano, também se realizaram eleições legislativas. Após a derrota, Filinto e Júlio Müller se candidataram ao Senado, assim como Dolor de Andrade e Villasbôas pela UDN. Apenas, Filinto e Villasbôas foram eleitos.

³⁵² Para o udenista, Paulo C. Machado, Ari Coelho foi tirar satisfações e Alci Pereira apenas se defendeu. Para Martins (s/d), Ari Coelho era violento e ressalta o empenho da polícia em perseguir o fugitivo. Por outro lado, Cruz (2001) faz acusações que envolvem o governo estadual. Segundo ele, Ari Coelho estava vivo quando chegou na Santa Casa, mas durante sua cirurgia a luz elétrica teria acabado e o gerador não foi ligado. E ainda a polícia teria dado tempo suficiente para Alci Pereira fugir. Porém, não apresenta provas ou indícios.

³⁵³ Em 1952, presidente do PSP no estado era Cid Nunes Cunha, Mário Spinelli o secretário, Arnaldo e Waldir Santos Pereira os diretores (RIBEIRO, s/d, p.434).

³⁵⁴ TRE-MT, Eleição Majoritária do Estado em 1954. Corumbá elegeu Otacílio F. da Silva do PSP. O documento não exhibe número sobre a votação.

Quadro 15 - Votação dos candidatos ao Senado 1954

Candidatos	Partido	Votos Obtidos	Porcentagem
Filinto Müller	PSD-PTB	48.453	25,71%
João Villasbôas	UDN	46.824	24,85%
Dolor de Andrade	UDN	46.615	24,73%
Júlio Müller	PSD-PTB	46.531	24,69%

Fonte: TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985

Na Câmara federal, a UDN elegeu 4 deputados e o PSD-PTB 3. João Ponce continuou sendo o deputado mais votado e o sulista José Fragelli atingiu o segundo lugar. Entre 1945 a 1962, as bancadas da UDN e PSD diminuíram na Câmara dos Deputados, e a do PTB cresceu.³⁵⁵ (LIMA JÚNIOR, 1982). Enquanto em Mato Grosso os dois partidos mantiveram equilíbrio, e o PTB crescia, mas com menor força. Havia uma baixa fragmentação das preferências eleitorais para o legislativo federal. Diferentemente, na Assembleia Legislativa a UDN elegeu o maior número de deputados, num total de 14, enquanto o PSD ficou com 10, o PTB com 3 e o PSP com 3 cadeiras.³⁵⁶

Quadro 16 - Votação dos eleitos à Câmara Federal 1954

Candidatos	Partido	Votos Obtidos	Porcentagem
João Ponce de Arruda	PSD-PTB	17.557	17%
José M. F. Fragelli	UDN	11.702	11%
Philadelpho Garcia	PSD-PTB	9.976	10%
Wilson Fadul	PSD-PTB	9.195	9%
Ytório Corrêa da Costa	UDN	9.158	9%
Rachid Saldanha Derzi	UDN	8.547	8%
Júlio M. A. de Castro Pinto	UDN	7.564	7%

Fonte: TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985

Uma das marcas do período foi o populismo. O Brasil estava atravessando diversas mudanças, pois parte da população fazia a transição do mundo rural para o mundo urbano, ao mesmo tempo, alguns comportamentos políticos permaneciam, como o personalismo. O populismo foi a resposta no meio urbano às configurações herdadas

³⁵⁵ Em 1945, os dois partidos elegeram 81,5%; em 1950 elegeram 63,5%; em 1954, 57,7%; em 1958, 56,7%; em 1962 somente 51,1%. Enquanto o PTB, em 1945, elegeu 22 deputados; em 1950, 51 representantes; em 1954, elegeu 56; em 1958, 66; em 1962, elegeu 116 deputados. (LIMA JÚNIOR, 1983).

³⁵⁶ TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985.

anteriormente, da forma pessoal e direta de vivenciar a política. (IANNI, 1988). Vargas, “pai dos pobres” foi um exemplo, seu suicídio em 1954 comoveu a população.

Em 1955 foi realizada a eleição para a presidência da República e governos estaduais. A UDN apresentou o candidato Juarez Távora e o PSP Ademar de Barros. O habilidoso Juscelino Kubitscheck, da coligação PSD-PTB, recebeu a maior votação e elegeu-se presidente da República. Em Mato Grosso Juscelino também venceu. Interessante destacar que em Corumbá Adhemar foi o mais votado,³⁵⁷ revelando a força da agremiação na cidade.

Para o executivo estadual, João Ponce concorreu pela coligação PSD-PTB. A UDN recebeu apoio do PSP, apresentando o candidato sulista Rachid Derzi. Ponce, que vinha apresentando expressivas votações, foi eleito governador. Apesar de sua vinculação com Estado Novo, Ponce soube manter seu prestígio em várias partes do estado, segundo alguns entrevistados por Neves (apud 2001b), como Bezerra Neto do PTB e Waldir S. Pereira do PSD/PSP.

Quadro 17 - Votação dos candidatos ao governo de Mato Grosso 1955

Candidatos a governador	Partido	Votos Obtidos	Porcentagem
João Ponce de Arruda	PSD	51.314	51,45%
Rachid Saldanha Derzi	UDN	48.408	48,54%
Candidatos a vice-governador			
Henrique José Vieira Neto	PSD	51.470 ³⁵⁸	51,64%
Otacílio F. da Silva	UDN	48.198	48,35%

Fonte: TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985

Apesar da vitória, o PSD perdeu em algumas cidades conforme o quadro abaixo. Em Corumbá e em Ponta Porã, cidade natal de Rachid Saldanha Derzi, a UDN venceu, como também houve leve vantagem para o partido em Campo Grande.

Quadro 18 - Votação dos candidatos ao governo nos municípios 1955

Município	PSD		UDN	
	Votos	Porcentagem	Votos	Porcentagem
Cuiabá 1º distrito	9.372	54,54%	7.809	45,45%
Corumbá 7º distrito	3.354	45%	4.097	55%
Campo Grande 8º distrito	8.106	49,95%	8.119	50%
Ponta Porã 19º distrito	3.318	46,79%	3.772	53,20%

³⁵⁷ TSE. Dados Estatísticos. volº 2 (1ª parte) Eleições Federais, Estaduais e Municipais.

³⁵⁸ TRE-MT. Mapa totalizador. Eleição Majoritária Vice-Governador 1955.

Fonte: TRE-MT. Mapa totalizador. Eleição Majoritária Governador 1955.

João Ponce venceu na capital embora a cidade se consolidava como reduto da UDN. Na eleição municipal de 1958, Júlio Müller concorreu pelo PSD-PTB e Hélio Palma de Arruda pela UDN. Em uma disputa acirrada com diferença de 600 votos (GARCIA NETO, 2014), Arruda se elegeu prefeito; era a segunda derrota de Júlio Müller. Do mesmo modo, em Campo Grande a UDN foi vitoriosa com Wilson Barbosa Martins, herdeiro político de Vespasiano Barbosa Martins. Enquanto em Corumbá, o PSP elegeu Luís Lins.³⁵⁹ Portanto, as principais cidades elegeram prefeitos independentemente do partido do governador.

No mesmo ano, o legislativo foi renovado. Para o Senado, Fernando Corrêa da Costa facilmente se elegeu senador.

Quadro 19 - Votação dos candidatos ao Senado 1958

Candidatos	Partido	Votos Obtidos	Porcentagem
Fernando Corrêa da Costa	UDN	73.801	55%
Manoel Bonifácio N. Cunha	PSD-PTB	60.978	45%

Fonte: TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985

Para Câmara Federal, Wilson Fadul do PTB despontava com a maior votação. Ademais, o PSD-PTB e a UND mantiveram um equilíbrio de forças. Para Assembleia estadual o resultado foi curioso, apesar do governador ser do PSD, a UDN continuou com o maior número elegendo 13 deputados estaduais, o PSD 11, o PTB com 4 e o PSP com 2.³⁶⁰ Uma novidade, a eleição da primeira deputada estadual, Oliva Enciso, da UDN.

Quadro 20 - Votação dos eleitos à Câmara Federal 1958

Candidatos	Partido	Votos Obtidos	Porcentagem
Wilson Fadul	PSD-PTB	18.403	13%
Philadelpho Garcia	PSD-PTB	12.335	9%
Rachid Saldanha Derzi	UDN	11.588	8%
Fernando L. A. Ribeiro	UDN	10.579	8%
Rachid Mamed	PSD-PTB	9.584	7%
Fernando J. Mendes Gonçalves	PSD-PTB	9.262	7%
Ýtrio Corrêa da Costa	UDN	8.590	6%

Fonte: TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985

³⁵⁹ TRE-MT. Eleição Majoritária do Estado 28/04/1957 para prefeito e vice-prefeito.

³⁶⁰ TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985, p.22-23.

Enquanto isso, outro mato-grossense alcançava a política nacional. Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo (1955-1959), concorreu à presidência da República nas eleições de 1960, em uma coligação com UDN. Enquanto no PSD, algumas lideranças queriam lançar o general Lott,³⁶¹ Filinto Müller se opôs e ainda defendeu apoio a Quadros, por fim, suas propostas foram derrotadas e o general foi escolhido candidato. Tendo em vista o ato de Müller, Quadros sugeriu uma aliança em Mato Grosso, já que Müller novamente seria candidato ao governo estadual. Mas Filinto permaneceu fiel ao PSD. (GARCIA, 1994).

Jânio Quadros foi eleito presidente da República, e seus conterrâneos também garantiram sua vitória. Para vice-presidência João Goulart do PTB foi eleito, mas em Mato Grosso o vencedor foi Milton Campos da UDN, apesar de em Cuiabá, Corumbá e Campo Grande João Goulart ter recebido mais votos.³⁶²

Para o executivo estadual, Filinto Müller mais uma vez competiu com Fernando Corrêa, pela UDN. Uma questão relevante, o PSD e PTB não se coligavam quando o candidato foi Filinto Müller. O PTB tinha duas alas, uma disposta a colaborar com PSD, e outra desconfiada da aliança.³⁶³ Segundo Garcia Neto (2014), o PTB no Sul era mais independente. Para Jucá (1998) o novo PTB entrou em conflito com a ala getulista de Júlio Müller e na interpretação de Cruz (2001) o novo PTB era hostil a dominação dos Müller sobre o partido. Para Silva Freire, um dos organizadores do novo PTB, havia uma linha ideológica que os afastavam de Júlio Müller. Diante do conflito, Júlio deixou a presidência do partido, que foi ocupada por Wilson Fadul, e Bezerra Neto na vice-presidência (*apud* Neves, 2001b). Nessa perspectiva, não houve coligação, e o PTB lançou Wilson Fadul para o governo estadual. Fernando Corrêa venceu a eleição.

Quadro 21 - Votação dos candidatos ao governo de Mato Grosso 1960

Candidatos	Partido	Votos Obtidos	Porcentagem
Fernando Corrêa da Costa	UDN	66.206	46,22%
Filinto Müller	PSD	55.105	38,47%
Wilson Fadul	PTB	21.904	15,29%

Fonte: TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985

³⁶¹ O general teve participação quando a UDN tentou impedir a posse de Juscelino na presidência.

³⁶² TSE. Dados Estatísticos. 3ºvol. 1963. Jânio recebeu 77.531 e o general Lott 58.448. Goulart recebeu 59.497 e Campos 60.679.

³⁶³ Carta possivelmente de Ulisses Serra para Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta VIII, 30/06/47.

Não é possível prever como seria a votação se a coligação PTB-PSD tivesse ocorrido, mas provavelmente os mais 21 mil votos de Fadul somariam para a vitória de Müller. Comparado com a eleição de 1950, a diferença de votos aumentou, se bem que o eleitorado cresceu.³⁶⁴ Anteriormente, Corrêa da Costa recebeu 52% dos votos e em 1960 venceu com 46%. A fim de verificar a votação dos maiores distritos eleitorais, o quadro abaixo mostra que Filinto perdeu em colégios eleitorais fundamentais, e a votação do PTB fez falta em municípios como Corumbá e Ponta Porã, onde PSD recebeu a menor votação.

Quadro 22 - Votação dos candidatos ao governo nos municípios 1960

Município	PSD	PTB	UDN
Cuiabá 1º distrito	44,33%	4,94%	50,72%
Rosário Oeste 3º distrito	54,81%	4,25%	40,93%
Cáceres 6º distrito	38%	15,19%	46,79%
Corumbá 7º distrito	27,69%	35,86%	36,43%
Campo Grande 8º distrito	34,57%	19,86%	45,56%
Três Lagoas 9º distrito	42,77%	3,96%	53,25%
Paranaíba 13º distrito	44,08%	3,21%	52,70%
Ponta Porã 19º distrito	26,63%	27,80%	45,55%

Fonte: TRE-MT. Mapa Totalizador das Eleições Majoritárias para Governador 1960.

Filinto Müller não se resignou diante das derrotas políticas, não conseguiu fazer carreira no Executivo, mas, no Legislativo federal teve uma carreira satisfatória. Reelegeu-se senador com expressivas votações, como a de 1962. No Congresso foi líder da maioria nomeado por Juscelino e defendeu seu governo, foi vice-presidente do PSD, e vice-presidente do Senado. Um destaque sobre a eleição de 1962, o novato Bezerra Neto se elegeu senador, enquanto o antigo líder Villasbôas não conseguiu se reeleger.

Quadro 23 - Votação dos candidatos ao Senado 1962

Candidatos	Partido	Votos Obtidos	Porcentagem
Filinto Müller	PSD-PTB	86.098	30%
Vicente Bezerra Neto	PSD-PTB	69.396	24,19%
João Villasbôas	UDN	67.312	23,46%
Júlio M. A. de Castro Pinto	UDN	63.998	22,31%

Fonte: TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985

³⁶⁴ Em 1930 participaram das eleições 5,6% da população. Em 1945, eleitorado correspondia 16,19% da população e em 1962, atingiu 25% (ABRUCIO, 1998).

Segundo Lima Júnior (1983), em 14 estados a bancada da Câmara dos Deputados era formada pela combinação de três partidos em 1962: a UDN, o PTB e PSD. Mato Grosso estava entre eles. O ex-governador João Ponce continuou como o deputado federal mais votado, depois os sulistas Fadul e Wilson B. Martins. Enquanto na Assembleia Legislativa existia outra combinação de forças políticas, pois a UDN manteve a maioria com seus 13 representantes. O PSD diminuiu para 9 deputados, o PTB aumentou para 7 e também foi eleito um representante do PSP.

Quadro 24 - Votação dos eleitos à Câmara Federal 1962

Candidatos	Partido	Votos Obtidos	Porcentagem
João Ponce de Arruda	PSD-PTB	22.551	14,73%
Wilson Fadul	PSD-PTB	22.070	14,42%
Wilson Barbosa Martins	UDN	21.963	14,35%
Rachid Saldanha Derzi	UDN	17.969	11,74%
Ýtrio Corrêa da Costa	UDN	16.220	10,59%
Philadelpho Garcia	PSD-PTB	15.482	10,11%
Rachid Mamed	PSD-PTB	10.744	7%
Edison Brito Garcia	UDN	7.713	5%

Fonte: TRE-MT. Retrospectiva das Eleições de Mato Grosso 1945-1985

Naquele ano, Cuiabá iria escolher um novo prefeito. Na definição do candidato do PSD, como tantas outras vezes, Filinto Müller queria impor de seu sobrinho Gabriel Müller, filho de Fenelon Müller. Mas na convenção do partido os Müller perderam e Vicente Voulo foi o vencedor. Importante destacar que os Müller tiveram de aceitar o resultado da votação, que consultou cada subdiretórios dos bairros (Voulo apud Neves, 2001b). Por fim, o candidato do PSD venceu a eleição.

A renúncia de Jânio Quadros à presidência da República provocou uma crise institucional no país em 1961. Os militares se opuseram à posse do vice-presidente João Goulart. O temor da parte dos militares estava relacionado com a trajetória de Jango, ligado ao trabalhismo e a Vargas. Alguns setores políticos apoiaram Jango pelo simples motivo de que tinha sido eleito pelo voto popular. Em Mato Grosso, a Assembleia aprovou moção favorável à posse de João Goulart (MENDONÇA, 1974a). Por outro lado, na interpretação da UDN mato-grossense: “[...] sentíamos claramente a preparação da subversão do regime, que vinha desde a renúncia ...” (MARTINS, s/d, p.238).

A saída encontrada foi o parlamentarismo até que um plebiscito foi realizado para consultar a população sobre o sistema de governo em 1963. O Brasil³⁶⁵ e Mato Grosso³⁶⁶ preferiram o presidencialismo. Quando finalmente João Goulart assumiu como presidente teve dificuldades de sustentação, suas indefinições e diálogos contraditórios com os grupos (NAVARRO, 1987) levaram ao enfraquecimento do governo, permitindo que os setores golpistas obtivessem sucesso. O governador mato-grossense Fernando Corrêa da Costa, juntamente com outros, apoiaram o golpe de 1964. (MARTINS, s/d).

No Congresso, Castelo Branco nomeou Filinto Müller o líder do governo no Senado. Müller alegou não ter participado das conspirações para o golpe,³⁶⁷ entretanto, colaborou com a montagem da espionagem do Serviço Nacional de Informações- SNI; em 1966, foi presidente do Senado, defendeu as violências da instituição do Ato Institucional nº5, em outra ocasião, deixou escapar que sabia do treinamento da CIA para realização de torturas pelos militares. (ROSE, 2017).

O Regime Militar, através do Ato Institucional nº2, extinguiu todos os partidos políticos, estabelecendo um sistema bipartidário. De um lado, a Aliança Renovadora Nacional -ARENA, representava o governo, e de outro lado, o Movimento Democrático Brasileiro -MDB, aglutinava a oposição. A maioria dos políticos mato-grossenses se agruparam na ARENA, como Fernando Corrêa da Costa, João Ponce de Arruda e Filinto Müller. Poucos, como Wilson Barbosa Martins, Edson. B. Garcia, Bezerra Neto foram para o MDB.³⁶⁸

Nas eleições estaduais de 1965, Pedro Pedrossian foi eleito governador. Pedrossian³⁶⁹ tinha trajetória diferente das tradicionais famílias cuiabanas. Era descendente de refugiados armênios e turcos, criado em Miranda-MS. Engenheiro formado em São Paulo, começou a trabalhar na ferrovia Noroeste, onde se aproximou de Philadelpho Garcia. (PEDROSSIAN, 2006). Em 1961, o deputado federal Garcia (1994), através de Tancredo Neves, conseguiu nomear Pedrossian diretor da ferrovia Noroeste. O PSD e Filinto Müller sabiam que o trabalho realizado na Noroeste iria se reverter em votos na região mais populosa do estado. Para Pedrossian (2006, p.63), sua candidatura

³⁶⁵ <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/referendo-de-1963> Acesso 20/10/2018

³⁶⁶ Justiça Eleitoral. Mapa Totalizador 1963.

³⁶⁷ No Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT existe uma carta para seu sobrinho Gastão, em que Filinto revela sua surpresa com o golpe militar.

³⁶⁸ Resultando na seguinte bancada estadual: ARENA compunha-se: 13 representantes da UDN, 8 do PSD, 1 do PTB, 1 do PSP. E o MDB compunha-se: 6 políticos do PTB, 1 do PSD. Bancada Federal: ANENA: todos representantes do PSD, 2 da UDN. E o MDB era formado por: 2 representantes da UDN, 1 PTB. (NEVES, 1988, p.294).

³⁶⁹ Ex-governador de Mato Grosso (1966-71) e Mato Grosso do Sul (1980-83 e 1991-94).

“[...] representava o mesmo espírito de renovação da candidatura de Lúdio Coelho [UDN], polarizando com ele esse aspecto da eleição.”

Pedrossian trouxe inovações na forma de fazer política para Mato Grosso, inspiradas em Juscelino Kubitscheck. Segundo o governador (2006, p.66), “Meu empenho seria o de ir aonde o mato-grossense estivesse e lhe falar de perto, diretamente. Conversar pessoalmente com o eleitor e eleitora. Esse era o meu veículo de comunicação e marketing.” Por outro lado, os antigos políticos tinham dificuldade com essa forma de fazer política. Fenelon Müller assim se manifestou a esse respeito: “Há razões em que ainda me entusiasmo um pouco e julgo que ainda posso retornar a política ... Meditando ..., entretanto, sobre o caso, tenho constatado minha absoluta incapacidade para o fair play. Não suporto mais o trato com o eleitor comum.”³⁷⁰

Novos atores entraram na política e derrotaram lideranças vinculadas aos setores tradicionais. Ainda que a democracia de 1945-64 fosse limitada, antes da trajetória da democratização atingir seu auge foi interrompida pelo golpe de 1964.

³⁷⁰ Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta V, -/04/46.

5- As Elites Mato-Grossenses

A periodização proposta foi marcada por forte concentração de poucas linhagens na atuação política. Esses grupos se distinguiram dos demais se autodenominando as “tradicionais linhagens da genealogia mato-grossense”, os legítimos “descendentes dos bandeirantes paulistas”, os verdadeiros “conquistadores” que promoveram o povoamento em uma região hostil. As famílias de “estirpe” do Sul e do Centro apresentam algumas diferenças, sendo as da região central as mais “ilustres”, por terem chegado primeiro e contarem com maiores recursos. Em ambas as regiões se formaram “pequenas rodas” frequentadas por aqueles e aquelas que tinham prestígio social.

Um exemplo de distinção e carisma foi Maria Ponce de Arruda, a cuiabana pertencida às conhecidas famílias na condução política e admirada pelos conterrâneos. Filha do coronel João Pedro de Arruda, dono da usina de Flechas, e sua mãe Adelina Ponce, filha do coronel Generoso Ponce, um dos maiores líderes da Primeira República no estado. Além disso, ligou-se por casamento à família Corrêa da Costa e Müller quando se casou com Júlio Müller. Formada pela escola normal, professora desde 16 até os 96 anos, interrompidas por razão de saúde. Fundadora do Grupo Literário Júlia Lopes, na qual as integrantes militaram pelo voto feminino.³⁷¹ Escritora, primeira mulher a integrar a Acadêmica Mato-grossense de Letras, uma das primeiras mulheres a obter o título de eleitor e mesmo com mais 90 anos insistia em votar. Em 2002 recebeu a Ordem Nacional do Mérito Educativo. Uma das poucas mulheres a integrar o Dicionário Biográfico Mato-Grossense, de Rubens de Mendonça.

Maria A. Müller, exemplo de “estirpe” e cultura, também teve atuação política³⁷² no governo do marido. A referência a esta personalidade ilustra o sentido dessa seção, pois a finalidade é identificar aqueles atores que tinham mais do que distinção social e cultural ou poder econômico, aqueles que participaram da política e mais especificamente, os poucos nomes que tomaram decisões que impactaram as decisões políticas, especialmente no nível estadual. O objetivo aqui é identificar a classe dirigente, destacando as lideranças e possíveis hierarquizações. Igualmente, analisar as especificidades dos grupos destacados, a partir de sua formação social e consolidação. As

³⁷¹ Fonte: <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-7/83-maria-de-arruda-mueller>; Acesso 25/06/2018.

³⁷² Nas palavras de Júlio Müller para o cunhado João Ponce, “[...] tudo a cargo da Maria, na minha ausência, durante o dia, é ela quem atende os políticos e reclamantes.” Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp.mt Pasta III. Também em Neves (apud 2001b), entrevistados citam que Maria Müller e João Ponce conduziram o governo de Júlio Müller.

questões que norteiam nosso argumento são: quais foram os grupos que dirigiram a política mato-grossense? Mais especificamente, quais foram as elites políticas e quais eram as suas características?

O argumento é que o êxito político do indivíduo do grupo da elite decorre, em parte, de suas qualidades e habilidades de lidar e superar as mudanças institucionais, sociais, etc. Em outras palavras, os grupos que comandaram a política, especialmente de 1930-37 e 1945-64 – depois de selecionados através de diferentes regras de recrutamento conforme a configuração institucional de cada período-, conseguiram se manter em cargos públicos conforme suas competências políticas, tais como: a) percepção das regras do jogo para empreender as melhores estratégias; sobretudo, b) plasticidade para se adaptar perante constantes alterações. Aqueles que entenderam as mudanças de suas próprias possibilidades no decorrer do tempo e, especialmente, se adaptaram, alcançaram o sucesso político.

A hipótese é que as elites políticas que conseguiram se adaptar às intensas alterações dos períodos, sobretudo pela competição eleitoral, conquistaram cargos públicos nomeados ou eletivos. Dito de outra forma, indivíduos educados em ordem social escravocrata, em um mundo político de constantes perseguições aos adversários e com participação popular em segundo plano; tiveram de conviver com aumento do eleitorado e as regras da abertura democrática. Os ilustres tiveram ainda que aceitar aqueles que até a Primeira República não eram bem-vindos, como os sulistas. Apesar disso, quem soube fazer uma política popular inspirado em Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek conseguiu se eleger.

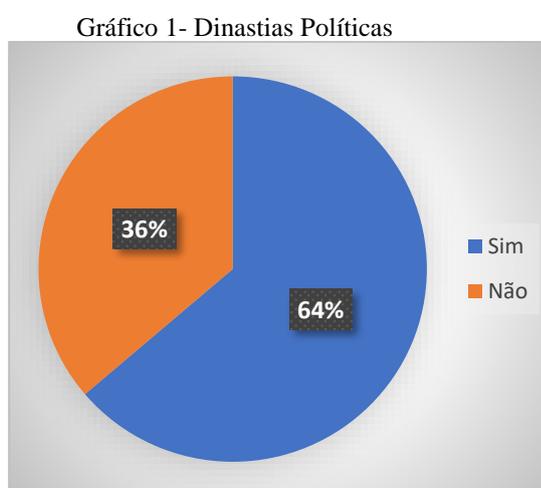
Para cumprir com objetivo referido, a seção se divide em três partes. Primeiro, o foco é sobre a classe dirigente, o grupo maior formado por 80 indivíduos. Depois é identificado os padrões de carreira de presidentes de assembleia, governadores, senadores e deputados federais. A partir daí o grupo seletivo da elite será analisado, ou seja, as principais famílias na competição política que tiveram maior influência sobre os destinos mato-grossenses, bem como sua base social de formação e consolidação.

5.1- Classe Dirigente

Segundo a definição de Mosca (1939), a classe dirigente desempenha as funções políticas, por ser em número menor que a grande massa governada consegue mais facilmente se organizar. O termo será utilizado para designar o grupo selecionado que

ocupou cargo político eletivo ou nomeado³⁷³ e com distintos graus de influência política em contraposição ao grupo mais seletivo dentro da classe dirigente, a elite política.

Abaixo, apresentamos o conjunto de dados sobre os 80 indivíduos selecionados, a classe dirigente. O gráfico 1 dimensiona se os políticos tinham algum parente em cargo eletivo, aqui foram incluídos tanto aqueles que iniciaram uma Dinastia quanto os que ascenderam por causa dela. Do total considerado, 51 deles tinham parentes na política, o que corresponde a 64%. É possível que o número seja maior,³⁷⁴ pois alguns indivíduos com os mesmos sobrenomes dos políticos ocuparam cargos públicos, mas não foi possível estabelecer o parentesco.



Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes.³⁷⁵

Mosca (1939, p.61) fez algumas considerações interessantes sobre as famílias e a política. Para o autor é inegável a vantagem de obter uma educação para a política desde cedo, ainda mais em cargos decisivos com assuntos de altas consequências. Esse indivíduo adquire o conhecimento sobre as regras sociais desse meio específico, o que ajuda a escapar de erros, geralmente inevitáveis para aqueles que desconhecem o mundo político. Embora supostamente a competição esteja aberta a todos, na prática, a maioria

³⁷³ Os cargos foram prefeitos de Cuiabá e Campo Grande, governadores/interventores, senadores, presidentes de Assembleia legislativa, secretários de estado, diretores de órgãos federais, presidente da República, ministro de Estado e membro do Departamento Administrativo Estadual.

³⁷⁴ Os 29 políticos sem identificação de vínculos com uma Dinastia Política são: Aecim Tocantins, Antônio Mena Gonçalves, Aral Moreira, Ari Coelho, Artur A. Maciel, Ataíde Lima Bastos, Benedito Vaz, Clovis R. Cintra, Edil P. Ferraz, Eurico G. Dutra, Fernando J. M. Gonçalves, Francisco Vilanova, Gabriel M. de Araújo, Jari Gomes, João E. Villasbôas, Júlio C. Pinto, Leônidas A. de Matos, Lício P. Borralho, Oliva Enciso, Rachid J. Mamed, Vicente B. Neto, Wilson Fadul, Benjamin D. Monteiro, Manuel Miraglia, Demosthenes Martins, Joaquim T. Faria, Ulisses de A. Serra, Ulisses Cuyabano, Miguel C. O. Mello.

³⁷⁵ Consultar apêndice para verificar todas fontes.

da população não tem os meios de cobrir a longa preparação necessária para o cargo. Além disso, é mais fácil atingir esse objetivo quando se tem contatos e relações de parentesco, que ajudam a posicionar o indivíduo no lugar certo.

Um exemplo nesse sentido, Generoso Ponce preparou seu filho desde pequeno para o mundo da política e o ensinou sobre lutas armadas (PONCE FILHO, 1967), valores que carregou até em tempos de democracia. E ainda, deu o seu próprio nome para garantir a associação e transferência de capital político. Segundo Bourdieu o capital político remete a “[...] um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido.” (BOURDIEU, 2011, p.204). Seria um capital social de tipo político adquirido em estruturas burocráticas através das redes de relação familiares. Aquele que detém esse capital “[...] assegura [...] uma forma de apropriação privada de bens e de serviços públicos, residências, veículos, hospitais, escolas etc.”. Em alguns casos extremos, levaria a uma “patrimonialização dos recursos coletivos” (BOURDIEU, 2008, p.31).

A utilização do capital social e do capital social de tipo político ocorria de forma recorrente, mas é preciso destacar que nem todos receberam a transferência direta de capital político para se projetar politicamente, ainda que se utilizaram das redes de relações familiares (com diferentes amplitudes de capital). Também houveram aqueles que não se utilizaram dessa rede familiar e elegeram-se por outros meios. Por exemplo, alguns políticos enfrentaram críticas por não pertencerem as tradicionais famílias, como José Garcia Neto (2014) e Ari Coelho (CRUZ, 2001), ainda assim venceram as eleições da prefeitura de Cuiabá e Campo Grande, e Garcia governou Mato Grosso no período de 1975-78. Nesse sentido, quando nos referirmos ao capital político nos referimos ao uso da rede de relações familiares por determinado político e o capital social em termos de associativismo, segundo Putnam.

Prosseguindo, o próximo dado se refere à distribuição dos indivíduos por gerações. O objetivo com a divisão proposta é identificar a renovação considerando as mudanças de regime. A maioria daqueles que predominaram na política até 1964 são nascidos na Primeira República (1889-1930), um total de 85%; os demais nasceram durante o Império e atingiram maioria por volta de 1895-1909. Foi considerado como o momento auge das carreiras quando o político alcançou o maior posto nas esferas municipal, estadual ou federal, nessa ordem hierárquica. No caso específico de Filinto Müller, o ápice de sua carreira ocorreu devido ao Estado Novo, em que a ditadura lhe deu maiores poderes que o cargo de Senador da República.

1) A primeira geração corresponde aos nascidos entre 1875-1889, em 1930 tinham entre 41 a 55 anos. Ao todo são 12 pessoas (15% do total), e a metade deles estavam estabelecidos politicamente no final da Primeira República. Mas, a maioria teve o auge de sua carreira política nos pós 1930, e apenas quatro³⁷⁶ se mantiveram em cargos na após o fim do Estado Novo.

2) A segunda geração, a mais numerosa representa 23% do total dos 80 selecionados, nasceu entre 1890-1899, em 1930 estavam com 31 a 40 anos. São 18 políticos, destes 13 participaram da Primeira República, seja ocupando cargos eletivos ou nomeados, compondo governos estaduais ou participaram de partidos políticos do antigo regime. Diferentemente, nenhum deles teve o momento ápice em sua carreira antes de 1930. Para maioria, isto ocorreu nos anos Vargas. É importante frisar que entre aqueles que participaram do período anterior a 1945, apenas 5 conseguiram se manter na democracia e 7 não conseguiram.

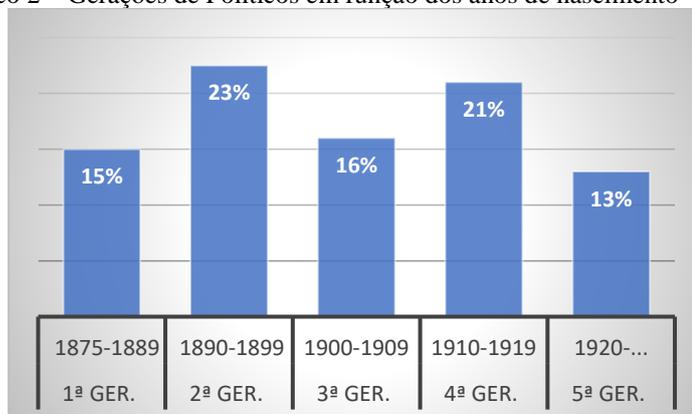
3) A “Mocidade da Revolução” é o terceiro maior grupo (16% do total), tinham entre 29 e 30 anos no início do período em 1930. Desse grupo, apenas Carlos Vandoni de Barros teve experiência anterior, foi deputado estadual em 1928 e 1930. Apesar de 54% ter iniciado a carreira no período democrático, como no caso de Fernando Corrêa da Costa, nesse grupo estavam lideranças importantes estado-novistas, como Filinto Müller e João Ponce. Essa geração também se destaca pelo sucesso em cargos eletivos pós-1945 (11 deles), apenas dois pararam em 1937. Mais especificamente, apenas quatro políticos atuaram nos dois períodos (anos Vargas e democracia).

4) A quarta geração, a segunda mais numerosa com 21% do total, tinha entre 11 e 20 anos em 1930. O grupo viveu a juventude sob Estado Novo, por essa razão poucos iniciaram carreira nesse período, apenas aqueles aliados aos Müller como Civis Müller, Philadelpho Garcia, Rachid Mamed e Rachid Derzi. Todos tiveram atuação entre 1945-64, seis durante a ditadura militar e dois após a democratização de 1988, como Derzi no Senado e Wilson B. Martins governador do Mato Grosso do Sul. 5) O último e menor agrupamento (13% do total) são dos nascidos na década 1920, chegaram a maturidade

³⁷⁶ Os que tiveram ápice da carreira na Primeira República foram Eduardo Olímpio Machado, vice-governador de 1911. Estevão A. Corrêa foi governador de 1924-26. O governador Mário Corrêa teve mandato em 1926-1930 e 1935-37. Rosário Congro foi duas vezes deputado estadual, vereador e intendente. Entre os que tiveram cargos no pós-1945: Miguel Carmo foi diretor da CER, Dutra foi presidente da República, Vespasiano B. Martins duas vezes senador e Congro continuou sendo eleito para prefeitura de Três Lagoas e deputado estadual.

nos anos 1940. Todos iniciaram a carreira a partir de 1945 e a maioria teve o auge no regime militar, somente Mendes Canale teve cargo eletivo após 1988.

Gráfico 2 – Gerações de Políticos em função dos anos de nascimento



Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes.

Poucos políticos bem-sucedidos na Primeira República tiveram cargos no pós-1930 em Mato Grosso, os exemplos foram Estevão A. Corrêa, Mário Corrêa da Costa e Eduardo O. Machado. Portanto, houve renovação no período. O Estado Novo limitou ainda mais o acesso ao mundo político, mas não eliminou as Dinastias. A democratização trouxe renovação, pois 45% dos políticos iniciaram a carreira a partir de 1945. Menor foi o número dos que conseguiram ter cargos nos anos Vargas e na democracia, somente 22,5%.

O próximo conjunto de informações mostra o local de nascimento e área de atuação dos políticos. Foi considerado a base de atuação a região que o político passou o maior tempo e foi a base da sua vitória. Nos casos em que o político esteve em constantes mudanças por cidades a opção foi pelo último local que proporcionou o primeiro cargo nomeado ou eletivo. Os políticos frequentemente migravam dentro do estado, pois não necessariamente a cidade de nascimento foi onde sua carreira se desenvolveu. Por essa razão, no quadro abaixo, o político pode não ter nascido na cidade, mas ter se mudado e ali ter sido sua base de atuação, por exemplo, nenhum político da classe dirigente nasceu Poxoréo e Várzea Grande, mas ali atuaram. Também pessoas vindas da região central se mudaram para o Sul, então, essas regiões estavam integradas por relações de parentesco e solidariedade. Mais do que polos intransponíveis, pelo contrário, existiam grupos que se formavam, por vezes, unindo líderes dessas duas partes. Em adição, vários migrantes mudaram-se para Mato Grosso. No quadro, as cidades estão distribuídas primeiro as da zona central e depois do Sul.

Quadro 25 - Local de Nascimento e Base de atuação da Classe Dirigente 1930-1964

Município	Local de Nascimento	Base de Atuação
Cuiabá	40%	36%
Cáceres	4%	1%
Santo Antônio do rio Abaixo	1%	1%
Livramento	1%	0
Poxoréo	0	3%
Várzea Grande	0	1%
Rosário Oeste	1%	0
Aquidauana	2,5%	1%
Campo Grande	8%	29%
Corumbá	10%	6,5%
Ponta Porã	1%	6,5%
Rio Brillhante	2,5%	0
Três Lagoas	1%	5%
Miranda	1%	0
Paranaíba	2,5%	1%
Coxim	1%	0
Nioaque	1%	0
Fora do estado	18%	8%
Sem informação	4%	1% ³⁷⁷
Total	80	80

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes³⁷⁸.

A maioria dos políticos são cuiabanos, os quais por considerável tempo exerceram de forma quase exclusiva a política estadual. (FANAIA, 2010). A partir dos anos 1930 teve início um processo de abertura a participação dos sulistas. Entretanto, os políticos das regiões Leste, do Araguaia, e o Norte na parte da Amazônia permaneciam desconsiderados, por estarem ligados a uma região de menor população e participação econômica.

De modo geral, a região central ainda detinha quase a metade da classe dirigente um total de 47,5%, enquanto 31% nasceram na região Sul. Ao mesmo tempo, 50% destes

³⁷⁷ Clovis Cintra se estabeleceu no Sul e daí iniciou sua carreira. Como não foi possível identificar a cidade sulista base de sua carreira, no quadro aparece sem informação, mas o contabilizei junto aos 40 políticos (50%) estabelecidos nas cidades sulistas.

³⁷⁸ No apêndice se encontram todas as fontes consultadas sobre os 80 políticos.

políticos tinham base de atuação nas cidades sulistas, com destaque para Campo Grande, Ponta Porã e Corumbá. E 42% deles optaram pela região central, sobretudo em Cuiabá. Apesar dos cuiabanos representarem 40% da classe política, cada vez mais tiveram que constituir carreira nas cidades do Sul do estado, já que eram as mais populosas e de maiores recursos econômicos e considerável visibilidade política. O exemplo notório é a prefeitura de Campo Grande que passou a ser trampolim para o governo estadual, como no caso dos governadores Arnaldo Estevão de Figueiredo e Fernando Corrêa da Costa; o terceiro governador do período, João Ponce foi prefeito nomeado de Cuiabá. As cidades do Sul também estavam promovendo deputados estaduais e federais, mas, não necessariamente elegeram sulistas. Portanto, o que realmente importava era o compromisso do político com a região muito mais do que o local de seu nascimento.

Outra situação se refere aos nascidos em outros estados e que tiveram cargos por Mato Grosso, a maioria escolheu morar no estado, exceto Fernando Jorge M. Gonçalves que viveu no Rio de Janeiro. Nasceram em São Paulo (3 pessoas), Rio de Janeiro (3 pessoas), Rio Grande do Sul (3 pessoas) e Nordeste (5 pessoas). Destes 14, 8 escolheram a região Sul, 4 em Cuiabá e um Poxoréó. Quanto aos que tinham a base de atuação fora do estado, construíram suas carreiras, principalmente, no Rio de Janeiro. Por exemplo, os três interventores que fazem parte da classe dirigente, Leônidas Antero de Matos, Arthur Antunes Maciel e Antonino Mena Gonçalves, o presidente Dutra, Filinto e Civis Müller, nenhum deles exerceu cargo político por sua atuação em Mato Grosso e sim por suas relações e projeção no âmbito federal.³⁷⁹

Na avaliação do nível educacional dos mato-grossenses, é preciso considerar as circunstâncias enfrentadas para alcançar tal formação. No início do século XX, o Brasil era majoritariamente rural e boa parte dos políticos considerados nasceram em fazendas, foram alfabetizados em escolas rurais ou por seus pais. Às vezes longe de cidades, tiveram que se mudar para Cuiabá, posteriormente, para Campo Grande a fim de completar os estudos primários e secundários. Outro empecilho, era a formação superior escassa, a Faculdade de Direito de Cuiabá teve existência descontinuada, criada em 1934, foi extinta e recriada duas vezes, finalmente, em 1957 ressurgiu e em 1961 foi federalizada. O estado

³⁷⁹ Archimedes P. Lima, Fernando Jorge M. Gonçalves e Ponce Filho, políticos com atuação fora do estado, não foram incluídos aqui, pois a ascensão ao cargo se devia às cidades mato-grossenses. No caso de Archimedes atuação política em Campo Grande, de Ponce Filho vínculos de parentesco em Cuiabá e de Fernando Jorge por sua participação na Companhia Mate Laranjeira próxima a de Ponta Porã-MS e ele atuou no diretório da cidade. Eles começaram no Mato Grosso e depois se projetaram para cargos federais.

contou com uma universidade, a UFMT, somente em 1970.³⁸⁰ No caso de Campo Grande, em 1932 existia a Faculdade de Farmácia e Odontologia, mas foi fechada em 1937.³⁸¹ Apenas em 1962, a Faculdade foi recriada contando com recursos estaduais da Faculdade de Direito. (ENCISO, 1986). Em 1969 foi criada a Universidade Estadual de Mato Grosso - UEMT. Com a divisão de Mato Grosso, a universidade estadual foi federalizada e em 1979 foi criada a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -UFMS.³⁸²

Em um país de maioria analfabeta a educação era disponibilizada para poucos.³⁸³ Apenas o ensino primário era gratuito e completar o ensino secundário era motivo de distinção. Em nossa amostra, a maioria completou essa etapa.³⁸⁴ Interessante notar a coesão do grupo que completou estudos secundários em Cuiabá, especialmente no Liceu Cuiabano; a instituição formou 14 cuiabanos dos 32 da amostra, por exemplo, Arnaldo de Figueiredo, Eurico Dutra, Júlio, Fenelon e Filinto Müller, Ytrio e Fernando Corrêa da Costa. Outros colégios também aparecem frequentemente como o salesiano São Gonçalo, neste último João Villasbôas conheceu o sulista Vespasiano B. Martins.

A maioria dos políticos nascidos na região central foram educados em Cuiabá. Por outro lado, a educação dos sulistas estava mais dispersa por não contarem com instituições tradicionais.³⁸⁵ As opções eram estudar em Cuiabá, como fez Vespasiano B. Martins; seguir para Minas Gerais, no caso de Ari Coelho; para São Paulo, como Wilson B. Martins; Rio de Janeiro, como Philadelpho Garcia; ou para Campo Grande. Destacamos nesta última cidade a instituição Ginásio Dom Bosco, por onde 4 sulistas

³⁸⁰ <http://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/?l=fd> Acesso em 28/06/2018. A faculdade funcionou entre 1934-39, 1952-55 e ressurgiu em 1957.

³⁸¹ O decreto nº 1.974 de 20 de setembro 1937 cassou a inspeção preliminar concedida à Faculdade. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1974-20-setembro-1937-472048-publicacaooriginal-1-pe.html>; Acesso em 02/07/2018.

³⁸² <http://www.portalsaude.ufms.br/Partners/view/1?s=4#.WzUZBtL0nIU>; Acesso em 28/06/2018.

³⁸³ Segundo Saviani (2004), no final do Império existia a expectativa de um sistema nacional de ensino, mas não ocorreu durante a Primeira República, pois os estados ficaram responsáveis. Em São Paulo, uma reforma educacional implantou a novidade das escolas Normais para formar os professores, posteriormente levados para os outros estados. Também foi organizado o ensino primário através dos grupos escolares, mas com restritos mecanismos de seleção, recrutando poucos elementos.

³⁸⁴ Rachid Mamed não concluiu o ensino secundário. Não possível obter informações detalhadas sobre a educação de Gabriel Martiniano, Archimedes L. Pereira, Nicola Scaffa e Waldir S. Pereira.

³⁸⁵ Segundo Ribeiro (s/d) o Liceu Cuiabano foi fundado 1880. Anna Luiza Prado Bastos, formada na instituição, fundou nos anos 1930 a Escola Barão de Melgaço, em Campo Grande. Em 1915, Arlindo Lima fundou o Instituto Pestalozzi em Aquidauana. Dois anos depois, essa escola foi transferida para Campo Grande e, em 1927, passou a se chamar Ginásio Municipal de Campo Grande. Em 1930, a Missão Salesiana a adquiriu e o nome foi mudado para Ginásio Municipal Dom Bosco. Nessa época, a escola funcionava com dois cursos: primário e ginásio, em regime de internato e externato. Disponível em: <http://www.missaosalesiana.org.br/colégio-salesiano-dom-bosco-campo-grande-ms/>. Acesso em: 17 de maio 2015. A cidade contava com outros colégios como o Oswaldo Cruz, no qual trabalhavam os advogados campo-grandense Argemiro Fialho, José Fragelli e Wilson Barbosa Martins (2010).

passaram: José Fragelli, Wilson B. Martins, Oliva Enciso e Rachid S. Derzi. Portanto, os sulistas tiveram menor coesão proporcionada pela mesma educação.

Quanto ao ensino superior, devido às dificuldades citadas a maioria se formou em outros estados. A escolha usual foi o Rio de Janeiro (29 pessoas), São Paulo (5 pessoas), e apenas 4 conseguiram se formar em Mato Grosso. Quanto ao curso escolhido, a opção foi pelas profissões tradicionais: 21 políticos formaram-se em Direito, 14 em Medicina e 8 em Engenharia. Interessante pontuar que 10 indivíduos da classe dirigente não possuíam diploma de ensino superior.

Quadro 26 - Curso de Formação e Local do Ensino Superior

Curso		Local de Formação	
Direito	26,25%	RJ	36,25%
Medicina	17,50%	SP	6,25%
Engenharia	10%	MT	5,00%
Agronomia	1,25%	RS	2,50%
Escola Militar	2,50%	MG	2,50%
Odontologia e Farmácia	2,50%	BA	1,25%
Contabilidade	1,25%	Não fez	12,50%
Agricultura e Veterinária	1,25%	Sem informação	12,50%
Não fez	12,50%		
Sem informação	4%		

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes.

Além dos 63 mato-grossenses, completam a amostra 14 brasileiros nascidos em outros estados.³⁸⁶ Três foram os principais caminhos que os trouxeram para o Mato Grosso³⁸⁷: transferência militar, nomeação em cargo público e mudança no emprego, ou empreendedorismo. 1) Transferência militar - além dos interventores federais, Mena Gonçalves e Artur Maciel, o tenente médico da Aeronáutica Wilson Fadul foi transferido para Campo Grande, do mesmo modo, o militar Clovis Cintra para região Sul do estado. 2) Cargo público/ Emprego - três advogados vieram devido a nomeação no cargo de promotor ou juiz. O sergipano Garcia Neto por causa do posto de diretor de Obras Públicas de Mato Grosso. O pernambucano Demosthenes Martins conseguiu vaga de

³⁸⁶ Três políticos não possível obter a informação do local de nascimento.

³⁸⁷ Entre os 14 nascidos em outros estado e que moraram em Mato Grosso, apenas Fernando Jorge morava no Rio de Janeiro.

telegrafista na Comissão Rondon. E o gaúcho Lício P. Borralho mudou-se e exerceu profissão de engenheiro agrônomo. 3) Empreendedorismo – Miguel Carmo mudou-se para o estado e abriu uma firma de construção civil. Os paulistas Rosário Congro e Mário Spinelli foram caixeiro viajante e seringalista respectivamente, depois de outras profissões, Congro conseguiu licença para advogar e Spinelli foi seringalista e empresário no ramo dos diamantes.

O Mato Grosso também recebeu várias levas migratórias de italianos, alemães, libaneses, armênios ³⁸⁸, japoneses etc. Um ponto importante a ser considerado é que as populações nativas e os descendentes de escravos se projetaram na política em menor medida. O que se procurou constatar é a proporção da participação política daqueles com ascendência portuguesa e espanhola, os estabelecidos a mais tempo, versus os que chegaram mais recentemente. Nesse sentido, apenas 21% da amostra descendia dos novos imigrantes alemães, italianos, libaneses. Cada vez mais passaram a competir nas eleições a partir dos anos 1945 ao lado das primeiras famílias colonizadoras. Descendentes de italianos como os Fragelli, Vuolo e Enciso, de alemães como os Müller e de libaneses como o Mamed, Derzi. Mas alguns deles, como os Müller se casaram com as famílias tradicionais.

Sobre migração, Dahl (1968) também observou a ascensão de imigrantes nos cargos públicos em New Haven, Connecticut. Analisando como eram decididas as questões em áreas chaves (educação pública, nomeação nos partidos políticos e desenvolvimento urbano), o autor mostra como os participantes eram de segmentos diferentes, pois existiam delimitações claras de cortes por etnia, raça e religião. A política enfatizava a diversidade étnica, e quando os líderes expandiram sua influência sobre estes grupos recém-chegados (irlandeses, italianos, alemães, europeus orientais), os imigrantes e seus descendentes tiveram maior participação política.

A relação entre imigração e participação política foi investigada por Souza, Kerbauy e Truzzi (2003), os autores analisaram sua inserção em cidades do Oeste paulista e concluem que a ascensão do grupo foi um indicador da suplantação do coronelismo em São Paulo. Desde a década 1930, os imigrantes estavam participando da política local e utilizaram esses cargos para se promoverem no período de democratização e construir suas carreiras. Em Mato Grosso o processo não ocorreu nessa intensidade, pois entre os

³⁸⁸ Em Miranda -MS se estabeleceram sírios, libaneses, italianos e japoneses, como os Trad, Siufi, Macksuda. Além de, Siemel (Estônia) e Nesshein (Noruega). (PEDROSSIAN, 2006). Segundo Ribeiro (s/d), em 1924, foram para Terenos -MS, alemães, búlgaros, polacos, suíços, espanhóis, japoneses.

20 descendentes dos novos imigrantes uma minoria teve cargos nos anos Vargas e também no pós-1945.

Estabelecida a situação dos 80 políticos, agora podemos nos deter nas carreiras de presidentes da Assembleia Legislativa, governadores, senadores e deputados federais.

5.2- Padrões de Carreira

Antes de adentrar nos padrões da carreira política, é preciso considerar algumas hierarquias entre os cargos políticos. O cargo mais disputado corresponde ao de governador, em menor grau, mas prestigiado, o de senador. Depois o de deputado federal. Com menor projeção, os deputados estaduais, por fim, prefeitos e vereadores. Lembrando as desigualdades entre os municípios mato-grossenses, já que alguns tiveram maior peso político que outros. Tais diferenças refletem uma longa tradição de presidencialismo com Poder Executivo forte (COLOMER, 2009), restrições constitucionais ao poder Legislativo (TOMIO E RICCI, 2012b), bem como os desequilíbrios entre União, Estados e Municípios. (LEAL, 2012).

Outra questão, embora no pós-1945 os desequilíbrios regionais começassem a diminuir, o estado continuou sem peso político. Então, cargos em instituições federais ainda traziam notoriedade comparados aos estaduais, como no caso de Archimedes Pereira, embora não fossem tão importantes como no Estado Novo. Além disso, os estados continuavam sendo atores relevantes e os governadores alcançam a presidência da República (SOUZA, 1990), mas o Mato Grosso não tinha a mesma força propulsora como Minas Gerais, no caso de Juscelino, de São Paulo, no caso do mato-grossense Jânio Quadros. O mandato presidencial do cuiabano Eurico Gaspar Dutra também não pode ser atribuído a uma carreira na burocracia estatal, mas ao Exército.

Para estabelecer os padrões de carreira, é preciso investigar a profissionalização política do grupo. Na clássica definição de Weber (2004a), o político profissional é aquele que vive da política. Mais especificamente, segundo Dogan (1999) o político profissional tem algumas características: 1) um ingresso prematuro na vida política³⁸⁹, 2) uma extensa carreira, 3) recursos advindos exclusivamente das posições ocupadas, 4) competências políticas, como boa oratória, capacidade de negociação, entre outros. Best (2007) acrescenta que compete aos partidos o recrutamento da maior parte das posições do sistema político, os candidatos são selecionados segundo seus prováveis recursos para o

³⁸⁹ Conforme Codato (2008) a idade que o político iniciou (antes ou depois dos 40) indica se foi a primeira, segunda ou terceira opção de carreira.

sucesso eleitoral, bem como a adequação ideológica e a lealdade partidária. Então, a profissionalização política define as regras e as formas de acesso ao grupo, mantém os membros unidos e os diferencia dos demais.

Panebianco (1982) discutiu a questão da profissionalização nos partidos políticos. O profissional da política é aquele que se dedica integralmente ou grande parte de sua atividade laboral à política e retira dela sua principal fonte de renda. Então, a profissionalização decorre da substituição dos notáveis pelos típicos funcionários dos partidos de massa. O autor pontua que existem vários tipos profissionais, alguns fronteiros aos elementos não profissionais, destacamos três devido a sua aplicação aos políticos tratados: 1) Notável - não vive da política e converte sua posição socioeconômica em posição política. Continua convivendo nos partidos contemporâneos com os profissionais da política. 2) Burocrata com funções representativas – típico dos partidos de massas. Formado pelo conjunto de funcionários do partido dedicados a manutenção da instituição. 3) Semiprofissional – uma figura intermediária entre o notável e o especialista. Tem independência econômica e ingresso profissional fora da política. Além disso, dispõe de tempo livre, como por exemplo, os advogados, professores e jornalistas.

A seguir será analisada a carreira dos deputados estaduais. O legislativo mato-grossense disponibiliza menos informação do que o Legislativo federal. A Assembleia legislativa³⁹⁰ informa pequena biografia dos presidentes, mas faltam detalhes necessários para comparação.

5.2.1- Deputados estaduais

O quadro abaixo mostra que na Assembleia a representação retratava mais fielmente a distribuição geográfica dos contingentes populacionais, isto porque, o cargo de deputado estadual estava menos sujeito ao controle dos cuiabanos. Desse modo, 43% dos deputados provinham de cidades do Sul, 19% da região central, 1% do Leste. Por outro lado, a fim de contrastar com a classe dirigente, 47,5% nasceram no centro e 31% no Sul. Portanto, houve uma maior representatividade dos sulistas, mas em cargos decisivos o controle estava com os cuiabanos.

³⁹⁰ <http://www.al.mt.gov.br/parlamento/galeria-presidentes>; Acesso 24/10/2018.

Quadro 27 - Local de Nascimento dos Deputados estaduais 1945-66³⁹¹

Município	Deputados
Cuiabá	14%
Várzea Grande	4%
Barra do Garças	1%
Cáceres	1%
Campo Grande	20%
Dourados	9%
Corumbá	5%
Ponta Porã	3%
Três Lagoas	6%
Número conhecido	186

Fonte: Instituto de Memória da Assembleia de Mato Grosso

A análise dos dados, sobre a representação partidária, confirma o argumento da ‘racionalidade política contextual’, de Lima Júnior (1983), segundo o qual o comportamento partidário é condicionado pelo tempo e espaço. A representação do Legislativo estadual e a representação Legislativa federal têm lógicas diferentes. O autor mostra que Mato Grosso enviava em média dois partidos para a Câmara dos deputados, com baixa fragmentação das preferências eleitorais. Enquanto na Assembleia estadual de três a cinco partidos compuseram a casa, com média fragmentação das preferências eleitorais.

O quadro abaixo mostra o número de votos recebidos por partido. O PSD diminuiu sua vantagem nas votações, embora se manteve representativo, na maior parte do período obteve a segunda maior votação. A trajetória da UDN demonstra um crescimento e estagnação. Apesar de, a partir de 1950 o partido superou constantemente o PSD. Considerando a votação de 1947 e 1962, o PTB teve considerável crescimento, desde 1950 se manteve com a terceira maior votação. Enquanto os votos no PR diminuíram, e o PSP cresceu substancialmente em 1954. Segundo Lourenço (2011), no período de 1945-1965, 44% dos deputados eram da UDN, 37% do PSD, 14% do PTB, 4% PSP e 1% do PCB.

Quadro 28 – Votação obtida pelos partidos na Assembleia de Mato Grosso 1945-62

Legenda	1947	1950	1954	1958	1962
PSD	43,98%	32,73%	29,76%	32,81%	24,66%
UDN	35,16%	35,84%	41,63%	36,10%	35,51%
PCB	6,52%	-	-	-	-
PTB	5,81%	20,25%	11,07%	13,41%	19,50%

³⁹¹ Baseado em Lourenço (2011).

PR	-	1,76%	0,11%	0,61%	-
PSP	-	1,76%	10,27%	6,16%	4,99%
Branco	2,64%	4,62%	5,22%	8,88%	13,52%
Nulos	5,86%	3%	1,9%	2%	1,79%
Votos totais	46.322	87.217	110.381	153.607	189.508

Fonte: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Mato Grosso votou assim. 1945-1974

Quanto à educação, os cursos escolhidos pelos deputados estaduais seguem o padrão das preferências da classe dirigente. Primeira escolha foi curso de Direito, depois Medicina e Engenharia. Enquanto a profissão exercida: 31% eram advogados, 15% proprietários rurais, 13% médicos, entre outros. (LOURENÇO, 2011).

Quadro 29 - Profissão Deputados estaduais 1947-1966³⁹²

Advogado	31,54%
Empresário (comerciante e industrial)	8,72%
Proprietário fundiário (agricultura e pecuária)	15,43%
Médico, odontologista e farmacêutico	13,42%
Engenheiro (agrimensor, elétrico e civil)	3,35%
Funcionário público	4,02%
Militar	9,39%
Procurador, promotor, desembargador e juiz	10,06%
Escrevente, tabelião	2,01%
Número conhecido	149

Fonte: Instituto de Memória da Assembleia de Mato Grosso

Fizeram parte da classe dirigente os seguintes presidentes da Assembleia: Virgílio Corrêa A. Neto (1947) do PSD, Waldir S. Pereira (1948-49) do PSD, Jari Gomes (1950) do PSD, Clóvis Cintra (1951) pelo PTB, Rosário Congro (1952) pelo PSD, Benedito V. de Figueiredo (1953) da UDN, Júlio M. A. de Castro Pinto (1954) da UDN, Mário Spinelli (1955) do PSP, Rachid Mamede (1956-57) do PSD, Bezerra Neto (1958) do PTB, Wilson Pinho (1959-60) do PSD, Oliveira Lima (1961 e 63) da UDN, Licínio Monteiro (1962) do PSD, Edyl Ferraz (1964) do PSD.

³⁹² Segundo Tabela 24, de Lourenço (2011).

Quanto ao local de nascimento, não foi possível obter informação sobre um deputado, Wilson Pinho, no AFM os documentos apontam para sua vinculação com a região de Ponta Porã, mas não foi possível fazer a confirmação. A presidência da casa mostra o equilíbrio de forças entre os nascidos no centro (5 presidentes), no Sul (5 presidentes), fora do estado (em um total de 4, e 3 atuavam na região Sul), com destaque para as cidades de Cuiabá e Campo Grande, ambas com 3 cada.

Entre os 14 presidentes, quatro não completaram o ensino superior e possivelmente Waldir S. Pereira, pois não foi encontrada nenhuma menção à sua formação. A trajetória da carreira política se divide entre aqueles que iniciaram em cargos municipais ou estaduais. Oito começaram em âmbito estadual, maioria como deputado, apenas Virgílio Corrêa Neto exerceu cargo de diretor-geral do Departamento de Saúde Pública de Mato Grosso.³⁹³ Por outro lado, seis iniciaram em cargos municipais: Waldir S. Pereira como secretário municipal de Administração de Campo Grande. Congro como intendente de Campo Grande 1918-1919. Júlio de Castro Pinto foi promotor público em Três Lagoas. Rachid Mamed prefeito de Poxoréo-MT em 1937-45. Vicente Bezerra Neto iniciou em Corumbá no cargo de promotor público em 1934. E Jari Gomes foi médico da Noroeste em Três Lagoas, o que lhe deu projeção no município.

Interessante destacar que para alcançar o cargo de deputado estadual era preciso ter uma projeção em determinada cidade ou região. Lembrando que os municípios do estado tiveram diferentes pesos políticos e proporcionavam distinta visibilidade. Dependendo da base de atuação do deputado não era necessário ter exercido outros cargos eletivos, em outros casos foi preciso atuação em regiões e cidades. Foi comum ex-prefeitos se elegerem deputados.

Também é importante pontuar que atividade legislativa estadual esteve circunscrita à uma esfera de atuação regional ou estadual. Boa parte dos deputados estaduais se mantiveram no máximo em atuação no âmbito estadual e minoria alcançou outras esferas, como a federal. No caso dos presidentes da Assembleia considerados, apenas cinco fizeram elegeram-se para o Legislativo federal: Virgílio Corrêa, Edyl

³⁹³ No período proposto, na maioria dos cargos o ingresso não se dava por concurso público e sim por indicação. O ato de aceitar a oferta e exercer função era visto como uma filiação a determinada corrente política. Por exemplo, Eduardo Olímpio Machado foi hostilizado por aceitar o cargo de juiz de um governador impopular, Antônio Paes de Barros. (LINS, 2010). Portanto, indicações para qualquer cargo são vistas como políticas.

Ferraz, Júlio Castro e Rachid Mamed foram deputados federais e Vicente Bezerra Neto senador.

5.2.2- Governadores/Interventores

Para conseguir o posto mais cobiçado, os políticos eleitos percorreram três trajetórias diferentes. A forma mais comum (3 mandatos) através de mandato eletivo na prefeitura de Campo Grande, caso de Arnaldo de Figueiredo e Fernando Corrêa da Costa, depois alcançaram o Executivo estadual. Outro modo, Júlio Müller e João Ponce foram nomeados prefeitos de Cuiabá, exerceram mandato legislativo e depois se elegeram, mas Júlio Müller foi escolhido indiretamente. Menos comum foi o exemplo de Mário Corrêa da Costa, que tinha sido governador na Primeira República e foi reeleito em 1935 pela Assembleia Legislativa.

O quadro abaixo mostra se os governadores e interventores já estavam estabelecidos na Primeira República, se tiveram filiação partidária e cargos. Também apresenta quantos tiveram parentes na política. Quanto à atividade partidária, a minoria estava ligada as agremiações do período anterior, apenas Felon Müller, Arnaldo de Figueiredo e Mário Corrêa da Costa. No período de 1930 a 1937 os principais partidos foram Partido Evolucionista-PE e Partido Liberal-PL, também existiu o Partido Constitucionalista-PC, que se opunha a Vargas. O Partido Republicano de Mato Grosso-PRM não se consolidou e teve curta existência. Enquanto a Aliança Mato-Grossense foi uma união do PE e PL contra o governador Mário Corrêa da Costa. No período de 1945 a 1964 o PSD e UDN elegeram dois governadores cada.

Sobre os cargos públicos, é importante destacar que o acesso estava restrito aos apoiadores da Revolução, sobretudo no Estado Novo. Os oposicionistas, como a oligarquia Corrêa da Costa, não tiveram participação política nesse período. Por outro lado, alguns políticos que tiveram a carreira limitada aos anos Vargas, não conseguiram se eleger após 1945, como Júlio Müller, Felon Müller; Leônidas de Matos e Arthur Maciel foram para outros estados. Apenas João Ponce teve carreira durante todo o período de 1930 a 1964. A maioria deles tinha parentes na política e utilizaram as redes de relações sociais de seus familiares para se projetarem politicamente, como será abordado na próxima parte.

Quadro 30 - Trajetória política dos governadores 1900-1964³⁹⁴

	Partido			Cargos públicos			Parentes na política
	1900-30	1930-1937	Pós-1945	1900-30	1930-1937	Pós-1945	
Antonino M. Gonçalves	-	-	PSD	Não	Sim	Sim	Não
Artur A. Maciel	-	-	-	Não	Sim	Sim	Sim ³⁹⁵
Leônidas A. de Matos	-	PL	-	Não	Sim	Sim	Não
Fenelon Müller	PD	PE	-	Sim	Sim	Não	Sim
Mário C. da Costa	PRMG/PD	PE/PRM	³⁹⁶	Sim	Sim		Sim
Júlio S. Müller	Aliança Liberal	PL/ PE/ Aliança	PTB	Não	Sim	Não	Sim
Arnaldo E. de Figueiredo	PRMG	PC	PSD	Sim	Não	Sim	Sim
Fernando C. da Costa	-	-	UDN	Não	Não	Sim	Sim
João P. de Arruda	-	PE/Aliança	PSD	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes.³⁹⁷

O próximo quadro apresenta os dados de distribuição da faixa etária dos governadores/interventores em relação aos cargos ocupados. O objetivo é indicar se a carreira política foi a primeira opção. Mário Corrêa da Costa teve a típica carreira da velha República, não precisou estar em Mato Grosso nem ter experiência anterior, aos 40 anos se elegeu graças ao tio Pedro Celestino. Com trajetória distinta, Arnaldo de Figueiredo construiu localmente sua carreira quando a iniciou aos 27 como prefeito de Campo Grande. No caso dos interventores, o começo da vida na política decorreu da possibilidade advinda com Revolução de 1930. Além disso, a adesão ao Governo Provisório possibilitou nomeações em cargos públicos e o início da carreira antes dos 40 anos.

João Ponce foi nomeado aos 26 anos, assim como Fenelon, Júlio Müller e Leônidas de Matos entre 28-35 anos, mas, no caso de Fenelon Müller isto ocorreu no período anterior por causa dos parentes Corrêa da Costa. Diferentemente, Fernando Corrêa da Costa entrou no mundo político aos 44 anos, já que seu pai Pedro Celestino Corrêa da Costa disputava com Mário Corrêa da Costa antes de 1930. Depois, Mário tornou-se a maior força dos Corrêa da Costa até 1937. Fernando Corrêa da Costa ainda

³⁹⁴ Baseada em Codato (2008).

³⁹⁵ Conforme Abreu (et al, 2010) pertencia a uma família de políticos gaúchos. Entre eles, seu primo, Francisco Antunes Maciel Júnior, foi ministro da Justiça de 1932 a 1934 de Vargas.

³⁹⁶ O governador faleceu em 1937.

³⁹⁷ No apêndice se encontram todas as fontes consultadas sobre os 80 políticos.

enfrentou o desprestígio de sua parentela no Estado Novo, que impossibilitou sua entrada na competição até 1947.

Quadro 31 - Distribuição por idade e posto dos governadores/interventores³⁹⁸

	Idade que completou ensino superior	Idade ao ingressar no primeiro cargo público	Primeiro cargo na classe dirigente ³⁹⁹	Idade quando assumiu mandato de governador /interventor	Número de cargos até assumir como governador	Natureza predominante dos postos políticos
Antonino M. Gonçalves	24	54	Interventor federal	54	0	militar
Artur A. Maciel	25	52	Interventor federal	52	0	militar
Leônidas A. de Matos	28 ⁴⁰⁰	32	Chefe de Polícia	38	0	estadual
Fenelon Müller	26	32	Prefeito Três Lagoas	43	2	municipal
Mário C. da Costa	24	40	Governador	49	1	estadual
Júlio S. Müller	44 ⁴⁰¹	35	Prefeito Cuiabá	42	5	estadual
Arnaldo E. de Figueiredo	22	27	Vice intendente Campo Grande	55	4	municipal
Fernando C. da Costa	23	44	Prefeito Campo Grande	47	1	estadual/federal
João P. de Arruda	23	26	Diretor do Serviço de Obras Públicas	51	6	estadual/federal

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes.

O quadro a seguir fornece informações sobre trajetória educacional e profissional, bem como local de nascimento, o número de mandatos eletivos e cargos nomeados. A primeira coluna comprova que se manteve o mesmo padrão da Primeira República, na qual os cuiabanos controlaram o executivo estadual. Apenas dois interventores federais romperam com a tradição. O que não significa que as pautas políticas e econômicas da região Sul não estivessem sendo atendidas.

No que se refere as profissões escolhidas, há um equilíbrio entre médicos e engenheiros e um menor sucesso dos advogados. Além dos interventores militares, dois

³⁹⁸ Baseada em Codato (2008).

³⁹⁹ Cargos públicos municipais, estaduais ou federais nomeados ou eletivos no decorrer da vida de cada indivíduo.

⁴⁰⁰ A idade presumida a partir da informação que Matos trabalhou com Vargas em Porto Alegre e Vargas mudou para o Rio de Janeiro em 1923. Também não existe a data precisa de quando assumiu o cargo de chefe de polícia, podendo ser entre 1926 e 1930.

⁴⁰¹ Jucá (1998) em sua biografia não especifica a data sobre a formação superior de Júlio Müller, apenas informa que era formado no Liceu Cuiabano e aos 19 anos (1914) já lecionava. Abreu (et al, 2010) também não informa, mas afirma que “em seguida cursou a Academia de Direito de Cuiabá”. Porém, a instituição só existiu em 1934-1939, quando provavelmente Júlio Müller se formou.

médicos, Mário e Fernando Corrêa da Costa, e dois engenheiros, Fenelon Müller e João Ponce. Por fim, o professor Júlio Müller, o advogado Leônidas e Matos e agrônomo Arnaldo de Figueiredo. Interessante notar que embora os formados em Direito sejam a maioria da classe política (33%) não tiveram tanto sucesso no executivo estadual quanto os médicos (21%) e engenheiros (14%).

Quadro 32 - Trajetória educacional e profissional de governadores

	Local de Nascimento	Instituição de Formação	Profissão	Nº mandatos eletivos	Nº cargos por nomeação
Antonino M. Gonçalves	Rosário - RS	Escola Militar da Praia Vermelha	Militar	0	1
Artur A. Maciel	Pelotas-RS	Escola Politécnica de São Paulo	Militar, Engenheiro	0	4
Leônidas A. de Matos	Cuiabá-MT	Faculdade de Direito do RS	Advogado, Juíz, Promotor	0	1
Fenelon Müller	Cuiabá-MT	Escola Politécnica de São Paulo	Engenheiro	0	3
Mário C. da Costa	Cuiabá-MT	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Médico	2	0
Júlio S. Müller	Cuiabá-MT	Academia de Direito de Cuiabá	Professor, Empresário	2	5
Arnaldo E. de Figueiredo	Cuiabá-MT	Escola Eliseu Maciel Pelotas-RS	Agrônomo	5	0
Fernando C. da Costa	Cuiabá-MT	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Médico	5	0
João P. de Arruda	Cuiabá-MT	Escola Politécnica do Rio de Janeiro	Engenheiro	6	6

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes.

Outro ponto exposto pelos dados foi que aqueles que apoiaram o Estado Novo tiveram mais cargos por nomeação. Enquanto que, os que não participaram, como Fernando Corrêa da Costa e Arnaldo de Figueiredo, tiveram mais cargos eletivos. João Ponce conseguiu os dois tipos, 6 nomeações e venceu seis eleições.

5.2.3- Senadores da República

O segundo posto mais disputado teve um recrutamento que representava relativamente melhor a população do estado. Enquanto o cargo de governador deixou de ser predomínio dos cuiabanos apenas em 1965, pela primeira vez na República um sulista e um cacerense foram eleitos em 1935, Vespasiano B. Martins e João Villasbôas

respectivamente. Além disso, o último senador eleito nem era mato-grossense, Bezerra Neto.

Outro ponto sobre cargo, historicamente, os políticos consideravam o Senado mais prestigiado do que a Câmara Federal (FANAIA, 2010), pelo menor número de vagas foi um lugar de primazia dos ilustres. Nesse sentido, o mandato de senador foi uma coroação de uma trajetória anterior, como para Vespasiano B. Martins, Villasbôas e Filinto Müller. Também foi utilizado como um trampolim para o posto almejado de governador, tanto que Filinto Müller teve carreira no Legislativo, mas seu objetivo era o Executivo. E Fernando Corrêa da Costa alternou mandatos de governador e senador.

Diferentemente do executivo estadual, no Senado foram eleitos aqueles sem comprometimento com período anterior. Embora Villasbôas tenha tido cargos eletivos na Primeira República, participou de movimento questionadores do sistema, de modo que não é possível classificá-lo como típico político da Primeira República como foram Mário Corrêa da Costa e Fenelon Müller. Em 1930 o Senado teve 83% de renovação e em 1945 33%.

Quanto à atividade partidária dos anos 1930, Vespasiano B. Martins fundou o Partido Progressista-PP, abrigoando várias lideranças sulistas em prol de maior participação política. Posteriormente, várias lideranças, entre eles Vespasiano e Filinto Müller, fundaram o PE unindo grupos sob compromisso de igualdade entre regiões. Militando no campo oposto, o PL tinha como líder Villasbôas. Em 1936 ambos os partidos se uniram na Aliança de partidos.

Com a democratização, a UDN e PSD tiveram cinco mandatos cada. A aparente vantagem da UDN, conforme quadro abaixo, foi em razão de as lideranças terem se revezado. Enquanto no PSD Filinto teve quatro mandatos sucessivos e apenas um de Vicente, eleito pela coligação PSD-PTB.

Quadro 33 - Trajetória política Senadores 1900-1964

	Partido			Cargos públicos			Tem parentes na política
	1900-1930	1930-1937	Pós-1945	1900-30	1930-1937	Pós-1945	
Vespasiano B. Martins	Aliança Liberal	PP/PE/ Aliança	UDN	Não	Sim	Sim	Sim
João Villasbôas	PRC	PL/Aliança	UDN	Sim	Sim	Sim	Não
Fernando C. da Costa	-	-	UDN	Não	Não	Sim	Sim

Sílvio Curvo	-	-	UDN	Não	Não	Sim	Sim
Filinto Müller	-	PE/Aliança	PSD	Não	Sim	Sim	Sim
Vicente B. Neto	-	-	PSD-PTB	Não	Sim	Sim	Não

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes.

Sobre os cargos públicos, apenas Villasbôas teve cargos eletivos e nomeados desde a Primeira República até o período democrático. Apesar de exercerem cargos no Estado Novo e longa aliança com os Müller, Villasbôas e Vespasiano B. Martins romperam e elegeram-se pela UDN. Filinto Müller e Bezerra Neto também conseguiram ter êxito nos anos Vargas e na democracia. Enquanto os udenistas, Fernando Corrêa da Costa e Sílvio Curvo apenas participaram após-1945.

A maioria dos políticos tinha parentes que também ocuparam cargos públicos. Apenas Villasbôas e Bezerra Neto não vinham de famílias de políticos. O que mostra que o cargo de senador, bem como de governador, ainda era um posto controlado pelos políticos tradicionais. Ainda que é importante destacar a eleição do senador Bezerra Neto, um outsider.

O próximo quadro apresenta as idades dos senadores em relação aos cargos exercidos. A metade começou a vida na política antes dos 40, no caso de Villasbôas, Filinto Müller e Bezerra Neto, enquanto Vespasiano B. Martins, Fernando Corrêa da Costa e Sílvio Curvo depois desta idade. Martins começou como prefeito nomeado de Campo Grande, sua trajetória nessa cidade o alçou ao Senado. Diferentemente, Villasbôas teve que exercer mais cargos para atingir o mesmo objetivo. Corrêa da Costa saiu da prefeitura de Campo Grande e depois do governo do estado para chegar até o legislativo federal. Enquanto Müller não teve cargos eletivos, apenas três nomeados. Bezerra Neto passou antes pelo legislativo estadual. E Curvo não teve cargo eletivo anterior e nenhum outro depois. Portanto, a profissionalização política estava em curso no que se refere aos senadores.

Quadro 34 - Distribuição por idade e posto dos Senadores 1900-1964

	Idade que completou ensino superior	Idade ao ingressar no primeiro cargo público	Primeiro cargo na classe dirigente	Idade quando assumiu mandato de senador	Número de cargos até assumir como senador	Natureza predominante dos postos políticos
Vespasiano B. Martins	26	42	Prefeito nomeado	46	2	Municipal/federal
João Villasbôas	22	23	Diretor da Imprensa Oficial	44	8	federal

Fernando C. da Costa	23	44	Prefeito eleito	56	2	estadual/federal
Sílvio Curvo	24	46	Senador	46	0	federal
Filinto Müller	22	30	Secretário do interventor	47	3	federal
Vicente B. Neto	27	29	Presidente da Assembleia	53	3	estadual/federal

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes.

Os senadores apresentaram dois padrões na carreira: 1) Legislativo: a maioria exerceu cargos nomeados ligados à sua profissão ou participaram de governos antes de ser eleito. Tiveram trajetória apenas no Legislativo: Villasbôas, Müller, Curvo e Bezerra Neto. 2) Executivo e Legislativo: outros políticos se alternaram nestes cargos. Martins trocou a prefeitura pelo Senado, e Corrêa da Costa pendularmente se revezou no executivo estadual e legislativo federal.

O último quadro informa sobre a trajetória educacional e profissional dos senadores. Quanto ao local de nascimento, os cuiabanos continuam presentes no senado, 50% do total. Todos concluíram ensino superior no Rio de Janeiro, exceto Bezerra Neto, em faculdades ou escolas prestigiadas, tais como Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Escola Militar do Realengo. Na coluna sobre o número de mandatos eletivos foram contabilizadas as vitórias eleitorais no decorrer da vida do político. Os senadores tiveram longas carreiras políticas. Villasbôas teve cargos eletivos desde a Primeira República até os anos 1960, Martins teve cargos nomeados e eletivos desde os anos 1930. Também Corrêa da Costa, Bezerra Neto e Müller tiveram longas carreiras, outro indicador da profissionalização política dos senadores de Mato Grosso.

Quadro 35 - Trajetória educacional e profissional de Senadores 1889-1964

	Local de Nascimento	Instituição de Formação	Profissão Ocupação	Nº mandatos eletivos	Nº cargos por nomeação
Vespasiano Barbosa Martins	Rio Brilhante-MS	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Médico	3	2
João Escolástico Villasbôas	Cáceres-MT	Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	Advogado	7	5
Fernando Corrêa da Costa	Cuiabá-MT	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Médico	5	0
Sílvio Curvo	Cuiabá-MT	Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro	Médico	1	0

Filinto Müller	Cuiabá-MT	Escola Militar do Realengo	Funcionário público. Militar	4	4
Vicente Bezerra Neto	Mangabeira-CE	Faculdade de Direito do Ceará	Promotor Advogado	3	2

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes.

Os senadores formam em boa medida a elite política, então, serão abordados novamente na parte 5.3.

5.2.4- Deputados federais

Fazem parte da classe dirigente 27 deputados federais, não foram considerados suplentes. São três as principais trajetórias para alcançar a Câmara dos Deputados: 1) Âmbito municipal:⁴⁰² 45% dos deputados iniciaram nos municípios mato-grossenses, sobretudo, foram prefeitos e a minoria iniciou como vereador.⁴⁰³ Destes que iniciaram no esfera municipal, a maioria saiu do município direto para o legislativo federal (8 deles) e os demais (4 políticos) foram para o legislativo estadual e depois federal. 3) Âmbito estadual – 22% dos políticos iniciaram no legislativo estadual depois exerceram cargo no legislativo federal. Três deles, após mandato na Câmara foram governadores - como João Ponce, José Fragelli, Wilson B. Martins -, e ministro da Saúde, no caso de Wilson Fadul. 4) Âmbito federal – 33% iniciaram as carreiras no legislativo federal. Destes, apenas Ponce Filho conseguiu reeleição, os demais tiveram apenas um mandato.

Os dados do quadro abaixo apresentam informações sobre o local de nascimento e atuação dos deputados federais. Os resultados são parecidos com os encontrados para classe política como um todo. Os cuiabanos representam a maioria 37% dos deputados, e os nascidos na região central representam 52%, enquanto os sulistas 33% e os nascidos em outros estados 15%. Quanto à base de atuação, 45% atuaram na zona central, com destaque para Cuiabá, e 55% dos deputados tiveram a sua base de atuação no Sul, com destaque para Campo Grande e Ponta Porã. Portanto, os dados mostram que as cidades citadas foram fundamentais para carreira dos deputados.

Quadro 36 - Local de Nascimento e Base de atuação dos Deputados Federais 1930-1964

	Cidade Nascimento	Base atuação
Santo Antônio	4%	0
Cuiabá	37%	37%
Cáceres	11%	4%

⁴⁰² Cargos municipais nas respectivas cidades: Cáceres (1), Campo Grande (4), Cuiabá (2), Ponta Porã (2), Poxoréo (1), Três Lagoas (1) e Aquidauana (1).

⁴⁰³ Seis foram prefeitos. Três foram prefeitos e vereadores e 3 somente vereadores.

Poxoréo	0	4%
Corumbá	7%	4%
Coxim	4%	0
Ponta Porã	4%	15%
Aquidauana	7%	4%
Rio Brilhante	4%	0
Campo Grande	7%	26%
Três Lagoas	0	7%
Outro estado	15%	0

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes.⁴⁰⁴

A próxima informação mostra a trajetória política dos deputados no decorrer dos períodos. A maioria dos parlamentares não exerceu atividade partidária, nem teve cargos antes de 1930, ou seja, houve renovação no pós-Revolução. Todavia a renovação teve ser ponderada, uma vez que 70% dos integrantes provinham das famílias tradicionais, e 63% tinham parentes que já participavam da política. Isso significa que houve renovação dos políticos, mas o recrutamento se deu nos grupos tradicionais e através da família. Os novos políticos dos anos Vargas não foram recrutados em outras camadas sociais.

Quadro 37 - Trajetória política dos Deputados Federais 1900-1964

	Partido			Cargos públicos			Família Tradicional	Tem parentes na política
	1900-30	1930-1937	Pós-1945	1900-30	1930-1937	Pós-1945		
Sim	30%	33%	89%	22%	59%	85%	70%	63%
Não	70%	67%	11%	78%	41%	15%	30%	37%

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes.

Outro dado interessante sobre trajetória é que os deputados federais foram bem-sucedidos em permanecer nos cargos eletivos após mudança de regime político. 52% dos parlamentares tiveram cargos durante os anos Vargas e conseguiram se eleger no pós-1945. Por outro lado, apenas 15% deles tiveram cargos eletivos apenas na década de 1930 e 33% iniciaram após 1945. Os deputados federais também tiveram longas carreiras.

Os dados do próximo quadro apresentam a idade dos políticos em relação aos cargos ocupados e formação educacional. A maioria dos deputados ingressaram na carreira política antes dos 40 anos o que indica que a carreira política foi uma das primeiras opções. Comparado com Senado, a Câmara apresenta maior profissionalização

⁴⁰⁴ No apêndice se encontram todas as fontes consultadas sobre os 80 políticos.

política. Sobre educação, a maioria concluiu o ensino superior antes dos 30 anos. É preciso destacar que dos 27 parlamentares, 3 não completaram o ensino superior.⁴⁰⁵

Quadro 38 - Distribuição segundo idade dos deputados federais 1900-1964

Faixa Etária	Idade que completou ensino superior	Idade ao ingressar no primeiro cargo público	Idade quando assumiu mandato de deputado federal
21-29	70%	33%	0
30-39	4%	44%	33%
40-49	0%	15%	48%
50-55	0%	0	19%

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes.

O quadro abaixo oferece informações sobre número de mandatos e cargos dos parlamentares. A maioria dos deputados tinha exercido cargo público anterior, somente 11% eram novatos. Significativa parte, 48% teve apenas um mandato na Câmara Federal, enquanto, 52% tiveram entre dois a quatro mandatos, indicando rotatividade. A próxima coluna contabiliza quantos mandatos eletivos o parlamentar exerceu no decorrer da sua vida, portanto, abrange da Primeira República a democracia no pós-1988. A minoria (44%) teve entre um a dois mandatos, enquanto a maioria (56%) teve de 3 a 8 mandatos. Entre eles, Rachid Derzi⁴⁰⁶ teve oito vitórias eleitorais e João Villasbôas sete.⁴⁰⁷ Quanto aos cargos por nomeação, a maioria recebeu indicações, somente 8% não tiveram; e 33% exerceram apenas um cargo, e 26% três nomeações.

Quadro 39 - Trajetória profissional dos deputados federais

Quantidade de postos	Nº de cargos anteriores ao mandato deputado federal	Número de mandatos de Deputado Federal	Nº mandatos eletivos	Nº cargos por nomeação
0	11%	0	0	8%
1	15%	48%	22%	33%
2	26%	26%	22%	11%
3	18%	11%	15%	26%
4	15%	15%	11%	11%
5	4%	0%	22%	11%
6	7%	0	0	0
7	0	0	4%	0
8	4%	0	4%	0

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes.

⁴⁰⁵ Gabriel Martiniano Araújo, Rachid Mamed, Alfredo Corrêa Pacheco.

⁴⁰⁶ Prefeito nomeado Ponta Porã 1942-45; prefeito eleito em 1950-54. Vereador Ponta Porã 1947-1950. Deputado federal MT 1955-1959; 1959-1963; 1963-1967; 1967-1971; Senador MT 1971-1979; Senador biônico MS 1979-1995; Deputado constituinte 1987-1988.

⁴⁰⁷ Deputado estadual 1818-20. Deputado federal 1927-30, 1930. Deputado federal 1933-35; Senador MT 1935-37; 1946-1955; 1955-1963.

Sobre as atividades profissionais dos representantes, enquanto no executivo estadual e no Senado os advogados tiveram menor participação, 41% dos deputados federais exerceram esta profissão. Lembrando que não necessariamente cursaram Direito, pois poderiam obter licença de advogado provisionado.⁴⁰⁸ Depois deles, engenheiros representaram a segunda maior categoria (22%), seguidos pelos médicos (15%), empresários (15%) e pecuaristas (7%). Uma composição diferente do Senado (50% de Médicos, 33% de Advogados, 17% de Militares) e do executivo estadual (Militar foram 22% do total, Engenheiro 22%, Médico 22%, Agrônomo 11%, Professor 11%, Advogado 11%).

Quadro 40 - Profissão dos deputados federais 1930-1964

Advogado, Promotor, Juiz	41%
Engenheiro	22%
Médico	15%
Empresário/ Comerciante	15%
Pecuarista	7%

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes.

Após a apresentação dos dados sobre as bancadas mato-grossenses é perceptível que o Executivo e Legislativo têm dinâmicas diferentes. Também as configurações nos municípios, estado e âmbito federal são distintas. Em cada uma dessas esferas a renovação da representação teve ritmo diferente. O legislativo estadual retratou melhor a população, enquanto extensão da representação foi menor na Câmara dos Deputados, pois nem todas as regiões conseguiam eleger parlamentares. A renovação no Senado foi lenta, mas, por fim, um sulista conseguiu ser escolhido. As mudanças democráticas encontraram maior resistência na competição para o Executivo estadual. Nesse sentido, os cuiabanos conseguiram ter a influência e se mantiveram na governadoria ainda que a região Sul tivesse a maior população.

⁴⁰⁸ O decreto nº 23.882, de 19 de fevereiro de 1934, autorizava o interventor federal compor a magistratura do estado com bacharéis com apenas dois anos de experiência, pois faltava bacharel em Direito. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23882-19-fevereiro-1934-516920-publicacaooriginal-1-pe.html>; Acesso 02/07/2018.

5.3- As elites políticas

Identificada a classe dirigente, esta parte delimita a elite política, aqueles que tinham influência sobre as decisões para Mato Grosso, que costuraram acordos e se desentenderam sobre os destinos do estado. Será analisada a formação social de nove indivíduos (João Villasbôas, Filinto, Júlio e Fenelon Müller, João Ponce de Arruda, Mário e Fernando Corrêa da Costa, Arnaldo Estevão de Figueiredo e Vespasiano Barbosa Martins).

O fato de a elite política ser tão diminuta se deve a vários motivos característicos da política mato-grossense e também brasileira. As relações políticas estiveram marcadas por formas personalistas,⁴⁰⁹ mandonistas, por práticas clientelistas e as estruturas partidárias foram oligarquizadas. Como mostrado anteriormente, Filinto Müller e seu pequeno grupo tomavam as decisões no PSD. Do mesmo modo, Fernando Corrêa da Costa, Vespasiano Barbosa Martins e João Villasbôas o fizeram na UDN.

A forma personalista de vivenciar a política se relacionava com o mandonismo. O mandonismo local sempre existiu na política brasileira desde a Colônia, esteve enraizado no latifúndio e na grande família. (FREYRE, 1963; QUEIROZ, 1977; 2006). Carvalho (1997) destacou a frouxidão conceitual em torno do conceito e defendeu limitações claras em relação a outros termos próximos e relacionados, mas não sinônimos. Mandonismo, clientelismo, coronelismo⁴¹⁰ devem ser diferenciados. O mandonismo se estabelece através de “estruturas oligárquicas locais e pessoalizadas de poder”. O mandão controla recursos, e por essa razão exerce “domínio pessoal” sobre a vida dos demais, o mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. A dominação pessoal foi definida por Franco (1997) como uma relação assimétrica baseada no favor, na qual o “submetido” incorpora os interesses do mais poderoso, em troca de proteção.

⁴⁰⁹ Holanda (2009, p.141-150) ao descrever o homem cordial afirma que suas ações são baseadas na emoção, sua cordialidade não se relaciona com boas maneiras, mas com uma forma do indivíduo prevalecer perante o social. Ele tem dificuldade de entender noções abstratas de coletividade, do “particular se subordinando ao geral.” Esses indivíduos são criados para o privado, não reconhecem diferença entre as esferas públicas e privadas. Além disso, tem como característica “o desejo de estabelecer intimidade” e tornar “familiar, doméstico e próximo.”

⁴¹⁰ “Coronelismo foi um sistema complexo, uma cadeia que ia do coronel no município ao presidente da República. Não foi uma “mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com o regime político de extensa base representativa” (LEAL, 1975, p20). Foi um “sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre da graças e o poder da desgraça” (LEAL, 1975, p.43). Ver também Queiroz (2006), Vilaça e Albuquerque (1978), Carvalho (1980 e 1968).

Para Queiroz (2006) e Carvalho (1997) o coronelismo foi um momento especial do mandonismo, em que os coronéis fracos precisaram do governo, ao contrário de quando desafiavam o poder público, como no período colonial (DUARTE, 1997; FAORO, 2008, p.302-307). Portanto, são dois conceitos diferentes, visto que o mandonismo existe no país desde a Colônia até atualidade, enquanto coronelismo não, datado na Primeira República. Portanto, não é possível verificar o coronelismo em 1945-1964, muito menos tratá-los como sinônimos, como faz Neves⁴¹¹ (2001).

Kerbaudy também trouxe contribuições para o debate ao analisar a política local do interior paulista. Mostrou que a passagem da sociedade rural para a urbana não bastou para eliminar o coronelismo, isto ocorreu em consequência de mudanças institucionais. Além disso, destaca que no estado “[...] a integração nacional e a integração do desenvolvimento são fenômenos que interagem de modo substancial naquela unidade federada.” (KERBAUY, 2000, p.16). Kerbaudy (2000, p.29) questiona a incorporação literal da afirmação de Leal na qual “[...] no interior o elemento rural predomina sobre o urbano” justamente pelas especificidades e inúmeras particularidades de São Paulo na Federação e em relação aos outros estados.

Sobre o Clientelismo, segundo Carvalho (1997), é uma relação de troca de benefícios públicos (emprego, vantagem, isenção, concessão etc.) por apoio político entre os atores. Geralmente, troca de favor por votos. Nesse sentido, o coronelismo foi uma forma de clientelismo. Mas os conceitos não têm mesmo significado, visto que o clientelismo é mais amplo e atual.

Souza (1990) sugere que os analistas deixem de perceber o clientelismo como exclusivo da política brasileira, ou “um estágio de desenvolvimento.” No período de 1945-64, os partidos políticos utilizaram essas práticas e o clientelismo foi uma estratégia de obtenção e sustentação de poder. Souza, Kerbaudy e Truzi (2003, p.29) mostram a formação de um clientelismo de Estado no nível local na década de 1930. Os grupos perceberam que “[...] suas chances de sobrevivência e de ascensão política residiam no acesso privilegiado aos benefícios garantidos pelas novas estruturas burocráticas.” Para os autores, o clientelismo de Estado foi uma forma amplamente utilizada nessa finalidade e relevante na formação dos partidos em 1945, pois os prefeitos nomeados e interventores foram a base do PSD e PTB.

⁴¹¹ Neves (1988, p.136-38; 2001a, p.121) acredita ter existido no período pós-1945. E confunde as práticas clientelistas de Oswaldo Botelho da UDN e Licínio Monteiro, do PSD com coronelismo.

Nunes (1997) também atentou para a questão. Em seu estudo propôs que existem quatro padrões institucionalizados de relações entre Estado e sociedade no país: o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos, ou seja, quatro “gramáticas” da política brasileira. O clientelismo representa um meio de expor demandas e de representação dos estratos mais desconsiderados da população perante o Estado. Segundo o autor, ao mesmo tempo que a prática persistia, desde a década de 1930, o clientelismo e o personalismo foram combatidos através de medidas como concurso público para emprego na administração e a criação das burocracias insuladas. Entretanto, no período tratado e no caso de Mato Grosso, a tentativa de correção do clientelismo foi incipiente.

As próprias regras estabelecidas do pós-1945 permitiram tais permanências. A possibilidade de o mesmo político se candidatar simultaneamente aos cargos de presidente, senador e deputado federal, estimulava o personalismo. Outro ponto, a demora na criação das cédulas oficiais distribuídas pela Justiça Eleitoral. Quando os candidatos entregavam as cédulas ao eleitor era também a oportunidade de fornecer o “transporte do eleitor”, “a alimentação no dia da eleição”, entre outros. O partido deveria garantir que as cédulas fossem depositadas nas urnas e impedir o contato com demais cabos eleitorais adversários. Então, ainda existia a coerção sobre o eleitor. (SOUZA, 1990; LIMA JÚNIOR, 1983; LIMONGI, 2015).

Outro fator, a falta de políticas públicas básicas de educação, saúde, previdência, entre outras, permitiu que as lideranças concedessem benefícios aos que não detinham meios de obtê-los. As práticas clientelistas foram constantes, Filinto Müller conquistou apoio político ao conceder inúmeros favores. Um exemplo, como Mato Grosso não tinha universidades, Müller ofereceu emprego aos jovens mato-grossenses na política central e assim poderiam estudar. Fernando Corrêa da Costa e Vespasiano B. Martins ofereciam serviços médicos gratuitos que se reverteram em apoio político. Sem garantia dos direitos básicos e formas impessoais de acesso aos recursos essenciais, os políticos souberam aproveitar um ambiente propício para trocar favores por votos.

Isto posto, nessa seção, o objetivo é estabelecer a formação social e as formas de entrada e permanência no restrito grupo da elite política. É preciso levar em conta alguns apontamentos feito por Queiroz (2006) ao analisar a estrutura coronelística brasileira. O coronel era também o chefe de extensa parentela. O grupo era formado por indivíduos unidos tanto por laços de parentesco, compadrio e alianças estabelecidas através de casamento. Geralmente, o casamento ocorria dentro da própria parentela para não dividir

heranças. Quando acontecia fora da parentela tinha objetivo de estabelecer alianças econômicas e políticas. Portanto, o grupo apresentava vantagens econômicas, políticas e disponibilizava ao indivíduo o acesso à uma rede de relações pessoais.

Ainda segundo a teorização da autora, o fundamento da estrutura coronelística foi a posse de bens de fortuna, adquiridos por herança, casamento ou comércio. Em suma, “[...] o mando político do coronel era resultante de sua posição econômica, em primeiro lugar, que dava ao indivíduo a possibilidade de exercício do poder, colocando-o em situação de fazer favores.” (QUEIROZ, 2006, p.199).

Nesse sentido, consideramos as possíveis vantagens advindas do casamento, utilizado para firmar aliança política, manter a riqueza e terras na família. Escolher livremente suas parceiras sem este cálculo é entendido como um rompimento com uma lógica tradicional recorrente. Também será pontuado possíveis heranças política e econômica e a formação educacional. Nessa parte, a intenção é retomar a hipótese de pesquisa sobre as habilidades do político para seu sucesso político. Inicialmente tratamos das lideranças da região central e depois sulista.

5.3.1 – João Escolástico Villasbôas

João E. Villasbôas nasceu na cidade de Cáceres-MT, 217 km da capital. Tinha laços de parentesco com a “tradicional família cacerense” Pinto de Arruda. Sua irmã Estevina era casada com Mário Mota, filho do marechal Aníbal Mota.⁴¹² Sua irmã Ana casou-se João Batista Figueiredo, filho do chefe político local Manoel Delfino, de “tradicional família cuiabana”, segundo Leite (1992, p.17). Esses casamentos estabeleceram alianças estratégicas e formavam a rede relações familiares de Villasbôas, mas é importante observar que amplitude era limitada a região de Cáceres e Cuiabá.

Villasbôas se mudou para Cuiabá e estudou no Liceu Salesiano,⁴¹³ onde conheceu de Vespasiano B. Martins, Leônidas de Mattos, que seria interventor, Olegário de Barros, que foi desembargador e governador interino, Fenelon Müller, Virgílio Corrêa Filho,⁴¹⁴

⁴¹² Aníbal Mota teve atuação na Primeira República, em 1892, lutou contra Generoso Ponce, entretanto, posteriormente, tornaram-se amigos. (ARRUDA, 2015). Era prestigiado por ter participado da retomada de Corumbá em 13 de junho 1867 das forças paraguaias na Guerra (1864-1870).

⁴¹³ Leite (1992) afirma que João estudou no Liceu Cuiabano, mas Abreu (et al, 2010), o Senado e a Câmara afirmam que foi no Liceu Salesiano.

⁴¹⁴ Sobre Virgílio e suas obras sobre a história de Mato Grosso: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/vcfilhos.html>; <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-29/158-virgilio-alves-correa-filho> Acesso em 29/06/2018

historiador e secretário de estado, Nicolau Fragelli,⁴¹⁵ deputado estadual e pai do futuro governador José Fagelli. Formou-se em 1908 e, como a maioria, se mudou para o Rio de Janeiro para cursar a Faculdade de Direito. Diplomou-se em 1913.

Quando retornou ao Mato Grosso, Joaquim A. da Costa Marques era governador, do Partido Republicano Conservador -PRC e uma liderança da região de Cáceres. Villasbôas foi convidado pelo governador para assumir a Gazeta Oficial de Mato Grosso em 1914. Nesse mesmo ano, Villasbôas foi nomeado delegado em Cuiabá e chefe de polícia de Mato Grosso em 1915. Estava alinhado a situacionismo e pelo PRC se elegeu deputado estadual em 1918-1920. Sua base de atuação estava em Cáceres, Poconé, Livramento e Coxipó, todas localizadas na zona central. Segundo Leite (1992), Villasbôas sempre mantinha contato e visitava seus eleitores e em seu escritório em Cuiabá atuava junto aos populares.

Como citado anteriormente, quando no governo do general Caetano eclodiu uma luta armada, resultou na intervenção federal de 1917. A saída foi o estabelecimento de um acordo entre Pedro Celestino e Antônio Azeredo sobre o nome de D. Aquino,⁴¹⁶ eleito governador. Na Assembleia, Villasbôas foi líder do PRC e combateu o acordo, fazendo oposição ao governador. Foi o líder da Reação Republicana no estado, movimento a favor da candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em 1921, com a vitória de Bernardes, exilou-se na Bolívia. Nesse ano, também foi eleito deputado federal, mas não foi diplomado. Segundo Martins (s/d), Villasbôas apoiou as rebeliões tenentistas de 1922 e 1924. Elegeu-se deputado federal em 1927 e assumiu mandato, reelegeu-se em 1930, permanecendo até o Congresso ser fechado.

Após 1930, participou da Revolução Constitucionalista em Mato Grosso. Apoiou o general Bertoldo Klinger comandante militar da insurreição no estado, Villasbôas fazia a conexão entre os revolucionários do sul do estado e os da capital, sendo por essa razão detido em Corumbá -MS. Posteriormente, com a formação do Partido Liberal Matogrossense - PL, liderado pelo interventor Leônidas, tornou-se uma das principais lideranças dos anos 1930 e de seu partido, conseguindo mobilizar outros políticos. (ABREU, et al, 2010).

⁴¹⁵ Sobre sua trajetória política <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-33/167-nicolau-fragelli>; Acesso em 29/06/2018.

⁴¹⁶ Dom Aquino era formado em Teologia e defendeu doutorado em Roma, Itália. Foi arcebispo de Cuiabá em 1919 e membro da Academia Brasileira de Letras.

Foi um dos principais articuladores da candidatura de Mário Corrêa da Costa ao governo estadual, o que garantiu acordo para concorrer ao senado. (ABREU, et al, 2010). Também teve participação decisiva no somatório de forças para derrubar o governador Mário em 1937. No senado, quando o Brasil caminhava para tornar-se uma ditadura e Vargas solicitava aprovação de novo estado de sítio, Villasbôas foi um dos poucos que se manifestou contra. (CARONE, 1976a). Com o Estado Novo, tornou-se membro do Conselho Nacional do Trabalho em 1940. É importante destacar que ele compôs a elite política na maioria do período, menos no Estado Novo por não estar tão articulado com os Müller.⁴¹⁷ A aliança entre eles era mais frágil e os Müller sempre o viram com desconfiança, foi o imperativo de retirar Mário Corrêa da governadoria em 1936 que os uniu.

Com o fim da ditadura, optou pela UDN e rompeu com os Müller. Eleito senador em 1945, participou dos trabalhos da constituinte e promulgação da nova Carta. Na ocasião da cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, Villasbôas votou contra. (ABREU, et al, 2010). Reeleito senador em 1959, foi líder de seu partido e da minoria — formada pela UDN e pelo Partido Libertador -PL. Em 1962, concorreu ao Senado, mas não se elegeu.

Villasbôas iniciou sua carreira através do suporte das suas conexões políticas locais, o que habilitava para entrada na política. Mas não recebeu diretamente de ninguém transferência de herança política. Tinha a legitimidade de bacharel, com formação na capital federal. Tinha prestígio devido à carreira de advogado e renome por seu “notório saber”. Conforme relatos consultados (LEITE, 1992; NEVES, 2001a; BORGES, 2007), o advogado Villasbôas foi sempre lembrado como bom profissional, que ganhou causas históricas sobretudo por conseguido na Justiça Eleitoral a vaga de Senador de Filinto Müller, quando este já tinha sido diplomado. (apud LEITE, 1992, p.179).

Ademais, foi jornalista e escritor. Escreveu sátira contra políticos, entre eles contra o interventor Mesquita Serra, criticou Estevão de Mendonça⁴¹⁸ e Dom Aquino. Segundo a biografia de Villasbôas escrita por Leite (1992, p.31), “[..] tinha como máxima para suas críticas que, quando uma pessoa não tinha defeito, se lhe era atribuído um ‘posticho’

⁴¹⁷ Existia desconfiança dos Ponce e Müller em relação a Villasbôas. Segundo várias cartas, por exemplo o trecho de João Ponce para Filinto Müller: “[...] O Villasbôas é nulidade, só tem uma cousa: língua ferina. É sim mui velhaco em todos os sentidos. Ainda agora foi denunciado pelo promotor público num caso de ladroeira com uns turcos.” Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 Chp.MT pasta II, 24/03/1934. Carta de João Pedro de Arruda para Filinto Müller: “O am^o já deve saber que me refiro ao moleque Villasbôas, o homem capaz das maiores infâmias desde que lhe venha alguns vinténs.” Fonte: Fonte: idem, 04/01/1938.

⁴¹⁸ Historiador de Mato Grosso, escreveu *Datas Mato-grossenses* (1919).

para que dele se falasse”. Como resultado, adquiriu fama de crítico, opositor, temido, com “renome maquiavélico”, o “terrível” segundo seu contemporâneo Sebastião de Oliveira. (apud LEITE, 1992, p.156-159; 167). Em suas cartas no AFM possuía uma escrita argumentativa convincente orientando a bancada de deputados estaduais, entre eles experientes políticos como o ex-governador Estevão Corrêa.

Sobre casamento, Villasbôas casou-se duas vezes e aparentemente não adquiriu significativas vantagens econômicas ou políticas. Tudo indica que escolheu suas cônjuges, seu primeiro casamento foi com a viúva Vera Goulart, primeira esposa de um comandante da Marinha; este cargo conferia certo prestígio social já que a carreira de oficial da Marinha baseava-se num “padrão mais elitista de recrutamento” de seus oficiais em relação ao Exército (CARVALHO, 2005). Muito tempo depois, nos anos 1980, casou-se com a viúva sergipana Isabel Santiago de Carvalho.

Villasbôas exerceu longa liderança, mas, talvez seja o melhor exemplo da transformação em curso no período e da renovação da classe dirigente mato-grossense na década 1960. Criado na Primeira República, com uma cultura política na qual poucos eram considerados sujeitos da política, de família distinta, com educação típica da elite, Villasbôas teve dificuldades no período democrático com a participação política mais extensiva da população. O ex-governador José Fragelli relata a situação:

Os anos da política getuliana mudaram muito, senão, inteiramente, os costumes e as práticas da política brasileira, trazendo a participação popular para mais perto das decisões partidárias, que não puderam limitar-se como antes, às decisões das cúpulas. O político pós-1945 teve que descer à arena, na disputa quase corpo-a-corpo do eleitorado. Não era essa a especialidade do seguro mentor [Villasbôas] dos grandes lances das lideranças político-partidárias (LEITE, 1992, p.167).

Fragelli destaca que ele não foi um líder popular. Também corrobora essa visão o ex-governador Wilson Barbosa Martins. Ambos candidatos pela UDN em campanha em 1962, Barbosa Martins concorria a vaga de deputado federal e Villasbôas ao Senado. Segundo Barbosa Martins, Villasbôas teve “dificuldades de se comunicar com a massa” e “já não se sentia à vontade numa reunião popular.” A forma de fazer política tinha mudado, ainda mais após o governo de Juscelino Kubitschek, que tinha acabado em 1961. O ex-presidente com sua retórica sobre o moderno e sua habilidade de se conectar com a população, acabou ressaltando como alguns políticos eram antiquados. Na interpretação de Barbosa Martins (apud LEITE, 1992, p.184), com gravata, paletó e seu monóculo parecia retrógrado para população, um “político fora de época.” A competição democrática

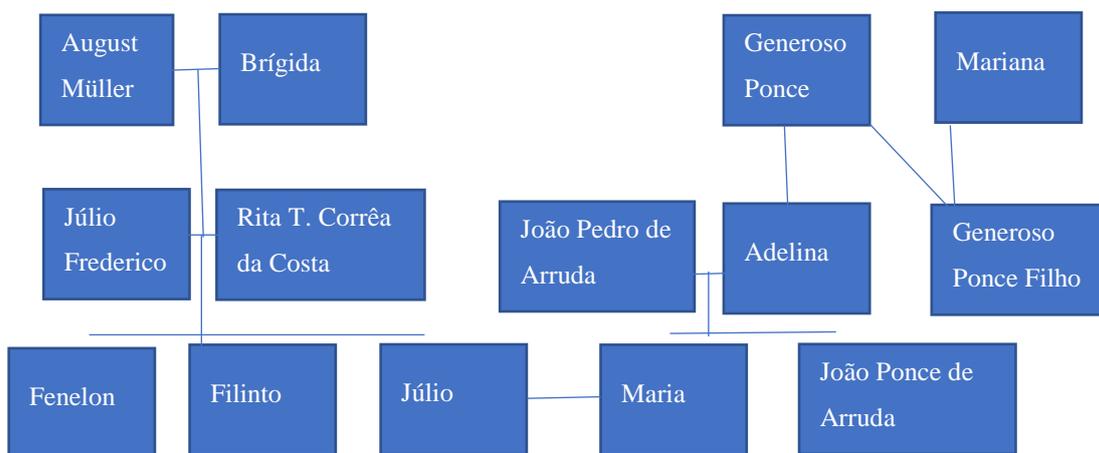
impôs novas práticas e o senador não se adaptou. Os políticos tradicionais perderam espaço.

Definitivamente, fez parte da elite política e foi uma das principais forças a articular candidatura e queda de interventores/governadores, bem como foi ator central nos acontecimentos de 1937. Em 1945 desfrutou de sua legitimidade com dois mandatos de senador. Indiscutivelmente tomava as decisões partidárias e orientava as bancadas. Vários políticos, como Aecím Tocantins e José Fragelli, atestam sua liderança e o consideravam seu mentor.

O ápice de sua carreira foi nos anos 1930 e o Estado Novo limitou as oportunidades de sua carreira. Na democracia sua liderança reduziu-se, tanto que nunca foi candidato a governador ou vice, embora mantivesse sua influência e respeito. Mas, não foi suficiente para ser eleito.

5.3.2- Müller e Ponce

Figura 2 - Genealogia Ponce e Müller



Os Müller descendem do alemão August Frederich Müller, que chegou no estado com uma bolsa para estudar medicina tropical em 1843. Em Diamantino-MT, August teve malária e foi tratado na casa do prefeito, um rico imigrante português, onde conheceu sua filha, a viúva Brígida de Vasconcelos Pinto. August e Brígida se casaram em 1848. Augusto Frederico faleceu com 33 anos devido à malária, deixou dois filhos Frederica Augusta e Júlio Frederico. (JUCÁ, 1998; ROSE, 2017). Júlio Frederico entrou para a família Corrêa da Costa por casamento com Rita Teófila, da união nasceram Frederica (1890), Fenelon (1892), Júlio Strubing (1895), Rita (1897) e Filinto Müller (1900). Essa união proporcionou aos Müller herança nas terras dos Corrêa da Costa, a fazenda Bom

Jardim.

Na Primeira República, os Müller não eram uma “poderosa família” como Rose (2017) afirma. Os Müller foram aliados dos Ponce. Em 1908, Júlio Frederico foi nomeado por Generoso Ponce prefeito de Cuiabá, também foi eleito deputado estadual por cinco vezes. Entretanto, Júlio Frederico não pertenceu a elite política da época, basicamente composta pelo restrito grupo de Generoso Ponce e Joaquim Murtinho. (ARRUDA, 2015).

Generoso Ponce (1852-1911) foi uma relevante referência para esse grupo. Ponce provinha de uma família sem recursos econômicos e políticos (MENDONÇA, 1973). Generoso Ponce ascendeu economicamente através de atividade comercial, trabalhou como caixeiro em uma casa comercial, com o tempo tornou-se sócio e teve algumas casas comerciais em Mato Grosso. (PONCE FILHO, 1952). Queiroz (1977) aponta a importância do comércio para o enriquecimento do coronel e para construir uma clientela, um importante meio de oferecer “favores”. Ponce pertenceu ao Partido Liberal -PL durante o Império e foi deputado provincial pela PL (1882 a 1889).⁴¹⁹ A Primeira República foi o auge de sua carreira. Eleito deputado estadual pelo Partido Republicano (1890 a 1899). Depois de liderar o conflito armado no estado em 1892 recebeu o título de coronel honorário da Guarda Nacional, entregue diretamente por Floriano Peixoto (PONCE FILHO, 1952). Também eleito senador (1894) e governador (1907-1908). Considerado um dos mais importantes líderes da época. (MENDONÇA, 1973).

Outro ponto precisa ser considerado sobre aliança Ponce e Müller, seu acesso à educação. A pesquisa de Frank (1999) considerou os dados educacionais dos mato-grossenses, somente 3% da população livre estava na escola pública primária em 1889 e apenas 1% das crianças em 1912 e 2% em 1912. Segundo ele, a maior mudança com advento da Primeira República foi o aumento das meninas em escolas primárias. Provavelmente porque a Constituição estadual de 1891 garantia apenas a gratuidade do ensino primário. (MATO GROSSO, 1891; MENDONÇA, 1974a, p. 59). Frank expõe os dados sobre o acesso aos estudos secundários: os meninos eram a maioria e as meninas foram poucas nessa fase educacional. Portanto, de modo geral a educação dos meninos era priorizada. Nesse sentido, quando uma família proporcionava a educação de todos filhos independente do gênero pode ser considerado um indício de boa situação econômica e distinção social. Mais especificamente, se a família proporcionou a educação

⁴¹⁹ Arquivo Biografia do Senador cedido pelo Congresso Nacional.

de suas filhas pode ser um dado a mais de diferenciação a ser considerado. Rita e Frederica eram alfabetizadas (RIBEIRO, s/d; AFM).

Na República foi criada uma instituição específica voltada para a formação de professores, a escola Normal (SAVIANI, 2004). Estudar em uma escola normal deveria contribuir para distinção. Maria Müller era formada pela instituição. No mesmo sentido, nesse contexto, exercer a profissão de professor era uma atividade prestigiosa. Por exemplo, Jucá (1998, p.27) caracterizou Júlio e Maria Müller como “Um ilustre casal de jovens professores.”

Sobre a educação do gênero masculino. Na Primeira República a situação da família não era próspera a ponto de proporcionar educação superior a todos os filhos homens. (ROSE, 2017). Felon estudou na escola Politécnica de São Paulo. Júlio não teve a mesma oportunidade, estudou no Liceu Cuiabano, era “bacharel em Ciências e Letras.” Júlio aos 19 anos lecionava na escola Modelo, também foi nomeado diretor do grupo escolar de Poconé, lecionou no Liceu Cuiabano e dirigiu o Grupo Escolar Barão de Melgaço e Escola Normal Pedro Celestino. Essas instituições proporcionam prestígio em Mato Grosso a ponto de não precisar cursar ensino superior por razoável tempo.

Enquanto o filho caçula pretendia estudar medicina, segundo Rose (2017), mas a família não tinha condições financeiras. Devido a essa dificuldade, Filinto entrou no Exército. Carvalho (2005) pontua que o recrutamento do Exército era mais aberto do que o da Marinha. Müller se alistou no 53º Batalhão do Exército de Lorena- SP em 1917 e após 17 meses se inscreveu na prestigiada escola do Realengo, no Rio de Janeiro (ABREU, et al, 2010; JUCÁ, 1998; ROSE, 2017).

Enquanto isso, Felon se formou engenheiro civil em 1918 e foi nomeado para trabalhar na ferrovia Noroeste, a ferrovia foi outra instituição que proporcionou vários recursos. Segundo Ribeiro (s/d) a nomeação se devia à influência de Pedro Celestino, seu parente. Em Três Lagoas participou do começo da construção da ponte sobre o rio Paraná e foi nomeado prefeito da cidade pelo governador Pedro Celestino em 1924. O governador Mário Corrêa da Costa, seu primo de 2º grau, o nomeou prefeito de Cuiabá em 1927, função que exerceu até 1930.

O Müller mais jovem completou sua formação em Realengo em 1922, obteve primeiro lugar de sua turma.⁴²⁰ Por essa razão, recebeu medalha do então ministro da guerra Pandiá Calógeras. A formação de Müller em Realengo consolidou a sua percepção

⁴²⁰ Segundo Luís Carlos Prestes, Filinto trapaceou para conseguir a posição. Rose (2017) afirma que era uma prática comum entre os formandos.

de que estes oficiais eram a elite apta a conduzir o Brasil, a partir de um diagnóstico negativo da política da Primeira República. Segundo Rose (2017, p.38) teria afirmado que “todo governo é corrupto”, “a estagnação econômica e a depravação são responsabilidades de um pequeno grupo”, “a solução é uma ditadura que iria fazer de tudo uma tábula rasa.” Realmente ali estavam vários futuros líderes do século XX, a instituição foi fundamental para a carreira de Filinto, pois ali conheceu: João Alberto Lins de Barros, Arthur da Costa e Silva, Humberto de Alencar Castelo Branco, entre outros.

O tenente Filinto Müller apoiou a rebelião de julho de 1922. Como punição, ficou preso na Fortaleza de Santa Cruz e liberado no fim do ano. Mas, foi transferido para o Regimento de Artilharia Mista em Campo Grande-MT, sem ser rebaixado. Em 1923, foi promovido a primeiro-tenente e transferido para Osasco-SP. Em São Paulo, Joaquim Távora, rebelde de 1922, orquestrava novo movimento contra o presidente Bernardes, ao lado do general Isidoro Dias Lopes, do oficial da força pública paulista Miguel Costa, do capitão Newton E. Leal, entre outros. Müller participou das conspirações tenentistas e da rebelião São Paulo em 1924.

Também estava entre os rebeldes que saíram de São Paulo rumo ao Mato Grosso e depois dirigiram-se ao Paraná. Filinto dirigia uma unidade de artilharia, sob comando de Juarez Távora. No Paraná sofreram perdas, mas conseguiram se reagrupar e até a chegada de outro contingente vindo do Rio Grande do Sul, liderado por Luís Carlos Prestes. Os líderes conjecturaram sobre a atuação futura do movimento, Isidoro Dias Lopes sugeriu que eles se exilassem, mas Prestes e Miguel Costa propuseram uma guerra de movimento. Em dia 03 de abril, Isidoro deu permissão aos seus oficiais, Miguel Costa e Prestes para escolher o que fazer. Assim, Isidoro, Filinto Müller, Estilac Leal e vários outros seguiram para Paraguai e depois Argentina.⁴²¹ (ROSE, 2017). Enquanto Prestes e Miguel Costa iniciaram a Coluna, que entre 1925 a 1927, percorreu o interior do país.

⁴²¹ No Paraná ocorreu o desentendimento de Filinto Müller com Prestes e Miguel Costa e a polêmica expulsão dele da Coluna. Sodré (1980) mostra a nota de expulsão de Filinto em 25 de abril de 1925, assinada por Miguel Costa. E ainda Prestes acusou Müller de roubar dinheiro e abandonar a Coluna. Em defesa de Müller, seu sobrinho Gastão Müller afirmou que Filinto nunca fez parte da Coluna, pois Prestes convidou vários oficiais para integrar, mas ele não viu razão na proposta e foi com companheiros para a Argentina (*apud* NEVES, 1988). Maria Luiza Müller, filha de Filinto, afirmou que Prestes e Miguel Costa ficaram contrariados por perder um “bom oficial”, por isso, expulsaram Filinto. Mas, dos vários militares que deixaram o Paraná, apenas Müller e João Cabanas têm o registro de seus banimentos. Rose (2017, p.64-5) explica que o descontentamento se relacionava com dinheiro. Em São Paulo os rebeldes recolheram dinheiro da Força Pública e dividiram entre o alto escalão para sustentar as tropas. Antes de Isidoro ir embora, dividiu sua parte entre seus oficiais: Padilha, Miguel Costa, Prestes e Estilac Leal. Como Leal estava debilitado, Müller recebeu a quantia por ele, pois era seu chefe de gabinete. Mas a saída de Müller representava que parte do dinheiro de Leal não ficaria com Prestes e Miguel Costa. Por isso as acusações de roubo, Prestes também o acusou de desestimular os participantes da Coluna, falando que a revolução

No exílio na capital argentina, Müller e outros brasileiros viveram com dificuldades. Müller recebeu ajuda do mato-grossense, Heitor Mendes Gonçalves,⁴²² gerente da Companhia Mate Laranjeira, que pagou o depósito de um galpão. Nesse local, junto com Leal montaram um estacionamento e lavavam carros. Mas o negócio não prosperou, e Müller perdeu o depósito. Então, passou a trabalhar como motorista. (ROSE, 2017).

Na Argentina, Müller conheceu a imigrante espanhola Consuelo Lastra. Em 1926, se casaram e mudaram-se para o Rio de Janeiro. Müller ainda era procurado pelo governo brasileiro pela participação na Rebelião de 1924 e continuou se escondendo até que questões familiares o motivaram a se entregar (ROSE, 2017). Enquanto esteve preso na fortaleza de Santa Cruz, sua filha Maria Luiza nasceu. Somente em outubro de 1929 teve liberdade condicional. Como seu soldo de tenente era insuficiente para sustentar a família, trabalhava como vendedor da loja Mesbla oferecendo produtos de porta em porta.

Enquanto isso, o país se preparava para última eleição da Primeira República, quando concorreram Getúlio Vargas pela Aliança Liberal e Júlio Prestes. As candidaturas causaram divergências no clã Müller. Enquanto, Júlio Frederico e Fenelon apoiavam candidato oficial, Filinto e Júlio apoiaram Vargas. Posteriormente, Filinto foi convidado a participar das conspirações da Revolução, mas, preferiu não se envolver. (ROSE, 2017).

Com a vitória da Revolução, Filinto apoiou o Governo Provisório. A partir daí sua carreira começou a progredir e, em outubro de 1930, conseguiu um emprego no Ministério da Guerra, bem como juntou-se ao Clube 03 de Outubro.⁴²³ Com a nomeação de João Alberto para interventoria de São Paulo, o interventor convidou Filinto para ser seu secretário em 1930-31, permanecendo por pouco tempo no cargo. Quando Müller retornou ao Rio de Janeiro trabalhou no Ministério da Guerra. Com a Revolução de 1932, João Alberto e Müller trabalharam com os militares legalistas paulistas. Nesse contexto, João Alberto levou Müller ao Catete, onde conheceu Vargas. Lutando nos fronts legalistas, Müller atuou em um batalhão de artilharia sob comando de Estilac Leal, chefiado por Góis Monteiro (ROSE, 2017).

estaria perdida, promovendo deserções. Rose (2017) destaca que Müller tinha patente inferior a Miguel Costa e Prestes, o que pode ter contribuído para a irritação. Müller realmente seguiu com o dinheiro, mas utilizou segundo as ordens de Isidoro para pagamento de transporte de seus homens até Buenos Aires.

⁴²² Isso pode ter contribuído para a carreira de seu filho no PSD.

⁴²³ O Clube 03 de Outubro, a Liga Nacional e a Legião de Outubro foram tentativas pós- Revolução de se estabelecer um partido nacional baseado nos ideais tenentistas, em oposição aos partidos regionais e as oligarquias fragmentadas dos estados. (PANDOLFI, 1980).

Com a vitória do Governo Provisório, João Alberto convidou Müller para novamente trabalharem juntos, nomeando-o inspetor na Guarda Civil. No início, Müller cuidava da emissão de carteiras de motorista e também foi promovido a capitão. (ROSE, 2017). João Alberto não simpatizava com a chefatura da polícia,⁴²⁴ se candidatou à Assembleia Nacional Constituinte em 1933. Então, Filinto assumiu a chefia da polícia do Distrito Federal.

O cargo de chefe de polícia (1933-1942) foi o auge da carreira de Filinto Müller, especialmente no Estado Novo. Conseguiu a promoção em virtude da indicação de João Alberto, bem como por compartilharem as convicções políticas da Revolução. De modo algum, foi nomeado por ser “Müller”. Nesse sentido, Realengo e seus contatos militares foram fundamentais para sua carreira. João Alberto o apresentou a Góis Monteiro e a Vargas. No Estado Novo, Góis Monteiro e o general Eurico Dutra apoiaram Filinto (GARCIA, 1994), sempre um aliado do Exército. Cabe ressaltar que Filinto não teve a mesma força política destes generais, nem teve o mesmo prestígio de João Alberto.

Júlio Müller em grande medida entrou para elite política por compartilhar os valores que foram estabelecidos com a Revolução de 1930. Um ponto a frisar é que sua carreira foi construída em parte independente dos progressos de Filinto na capital federal. Em 1930, Júlio foi nomeado prefeito de Cuiabá por ter votado na Aliança Liberal.⁴²⁵ Nesta época, Filinto não conhecia Vargas, nem Góis Monteiro. Por vezes, Filinto também recorria a Dutra (ROSE, 2017; GARCIA, 1994), mas o militar ainda não participava do governo.⁴²⁶ Portanto, não tinha força política para contribuir com a indicação do irmão. Depois Júlio foi nomeado por Leônidas de Matos para a chefia de polícia do estado em 1932, o que em parte pode ter sido por causa do prestígio de sua família no estado e por seu capital cultural, mas não por causa de Filinto, que nem era chefe de polícia. Em 1934, foi eleito deputado estadual pelo PE, a vitória do partido decorria do somatório de forças dos Müller, Vespasiano B. Martins e Mário Corrêa. Mas, quando Júlio foi eleito governador através de um acordo entre os deputados estaduais, aí a posição do irmão pode ter contribuído, pois, os recursos repressivos do chefe de polícia cresciam desde 1935 e

⁴²⁴ Segundo Alzira Vargas (PEIXOTO, 2017, p.400) João Alberto “[...] jamais escondeu de ninguém e disse isso na minha frente e de várias pessoas, que o cargo de chefe de Polícia era antipático para quem desejava, como ele, fazer carreira política. Desejava ser o sucessor de Getúlio Vargas ...”

⁴²⁵ Conforme Maria Müller (apud NEVES, 2001) quando o interventor Mena Gonçalves assumiu em Mato Grosso, quis saber quais pessoas votaram na Aliança, assim, Júlio foi nomeado prefeito de Cuiabá.

⁴²⁶ Dutra não apoiou a Revolução de 1930, como punição foi mandado para Ponta Porã -MS. O general Bertoldo Klinger interveio por ele e em 1931 foi para Minas Gerais. Combateu a Revolução Constitucionalista e foi promovido com recomendação de Oswaldo Aranha. Em 1936, nomeado ministro de Guerra. Era ligado ao general Gois Monteiro (ABREU, et al, 2010).

os Müller já eram a facção dominante em janeiro de 1937, o que os políticos atribuíram a Filinto.⁴²⁷

Diferentemente, Felon Müller estava mais vinculado às práticas e aos vícios republicanos que os irmãos mais jovens. Segundo João Ponce, era “[...] até bem recentemente reacionário extremado.”⁴²⁸ Todos os cargos exercidos por Felon vieram de indicações de seus parentes governadores e a interventoria em 1935 pode ser atribuída a Filinto, já que os documentos mostram que foi apresentado pelo irmão a Vargas. Felon se orgulhava de pertencer ao clã que o projetou politicamente, “[...] os Müller a celebre oligarquia que tem quatro umbros [sic]!”⁴²⁹

Também compunham o grupo a família Ponce. Mas é importante pontuar que após a Revolução de 1930 a ordem de importância política na composição se altera, com os anos Vargas os Müller foram os mais relevantes. Todos Ponce ressaltaram seu parentesco com os Müller e escreviam para Filinto pedindo orientação e favores. Com base na documentação consultada, Generoso Ponce Filho, João e Maria Ponce de Arruda tiveram participação mais acentuada na oligarquia.

Cumpramos ressaltar a socialização desse grupo para o mundo político. Ponce Filho (1963) aprendeu a comportar-se politicamente sob as regras institucionais da Primeira República, o que também envolvia promover a luta armada. Seu pai o levava para acompanhar os levantes políticos. Conforme suas próprias palavras:

Não posso admitir deserção nossa, em plena luta; se não se faz uma pacificação real, em bases amplas ficarei lutando até o fim para vencer ou ser aniquilado porque não compreendo fugir-se o dever de pugnar desvallecimento, só porque a sorte nos foi adversa. [sic]⁴³⁰

O trecho trata da vitória eleitoral de Mário Corrêa da Costa ao governo estadual, quando os Müller e Ponce estavam na oposição. Ponce Filho demonstra nenhuma disposição em aceitar o resultado eleitoral. A luta deveria seguir até atingir o objetivo final, comando da política estadual, caso contrário, seria preferível “ser aniquilado.” Esses ideais representam fielmente a vida de Generoso Ponce, que não aceitou “a sorte adversa” e mergulhou o estado em conflitos armados.

⁴²⁷ Conforme citado, Filinto Müller recebeu várias felicitações nesse sentido.

⁴²⁸ Carta de João Ponce para Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp/MT Pasta III, 20/04/34.

⁴²⁹ Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp/MT Pasta III, 17/06/35. Diferente de Filinto Müller que morava na capital federal, Felon se considerava: “[...] uma alma indominável de Jeca com me apego invencível a gleba nativa.” Carta de Felon Müller para Mesquita Silva. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp/MT Pasta III, 04/01/35.

⁴³⁰ Carta de Ponce Filho para João Ponce. Fonte: FM 36.02.12 chp.mt pasta I 26/09/36.

A inserção de Ponce Filho na classe dirigente se devia, em parte, por ser filho do lendário político, mas principalmente por suas relações familiares com os Müller. Tanto foi assim que ele não teve cargos na Primeira República, somente em 1933 e 1935. Ainda que acreditasse ter direitos de dirigir a política mato-grossense, os anos Vargas frustraram a expectativa, Ponce Filho teve papel secundário e subordinado a Filinto Müller. Ponce Filho não fazia parte da elite política. Como mostrado na seção anterior, no pós-1945, sua rebelião contra os Müller, levou a expulsão da Dinastia e ao fim de sua carreira política. Depois do rompimento com os Müller tentou se reeleger deputado federal em 1947, mas não conseguiu.⁴³¹

Melhor sucedido, João Ponce se opunha às práticas políticas da Primeira República e também compartilhava dos “ideais da Revolução.” Desenvolveu relação de cumplicidade com Filinto e Júlio Müller, ao passo que achava as ações do tio Generoso típicas dos “conchavos ... da República Velha.”⁴³² Juntamente com Filinto e Júlio, se considerava parte dos “moços da República Nova”,⁴³³ era essa afinidade da busca pelos “verdadeiros caminhos da Revolução”⁴³⁴ os uniram. Suas convicções políticas de apoio a Vargas, sua educação de membro da elite política – também perceptível em sua irmã Maria-, e principalmente a parentela Müller possibilitou o início precoce de uma longa carreira política, que teve seu ápice no período democrático.

Sobre o casamento dos Müller-Ponce, Filinto e João Ponce estiveram menos presos às lógicas tradicionais de aliança política. Filinto escolheu uma parceira estrangeira, Consuelo, o casamento não lhe deu vantagens políticas e tudo indica que nem econômicas (ROSE, 2017). João Ponce de Arruda casou-se com Hélia Vale de Arruda, não foi encontrada informações suficientes sobre sua família e os Vale não foram citados no livro Genealogia Mato-grossense (1992), o que indica que não eram “tradicionais.” A primeira dama Hélia continha atributos esperados para o cargo, como realização de trabalhos de assistência social.⁴³⁵ Por outro lado, Júlio e Fenelon escolheram esposas em “ilustres” famílias. Fenelon casou-se com Alzita de Matos, uma das “famílias tradicionais”, segundo Mesquita (1992).

⁴³¹ TRE-MT. Secretaria de Coordenação Eleitoral. Resultado das Eleições 1947.

⁴³² Carta de João Ponce para Filinto Müller. “[...] não concordo com essa maneira de ‘conchavos’ e conciliações muito própria da República Velha. O Generoso tem um pendor especial para isso, o que me irrita. Parece que só pensa em si, temendo não continuar gozando das delícias da cadeira de deputado”. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp/MT Pasta III, 20/04/34.

⁴³³ Idem.

⁴³⁴ Carta de João Ponce para Filinto Müller. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp/MT Pasta III, 20/03/1934.

⁴³⁵ Segundo relato de sua sobrinha. <<http://martinhapreta.blogspot.com/2015/08/aniversario-de-90-anos-de-tia-helia.html>>. Acesso em 04/07/2018.

Uma questão precisa ser respondida sobre os irmãos Müller, por que Júlio foi melhor sucedido nos anos Vargas do que Fenelon? Ambos disfrutavam da mesma situação de irmão do chefe de polícia de Vargas e Fenelon era o mais velho, teria a primazia devido hierarquia de uma ordem tradicional. Já foi citado que Filinto preferia Júlio no executivo estadual, Fenelon só foi candidato do PE por causa do apoio de Mário Corrêa. A resposta está na própria atuação de Fenelon que persistiu nas práticas de perseguir adversários,⁴³⁶ tanto que os políticos que apoiaram Mário Corrêa tiveram que se refugiar no 16º Batalhão de Cavalaria (MENDONÇA, 1974a). O episódio não foi tolerado pelo governo Vargas, sendo demitido.

Além disso, Vespasiano B. Martins relatou que Fenelon ao perceber sua derrota na eleição de 1935 solicitou que o Sul se levantasse “para fazer resistência armada.”⁴³⁷ Ademais, não motivaria nem mesmo seus partidários,⁴³⁸ que preferiam Júlio, segundo a percepção de João Ponce. Como resultado, acabou sendo uma opção inviável para a competição política. Mas, tudo indica que essa foi sua escolha também, ao menos no pós-1945, pois, Fenelon escreveu que preferia sair do jogo a ter que fazer uma política próxima ao povo.⁴³⁹ Por toda sua vida utilizou as conexões advindas do nome Müller, pediu empregos e favorecimentos para si e para os seus.

Enquanto Júlio foi um varguista convicto (JUCÁ, 1998), um homem rígido, com pouca maleabilidade e capacidade de negociação,⁴⁴⁰ um político que agia mais de acordo com as emoções do que com frieza calculista.⁴⁴¹ Quando Filinto recebia reclamações do irmão interventor, hesitava em questioná-lo, ao menos em cartas. Quando tinha um assunto delicado para resolver, por vezes, Filinto pediu para João Ponce fazer a negociação. Júlio também mostrou uma percepção autoritária ao não aceitar as escolhas eleitorais dos conterrâneos, esperava alguma retribuição das “dádivas” oferecidas por sua família.

⁴³⁶ Segundo Manifesto de Mário Corrêa da Costa, nas eleições complementares de maio de 1935, Fenelon Müller foi implacável com aqueles que se opunham à sua candidatura. Enviou um militar ao Sul fazer “alchimia de votação”. Fonte: CPDOC, FM 33.2.28, s/d.

⁴³⁷ Vespasiano B. Martins respondeu que se houvesse garantia de que as tropas federais não defenderiam o governo eleito, “eu promoveria o levante”. Mas, Filinto não garantiu isto e Vespasiano retirou a participação. Fonte: CPDOC, FM 33.04.02 cfp.mt pasta XXVI, 15/09/35.

⁴³⁸ João Ponce informa uma lista de leais companheiros que não votariam em Fenelon, como Filogonio Corrêa, Agrícola P. de Barros e Gabriel Martiniano. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp/MT Pasta III, 01/04/1935

⁴³⁹ Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta V, -/10/1946.

⁴⁴⁰ Quando interventor, não permitiu jogos de azar na exposição agropecuária do estado, Filinto gostaria fosse permitido e designou Ponce para convencer Júlio. Segundo Ponce, o cunhado estava “sendo intransigente com jogos”. Fonte: CPDOC, FM 45.01.16 ap Pasta , 19/05/45.

⁴⁴¹ Depois que Vespasiano B. Martins rompeu com os Müller, Júlio teria se negado a cumprimentá-lo, segundo Gastão Müller (apud NEVES, 2001b).

O momento ápice da carreira de Júlio foi no Estado Novo, diferentemente de outros ex-interventores ⁴⁴² nunca mais se elegeu. O que poderia explicar o declínio de sua carreira política? Talvez comparar com um caso bem-sucedido ilumine as diferenças, por exemplo Ademar de Barros, ex-interventor paulista. Quando na interventoria, Ademar promoveu renovação das lideranças municipais, inclusive nomeou imigrantes. Realizou inúmeras obras na capital e não descuidou do interior, abriu créditos especiais para obras de saneamento e facilitou o pagamento. Ao inaugurar as obras entrava em contato direto com os populares e ainda fazia no rádio a ‘Palestra ao pé de fogo’ destinada ao interior paulista. Com a democratização, Ademar Barros usou do aparato da interventoria para criação da estrutura de seu Partido Social Progressista – PSP (SOUZA, KERBAUY, TRUZZI, 2003), graças a ele o partido teve projeção nacional (LIMA JÚNIOR, 1983). Foi eleito em 1947-1951 governador de São Paulo e reeleito em 1963-1966.

Resguardadas as inúmeras diferenças sociais, econômicas e políticas dos dois estados, Ademar foi um exímio político e pretendia ser presidente da República (SKIDMORE, 2010). Enquanto Júlio parecia cumprir um chamado ou um dever revolucionário do que propriamente entendesse sua atividade como política, visto que, na época, a ideologia vigente percebia de forma negativa a política e os partidos (SOUZA, 1990). Após 1945, teve dificuldade de aceitar os desígnios populares e mostrou descrença na democracia,⁴⁴³ aparentemente a “decepção” com o povo diminuiu suas ambições políticas no pós- 1945. Não percebeu que perder eleições fazia parte das regras democráticas.

Além do mais, ao contrário do investimento de Ademar na população interiorana, Júlio não soube mediar as questões regionais mato-grossenses e preocupou-se menos com o interior, ou seja, a maior parte da população. São várias as reclamações dos sulistas sobre boicotes da parte do interventor contra Campo Grande. Enciso (1986, p.80) relata dificuldades para trazer o Sesi para a cidade, segundo ela: “[...] procurei falar com o Interventor, entregando-lhe o seu ofício. E desse dia, até o dia 9, fiquei tratando do assunto [isenção de impostos]. Não havia nenhum interesse no caso.” Martins (s/d) também deu vários exemplos nesse sentido, mas, pontua que ao menos João Ponce o encontrou e ouviu suas reivindicações.

⁴⁴² No Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães se elegeram. No Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto. Do Rio Grande do Sul, Osvaldo Cordeiro de Farias. No Amazonas, Álvaro Botelho Maia.

⁴⁴³ Carta de Júlio para Filinto Müller, conta que a eleição em Cuiabá com 50% de abstenção, segundo ele, “povo está saturado de democracia.” Fonte: FM 45.01.16 ap Pasta VIII, 10/10/47.

Júlio se empenhou na tarefa de desenvolver a capital e a consolidar como tal. Mas os próprios cuiabanos não o elegeram prefeito em 1958. Para Mário Vieira Neto, da UDN, isso ocorreu pela falta de habilidade da parte do interventor no trato com os populares, por exemplo, com os nordestinos que viviam na periferia da cidade. Enquanto Ponce tinha maior competência política em lidar com o povo. Como resultado, os populares se voltaram contra o interventor:

Ponce era mais político, pensava em continuar a fazer política. Talvez isso não passava na cabeça do Júlio. A verdade é que essa gente [migrantes nordestinos] chegava ao Ponce e ele procurava encontrar uma maneira de agradar: dava alguma contribuição para o pessoal pudesse continuar a caminhada e corrigia as coisas (apud NEVES, 2001, p.76).

Realmente, Júlio Müller não utilizou os recursos que dispunha, acostumado com contexto autoritário reprimiu a oposição e não aceitou os questionadores. Não assimilou as mudanças das regras democráticas, tentou controlar o PTB mato-grossense e acabou perdendo a presidência do partido. Após 1945 sua participação política foi reduzida.

Enquanto Júlio Müller era intransigente e “enojado” dos conterrâneos, João Ponce tornava-se um dos principais homens de Filinto Müller em Mato Grosso a partir de 1945. Sua posição na oligarquia crescia desde as lutas dos anos Vargas, de uma posição subordinada se tornou independente chegando a desobedecer Filinto no regime militar. Ponce foi o que menos sofreu com desgaste do Estado Novo, se reelegeu deputado federal quatro vezes e também eleito governador; o período democrático foi o ápice de sua carreira. Ponce se não se achava tão ilustre a ponto de evitar o contato com a população e se adaptou às mudanças das regras institucionais de cada período. Por exemplo, explicou a Filinto Müller a necessidade de promover auxílios aos eleitores nos dias de votação, seu pragmatismo não viu empecilhos em frustrar os “ideais da Revolução” e praticar os vícios que criticava, como sugerir compra de votos. Com a Ditadura Militar, no Congresso votou contra permanência de Castelo Branco na presidência, contrariando orientação de Filinto. Segundo seu irmão Hélio Ponce de Arruda, isso pôs fim a sua carreira (apud NEVES, 2001b). Em 1966, não se elegeu ao senado.

O grupo desfrutou das vantagens de serem a situação durante a ditadura, mas também tiveram que traçar estratégias a fim de lidar com o peso político do Estado Novo. Filinto Müller ficou marcado negativamente pelo cargo de chefe de polícia, por causa da

tortura sistemática de presos políticos e da deportação da judia comunista Olga Benário⁴⁴⁴ para Alemanha nazista. Na interpretação de Rose (2017), Filinto não tinha como exercer papel diferente do que Vargas exigia, de acordo com sua pesquisa, o chefe de polícia até libertou um espanhol acusado de ser comunista em 1933, mas isso seria impossível posteriormente. Também pontua que o problema da violência policial não se iniciou no país com Filinto, os chefes de polícia de Arthur Bernardes e Washington Luís também foram violentos com a população.

Mas é inegável sua responsabilidade, sobretudo a de Vargas, na prática de tortura contra presos políticos.⁴⁴⁵ (CARONE, 1976a). Segundo Rose (2017), Filinto alegou não ter dado ordens de tortura, e a maioria das vítimas afirmou que ele não participava das “sessões”, que aconteciam após o fim de seu expediente. Mas Müller sabia quando seus agentes utilizavam “medidas extremas”, código que significava tortura segundo Rose. Müller também alegou não ter conferido a situação dos presos.

Um ponto significativo, Filinto Müller controlava postos de emprego, especialmente na polícia Central. Tal fonte de recursos, em boa medida, oferecido aos conterrâneos e parentes. Entre eles, o Quadro Móvel foi uma instituição não oficial e pouco conhecida. Garcia (1994), assistente pessoal de Müller e que lá também trabalhou, apenas cita que era um setor especializado da polícia, comandado por Civis Müller, sobrinho de Filinto. Em sua pesquisa, Rose (2017) mostra que o Quadro Móvel fazia um trabalho de espionagem, monitorando através de escutas telefônicas e vigilância de

⁴⁴⁴ Segundo Alzira Vargas, contra governo de seu pai pesava a deportação de Olga Benário. (PEIXOTO, 2017). Olga era companheira de Luís Carlos Prestes, esteve presa no Brasil até agosto de 1936. Mesmo se declarando casada com Prestes e grávida, o que lhe daria direito de permanecer no país, foi expulsa e entregue para Alemanha nazista, com ato assinado por Vargas. (SEITENFUS, 2003). Filinto como qualquer funcionário poderia sugerir a extradição, mas não tinha poder decisório. Foi acusado de tê-la enviado para a morte, por causa de sua rivalidade com Prestes. Sobre o assunto Filinto se defendeu: “Fui convidado para uma reunião ministerial e notificado de que deveria levar esclarecimentos sobre a situação das mulheres estrangeiras presas, que eram Olga Benário, alemã, Carmem Ghioldi, mulher do chefe do Partido Comunista da Argentina e a esposa de Harry Berger. Levei a documentação à reunião ministerial. Houve longo debate. Fiquei contra a expulsão. Ao final, decidiu-se que as estrangeiras seriam expulsas.” Fonte: Jornal do Brasil, 17 de novembro de 1969.

⁴⁴⁵ David Nasser em seu livro *Falta Alguém em Nuremberg* (1945) descreveu inúmeras formas de tortura cometidas, segundo ele, a mando de Filinto Müller e Vargas. Nasser teria escrito o livro para executar vingança desejada por seu patrão, Assis Chateaubriand. Segundo Garcia (1994), Chateaubriand tinha problema de ordem pessoal com Vargas e Filinto. O empresário teve uma amante argentina, Corita Acuña, com quem teve uma filha, Teresa. Quando se separaram, Corita não pode ficar com a criança. Então, Corita procurou Consuelo, a fim de recuperar a criança sequestrada pelo magnata. Filinto levou a situação a Vargas. Após negociações, o ditador promulgou uma lei de família que dava legitimidade do pai sobre os filhos ilegítimos fora do casamento, porém, Chateaubriand queria também expulsar Corita do país. Para Garcia (1994), Chateaubriand usava seus jornais para fazer vingança pessoal, aí contratou Nasser para escrever o livro. Claro que a polícia utilizou tortura contra presos, aliás testemunhada pelas vítimas, durante a CPI no Congresso Nacional. Mas o livro tinha suas motivações e foi acusado de faltar com a verdade em determinados momentos.

peessoas a fim de juntar informações sobre aqueles considerados inimigos do governo. O Quadro Móvel mantinha um arquivo dos indivíduos, quando um cidadão iria assumir emprego público ou tirar passaporte, o chefe de polícia atestava com certidão se a pessoa era ou não comunista.

Ainda sobre Filinto, é importante destacar sua queda do cargo que mais lhe deu recursos e prestígio. Em 1942, Vargas sofreu um grave acidente e ficou impossibilitado de aparecer em público. Nesse período, a cúpula do governo começou travar disputas, de um lado, o grupo formado por Oswaldo Aranha,⁴⁴⁶ de outro, os militares com Góis Monteiro⁴⁴⁷. Durante sua vida, Filinto teve várias rivalidades pessoais e passou a disputar com Oswaldo Aranha; Filinto pode ter prosseguido com a rixa pois contava com apoio de Góis Monteiro e Dutra. A oposição entre eles envolveu vários episódios, da parte de Aranha, o ministro e a embaixada americana considerava que Müller exagerava na ameaça comunista (ROSE, 2017). Da parte Müller, a polícia controlava sua correspondência, além de constranger seus amigos e parentes, e ainda, Filinto intimou Aranha comparecer na polícia. Vários outros desentendimentos se seguiram em 1942, por fim, em junho Filinto Müller proibiu um protesto contra as forças do Eixo, mas Vargas garantiu a realização da manifestação. (ROSE, 2017; ABREU, et al, 2010).

Filinto Müller não desistiu, resolveu convencer o ministro interino de Justiça, Vasco Leitão Cunha, a proibir a manifestação. Conforme Garcia (1994), Cunha era indicação do interventor Peixoto Amaral, genro de Vargas, aliado de Aranha e estaria interferindo no trabalho da polícia. Descontente, Filinto Müller teve discussão com Leitão Cunha e mostrou um revólver,⁴⁴⁸ o ministro mandou prender o chefe de polícia, que ficou em prisão domiciliar por 48 horas. Conforme Garcia (1994), Filinto apresentou carta de demissão, Dutra e Góis Monteiro em solidariedade também entregaram carta de demissão. Para contornar a situação, Benjamin Vargas foi designado para estabelecer um acordo: Filinto sairia da polícia,⁴⁴⁹ Dutra e Góis Monteiro voltaram para o governo, mas

⁴⁴⁶ Filinto se mostrou competitivo em várias ocasiões. Além da rixa com Oswaldo Aranha e os problemas com Prestes, foi adversário de Miguel Costa, Pedro Ernesto, também competiu com Lourival Fontes, responsável pelo Departamento de Imprensa e Propaganda -DIP. (ROSE, 2017).

⁴⁴⁷ Também havia atrito por causa da a posição do Brasil na II Guerra Mundial (1939-1945), até então o país estava neutro. Aranha apoiava os Aliados (Inglaterra, Rússia, Estados Unidos) e os militares, ainda que não houvesse consenso nas Forças Armadas, tendiam pela neutralidade. À medida em os Aliados começaram a vencer a guerra, a partir de 1942, Aranha se fortalecia e Filinto se enfraquecia. O Exército, em demonstração de apoio, o promoveu a major. (ABREU, et al, 2010; SEITENFUS, 2003; ROSE, 2017).

⁴⁴⁸ Segundo Rose (2017), no ano anterior Dutra tinha mostrado uma arma para Aranha, acusando-o de seguir os norte-americanos. Dutra foi impedido de agir violentamente pelas pessoas de seu gabinete.

⁴⁴⁹ Quando deixou a polícia, seus protegidos passaram a sofrer perseguição do novo chefe de polícia. Philadelpho Garcia, seu secretário, foi preso. Müller pediu a intervenção de Dutra, que levou a questão para

condicionaram a demissão de Francisco Campos, Leitão Cunha e Lourival Fontes, chefe do DIP. Vargas demitiu todos.

No dia seguinte após sua demissão, Müller estava empregado no Ministério de Guerra como chefe de gabinete de Dutra, onde permaneceu por um ano. Após convite de Alzira Vargas, aceitou ser presidente do Conselho Nacional do Trabalho – CNT em 1943. Sobre o período existe grande documentação no CPDOC, segundo Rose (2017) a maioria não tinha relações com objeto do conselho, e sim vários pedidos de emprego, favores e dinheiro, sobretudo de mato-grossenses. O autor ainda relata ocorrência de duplos pagamentos, utilização de contatos pessoais e recusa de o presidente conceder benefícios aos seus desafetos.

Por sua vivência na capital federal, entre outros motivos, Filinto era diferente de seus conterrâneos políticos tradicionais. Sua escrita era simples, direta e compreensível como deveria ser a de um oficial do Exército, diferente dos “notáveis” em busca do louvor de sua família. Pragmático, tinha compreensão de que era preciso considerar os sulistas e não demonstrava ser preso a lealdades ou emoções bairristas ligadas à sua cidade natal, como Júlio Müller. Em relação aos irmãos e parentes, Filinto sem dúvidas foi o centro de comando da oligarquia, nos momentos decisivos Júlio clamou pela presença do irmão. Na opinião de Maria Müller:

[Filinto] era um político como eu não desejava que ele fosse. Porque, para conseguir alguma coisa, até com o Júlio, se não entrasse em acordo ... eram adversários políticos. O Júlio era mais administrador, mais executivo que político. O Filinto era extremamente político, mas com muito amor a terra natal (apud NEVES, 2001b, p.249).

Segundo Garcia (1994, p. 55), seu chefe era alguém que “[...] nunca grita, fala baixo e não mostra expressões na face, no máximo levanta sobrancelha.” Philadelpho Garcia foi um jovem que procurou Filinto em busca de emprego na polícia nos anos 1930 enquanto estudava Direito. Durante eleição de paraninfo de sua turma, tendo a Universidade vários opositores da ditadura, Filinto lhe disse: “[...] você vai fazer o presidente [Vargas] ganhar essa eleição [paraninfo]! Porque ele não pode entrar para perder.”

Vargas. Como resultado, Garcia foi solto e recebeu uma quantia de 25 contos. Para o ex-chefe de polícia um cheque em branco da Estação Ferroviária Central do Brasil. Segundo Garcia (1994), nunca utilizaram o cheque.

A longa carreira política de Filinto se desenrolou em períodos em que teve amplos recursos proporcionados pela ditadura, mas também foi preciso se adaptar as mudanças institucionais trazidas pela democratização. Por exemplo, teve que traçar estratégias para enfrentar os questionamentos dos seus atos no Estado Novo. A fim de rebater as constantes acusações de ser descendente de alemão, logo, um nazista, se definiu um “matuto, um caboclo” de Mato Grosso. Também tentou se mostrar um democrata, defendeu que a Justiça Eleitoral não deveria cassar “o partido de Prestes”, embora não resistisse em desprestigiar o rival. Além do mais, defendeu que o Brasil não deveria romper com a União Soviética e que “ao povo russo compete escolher o que lhe convém.”⁴⁵⁰

Os cálculos políticos para adaptação aos períodos constitucionais tão distintos, como ditadura e democracia, exigiram tremendo esforço para alguém que teve as possibilidades e os recursos proporcionados pelo Estado Novo. Com apenas 35 anos teve a oportunidade de mandar no seu estado natal. Mas compreender as novas regras institucionais e traçar estratégias diante do novo contexto democrático não foi algo simples nem mesmo para Getúlio Vargas. Na percepção de Alzira Vargas: “É um erro vocês suporem que o homem como o patrão [Vargas], que governou durante quinze anos com plenos poderes, vá se sujeitar a fazer campanha política ... apenas para governar durante cinco anos, subordinado a uma Assembleia.” (PEIXOTO, 2017, p.409).

Ainda que tenha demonstrado apoio à democracia e tentado convencer que era democrático, por fim, Filinto Müller apoiou as duas ditaduras. Refletindo sobre sua trajetória de tenente até a Ditadura Militar:

Sinceramente, não havia uma doutrina, uma ideologia, um programa político. Nem os chefes mais graduados possuíam uma determinação a não ser mudar os costumes políticos. Acho que se a revolta frustrada, mas pura, de 22 tivesse sido vitoriosa, não saberíamos o que fazer no Governo (...) O movimento de 22 foi um movimento generoso, puro, patriótico, desambicioso. (...) Cinquenta anos depois posso ver que aquele movimento bisonho representou um marco inicial na renovação da vida do Brasil. O que não foi feito em 22 fez-se em 1964. (apud NEVES, 1988, p.109).

É importante ressaltar que Filinto Müller não teve atuação decisiva nos momentos históricos nacionais do século XX. Não foi liderança em 1922 nem em 1924, também não estava entre os mais prestigiados tenentes do Governo Provisório, como João Alberto, Juarez Távora, entre outros. No Estado Novo tinha as prerrogativas dos poderes policiais

⁴⁵⁰ ‘Fui, Realmente, Eleito Senador’ Sensacionais declarações do cel. Filinto aos Diários Associados.

em um momento de repressão, mais não era o funcionário mais importante da ditadura, como foram Oswaldo Aranha, Gois Monteiro e o Eurico Dutra. No período democrático era respeitado no PSD, mas existiam várias lideranças nacionais no partido. Tais participações no âmbito nacional proporcionaram participação política em seu estado natal por todo período.

Alguns autores, como Jorge (1993), não compreendem o fascínio e respeito dos mato-grossenses pelo responsável pela repressão do Estado Novo. Isto se explica, em parte, pelo fato de o estado não ter muitos nomes de relevância nacional. E Filinto era conhecido do presidente Vargas. Independente da sua motivação, de fato, o político contribuiu para remediar a situação de precariedade no acesso à educação e ao emprego dos mato-grossenses. Isto era particularmente relevante já que não existia outra forma impessoal de conseguir auxílio. Importante destacar que Müller não era unanimidade no estado, por exemplo, os comunistas não o apoiaram.

Apesar de sua habilidade em se refazer, Filinto nunca atingiu seu maior objetivo de vencer eleição de governador. Teve que se habituar aos questionamentos dos correligionários, apenas permitidos em um contexto democrático. Por fim, teve que aceitar a indicação das convenções partidárias ao invés de decidir arbitrariamente sobre o nome dos candidatos. O período democrático impôs ainda outras derrotas eleitorais, em 1945, 1950 e 1960, também teve que suportar a concorrência (e a competência política) de Fernando Correa da Costa e o veto de Arnaldo Estevão de Figueiredo.

Com o período constitucional de 1945-1964, Filinto Müller enfrentou uma configuração institucional mais desfavorável ao mando pessoal do que Antônio Azeredo e Joaquim Murinho, já que tiveram menos problemas para liderar o estado de longe. Foi preciso que Müller fizesse campanhas no estado e acompanhasse as eleições. As regras da competição política tornaram o período imprevisível eleitoralmente. Nesse sentido, para os Müller, predomínio político sobre o estado foi mais fácil durante o Estado Novo do que com a democratização.

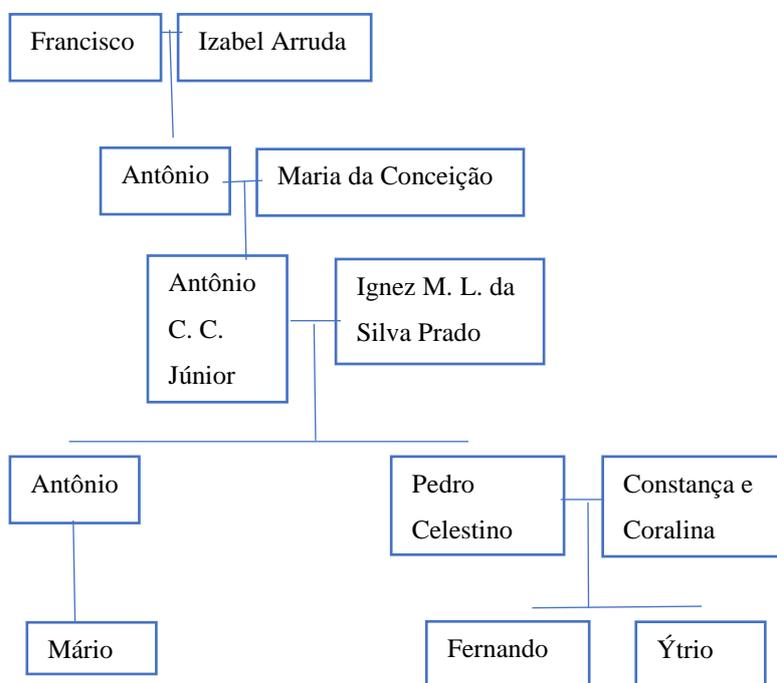
Os Müller/Ponce ocuparam posição central no Estado Novo e estiveram em condições de polarizar pelo PSD com a UDN, entre 1945-64.

5.3.3- Corrêa da Costa

Entre todas as famílias, os Corrêa da Costa representam a maior tradição e experiência em atividades públicas de Mato Grosso. Lembrados por sua “vocação

natural” e vistos como “predestinados” aos cargos públicos, como se a política os pertencesse. Com capital político relevante.

Figura 3 - Genealogia Corrêa da Costa



Os Corrêa da Costa descendem do alferes português Francisco,⁴⁵¹ que chegou na região no início do século XVIII. (CORRÊA FILHO, 1945). Seu sexto filho, Antônio Corrêa da Costa⁴⁵² foi presidente da província. Seus netos⁴⁵³, Antônio, Pedro Celestino, Luís Augusto e Jonas⁴⁵⁴ assumiram diversos cargos no Executivo estadual e Legislativo federal. Na República, Antônio foi presidente do estado de 1895 a 1898. Pedro Celestino foi presidente de 1908 a 1911 e novamente de 1922 a 1924. A terceira geração de políticos

⁴⁵¹ Francisco Corrêa da Costa casou-se em Itu-SP com Izabel de Arruda, também descendente de portugueses, tiveram os filhos: Gertudes Maria, Francisco de Paula Corrêa, Manoel Joaquim Corrêa, Ana Maria, Maria Francisca e Antônio Corrêa da Costa. (CORRÊA FILHO, 1945).

⁴⁵² Educado em Coimbra, Portugal. No Brasil, sentou praça junto aos milicianos e chegou a ser capitão em 1804. Em 1823 foi escolhido para junta governativa, sendo o secretário. Terminado mandato na junta, foi vereador, nomeado presidente de província durante a Regência em 1831, depois em 1840, em 1842-43. Casou-se com Maria da Conceição, filha de Bento de T. Pisa e Maria Assunção. (CORRÊA FILHO, 1945). Segundo Mesquita (1992) Maria era irmã de Inês, esposa do Barão de Melgaço. As duas famílias estavam ligadas por laços de casamento.

⁴⁵³ Eram filhos de Antônio Corrêa da Costa Júnior e Ignez M. L. da Silva Prado, de “ilustrada” família paulista. (CORRÊA FILHO, 1945, p.36).

⁴⁵⁴ Luís Augusto não se formou. Antônio Corrêa formou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Pedro Celestino em Farmácia e Jonas em Medicina e Farmácia.

compunha-se de Mario, filho de Antônio, e Fernando, filho de Pedro Celestino. (MENDONÇA, 1973).

Sobre sua situação econômica da família, Frank (1999) demonstra sua riqueza, donos de grandes porções de terra.⁴⁵⁵ Assim, o casamento teve o objetivo de manutenção da fortuna.⁴⁵⁶ Por exemplo, Pedro Celestino casou com Constança Novis, mãe de Clóvis e Ytório, entre outros, quando sua esposa faleceu, casou-se com a cunhada Coralina Novis, mãe de Fernando. (CORRÊA FILHO, 1945). Seu filho, Fernando não escolheu uma mato-grossense, Maria Elisa Bocayuva⁴⁵⁷ era neta de Quintino Bocaúva.⁴⁵⁸ (BARATA, s/d).

Seu primo Mário casou-se com Dulce Marinho (SANTOS, 2014). Não foi possível obter quase nenhuma informação sobre ela. No AFM, as cartas mostram que a primeira dama participava do governo, escrevia para políticos,⁴⁵⁹ visitou Cáceres sem o marido em caravana para resolver questões políticas,⁴⁶⁰ também estava presente nos acordos políticos,⁴⁶¹ quando Mário recebeu Fenelon e Júlio Müller. Isto pode ter ocorrido devido ao problema de saúde do governador.

Os primos Mário e Fernando Corrêa da Costa tiveram trajetórias políticas diferentes. Uma primeira diferença entre eles foi a atuação e importância política dos seus pais, os governadores Pedro Celestino e Antônio Corrêa da Costa, ambos vinculados e subordinados à autoridade de Generoso Ponce. O legado deixado por Pedro Celestino foi maior do que o de Antônio Corrêa da Costa, logo, a rede lealdades herdada por Fernando foi mais impactante, embora Mário contasse com sustentação de líderes locais.

A carreira de Mário dependeu em grande medida dos parentes, pois já havia sido governador na Primeira República graças a Pedro Celestino. Sua entrada para elite aconteceu em um momento de instabilidades ocasionadas pelas mudanças institucionais

⁴⁵⁵ Conforme Frank (1999, p.359), os tributos de Cuiabá indicam que os Corrêa da Costa tinham 40,352 hectares em 1911, aumentaram para 52,659 hectares em 1911 e para 58,837 hectares em 1930, segundo a Coletoria da capital. Sobre herança, afirma que Antônio Corrêa da Costa deixou 8 ½ sesmarias de terra, também tinha dez propriedades urbanas, 9.200 cabeças de gado, 100 cavalos e 194 escravos. Nessa herança estava a usina de Aricá, localizada no rio Cuiabá abaixo e a fazenda Bom Jardim.

⁴⁵⁶ Também se casavam com os Alves Corrêa, que eram seus parentes. O governador Estevão A. Corrêa era neto de Cesário C. da Costa, filho de Antônio e Maria da Conceição. Segundo Frank (1999), conforme impostos declarados, Estevão tinha 40.000 hectares em Miranda, o município inteiro compunha-se por 60,454 hec., tinha 84,215 hectares em Aquidauana e 40,161 hectares em Três Lagoas.

⁴⁵⁷ Tentei contato por e-mail com a deputada federal, Tereza Cristina C. da Costa para obter maiores informações de seus avós. Não obtive resposta.

⁴⁵⁸ Segundo Ata da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, 20/03/2013.

⁴⁵⁹ Carta de Villasbôas para D. Dulce. Telegrama de Dulce para Mário V. C. Dutra. Fonte: FM 36.02.12 chp.mt Pasta III, 01/08/36; s/d.

⁴⁶⁰ Carta de Dolor de Andrade para Filinto Müller. Fonte: FM 36.02.12 chp/MT Pasta III, 18/10/35.

⁴⁶¹ Carta de Estevão Corrêa para Villasbôas. Fonte: FM 36.02.12 chp/MT Pasta III, 02/11/36.

advindas com a Revolução de 1930. Nesses momentos de alterações de regime, como as regras estão se consolidando e não estão claras, todos os grupos acreditam ter possibilidades de atingir o predomínio político. Nesse momento de 1930-1937, nenhuma liderança manteve apoio dos demais grupos para se manter no predomínio estadual por razoável período. Por ter a tradição de Corrêa da Costa, sua entrada para o grupo da elite se concretizou em um momento de desgaste da interventoria por causa de crise econômica.

Mário Corrêa da Costa foi uma das principais lideranças da década de 1930, impossibilitou a vitória de Felton Müller em 1935. Eleito governador, enfrentou dificuldades e não terminou o mandato. Não percebeu que não era possível governar da mesma forma que anteriormente na Primeira República. Mário ameaçou promover luta armada, à vida de parlamentares e constrangeu o funcionamento do Poder Legislativo. A oposição tampouco estava disposta a respeitar seu mandato eletivo, mas Mário não soube manter os aliados e perdeu sua base de sustentação.

De maneira oposta, Fernando Corrêa da Costa aproveitou melhor as vantagens econômicas e políticas da família, conseguiu várias vitórias eleitorais e teve carreira mais longa. Sobre Fernando é importante destacar que existe um menor volume de informações e estudos, existem algumas monografias sobre história da educação, mas não foi possível obter documentos para contrabalancear o viés dos relatos dos partidários. Constituindo esta uma limitação da pesquisa.

Conforme citado, Fernando Corrêa da Costa teve ingresso tardio na política. Segundo Rosa (s/d)⁴⁶² recebeu convite para se filiar a UDN, feito pelos advogados Wilson Barbosa Martins e José Fragelli em 1945. Foi eleito presidente do diretório municipal de Campo Grande, onde morava desde 1927, pois acreditava que teria melhores oportunidades para carreira de médico. Trabalhou na Santa Casa com Vespasiano B. Martins, a quem reconhecia o aprendizado das mais modernas técnicas de cirurgia. Sua indicação para a prefeitura veio com hesitação, segundo Martins (s/d), não queria deixar a medicina, mas, por fim, acabou concorrendo pela UDN.

Além da considerável herança econômica, Mário e Fernando receberam o capital político da família Corrêa da Costa. Mas, Mário rompeu com seu tio Pedro Celestino e dividiu a família. Enquanto Fernando foi o legítimo herdeiro do legado de seu pai. Conforme exposto, Pedro Celestino foi um respeitado líder, teria sido “o guia dos mato-

⁴⁶² Arquivo cedido pelo ARCA. “Fernando Corrêa da Costa. O médico que deu energia ao desenvolvimento de Campo Grande”. Maria da Glória Sá Rosa.

grossenses.” (CORRÊA FILHO, 1945, p.7). Pedro Celestino também firmou posição contra a Primeira República e votou na Aliança Liberal, o que foi lembrado por Vargas quando demonstrou apreço por Fernando na campanha de 1950. Mas, sobretudo, Fernando herdou as alianças políticas do pai, principalmente no Sul. Segundo Tocantins (apud NEVES, 2001b, p.40-2), “[...] contava com os partidários de Pedro Celestino ... [sua] grande arma política ... foi a tradição familiar.”

Todavia, seu irmão Ytório Corrêa da Costa também contava com esse recurso das redes de relações familiares e capital político do pai Pedro Celestino, mas não teve o mesmo sucesso do irmão. Estava na política desde a Primeira República quando foi vereador de Campo Grande em 1924, foi prefeito nomeado da cidade em 1932. Também uma liderança de seu partido PL e foi eleito deputado federal em 1935. Conforme já apontado, Ytório hostilizou Vespasiano B. Martins durante a interventoria de Leônidas, um político que mobilizava grande número de lideranças sulistas. Em 1945, Ytório procurou o PSD, mas as lideranças do partido não acharam que ele contribuiria e desconfiaram de sua intenção. A carreira de Ytório na democracia dependeu de seu irmão Fernando para indicá-lo candidato da UDN. Talvez se a Revolução não ocorresse ele teria maior participação política, embora tenha se reeleito várias vezes deputado federal.

Definitivamente ser um Corrêa da Costa contribuía para impulsionar uma carreira política, mas, além disso, Fernando possuía também competências políticas, que o tornaram um exímio político. O primeiro deles, era o fato de ser reconhecido com um bom médico, vários relatos informam sua competência e eficiência em diagnóstico. Uma segunda capacidade, Fernando tinha “... memória de fisionomista impressionante, não havia lugar em que não encontrasse ele um conhecido, quase sempre agradecido cliente.” (MARTINS, s/d, p.167;169). Segundo Rosa (s/d), nunca tirava férias e estava à disposição com seu Ford para atender clientes onde estivessem, ricos e pobres; em 1950, já tinha realizado mais de quatro mil operações. Em sua opinião, Fernando era um símbolo de altruísmo, sobretudo, atendia e fazia cirurgias gratuitamente.

Portanto, como médico utilizou de práticas clientelísticas e tinha uma agradecida clientela. Um exemplo dessa utilização, um cidadão confessou: “Sou getulista mas não sou ingrato! ... graças a Deus e a ele [Fernando], estou bom. Como negar o meu voto a esse homem? Ele vai ter o voto de todos os meus e dos meus amigos ...” Fernando descia do pedestal de ilustre mato-grossense, de médico formado na capital federal, lembrava de seus clientes pelo nome e pelo diagnóstico, fazendo-os notar que eram importantes. Em uma época em que a saúde e educação não eram gratuitas e abrangentes, o cidadão

dependia em grande medida da “bondade” dos políticos, uma vez que não eram sujeitos do direito à saúde e à educação. Como resultado, a postura do médico gerou lealdades.

Outra qualidade, Fernando Corrêa da Costa era carismático, facilmente fazia as pessoas cumprirem sua vontade, mesmo contra os desígnios dos subordinados. O exemplo foi de seu secretário Demosthenes Martins. Quando se elegeu governador, Fernando escolheu secretários de governo provenientes da região Sul, mas, como o cargo não remunerava bem e ainda havia o incomodo da mudança para Cuiabá, vários sulistas recusaram. Fernando convenceu Martins aceitar o cargo afirmando: “Vocês vivem queixando-se de que os governos de Cuiabá afastam dos cargos de relevo os homens do Sul. E agora desejando reparar esse alegado ... diante da escusa generalizada ... para o cargo, terei, também, de nomear um cuiabano!” (MARTINS, s/d, p.173). Por fim, Demosthenes aceitou. Não foi a única vez, Fernando ainda convenceu Martins a “servir o estado”, por essa razão Martins também se mudou para São Paulo.⁴⁶³

Na opinião de Oswaldo Botelho, Nhô-nhô do Tamarineiro:

O Fernando tinha carisma. Mais do que o Villasboas. O Villasboas era um senador mais de gabinete e o Fernando era mais popular. Acho que ele foi mais chefe do que o Villasboas. O Fernando era um homem que não gostava de parar. Se ia numa reunião, não parava. Era o dom dele (apud NEVES, 2001b, p.262).

Enciso (1986), funcionária pública municipal de Campo Grande, uma liderança na área da educação no estado, confirma o apoio do prefeito Corrêa da Costa para com seu trabalho. Na prefeitura desde 1930, Enciso almejava a criação de uma seção exclusiva para educação, o que se concretizou somente em sua gestão em 1948. Primeira deputada estadual de Mato Grosso, na Assembleia contou com apoio do governador Corrêa da Costa quando propôs a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia em Campo Grande. A deputada também propôs a criação do Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso,⁴⁶⁴ tinha preocupação quanto a utilização partidária da instituição, propôs a

⁴⁶³ Corrêa da Costa indicou Martins para um cargo na diretoria da CELUSA – centrais elétricas de Urubupungá-, na vaga mato-grossense, sem consultá-lo. Segundo Fenando “[...] indiquei seu nome, à sua revelia, sem prévia consulta. É um lugar de alta representação para nosso Estado. Assuma-o, pois, indo logo a S. Paulo, antes do fim do mês. Depois, pessoalmente, conversamos e se de todo não lhe for possível permanecer no seu exercício, cogitamos seu sucessor.” (MARTINS, s/d, p.224). Acabou ficando na CELUSA por um ano e, em 1962 assumiu secretaria de interior, justiça e finanças e continuou na diretoria, por essa razão viajava uma vez por mês para São Paulo.

⁴⁶⁴ Quando os funcionários do estado precisavam de pensões, elas eram obtidas através de um político. Então, conforme Enciso (1986, p.49): “[...] quantas pensões aqui votamos, levando em conta o conhecimento que tínhamos da situação dos dependentes de servidores familiares, fazendo até injustiças àqueles que, com igual direito, não receberam, pelo simples fato de não terem encontrado um Deputado amigo em seu caminho!”.

Corrêa da Costa que todos fossem beneficiados independente de suas vinculações políticas, com o que o governador teria concordado.

Corrêa da Costa também estabeleceu parcerias políticas com outros governadores. Segundo Martins (s/d), por sua iniciativa reuniu os estados com abrangência na bacia do rio Paraná para tratar problemas comuns, formaram a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná.⁴⁶⁵ O governo de Mato Grosso queria construção da ponte sobre o referido rio e ferrovia para Cuiabá, somente a primeira se concretizou. No segundo governo, Fernando mantinha contato com Ademar de Barros e participou das conspirações para o golpe militar, inclusive, no dia seguinte ao golpe, Ademar o convidou para uma reunião no Rio com os militares. Além do apoio aos militares, sobre seu governo pesam acusações sobre o assassinato do prefeito Ari Coelho, principalmente a falta de investigação do caso, e denúncia sobre a venda de terras devolutas. (CRUZ, 2001).

Corrêa da Costa também dava a última palavra em seu partido e privilegiava sua família. Segundo Lenine Póvoas sua saída da UDN foi devido a desentendimentos com o governador, sua votação teria sido suficiente para reivindicar uma candidatura federal, mas Fernando decidiu que quem iria concorrer seria seu irmão Ýtrio Corrêa. (apud NEVES, 2001a). Para Augusto Mário Vieira, da UDN: “O Fernando falava que não era chefe mas, nos momentos das grandes decisões, elas teriam que passar por ele (...) era o grande chefe da UDN.” (apud NEVES, 2001a, p.147).

Os Corrêa da Costa foram um grupo político significativo da política mato-grossense. Tiveram como fundamento para o predomínio estadual os recursos vindos da transferência direta de capital político de Pedro Celestino e das redes de relações familiares dos Corrêa da Costa, bem como a herança da rede de lealdades locais recebidas e mantidas mais por Fernando do que por Mário. Mário teve auge de sua carreira na Primeira República e nos anos 1930, mas com dificuldades de adaptação às mudanças institucionais entre os períodos, que contribuíram para não finalizar seu segundo mandato. Por outro lado, Fernando teve seu ápice durante o período democrático e teve mais êxito político do que os parentes Mário e Ýtrio Corrêa.

⁴⁶⁵ Participavam da comissão os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais. Depois a pedido de Vargas, o Rio Grande do Sul entrou e formaram a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai – CIBPU. A CIBPU tinha como diretório a CELUSA. A comissão empreendeu a construção das hidrelétricas de Jupiá e Ilha Solteira, em 1965, a ponte sobre o rio Paraná, entre outros.

5.3.4- Arnaldo Estevão de Figueiredo

Arnaldo de Figueiredo nasceu na fazenda Paulo Lopes. Segundo sua filha Lélia Ribeiro (s/d) descendiam do alferes português Antônio José P. Figueiredo, que veio assessorar do presidente da capitania de Mato Grosso, Luís de A. de M. P. Cáceres para manutenção das terras ao sul (MENDONÇA, 1973). Eram parentes dos Hugueney⁴⁶⁶ e de Antônio Maria Coelho.⁴⁶⁷ Portanto, Arnaldo descendia das famílias tradicionais, sobretudo, estava ligado por relações de parentesco a região central, um vínculo importante para as eleições.

Sobre sua educação, segundo Ribeiro (s/d) a mãe de Arnaldo de Figueiredo, Antônia M. P. de Almeida era alfabetizada, indicando o status social da família. Arnaldo mudou-se para Cuiabá e estudou na escola pública do ABC, juntamente com Frederica, Júlio, Fenelon Müller. Passou pela escola particular São Sebastião e pelo prestigiado Liceu Cuiabano, onde conheceu Ulisses Cuyabano, mais tarde político e Olegário de Barros. Foram seus professores Arlindo Gomes de Andrade, liderança sulista, Antônio Antero Paes de Barros e Hormínio Pereira Mendes, vereador de Campo Grande. Em 1911, formou-se no Liceu e ganhou uma bolsa para cursar Agronomia no Rio Grande do Sul.

A iniciativa de fomentar o trabalho de agrônomos em Mato Grosso partiu do governador Pedro Celestino Corrêa da Costa. A política tinha o objeto de quebrar a concessão das terras devolutas sob monopólio da Companhia Mate Laranjeira. A fim de desenvolver a região Sul, Pedro Celestino ofereceu as bolsas de estudo e em troca os agrônomos trabalhariam para o governo estadual fazendo medição de terras, resolvendo conflitos e legalizariam propriedades.

Arnaldo de Figueiredo formou-se agrônomo em Pelotas em 1914, no ano seguinte voltou a Cuiabá, depois de medir seringais de extração de borracha, começou seus trabalhos na região Sul. Mudou-se para Campo Grande e encontrou vários companheiros que como ele trabalham na região, como seu antigo professor Hormínio, com quem morou. Logo conheceu as lideranças da cidade, como Eduardo O. Machado.

Entre 1917 a 1919, adquiriu preciosos conhecimentos, já que trabalhou com ricos fazendeiros, solucionando questões de heranças, conheceu a cavalo boa parte da região, principalmente, estabeleceu relações com vários líderes sulistas. Suas medições

⁴⁶⁶ Carlos Hugueney Filho, prefeito de Campo Grande e aliado de Arnaldo.

⁴⁶⁷ Prestigiado militar que participou da retomada de Corumbá das forças paraguaias 13 de junho de 1867, durante a Guerra do Paraguai (1864-70). Foi o primeiro governador republicano de Mato Grosso, sobre seu governo verificar Franco (2011), Arruda (2015).

significava a esperança para os que reclamavam a posse da terra e, segundo Arnaldo de Figueiredo importante na sua trajetória:

O primeiro Serviço de Medições foi sem dúvida, o maior marco de minha vida, pois foi ele a traçar o rumo com o qual norteiei e pautei minha filosofia de ser, e da qual jamais me afastei: demarcar as terras do Sul do Estado de Mato Grosso, orientando os trabalhos de tal forma que a legalização das terras devolutas favorecessem as gentes que **ali estivessem trabalhando e produzindo**, ou seja que as terras fossem legalizadas por seus **legítimos donos**, não cobiçando nada para mim, a não ser **o cumprimento do voto de gratidão feito a meu chefe em Cuiabá – o grande Pedro Celestino**” (RIBEIRO, s/d, p.270, grifo nosso).

Figueiredo se manteve leal a Pedro Celestino. Começou a participar da política em 1917,⁴⁶⁸ ao lado dos celestinistas “[...] contra os abusos e as irregularidades praticadas pela Empresa Mate Laranjeira.” (RIBEIRO, s/d, p. 263). Foi eleito vice intendente de Campo Grande em 1919. Neste ano, conheceu sua futura esposa, Menedora Fialho, que pertencia as primeiras famílias que se estabeleceram no Sul, seu avô teria doado as terras para constituir o município de Campo Grande. Criada na fazenda Pontal, seus pais eram celestinistas, Menedora estudou no Colégio das Irmãs Salesianas por 4 anos em Jaboticabal-SP, mas seus pais solicitaram seu retorno para cuidar da casa e de seus irmãos. Casaram-se em 1920.⁴⁶⁹ Menedora executava ações de assistência social, juntamente com Elvira Olímpio Machado e Cacilda Corrêa da Costa, fizeram campanhas de arrecadação para construção da matriz de Santo Antônio. A primeira dama promovia almoço de Natal, ajudava os presos e apoiava a Igreja Católica.

Arnaldo de Figueiredo assumiu a prefeitura de Campo Grande por um ano, quando o titular Antônio Noberto de Almeida renunciou em 1920, devido a desentendimento com a Câmara municipal. Eleito vereador mais votado em 1921, sendo presidente da casa. Eleito intendente em 1924. Entre suas realizações, implantou primeiro sistema de abastecimento de água da cidade, com apoio de Pedro Celestino no governo estadual. Realizou a primeira experiência de sua carreira com colonização, trazendo vários

⁴⁶⁸ Eram seus correligionários Valencio Brum, de Amambai; Modesto Dauzacker, Pedro Azambuja, Waldomiro Correa, Fermino Miranda, os Vargas de Iguatemi. Os Saldanha, da fronteira, embora do Partido Conservador. Dessa época, também fez amizade com Austurio Monteiro de Lima, nascido em Ponta Porã. Pecuarista, político do município e amigo de Vargas. Foi um dos fundadores do PTB em Campo Grande em 1946. Apoiou a candidatura de Arnaldo (RIBEIRO, s/d).

⁴⁶⁹ O casal estava bem posicionado, tinha várias relações de parentesco e compadrio. Menedora era prima de Avelina Corrêa da Costa, esposa do deputado federal Dolor F. de Andrade. O filho do casal Agenor Figueiredo casou-se com Joanita Leite de Barros, filha do vice-governador João Leite de Barros.

migrantes⁴⁷⁰ para uma colônia agrícola em Terenos-MS. Novamente eleito vereador e presidente da Câmara municipal em 1928.

Com a Revolução de 1930, sua carreira política tem uma pausa, quase não teve participação nos acontecimentos. Em 1933, participou da comissão de emergência do Partido Constitucionalista, opositor ao governo Vargas. Em 1935, demonstrou apoio aos Müller contra Mário Corrêa.⁴⁷¹ Mas, se mantinha nos círculos sociais campo-grandenses, envolvendo-se em várias atividades associativas. Fazia parte do círculo do Rádio Club,⁴⁷² participou do Centro de Criadores, mesmo sem ser pecuarista, juntamente com Dolor de Andrade. Sem dúvida, participação no Rotary Club⁴⁷³ contribuiu para ser conhecido, pois também faziam parte Carlos Hugueney Filho, Nicolau Fragelli, Ulisses Serra, Vespasiano B. Martins, Fernando Corrêa, e o comerciante e sócio fundador João Akamine. Arnaldo foi presidente do clube em 1940-41, em 1944 foi eleito governador do Rotary Internacional do distrito 28 (abrangia Santos até Cuiabá), por essa razão, passou a viajar por todas as sedes do club, visitando várias cidades mato-grossenses.

Durante o período continuou o trabalho de medições de terras. Montou um escritório, que se responsabilizava por todo processo legal até a entrega do título da propriedade. Em várias situações de disputa de terras, trabalhou com os advogados Dolor de Andrade e Ulisses Serra. Com a democratização, a oportunidade para continuar na política viria no PSD.

A escolha do PSD por Arnaldo foi explicada pelo ex-deputado federal, Virgílio Alves Corrêa Neto. O partido estava sem opções de nomes por causa do contexto da deposição de Vargas, seu ex-chefe de polícia e o interventor Júlio Müller tiveram atuações questionadas no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa. Segundo Virgílio em 1947:

Nós estávamos, como se dizia naquele tempo, num deserto de homens e de ideias. O Júlio e o João Ponce tinham estado no governo durante todo esse tempo e não apareceram outros nomes. Eles mandavam e desmandavam em todo o estado ... Procuraram cercar-se de bons elementos em outros municípios, dando prestígio a Vespasiano e outros ... com a saída do Getúlio, nós tínhamos dificuldade de escolher candidato. O Júlio e Ponce não podiam

⁴⁷⁰ Os produtos eram comercializados na feira de Campo Grande. O intendente ainda abriu estrada para Coxim e criou o Horto Florestal.

⁴⁷¹ Carta de João Ponce para Filinto. Fonte: CPDOC, FM 36.02.12 chp/MT Pasta III, 17/10/1935.

⁴⁷² Criado em 1925 na casa do paulista Antônio Carlos Bastos, gerente do Banco do Brasil, onde se reuniam para ouvir rádio. O Club ainda existe atualmente. <<http://www.radioclube.org.br/historia/>> Acesso em 05/07/2018.

⁴⁷³ Instituição internacional fundada em 1905. <<https://www.rotary.org/en/about-rotary/history>>; Acesso em 05/07/2018. Em Campo Grande criada em 1939, no contexto da II Guerra, se dedicava à solução dos problemas do pós-guerra.

... Fenelon Müller, não sei porque, não foi lembrado (apud NEVES, 2001b, p.322)

As lideranças do PSD pensaram primeiramente em lançar seu pai, Estêvão Alves Corrêa, que não aceitou pois “não tinha simpatia pelo regime dominante.” (apud NEVES, 2001b, p.322-3). Ponce viajou ao Rio de Janeiro e convidou o historiador Virgílio Alves Corrêa Filho, que também não aceitou. De acordo com Salviano Mendes, ex-prefeito de Coxim-MS, fizeram convenção no Sul e levaram o nome de Arnaldo para Cuiabá: “O partido considerava o Arnaldo o candidato ideal, porque já tinha sido o prefeito de Campo Grande e, o mais importante, era do Norte.” (apud NEVES, 2001b, p.286). O raciocínio político decorria das novas regras da competição democrática, no qual o objetivo é obter a maioria de votos. A partir 1945, as eleições empoderaram uma outra parte do estado.

Portanto, a entrada de Arnaldo no grupo da elite se deve aos seus contatos com os ricos fazendeiros através de sua profissão, bem como da escolha e do apoio de Filinto, sobretudo, graças ao momento político que desmobilizou as lideranças do partido na competição. Também contava com significativa rede de relações familiares na zona central e Sul. De modo que contribuiu mais para sua entrada na elite suas redes relações sociais estabelecidas (associativismo) do que herança direta de capital político.

Na questão sobre a candidatura ao senado em 1950, Arnaldo de Figueiredo e Filinto Müller não souberam resolver suas divergências, o que prejudicou o partido e causou rompimento. Arnaldo tinha mais legitimidade local, devido aos seus conhecimentos sobre o estado e do contato com fazendeiros do que Filinto, sempre ausente. Figueiredo conseguiu atrapalhar os planos dos Müller, ainda que tenha significado a derrota de ambos, principalmente porque não conseguiu mais manter-se na política, não teve sucesso no PSP. Voltou a trabalhar como agrônomo.

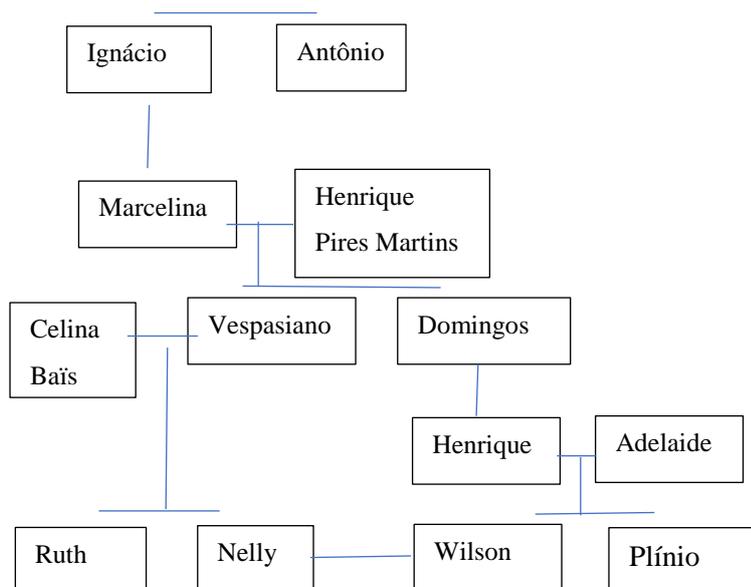
5.3.5- Barbosa Martins

A família descendia dos primeiros colonizadores da região Sul,⁴⁷⁴ vindos de Minas Gerais, uma colonização mais recente que as demais. Vespasiano não tinha, até então,

⁴⁷⁴ Segundo Wilson B. Martins (2010), o primeiro Barbosa chegou na região de Rio Brillante- MS em 1842, quando Antônio B. Martins e seu genro Gabriel Francisco Lopes fundaram a fazenda Boa Vista. Mas, a família de Antônio foi morta por índios e ele mudou-se para região de Nioaque-MS. Gabriel era casado com Senhorinha, o casal se estabeleceu na margem direita do rio Apa. Tempos depois, os paraguaios atacaram e levaram Senhorinha para Assunção-Paraguai e Gabriel foi morto. Posteriormente, Senhorinha foi liberta, retornou ao Brasil e casou-se com seu cunhado José Francisco Lopes. Na Guerra do Paraguai, Senhorinha foi novamente presa e levada para capital paraguaia, Lopes serviu como guia para o coronel Camisão, ficou conhecido como Guia Lopes. No fim da Guerra, Senhorinha retornou ao Brasil e descobriu

nenhum parente na política. Iniciou uma Dinastia longeva, os herdeiros seus sobrinhos-netos Wilson⁴⁷⁵ e Plínio Barbosa Martins, também seus genros, casados com suas filhas Nelly e Ruth. Wilson foi o primeiro governador eleito de Mato Grosso do Sul em 1983-86, novamente 1995-98. Plínio foi vereador e prefeito de Campo Grande e deputado federal na década de 1980.

Figura 4 - Genealogia Barbosa Martins



Ser das primeiras famílias a colonizar o Sul dava status de distinção social, mas de modo diferente se comparado com os “tradicionalistas.”⁴⁷⁶ Inicialmente, os sulistas estavam dispersos e isolados, não contavam com os mesmos aparatos da capital estadual e estavam distantes dela, no caso de Vespasiano 863 km. Tinham posse de terras e recursos, mas tiveram de enfrentar índios, ataques dos paraguaios durante a Guerra (1864-70), grupos de bandoleiros que invadiam fazendas.⁴⁷⁷ Eram mais rústicos, sob menor peso

que seu marido estava morto. Então, ela reconstruiu sua fazenda. Senhora recebeu homenagens do 10º Regimento de Cavalaria de Bela Vista por sua participação na guerra. Ela morreu com 98 anos em 1913.

⁴⁷⁵ Martins (2010, p.130) relata que o tio Vespasiano o auxiliou desde que voltou formado bacharel em direito em Campo Grande. Em sua opinião, Vespasiano era um líder. Sempre o apoiou e orientou na luta partidária. Quando foi pedir a mão de Nelly, Vespasiano disse “isso é com vocês” e “Não quero que você nos deixe mal” prevenindo contra noivado desfeito e divórcio.

⁴⁷⁶ Enciso (1986, p.164-8) em sua passagem por Cuiabá a serviço da prefeitura, visitou Maria Müller no grêmio Júlia Lopes, comenta “... a gente cuiabana é culta, educada e gentil e eu fiquei comovida e guardo na lembrança as demonstrações de carinho que recebi, a começar por D. Maria Müller...”. Sua preocupação em se apresentar na capital de forma adequada, pois “estava representando Campo Grande” revela diferenças daqueles que nasceram no mundo rural e não estavam acostumados a vida da capital.

⁴⁷⁷ Segundo Lélia Ribeiro (s/d) sua avó Rita Alves Corrêa enfrentou sozinha o conhecido bandido Silvino Jacques. Ele era gaúcho e fugiu para Mato Grosso, também era afilhado de Vargas. Combateu os rebeldes

das convenções sociais urbanas. Sua mãe Marcelina⁴⁷⁸ não sabia ler, ela casou-se com o comerciante paulista Henrique Pires Martins, que percorria fazendas em Mato Grosso. Henrique era alfabetizado e estimulou o filho caçula Vespasiano a estudar, enquanto os outros dedicaram-se a pecuária e agricultura. Portanto, Vespasiano foi a exceção de sua família, de acordo com sua filha Nely (1989).

Vespasiano começou os estudos na fazenda do avô, Passa-Tempo. No final de 1902, foi para Uberaba-MG a fim de completar o ensino primário no Colégio Diocesano Marista. Em 1905, seguiu para Cuiabá, onde terminou o ginásio no Colégio São Gonçalo em 1909. No ano seguinte, mudou-se para capital federal, onde cursou a Faculdade de Medicina, ali morou sozinho e não precisou trabalhar. Formou-se em 1915.

Retornou ao Mato Grosso e abriu consultório em Campo Grande. Na cidade, conheceu a filha de um político local prestigiado, Celina Baís⁴⁷⁹ e casaram-se. Vespasiano foi pioneiro na realização de cirurgias, algo que ainda não era ensinado nas faculdades. Então, para aprofundar a aprendizagem sobre o tema, a família mudou-se em 1925 para Europa, em Berlin e Paris, onde fez especialização. Tempos depois, de volta ao Brasil, trabalhou em São Paulo como diretor-cirurgião chefe do Hospital Alemão, hoje Oswaldo Cruz. Em 1929, colegas de Campo Grande o convidaram a retornar e ser candidato a prefeitura pela Aliança Liberal.

Com a Revolução, foi nomeado prefeito da cidade em 1931, nesse cargo se estabeleceu como liderança e como mito do divisionismo.⁴⁸⁰ Quando estourou a Revolução Constitucionalista, Vespasiano assumiu o “governo constitucionalista de Mato Grosso” nomeado pelo general Klinger, segundo Nelly (1989, p.59) na “luta por uma constituinte contra a ditadura civil implantada no País”. Como é possível notar através de

da Revolução Constitucionalista em 1932 no sul do estado. Foi morto pelo delegado Orcírio dos Santos, pai do ex-governador Zeca do PT.

⁴⁷⁸ Segundo Martins (1989), Marcelina era a oitava filha de Ignácio B. Martins, irmão de Antônio Barbosa, o primeiro a chegar no estado. Nascida 01/06/1846 na fazenda Passa-Tempo. Ficou órfã e foi cuidada pelo tio Joaquim. Foi parteira e cuidava das fazendas da família. Aprendeu a ler apenas depois de casada, quando o marido a alfabetizou.

⁴⁷⁹ Os Baís foram significativa família para a cidade, seu casarão na avenida Afonso Penna foi o primeiro casarão no município, finalizado em 1918. Celina era filha de Bernardo Baís, italiano de Luca, que em 1902 eleito intendente de Campo Grande, segundo Martins (2003). Bernardo casou-se com Amélia, tiveram as filhas Celina, Ida e Lydia, entre outros. Todas alfabetizadas, estudaram em Assunção. Os filhos estudaram no Rio Grande do Sul, Suíça e Inglaterra, os mais novos em São Paulo. Lydia foi artista plástica. Atualmente, casarão Baís exhibe suas obras. <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10195/lidia-bais>; <http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/museu-lidia-bais-arte-contemporanea-e-tradicional-num-so-lugar/>; Acesso em 06/07/2018.

⁴⁸⁰ No hino de Mato Grosso do Sul, a letra exalta portugueses desbravadores do Oeste e da Guerra do Paraguai e também: “Vespasiano, Camisão. E o tenente Antônio João, Guaicurus, Ricardo Franco, Glória e tradição!” Disponível em: <http://www.letras.mus.br/hinos-de-cidades/126611/> Acesso em: 18/08/2016 .

outros relatos e documentos das lideranças sulistas, existia forte ligação com o estado de São Paulo.⁴⁸¹ Sob essa influência, Vespasiano apoiou a Revolução, posteriormente, os sulistas interpretaram como a primeira divisão de fato e um momento da luta pela separação. E Vespasiano considerado “[...] um dos maiores idealistas, talvez o maior, da criação do ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL [sic].” (ENCISO, 1986, p.32).

Sob a égide de líder divisionista, Vespasiano B. Martins foi alçado da prefeitura de Campo Grande para o Senado Federal em 1935. Tinha se aliado aos Müller desde 1934 em troca de maior participação sulista, tanto que foi candidato do PE ao senado. Segundo suas cartas (AFM), suas declarações indicam que a eleição do primeiro sulista ao Senado aconteceu em razão de sua postura ambígua perante os dois grupos rivais, pois participou de momentos cruciais tanto com os parlamentares refugiados no 16º B. C. que apoiavam Mário Corrêa da Costa, quanto na manifestação defendendo Felon Müller. É claro que sua candidatura foi devido à sua atuação política em prol da participação dos sulistas, mas sua eleição se relaciona mais com o momento acirrado e sua postura conciliadora perante dois grupos antagônicos, do que a uma concessão do grupo de Corrêa da Costa. Sem dúvida, a eleição de Vespasiano representa uma abertura, já que somente cuiabanos foram senadores da República até 1935.

No AFM, Vespasiano constantemente era quem continha as exaltações dos sulistas, aconselhou Aral Moreira ter calma quando Felon Müller privilegiou os cuiabanos em detrimento dos ponta-poranenses. Segundo Bittar (2009, p.340), no Senado não se pronunciou sobre a causa divisionista e homenageou Generoso Ponce em 1952. Provavelmente, percebeu que o caminho para maior participação da região não era a luta armada, mas aliar-se aos cuiabanos.

Em adição a imagem associada ao movimento pela divisão do estado, Vespasiano foi pioneiro na medicina, tinha legitimidade de ter sido um dos primeiros especialistas em cirurgias, com estudos realizado na Europa. Fernando Corrêa da Costa reconhecia seu aprendizado com Vespasiano, segundo o ex-governador:

O homem que teve muitos galardões, mas que o maior, o que o caracterizava era o de Grande Médico ... O insuperável cirurgião ... com essa obstinação de sempre servir à comunidade, que Vespasiano se tornou o grande cirurgião

⁴⁸¹ Derrotada a Revolução, durante exílio de sete meses no Paraguai, Vespasiano escreveu para o irmão: “... não estou arrependido do meu proceder e ainda mais, acho-me contente e esperando serenamente tudo o mais que vier. Exílio, cassação de direitos políticos, confisco de bens, nada disso me impressiona. Tudo recebo como recompensa por haver combatido uma ditadura que se vai eternizando, cercada por elementos sem algum valor a não ser de caudilhismo fanado e rapismo presentes.” (MARTINS, 1989, p.68).

autodidata que conheci e admirei por toda a minha vida.” (MARTINS, 1989, p.13).

Além disso, prestava serviços gratuitos. Ribeiro (d/s) relata que atendia de graça na Colônia de Terenos, durante o período que Arnaldo de Figueiredo foi prefeito de Campo Grande. Segundo Nelly (1989), após atender o paciente, julgava se cobraria pelo serviço dependendo da profissão do cliente. Também utilizava destas práticas clientelísticas.

Sobre sua liderança e trato para com demais, Oliva Enciso (1986) reconhece o apoio recebido do senador nas suas iniciativas de trazer o SENAI e SESI para a cidade. Quando a funcionária da prefeitura estava no Rio de Janeiro durante as negociações, prestava contas de suas ações para Vespasiano. Demosthenes Martins (s/d) também menciona o trabalho de Vespasiano para melhorar a região, atesta sua liderança na UDN, e apoio recebido do líder em sua carreira política. Sobre seu pai, Nelly (1989, p.77-8) escreveu:

[...] não é uma pessoa que se promova, não procura se relacionar, como usam a maior parte dos políticos. Sua casa é pouco frequentada pelos companheiros de partido ... Não é destaque em palanque. Sua fala é séria, bem dirigida, tem conteúdo, mas não tem eloquência de grande orador.

Um político que, como vários do período, não resistia ao mandonismo, teria dito: “para o companheiro, tudo, para o adversário, justiça” (MARTINS, 1989, p.76). Após esse último mandato, optou por não concorrer mais, embora, fosse consultado sobre assuntos políticos e sobre a saúde dos amigos.

Vespasiano foi referenciado pelos sulistas, até mesmo seus adversários admitiram sua ponderação.⁴⁸² Importante liderança do PP, do PE e, por fim na UDN. Nesta agremiação dividia o poder com Villasbôas e Fernando Corrêa, na qual tiveram maior coesão partidária. O período auge de sua carreira foram os anos Vargas e até a competição democrática, encerrando a vida política por escolha própria em 1955.

Os membros da elite política apresentaram diferentes habilidades e distintos níveis em relação a profissionalização política. É possível classificá-los como notáveis,

⁴⁸² Segundo deputado Ulisses Serra “Serviu à Pátria como líder que atraiu os seus co-estaduanos, pela personalidade curiosa e fascinante, pela ação e pelo exemplo ... de extrema bravura pessoal e de um mundo permanente de ternura.” (apud ENCISO, 1986, p.31). Segundo Ytório Corrêa: “Foi para Mato Grosso uma felicidade que Vespasiano Martins assumisse a chefia do Estado. Elemento ponderado, conservador, serviu de força de contenção aos exaltados que sempre aparecem em todos os movimentos revolucionários. Vespasiano não admitia violências. Falo com a maior isenção, porque nesse episódio estávamos em campos opostos. Não houve a menor pressão, a menor violência contra aqueles que se conservaram fieis ao Governo do Presidente Vargas.” (apud MARTINS, 1989, p.70).

semiprofissionais e profissionais. Mário Corrêa foi um 'notável', iniciou seu mandato de governador aos 40 anos, não teve carreira longa, apenas dois mandatos. Mário Corrêa transformou sua posição social em posição política. Outro notável, Vespasiano Barbosa Martins transformou sua posição social, sobretudo, seu prestígio de divisionista em cargo político. Entrou na política depois dos 40, e teve apenas três cargos eletivos.

Os políticos semiprofissionais seriam Júlio e Fenelon Müller, Fernando Corrêa e Arnaldo de Figueiredo. Fenelon começou cedo, exerceu sua profissão de engenheiro e tinha independência econômica advindas de suas terras e de sua granja. Teve curta carreira - três mandatos por nomeação. Do mesmo modo, seu irmão Júlio foi professor e tinha suas fazendas, iniciou cedo e sua carreira política se limitou aos anos Vargas. Enquanto, Fernando ingressou mais tarde, tinha confortável situação financeira de herdeiro de terras, também converteu seu prestígio social em cargos, mas teve longa carreira de cinco mandatos eletivos. Por fim, Arnaldo iniciou antes dos 30 anos, teve 5 mandatos eletivos, mas não vivia da política. Tinha sua empresa de medição de terras, exercendo sua profissão por grande parte de sua vida.

Por outro lado, João Ponce, Filinto Müller, Villasbôas foram políticos profissionais. Passaram mais de trinta anos exercendo cargos nomeados e eletivos. Ponce foi o que iniciou mais cedo e teve longa carreira - vários cargos nomeados e cinco eletivos, encerrada apenas com restrições impostas pela Ditadura Militar -, ademais, mal pode exercer sua profissão de engenheiro, viveu da política. Müller iniciou aos 30 e manteve cargos até 1973, quando faleceu em missão oficial. Igualmente, viveu da política. Villasbôas teve a mais extensa carreira 1914-1963, com 7 mandatos eletivos e vários cargos por nomeação.

Os membros da elite utilizaram os recursos do seu grupo social e mostraram competências políticas. Em diferentes níveis desenvolveram habilidades para entrar no grupo, seja utilizando os recursos familiares (Fenelon), aproveitando oportunidades advindas das mudanças institucionais nos anos 1930 (Júlio, Mário), ou através do exercício da liderança (Villasbôas, Filinto, Vespasiano, Fernando, Arnaldo), adaptação aos diferentes períodos constitucionais (João Ponce, Filinto).

6- Considerações Finais

Essa tese abordou as dificuldades e os retrocessos na trajetória de implantação de uma ordem democrática no Brasil. (FERNANDES, 2008). Durante o período tratado, a maioria da população ainda estava excluída do exercício de seus direitos políticos. Mas o tamanho do eleitorado aumentou, pois, alguns segmentos foram incorporados ao processo eleitoral. As eleições deixaram de ser prerrogativa das forças privadas, para isto foi relevante a criação da Justiça Eleitoral. Outro movimento interessante, o governo federal promoveu políticas de combate às desigualdades regionais no Nordeste, um começo para tentar remediar desequilíbrios econômicos históricos. Basicamente, as mudanças no país foram lentas e graduais, sem rupturas abruptas.

Considerar a classe dirigente mato-grossense através dos períodos constitucionais também revelou mudanças que ocorriam em todo país. Cada estado apresentou ritmo e intensidade diferente, mas, não estiveram ilesos à marcha das mudanças. A classe dirigente era formada por 80 indivíduos, aqueles que exerceram posições estratégicas em instituições, tais como cargos no Legislativo e Executivo federal, estadual e municipal. Mas, esses atores de modo algum tiveram o mesmo nível de influência nas decisões estaduais. Existiu um grupo ainda mais seletivo dentro da classe dirigente, aqueles que realmente decidiram sobre os destinos de Mato Grosso, a elite política.

Boa parte das vezes, a elite política estava ligada por laços consanguíneos e pela maior parte do período, as famílias foram as protagonistas da atuação política. A rede de relações sociais proporcionada por esses grupos, as heranças de capital político e das teias de lealdades e compromissos contribuíram significativamente para uma carreira política, entretanto não foi a forma exclusiva e determinante para pertencimento à elite política. Pertencer a essas linhagens políticas impulsionava o alcance e as possibilidades de um político, mas nem todos os indivíduos destas famílias obtiveram êxito político. Os exemplos são vários, Generoso Ponce Filho não teve a mesma carreira exitosa de seu sobrinho João Ponce de Arruda. Os irmãos Müller não tiveram a longa carreira como Filinto Müller. Mário Corrêa da Costa não conseguiu completar seu mandato eletivo enquanto seu primo Fernando Corrêa da Costa ganhou todas as eleições que concorreu.

Então, qual a diferença entre indivíduos que tiveram a mesma estrutura de oportunidades proporcionadas pelas famílias e por sua posição social e econômica? Primeiro, tratemos do grupo mais coeso e unidos por compartilharem os mesmos valores e os ideais da Revolução de 1930, os Müller e Ponce. Filinto Müller impulsionou,

consolidou Dinastia iniciada por seu pai, Júlio Frederico. Filinto foi o líder e proporcionou amplos recursos ao grupo. Sua ascensão ao grupo da elite se deveu à sua posição institucional no governo federal. Filinto se utilizou do seu cargo na polícia central do Rio de Janeiro para monitorar, perseguir opositores e estabelecer seu predomínio em seu estado.

Sua posição institucional no governo Vargas ocorreu devido ao seu capital social proporcionado pela escola Militar do Realengo em um momento histórico em que esses indivíduos tiveram oportunidade de governar o Brasil durante o século XX, principalmente em dois momentos autoritários. Filinto Müller compartilhava com os seus companheiros de Realengo a mesma educação, os mesmos valores, a experiência de tenente rebelde em oposição ao governo federal, o exílio e a prisão. O grupo militar formado pelos generais Dutra e Góis Monteiro e o capitão Müller, subordinado hierarquicamente.

Entretanto, Müller rompeu com a hierarquia militar em 1922 e 1924, apenas chegou ao posto de major em 1940, nunca comandou regiões militares ou qualquer outro cargo estritamente militar. Em 1930, Müller tinha opção de seguir a carreira militar ou a política, ao optar por cargos como secretário da interventoria e a polícia civil, depois presidência do CNT sua escolha foi pela política e não pela estrutura militar. Diferentemente, o general Dutra, que na maioria das vezes não rompeu com a hierarquia militar, ascendeu ao cargo de ministro da Guerra através do Exército, depois à presidência da República. Müller era um político socializado em uma instituição militar, atuou como aliado do Exército, mas sua escolha foi pela política e não pela carreira de militar.

Interessante notar que entre 1930-1945 Filinto Müller não precisou estar no Mato Grosso, nem exercer cargo eletivo ou nomeado pelo estado, ainda assim foi quem decidiu e influenciou sobre a política estadual, sobretudo após janeiro de 1937. Isso só foi possível por causa da configuração institucional específica dos anos Vargas, de centralização política, aumento do aparato repressivo e dos recursos advindos da posição na polícia. Este posto estratégico possibilitou meios de conceder inúmeros “favores” aos conterrâneos, desde oferecer emprego, ajuda monetária, pagar por campanhas eleitorais e alistamento, como também Filinto intercedia pelos interesses de lideranças junto a Vargas. Exercer cargo administrativo federal sempre importou para o predomínio político no estado, já havia proporcionado o mando quase exclusivo de Joaquim Murinho, por exemplo. Mas, em um contexto autoritário da ditadura proporcionou mais possibilidades e recursos.

Os demais Müller ascenderam ao grupo da elite, em proporções diferentes,

relacionadas aos recursos familiares. Fenelon exclusivamente pela indicação de parentes, Júlio por compartilhar nas convicções e ideais da era Vargas e por ser irmão do chefe de polícia. Sobre João Ponce também se verifica a dependência da rede de relações familiares, principalmente do casamento de sua irmã Maria com os Müller. Entretanto, os Ponce carregavam o capital político do coronel Generoso Ponce, além disso, João foi educado para o mundo político e pôde desenvolver competências políticas desde cedo.

A base de sustentação na elite política dos Müller e Ponce em grande medida foi Filinto, naquele momento específico de configuração institucional que possibilitou essa ascensão. Mas, os irmãos Müller não conseguiram permanecer no grupo, Fenelon saiu logo em 1935 e Júlio em 1945. Enquanto João Ponce e Filinto se mantiveram na maior parte dos períodos constitucionais abordados.

O segundo grupo relevante foram os Corrêa da Costa. Contaram com um dos mais promissores capitais políticos do estado, o de serem os “tradicionalistas” políticos, a família com maior participação em postos públicos pelo Mato Grosso. Tinham riqueza, terras, boa educação e distinção social. A entrada de Mário para o grupo da elite ocorreu em um momento de instabilidades em que teve habilidade de estabelecer a maioria na Assembleia e se eleger. Porém, não conseguiu manter aliados e perdeu o cargo. Fernando além dos benefícios da família Corrêa da Costa sabia liderar e manter apoio dos demais políticos, tinha carisma e utilizava de práticas clientelistas.

Os demais membros da elite política não receberam diretamente de um parente uma herança de capital político, mas também utilizaram das redes de relações familiares. Do mesmo modo, tinham uma boa situação social e econômica, educados em instituições relevantes. João Villasbôas contava com parentes políticos com abrangência de influência em nível local. Sua atuação profissional como advogado renomado conferiu prestígio, mas, sobretudo, a base de sustentação de seu predomínio eram suas qualidades pessoais, foi uma liderança que mobilizava e conduzia grupos. Articulou e estabeleceu-se como um líder perante os demais políticos.

Arnaldo de Figueiredo entrou e se manteve na elite devido ao seu capital social. Tinha relações sociais através dos laços de sangue e compadrio significativos em regiões importantes do estado. O casamento também foi outro meio de impulsionar de sua carreira já que sua esposa era bem posicionada na “sociedade campo-grandense”, tinha relações com políticos como Dolor de Andrade, os Corrêa da Costa, os Coelho Machado. Ademais, suas atividades associativas também contribuíram para conhecer as pessoas certas da política mato-grossense. E claro soube ganhar o aval de Filinto Müller, chefe do PSD no

estado. Além disso, o momento desgaste do fim da ditadura e das lideranças estado-novistas possibilitaram sua candidatura ao governo estadual.

Vespasiano Barbosa Martins foi o político que menos contou com a ajuda de sua própria família. Os Barbosa Martins eram um grupo diferente dos demais, pois viveram mais afastados de núcleos urbanos e enfrentaram situações adversas para se estabelecer na região Sul. Foi o único que a educação de sua mãe não foi priorizada pela família, o que não significa que fossem pobres, possuíam terras e gado. Vespasiano estudou medicina sem precisar trabalhar no Rio de Janeiro. O capital político foi mobilizado através do casamento com a educada filha de político de Campo Grande, Celina Baís. O capital político dos Baís agregou potencialidades a Vespasiano.

Além disso, sua distinção de médico que estudou na Europa contribuía, bem como as práticas clientelistas do exercício da medicina. Mas, sua característica mais relevante para sua participação na elite e sua base de sustentação foi ter sabido incorporar e representar as insatisfações políticas da região mais populosa e motor econômico do estado. Como mito do divisionismo, Vespasiano controlava, apaziguava e mobilizava a região Sul. Foi a personificação da participação política da região e sua memória permanece como “o primeiro governador de Mato Grosso do Sul.”⁴⁸³ Tamanho foi o capital mobilizado que propiciou a longeva Dinastia política do Barbosa Martins.

Nesse sentido, o requisito básico para entrar e permanecer na elite política foi ter confortável situação econômica, o que permitia a capacidade de conceder favor. Tal condição poderia ter sido atingida através de herança, posse de terras ou exercício de cargo burocrático. Outros fatores que incrementavam o mando político, entre eles, a formação superior, também agregava prestígio formação conquistada na capital federal ou na Europa. Igualmente, descender de família “tradicional pioneira” adicionava status social, os “tradicionalistas” entendidos em sentido oposto aos novos migrantes. Outro fator relevante, as vantagens sociais, econômicas e políticas adquiridas através do casamento. Mas, não era obrigatório ter educação superior, por exemplo, Filinto e Júlio Müller completaram a educação superior tempos depois da entrada no grupo da elite. Do mesmo modo, não era imprescindível casamento com membro de família prestigiada, como nos casos de Filinto Müller e João Ponce; nem ter nascido em família com alto capital político, o exemplo foi Vespasiano B. Martins.

Entrar (por laços de parentesco) ou nascer em uma dinastia política potencializava

⁴⁸³ <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2264> Acesso 28/11/2018.

as probabilidades de êxito de determinado político, mas não era um fator determinante. Portanto, a família era relevante, mas não imprescindível. Nem todo Corrêa da Costa foi bem-sucedido pelo simples fato de ter a sorte de nascer nesta família. O que realmente pesou para obtenção das vitórias políticas foram as competências políticas desenvolvidas pelas lideranças. É claro que nascer em uma dinastia proporcionava uma socialização promissora para a carreira política, mas nem todos souberam aproveitar essa estrutura de oportunidade.

Competências pessoais como o carisma, ser pragmático, compreender as regras e as mudanças das configurações institucionais foi fundamental para traçar estratégias políticas. Capacidade de negociação, de liderança, de convencimento, de mobilização de pessoas e lideranças. Manutenção da coesão do grupo e união para promover o esforço coletivo em torno de um objetivo comum foram essenciais para o êxito. Entretanto, nem o mais habilidoso político poderia superar configurações institucionais adversas, quando mudanças nas regras de recrutamento da elite limitaram os grupos aptos à atividade política.

As regras institucionais no pós-1930 proporcionaram um tipo de mando diferente do período da Primeira República. Antes o federalismo desequilibrado, quando os estados tiveram grandes atribuições e competências, possibilitou considerável esfera de atuação para as elites regionais, já que não havia um centro de mediação dos conflitos, nem partidos ou políticas nacionais. De acordo com a política dos governadores e o coronelismo, os chefes locais puderam mandar livremente em seus estados. A posição frágil de Mato Grosso na Federação permitia que o governo federal interviesse, como também governadores dos estados principais se intrometeram na política estadual.

Desde a Primeira República tinha se iniciado uma trajetória de aumento da participação do poder público e da União, impulsionado com a Revolução de 1930 e depois teve ápice no Estado Novo. Entre 1930 e 1937, a posição de Mato Grosso continuava frágil e o aumento da centralização potencializou a interferência constante do governo federal. As regras de recrutamento se alteraram e os apoiadores da Revolução ocuparam os postos principais. Mas as oligarquias também se ajustaram aos novos princípios do momento e os grupos disputaram causando rotatividade na governadoria. Houve alguma renovação das elites, mas foram recrutados nos mesmos grupos de famílias tradicionais.

Nas eleições de 1933, bancadas opositoras foram eleitas, o voto deveria ser sigiloso, a frequente coação nos dias de pleito foi contida pela atuação das tropas federais

e através de substituições de interventores para garantir imparcialidade. Contudo, a maioria das bancadas da Constituinte foram governistas, no caso de Mato Grosso, o partido opositor não pode participar da eleição. Também foi possível ludibriar o sigilo de voto e manipular os resultados através do sistema de atribuição das sobras, ademais, o Senado eleito de forma indireta e a representação classista submissa ao governo federal (LEAL, 2012). De modo geral, sigilo de voto legal, o processo eleitoral conduzido por órgãos específicos, a menor interferência dos potentados locais e a vitória de bancada oposicionista representavam avanços.

Devido as instabilidades iniciais de 1930-1937, vários grupos, os Ponce e Müller, Villasbôas e seus liderados, Vespasiano B. Martins e seus correligionários sulistas, os Corrêa da Costa se habilitaram para a disputa política. As regras da competição política estavam se consolidando, bem como grupos insistiram em atuar como na Primeira República. Existiu certo equilíbrio entre as forças e nenhum deles conseguiu por razoável tempo permanecer. Foi somente a situação nacional em que o país estava em uma rota autoritária que culminaria no Estado Novo, que estabeleceu o grupo que dominaria a política mato-grossense.

Também é interessante destacar que os partidos políticos tiveram algumas diferenças em relação aos da Primeira República. Anteriormente, as agremiações partidárias no estado eram estruturas pessoalizadas, sua existência estava estritamente vinculada à liderança pessoal. A partir de 1930, ainda existiram partidos com esta estrutura, mas, as agremiações começaram a defender ideias, como a participação política da região Sul, no caso do Partido Progressista. As agremiações mais longevas foram o Partido Liberal e o Partido Evolucionista, que tiveram maior número de lideranças partidárias. De modo geral, a estrutura partidária era frágil e pessoal, em sua maioria os partidos eram estaduais.

Durante o Estado Novo os estados e os municípios estavam controlados e amesquinçados, a Ditadura estabeleceu o predomínio dos Müller em todo o período. As outras lideranças foram alijadas de participar da burocracia, pois somente os aliados puderam participar dos restritos âmbitos políticos. Os mato-grossenses tiveram que aceitar os poderes dos Müller. Qualquer crítica foi silenciada, jornais fechados, adversários presos. O Departamento Administrativo não questionou Júlio Müller. Algumas famílias, Corrêa da Costa, Villasbôas, Fragelli, vários outros, que não concordavam com a situação e tiveram de esperar. Júlio Müller usou os recursos públicos federais para estabelecer a posição de Cuiabá como capital, e os sulistas acreditaram que

a interventoria e a estrutura burocrática do Estado Novo foi usada contra o desenvolvimento da região.

Em 1945 a redemocratização trouxe uma diferente configuração institucional, mas, ainda era uma Democracia limitada. Os Códigos Eleitorais (1932 e 1950) introduziram o voto secreto e ampliaram o eleitorado. A criação da Justiça Eleitoral foi importante, sendo responsável pelo processo eleitoral. Mas, as regras eleitorais ainda permitiram o controle dos chefes locais sobre os eleitores quando candidatos e partidos entregaram as cédulas eleitorais, ofereceram o transporte, os mantiveram em “quarteis” e ofereceram churrasco para comemorar a festa da democracia. Ainda que o sistema partidário brasileiro não estivesse institucionalizado (SOUZA, 1990), os partidos políticos passaram a ter abrangência nacional. A UDN, PTB e PSD mato-grossenses competiram durante todo o período de 1945-1964. Os partidos estavam permeados de práticas clientelistas e de personalismo, sobretudo estiveram oligarquizados.

Interessante destacar a questão da unidade da elite. A maioria deles foi educada em Cuiabá, depois viveu no Rio de Janeiro para cursar o curso superior, exceto Arnaldo de Figueiredo, Júlio e Fenelon Müller. Boa parte da elite do período de 1930-1937 (os Müller, Barbosa Martins, Villasbôas) compartilhava a crença nos ideais da Revolução, em menor medida Corrêa da Costa. Os grupos se uniram conforme seus interesses nos partidos, formando dois grupos: os liberais e os evolucionistas. Consideráveis barreiras de identidade regionais foram superadas para a formação do Partido Evolucionista. Em outro momento relevante de união, quando os Müller, Barbosa Martins, Villasbôas souberam estabelecer entendimento e ter unidade de ação contra o governador Corrêa da Costa. No Estado Novo a elite se compunha dos Müller, Ponce e Barbosa Martins.

Com a democratização, a elite estava unida conforme os mesmos interesses. De um lado, as lideranças estado-novistas, de outro, os opositoristas da ditadura. A UDN apresentou maior coesão partidária do que o PSD, Vespasiano B. Martins e Villasbôas compartilhavam decisões e não se importaram do político mais jovem Fernando Corrêa da Costa assumir o comando do partido, mesmo porque encerravam sua carreira política antes. Enquanto o PSD esteve sob o julgo de Filinto Müller, mas até os Müller perderam o controle do PSD e do PTB e tiveram que se sujeitar às escolhas da convenção partidária nos anos 1960.

Outro ponto chave do período foi a imprevisibilidade eleitoral. As cidades estabeleceram dinâmicas próprias, não elegeram prefeitos do mesmo partido do governador. Os governadores continuaram relevantes, mas, em alguns momentos não

foram decisivos nas eleições municipais. A classe dirigente viu com espanto as cidades de Campo Grande e Cuiabá elegerem o partido oposicionista ao governo estadual. Corumbá tinha uma dinâmica partidária própria, com predominância do PSP. Nas cidades da faixa de fronteira, como Ponta Porã e também Dourados, o PTB recebeu maior votação que o PSD. E ainda, os comunistas foram eleitos nos legislativos, na Assembleia Legislativa a UDN foi a maior força política na maior parte das legislaturas, independente do PSD ocupar o Executivo estadual.

Diante do desequilíbrio populacional das regiões, como se estabeleceram as relações entre as elites políticas sob as regras democráticas? A classe dirigente continuava ter forte presença dos cuiabanos e os sulistas em menor proporção. Após o momento de hostilidades regionais entre 1920-1932, Barbosa Martins e os Müller entenderam as potencialidades de trabalharem juntos pelo predomínio, Vespasiano não suplantou a esfera de influência decisória de Müller no Estado Novo, e Müller reconhecia sua importância mediando conflitos regionais, o respeitava em seus pedidos e opiniões.

As mudanças advindas com as regras democráticas foram as responsáveis pelo aumentando a participação política da região Sul pós-1945, pelo simples motivo que abrigava o maior eleitorado. Os cuiabanos perceberam que para se eleger teriam de representar também as áreas mais populosas, principalmente, destaque a posição de Campo Grande no estado como cidade propulsora de visibilidade política daqueles que ali atuam. A cidade por motivos econômicos e estratégicos geopolíticos concentrou pessoas (eleitores) e onde vários políticos se projetaram. Os políticos cuiabanos – e de demais regiões - trabalharam pelas pautas da região Sul para conseguir se eleger. Portanto, a abertura democrática permitiu o equilíbrio das configurações políticas das regiões, embora foram as elites políticas diminutas que comandavam esse processo. Do mesmo modo, os sulistas não se importavam de eleger elementos nascidos em Cuiabá, e nem paulistas, gaúchos, cariocas, nordestinos, etc. Devido à dinâmica democrática era preciso atender a maioria, tanto o Sul como a zona central, embora o Norte e o Leste, pouco povoados, seguiram ignorados. Portanto, não é possível basear a competição política em categorias que consideram o local de nascimento para o período democrático em que se estabelecia uma trajetória de complexificação das preferências eleitorais.

Outro ponto sobre o período, a Constituição de 1946 estabeleceu maior equilíbrio federativo, não repetindo os desequilíbrios da Primeira República e do Estado Novo. O governo federal não interveio tão incisivamente em Mato Grosso como nos períodos anteriores, embora o estado continuasse sem peso político na Federação. Então, foi mais

difícil manter o mando político através de posto na burocracia federal, foi um momento que as lideranças de bases locais tiveram maior probabilidade de vencer as disputas do executivo estadual. Se na Primeira República a posição subordinada de Mato Grosso na Federação, ressaltava a posição de um mato-grossense em cargos federais, convertendo em uma dominação política quase absoluta em seu estado natal, como foi com Joaquim Murtinho e Antônio Azeredo na Primeira República e com Filinto Müller nos anos Vargas, com a democratização essa importância diminuiu. Primeiro, a atuação de Filinto no Estado Novo não foi unanimemente aceita. Segundo, com federalismo mais equilibrado, com centros regionais de poder mais diversificados, com políticas de diminuição das desigualdades entre os municípios, como resultado os estados frágeis econômica e politicamente tornaram-se mais independentes, o que fragilizou o poder dos mandões locais. Na Primeira República e nos anos Vargas as decisões políticas, boa parte das vezes, foram tomadas no Rio de Janeiro; no pós- 1945, os mato-grossenses competiram entre si com mais autonomia e a legitimidade de Filinto Müller foi questionada por Arnaldo de Figueiredo, pelos diretórios municipais e, sobretudo, pelo eleitorado mato-grossense.

As mudanças no recrutamento do período possibilitaram renovação dos grupos para competição política. Havia a demanda reprimida pelo Estado Novo, vários políticos iniciaram nesse período a carreira. O caso de Corrêa da Costa, Villasbôas, Frageli, Coelho Machado. Chama atenção que na elite política poucos permaneceram entre os períodos, os exemplos foram Vespasiano Barbosa Martins, Filinto Müller e João Ponce.

Quais foram as estratégias de adaptação das elites diante das mudanças na configuração institucional de cada período constitucional? Primeiro, foi preciso perceber que as regras se alteraram, o que nem sempre ocorreu. Depois, ajustar-se às regras institucionais que moldaram as possibilidades de cada momento. A dificuldade para os grupos socializados na Primeira República em uma sociedade estamental, educados para um mundo político em que a situação não competia nas mesmas condições da oposição, com perseguições aos adversários e conflitos armados, com os eleitores conduzidos como “tropa de burros”; eles assistiram à certa moralização da política nos anos 1930, bem como ao crescimento da esfera de atuação do poder público federal.

Mais difícil ainda foram as mudanças entre ditadura e democracia. Do ponto de vista dos oposicionistas do Estado Novo, o ajuste envolveu compreender as diferenças institucionais entre a Primeira República e a democracia de 1945, já consideráveis. Por outro lado, para as lideranças estado-novistas envolveu assimilar a perda de poder, pois

desfrutaram de intensas possibilidades repressivas e autoritárias proporcionadas pelo Estado Novo. Tiveram de aceitar as limitações de suas ações pelas regras democráticas, como também os questionamentos da imprensa.

Alguns deles tiveram tanta dificuldade de se adequar às mudanças das regras democráticas, que significou o fim de sua carreira. O melhor exemplo foi Júlio Müller, que teve oportunidade de utilizar recursos da interventoria, mas não o fez. Júlio Müller tinha estabelecido carreira de 1930-1945, teve atuação política no PE e foi interventor durante todo Estado Novo, trazendo recursos para o estado. Júlio aproveitou melhor que Fenelon a oportunidade advinda do contexto nacional e o capital social de Filinto. Mas, as enormes diferenças nas configurações institucionais entre períodos ditatoriais e democráticos, tais como, não desfrutar das vantagens de ser a situação em uma ditadura, a possibilidade de perder uma eleição, os oposicionistas terem liberdade de expressão, o Executivo ter que se “submeter” ao Legislativo, também a criação de um partido oposicionista como a UDN e questionamentos dos correligionários, não foram assimiladas por Júlio e sua carreira se findou com a ditadura.

Vários políticos tiveram suas carreiras reduzidas por causa das mudanças de recrutamento de cada regime político. Carreiras promissoras foram interrompidas em 1930, quando o governo passou a privilegiar os adeptos da Revolução. O Estado Novo limitou consideravelmente a carreira política dos atores, somente aqueles escolhidos pelos Müller puderam exercer cargos da administração. Durante a Ditadura, alguns deles passaram anos sem desenvolver suas habilidades.

Por exemplo, Arnaldo de Figueiredo tinha todos requisitos para ter maior atuação política. Eleito desde a Primeira República, tentou aproximação com os Müller nos anos 1930. Somente quando a democratização ampliou a estrutura das oportunidades, pode voltar à atividade política. O fim da carreira da política decorreu da divergência com os Müller, o que mostra que o PSD estava oligarquizado.

Do mesmo modo, Fernando Corrêa da Costa teve sua carreira adiada pelo Estado Novo. Poderia ter iniciado em 1930 se tivesse se aproximado do parente Mário, o líder dos Corrêa da Costa até 1937, mas a carreira política não foi sua primeira opção. Com a democratização, se ajustou a competição eleitoral desenvolvendo suas competências políticas. Como resultado, vitórias eleitorais.

Vespasiano B. Martins teve boa parte de sua atuação nos anos Vargas, apenas um mandato na democracia. Aliou-se aos cuiabanos, o que possibilitou sua carreira, bem como impulsionar a participação sulista.

Villasbôas habilmente atuou na Primeira República e na década de 1930. Conseguiu dois mandatos na democracia, mas, teve resistência com as novas formas de fazer política da década de 1960 e em assimilar as mudanças com o populismo. Como resultado, se afastou das bases eleitorais e sua notoriedade não foi suficiente para vencer as eleições.

João Ponce competentemente transitou entre períodos, conquistou a confiança dos parentes importantes, teve vários sucessos eleitorais e atingiu o executivo estadual. Não se esquivou de usar das práticas segundo ele condenáveis, como compra de votos, mas efetivas. Melhor do que Júlio Müller, usou da máquina pública da interventoria para conseguir ser um dos deputados mais votados em 1945. Apresentou um crescimento constante, de uma posição inicial menor na oligarquia, passou a articular e mediar acordos entre os irmãos Müller. Construiu e estabeleceu base de sustentação política própria e independente de Filinto, tanto que não o obedeceu e se desentenderam no Regime Militar.

Do mesmo modo, Filinto Müller satisfatoriamente conseguiu realizar a transição do momento ápice de sua carreira no Estado Novo para uma nova fase de vitórias e derrotas eleitorais. Na polícia, Filinto tinha acesso a recursos como os poderes de polícia e controle de empregos, sobretudo, capacidade de fazer favores, o que conferiu legitimidade para mandar em seu estado. Ainda assim, após 1945, se esforçou para aparentar ser um convicto democrata, tentou ouvir os opositores e às vezes buscou o diálogo. Uma de suas qualidades foi colocar o pragmatismo em frente a qualquer sentimento regionalista, sabia que para o PSD obter vitórias precisava empreender esforços nos locais populosos. Além disso, ao contrário de seus irmãos, não desistiu diante da crescente oposição ao Estado Novo, das acusações de ser nazista e responsável pela repressão política, nem mesmo diante das derrotas eleitorais, principalmente, quando não atingiu sua meta de ser governador, duas vezes. O pós-1945, sem dúvida, exigiu plausível ajustamento da sua atuação política, o que nem sempre foi possível. Acostumado a ver suas ordens cumpridas, por muito tempo, persistiu em tomar decisões do PSD, até que partidários, inclusive parentes, começaram a questioná-lo. De modo geral, Filinto se ajustou a cada mudança de período constitucional, tanto que teve cargos de 1930 até seu falecimento em 1973, mas não sem derrotas.

Apesar das várias mudanças institucionais, as Dinastias Políticas sobreviveram, mas o ponto interessante é que tiveram de se ajustar para se manter na política: elas se condicionaram, se adequaram passando por cima da formação política que receberam, se

transfiguraram aceitando as regras institucionais de cada período. Aqueles que não o fizeram encerraram suas tiveram carreiras políticas. As famílias continuaram no domínio político, mas, não da mesma forma da Primeira República, muito menos dos anos Vargas. A cada mudança de período constitucional exigiu que elementos estruturantes tradicionais ficassem um pouco para trás, até que imigrantes e gente sem fortuna ou terras vencesse a competição por cargos eletivos, ainda que não entraram para a elite política, mas sim na classe dirigente. Até mulheres foram prefeitas, vereadora e deputada estadual. A Assembleia representava os maiores colégios eleitorais, as cidades do Sul elegeram deputados federais, o Senado não foi reduto exclusivo dos cuiabanos, elegeram-se sulistas e até mesmo os forasteiros. Alguns distintos políticos tiveram derrotas eleitorais. Finalmente, Pedro Pedrossian, que não provinha de tradicional, foi eleito em 1965.

Entretanto, a política tradicional não foi quebrada em 1945-1964, Filinto Müller e Fernando Corrêa da Costa ainda mandavam em seus partidos. A UDN e PSD tinham equilíbrio ao menos no executivo estadual e legislativo federal. Contudo, havia um processo em curso de democratização que começa alterar a situação da classe dirigente. A configuração de poder ficou mais complexa, totalmente diferente do mandonismo da Primeira República em que Joaquim Murinho disputava com o grupo de Generoso Ponce, do mesmo modo, Pedro Celestino Corrêa da Costa versus Antônio Azeredo. Após 1930 e, em 1945-1964, mais grupos e lideranças disputaram na política mato-grossense, ainda que a elite e a classe dirigente fossem pequenas.

Diante de todas as considerações apontadas, a presente tese não encerra a discussão sobre a política mato-grossense. Pelo contrário, várias questões necessitam de investigação. Precisaria ser pesquisado o papel da Justiça Eleitoral nas eleições, a relação dos militares e a política no estado, especialmente são incentivados estudos sobre Fernando Corrêa da Costa, um relevante ator político que foi pouco abordado. Também existe necessidade de um aprofundamento sobre as dinâmicas político partidárias dos municípios.

A classe dirigente mato-grossense competiu em 1945-1964, ao que tudo indica, sem hostilidades divisionistas ou movimento político incisivo pela criação de um novo estado. O Regionalismo sempre esteve presente, as identidades vinculadas às regiões ou cidades estabelecidas em uma relação de alteridade eram perceptíveis em todo o período. Com o Regime Militar as elites tiveram coesão em prol da ditadura, na bancada parlamentar e no governado estadual, poucos políticos foram cassados ou atuaram no MDB.

Arbitrariamente, o Regime Militar decidiu dividir Mato Grosso sem consultar as populações. As elites campo-grandenses comemoraram, as cuiabanas se ressentiram e as corumbaense sem nenhum motivo aparente tornaram-se sul-mato-grossenses. O povo foi ignorado como se a questão não fosse objeto de seu interesse. Em troca, a ditadura ganhou apoio da bancada sul-mato-grossense em um momento de questionamento contra o regime.

Referências

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 07/11/2017.

ABRUCIO, F. L. *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC – Departamento de Ciência Política da USP, 1998.

_____. A Coordenação Federativa no Brasil: A experiência do governo FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, nº24. Curitiba:UFPR. P.41-67. 2005.

ALÉM, Fernando C. Disputas eleitorais em Dourados, no sul do antigo Mato Grosso: influência do contexto estadual e crescimento do PTB nas eleições de 1954, 1958 e 1962. *Revista Eletrônica História em Reflexão*: Vol. 9 n. 17 – UFGD, jan/jun – 2015.

ALVES, Lourembergue. *Caetanada Violência e Luta Armada como Estratégia de Obtenção e Manutenção de Poder*. São Paulo: Scortecci Editora, 2002.

AMARAL, Arthur Jorge. *1924-Revolução Paulista e o Estado da Brasilândia*. Resgate da História Exemplo de Amor à Patria e ao Estado. Campo Grande: Gráfica Alvorada Ltda. 2007.

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Versão para ebook eBooksBrasil.com. 2002.

ARAÚJO, Maria Celina (org) Getúlio Vargas. Brasília: Câmara dos Deputados. Perfil Parlamentares 62. 2011.

ARRUDA, Larissa R. V. *Disputas Oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses*. São Carlos: Edufscar/ Fapesp, 2015.

BACHRACH, Peter. BARATZ S., Morton. “Duas Faces do Poder”. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 149-157, out. 2011.

BAYLIS, Thomas A. Elite Consensus and Political Polarization: Cases from Central Europe. In: *Historical Social Research* 37, 1, pp. 90-106. URN: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-373578>. 2012.

BARATA, Carlos E. A. *Ministros De Estado Dos Presidentes Da República*. (1889-2006) s/d.

BENEVIDES, Maria Vitória. A União Democrática Nacional. In: Fleischer, David. (org.) *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Caderno da UNB. 1981. Vol.I.

BEST, Heinrich. New Challenges, New Elites? Changes in the Recruitment and Career Patterns of European Representative Elites. *Comparative Sociology*. 2007. p.85 –113.

BEZERRA, Artur D. A Escola Normal De Ponta Porã, Sul De Mato Grosso (1959-1974). Dissertação (Mestre em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -UFMS. Campo Grande. 2015.

BIANCHINI, Odaléa da C. D. *A Companhia Matte Larangeira e a Ocupação da Terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande-MS, Editora UFMS. 2000.

BITTAR, Marisa. *Regionalismo e divisionismo no sul do Mato Grosso*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. vol.1.

BOBBIO, N. Teoria das elites. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). *Dicionário de Política*. 13ª ed. Brasília: UNB. pp.385-391. 2008.

BOMENY, Helena M. B. A Estratégia Da Conciliação: Minas Gerais E A Abertura Política Dos Anos 30. In: GOMES, Angela C. (org.) *Regionalismo e Centralização Política*. Partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1980.

BORGES, Fernando T. M. Do Extrativismo à Pecuária: algumas observações sobre a História Econômica de Mato Grosso 1870-1930. Cuiabá: Gráfica Genus, 1991.

_____. *Prosas com Governadores de Mato Grosso*. 1966-2006. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial. 2007.

BOSCO, João. Aecim Tocantins. Uma história que se confunde com a de Cuiabá. Acesso em: <<http://www.cultura.mt.gov.br/inicio>> 14/11/2018.

BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia M. (orgs.) *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. Companhia das Letras: São Paulo, 1ed., 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Las formas de capital*. Lima, Piedra Azul. 1999.

_____. *Razões Práticas sobre a Teoria de Ação*. Campinas: Papirus Editora, 9ªed. 2008.

_____. O Campo Político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, pp. 193-216, janeiro-julho de 2011.

BRASIL. Constituição Federal de 1934.

_____. Constituição Federal de 1937.

_____. Constituição Federal de 1946.

_____. Constituição Federal de 1988.

BURGUESS, Michael. *Comparative Federalism*. Theory and practice. London and New York: Routledge. 2006.

BURTON, Michael; HIGLEY, John. Political Crises and Elite Settlements. In: DOGAN, Mattei and HIGLEY, John. *Elites, Crises and The Origins of Regimes*. Lanham. Boulder. New York. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, INC. 1998.

CAMARGO, Aspásia B. A. Prefácio. In: GOMES, Ângela C. (org.) *Regionalismo e Centralização Política*. Partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1980.

_____ La Federación Sometida. Nacionalismo Desarrollista e Inestabilidad Democrática. In: CARMAGNANI, M. (Org.). *Federalismo Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993, p.180-223.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Coleção Biblioteca Básica Brasileira. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

CAPOCCIA, Givanni. Critical Junctures. In: Orfeo Fioretos, Tulia G. Falleti, and Adam Sheingate (eds). *The Oxford Handbooks of political science. The Oxford Handbook of Historical Institutionalism*. Oxford: Oxford University Press. 2016.

CARONE, Edgar. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)* São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1970.vol.1.

_____ *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel. 2º ed. 1976a.

_____ *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1976b.

_____ *A república velha*. Rio de Janeiro: Difel. vol.2 - Evolução Política. 1977.

CARVALHO, Carlos G. *Governadores Meio Século de Vida Pública*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial. 2007.

CARVALHO, José M. Estudos de Poder Local no Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, UFMG, Nº25/25, P.232-244, 1968.

_____ Em Louvor d Victor Nunes Leal. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 1, 1980, p. 5-9.

_____ Federalismo Y Centralizacion En El Imperio Brasileno: Historia Y Argumento. In: CARMAGNANI, Marcelo (Org.). *Federalismo Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993, p.51-80.

_____ Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, 1997. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&nrm=iso> acessos em 01 abr. 2010.

_____. Cidadania no Brasil: O Longo Caminho. 12º ed., Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.

_____. Forças Armadas e Política no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005.

CASTRO, Maria Helena M. O Rio Grande Do Sul No Pós-30: De Protagonista A Coadjuvante. In: GOMES, Angela Castro (org.) *Regionalismo e Centralização Política. Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1980.

CHARLE, Christopher. - Prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio. (org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2006.

_____. La prosopographie ou biographie collective. Bilan et perspectives. *Revista Clivajes*. No. 2, agosto-diciembre, 2014.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

CODATO, Adriano N. Elites E Instituições No Brasil: Uma Análise Contextual Do Estado Novo. 2008. 441 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

_____. PERISSINOTTO, Renato. *Marxismo como Ciência Social*. 1ª reimp. Curitiba: Editora UFPR. 2013.

_____. Metodologia para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSINOTTO, Renato. CODATO, Adriano N. *Como estudar elites*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

COLOMER, Josep M. Comparative Constitutions. In Sarah A. Binder, R. A. W. Rhodes, and Bert A. Rockman (eds). *The Oxford Handbooks of political science*. The Oxford Handbook of Political Institutions. Oxford: Oxford University Press. 2009.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *À sombra dos herveas matogrossenses*. São Paulo: São Paulo Editora LTDA. 1925.

_____. Pedro Celestino. Galeria Matogrossense. Rio de Janeiro: Editora Zélio Valverde. 1945.

_____. Joaquim Murtinho. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

_____. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1890- 1940)*. 2ªed., Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

COTTA, Maurizio. Political Elites and a Polity in the Making: The Case of the EU. In: *Historical Social Research* 37, 1, pp. 90-106. URN: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-373578>. 2012.

- CRUZ, Sergio. Por que mataram o Doutor Ari? Editora PH LTDA. 2001.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro. São Paulo: 1901. Vol.1.
- DAHL, R. A critique of the ruling elite model. *The American Political Science Review*, v. 52, n. 2, p. 463-469. 1958.
- _____. *Who Governs? Democracy and Power in an American City*. New Haven and London: Yale University Press, 1968.
- DOGAN, Mattei. Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In: Offerlé, Michel (dir.), *La profession politique: XIXe-XXe siècles*. Paris: 1999.
- _____. and HIGLEY, John. *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press. 1992.
- _____. and HIGLEY, John. *Elites, Crises and The Origins of Regimes*. New York, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 1998.
- DOMINGOS, Gilson L. Pantanal Da Nhecolândia: História, Memória E A Construção Da Identidade. Dissertação (Mestre em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. 2005. Dourados-MS.
- DUARTE, Nestor. A Ordem Privada e a Organização Nacional. 2ºed., Brasília:1997.
- ENCISO, Oliva. *Mato Grosso do Sul Minha Terra*. Campo Grande: sem ed. 1986.
- FANAIA, João E. A. Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930). Cuiabá: Ed. UFMT, 2010.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 4ºed., São Paulo: Editora Globo, 2008.
- FARIA, Fernando Antônio. Os vícios da República: Negócios e Poder na Passagem do Século XX. vol.1, Rio de Janeiro: Notrya Editora, 1993.
- FEARON, James D. Counterfactuals And Hypothesis Testing In Political Science. *World Politics* 43. January 1991, 169-95 p.
- FLEISCHER, David. Dimensão do Recrutamento Partidário. In: Fleischer, David. (org.) *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Caderno da UNB. 1981. Vol.I.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. 4 ed. São Paulo. 2008.
- FIALHO, F. M. As múltiplas definições do conceito de capital social. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 65, p. 71-87, 2008.

FIORETOS, Orfeo. FALLETI, Tullio G. SHEINGATE, Adam. Historical Institutionalism in Political Science. In: Orfeo Fioretos, Tullio G. Falletti, and Adam Sheingate (eds). *The Oxford Handbooks of political science. The Oxford Handbook of Historical Institutionalism*. Oxford: Oxford University Press. 2016.

FISCHER, Tânia. Poder Local: Um Tema Em Análise. *Rev. Adm. Pública.*, Rio de Janeiro, 26 (4): 105-113, out./dez. 1992.

FRANCO, Gilmar Y. A o(я)dem republicana em Mato Grosso: Disputas de poder e rotinização das práticas políticas, 1889-1917. Tese (Doutorado em História) 229 p. Faculdade De Ciências Humanas E Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”. Franca, 2014.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4º ed., São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997.

FRANK, Zephir L. *The Brazilian Far West: Frontier Development In Mato Grosso, 1870-1937*. Thesis (Doctor of Philosophy in History) University of Illinois at Urbana-Champaign, 1999.

FREYRE, Gilberto. Características Gerais da Colonização Portuguesa do Brasil: Formação de uma Sociedade Agrária, Escravocrata e Híbrida. In: Casa-Grande & Senzala. 13ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963, p.3-82.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (org) *Brasil em Perspectiva*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Difel. Difusão Editorial S. A. Corpo e Alma do Brasil. 1978.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Companhia das Letras .2007.

GALETTI, Lyllia da S. G. NOS CONFINS DA CIVILIZAÇÃO: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. Tese (Doutorado em História) 389 p. Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2000.

GARCIA, Philadelpho. *A Versão e o Fato*. Londrina: Editora branco & preto. 1994

GARCIA NETO, José. *Mato Grosso Estado Solução*. Cuiabá: Entrelinhas. 2014.

GERING, Jonh. *Case Study Research. Principles and Practices*. Cambridge, New York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapore, São Paulo: Cambridge University Press. 2007.

GOMES, Ângela de Castro. LOSO, Lúcia L. COELHO, Rodrigo B. M. Revolução e Restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. In: GOMES, Angela Castro (org.) *Regionalismo e Centralização Política*. Partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1980.

GRYNSZPAN, Mario. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. *BIB*, n.41, p. 35-83. 1996.

GUIMARÃES, D. M. Dinastias Políticas do Parlamento Brasileiro. Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS, 2011.

GULBRANDSEN, Trygve. Elite Integration. An Empirical Study. In: *Historical Social Research* 37, 1, pp. 90-106. URN: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-373578>. 2012.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R.. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100010&lng=pt&nrm=iso> 30 abr. 2013.

HEINZ, Flavio. Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

_____. Codato, Adriano N. Prosopografia explicada para cientistas políticos. In: Codato, Adriano e PERISSINOTO, Renato. Como estudar elites. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

HEYMANN, Luciana Q. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*. 1997. Vol. 19

HIGLEY, J. e PAKULSKI, J. Elite theory versus Marxism: the twentieth century's verdict. *Historical Social Research* 37. 2012a, 1, pp. 320-332. Disponível em: <<http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-372745Nutzungsbedingungen:Dieser>>

_____. Pareto's Theory of Elite Cycles: A Reconsideration and Application. In: Joseph Femia and Alasdair Marshall, eds., *Beyond Disciplinary Boundaries: Essays on Pareto*. London: Ashgate. 2012b. pp. 111-30.

HOBBSBAWN, Eric. Era dos Extremos. O breve Século XX. São Paulo. Companhia da Letras. 2009.

HOLANDA, Sérgio B. Raízes do Brasil. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOLLANDA, Cristina B. *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

HOFMANN-LANGE, Ursula. Germany: Twentieth-Century Turning Points. In: DOGAN, Mattei; HIGLEY, John. *Elites, Crises and The Origins of Regimes*. New York, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 1998.

_____. Methodological Developments in Elite Research. Paper for presentation at the 20 IPSA World Congress, 2006.

HUNTER, Floyd. *Community power structure; a study of decision makers*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press. 1958

IANNI, Octávio. Getulismo e a Política de Massas. IN: O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p.53-67.

JORGE, Stella M. F. Filinto Müller: Memória e Mito (1933-1942). Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo -USP, São Paulo, SP, 1993.

JUCÁ, Pedro Rocha. Júlio Müller, um grande estadista. Cuiabá: Editora Memórias Cuiabanas. 1998.

KAPLAN, Abraham. A Conduta na Pesquisa. Metodologia para as ciências do comportamento. 2ª reimpressão. São Paulo: EDUSP. 1975 Tradução de Leonidas Hegenberg e Otanny S. Mota. The Conduity of Inquery. Methodology for behavioral Science. 1964.

KERBAUY, Maria Teresa M. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder Local*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora. 2000.

LAMEIRA, Osmar A. Cultivo da Ipecacuanha [Psychotria ipecacuanha (Brot.) Stokes]. Ministério da Agricultura. Embrapa. Disponível em <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/405771/1/Circ.tec.28.pdf>> Acesso em 26/11/2018.

LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. História da Civilização Brasileira. Tomo III – O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições, vol. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LEAL, Victor N. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE, Luis Philippe P. *João Vilasbôas*. Parlamentar Mato-Grossense. 1992.

LEVI, Margaret. ‘Uma lógica da mudança institucional’, *Dados* NR. (34): pp. 79-99. 1991.

LEVY, Jack S. Counterfactuals and Case Studies. *The Oxford Handbook of Political Methodology*. Janet M. Box-Steffensmeier, Henry E. Brady, and David Collier (ed.) Print Publication Date: Aug 2008.

LIMA, Nísia T. Euclides da Cunha: O Brasil como Sertão. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia M. (orgs.) *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. Companhia das Letras: São Paulo, 1ed., 2009, p.104-117.

_____. Um sertão chamado Brasil. No centenário da Comissão Rondon, o país ainda padece dos mesmos males. Entrevista a Revista da Fapesp. 2007 Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2007/04/01/um-sertao-chamado-brasil/>> Acesso em 14/11/2018.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *Os Partidos Políticos Brasileiros a experiência federal e regional: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1983.

LIMONGI, Fernando. Fazendo Eleitores e Eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, no 2, 2015, pp. 371 a 400

LINS, Antônio L. *Eduardo Olímpio Machado. O homem, o meio, seu tempo. Série Memória Sul-Mato-Grossense*. Campo Grande: IHGMS. 2010.

LIJPHART, Arend. Comparative Politics and the Comparative Method. *American Political Science Review* Vol. 65. Sep., 1971, pp. 682-693.

LOURENÇO, Alexandra. O recrutamento das elites políticas no Brasil: o caso de Mato Grosso, 1945-2007. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Nova Lisboa. 2011.

LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

_____. *A Locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A, 1982.

_____. Federalismo y Regionalismo em Brasil, 1889-1937. In: CARMAGNANI, M. (Org.). *Federalismo Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993, p.180-223.

MACANN, Frank D. Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro 1889-1937. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009.

MACHADO de ASSIS, Joaquim M. *Esau e Jacó*. São Paulo. 1ª reimp. Penguin & Companhia das Letras. 2016.

MAGALHÃES, Luiz A. M. Retratos de Uma época. Os Mendes Gonçalves & A CIA. Matte Larangeira. Campo Grande: Gráfica e Editora Alvorada. 2014.

MAHONEY, James. MOHAMEDALI, Khairunnisa and NGUYEN, Christoph. Causality and Time in Historical Institutionalism. In: FIORETOS, Orfeo. FALLETI, Tulli G. SHEINGATE, Adam (orgs.) *The Oxford Handbook of Historical Institutionalism*. Oxford University Press. 2016.

_____ and THELEN, Kathleen. Explaining Institutional Change. In Mahoney, James and Thelen, Kathleen(eds). *Explaining Institutional Change. Ambiguity, Agency and Power*. Cambridge: Cambridge University Press. 2009.

MATO GROSSO. Constituição do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 15 de ago. 1891. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/detalhes/35477>> Acesso em: 17.12.2015.

_____ Constituição do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 08 de set. 1934. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/detalhes/35477>> Acesso em: 17.12.2015

_____ Constituição do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 11 de jul. 1947. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/detalhes/35477>> Acesso em: 17.12.2015

MARQUES, Rafael P. P. Estado De Exceção E Mudança (In)Constitucional No Brasil (1935-1937). *História Constitucional*, n. 14, 2013. págs. 353-386.

MARTINS, Demosthenes. *A Poeira da Jornada*. São Paulo: Editora Resenha Tributária. s/d.

_____. *Marechal Rondon*. Conferência proferida a Academia de Letras Mato-Grossense. Cuiabá: Impressão Offset Jornal do Comércio. 1963.

MARTINS, Wilson B. *Memória Janela da História*. Série Banco de Memórias. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. 2010.

MARTINS, Nelly B. *Vespasiano, meu pai*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. 1989.

_____. *Duas Vidas*. 2ª ed. Campo Grande: Funcesp. 2003.

MENDES, Mário F. F. Mário Mendes. Vida e obra de um Jurista cuiabano. Cuiabá: Edições Aroe. 2006.

MENDONÇA, Estevão. *Datas Mato-grossenses*. 2ª ed. Cuiabá: Governo de Mato Grosso, 1973.

MENDONÇA, Rubens. *História do Poder Legislativo de Mato Grosso*. Assembleia Legislativa. 2º ed., 1974 a. Vol.1

_____. *História do Poder Legislativo de Mato Grosso*. 2º ed. 1974 b. Vol.2.

_____. *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*. 2º ed. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1971.

MENEZES, Alfredo Mota. *A Morte de Totó Paes: Política no Interior do Brasil*. 1ª ed., Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2007.

MESQUITA, José. *Genealogia Mato-grossense*. São Paulo: Editora Resenha Tributária Ltda. 1992.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. (s/d) Tradução: Arthur Chaudon. Título original: Zur Soziologie des Parteiwesens in der Modernen Demokratie [1914].

MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1975.

MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class*. (Elementi di Scienza Politico). New York and London: McGraw-Hill Book Company, INC. Translation by Hannah D. Kahn. 1939.

NASSER, David. *Falta Alguém em Nuremberg*. Edições O Cruzeiro - 4ª edição, Rio de Janeiro, 1966.

NAVARRO, Caio T. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. Editora Brasiliense. 1987.

NEVES, M. M. R. de N. *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário – Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1988.

_____. *Leões e Raposas na Política de Mato Grosso*. 1ªed. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001a. 367p.

_____. *Relatos Político (Entrevistas: memória divisionista -MT)*. 1ªed. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001b. 367p.

NORTH, Douglas. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press. 2011.

NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil. Clientelismo e Insulamento Burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

OLIVEIRA, Francisco. *A questão regional: a hegemonia inacabada*. Estudos Avançados. 7 (18). 1993.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos partido. Organización y poder em los partidos*. Madrid: Alianza Editorial. 1982. Versión española de Mario Trinidad.

PANDOLFI, Dulce C. *A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político*. In: GOMES, Angela Castro (org.) *Regionalismo e Centralização Política. Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1980.

PARETO, Vilfredo. *Renouvellement des elites. Le Télémaque*. (nº 39), p. 7-10. DOI 10.3917/tele.039.0007. 2011

PEDROSIAN, Pedro. *O pescador de sonhos. Memórias*. Campo Grande: Intituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. 2006.

PERESSINOTTO, R. M. *As elites políticas: questões de teoria e método*. Curitiba: IBPEX, 2009.

PIERSON, Paul. *Politics in Time. History, Institutions, and Social Analysis*. Princeton and Oxford: Princeton University Press. 2004.

_____. Skopcol, Theda. 'Historical Institutionalism in Contemporary Political Science', in: Katznelson, Ira and Milner, Helen V. (eds) *Political Science: State of the Discipline*. New York: W.W. Norton. pp. 693-721. 2002

PIQUET, Leandro C.; ALMEIDA, Maria Hermínia T. *Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira*. Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 51, núm. 2, 2008, pp. 403-432.

PEIXOTO, Alzira V. A. *Getúlio Vargas, meu pai. Memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

PONCE FILHO, Generoso. Generoso Ponce, um chefe. 1ªed., Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1952.

_____ O Menino que Era Eu. 1ªed., Rio de Janeiro: Livraria Lançadora, 1967.

PÓVOAS, Nilo. Galeria dos Ilustres Varões de Mato Grosso. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso Governo de Garcia Neto, 1977.

PUTNAM, Robert D. Comparative study of political elites. Englewood Cliffs, N.J. : Prentice-Hall, 1976.

_____ LEONARDI, Robert. NANETTI, Raffaella. Comunidade e Democracia a experiencia da Itália moderna. 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora. 2006. Tradução: Luiz Alberto Monjardim.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios*. 1ªed., São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976. 159 p.

_____ *O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica*. In: História Geral da Civilização Brasileira. 2ªed., São Paulo: DIFEL, 2006.

QUEIROZ, Paulo R. C. Uma ferrovia entre dois mundos. A E. F. Noroeste na primeira metade do século XX. Campo Grande: Editora UFMS, 2004.

_____ Revisitando um velho modelo: contribuições para um debate ainda atual sobre a história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. *InterMeio*: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.14, n.27, p.128-156, jan./jun. 2008.

_____ Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Divisionismo e Identidades (Um Breve Ensaio) *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006. Acesso em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/download/41347/21680>

_____ Notas Sobre Divisionismo e Identidades em Mato Grosso/Mato Grosso Do Sul. *Raído*, Dourados, MS, v. 1, n. 1, jan./jul. 2007. Acesso em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/60/70>.

_____ . A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares. *Anais do 1º e 2º Encontros de Pós-Doutores do PPGH/UFF*. Niterói- Rio de Janeiro. 2009.

_____ Joaquim Murtinho, banqueiro: Notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902) *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol.23, nº 45, p. 125-146, janeiro-junho de 2010.

_____ Vias de transporte em regiões de fronteira: possibilidades técnicas, interesses econômicos e imperativos políticos. *Revista Eletrônica Trilhas da História*. UFMS/Três Lagoas, 2012. Disponível em <<http://seer.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/368>> Acesso em 22/11/2018.

- RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Coleção Feminismos Plurais. 2017.
- RIBEIRO, Lélia R. *Estevão de Figueiredo*. O Homem e a Terra. s/d.
- RIBEIRO, Renato A. *Taboco 150 anos-Balaio de Recordações*. 2ªed., Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.
- RICHARDSON, R. J. Formulação de Hipóteses. In: *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Editora Atlas, 1985.
- ROCHA, Marta M. R.; KERBAUY, Maria Teresa M. *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: Editora UFJF. 2004.
- ROSA, Maria da Glória Sá. Fernando Corrêa da Costa. O médico que deu energia ao desenvolvimento de Campo Grande”. Arquivo cedido pelo ARCA. s/d.
- ROSA, Pedro Â. Resenha Histórica de Mato Grosso (Fronteira com Paraguai). Campo Grande: Livraria Rui Barbosa, 1962.
- ROSE, Robert Sterling. O Homem mais Perigoso do País. Biografia de Filinto Müller. O temido chefe da polícia da Ditadura Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2017.
- SALDANHA, Atamaril. História e estórias da revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul. Série Memória Sul-Mato-Grossense. Campo Grande: IHGMS. 2010.
- SANTOS, André Marengo. Não se Fazem Oligarquias como antigamente. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]. Tese em Ciência Política UFRS. 2000.
- SANTOS, Linet de Sá. Mulher Matogrossense Na Era Vargas: Educação E Representações. Dissertação em Educação UFMT. 2014.
- SAVIANI, Demerval. A Escola Pública Brasileira ao longo do século XX. III Colóquio de Educação da UNICAMP. 2004.
- SCHUMPETER, Josef A. (1948) Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1984.
- SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à Guerra*. O Processo do Envolvimento Brasileiro na Segunda Guerra Mundial. 3ªed. Barueri-SP: Ed. Manole, 2003.
- SIQUEIRA, Elizabeth M. A Evolução da Justiça Eleitoral Mato-Grossense. Cuiabá: Entrelinhas. 2012.
- SILVA, Márcia. Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 20 (2): 69-78, Dez. 2008.
- SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio N. 1964 Visões Críticas do Golpe. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

SKIDMORE, Thomas S. Brasil: de Getúlio a Castelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SNYDER, Richard. Scaling Down: The Subnational Comparative Method. *Studies in Comparative International Development*, Spring 2001, Vol. 36, No. 1, pp. 93-110.

SOARES, Glauco. A Formação dos Partidos Nacionais. In: Fleischer, David. (org.) *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Caderno da UNB. 1981. Vol.I.

SODRÉ, Nelson W. A coluna Prestes: análise e depoimentos. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 1980. Colecao Retratos do Brasil. v.125.

SOUZA, Maria do C. C. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. 3ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.

_____. Federalismo No Brasil: aspectos político-institucionais (1930-1964). *RBCS* Vol. 21 nº. 61 junho/2006.

_____. KERBAUY, Maria Teresa M.; TRUZZI, Oswaldo M. S. Do Clientelismo Coronelista Ao Clientelismo De Estado: A Ascensão De Imigrantes Na Política Do Interior Paulista. *Perspectivas*, São Paulo, 26: 11-34, 2003.

SOUZA, João B. *Evolução Política do Sul de Mato Grosso*. 3ªed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.

_____. *Mato Grosso – Terra de Promissão*. 2ªed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.

STEINMO, Sven. ‘What is Historical Institutionalism?’, in: Della Porta, Donatella & Keating, Michael (eds) *Approaches and Methodologies in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press. 2008.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011

SKOCPOL, Theda. *States and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia and China*. Cambridge: Cambridge University Press. 2015.

_____. Why I am an Historical Institutional. *Polity Forum*. Vol. XXVIII, n I. 1995.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Coleção Temas Brasileiros. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1982.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus 990-1992*. São Paulo: Edusp. 1996 Tradução: Geraldo Gerson de Souza.

_____. Historical Analysis of Political Processes. In: TURNER, Jonathan H. (ed) *Handbook of Sociological Theory*. Kluwer Academic/ Plenum Publisher, New York. 2002.

_____. Why and How History Matters. In Robert E. Goodin and Charles Tilly (eds). The Oxford Handbooks of Political Science. *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. Oxford: Oxford University Press. 2009.

THELEN, Kathleen; CONRAN, James. Institutional Change. In: Orfeo Fioretos, Tulia G. Falletti, and Adam Sheingate (eds). The Oxford Handbooks of political science. The Oxford Handbook of Historical Institutionalism. Oxford: Oxford University Press. 2016.

_____ e STEINMO, K. Structuring Politics: Historical institutionalism in comparative analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p.1-32.

TOMIO, Fabrício R. L.; RICCI, Paolo. O governo estadual na experiência política brasileira: os desempenhos legislativos das assembleias estaduais. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 21, n. 41, p. 193-217, fev. 2012 a.

_____ Seis décadas de processo legislativo estadual: processo decisório e relações Executivo/ Legislativo nos Estados (1951-2010). *Cadernos da Escola do Legislativo – Volume 13 | Número 21 | jan/jun 2012 b*.

TORRES, Alberto. A Organização Nacional. Versão para eBook. eBooksBrasil.org Fonte Digital. Digitalização da 3a. edição. 1938.

TSEBELIS, G. Jogos Ocultos: escolha racional no campo da política comparada. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edusp. 1998. 249 p.

VIANNA, Francisco J. O. *O idealismo da Constituição*. São Paulo: Nacional, 1939.

VILAÇA, Marcos V.; ALBUQUERQUE, Roberto C. *Coronel, Coronéis*. 2º ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978.

VISCARDI, Claudia M. R. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico. *Primeiras Jornadas De História Regional Comparada*. 2000.

WAHRLICH, Beatriz S. Reforma Administrativa na era Vargas. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 1983.

WASILEWSKI, Jacek. Hungary, Poland, and Russia: The Fate of Nomenklatura Elites. In: DOGAN, Mattei; HIGLEY, John. *Elites, Crises and The Origins of Regimes*. New York, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 1998.

WEBER, Max. *The Methodology of the Social Sciences*. The Free Press of Glencoe, Illinois, 1949.

_____ *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.

_____ Economia e Sociedade. Fundamentos de Sociologia Compreensiva. vol.2. São Paulo: Ed. UNB, 2004b.

WIRTH, John D. *Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937. O Fiel da Balança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

ZULINI, Jaqueline e RICCI, Paolo. Reassessing the idea of political competition in oligarchic regimes: evidence from Brazil (1889-1930). *Journal Of Latin American Studies*, v. 49, p. 243-268, 2017.

Apêndice ⁴⁸⁴ – Fichas Biográficas da Classe Dirigente⁴⁸⁵

1. Aecim Tocantins (1923-2017)

*Ver. Cuiabá 1951-55. Vice-prefeito de Cuiabá em 1959-61. Prefeito Cuiabá 1961-62

Cuiabano. Formou-se contador e atuário no Rio de Janeiro, pela Academia de Comércio do Rio, hoje a Universidade Cândido Mendes. Depois que se formou, retornou a Cuiabá e instalou seu escritório de contador e atuário na Praça Ipiranga. Foi professor na Escola Técnica de Comércio -ETC de Cuiabá, que ajudou a criar, e da qual foi diretor na primeira metade dos anos 1950. Candidatou-se na eleição de vereador (1951-55) pela UDN, eleito, foi presidente da Câmara Municipal e assumiu a prefeitura por duas vezes durante governo de Manoel José de Arruda em 1952-1955, pois não havia vice na época e quem assumia era o presidente da Câmara de Cuiabá. Quando José Garcia Neto, também professor da ETC, foi eleito prefeito de Cuiabá em 1955, o convidou para o cargo de Secretário Geral da Prefeitura. Em 1959, foi eleito vice-prefeito de Cuiabá na administração de Hélio de Palma Arruda pela UDN. Ainda nos anos 1950, o contador Aecim Tocantins participou da instalação do Tribunal de Contas do Estado. Tocantins foi o primeiro presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso. Também foi professor universitário, um dos fundadores do Curso de Ciências Contábeis da UFMT. Em 1961 foi secretário do Interior, Justiça e Finanças no governo Fernando Corrêa da Costa. Cargo que deixou para assumir a prefeitura de Cuiabá em 1961-62. No governo de José Fragelli assumiu o posto de Conselheiro do TCE, onde ficaria até 1978, quando foi indicado pelo então governador José Garcia Neto representante de Mato Grosso na Comissão Especial de Divisão do Estado. Fontes: Boscho (2013); <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=282181>; <http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=18454¬icia=lenda-viva-da-historia-um-cuiabano-apaixonado-por-cuiaba>; Acesso 12/06/2018; <http://www.rdnews.com.br/cidades/aos-94-anos-morre-o-ex-prefeito-de-cuiaba-aecim-tocantins/86239>; Acesso 14/06/2018.

2. Agrícola Paes de Barros (1897-1969)

* Dep. est. MT 1935-37; Dep. fed. MT 1946-1951.

Nasceu em Cuiabá-Mirim, município de Santo Antônio do Rio Baixo -MT, filho de Antônio Paes de Barros Pinto e de Maria Augusta de Arruda Barros. Estudou no Colégio Salesiano e no Liceu Cuiabano, em Cuiabá, diplomando-se em 1923 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Formou-se também nesse ano em odontologia, pela Faculdade Hahnemanniana do Rio de Janeiro. Exercendo a medicina em seu estado, foi **diretor** de Higiene, **médico-legista** da polícia, **médico** da Profilaxia Rural e **diretor** de Saúde Pública. Elegeu-se **vereador** em Cuiabá em 1930. Na eleição presidencial entre Júlio Prestes e Vargas da Aliança Liberal, Barros foi um dos 11 a votar em Vargas em Cuiabá. Depois da Revolução de 1930, no pleito de outubro de 1934, **deputado** à Assembleia Constituinte estadual. Estava entre os deputados estaduais que apoiaram a candidatura de Mário e se refugiaram no 16º BC. Agrícola manteve apoio a Mário durante o ano de 1936, discursou na passeata promovida na capital a favor do governador e contra o senador João Villasbôas. Nas eleições de dezembro de 1945 elegeu-se deputado por Mato Grosso à Assembleia Nacional Constituinte pela UDN. Assumindo sua cadeira em fevereiro de 1946, participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta (18/9/1946) e a transformação da Assembleia em Congresso ordinário, exerceu seu mandato até janeiro de 1951, quando deixou a Câmara. Nessa legislatura integrou a Comissão Permanente de Redação da Câmara dos Deputados. Dedicando-se também ao jornalismo, fundou e dirigiu os periódicos *A Luz*, *O Fifó*, *A Plebe* e *O Brasil Oeste* e foi membro da Associação de Imprensa Mato-Grossense. Escreveu diversos artigos sobre medicina, política e questões sociais, publicados em jornais e revistas. Foi um dos fundadores do PTB, bem como em 1947, fundou PST e PSP no estado. Participou da campanha "O Petróleo é Nosso". Depois do Golpe Militar de 1964 foi preso sem acusação. Foi casado com Oaci Ribeiro Pais de Barros, com quem teve dois filhos. Fontes: CPDOC,

⁴⁸⁴ Todas as referências ao Dicionário do CPDOC se referem aos verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>; E quanto ao AFM se trata do Arquivo Filinto Müller.

⁴⁸⁵ Aqui se encontram todas as informações que encontrei dos 80 indivíduos que fizeram parte da classe dirigente. Em adição, inseri outros políticos relevantes para o período.

Dicionário; http://www.camaracuiaba.mt.gov.br/index.php?pag=mem_item&id=26 Acesso em 20/06/2018
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1997/11/04/julio-campos-homenageia-agricola-paes-de-barros> ; NEVES(2001), CPDOC, AFM.

3. Alberto Trigo Loureiro (1889-1977)

*Dep. fed. MT 1935-37

Nasceu em Cuiabá. Bacharel em ciências jurídicas e sociais, exerceu a advocacia e mais tarde tornou-se procurador regional da República. Candidatou-se em 1933 à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Constitucionalista de Mato Grosso, mas, não pôde concorrer às eleições em virtude de essa agremiação ter tido seu registro cassado pelo TSE. Ingressou no Partido Liberal ainda em 1933, pouco depois transferiu-se para o Partido Evolucionista, em cuja legenda elegeu-se afinal deputado federal por Mato Grosso no pleito de outubro de 1934. Em 1937 foi um dos apoiadores do governador Mário Corrêa da Costa até depois de sua deposição. Permanecendo na Câmara dos Deputados até 10 de novembro de 1937, quando a instauração do Estado Novo suprimiu os órgãos legislativos do país. Fundador da UDN, em abril de 1945 participou da reunião de seu diretório nacional em que se nomearam as comissões que elaborariam o primeiro projeto de estatutos do partido. Na ocasião foi indicado para integrar a Comissão de Estudos de Problemas Estaduais e Municipais. Participou da caravana do candidato Eduardo Gomes no estado. Fontes: CPDOC, AFM, CPDOC, Dicionário.

4. Alfredo Corrêa Pacheco (1897-)

* Deputado const. 1934.

Nasceu em Cuiabá, filho de Vicente Pacheco Pinto de Castro e de Maria da Conceição Corrêa da Costa Pacheco. Descendente por parte de mãe de tradicional família mato-grossense, era sobrinho de Pedro Celestino. Seus primos Mário Corrêa da Costa, Fernando Corrêa da Costa e Filinto Müller. Estudou no Ginásio Salesiano de Cuiabá e na Escola Normal do estado, pela qual se diplomou professor em fevereiro de 1914. No ano seguinte iniciou suas atividades jornalísticas, passando a colaborar em A Imprensa, O Revérbero e A Liça. Professor do Grupo Escolar Costa Marques, em São Luís de Cáceres, atual Cáceres - MT, aí permaneceu até 1917, quando se iniciou nas atividades políticas, participando da campanha pela reeleição do presidente estadual Caetano Albuquerque. Ainda em 1917 fundou o jornal A Razão e teve de viajar para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para prestar serviço militar obrigatório. Incorporando-se ao 1º Regimento de Infantaria, na Vila Militar da capital federal, dele se desligou em 1919. De volta a Mato Grosso, foi nomeado em 1922 por Pedro Celestino, então presidente do estado **diretor** do Grupo Escolar Afonso Pena, em Três Lagoas -MT. Nesse mesmo ano tornou-se redator, e depois diretor, do jornal A Notícia. Nomeado ainda **procurador** da Fazenda Municipal, colocou-se na oposição aos governos federais de Artur Bernardes (1922-1926) e de Washington Luís (1926-1930). Em 1927, transferiu-se para Campo Grande, em 1928, aí atuando até o ano seguinte como **advogado municipal**. Fundou ainda nessa cidade O Imparcial, além de colaborar como redator no Correio do Sul. De 1929 a 1930 participou da campanha da Aliança Liberal através das páginas de A Campanha. Após a vitória da Revolução de 1930, exerceu o **cargo de subchefe de polícia** de Mato Grosso, durante o governo de Antonino Mena Gonçalves (1930), e no ano seguinte foi nomeado **inspetor de ensino**. Após a eclosão, em julho de 1932, da Revolução Constitucionalista de São Paulo, Corrêa Pacheco foi novamente nomeado **subchefe de polícia**, agora pelo interventor Leônidas Antero de Matos. Preso, conseguiu fugir de Campo Grande e dirigir-se para Aquidauana. Nessa cidade organizou um batalhão de civis e com ele participou da reação às forças rebeldes acantonadas em Mato Grosso e, depois, em São Paulo. O movimento foi definitivamente debelado em outubro de 1932. Em 1933, foi Redator e diretor do jornal A República, participou nesse ano da fundação do **Partido Socialista de Mato Grosso**, cuja comissão diretora integrou. Incluído na chapa indicada por essa organização, elegeu-se, no pleito de maio do mesmo ano, deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda oficial do Partido Liberal de Mato Grosso. Assumindo o mandato em novembro seguinte, participou dos trabalhos constituintes, apresentando emendas relativas à laicidade do Estado, ao divórcio e à unidade da Justiça. Contrário ao texto da Constituição promulgada em 16 de julho de 1934, recusou-se a assiná-lo e concluiu o mandato em abril do ano seguinte, não mais retornando às atividades parlamentares. Rompeu com os Müller. Foi nomeado pelo interventor Olegário de Matos **chefe de polícia**. Entrou para a UDN participou da caravana do candidato Eduardo Gomes no estado. Casado com Maria Marques de Sampaio Pacheco. Fontes: CPDOC, AFM, CPDOC, Dicionário; Rose (2017).

5. Antônio Antero Paes de Barros (1888-1969)

* Secretário do Interior, Justiça e Finanças em 1935; Inspetor da Fazenda 1940; Diretor do Tesouro do Estado; Secretário das Finanças 1945

Nasceu em Cuiabá. Professor primário público e particular no Liceu Cuiabano e em Campo Grande no Colégio São Sebastião. Inspetor de ensino primário no Sul do estado. Coletor federal e estadual em Campo Grande. Inspetor de Fazenda. Barros comandava o Partido Republicano de Mato Grosso em Cuiabá, partido de Pedro Celestino. Vereador de Campo Grande para o período de 1927-29, sendo presidente da casa pelos 3 anos. Prefeito de Campo Grande desposto em 1930. Fundou o jornal O Correio de Sul em Campo Grande, que foi empastelado com a Revolução de 1930. Delegado fiscal do Estado de Mato Grosso, do Norte, com sede em Manaus de 1931-35, conseguiu a mudança da delegacia para Guajará-Mirim-MT em 1934. Secretário do Interior, Justiça e Finanças em 1935, segundo Mendonça (1974a) reestabeleceu as finanças mato-grossenses. Defendeu o governo estadual diante do crescimento da oposição. Durante o Estado Novo foi inspetor da fazenda, depois nomeado por Júlio Müller para o Tesouro estadual, recebendo críticas e acusações de desvio de verbas. Assumiu novamente o cargo nomeado por Olegário de Matos.

Fontes: <https://www.camara.ms.gov.br/historia> Acesso em 23/06/2018; Mendonça (1971;1974a), Ribeiro (s/d). CPDOC, AFM; APEMT, Diretoria Geral de Estatística. 61-Sinopse Estatística do Estado.1941.

6. Antônio Célio Mário Spinelli (1902-1979)

* Dep. est. 1955-59, Presidente da Assembleia Legislativa 1955

Nasceu na cidade de Bragança -SP. Com seus irmãos Marcos e Renato ingressaram nas fileiras da Coluna Prestes, passaram por Mato Grosso em meados de 1926, sob a liderança de Siqueira Campos. Os irmãos Spinelli foram para o Garimpo de São Pedro, em Poxoréu, com o lucro obtido adquiriram os primeiros 50 mil hectares de terras em Mato Grosso. Nesta época, também passaram a fazer relevos topográficos. Perto do Rio Teles Pires, Mário e Rodrigo Spinelli fundaram os primeiros setores de seringueiras, extraindo látex ao longo dos rios Tartaruga, Ferro, Irmandade e Cristalino. Contabilista, se formou na Itália e, em meados da década de 1930. Participou da Revolução de 1932. Presidiu a Associação dos Seringueiros e o PSP no estado. Em 03 de outubro de 1954, foi eleito deputado estadual pela sigla para a 3ª Legislatura da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com mandato para o período de 01/02/1955 a 31/01/1959. Mário Spinelli presidiu o Parlamento mato-grossense de 01/02/1955 a 14/06/1956 e ocupou a 1ª vice-presidência no período de 14/06/1956 a 13/06/1957 e a 2ª vice-presidência de 13/06/1958 a 31/01/1959. Posteriormente dedicou-se à vida empresarial e contribuiu para entrada de seu filho Tom Spinelli à vida política, e também chegou à presidência do legislativo estadual.

Fontes: <http://www.al.mt.gov.br/parlamento/galeria-presidentes> Acesso em 09/10/2018; <http://portalmatogrosso.com.br/imprime.php?cid=29726&sid=263> Acesso em 13/06/2018

7. Antônio Mendes Canale (1923- 2006)

*Dep. est. MT 1950-54. Dep. fed. MT 1959, 1961 e 1962; Prefeito de Campo Grande 1963 -1967; 1970-73. Sen. MT 1975-1979; Sen. MS 1979-1983 e 1987-1991; Sen. const. 1987-1988.

Nasceu em Miranda -MS, então no estado de Mato Grosso, filho de Humberto Canale, revolucionário de 1930 e prefeito dessa cidade entre 1930 e 1932, e de Ilva Mendes Canale. Ingressou na vida política em 1945, com a redemocratização do país, filiando-se ao PSD e tendo sido um dos fundadores e presidente da Ala Moça no estado, organização política composta por jovens possedistas que propunham a modernização do país. Ainda nesse período fundou a União Campo-Grandense de Estudantes -UCE. Diplomou-se contador em 1947, pela Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho, bacharelando-se depois em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Mato Grosso. Eleito deputado estadual em Mato Grosso na legenda do PSD no pleito de outubro de 1950, assumiu o mandato em fevereiro do ano seguinte. Reeleito em outubro de 1954, obtendo a maior votação do estado, nessa legislatura participou da Comissão de Orçamento da Assembleia mato-grossense e, no pleito de outubro de 1958, elegeu-se suplente de deputado federal por seu estado, sempre na legenda do PSD. Deixando o Legislativo de Mato Grosso em janeiro de 1959, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados de julho a outubro do ano seguinte, de julho a outubro de 1961, de março a junho e de julho a setembro de 1962. De 1963 a 1967 foi prefeito de Campo Grande, aí iniciando a construção do canal de Maracaju, destinado a controlar as cheias periódicas. Construiu também a sede da prefeitura e ampliou a rede de esgotos. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à ARENA. Entre os anos de 1967 e 1968 exerceu o cargo de chefe de gabinete do governador Pedro Pedrossian (1967-

1971). Em 1970 voltou a ocupar a prefeitura de Campo Grande, à frente da qual se manteve até 1973. No pleito de novembro de 1974 elegeu-se senador por Mato Grosso na legenda da ARENA. Em 1980 participou da comissão especial que criou o estado de Mato Grosso do Sul, foi relator da comissão que criou a Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Em novembro, integrou como suplente a chapa encabeçada por Marcelo Miranda ao Senado, pelo estado de Mato Grosso do Sul, na legenda do PMDB, que foi eleita. Nomeado secretário de Administração de Mato Grosso do Sul em 1983, no governo de Wilson Barbosa Martins (1983-1986), permaneceu no cargo até o final de 1984. Em 1985 assumiu a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste -SUDECO, exercendo o cargo até 1987. Em 29 de junho de 1987 foi efetivado na vaga do senador Marcelo Miranda, que renunciou ao cargo para assumir o governo do Mato Grosso do Sul. Em junho de 1988 deixou o PMDB e ingressou no PSDB, agremiação que ajudou a fundar. Com a promulgação da nova Constituição em 5 de outubro seguinte, retornou aos trabalhos ordinários no Senado. Era casado com Máisa Maria Xavier Canale, com quem teve quatro filhos. Fontes: CPDOC, Dicionário.

8. Antonino Mena Gonçalves (1876-1938)

* Interventor MT 1931. Secretário Agricultura

Nasceu em Rosário -RS, filho de Zózimo Francisco Gonçalves. Sentou praça em agosto de 1892, sendo promovido a cabo-de-esquadra em março de 1893, a furriel em agosto do mesmo ano, a segundo-sargento no mês seguinte e a primeiro-sargento em janeiro de 1895. Em abril deste ano, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, após ter dado baixa como primeiro-sargento. Designado alferes-aluno do Exército em fevereiro de 1900, em abril do ano seguinte passou a servir no 1º Regimento de Artilharia de Campanha, em São Gabriel -RS, e, em março de 1904, graduou-se bacharel em matemática e ciências físicas. Ainda como alferes-aluno, serviu, a partir de abril deste último ano, no 2º Batalhão de Engenharia, em Cachoeira do Sul -RS, sendo promovido em junho de 1905 a segundo-tenente. Nesta patente, prestou serviços junto ao 2º Batalhão de Engenharia e ao 10º Batalhão de Infantaria, sediados no Rio de Janeiro, e atuou como auxiliar do ensino de engenharia na Comissão Construtora de Quartéis, servindo na 12ª Região de Inspeção. Em fevereiro de 1913, assumiu o comando da 3ª Bateria do 3º Regimento de Artilharia Montada, em Campinas -SP, e, em dezembro do mesmo ano, o da 2ª Bateria, tornando-se então ajudante do regimento. Em abril de 1914, foi nomeado assistente da 2ª Brigada Estratégica, com a qual participou da repressão à Guerra do Contestado. Promovido a capitão em janeiro de 1917, serviu no comando de diversas baterias do 4º, 5º e 7º regimentos de Artilharia Montada, sediados, respectivamente, em Itu -SP, Santa Maria -RS e Juiz de Fora -MG. Assistente da 3ª Brigada de Artilharia e encarregado de obras do quartel, foi promovido, em agosto de 1921, a major. Pertenceu ao 1º Regimento de Artilharia Pesada, também no Rio de Janeiro, atuando ainda como diretor e subdiretor da Fábrica de Pólvora sem Fumaça, de setembro de 1922 a maio de 1923. Transferido em abril de 1923, foi classificado no Grupo a Cavalos do Regimento de Artilharia Mista, em Campo Grande. Em maio seguinte, foi nomeado chefe do Serviço de Material Bélico do quartel-general da circunscrição do 1º Grupo Independente de Artilharia Mista, também em Campo Grande. Ainda em 1923, dirigiu as oficinas de reparo, chefiou interinamente o Serviço do Estado-Maior e foi nomeado para completar o número de membros do Conselho de Administração do Quartel General, em Campo Grande. Promovido a **tenente-coronel** em maio de 1927, foi reformado em março do ano seguinte. Com a Revolução de outubro de 1930, foi nomeado por Getúlio Vargas, ainda neste mês, governador provisório de Mato Grosso, em substituição a Sebastião Rabelo Leite. Empossado em 3 de novembro, assumiu no dia 19 a condição de interventor federal. Durante sua curta gestão, doou ao Instituto Histórico de Mato Grosso e ao Centro Mato-Grossense de Letras a casa em que o almirante Augusto Leverger residia, que recebeu o nome de Casa Barão de Melgaço. Providenciou também medidas de repressão ao trabalho escravo nas usinas do Rio Abaixo. Segundo Rubens de Mendonça, em dezembro de 1930 cometeu uma série de violências que provocaram a demissão do secretário Virgílio Corrêa Filho. Em abril de 1931, a deflagração de uma grave crise política, decorrente destes fatos, levou Vargas a substituí-lo na interventoria por Artur Antunes Maciel. Durante Estado Novo, continuou no estado trabalhando como engenheiro e agrimensor. Com a redemocratização, se manteve aliado dos Müller e apoiou o general Dutra, participou das campanhas eleitorais de 1945 e 1947. Neste ano, nomeado pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo secretário de Agricultura. Concorreu à prefeitura de Campo Grande pelo PSD, mas foi derrotado.

Fontes: CPDOC, AFM; CPDOC, Dicionário; Mendonça (1971; 1974), Neves (1988), Martins (s/d).

9. Aral Moreira (1898-1952)

*Dep. fed. MT 1951-1952

Aral nasceu em Aquidauana, filho de Manuel Moreira e de Josefina Trindade Moreira. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Advogado, industrial, comerciante, pecuarista e especialista em cooperativismo, foi **subchefe** de polícia e **promotor público** em Mato Grosso e membro da **junta governativa** do Instituto Nacional do Mate. Líder político em Ponta Porã. Aliado de Vespasiano Barbosa Martins. Lutou em 1932 do lado dos paulistas na região Sul, junto com Teófilo Azambuja e Avelino Nogueira e Altivo Barbosa Martins. Era aliado dos Müller, mas insatisfações desde 1935 levam ao rompimento. Filiou-se a UDN e no pleito de outubro de 1950 elegeu-se deputado federal pelo partido. Assumiu sua cadeira em fevereiro de 1951 e faleceu em novembro de 1952, em pleno exercício do mandato. Em 1976 recebeu a homenagem póstuma da criação do município de Aral Moreira, no oeste de Mato Grosso do Sul. Fontes: CPDOC, AFM; CPDOC, Dicionário; Martins (1971); Saldanha (2010). <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/aral-moreira/historico>; Acesso 13/06/2018.

10. Archimedes Pereira Lima (1910-1993)

* Pres. Fundação Brasil Central; Diretor da imprensa oficial; Diretor departamento estadual de imprensa e propaganda; Secretário da Agricultura e Mato Grosso.

Natural de Campo Grande- MS, descendendo de Francisco Pereira Lima e Ana Mendes Lima. Advogado provisionado, jornalista, dirigiu os periódicos cuiabanos: O Estado de Mato Grosso (1939) e Diário de Mato Grosso (1976), tendo fundado e dirigido O Correio do Sul, O 9 de Julho, de Campo Grande, Folha do Sul, de Aquidauana. Foi redator dos jornais Gazeta de Notícias e Diretrizes. Tradutor da Agência Havas (France-Presse) e colaborador do jornal Correio da Manhã, ambos no Rio de Janeiro. Em 1933 foi professor em Araçatuba-SP, em 1934 foi promotor de justiça em Nioaque. Neste ano fundou, o Partido da Mocidade em Campo Grande, sob orientação de Filinto Müller. Em 1937-45 diretor da imprensa oficial e do departamento estadual de imprensa e propaganda. Em 1942 tabelião em Corumbá. Filiado ao PSD, rompeu em 1946, entrando na dissidência. Em agosto de 1946 nomeado secretário da Agricultura e Mato Grosso, no governo do interventor Marcelo Moreira, permanecendo até 1947. Nomeado por Getúlio Vargas, para dirigir a Fundação Brasil Central, instituição que, ao lado da Marcha para o Oeste, integrou o projeto de abertura e colonização de Mato Grosso e da Amazônia. Integrou o grupo dos fundadores da Federação das Indústrias do Estado Mato Grosso – FIEMT. Fundou e foi diretor-presidente da Companhia Cervejaria Cuiabana, precursora no ramo no Estado. Presidiu também a Associação Comercial de Cuiabá.

Fontes: <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-13/102-archimedes-pereira-lima>; Acesso 18/05/2018; <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=306238>; Acesso 18/05/2018; Mendonça (1971); CPDOC, AFM.

11. Argemiro de Arruda Fialho (1908-1975)

*Dep. fed. MT 1946-1951.

Nasceu em Campo Grande, filho de Argemiro Arruda Fialho e de Amélia Pereira Arruda Fialho. Bacharel pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1932. Advogou por algum tempo em sua cidade natal. Professor, participou do desenvolvimento da Educação em sua cidade. Em 1945, participou da criação do PSD campo-grandense e em dezembro elegeu-se deputado Constituinte, assumindo o mandato em fevereiro de 1946. Participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta Constitucional (setembro de 1946) e a transformação da Assembleia em Congresso ordinário, tornou-se membro da Comissão Permanente de Legislação Social. Candidatou-se à reeleição em outubro de 1950, obtendo apenas uma suplência, deixou a Câmara ao final da legislatura (31/1/1951).

Fontes: CPDOC, Dicionário; Ribeiro, Lélia (s/d)

12. Ari Coelho Oliveira (1910-1947)

* Prefeito Campo Grande 1950-52

Nascido em Bauzinho, município de Paranaíba, Mato Grosso. Ari estudou medicina em Belo Horizonte e formou-se em 1933. Depois, fez especialização em São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1936, mudou-se para Campo Grande, onde residiu com sua esposa Maria. Em 1939, fundou o primeiro hospital particular da cidade, a clínica Santa Maria, onde trabalhavam os médicos Willian Macksoud, líder trabalhista e Koei Yamaki. Ari fazia oposição ferrenha a Fernando Corrêa da Costa, quando este era prefeito de Campo Grande. Segundo Paulo Coelho Machado (*apud* Neves 2001) a oposição devia-se a um bueiro mal feito em

sua fazenda. Ari era filiado a UDN e recebeu convite de Heitor Medeiros, Wilson Fadul e Mendes Canale para concorrer à prefeitura de Campo Grande pelo PSD-PTB contra Wilson Barbosa Martins, da UDN. Segundo Paulo Coelho Machado (*apud* Neves 2001), Filinto Müller teria recomendado sua filiação no PTB em troca de um financiamento comprar um cavalo do Jockey Club. A candidatura de Ari foi apoiada pelo senador Filinto, pelos deputados estaduais Rosário Congro e Bezerra Neto. Eleito, enfrentou oposição na Câmara municipal de Paulo Coelho Machado da UDN. No PTB, Ari teria se desentendido com as lideranças. Também era considerado o provável candidato ao governo do estado. Como prefeito continuou fazendo campanha contra o governador Fernando Corrêa e contra Archimedes Pereira Lima, o presidente da Fundação Central do Brasil. Como resultado, Alci Pereira Lima, irmão de Archimedes, publicou em um jornal ofensas pessoais difamando Ari; em passagem na capital mato-grossense, Ari foi encontrar Alci em seu local de trabalho, a CER. No encontro, Alci Pereira Lima assassinou o prefeito Ari Coelho e se refugiou com irmão em Goiás; nos anos 1970, Alci conseguiu receber retroativos de seus serviços na CER. Como as investigações sobre o caso foram arquivadas, restaram relatos. Para Paulo Coelho Machado, Ari teria ido tirar satisfações. Na interpretação de Cruz, Ari recebeu um tiro nas costas e quando estava na Santa Casa, durante sua cirurgia a luz elétrica teria acabado e ninguém ligou o gerador. Para Cruz, o motivo do assassinato foi a denúncia feita em seu jornal sobre o caso de venda de terras públicas estaduais a preços baratos para um grupo de políticos.

Fontes: Mendonça (1971), Cruz (2001), Neves (2001).

13. Arnaldo Estêvão de Figueiredo (1892-1991)

* Gov. MT 1947-1950

Nascido em Brotas-MT, distrito de Cuiabá, filho de Antônio Estêvão de Figueiredo e Antônia Maria de Almeida. Estudou na escola pública do ABC, junto com os irmãos Müller. Formou-se no Liceu Cuiabano em 1911. Recebeu bolsa de estudos do governo de Pedro Celestino para cursar agronomia em Pelotas-RS em 1912 e formou-se em 1914. Retornando ao seu estado, trabalhou como agrimensor conhecendo inúmeras fazendas do Sul do estado. Mudou-se em Campo Grande em 1917. Elegeu-se **vice intendente** da cidade pelo PRMG em 1919, assumindo a intendência em 1920-1921. Elegeu-se o **vereador** mais votado da cidade em 1921. Elegeu-se **intendente** de Campo Grande, sem concorrentes, em 1923, ficou até final de seu mandato em 1926. Elegeu-se **vereador** em 1928-30 e foi presidente da casa. Apoiou e participou da Revolução de 1932 no sul do estado. Participou da comissão emergencial do Partido Constitucionalista. Fundou o Rotary Club de Campo Grande em 1939, sendo o primeiro presidente. Eleito **governador** em 1947 pela aliança PSD-PTB, recebeu apoio de Getúlio Vargas. Sua administração foi marcada pelo incentivo a colonização. No final de seu mandato, desentendeu-se com os Müller sobre a vaga ao senado pelo PSD, Figueiredo gostaria de concorrer pelo partido e Filinto almejava coligação com PTB e que Júlio fosse o candidato. A coligação não se realizou e Arnaldo foi candidato pelo PSD e Júlio pelo PTB, nenhum deles elegeu-se. Posteriormente, filiou-se ao PSP. Foi casado com Mendora Alves Fialho, teve 5 filhos. Fontes: CPDOC, AFM; CPDOC, Dicionário; Mendonça (1974a); Neves (2001a); Ribeiro (s/d).

14. Ataíde Lima Bastos (1896-)

*Dep. fed. 1951-1955

Nasceu em Cuiabá, filho de Francisco de Paula Araújo Bastos e de Herzila Lima Bastos. Cursou a Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro, especializando-se em clínica pediátrica. Exerceu em Cuiabá as funções de médico da Escola Industrial, professor do Ginásio do Estado e da Escola Normal e **funcionário** do Departamento de Saúde Estadual e do Serviço Sanitário Rural. No pleito de outubro de 1950, elegeu-se deputado federal por Mato Grosso pela UDN, assumindo o mandato em fevereiro de 1951. Em outubro de 1954, obteve uma suplência de deputado federal pelo mesmo partido e estado. Deixando a Câmara ao final de seu primeiro mandato (31/1/1955), tornou a ocupar uma cadeira de deputado federal nos períodos de 2 de agosto de 1956 a 3 de fevereiro de 1957, de 25 de março a 3 de junho e de 13 de junho a 15 de agosto de 1957 e de 9 de abril a 18 de setembro de 1958. Foi membro da Associação Médica de Mato Grosso. Fontes: CPDOC, Dicionário.

15. Artur Antunes Maciel (1879-1955)

* Interventor federal MT 1931-1932

Nascido em Pelotas -RS, filho de Artur Antunes Maciel e Leonídia Moreira Maciel. Vinha de uma família de políticos que exerciam cargos desde o Império. Em 1904, formou-se engenheiro na Escola Politécnica de São Paulo. Com a vitória da Revolução, por sua ligação com Oswaldo Aranha, foi nomeado interventor federal de Mato Grosso. Tomou posse em abril de 1931. Desde o início enfrentou oposição de militares do 16º Batalhão de Caçadores e da imprensa local contrária a Revolução. Recusou apoiar o partido dos Revolucionários do estado, Partido União Liberal de Mato Grosso, de Leônidas Antero de Matos, Vespasiano Martins e João Leite. Descontentes os próprios liberais articularam sua saída, em seu lugar Leônidas Antero de Matos foi nomeado. Durante o ano de 1943, foi membro do conselho administrativo da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro e posteriormente diretor do Departamento de Estradas de Rodagem -DER de São Paulo. Presidente da Caixa Econômica Federal de São Paulo nos anos de 1945, 1948, e de 1951 a 1954, tornou-se em 1955 diretor desse mesmo órgão.

Fontes: CPDOC, Dicionário.

16. **Benedito Vaz de Figueiredo** (1910-1979)

*Dep. est. 1947-1951; Presidente Assembleia Legislativa 1953.

Nasceu em Cuiabá. Formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, em 1936. Também foi servidor público, professor na Faculdade de Direito de Mato Grosso e membro da Associação Matogrossense de Imprensa. Em 1947, foi eleito deputado estadual constituinte pela UDN para a 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (1947 a 1951). Presidiu a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Em 1950, foi reeleito para a 2ª Legislatura (1951 a 1955). Eleito presidente da casa em 1953, renunciou à presidência dezembro do mesmo ano. Em 02 de janeiro de 1954, renunciou ao mandato parlamentar e foi empossado como juiz do TCE (atual cargo de conselheiro). Benedito Vaz de Figueiredo foi membro-fundador do Tribunal de Contas e presidente da primeira Mesa Diretora da instituição, eleita e empossada no dia 04 de janeiro de 1954. Ele voltou a ocupar o cargo de presidente do TCE-MT em 1959, 1964 e 1967, e se aposentou em 06 de março de 1968.

Fontes: <http://www.al.mt.gov.br/parlamento/galeria-presidentes>; Acesso 09/10/2018.

17. **Caio Corrêa** (1888-19740)

* Dep. est. 1934-37. Departamento Administrativo

Nasceu em Cuiabá. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1912. Em 1914, casou-se com a cuiabana Hilda Lima, filha de Eudóxia e do fazendeiro João Alves de Lima. Durante sua vida, exerceu as seguintes funções: Médico de bordo do Loyd Brasileiro (1913); capitão-médico da Polícia Militar do Estado (1913-1917); inspetor de Higiene do Estado (1917-1923); médico legista do Estado (1923-1930); médico da Santa Casa de Misericórdia (1922 a 1950); diretor da Enfermaria Hospital do 16ºBC (1925); diretor do Liceu Cuiabano (1933); diretor de Saúde Pública; membro do Conselho Consultivo do Estado (1932); deputado estadual Constituinte (1934). Na ocasião da intervenção federal de 1937 e com a morte do governador Mário Corrêa da Costa, Caio sugeriu nova eleição para completar seu mandato, quando Júlio Müller se elegeu. Membro do Departamento Administrativo do Estado, também membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal e seu vice-presidente (1946-1950), médico credenciado dos Institutos dos Comerciantes e Industriários. Pertenceu ao Rotary Club de Cuiabá e por diversos anos foi médico particular do ex-governador Dom Aquino Corrêa.

Fontes: Mendonça (1974a); <http://www.portalmatogrosso.com.br/matopedia/correa-caio/31860>; Acesso em 22/06/2018

18. **Carlos Vandoni de Barros** (1904-1986)

* Dep. fed. MT 1935-1937; 1947-1951.

Nasceu em Corumbá -MS, filho de Pedro Paulino de Barros e de Josefina Vandoni de Barros. Formado em engenharia civil em 1927, foi oficial de engenharia da reserva de primeira linha. Iniciou sua carreira política elegendo-se **deputado estadual**, exerceu o mandato entre 1928 e 1930. Membro do PL em 1933, nesse mesmo ano filiou-se ao PE, pelo qual se elegeu deputado federal no pleito de outubro de 1934. Exerceu o mandato de 12 de agosto de 1935 a 1937. Foi **diretor** do Instituto Nacional do Mate e **diretor** do Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A., após a democratização em 1945 elegeu-se no pleito suplementar de janeiro de 1947 deputado federal por Mato Grosso na legenda do PSD. Assumindo a cadeira em 24 de março de 1947, integrou durante o mandato a Comissão Permanente de Transportes e Comunicação e a

Comissão Especial de Pecuária da Câmara dos Deputados. Candidato à reeleição no pleito de outubro de 1950, ainda pelo PSD, obteve apenas uma suplência, deixando a Câmara em 31 de janeiro de 1951, a ela não mais retornando. Dirigiu o jornal A Cidade, de Corumbá, foi sócio correspondente da Academia Mato-Grossense de Letras e sócio efetivo do Instituto Histórico de Mato Grosso. Era casado com Anatália Beltrão de Barros, com quem teve duas filhas. Publicou Nhecolândia (1934), Construir — palavra de ordem (1941), O setor transporte no Plano Salte (1948) e Em defesa de um rio esquecido (o Paraná) (1950). Fontes: CPDOC, Dicionário.

19. Cívus Müller da Silva Pereira (1913-1968)

* Secretário de Agricultura 1948

Cuiabano. Filho de Frederica Müller e Coronel José da Silva Pereira. Cívus trabalhou com seu tio Filinto Müller na polícia do Rio de Janeiro, recebeu as funções de censurar a imprensa e chefiou o Quadro Móvel. Segundo Rose (2017), o Quadro Móvel não existia oficialmente, muito menos se sabe quem eram seus funcionários, apenas Filinto e Cívus sabiam os nomes. Não trabalhavam no prédio da polícia central, mas em vários locais. O Quadro Móvel fazia um serviço de espionagem, monitorando e vigiando as pessoas, até mesmo Getúlio Vargas e seus ministros, a fim de juntar informações daqueles considerados inimigos do governo. Mantinham um arquivo dos indivíduos e quando um cidadão iria assumir emprego público ou tirar passaporte, o chefe de polícia expedia um atestado de ideologia, comprovando se a pessoa era ou não comunista. Não existem detalhadas informações sobre suas atividades. Rose suspeita que a experiência pode ter servido de inspiração para a criação do primeiro grupo de extermínio da polícia em 1957. Também, existem poucas informações sobre Cívus. Quando Filinto foi nomeado presidente do CNT em 1943, Cívus o acompanhou, ainda que respondia por diversos crimes: caso de segurança nacional, desfalque, uso ilegal de fundos, suborno, corrupção, uso indevido de documentos oficiais, prevaricação penal. As acusações foram arquivadas. Durante a Ditadura Militar, Cívus trabalhando em um tribunal de Justiça foi demitido por causa desses processos, mas recorreu diretamente ao presidente Castelo Branco e conseguiu seu emprego de volta. Em 1948, participou do governo de Arnaldo Figueiredo, ocupou a pasta da Agricultura. Fontes: CPDOC, AFM; Ribeiro (s/d); Rose (2017).

20. Clóvis Ribeiro Cintra (1904-1997)

* Dep. est. MT 1951-55; Presidente Assembleia Legislativa 1951

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Estudou no Colégio Militar e na Escola Militar do Realengo -RJ e se tornou aspirante na Arma de Cavalaria. Nessa mesma escola, formou-se engenheiro agrimensor. Foi militar de carreira do Exército Brasileiro e, desde a segunda metade da década de 1920, prestou serviços na região sul de Mato Grosso. Ingressando na política em 1950, elegeu-se deputado estadual pelo PTB para a 2ª Legislatura (1951-1955). Em 14 de abril de 1951, o então Major Clóvis Cintra tomou posse no parlamento mato-grossense e foi eleito presidente da Casa para o período 1951-1952. Em julho de 1951 o deputado apresentou projeto de criação do BEMAT - Banco do Estado de Mato Grosso e também projeto de criação da Faculdade Federal de Direito de Mato Grosso. Clóvis Cintra renunciou ao seu mandato parlamentar no dia 16 de setembro de 1953. Em 30 de outubro de 1953, passou para a reserva de 1ª Categoria no posto de General de Brigada da Arma de Cavalaria do Exército Brasileiro. Fontes: Carvalho (2007);

<http://www.al.mt.gov.br/parlamento/galeria-presidentes>; Acesso 09/10/2018;

<http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/130999/artigos2.htm>;

<https://www.almanaqueducuiaba.com.br/cuiabanometro/periodo-1900-1999>; Acesso em 20/06/2018.

21. Dolor Ferreira de Andrade (1894- 1975)

* Dep. fed. MT 1945-1951; 1951-1955. Secretário da Agricultura 1937.

Nasceu em Batatais - SP, filho de Florêncio José Ferreira e de Emília F. Toledo de Andrade. cursou o Colégio São José, em sua cidade natal, e o curso preparatório Acácio Paulo Ferreira, na cidade de São Paulo. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1919, especializando-se em direito penal militar. Ligado ao PRMG, de Pedro Celestino. Professor do Instituto Pestalozzi. Casado com Avelina Corrêa da Costa, prima de Menedora, esposa de Arnaldo E. de Figueiredo, bem como parente do governador Mário e Ytório Corrêa da Costa. Na década de 1930, filiou-se ao PP, depois ao PE de Mato Grosso, em cuja legenda elegeu-se suplente, em outubro de 1934, deputado à Assembleia Constituinte estadual. Aliado a oposição, dos Müller, ao governador Mário Corrêa da Costa, participou dos trabalhos constituintes. Em

dezembro de 1935 foi afastado da Assembleia com a volta do deputado Gabriel Vandoni. Sua correspondência com Filinto evidencia sua participação ativa na oposição, também trataram da formação de diversos sindicatos e Dolor foi o presidente sindicato criadores. Foi **secretário da Agricultura** do interventor Manuel Ari S. Pires em 1937. Foi **Auditor de Guerra** junto a 9ª região sediada em Campo Grande e promotor militar. Em 1945, juntamente com Paulo Coelho Machado, Dolor fazia ataques ao governo Vargas. Ingressou na UDN e rompeu com os Müller. Elegeu-se, em dezembro de 1945, **deputado** por Mato Grosso à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da UDN. Empossado em fevereiro de 1946, participou da elaboração do novo texto constitucional e, após a sua promulgação (18/9/1946), passou a exercer o mandato ordinário, integrando a Comissão Permanente de Agricultura e a Comissão Especial de Pecuária. Concorreu ao governo estadual em 1947, mas Arnaldo E. Figueiredo se elegeu. Reeleito deputado federal em outubro de 1950, assumiu o mandato em fevereiro do ano seguinte. Em 1953, Dolor de Andrade concorreu com o vereador Wilson Fadul do PTB à prefeitura de Campo Grande, Fadul foi eleito. Exerceu o mandato até janeiro de 1955, mas não retornou à Câmara. Disputou uma vaga ao Senado na eleição de 1954 pelo mesmo partido, não conseguindo eleger-se. Nos anos de 1958 e 1962, voltou a concorrer a uma vaga à Câmara dos Deputados, onde também não teve êxito. Dolor foi também pecuarista. Pertenceu à Federação das Associações dos Criadores do Sul de Mato Grosso e à Associação Mato-Grossense de Imprensa. Fontes: CPDOC, Dicionário; CPDOC, AFM; Ribeiro (s/d).

22. **Edison Britto Garcia** (1928-1987)

*Dep. est. MT 1959-1961. Dep. fed. MT 1963-1967. Secretário estadual 1961-66.

Nasceu em Cáceres -MT, filho de Antônio Alves Garcia e de Almira Brito Garcia. Seu tio paterno Philadelpho Garcia foi deputado federal pelo PSD. Bacharelou-se em direito, dedicando-se à advocacia em seu estado. Ingressou na política na UDN em 1945. Posteriormente, foi secretário-geral do diretório regional desse partido em Mato Grosso. Eleito deputado estadual na legenda da UDN no pleito de outubro de 1958, exerceu o mandato de fevereiro do ano seguinte até 1961, quando foi nomeado **secretário estadual** pelo governador Fernando Corrêa da Costa (1961-1966). Em outubro de 1962, elegeu-se deputado federal, assumindo a cadeira em fevereiro do ano seguinte. No exercício de seu mandato, segundo pesquisa realizada pelo jornal Correio Brasiliense de setembro de 1964, apoiou o monopólio estatal do petróleo, dos minérios atômicos, da energia elétrica e das telecomunicações, admitindo também uma reforma agrária de conteúdo cooperativista. Ainda segundo a mesma Fonte, aceitava em tese a reforma constitucional, mas negou confiança ao governo de João Goulart para promovê-la. Assim, apoiou o golpe de 1964, que depôs Goulart e pouco depois conduziu o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco à presidência da República (1964-1967). Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao MDB. No pleito de novembro de 1966 concorreu à reeleição por este partido, conseguindo apenas uma suplência. Exerceu seu mandato até o final da legislatura, em janeiro de 1967, deixou a Câmara dos Deputados. No ano seguinte foi nomeado consultor jurídico da Companhia de Desenvolvimento de Brasília, que ainda nesse ano passou a ser denominada Colméia A. P. E. Nessa empresa, Edson Garcia ocupou os cargos de diretor jurídico e de operações. Em 1980 deixou a empresa e transferiu-se para o Mato Grosso do Sul, onde tornou-se presidente da Companhia de Habitação do estado na gestão de Pedro Pedrossian (1980-1983). Em abril de 1982 deixou o cargo e, em novembro, concorreu a deputado federal na legenda do PDS pelo Mato Grosso do Sul, obtendo a primeira suplência. Entre 1983 e 1984 foi representante do Mato Grosso do Sul na Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Em 1985 foi empossado na Câmara, com o afastamento do titular Levi Dias, que disputava a prefeitura de Campo Grande. Com a derrota de Dias, Edson Garcia deixou o mandato legislativo. Afastando-se da vida partidária, tornou-se conselheiro da Eletrosul e retornou à advocacia. Era casado com Nanci Costa Brito Garcia, com quem teve quatro filhos. Fontes: CPDOC, Dicionário;
http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layoutsdeputados_biografia?pk=123120&tipo=0; Acesso 13/06/2018

23. **Edyl Pereira Ferraz** (1924-2008)

*Dep. est. MT 1955-1959; 1959-63. Presidente da Assembleia Legislativa 1964. Dep. Fed. 1966-1971; 1974-1975.

Nasceu em Paranaíba -MS, filho de José Rodrigues Ferraz e de Alice Pereira Ferraz. Nomeado em 1952 secretário municipal de Paranaíba, em 1953 bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal. Iniciou sua vida parlamentar no pleito de outubro de 1954, quando se elegeu deputado estadual em Mato Grosso pelo PSD. Deixando o cargo que ocupava na prefeitura da cidade natal, assumiu

o mandato em fevereiro de 1955. Reelegeu-se em outubro de 1958, tornando-se de 1959 a 1961 o líder do governo na Assembleia estadual. Voltando a eleger-se em outubro de 1962, exerceu em 1964 e 1965 a presidência da casa. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº. 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à ARENA. Em novembro de 1966, elegeu-se deputado federal por Mato Grosso na legenda da ARENA. Deixando a Assembleia Legislativa em janeiro de 1967, em fevereiro seguinte ocupou sua cadeira na Câmara dos Deputados. Nas eleições de novembro de 1970 candidatou-se mais uma vez a deputado federal por seu estado, obtendo apenas uma suplência. Encerrou seu mandato em janeiro de 1971 e só retornou à Câmara em agosto de 1974, aí permanecendo até janeiro de 1975. Em outubro de 1977 foi sancionada a lei que dividiu em dois o estado de Mato Grosso. No pleito de novembro de 1978 foi suplente na chapa vitoriosa, encabeçada pelo ex-governador Pedro Pedrossian. Com o fim do bipartidarismo e a consequente reorganização partidária em 1979, filiou-se ao PDS, que sucedeu à ARENA. No ano seguinte, foi instalado o TCE, tendo Edil Ferraz como primeiro presidente. Aposentou-se no TCE em junho de 1989. Após deixar o TCE, filiou-se ao PDT, participando do diretório regional do partido. No pleito de outubro de 1990 concorreu a uma vaga de deputado federal na legenda pedetista, não sendo bem-sucedido. Permaneceu filiado ao PDT e não voltou mais a disputar eleições, dedicando-se à agropecuária. Era casado com Inês Aparecida Zogbi Pereira Ferraz, com quem teve dois filhos. Fontes: CPDOC, Dicionário.

24. Estevão Alves Corrêa (1881-1949)

*Dep. est. 1935-37; Presidente Assembleia Legislativa 1947

Nasceu em Cuiabá. Filho do coronel Virgílio Alves Corrêa e Inês Alves, irmão do historiador Virgílio Alves Corrêa Filho. Os Alves Corrêa eram parentes dos Corrêa da Costa, Estevão era neto de Cesário Corrêa da Costa, filho de Antônio Corrêa da Costa e Maria da Conceição. Iniciou seus estudos no Liceu Cuiabano e seguiu para o Rio de Janeiro em 1900, onde se formou pela Faculdade de Medicina. Em 1906 retornou a Mato Grosso. Foi diretor de Higiene Pública, de Instrução Pública e do Liceu Cuiabano. Segundo Frank (1999), conforme impostos declarados, Estevão era dono de boa parte das terras do município de Miranda, tinha 40.000 hectares. Além disso, era dono de 84,215 hectares em Aquidauana, e 40,161 hectares em Três Lagoas. Foi intendente de Aquidauana em 1916. Deputado estadual de 1909 a 1914 e de 1918 a 1926, foi também presidente da Assembleia Legislativa. Exerceu o governo do estado de 28 de outubro de 1924 a 22 de janeiro de 1926 em substituição a Pedro Celestino Corrêa da Costa. Depois da Revolução 1930, Estevão continuou atuando politicamente, líder do Partido Liberal, aliado do senador Villasbôas e Ytório Corrêa da Costa. Em 1935, eleito deputado estadual presidiu os trabalhos da Assembleia Constituinte em Mato Grosso. Casado com Elvira Alves Corrêa, pai de Virgílio Alves Corrêa Neto. Fontes: CPDOC, AFM; CPDOC, Dicionário; Corrêa Filho (1945); Frank (1999).

25. Eurico Gaspar Dutra (1883- 1974)

*Ministro da Guerra 1936-1945; Presidente da República 1946-1951.

Nasceu em Cuiabá em 1883, filho de José Florêncio Dutra e de Maria Justina Dutra. Modesto comerciante em Cuiabá, seu pai foi também veterano da Guerra do Paraguai e chegou a capitão honorário no governo de Floriano Peixoto (1891-1894). Seu irmão Ivan Dutra seguiu igualmente a carreira militar, tendo atingido o posto de brigadeiro na Aeronáutica. Fez o curso primário na escola municipal dirigida pela professora Bernardina Riche e os estudos secundários no Externato São Sebastião e no Liceu Cuiabano. Em 1901, com a idade de 18 anos, tentou alistar-se no Exército em sua cidade natal, disposto a seguir a carreira das armas, mas a junta de saúde que o examinou considerou-o incapacitado, excluindo-o do serviço militar. Aconselhado por amigos e parentes, e munido da falsa certidão de nascimento com data em 1885, que lhe diminuía em dois anos a idade, apresentou-se a outra junta de saúde, em Corumbá -MS, a qual não lhe vetou a entrada no Exército, de vez que, agora, seu físico era compatível com a idade declarada. Em março de 1902, deixou Cuiabá para se engajar na Escola Preparatória e de Tática do Rio Grande do Sul, localizada na cidade de Rio Pardo. Transferida a escola para Porto Alegre em 1903, aí concluiu os estudos no ano seguinte, depois de ter sido sargento ante de sua companhia. Ainda em 1904, no mês de abril, matriculou-se na antiga Escola Militar do Brasil - a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Pouco mais tarde, em 14 de novembro do mesmo ano, participou do levante irrompido nessa unidade contra o governo do presidente Rodrigues Alves. Tendo como pano de fundo social o mal-estar das massas populares da então capital federal e como estopim a resistência à vacinação obrigatória da população, decretada pelo governo, o movimento foi debelado no mesmo dia e resultou no fechamento da

Escola Militar. Pela sua participação no levante — foi a primeira e última vez que pegou em armas contra a ordem estabelecida. Dutra foi expulso da escola, juntamente com os demais alunos revoltosos, e lotado no 24º Batalhão de Infantaria, sempre no Rio de Janeiro. Em dezembro de 1904, deixou o Exército e voltou para a casa de seus pais, em Cuiabá, acabrunhado. Entretanto, no dia 6 de setembro de 1905, após longos meses de expectativa, foi beneficiado pela anistia decretada pelo governo. Reincluído no 24º Batalhão de Infantaria, em novembro já estava de novo na Escola Militar, agora sediada no subúrbio carioca do Realengo, onde antes funcionava a Escola Preparatória e de Tática do Rio de Janeiro. Em março de 1906, prestou os exames relativos a 1904. Aprovado, seguiu no mesmo ano para Porto Alegre. Como cadete da Escola de Guerra de Porto Alegre, foi contemporâneo de Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que viria a ser seu colega da alta cúpula militar entre 1935 e 1945. Em 1907, ambos participaram, com o então estudante de direito Getúlio Vargas, da formação do Bloco Acadêmico Castilhistas. A organização de estudantes civis e militares e seu jornal *O Debate* foram criados para apoiar a campanha de Carlos Barbosa Gonçalves, do dominante Partido Republicano Rio-Grandense - PRR, ao governo do estado. Eleito, Carlos Barbosa governaria o Rio Grande do Sul entre 1908 e 1913, no intervalo entre dois longos períodos de governo de Antônio Augusto Borges de Medeiros. Dutra foi declarado aspirante-a-oficial em fevereiro de 1908, passando a servir no 17º Regimento de Cavalaria. Entretanto, afastou-se desse regimento logo a seguir, para cursar a Escola de Artilharia e Engenharia, onde se aperfeiçoou em mecânica, balística e metalurgia. Posteriormente, foi mandado servir no 13º Regimento de Cavalaria, apresentando-se aí em fevereiro de 1910. Instrutor de recrutas, recebeu sua primeira promoção, a segundo-tenente, em abril do mesmo ano. Em julho de 1912, foi nomeado instrutor da Escola de Artilharia e Cavalaria. Entre 1912 e 1915, foi ainda instrutor de cavalaria da Escola Militar do Realengo, da Escola Preparatória do Exército e da Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia. Condensou sua experiência de instrutor no livro *Exercícios de quadros*, publicado em 1915, ano em que passou a servir no 1º Regimento de Cavalaria, no Rio de Janeiro. Em julho de 1916, foi promovido a primeiro-tenente. No final do ano, inscreveu-se no concurso para a Escola de Estado-Maior. Classificado, abandonou a tropa em fevereiro de 1917 para seguir o curso, mas a escola foi fechada e, em 1918, retornou ao 1º Regimento de Cavalaria. Nessa época, ajudou os tenentes Bertoldo Klinger e Estêvão Leitão de Carvalho a fundar a revista *Defesa Nacional*, na qual colaborou assiduamente com artigos sobre técnica militar e, durante algum tempo, exerceu o cargo de secretário. A chegada da Missão Militar Francesa, chefiada pelo general Maurice Gustave Gamelin, determinou a reabertura da Escola de Estado-Maior, em 1920. Imediatamente, Dutra desligou-se do 1º Regimento de Cavalaria para retomar seu curso. Em junho de 1921, foi promovido a capitão. Em 1922, Dutra integrou as forças legalistas, encarregado da observação de tiros de artilharia num posto situado na rua Toneleros, no bairro de Copacabana. Ainda em 1922, Dutra concluiu, como primeiro aluno da turma e com rara menção *très bien*, o curso da Escola de Estado-Maior, indo servir no 2º Regimento de Cavalaria Independente - 2º RCI, em São Borja -RS. No início de 1923, voltou à capital da República por ter sido requisitado para servir como adjunto do Estado-Maior do Exército -EME, no âmbito da 3ª Seção de Operações. Dutra participou da repressão à revolução paulista de 1924 como agente de ligação do EME com as forças do governo em operação na área. No final de julho, assumiu a chefia da 3ª seção do estado-maior das forças de terra e mar que constituíam o Destacamento do Norte, sob o comando do general João de Deus Mena Barreto. Em fevereiro de 1925, o capitão Dutra foi designado para servir no estado-maior do general Otávio de Azeredo Coutinho, comandante das forças do Exército sediadas no Paraná e Santa Catarina que combatiam os rebeldes paulistas que se haviam refugiado na região de Foz do Iguaçu -PR e Catanduvas -PR. O chefe do estado-maior de um dos destacamentos era o capitão Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Tendo combatido a chamada Coluna Paulista, parcialmente derrotada em Catanduvas no final de março, Dutra não chegou a combater a Coluna Miguel Costa-Prestes. De volta ao Rio, Dutra foi requisitado para servir no estado-maior da 1ª Região Militar -1ª RM. Em maio de 1927, foi promovido a major e deslocado para o 9º RCI, sediado em São Gabriel -RS, cujo comando exerceu interinamente até 1928. Depois de ter ocupado a presidência do Conselho Permanente de Justiça da circunscrição judiciária militar sediada no Distrito Federal, voltou ao EME em novembro de 1928. Promovido a tenente-coronel em maio de 1929, passou a exercer o comando do 15º RCI, concomitantemente com o comando da Escola de Cavalaria, ambos no Rio. Muito solicitado a participar da Revolução de 1930, recusou-se peremptoriamente a fazê-lo, preferindo participar da defesa do governo de Washington Luís. Com vitória da Revolução, o castigo aplicado a Dutra pelo novo governo consistiu em sua transferência, assinada em 27 de novembro, para o comando do 11º RCI, sediado em Ponta Porã -MS, num trecho inóspito da fronteira com o Paraguai. A circunscrição militar era comandada pelo general Bertoldo Klinger, que havia intercedido por ele junto ao governo e o nomeou chefe de seu estado-maior. A carreira militar de Dutra não chegou a ser prejudicada pelos acontecimentos de 1930. Em dezembro de 1931, foi promovido a coronel, assumindo logo em seguida o comando do 4º Regimento de Cavalaria Divisionária - 4º RDC, sediado em Três Corações -MG. Nesse posto, combatendo em nome da nova ordem a Revolução Constitucionalista de São Paulo, teria ocasião de prestar importantes serviços ao governo chefiado por Vargas. Sua promoção, recomendada formalmente a Vargas pelo ministro da

Fazenda, Osvaldo Aranha, passou a general-de-brigada ainda no dia 4 de outubro. Foi eleito para a presidência do Clube Militar no período 1933-1934, numa fase, é verdade, de muito discreta participação política da entidade. Em julho de 1933, Dutra foi nomeado diretor da Aviação Militar. Em abril de 1935, passou a comandar a 1ª Brigada de Infantaria, na Vila Militar do Rio de Janeiro, em substituição ao general João Guedes da Fontoura. Foi instruído a tomar medidas de segurança na Vila Militar, mas ficou poucos dias no seu comando, pois logo no início de maio foi promovido a general-de-divisão, posto máximo da carreira, na época e, ao mesmo tempo, designado comandante da 1ª RM, aí substituindo o general João Gomes, nomeado ministro da Guerra. Nos meses seguintes, fez o curso de informações para altas patentes do Exército. O prestígio de Dutra crescera muito após a repressão à Revolta Comunista de 1935. Em dezembro de 1936, Vargas nomeou Dutra ministro de Guerra — tido como o general mais ligado a Góis Monteiro. Dutra foi para o Ministério da Guerra num momento de fechamento progressivo do regime, dentro de um duplo processo: de centralização do poder nacional no governo federal e de crescimento da influência da corporação armada. A influência crescente das forças armadas pode ser aferida através de dois indicadores. Em primeiro lugar, o aumento de seus efetivos — de 38 mil homens em 1927, para 75 mil, em 1937, e 93 mil, em 1940 — e, em segundo, a elevação da parcela destinada aos ministérios da Guerra e da Marinha no orçamento federal — 19,4% em 1931 e 30,4% em 1938. Por outro lado, o Exército havia sofrido, sob a direção de João Gomes, um grande expurgo de aliancistas e comunistas. Caberia a Dutra, antes de mais nada, a tarefa de preservá-lo de infiltrações revolucionárias. No primeiro ano de sua permanência à frente da pasta da Guerra — muito mais longa que qualquer outra desde a criação do cargo por d. João VI, em 1808 —, Dutra tomou medidas destinadas a prover o Exército de armamento moderno e munições, medidas essas que seriam desdobradas e ampliadas nos anos seguintes. Mas a história de sua atuação no Ministério da Guerra em 1937 é sobretudo a história de sua participação na preparação do golpe de 10 de novembro, que liquidou com as liberdades democráticas e com o cambaleante ordenamento constitucional de 1934, impondo a ditadura do Estado Novo. Com a democratização, Dutra foi escolhido em para ser candidato do PSD. Foi eleito presidente em 1945. Dutra tomou posse em de janeiro de 1946. A composição do primeiro ministério de Dutra refletiu uma continuidade militar. Góis Monteiro reassumiu sua pasta e os dois outros foram conservados — bem como o respeito aos compromissos assumidos com o PSD, com Vargas e com o PTB na campanha eleitoral, apesar dos acenos feitos antes da posse à UDN, recebidos com agrado pela maioria da direção deste partido. Como fora prometido, o PTB ficou com o Ministério do Trabalho entregue ao mineiro Otacílio Negrão de Lima. Todos os demais ministérios foram atribuídos ao PSD. Esses homens eram não só pessedistas, mas em geral ligados a Vargas, a seu longo governo ditatorial. No entanto, a partir de maio de 1946 — quando a UDN realizou uma convenção nacional e Dutra ofereceu a este partido dois ministérios, orientando definitivamente sua política na direção de uma aliança conservadora — ficou claro que eles eram sobretudo governistas. O governo agora era Dutra, e eles não tiveram maiores constrangimentos em seguir sua política de isolamento do PTB, de Vargas e, naturalmente, dos comunistas. Segundo Carlos Castelo Branco, “já na eleição de 1947 para escolha de governadores, os partidos iam perdendo sua identidade nas alianças locais mediante as quais o PSD elegeu alguns governadores udenistas e vice-versa. O próprio presidente Dutra descartou-se do PTB e aliou-se à UDN para tentar bloquear o retorno de Getúlio ao poder. A aliança frustrou-se, mas a UDN habituara-se a participar dos sindicatos de poder”. A maior parte do ano de 1946 foi dominada politicamente pelos trabalhos parlamentares de elaboração e votação da nova Constituição. Governando por decretos, com base na Carta de 1937, emendada por Vargas e José Linhares, Dutra tomou algumas medidas sem esperar a conclusão dos trabalhos da Constituinte, além de, evidentemente, nomear novos interventores em todos os estados e territórios, interventores que, por sua vez, nomearam novos prefeitos para os municípios brasileiros, à época pouco mais de 1.650. A proposta de “união nacional” de Dutra visava justamente a liberar seu governo da herança da campanha eleitoral (apoio de Vargas e das massas queremistas) e das pressões exercidas pelo movimento operário e sindical, onde petebistas e comunistas tendiam sistematicamente à convergência. Na Constituinte, parlamentares dos mais importantes partidos protestaram contra o clima repressivo e tenso que se criara no país no momento em que se elaborava a nova Carta. Na noite de 30 de agosto foram feitas muitas prisões, na sua quase totalidade de dirigentes comunistas, enquanto parlamentares do PCB tinham suas residências invadidas. No dia seguinte, porém, todos foram postos em liberdade e as sedes do PCB foram desinterditadas. Em setembro de 1946, Dutra começou redefinir o governo, PTB perdeu ministério e o presidente convidou a UDN e PR para compor o governo. Consumado em dezembro o movimento de aproximação do PSD com a UDN e o PR, Getúlio Vargas rompeu suas relações políticas com Dutra. Assim, as eleições de janeiro de 1947 foram disputadas com um novo alinhamento das forças políticas do país, em que o PTB, o PCB e o Partido Social Progressista (PSP), do ex-interventor em São Paulo Ademar de Barros, estavam em oposição ao governo. A UDN saiu vitoriosa das eleições para governadores em sete estados. No Brasil, a hierarquia militar mal escondia seu descontentamento com a legalidade e o crescimento do PCB, que ostentava um efetivo de cerca de 150 mil filiados. O partido foi cassado em 1948. O Acordo Interpartidário começou a ser preparado desde no ano

anterior, quando os governadores udenistas Otávio Mangabeira e Milton Campos discutiram seus termos com Dutra, no Rio. Foi assinado em 1948 pelos presidentes dos três partidos envolvidos: Nereu Ramos - PSD, José Américo -UDN e Artur Bernardes -PR. Ressalvada a autonomia de cada partido, o acordo estabelecia “bases de entendimento comum, entre si e contra o governo da República”, visando, entre os objetivos principais, “consolidar o regime e aperfeiçoar a sua prática”, especialmente “pelo estrito cumprimento da Constituição, como critério fundamental de toda a atividade pública.” Os três partidos contavam, respectivamente, com 151, 77 e 7, somando 235 dos 286 deputados federais. Assim, o acordo garantia a Dutra folgada maioria para a aprovação das matérias mais relevantes no parlamento. Além de cristalizar o consenso dos grupos políticos conservadores em torno do governo, oferecia a cada um dos dois grandes partidos - e ao PR caberia barganhar sua participação na composição- a esperança de ver resolvida a seu favor — sob a égide de Dutra e das autoridades militares — a questão da sucessão presidencial, com a indicação de um candidato comum e, assim, virtualmente imbatível. O acordo funcionou para dar a Dutra condições ímpares, em regime constitucional, de governar praticamente sem oposição parlamentar. Mas, como se veria depois, não funcionou para resolver justamente o problema que na verdade o motivara, o da sucessão presidencial, que, como de hábito, se apresentou precocemente, já no decorrer de 1948, quando o mandato de Dutra ia em meio. Após o fim do mandato, Dutra participou discretamente da conspiração militar-udenista para depor Getúlio em 1954, mas essa discrição não o impediu de ser muito ativo nem de comparecer ao enterro do major-aviador Rubens Vaz, morto no Atentado contra Carlos Lacerda. Tampouco impediu-o de declarar à imprensa, em 21 de agosto, três dias antes do suicídio de Vargas, que a única solução para a crise política seria a renúncia do presidente. Em fins de abril de 1955, após o estabelecimento do acordo entre o PSD e o PTB para a composição da chapa Juscelino-João Goulart, com vista à eleição presidencial de outubro seguinte, Dutra deu entrevista a O Globo manifestando-se contrário à indicação de Goulart para concorrer à vice-presidência. Participou das conspirações para o golpe de 1964. Fontes: CPDOC, Dicionário.

26. Fenelon Müller (1892- 1976)

* Interventor def. MT 1935

Nascido em Cuiabá. Filho de Júlio Frederico Müller e Rita Teófila Corrêa da Costa, eram seus irmãos Frederica, Júlio Strubing, Rita e Filinto Müller. Alfabetizado em casa, estudou no Liceu Cuiabano. Foi professor de Matemática na Escola Normal. Em 1911, prestou concurso para Agrimensura no Estado, assumiu interinamente a Diretoria da Repartição de Terras. Em 1913 cursou a Escola Politécnica em São Paulo e em 1918 se formou engenheiro civil. Em 1919 nomeado para a divisão de terras da estrada de ferro Noroeste do Brasil, participou do início da construção da ponte metálica sobre o rio Paraná. Fenelon foi enviado para Três Lagoas por seu parente Pedro Celestino,⁴⁸⁶ que tinha objetivo de desenvolver a região Sul. Foi vereador e nomeado prefeito da cidade em janeiro de 1924. Em 1926, Fenelon sofreu um atentado em Três Lagoas, Filinto deixou o exílio na Argentina para visitá-lo. Em 1927, o governador Mário Corrêa da Costa, seu primo, o nomeou prefeito de Cuiabá, função que exerceu até 1930. Mário Corrêa rompeu com seu tio Pedro Celestino e tanto Fenelon quanto seu pai, o deputado estadual Júlio Frederico, apoiaram o governador. Segundo Mendonça (1974a) Fenelon escrevia para o jornal O Democrata. Em 1931 nomeado inspetor federal de ensino junto ao Liceu Cuiabano. Assumiu por curto período a interventoria do estado em 1935, perdeu a eleição de governador para Mário Corrêa da Costa. Em 1949, na interventoria de Júlio Müller, nomeado diretor de da Comissão de Planejamento da Produção do Estado. Foi pecuarista, também presidente da Associação Comercial de Cuiabá, da Santa Casa, da Associação dos Criadores de Centros Mato-grossenses, fundador da Liga Feminina Pró-Lázarus. Jornalista no jornal O Social Democrata. Casado com Alzita de Matos Müller, seus filhos Gastão Müller foi senador em 1963 e 1965, deputado estadual em 1969 e senador biônico em 1978; e Gabriel Müller, deputado estadual.

Fontes: <http://www.treslagoas.ms.gov.br/view/ex-prefeitos/>; Acesso em 05/12/2017.

CPDOC, Dicionário; Jucá (1998); Ribeiro (s/d); Rose (2017); Mendonça (1971;1974a).

27. Fernando Corrêa da Costa (1903-1987)

*Pref. Campo Grande 1947-50. Gov. MT 1950-55 e 1960-65. Sen. MT 1959 -61, 1967 -75

⁴⁸⁶De acordo com Corrêa Filho (1945, p.33 nota 50), o casal Antônio Corrêa da Costa, presidente de província e Maria Conceição Toledo tiveram 11 filhos, entre eles Francisco, pai de Rita Teófila. Francisco era irmão de Antônio Corrêa da Costa Júnior, pai de Pedro Celestino.

Nasceu em Cuiabá, filho de filho de Pedro Celestino Corrêa da Costa e de Coralina Novis Corrêa da Costa. Pertencia a família que mais ocupou cargos políticos, desde o Império até a presente com sua neta Tereza Cristina no Ministério da Agricultura, do governo Bolsonaro. Seu pai Pedro Celestino exercia grande liderança no estado. Fernando fez o curso primário e o ginásio no Liceu Cuiabano. Seguiu para a capital federal, onde se formou na Faculdade de Medicina em 1926. Fez estágio em Buenos Aires e mudou-se para Campo Grande em 1927, pois seu irmão Clóvis recomendou a cidade. Casou-se com Maria Elisa Bocayuva, do Rio de Janeiro, em 1928. Em Campo Grande, trabalhou na Santa Casa com o médico Vespasiano Barbosa Martins, a quem reconhecia o aprendizado das mais modernas técnicas de cirurgia. Era contra o Estado Novo, evitava se envolver com política, mas, em 1947, os jovens Wilson Barbosa Martins e José Fragelli o convidaram para integrar a UDN. No mesmo ano foi lançado a candidato à prefeitura de Campo Grande pelo diretório do partido. Disputou a prefeitura contra Antonino Mena Gonçalves do PSD, venceu com dois mil votos a mais. Promoveu o calçamento das principais ruas da cidade, conseguiu asfalto que havia sobrado da construção do aeroporto com o ministro da Aeronáutica. Também trouxe luz elétrica através da usina de Mimoso em Ribas do Rio Pardo-MT. Fernando com a coligação UDN-PR, vice-governador João Leite de Barros, venceu Filinto Müller e assumiu governo estadual em 1951. Segundo Martins (s/d), que foi seu secretário, a preocupação do governo foi organizar as finanças e regularizar o pagamento dos funcionários públicos. Em seu governo, Fernando prosseguiu com a política de colonização de Figueiredo, criando loteamentos rurais. Criou o Banco do Estado em 1951, também instituiu o Tribunal de Contas em 1953. Criou estradas e sedes de escolas estaduais em Campo Grande e Corumbá, a assistência dentária escolar, postos de saúde e casas de saúde mental. Criou a Faculdade de Direito, Economia e Filosofia em Cuiabá. Além da construção de uma usina hidrelétrica no Rio da Casca para fornecer energia na capital, inaugurada em 1954. Fernando elegeu-se senador pela UDN em 1958. Novamente, em 1960, venceu Filinto Müller e se reelegeu governador. Deixou o Senado e assumiu governo estadual em 1961. Em abril, o presidente Quadros convocou uma reunião com governadores para balancear sua falta de apoio no Congresso, as quatro reuniões realizadas em Cuiabá contaram com a presença dos governadores Mauro Borges, de Goiás; Abelardo de Alvarenga Mafra, de Rondônia; e José Altino Machado, do Acre; Quadros prometeu medidas para os cinco estados. Em seu segundo mandato, Fernando criou a Associação de Crédito e Assistência Rural de Mato Grosso - ACARMAT, da Companhia Agrícola de Mato Grosso - CAMAT e da Companhia de Armazéns e Silos - CASEMAT, a Fundação do Ensino Primário - FUNDEPRIM e o Instituto de Previdência de Mato Grosso - IPMAT. Também foi construída a usina central açucareira de Jaciara. Por sua iniciativa, conversou com governador paulista Lucas Garcez a fim de criar uma comissão para tratar problemas comuns da região da bacia do Paraná, criaram Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguaí - CIBPU. Entre os vários objetivos, estavam construir ponte sobre o rio Paraná e levar ferrovia para Cuiabá. A CIBPU tinha como diretório as Centrais Elétricas do Urubupungá, que construíram as hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira. Também criou a Fundação de Saúde de Mato Grosso - FUSMT para executar política de saúde, além de construir postos e hospitais em vários municípios. Em seu governo foi criada Faculdade Mato-Grossense de Odontologia e Farmácia em Campo Grande, onde lecionou. Apoiou o golpe militar. Foi eleito senador, depois de cumprir o mandato mudou-se para Campo Grande em 1975. Fernando foi ainda foi diretor do Hospital de Campo Grande. Fontes: CPDOC, Dicionário; Corrêa Filho (1945); Rosa (s/d),⁴⁸⁷ Martins (s/d).

28. Fernando Jorge Mendes Gonçalves (1921-...)

*dep. fed. 1955-1959

Nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, filho de Heitor Mendes Gonçalves e de Ceci de Miranda Mendes Gonçalves. Iniciou o curso primário em sua cidade natal, concluindo-o no Instituto Fisher, na Suíça. De volta ao Brasil, cursou o Colégio Militar do Rio de Janeiro, dedicando-se em seguida aos estudos de agronomia, os quais, todavia, não concluiu. Vice-presidente da Companhia Mate-Laranjeira, dirigiu suas atividades em Mato Grosso e no Paraná entre 1943 e 1950. Empreendeu o desenvolvimento da navegação no rio Paraná e em seus afluentes, construiu estaleiros e linhas de estradas de ferro, além de haver dirigido os dois principais núcleos da empresa, em Campanário - MS, e Guaíra -PR. Com a redemocratização do país em 1945, foi um dos fundadores do PSD em Ponta Porã -MS. No pleito de outubro de 1954 elegeu-se suplente de deputado federal por Mato Grosso na legenda da Aliança Democrática Trabalhista, formada pelo PSD e PTB. Ocupou uma cadeira na Câmara de junho a outubro de 1955 e, já como titular, a partir de fevereiro de 1956, na vaga aberta pela renúncia de João Ponce de Arruda, eleito governador de Mato Grosso. Ainda em 1955, formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

⁴⁸⁷ Arquivo cedido pelo ARCA. "Fernando Corrêa da Costa. O médico que deu energia ao desenvolvimento de Campo Grande". Maria da Glória Sá Rosa.

Voltando a concorrer à Câmara dos Deputados no pleito de 1958, agora pela Coligação da Redenção Democrática, constituída ainda pelo PSD e o PTB, conseguiu duplicar sua votação relativamente ao pleito anterior e manteve sua cadeira. Vice-líder da maioria e do PSD na Câmara dos Deputados a partir de maio de 1961, no dia 25 de agosto desse ano, quando o deputado Dirceu Cardoso transmitia aos membros da Câmara a carta-renúncia do presidente Jânio Quadros, aparteou o orador, propondo que se adotasse imediatamente o sistema parlamentarista de governo a fim de evitar que a “aventura” tomasse conta do país. Diante da situação, o Congresso decidiu adotar o parlamentarismo, fórmula conciliatória capaz de permitir a posse de Goulart. A Emenda Constitucional nº. 4, que em 2 de setembro reformou o sistema de governo, previu para princípios de 1965 a realização de um plebiscito que decidiria em definitivo a questão. Mendes Gonçalves foi contra a consulta popular, argumentando que o parlamentarismo deveria ser experimentado no país pelo menos por dez anos. Antecipado, porém para janeiro de 1963, o plebiscito decidiria por ampla maioria o retorno ao presidencialismo. Ainda em meados de 1961, juntamente com outros deputados do PSD, da UDN e de partidos menores, fundou a **Ação Democrática Parlamentar**, da qual se tornou primeiro-vice-presidente. Esse bloco, a seu ver “a principal trincheira de resistência ao avanço do bolchevismo no país”, se oporia à Frente Parlamentar Nacionalista e desenvolveria intensa oposição ao governo Goulart. Membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Mendes Gonçalves discordava da política externa iniciada pelo presidente Jânio Quadros e mantida por Goulart, voltada para a aproximação com os países do bloco socialista. Em declarações prestadas ao Correio Brasiliense em agosto de 1962, qualificou a conduta do governo de “oportunista”. Ainda nesse depoimento, declarou-se favorável às reformas de base propostas pelo governo Goulart, contanto que não se cometessem “agressões ao direito de propriedade”. Assim, entendia que a reforma agrária não deveria ser realizada em bases coletivistas, admitindo a desapropriação de terras apenas por interesse social e mediante prévia indenização em dinheiro. Embora partidário da colaboração do capital estrangeiro privado no desenvolvimento econômico nacional, considerava necessário o policiamento de sua aplicação, bem como a regulamentação da remessa de lucros para o exterior mediante legislação adequada. Sua atuação na Câmara dos Deputados caracterizou-se por um posicionamento definitivamente anticomunista. Concluiu o mandato em janeiro de 1963, não mais retornando à Câmara. Retirou-se para a iniciativa privada, não mais disputando cargos públicos. Em 1968, transferiu-se para Alegrete -RS, em companhia da sua segunda esposa Rosa Jorgina Fonseck Proença. Trabalhou por 12 anos na fazenda produtiva de propriedade da família. Foi, ainda, presidente e grande impulsionador da Cooperativa Agro-Industrial de Alegrete, maior cooperativa agrícola da região sul-rio-grandense. Do seu primeiro casamento com Margaret Cotrim Mendes Gonçalves, teve três filhos. Fontes: CPDOC, Dicionário. Acesso 13/06/2018;

http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=121969&tipo=0;

29. Fernando Luís Alves Ribeiro (1918-)

* prefeito Aquidauana em 1955, 1958 e 1963. Dep. fed. MT 1959-1963

Nasceu em Aquidauana, filho do coronel José Alves Ribeiro e Maria Constância Corrêa Ribeiro. Sua família era aliada a Pedro Celestino, José A. Ribeiro foi intendente de Aquidauana em 1925. Formou-se pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa -MG. Dedicado à agricultura e à pecuária, foi prefeito de Aquidauana -MS em 1955, 1958 e 1963. Também foi **diretor** da Comissão de Planejamento da Produção do estado. Candidatou-se em outubro de 1958 a uma cadeira na Câmara dos Deputados por Mato Grosso pela legenda da UDN. Eleito, foi empossado em fevereiro do ano seguinte, passando a atuar preferencialmente nos órgãos técnicos da Câmara. Embora adversário do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), do PSD, apoiou a transferência da capital federal para Brasília, vinculando-se ao chamado bloco mudancista. A transferência foi consumada em abril de 1960. Após a renúncia do presidente Jânio Quadros (25/8/1961), apoiou a edição da Emenda Constitucional nº 4 em setembro de 1961, que implantou no país o sistema parlamentarista de governo como forma de contornar o veto imposto por setores militares à posse do vice-presidente João Goulart. Mais tarde, já no governo Goulart (1961-1964), opor-se-ia à antecipação do plebiscito, que fora inicialmente previsto para o início de 1965, mas acabaria sendo realizado em janeiro de 1963, determinando o retorno ao presidencialismo. Apoiou a Emenda Constitucional nº 5, de novembro de 1961, que ampliou a participação dos municípios na renda tributária nacional. No mesmo mês, opôs-se ao reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas desde 1947, considerando, segundo o Correio Brasiliense noticiou em novembro de 1962, que os princípios da autodeterminação e da não-intervenção deviam ser aplicados tendo em vista a preservação do sistema democrático representativo em todo o mundo e conservando-se a fidelidade do Brasil aos compromissos continentais e com o chamado bloco ocidental. Em sua atuação na Câmara dos Deputados, filiou-se à Ação Democrática Parlamentar -ADP. A ADP fez oposição ao governo de Goulart e deixou de existir após a ascensão dos militares ao poder em março de 1964. Ainda segundo a citada edição do Correio Brasiliense,

aceitara, durante o governo Goulart, o intervencionismo estatal na atividade econômica como corretivo e supletivo da iniciativa privada, bem como o monopólio do Estado sobre o petróleo, a energia elétrica e os minérios atômicos, mas considerava que a ação estatal direta fracassara no tocante aos transportes ferroviários e aos marítimos de cabotagem. Admitira também a implantação de uma reforma agrária em moldes cooperativistas, caso o Estado assumisse a assistência técnica, creditícia, sanitária e educacional aos lavradores, com garantia de preços mínimos, ensilagem e transportes. Neste sentido, aceitava também a desapropriação dos latifúndios improdutivos, desde que fosse previamente paga a justa indenização em dinheiro. Foi favorável à adoção da cédula única em todos os pleitos e a uma reforma eleitoral que coibisse a influência do poder econômico nos pleitos. Concluiu o mandato em janeiro de 1963, não retornando à Câmara. Fontes: CPDOC, Dicionário; Martins (s/d). <http://www.cmaquidauana.ms.gov.br/intendentes-gerais.html?tmpl=component&print=1>

30. Filinto Müller (1900-1973)

* Chefe de polícia 1933-1942; Pres. CNT; Senador MT: 1947-51, 1955- 63, 1963-70, 1971-73

Nascido em Cuiabá. Filho de Júlio Frederico Müller e Rita Teófila Corrêa da Costa. Segundo Rose (2017), depois ser alfabetizado com professora particular, Filinto estudou no Colégio Salesiano São Gonçalo e depois no Liceu Cuiabano. Filinto se formou na escola do Realengo, em primeiro lugar, em 1922. Apoiou da rebelião tenentista de 1922, por essa razão ficou preso por 6 meses na Fortaleza de Santa Cruz. Em dezembro de 1922, Filinto foi solto e transferido para o Regimento de Artilharia Mista em Campo Grande, sem ser rebaixado. Promovido primeiro-tenente em 1923 e no final do ano transferido para Osasco-SP. Participou novamente da rebelião de 1924 e, em agosto, juntamente com 6 mil homens deixaram São Paulo em direção ao interior do estado em Assis, depois Três Lagoas, na fronteira de Mato Grosso. No Paraná lutaram contra as forças do governo. Quando Luís Carlos Prestes chegou as lideranças discutiram sobre o que fariam com o movimento, junto Estilac Leal optaram pelo exílio em Buenos Aires, onde tiveram dificuldades financeiras. Nessa cidade conheceu Consuelo e começaram a namorar. Seu irmão Fenelon sofreu atentado e retornou ao Mato Grosso. Do Brasil, Filinto pediu Consuelo em casamento, que foi realizado por procuração com os noivos em países diferentes. Como era procurado pela polícia, quando Consuelo chegou ao Rio de Janeiro foi recebida pelo governo brasileiro, após alegar não saber do marido, foi solta. Iniciaram a vida de casado escondendo-se. Tempos depois, Consuelo engravidou e Filinto decidiu se entregar e cumpriu pena até 1929. Pai de família, não participou da Revolução de 1930, aderiu depois da vitória. Em outubro de 1930, conseguiu um emprego no Ministério da Guerra e juntou-se ao Clube 03 de outubro. Müller foi secretário do interventor João Alberto, permanecendo curto período em São Paulo. Ao retornar ao Rio de Janeiro, Müller trabalhou por 11 meses no Ministério da Guerra. Quando a Revolução de 1932 estourou, João Alberto e Müller trabalharam com os militares legalistas paulistas. Nessa missão, João Alberto levou Müller ao Catete, onde conheceu Vargas. Em setembro, Filinto entrou para o batalhão de artilharia sob comando de Estilac Leal, chefiado por Gois Monteiro, lutando no vale do Paraíba contra as forças paulistas. Com vitória do Governo Provisório, João Alberto convidou Müller para trabalhar juntos na polícia, foi nomeado inspetor na Guarda Civil. Ainda em no final de 1932, Filinto foi promovido a capitão. Com a saída de João Alberto da polícia para disputar as eleições de 1933, Filinto assumiu a chefia, cargo ocupado até 1942, foi responsável pela repressão no Estado Novo. Com sua demissão da polícia, trabalhou no Ministério da Guerra, depois foi presidente do CNT. Largou o cargo em 1945 para concorrer a vaga no Senado por Mato Grosso. Mas não conseguiu se eleger. O tenente-coronel Filinto voltou para o Exército. Tornou-se líder do PSD em seu estado. Em 1947, elegeu-se senador, e por mais três vezes consecutivas. Concorreu para governo de Mato Grosso duas vezes, nunca se elegeu. No Senado trabalhou pelo governo de Juscelino Kubistchek, sendo líder da maioria, e também foi um dos três vice-presidentes do partido. Em fevereiro de 1959, Muller tornou-se vice-presidente do Senado. Não participou das conspirações do golpe de 1964, mas colaborou com a Ditadura Militar, foi líder do governo Castelo Branco no Senado. Ajudou na montagem da espionagem do SNI- Serviço Nacional de Informações. Em 1966, foi presidente do Senado e líder do governo. Em dezembro de 1972, deixava presidência da Arena para assumir a presidência do Senado. Em 1973, faleceu na queda do avião da Varig no subúrbio de Paris-França, Müller estava em missão oficial, pois o presidente Médici o enviara para informar ao general Aurélio Lira Tavares que Geisel seria o próximo presidente. Fontes: CPDOC, AFM; Rose (2017).

31. Francisco Vilanova (1891-)

* Prefeito de São Luís dos Cáceres em 1931. Dep. fed. const. MT 1933-935.

Francisco Vilanova nasceu em São Luís dos Cáceres -MT, filho de Francisco Vilanova e de Ana Maria Garcia Vilanova. Iniciou seus estudos no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo -RJ e diplomou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1917. Proprietário agrícola, dedicou-se ao cultivo da cana-de-açúcar e participou da firma comercial Vilanova Torres e Companhia, em sua cidade natal. Após a vitória da Revolução de 1930, ocupou o cargo de **prefeito** de São Luís dos Cáceres em 1931, tendo sido nomeado pelo interventor federal Artur Antunes Maciel (1931-1932). Pertenceu ao diretório do Partido União Liberal de Mato Grosso, fundado em 1931 para apoiar os objetivos da Revolução de 1930, juntamente com Leônidas Antero de Matos, Vespasiano Martins e João Leite. O partido foi provavelmente extinto em 1933. No pleito de maio de 1933 elegeu-se deputado pelo estado de Mato Grosso à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda do Partido Liberal de Mato Grosso, assumindo sua cadeira em novembro do mesmo ano. Após a promulgação da nova Constituição em julho de 1934, teve seu mandato prorrogado até maio de 1935, quando encerrou sua carreira política. Em 1947, nomeado diretor dos Portos e Canais de Corumbá, por indicação de Filinto. Casou-se com Bega Freire Vilanova. Fontes: CPDOC, AFM; CPDOC, Dicionário.

32. Gabriel Martiniano de Araújo (1897-1972)

* Departamento Administrativo. Dep. fed. MT 1946-1951.

Nasceu em Cuiabá, filho de Francisco Martiniano de Araújo e de Maria Virgínia de Araújo. Foi **secretário** do vice-governador Manoel Escolástico Virgíneo, quando este assumiu interinamente em 1916. No pleito de 1926, concorreu a uma vaga à Câmara Municipal de Cuiabá. **Eleito**, assumiu o mandato em 1927 até 1930. Na eleição de 03 de maio de 1933 os candidatos do Partido Constitucionalista de Mato Grosso foram cassados, Gabriel Martiniano foi um dos procuradores que atuaram a fim de anular a eleição, realizada em 07 de maio de 1933. Em outubro de 1934, elegeu-se suplente deputado à Assembleia Constituinte de Mato Grosso, assumiu em 03 de julho de 1937. Em 1936 tornou-se **gerente da caixa** local do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes - IAPC, foi também **delegado** da instituição. Durante o Estado Novo (1937-1945), foi membro do **Departamento** Administrativo de Mato Grosso, cuja vice-presidência assumiu em 1943-45. Com a extinção do Estado Novo, elegeu-se em dezembro de 1945 deputado por Mato Grosso à Assembleia Nacional Constituinte, pelo PSD. Participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (18/9/1946), permaneceu no exercício do mandato até janeiro de 1951. Durante essa legislatura foi designado, em 1949, primeiro suplente de secretário da mesa da Câmara dos Deputados e, no ano seguinte, terceiro-secretário em exercício. Integrou a Comissão de Legislação Social e a Comissão de Inquérito sobre a Arrecadação e Aplicação das Rendas dos Institutos de Previdência. Concluído o mandato, não mais retornou ao Congresso. Foi vice-presidente do PSD no estado. Foi também **presidente** da Caixa Econômica Federal em Mato Grosso e da Associação Comercial de Cuiabá. Como jornalista, atuou nos periódicos Folha do Norte, O Momento, Constitucionalista e O Evolucionista e integrou a Associação de Imprensa do Mato Grosso. Fontes: CPDOC, AFM; CPDOC, Dicionário.

33. Gabriel Vandoni de Barros (1907-1988)

* Dep. est. 1936. Secretário Geral de Estado 1936-37.

Nascido em Corumbá. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de São Paulo. Candidato a deputado federal em 1933, mas teve seus direitos cassados por ter participado na Revolução Constitucionalista de 1932. Eleito deputado estadual e depois nomeado Secretário Geral de Estado de Mário Corrêa da Costa. Jornalista, dirigiu o Diário da Noite em São Paulo. Nessa atividade, entrevistou duas vezes Luiz Carlos Prestes. Foi ainda na capital paulista que, ao lado de Alfredo Egídio de Souza Aranha, Plínio Salgado e San Thiago Dantas, fundou o jornal A Razão. Escreveu em livro A Burla do Voto na Nova República (1933) e Origem da Coligação Mato-Grossense (1936), além de A Rosa e o Vento, livro de trovas prefaciado por Agripino Grieco, assim como seu discurso de posse na Academia Mato-Grossense de Letras, intitulado Cuiabá: terra agarrativa. Membro da Associação da Imprensa Mato-Grossense dirigiu a revista Boletim da Nhecolândia, de Corumbá. Construiu, com recursos próprios, o Museu do Pantanal em Corumbá-MS e dezenas de escolas para crianças carentes. Fontes: Mendonça (1971), <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-12/99-gabriel-vandoni-de-barros>; Acesso em 23/06/2018.

34. Gastão Müller (1924-1996)

*Dep. fed. MT: 1971-75, 1975-79; Sen. Biônico 1978.

Nascido em Três Lagoas – MS. Filho de Felon Müller e Alzita de Matos Müller. Seu pai foi interventor de Mato Grosso em 1935, seu tio Júlio entre 1937-45 e seu tio Filinto senador. Durante governo de José Marcelo Moreira, trabalhou no gabinete da secretaria de Interior, Justiça e Finanças. De 1956-1961 foi chefe da 2ª divisão da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia. Em 1961, formou-se em Direito na Universidade Federal de Mato Grosso, depois cursou história e geografia na Escola Nacional. Em 1962, foi presidente do diretório do PSD municipal de Cuiabá. Durante 1963 e 1965, foi suplente do senador Vicente Bezerra Neto pela coligação PTB-PSD, assumiu o mandato. Em 1969, foi efetivado deputado federal com o falecimento do titular Weimar Torres. Em 1970, elegeu-se deputado federal pela ARENA reeleito em 1974. Em 1978, eleito senador indireto por Mato Grosso. No pleito de novembro de 1986, Gastão Müller disputou a reeleição na legenda do PMDB, mas não se elegeu. Deixou o Senado em janeiro de 1987, ao final da legislatura. Durante o governo de Carlos Bezerra (1987-1991), do PMDB, Gastão Müller ocupou a Secretaria de Justiça e, posteriormente foi secretário-chefe da Casa Civil. Em 1992, transferindo-se para Brasília, assumiu a representação do estado de Mato Grosso. Deixou esse cargo em 1995, quando retornou para Cuiabá e se dedicou ao jornalismo, com uma coluna no jornal A Gazeta.

Fontes: CPDOC, AFM; CPDOC, Dicionário; Mendonça (1971).

http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122764&tipo=0 Acesso em 05/12/2017.

35. Generoso Ponce Filho (1898-1972)

* Dep const. 1933; Dep. fed. MT 1935-1937.

Nasceu em Cuiabá, filho do coronel Generoso Pais Leme de Sousa Ponce e de Mariana Guimarães de Sousa Ponce. Seu pai, chefe político e comerciante em Mato Grosso, foi senador em 1894, presidente do estado em 1907 e deputado federal de 1909 a 1911. Fez seus primeiros estudos em Corumbá -MS, então no estado de Mato Grosso, e no Liceu Salesiano São Gonçalo, em Cuiabá. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, cursou os colégios Pio Americano e Anglo-Brasileiro. Bacharelou-se pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em 1919. O discurso que proferiu na ocasião foi publicado no Jornal do Comércio, da capital federal, e mais tarde no folheto Por que estamos atrasados, tendo alcançado grande repercussão no meio intelectual. Após a Revolução de 1930, elegeu-se em maio de 1933 deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do **Partido Liberal de Mato Grosso**. Com a instalação da Assembleia em novembro de 1933, foi nomeado membro da Comissão Constitucional, também conhecida como Comissão dos 26, encarregada de estudar o anteprojeto de constituição e as emendas apresentadas. Atuou ainda como líder da bancada de seu estado e reivindicou a participação da mulher na vida pública. Também na Constituinte, foi relator, juntamente com o representante do Ceará, Valdemar Falcão, dos capítulos “Poder Executivo” e “Dos conselhos técnicos”. Defensor da integridade territorial do estado de Mato Grosso, conseguiu fazer aprovar nas “Disposições transitórias” um artigo garantindo a seu estado o direito à indenização da União pelos territórios cedidos à Bolívia por ocasião do Tratado de Petrópolis (17/11/1903), que resultou na anexação do atual estado do Acre. Com a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve seu mandato estendido até maio de 1935. Eleito novamente deputado federal por seu estado, dessa vez na legenda do **Partido Evolucionista de Mato Grosso**, em outubro de 1934, permaneceu na Câmara atuando como segundo-secretário da casa e membro da Comissão de Segurança Nacional. Deixou o Congresso em 10 de novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, os órgãos legislativos do país foram suprimidos. Entre 1942 e 1951 foi **diretor e presidente do Instituto Nacional do Mate**. Fundou e dirigiu a revista semanal de estudos sociais e políticos Vida Nacional, que teve entre seus colaboradores destacados intelectuais, como Monteiro Lobato, Maurício de Lacerda e outros. Colaborou nos periódicos cariocas Correio da Manhã e O Globo, em A Nação e A Batalha, tendo atuado como correspondente desses jornais nos Estados Unidos nas seções de política, religião, artes e esportes. Proprietário de cinematógrafos no Rio de Janeiro e em São Paulo, chegou a dirigir 14 casas do gênero no Rio de Janeiro. Rompeu com os parentes Müller e não conseguiu se eleger mais por seu estado natal. Presidiu ainda por diversas vezes associações de classe e foi importador de filmes cinematográficos. Diretor-geral e presidente do Centro Mato-Grossense no Rio de Janeiro, foi também tabelião nesse estado. Integrou ainda o Instituto Histórico de Mato Grosso e foi sócio correspondente do Instituto Mato-Grossense de Letras. Foi casado com Dulce Ponce. Fontes: CPDOC, AFM; CPDOC, Dicionário.

36. Hélio Palma de Arruda (1926-1985).

* Pref. Cuiabá 1959-1961

Cuiabano. Engenheiro agrônomo, empresário, político, gestor público e empreendedor. Filho de Silvino Araújo, destacado empresário que impulsionou a indústria mato-grossense. Seu começo na vida empresarial se deu na empresa de guaraná Zenitti. Casou-se em 1952, com Mirtes Simões, com quem teve oito filhos. Na vida pública teve destacada atividade, sendo eleito prefeito de Cuiabá em 1959, em acirrada disputa política, tendo como seu vice Aecim Tocantins pela UDN, vencendo Júlio Müller do PSD. Pouco tempo depois licenciou-se da prefeitura cuiabana para assumir a presidência do Banco da Amazônia, onde ficou por nove meses, voltando depois e concluindo seu mandato de prefeito. Em 1967 foi eleito para a presidência da Associação Comercial de Cuiabá, cargo que ocupou por apenas seis meses, sendo chamado para ocupar o cargo de Diretor Geral do Ministério da Agricultura, em Brasília, onde permaneceu até 1970. Deste período até 1978, ocupou cargo de diretoria no Incra, onde produziu projetos de obras e de assentamentos ao longo da Transamazônica e da BR-163. Ocupou o cargo de Secretário Chefe da Casa Civil no governo de Frederico Campos, sendo que sua última função pública foi a de consultor da FAO-ONU. Fontes: <http://www.portalmatogrosso.com.br/matopedia/arruda-helio-palma-de/30833>; <http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=18454¬icia=lenda-viva-da-historia-um-cuiabano-apaixonado-por-cuiaba>; http://escolahpa.blogspot.com/2016/03/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x_7.html; Acesso 12/06/2018

37. Henrique José Vieira Neto

* Dep. Est. MT 1935-37 ; Vice-gov. MT 1955-1961.

Era neto do comendador Henrique José Vieira. Deputado estadual nos trabalhos da Constituinte estadual de 1935, da qual foi primeiro-secretário. Estava entre os deputados estaduais que apoiaram a candidatura de Mário Corrêa e se refugiaram no 16º BC. Foi secretário no governo Mário Corrêa. Nas eleições de outubro de 1954, obteve a segunda suplência de deputado federal pelo estado de Mato Grosso pela legenda da Aliança Democrática Trabalhista, coligação formada pelo PTB e pelo PSD. Em outubro do ano seguinte, elegeu-se vice-governador de Mato Grosso, pela legenda da mesma coligação, integrando a chapa encabeçada por João Ponce de Arruda. Em abril de 1958, deixou o cargo de vice-governador do estado, assumindo uma cadeira na Câmara dos Deputados como Suplente, o mandato de Deputado Federal, na Legislatura 1955-1959, de 9 de abril a 22 de junho de 1958, em virtude do afastamento do Dep. Wilson Fadul, e de 13 de agosto a 20 de novembro de 1958, em virtude do afastamento do Dep. Mendes Gonçalves. Fontes: Câmara dos Deputados; Ribeiro (s/d); Carvalho (2007).

Jânio da Silva Quadros (1917-1992)

*Pref. São Paulo 1953-1954. Gov. SP 1955-1959. Presidente da República 1961; pref. São Paulo 1986-1989.

Nasceu em Campo Grande -MS, filho do médico paranaense Gabriel Quadros e de Leonor da Silva Quadros. Ainda criança, mudou-se junto com sua família para Curitiba, onde fez o curso primário e parte do secundário no Ginásio Paranaense, onde foi colega de Nei Braga, futuro governador do Paraná. Seu pai ingressou no Partido Republicano Paranaense -PRP, em cuja legenda foi eleito deputado estadual. Com o triunfo da Revolução de 1930, Gabriel Quadros viajou para São Paulo e, fixou-se na capital e mandou buscar a família. Jânio foi matriculado no Colégio São Joaquim, em Lorena -SP, mas em 1933 ingressou no Colégio Arquidiocesano, na cidade de São Paulo, onde concluiu os estudos secundários. Em 1935, aos 18 anos, passou a lecionar português e geografia em algumas escolas e ingressou na Faculdade de Direito, onde começou a participar das atividades promovidas pelo Centro Acadêmico 11 de Agosto. Na Faculdade foi colega dos mato-grossenses José Fragelli e Wilson Barbosa Martins, e de Franco Montoro, Ulysses Guimarães. Ainda acadêmico, conheceu Eloá do Vale, de 15 anos, filha de um farmacêutico amigo de seu pai. Logo que recebeu o diploma, casou-se com ela. Montou, então, um pequeno escritório de advocacia no centro da capital e começou a lecionar em dois colégios tradicionais — o Dante Alighieri e o Vera Cruz. Com o fim do Estado Novo e a reorganização partidária ocorrida em 1945, filiou-se ao comitê da UDN no bairro de Vila Mariana. No entanto, por não ter conseguido espaço nesse partido para concorrer a vereador nas eleições de 1947, candidatou-se na legenda do Partido Democrata Cristão - PDC, com o apoio de pais e alunos do colégio Dante Alighieri. Jânio obteve 1.704 votos, insuficientes para sua eleição. Porém, com a suspensão do registro do PCB, e a posterior cassação dos mandatos de seus parlamentares, sobraram muitas cadeiras na Câmara Municipal de São Paulo, onde o PCB possuía a maior bancada. Jânio foi um dos suplentes chamados a preencher esses lugares em 1948. Seu trabalho como vereador foi decisivo para projetá-lo na vida política paulista, como defensor intransigente da moralização administrativa e severo

crítico do governo de Ademar de Barros, líder nacional do PSP. Com um estilo particular de oratória, sempre malvestido e despenteado, encampava as reivindicações populares, visitando bairros pobres, assinando manifestos, escrevendo artigos para jornais e defendendo grande número de proposições, requerimentos e projetos de lei. Obtinha cada vez mais espaços na imprensa, que cortejava. Certa vez apresentou um projeto que isentava os jornalistas do pagamento do imposto predial. Os servidores municipais foram conquistados pelo abono de Natal, outra ideia do vereador Jânio. Seu prestígio cresceu tanto que em outubro de 1950 foi eleito deputado estadual, concorrendo novamente na pequena legenda do PDC, com a maior votação do estado. Líder da bancada na Assembleia Legislativa, expulsou do partido quatro deputados acusados de ligações com o governador Lucas Nogueira Garcez, do PSP. No exercício do mandato, percorreu todo o interior do estado, sempre insistindo na bandeira da moralização do serviço público e pedindo sugestões ao povo para resolver os problemas de cada região. A capital paulista assistiu no início de 1953 à primeira campanha eleitoral para a prefeitura em 23 anos, desde a Revolução de 1930. Jânio foi lançado candidato do PDC em coligação com o Partido Socialista Brasileiro -PSB e batizou sua campanha como Movimento 23 de Março, numa alusão à data do pleito. Seu lema, “O tostão contra o milhão”, procurava ressaltar a desproporção dos recursos mobilizados em seu apoio em relação aos que foram utilizados pelas máquinas políticas mais poderosas do estado, especialmente o PSP. Com o apoio do velho líder político paulista Ataliba Leonel e de Olavo Fontoura, que lhe garantiu livre acesso à Rádio Cultura, e com o espaço do jornal A Hora à sua disposição, Jânio concentrou seus ataques no desperdício de dinheiro público patrocinado pelo governo estadual do PSP, usando repetidamente o exemplo das obras em curso para os festejos do quarto centenário da cidade de São Paulo, que seria comemorado em 1954. Diante da sua insistência em propor uma limpeza nos órgãos públicos, a vassoura começou a ser usada por seus correligionários como símbolo da campanha. Jânio foi beneficiado pela crise que surgiu no PSP, afastando Ademar de Garcez. Impossibilitado de lançar Ademar de Barros Filho como candidato de seu partido, o líder do PSP passou a apoiar Jânio, inclusive financeiramente. A campanha conquistou ainda dissidentes do PTB, que indicaram José Porfírio da Paz para concorrer a vice-prefeito na chapa. Jânio venceu por larga margem as principais máquinas partidárias locais. Jânio assumiu a prefeitura aos 36 anos e um dos seus primeiros atos foi promover demissões em massa de funcionários, iniciando uma cruzada moralizadora que marcou sua gestão. Em 1954 Jânio e Porfírio da Paz se desincompatibilizaram dos seus cargos para se candidatarem a governador e vice-governador do estado. A campanha eleitoral de 1954 para o governo de São Paulo foi marcada pela polarização entre Ademar de Barros, apresentado pelo PSP, e Jânio Quadros, lançado pelo PDC, apoiado pelo PSB. Jânio não tinha um programa definido, prometendo apenas trabalhar muito e “varrer” a corrupção dos órgãos públicos. Jânio venceu as eleições de 1954 para o governo paulista com 660.264 votos contra 641.960 dados a Ademar, 492.518 a Prestes Maia e 79.783 a Toledo Piza. Porfírio da Paz foi eleito vice-governador. No fim do seu mandato, Jânio articulou a candidatura de Carvalho Pinto, lançado pelo PTN e o PSB e apoiado pela UDN, o PDC e o PR, que foi vencedor. A convenção nacional do PTN, pequeno partido de expressão apenas paulista, escolheu Jânio para disputar em sua legenda a sucessão de Kubitschek. Teve apoio do PL. Carlos Lacerda, deputado federal da UDN exigiu apoio do partido a Jânio, mas em meio a uma crise interna que provocou a renúncia de Lacerda à liderança da bancada da UDN na Câmara, a convenção nacional desse partido, reunida em 8 de novembro, apoiou a candidatura de Jânio por 205 votos contra 83. Recebeu apoio do PR. Jânio Quadros e João Goulart foram eleitos e empossados em 31 de janeiro de 1961. O ministério de Jânio, composto por políticos da UDN e de outros partidos menos expressivos, foi considerado conservador pela imprensa. No início do seu governo, Jânio tomou uma série de pequenas medidas que ficaram famosas, destinadas a criar uma imagem de inovação dos costumes e saneamento moral: proibiu a realização de provas turfísticas em dias úteis, as rinhas de briga de galo, a propaganda comercial em casas de espetáculo ou cinemas, os desfiles de misses com maiôs “cavados” e o uso de lança-perfumes nos bailes de carnaval; disciplinou o funcionamento de jogos de cartas em sedes de clubes ou entidades; e regulamentou a participação de menores em programas de rádio e televisão. Sua cruzada se estendeu desde logo à administração pública. Já em 2 de fevereiro de 1961, criou cinco comissões de sindicância presididas por militares para examinar a atuação das diretorias da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia -SPVEA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos -IAPM, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários -IAPB e da Comissão Federal de Abastecimento e Preços -Cofap. Essa medida provocou apreensão dos meios políticos, temerosos da aproximação entre Jânio e os militares e do envolvimento de nomes da administração de Kubitschek em processos. Apesar disso, Jânio não recuou do que denominava “obra de saneamento moral da nação”, determinando mais tarde a abertura de inquéritos em repartições governamentais. O novo governo também investiu fortemente contra alguns direitos e regalias do funcionalismo público, começando por instituir, horário integral de trabalho nas repartições federais, medida que seria revista em 8 de agosto. Decidido a realizar cortes nas despesas da união com pessoal, Jânio assinou em 21 de fevereiro um decreto exonerando, a partir de 31 de março seguinte, todos os funcionários civis contratados pelo Executivo ou autarquias

federais depois de 1º de setembro do ano anterior. Outro alvo das primeiras decisões do novo governo foi o contrabando, com a formação, em 8 de março, de um grupo de trabalho diretamente vinculado à Presidência da República e incumbido de propor, no prazo de um mês, medidas drásticas de combate a esse tipo de contravenção. Do ponto de vista administrativo, Jânio tentou uma maior centralização de poderes através da adoção de uma mecânica de decisões que diminuísse o peso do Congresso Nacional e ampliasse a esfera de competência da Presidência. Além disso, começou a promover reuniões com os governadores para discutir suas reivindicações. A primeira, realizada em Florianópolis em março de 1961, contou com a presença de Leonel Brizola - RS, Celso Ramos -SC e Nei Braga -PR e resultou na formação de um grupo de trabalho voltado para estudar a viabilidade de diversos projetos. A segunda reunião com governadores foi realizada em 19 de abril com a presença de Fernando Corrêa da Costa -MT, Mauro Borges -GO, Abelardo de A. Mafra do então território federal de Rondônia e José A. Machado -AC. Nela foi decidida a criação de uma escola de agronomia e uma faculdade de filosofia em Campo Grande (cidade natal do presidente); o aperfeiçoamento do transporte fluvial, a formação do Banco do Estado de Mato Grosso, a aplicação das verbas da SPVEA e da Superintendência de Valorização da Fronteira Sudoeste -SVFS; a construção de uma refinaria de petróleo em Cuiabá; a liberação de verbas para a instalação de redes de água e esgoto em cidades de Goiás; a concessão de créditos para a exploração da borracha em Rondônia e no Acre; a conclusão da BR-29 e da BR-30; e a realização de obras urbanas em Porto Velho. Com o fortalecimento do movimento sindical e das ligas camponesas e o crescimento dos conflitos sociais, começou a ganhar corpo um movimento político a favor das chamadas reformas de base e de uma reorganização institucional. Entretanto, tendo contra si a maioria do Congresso, articulada em torno do bloco PSD-PTB-PSP, Jânio teve que negociar com setores dissidentes desses partidos cada aspecto de seu projeto. Passados os primeiros seis meses do mandato, Jânio começou a amadurecer a idéia de promover “uma reforma muito séria e profunda no país”, segundo as palavras de Pedrosa Horta. Em meados de agosto, o ministro da Justiça chegou a afirmar a Carlos Lacerda: “O Jânio acha que é impossível governar com o Congresso e pretende fazer uma reforma na Constituição que reforce o Poder Executivo”, esclarecendo ainda que este projeto exigiria a decretação de um estado de exceção. Na noite do dia 24, o governador da Guanabara proferiu violento discurso pela televisão afirmando que fora convidado por Pedrosa Horta para participar de um golpe em apoio às reformas institucionais pretendidas pelo presidente. A atitude de Lacerda causou grande impacto. Na madrugada do dia 25 de agosto, os deputados José Maria Alkmin e Paulo Lauro redigiram um requerimento a Pascoal Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, solicitando a convocação do ministro da Justiça e Negócios Interiores. Ao mesmo tempo, começou a circular a notícia de que outras convocações seriam feitas, inclusive a do próprio presidente. Jânio tomou conhecimento das denúncias de Lacerda às seis horas do dia 25, através do Correio Brasiliense. Chamou então Quintanilha Ribeiro e manifestou sua decisão de renunciar. De volta ao palácio do Planalto, informou a Pedrosa Horta, Quintanilha Ribeiro, José Aparecido de Oliveira e ao general Pedro Geraldo de Almeida sua decisão de renunciar em caráter irrevogável, pedindo que o deixassem sozinho para redigir seu último documento como presidente. Não houve ponderações. Ao deixar seu gabinete às 10:25h, Jânio ordenou que o ministro da Justiça levasse o documento de renúncia ao Congresso Nacional às 15 horas e se comunicasse com os governadores a fim de garantir a manutenção da ordem em todo o país. Perdeu a eleição para o governo de São Paulo para Ademar de Barros. Com o golpe militar, foi cassado pelo AI-1. Concorreu novamente ao governo de São Paulo em 1982, pelo PTB, ficou em terceiro lugar. Elegeu-se em 1985 prefeito de São Paulo. Fontes: CPDOC, Dicionário. Martins (2010).

38. Jari Gomes (1913-1996)

* Dep. est. MT 1947-51, Presidente Assembleia Legislativa 1950; Governador interino 1951

Nasceu em Corumbá, filho de José Maria Gomes Neto e Eglantina de Barros Gomes. cursou os estudos secundários em Campo Grande. Formado na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em 1939. Em 1941, fez residência em Londrina-PR. Regressou a Mato Grosso no ano de 1943 no cargo de médico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, atuando em Três Lagoas. Elegeu-se Deputado Estadual pelo PSD em 1947-51 tendo tomado parte nos trabalhos constituintes daquele ano, foi líder do seu partido e Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Foi presidente da Comissão de Planejamento Econômico do estado. Com a renúncia do governador Arnaldo Estêvão de Figueiredo em julho de 1950, que pleiteava uma vaga de senador, na condição de presidente da casa assumiu o governo, conforme estabelecia a Constituição do estado. Permaneceu no cargo até janeiro de 1951, e transferiu o cargo para o governador eleito Fernando Corrêa da Costa. Retirou-se da política e mudou-se para Niterói-RJ.

Fontes: CPDOC, Dicionário; <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-24/144-jary-gomes>; Acesso em 13/06/2018

39. João Escolástico Villasbôas (1891-1985)

* Dep. fed. MT 1933-35; Sen. MT 1935-37, 1946-1955, 1955-1963.

Nasceu em São Luís de Cáceres, atual Cáceres -MT, filho do coronel Benedito Pio Villasbôas e de Josefina Gaíva Villasbôas. Iniciou os estudos no Liceu Salesiano de Artes e Ofícios de Cuiabá, concluindo o curso preparatório em 1908. Matriculou-se em seguida na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal pela qual se diplomou em 1913. De volta a seu estado natal, em 1914 foi **Diretor** da Imprensa Oficial de Mato Grosso, depois, **delegado** de polícia da capital, assumindo em 1915-1918 as funções de **chefe de polícia** de Mato Grosso. Eleito **deputado estadual** para a legislatura de 1918-1920 na legenda do PRC. Tornando-se o líder da bancada de seu partido na Assembleia, opôs-se nessa época ao governador Dom Aquino Corrêa, eleito sob aliança dos dois partidos rivais. Em 1921, as duas agremiações se fundiram. Desenvolvendo forte campanha contra essa fusão, Villasbôas conseguiu fundar um novo partido ainda naquele ano. Adepto da Reação Republicana, Villasbôas tornou-se o líder, em Mato Grosso, do movimento que promoveu entre 1921 e 1922 a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República — também para o quadriênio 1922-1926 — em oposição à de Artur Bernardes. Terminado o movimento com a eleição deste último, Villasbôas refugiou-se na Bolívia. Elegeu-se deputado federal em 1921 e 1924, mas a hostilidade que lhe votava o governo de seu estado fez com que não chegasse a tomar posse na Câmara, deixando de ter reconhecido seu mandato — sendo “depurado” — com o concurso de elementos dos partidos dominantes em ambas as ocasiões. Em 1927, **reeleveu-se** deputado federal, mas dessa vez conseguiu exercer o mandato até o fim da legislatura, em 1929. Novamente **reeleito** em 1930, destacou-se na Câmara Federal como integrante da Comissão de Finanças, desenvolvendo suas atividades parlamentares até o fechamento do Congresso Nacional em outubro. Durante todo esse período, exerceu intensa atividade jornalística, tornando-se redator dos jornais O Estado (1915-1916), O Republicano (1917-1926) e O Democrata (1926-1930), todos de Mato Grosso, além de colaborar em jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Villasbôas participou da fase preparatória do movimento militar que se tornou conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932. O levante, liderado pelos paulistas, dirigia-se contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas e reivindicava a imediata reconstitucionalização do país. Apoiando o general Bertoldo Klinger comandante militar de Mato Grosso, que se colocara ao lado dos revoltosos paulistas, Villasbôas atuou como elemento de ligação entre os revolucionários do sul do estado e os da capital, sendo por essa razão detido em Corumbá -MS. Convocadas as eleições à Assembleia Nacional Constituinte para maio de 1933, foi organizado em março desse ano o PL Mato-Grossense, liderado pelo interventor federal Leônidas Antero de Matos. Villasbôas foi eleito deputado constituinte na legenda desse partido, tendo participado dos trabalhos da Assembleia, que conduziram à promulgação da nova Constituição brasileira, em 16 de julho de 1934. Ainda em 1934, as forças políticas mato-grossenses de oposição ao governo de Leônidas de Matos rearticularam-se para formar o PE de Mato Grosso. Nas eleições de 1935, estava com os deputados estaduais que apoiaram a candidatura de Mário Corrêa e se refugiaram no 16º BC. Enquanto a tensão política se agravava, governo federal determinou nova substituição de interventor em 30 de agosto de 1935, Fenelon Müller deixou o cargo assumindo o coronel Newton Cavalcanti, os opositoristas do PL se refugiaram no quartel do 16º Batalhão de Caçadores. A Assembleia Constituinte estadual acabou por ser instalada em 7 de setembro, elegendo Mário Corrêa da Costa governador do estado, e João Villasbôas e Vespasiano Barbosa Martins senadores. Em 1936, são criados novos partidos: de um lado, o PRM, liderado por Mário e seus seguidores, de outro, a Aliança Mato-Grossense, liderada por Villasbôas, Vespasiano Martins e Filinto Müller. Em 22 de dezembro desse ano, elementos ligados ao governo levaram a cabo um atentado contra na casa em que Villasbôas tinha escritório, saindo feridos no episódio Villasbôas e Vespasiano Martins. Villasbôas denunciou o governador junto à Corte de Apelação, acusando-o de crime de responsabilidade. Os deputados da oposição pediram garantias e asilo no quartel do 16º BC. O governo federal decretou intervenção federal em 6 de março de 1937, quando foi afastado Corrêa da Costa e nomeado interventor o capitão Manuel Ari da Silva Pires, que governou até setembro. Nesse mês, a Assembleia Legislativa elegeu Júlio Müller governador de Mato Grosso. Villasbôas exerceu seu mandato de senador por Mato Grosso até o golpe de 1937. Em 1940, tornou-se membro do **Conselho Nacional do Trabalho**. Com o fim do Estado Novo e o início do processo de democratização do país, elegeu-se senador por Mato Grosso pela UDN, no pleito de dezembro de 1945. No Congresso, participou dos trabalhos da constituinte desde sua instalação, em 2 de fevereiro de 1946, até a promulgação da nova Carta, em 18 de setembro do mesmo ano. Com a transformação da Assembleia em Congresso ordinário, teve seu mandato estendido até 31 de janeiro de 1955. Nas eleições de 3 de dezembro de 1954, Villasbôas foi reeleito senador por Mato Grosso na legenda da UDN e, em 1959, tornou-se no Senado líder do partido e líder da minoria — formada pela UDN e pelo Partido Libertador -PL. Em 1962, a liderança da minoria — então constituída pela UDN, o PL e o PTN — continuou sob sua responsabilidade. No pleito de 3 de outubro desse ano, candidatou-se pela terceira vez a senador por Mato Grosso na legenda

da UDN, mas não conseguiu número suficiente de votos. Villasbôas deixou sua cadeira no Senado em 31 de janeiro de 1963. Exerceu a profissão de advogado em Mato Grosso e no Distrito Federal, tornando-se depois consultor jurídico de seu estado natal. Foi membro da Associação de Imprensa Mato-Grossense e da Academia Mato-Grossense de Letras. Fontes: CPDOC, AFM; CPDOC, Dicionário; <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1835>; Acesso em 13/06/2018

40. João Leite de Barros (- 1964)

* Prefeito de Corumbá 1931. Dep. est. MT 1935-37. Vice-governador de Mato Grosso 1951-56.

Nascido em Corumbá. Filho de José de Barros. Médico. Escritor. Pecuarista no Pantanal da Nhecolândia. Pertenceu ao Partido União Liberal de Mato Grosso. Foi nomeado para a prefeitura em maio de 1931 até dezembro do mesmo ano. Eleito deputado estadual constituinte em 1934. Líder da UDN em Corumbá. Casado com Isolina Bachi de Araújo. A filha do casal, Joanita casou-se com Agenor Figueiredo, filho de Arnaldo Estevão e Figueiredo. João Leite de Barros contribuiu para o desenvolvimento da ligação entre Coxim e Corumbá, no antigo Mato Grosso. Fundou o Jornal O Momento, de Corumbá. Fontes: APEMT, Documentos Municípios Diversos: B -Corumbá, nº 12; Ribeiro (s/d); Domingos (2005); Mendonça (1974a); CPDOC, Partido Liberal.

41. João Ponce de Arruda (1904-1979)

*Pref. Cuiabá 1933. Dep. est. MT 1935-37. Dep. fed. MT 1946-1951, 1951-1955, 1955-1959, 1963-1967. Gov.MT 1955-1960.

Nasceu em Cuiabá, filho de João Pedro de Arruda e de Adelina Ponce de Arruda, irmão de Maria Arruda Müller, esposa de Júlio Müller. Seu pai era um coronel usineiro e sua mãe Adelina era filha de Generoso Ponce e Maria Honorina. Ponce foi um dos maiores líderes da Primeira República no estado. João fez primário na escola Modelo Barão de Melgaço e secundário no Liceu Cuiabano. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde formou-se em engenharia civil na Escola Politécnica em 1927. Foi engenheiro até 1930, quando Antonino Mena Gonçalves o convidou para ser **diretor** do Serviço de Obras Públicas de Mato Grosso. No mesmo ano, João Ponce foi vice intendente de Cuiabá e o Júlio intendente. Em 1931 assumiu o **Departamento** de Terras, Minas e Colonização. Em 1933 foi nomeado **prefeito** de Cuiabá. Em 1934 elegeu-se deputado estadual constituinte. Foi nomeado **secretário** de Agricultura em 1937. Posteriormente, o interventor Júlio Müller, o convidou para a **pasta da Agricultura**, depois para **secretário geral** do Estado. Em 1946 elegeu-se deputado federal constituinte pelo PSD, participou da feitura da nova constituição e participou da Comissão Permanente de Finanças da Câmara. Foi reeleito deputado federal em 1950 e 1954. Em 1955 foi eleito governador de Mato Grosso pela legenda Redenção Mato-Grossense, coligação entre o PSD e o PTB. Em gestão construiu rodovias e usina de Mimoso, criou as Centrais Elétricas Mato-Grossenses - CEMAT. Federalizou a Faculdade de Direito. Em 1962 foi eleito deputado federal pela aliança PSD-PTB, no ano seguinte foi vice-líder da maioria. Na Câmara divergiu da orientação de Filinto Müller e não votou na permanência de Castello Branco. Com Ato Institucional nº 2, filiou-se a ARENA. Em 1966 concorreu ao senado pela Arena, disputando com Fernando Corrêa da Costa, mas perdeu. Completou seu mandato de deputado e não concorreu mais a cargos eletivos. Foi presidente da Junta Executiva Regional de Estatística de Mato Grosso, do Diretório de Geografia e do Conselho Estadual de Administração Municipal. Foi também secretário-geral do IHGMT e da Associação Mato-Grossense de Engenharia. Casado com Hélia Vale de Arruda e teve duas filhas. Fontes: CPDOC, Dicionário. Neves (2001), Mendonça (1979a)

42. José Frageli (1915-2009)

* Dep. est. MT 1947-1951, 1951-54. Dep. fed. MT 1955-59. Gov. MT 1971-75. Sen. MS 1980-1987.

José Manuel Fontanillas Fragelli nasceu em Corumbá -MS, filho de Maria Fontanillas Fragelli e do médico Nicolau Fragelli, também político, foi prefeito nomeado de Corumbá em 1918-1919, deputado estadual em 1930 e 1934. José fez seus estudos no Colégio Santa Teresa, em Corumbá, e no Ginásio Dom Bosco, em Campo Grande, e no Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na capital paulista, em 1938, e lecionou em seguida elementos de direito civil e fiscal. Em 1939 tornou-se **promotor** de justiça em Campo Grande, aí permanecendo até 1943. Nessa mesma cidade seria, tempos depois, redator-chefe e diretor do jornal Correio do Estado. No pleito de janeiro de 1947 foi eleito deputado à Assembleia

Constituinte de Mato Grosso, na legenda da UDN. Assumindo seu mandato em março do mesmo ano, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta estadual, passou a exercer o mandato ordinário, tornando-se líder de seu partido na Assembleia Legislativa. Em outubro de 1950 foi reeleito deputado estadual na mesma legenda e, na nova legislatura, voltou a ocupar a liderança da UDN na Assembleia. Durante o primeiro governo de Fernando Corrêa da Costa (1951-1956), afastou-se temporariamente da casa para assumir a **secretaria** do Interior, Justiça e Finanças do estado. Em outubro de 1954 elegeu-se deputado federal por Mato Grosso, sempre na legenda udenista, assumindo sua cadeira na Câmara em fevereiro do ano seguinte, logo após encerrar o seu segundo mandato estadual. Na nova legislatura, foi membro da Comissão de Finanças e tomou parte ativa nos debates parlamentares por ocasião do afastamento de Carlos Luz da presidência da República. Esse episódio resultou do Movimento 11 de Novembro de 1955, chefiado pelo general Henrique Teixeira Lott, que visava a impedir uma suposta conspiração em preparo no governo e assegurar a posse de Juscelino Kubitschek, presidente eleito na legenda do PSD. Fragelli opôs-se ao movimento de Lott e travou intensos debates. Em seguida, votou contra o impedimento do presidente João Café Filho, em 21 de novembro do mesmo ano. Deixou a Câmara em fevereiro de 1959, ao final de seu mandato, e regressou a Campo Grande, onde montou um escritório de advocacia, afastando-se temporariamente da política. Voltou à cena em 1964 como um dos fundadores da Ação Democrática de Mato Grosso, em Aquidauana - MS. Depois da vitória do movimento, filiou-se ARENA. Em outubro de 1969 tornou-se presidente da comissão executiva do diretório regional da Arena em Mato Grosso, permanecendo no cargo até outubro do ano seguinte, quando, indicado para o cargo pelo presidente Emílio Médici, foi eleito governador do estado pela Assembleia Legislativa na legenda oficial. Tomou posse em março de 1971, sucedendo a Pedro Pedrossian (1966-1971), e governou até março de 1975. Foi substituído por José Garcia Neto (1975-1978). Ainda na legenda da Arena, no pleito de novembro de 1978 José Fragelli integrou, na condição de suplente, a chapa do candidato a senador pelo recém-criado estado de Mato Grosso do Sul, Pedro Pedrossian. Com a extinção do bipartidarismo e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao PDS, partido que sucedeu a Arena. Em novembro de 1980, Pedro Pedrossian foi nomeado governador de Mato Grosso do Sul em substituição a Marcelo Miranda, demitido do cargo (o novo estado era governado por delegação direta do Executivo federal). Para que Pedrossian assumisse o governo, o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, ia pedir ao Senado que concedesse uma licença ao parlamentar para que este não tivesse que se desincompatibilizar de seu mandato. Fragelli, um dos principais líderes da dissidência do PDS contrária à indicação de Pedrossian para o governo, afirmou que iria lutar no Judiciário contra a medida, por entender que a vaga no Senado não deveria ser simplesmente desocupada, mas sim liberada e entregue a ele, legítimo substituto do titular. Declarou, além disso, que o governo federal estava praticando uma violência contra Marcelo Miranda. No dia 19 de novembro, vitorioso com a renúncia de Pedrossian, assumiu a cadeira no Senado, deixando o PDS para ingressar no Partido Popular -PP juntamente com outros dissidentes, entre os quais o senador Rachid Saldanha Derzi e o governador demitido. No exercício de seu mandato de senador, prosseguiu fazendo oposição ao governo de Pedro Pedrossian. Em fevereiro de 1982, com a incorporação do PP ao PMDB, ingressou nesta última agremiação. Ainda em 1983, participou ativamente da articulação da candidatura de Tancredo Neves à presidência da República. Deixou o Senado em janeiro de 1987. Pecuarista e proprietário rural, afastou-se da vida pública para cuidar das suas fazendas. Ao longo de sua vida, foi professor em cursos ginásial e comercial, e diretor do Colégio Osvaldo Cruz, em Campo Grande. Casou-se com Maria de Lurdes Ribeiro Fragelli, sobrinha de Fernando Corrêa.

Fontes: APEMT, Documentos Municípios Diversos: B -Corumbá, nº 12; CPDOC, Dic.; Borges (2007).

43. José Garcia Neto (1922- 2009)

* Prefeito Cuiabá 1955-59. Vice -gov. 1961-65. Dep. fed. MT 1967-71. Gov. MT 1975-78.

Nasceu em Rosário do Catete -SE, filho de Antônio Garcia Sobrinho e de Antônia Meneses Garcia. Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Bahia em 1944, transferiu-se para o Rio de Janeiro no ano seguinte, indo trabalhar na Coimbra e Bueno Companhia Ltda. Em 1945, foi designado para servir em Mato Grosso, ocupando o cargo de diretor de Obras Públicas do estado em 1946. Ainda no mesmo ano, tornou-se professor da Escola Técnica de Mato Grosso, na qual exerceria o magistério durante os sete anos subsequentes. No pleito de outubro de 1954 elegeu-se prefeito de Cuiabá na legenda da UDN, assumindo o mandato em fevereiro de 1955. No ano seguinte assumiu a presidência da Associação dos Municípios da Amazônia Mato-Grossense, permanecendo no cargo até 1959, quando encerrou sua administração à frente da prefeitura de Cuiabá. Candidatando-se a vice-governador de Mato Grosso na legenda da UDN, na chapa liderada por Fernando Corrêa da Costa, foi eleito no pleito de outubro de 1960 e empossado em fevereiro do ano seguinte. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à ARENA, agremiação de orientação governista. Em janeiro de

1966, encerrou seu mandato de vice-governador. No pleito de novembro de 1966 foi eleito deputado federal, sendo o candidato mais votado à Câmara Federal no estado. Em 1974 tornou-se vice-líder do governo na Câmara Federal. Eleito governador de Mato Grosso por via indireta em outubro de 1974, deixou a Câmara em janeiro de 1975 e em março seguinte foi empossado na chefia do Executivo estadual, em substituição a José Fragelli. Em fins de 1976 e início de 1977, foi acusado pela imprensa paulista e carioca e pelo MDB, partido oposicionista, de ter nomeado mais de 20 parentes, inclusive sua mulher e os filhos, para cargos administrativos, que representavam em vencimentos uma despesa de novecentos mil cruzeiros para os cofres públicos. Respondeu tais acusações dizendo que não havia dado emprego a seus parentes, mas sim trabalho, e que por isso não os demitiria. Ainda em 1977, por ocasião dos debates em torno da subdivisão de Mato Grosso em dois estados, manifestou-se, em entrevista à imprensa, contrário à medida, alegando que ela conduziria a um aumento dos custos de administração e à diminuição dos investimentos na região. Com o objetivo de concorrer pela ARENA a uma cadeira no Senado, deixou o governo do estado em agosto de 1978, sendo substituído no cargo pelo vice-governador Cássio Leite de Barros. Todavia, não conseguiu se eleger, sendo derrotado pelo também arenista Benedito Canelas. Em 1979 com a reformulação partidária, filiou-se ao Partido Popular -PP. Em fevereiro de 1982, após o estabelecimento das regras para as eleições de novembro daquele ano, ocorreu a incorporação do PP ao PMDB — defendida por Garcia Neto desde os primeiros entendimentos entre os dois partidos oposicionistas. No pleito de novembro desse ano candidatou-se mais uma vez ao Senado na legenda do PMDB, mas não conseguiu se eleger, sendo derrotado por Roberto Campos, do PDS, agremiação governista. No ano seguinte, tornou-se diretor da Eletronorte, companhia de energia do centro-oeste e norte do país. Deixou a Eletronorte em 1988, ao mesmo tempo em que se desfilou do PMDB. Abandonou a vida pública e passou a atuar na iniciativa privada, com a firma de engenharia A. G. Global Construção S.A. Foi também diretor do Departamento de Estradas de Rodagem DER e do Departamento de Saneamento de Sergipe. Casou-se com Maria Lígia de Borges Garcia, com quem teve cinco filhos. Fontes: CPDOC, Dicionário.

44. Júlio Mário Abbott de Castro Pinto (1914-1985)

* Pref. de Três Lagoas 1945. Dep. est. MT 1951-55, Pres. Assembleia 1954. Dep. fed. MT 1955-1959.

Nasceu em Campo Grande, filho de Júlio Mário de Castro Pinto e de Iná Abbott de Castro Pinto. Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, foi **promotor** público da comarca de Três Lagoas - MS entre 1937 e 1938. Do ano seguinte a 1940 exerceu a função de **juiz** de direito da comarca de Paranaíba - MS e foi **tabelião** em Campo Grande de 1941 a 1942. Em 1945 foi **prefeito** de Três lagoas - MS. Diretor-proprietário do jornal Gazeta do Comércio, de Três Lagoas. Eleito em 1950 deputado à Assembleia Legislativa de Mato Grosso pela UDN, assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte. Em 1953, Júlio de Castro Pinto era o líder da bancada da UDN quando, no dia 03 de dezembro, foi eleito presidente da Assembleia Legislativa para a conclusão da gestão 1953-1954, iniciada em junho daquele ano. Em junho de 1954, reelegeu-se ao cargo para o período 1954-1955. Ainda em 1954, foi eleito deputado federal pela UDN para a Câmara Federal. Nas eleições seguintes, já em 1958, ficou na suplência da UDN para a da Câmara dos Deputados e, convocado, exerceu o mandato parlamentar de 09 de agosto a 17 de outubro de 1962. Em 1962, Júlio Mário Abbott de Castro Pinto foi o candidato da UDN a senador da República. Sem alcançar seu objetivo, ele voltou a advogar em Três Lagoas -MS. Era casado com Nelly de Castro Pinto, com quem teve três filhos. Fontes: CPDOC, Dicionário; http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122034&tipo=0; <http://www.al.mt.gov.br/parlamento/galeria-presidentes>; Acesso em 10/11/2018.

45. Júlio Strubing Müller (1895-1977)

* Prefeito de Cuiabá 1930. Dep. est. 1935-37. Gov. MT 1937. Interventor fed. 1937-45

Nasceu em Cuiabá-MT. Júlio Frederico Müller e Rita Teófila Corrêa da Costa tiveram os filhos Frederica (1890), Fenelon (1892), Júlio Strubing (1895), Rita (1897) e Filinto Müller (1900). Alfabetizado por professora particular, estudou no Liceu Cuiabano. Depois do serviço militar, em 1919, casou-se com Maria Ponce Arruda, que era formada na Escola Normal Pedro Celestino, era professora desde 16 anos e exerceu até os 96 anos. Júlio foi **diretor** do grupo escolar de Poconé, depois o casal lecionou em Miranda, no Sul do estado, um ano depois retornaram. Júlio lecionou no Liceu Cuiabano, dirigiu o grupo escolar Barão de Melgaço e a Escola Normal Pedro Celestino. Júlio se exonerou da escola e junto com seu irmão Fenelon abriram uma cervejaria. O governador eleito em 1930, Anibal Benício de Toledo nomeou Maria auxiliar de diretoria, depois diretora do Grupo Escolar Senador Azeredo. Contrariando a orientação de seu pai, o deputado estadual Júlio Frederico Müller, Júlio votou na Aliança Liberal. Segundo Maria Müller (*apud*

NEVES, 2001), quando o interventor Mena Gonçalves assumiu, perguntou quais pessoas votaram em Vargas, então, nomeou Júlio **prefeito** de Cuiabá em 1930. Quando o interventor Leônidas Antero de Matos assumiu, convidou Júlio para a **chefia de polícia do estado**. Em 1934, Júlio foi eleito deputado estadual constituinte. O interventor César de Mesquita Serva o convidou para ser **secretário de Estado**. Com a intervenção federal em 1937, a Assembleia elegeu Júlio Müller governador. Com golpe de 1937, Júlio foi transformado em **interventor**. Sobre seu governo, os relatos, entrevistas e documentos referem-se como o consolidador de Cuiabá como a capital do estado. Em 1948 assumiu liderança do PTB, também concorreu ao senado em 1950 e 1954, mas não se elegeu. Em 1958, PSD-PTB lançaram Júlio para prefeitura de Cuiabá, também não se elegeu. Júlio teve uma fábrica, também criou peixes. Além das funções de governo, foi diretor-presidente da Matoveg, indústria pioneira na fabricação de óleos vegetais e derivados, e se dedicou à pecuária na região de Várzea Grande. Fontes: JUCÁ (1998), CPDOC, Dicionário

46. **Leônidas Antero de Matos** (1894-1936)

* Interventor fed. MT 1932-1934.

Nascido em Cuiabá, filho de Antero Aprígio Gualberto de Matos e Francisca de Figueiredo Matos. Seu irmão, Antero de Matos Filho, chefiou o comando militar de Brasília em 1962-63. Coursou Direito no Rio Grande do Sul, e trabalhou como advogado com Getúlio Vargas em Porto Alegre. No governo de Mário Corrêa da Costa foi nomeado chefe de polícia, na ocasião se desentenderam e se tornaram adversários políticos. Apoiou a Revolução de 1930, e foi membro do **Partido União Liberal de Mato Grosso**, fundado em 1931 para consolidar a Revolução, juntamente com Vespasiano Barbosa Martins, João Leite e Francisco Vilanova. O interventor Arthur Antunes Maciel o chamou para secretária-geral do estado, chegou a assumir interinamente a interventoria. Com a saída de Maciel, foi nomeado interventor em junho 1932, no mês seguinte eclodiu a Revolução Constitucionalista. Em Campo Grande a circunscrição militar chefiada por general Bertoldo Klinger, entre outros no Sul do estado, apoiou os paulistas. O interventor manteve-se fiel ao governo provisório. Sufocada a rebelião, nas eleições para a Constituinte, em 1933, as lideranças criaram o **PL** Mato-grossense. Leônidas era um dos líderes dos liberais, também integravam Júlio Müller e Ytório Corrêa da Costa. Criou a Associação de Imprensa Mato-Grossense. Em julho de 1934, Mário Corrêa da Costa, ex-governador na Primeira República, retornou ao estado causando manifestações populares. Crescia o descontentamento com Leônidas devido à situação financeira precária do estado. Os oposicionistas articulavam seu afastamento e Vargas o exonerou. Matos foi também juiz municipal de Santiago do Boqueirão -RS, promotor público da comarca de São Borja-Santiago do Boqueirão e de Porto Alegre e juiz de direito de comércio de Porto Alegre. Fontes: CPDOC, Dicionário; idem, AFM.

47. **Leônidas Pereira Mendes** (1892-)

*Dep. fed. MT 1947-1951.

Nasceu em Cuiabá, filho de Manuel Pereira Mendes e Maria da Glória Pereira Mendes. Ocupou os cargos de engenheiro civil e **funcionário da prefeitura** de sua cidade natal. Em 1924 foi eleito **vereador** de Cuiabá. Em 1946, presidente do diretório municipal do PSD de Cuiabá, também fazia parte da Comissão Executiva do Partido. No mesmo ano, foi secretário geral do estado no governo de Olegário de Matos. No pleito de janeiro de 1947, foi eleito deputado federal por Mato Grosso pelo PSD. No exercício de seu mandato, de 24 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1951, integrou a Comissão Permanente de Agricultura e a Comissão de Valorização Econômica da Amazônia. Nas eleições de outubro de 1950, candidatou-se à reeleição pela legenda pessedista sem obter sucesso. Deixou a Câmara dos Deputados em 1951. No pleito de outubro de 1954, disputou uma vaga no Senado pela legenda do PSP, novamente não conseguindo eleger-se. Fontes: CPDOC, AFM; CPDOC, Dicionário.

48. **Licínio Monteiro da Silva** (1903-1992)

*Dep. est. MT 1947-51; 1951-53; 1959-63, Pres. da Assembleia 1962; 1963-67. Pref. de Várzea Grande 1953-1957.

Nasceu na fazenda Mutum, município de Nossa Senhora de Livramento. Filho de Crescêncio Monteiro da Silva e Margarida dos Santos Botelho. Transferiu-se para Cuiabá em 1912 e até 1917 frequentou os colégios Feliciano Galdino, Plácido Curvo, Salesiano São Gonçalo e Liceu Cuiabano, onde concluiu o curso. Passou a dedicar-se com exclusividade às atividades agropecuárias da família, tornando-se responsável pelos

alambiques da fazenda, assim como pela produção de leite e derivados. Casou-se com Izabel de Almeida e Silva. Em 1926, Licínio deixou a fazenda, estabelecendo-se definitivamente em Várzea Grande, em 1934, participou da campanha de Mário Corrêa ao governo estadual. Em 1939 foi nomeado suplente de vogal da Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá e no período de 1942 a 1970 ocupou a Tesouraria e a vice-presidência da Legião Brasileira de Assistência -LBA, sendo, também, escolhido representante, em Mato Grosso, na Federação Nacional da Indústria. Em 1947 elegeu-se deputado estadual, pelo PSD, substituía a candidatura de seu cunhado Aristides Pompeo de Campos. Nessa legislatura, foi promulgada a Constituição estadual. Licínio foi autor do projeto sobre a criação do Município de Várzea Grande e aquele que deu nova denominação ao Município de São José dos Cocais, sua cidade natal, consolidando o nome de Nossa Senhora do Livramento. Em abril de 1951 tomou posse em seu segundo mandato de deputado estadual. Trabalhou pela liberação de um empréstimo junto à Prefeitura Municipal de Várzea Grande para instalação de serviços de água. Também por emendas que autorizavam o poder Executivo a conceder auxílio de 30.000,00 e 36.000,00 reais respectivamente à Sociedade de Proteção à Maternidade e Infância de Várzea Grande e para a de Nossa Senhora do Livramento. Renunciou ao mandato, pois elegeu-se prefeito de Várzea Grande. Conseguiu investimentos para a construção do Aeroporto Marechal Rondon, nesta cidade. Seu filho Sebastião Monteiro foi eleito deputado estadual. Em 1957, Licínio encerrou mandato de prefeito e retomou as atividades privadas. No ano seguinte, elegeu-se deputado estadual (1959-63), sendo reeleito (1963-67). Nomeado ministro do TCE, assumindo em 1964, se aposentou em 1973. Ocupou ainda outros cargos: Presidente da Junta de Controle da FUSMAT e da Associação Rural -COMAPAN, tendo sido um dos fundadores do jornal O Social Democrata. Fontes: <http://www.al.mt.gov.br/parlamento/galeria-presidentes> Acesso em 09/10/2018; <http://nslivramento.com.br/licinio.html> ; <http://www.sonoticias.com.br/opiniao-do-leitor/licinio-monteiro-historia-da-vgmt>; Acesso 12/06/2018.

49. Lício Proença Borralho (1902-1993)

* Pref. de Ponta Porã em 1933, 1935, 1936. Ver. 1935. Dep. est. MT 1947-1951. Dep. fed. MT 1951-55.

Nasceu em Uruguaiana - RS, filho de Lício de Campos Borralho e de Laura Borralho. Cursou a Escola de Engenharia de Porto Alegre, pela qual se formou engenheiro agrônomo com especialidade em levantamentos topográficos, planimétricos e altimétricos. Transferindo-se para o estado de Mato Grosso em 1925, no período 1929-1930 foi um dos organizadores da Aliança Liberal em Ponta Porã -MS. Durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, participou da Revolução Constitucionalista de 1932. Foi prefeito de Ponta Porã em 1933, 1935 e 1936. Ainda em 1935 eleito **vereador** da cidade, sendo presidente da casa, também nomeado **delegado regional** de valorização da fronteira sudoeste, organização que visava à captação de recursos para as prefeituras da fronteira entre o antigo Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Paraná. Em janeiro de 1947 foi eleito deputado à Assembleia Constituinte de Mato Grosso na legenda do PTB, cuja bancada liderou na Assembleia. Participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta estadual, passou a exercer o mandato legislativo ordinário. Eleito em outubro de 1950 deputado federal pelo mesmo estado pelo PTB, deixou a Assembleia estadual em janeiro de 1951 e, no exercício do novo mandato, iniciado no mês seguinte, foi líder de seu partido na Câmara Federal, na qual permaneceu até janeiro de 1955. Ainda nessa legislatura, ocupou o cargo de segundo-secretário da Câmara e, por curtos períodos, a presidência desta casa. No pleito de outubro de 1958 tornou a se candidatar na legenda do PTB, desta vez a deputado estadual, mas alcançou apenas a oitava suplência, não mais voltando a disputar eleição, contudo continuando a atuar na vida política mato-grossense. Com o golpe de 1964, foi acusado de pertencer ao Grupo dos Onze, movimento criado em 1963 por Leonel Brizola, composto por grupos formados por 11 membros, que tinham como objetivo a luta pela implementação das chamadas reformas de base (agrária, educacional, bancária etc.). Borralho foi afastado do cargo de delegado regional de valorização da fronteira sudoeste e esteve preso por 17 dias, tendo sido posteriormente julgado inocente e libertado. Dez anos depois, seria dado o seu nome à mais antiga praça de Ponta Porã. Foi um dos fundadores das cidades de Bonito - MS e Amambaí - MS, membro da Associação de Imprensa Mato-Grossense e do Sindicato dos Engenheiros de Campo Grande. Era casado com Epifânia Cortaza, com quem teve três filhos. Fontes: CPDOC, Dicionário. CPDOC, Arquivo Filinto Müller

50. Manoel de Oliveira Lima (1916-2008)

* Deputado est. MT 1951-59; 1955-59; 1959-63; 1963-67, Pres. da Assembleia Legislativa 1961; 1967-71.

Nascido em Campo Grande. Em 1944, formou-se advogado pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, à época Distrito Federal, onde atuou como investigador da Polícia Civil e sargento do Exército Brasileiro. Regressando a Mato Grosso, elegeu-se deputado estadual por cinco mandatos ininterruptos. Suas

quatro primeiras eleições foram pela UDN. Em 1966, já pela ARENA. Na Assembleia Legislativa, Manoel de Oliveira Lima presidiu a Comissão de Constituição e Justiça, em 1955, e foi reconduzido ao cargo no ano seguinte. Também foi presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, em 1956. Participou das Mesas Diretoras como 1º vice-presidente, eleito em 1960, e presidente, eleito em 1961 e 1963. Presidiu, ainda, a Comissão de Redação Final, em 1965. Por indicação do Governo do estado, a Assembleia Legislativa aprovou seu nome para o cargo ministro do TCE, pela Resolução nº 04, de 23/03/1968. Em 03 de abril daquele mesmo ano, Oliveira Lima renunciou ao mandato de deputado para assumir, no dia 05 de abril, o cargo vitalício de ministro do TCE. Em 18 de setembro de 1969, por força da Lei nº 2.948, o corpo deliberativo do Tribunal de Contas passou a ser formado por conselheiros em substituição aos cargos de ministros. Ele permaneceu naquela Corte até 07 de outubro de 1971, data de sua aposentadoria.

Fontes: <http://www.al.mt.gov.br/parlamento/galeria-presidentes>; Acesso 09/10/2018.

51. Marcílio de Oliveira Lima (1915- ...)

*Ver. Campo Grande 1951-54, 1959-63. Pref. Campo Grande 1955-1959. Dep. fed. MT 1967-71, 1971-75.

Nasceu na fazenda Alegre, em Campo Grande. filho de Antônio de Oliveira Lima e de Ovídia Maria de Lima. Neto de Manuel da Costa Lima, conhecido como Manoel Cecílio, desbravador que abriu estrada desta cidade a Porto XV, fronteira com São Paulo. Seu tio-avô Sebastião Lima foi prefeito da cidade. Estudou no Instituto Pestalozzi. Fez curso ginásial e complementar no Rio de Janeiro. Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, atual UFRJ. Especializou-se no Pronto Socorro da Praça da República do Rio de Janeiro. Depois de formado voltou a seu estado, onde se dedicou à agropecuária e trabalhou no Serviço de Saúde de Mato Grosso em 1945. Filiou-se a UDN. Iniciou-se na política como vereador à Câmara Municipal de Campo Grande, onde atuou de 1951 a 1954. No mesmo período, foi chefe do Centro de Saúde de Mato Grosso. Prefeito de Campo Grande de 1955 a 1959, retornou à Câmara Municipal neste último ano para novo mandato até 1963. Ainda em 1959, voltou também à chefia do Centro de Saúde, cargo em que permaneceu até 1962. No pleito de novembro de 1966, elegeu-se deputado federal por Mato Grosso pela legenda da ARENA, partido de apoio ao regime militar, assumindo o mandato em fevereiro de 1967. Reeleito pela mesma legenda no pleito de novembro de 1970, tornou-se membro efetivo das comissões de Saúde e de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste e suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. No pleito de novembro de 1974, conseguiu apenas uma suplência de deputado federal por seu estado, pela Arena. Em janeiro de 1975, ao final de seu segundo mandato, deixou definitivamente a Câmara. Casou-se com Iolanda Peres Lima, com quem teve um casal de filhos. Fontes: CPDOC, Dicionário; ARCA, Série Campo Grande personalidades: ANO III – 2001.

52. Mário Corrêa da Costa (1886-1937)

* Governador MT 1935-37.

Nascido em Cuiabá, filho de Antônio Corrêa da Costa e de Antônia Leite Corrêa da Costa. Pertencia a família que mais ocupou cargos em Mato Grosso, desde o Império até o presente. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, fez curso de aperfeiçoamento na Alemanha. Entre 1911 a 1926, atendeu na capital federal. Por acordo firmado por seu tio, Pedro Celestino Corrêa da Costa, foi eleito governador de seu estado natal para o período 1926-1930, em uma aliança as duas forças: Pedro Celestino, chefe do PRMG, e Antônio Azeredo, líder do PRC. Mário rompeu o acordo e fundou o Partido Democrata em 1926. Após a Revolução, retornou ao Mato Grosso somente em 1934. Conseguiu unir a oposição, juntamente com Filinto Müller e Vespasiano Barbosa Martins fundaram o PE, foram vitoriosos na eleição de 1934 conseguindo a maioria na Assembleia. No ano de 1934, Filinto Müller era o candidato ao governo do estado do PE, mas ele desistiu de concorrer. Enquanto isso, em 1935, Fenelon Müller assumiu a interventoria, posteriormente, Mário escolheu Fenelon candidato pelo PE em detrimento de Júlio Müller. Tempo depois, retirou o apoio a Fenelon e se lançou candidato ao governo estadual com apoio do PL. Como reunia a maioria dos deputados estaduais do PE e PL, a Assembleia o elegeu governador em 1935 com 15 votos e Fenelon recebeu 9 votos. Mário iniciou seu governo com apoio dos liberais João Villasbôas e Estevão Corrêa, mas os hostilizou e com o tempo perdeu apoio. Ao longo do ano de 1936 a oposição tentou estabelecer acordos e finalmente, em dezembro formaram a Aliança Mato-Grossense, liderada por Filinto e os senadores João Villasbôas e Vespasiano, em oposição a Mário. Após atentado contra os senadores Villasbôas e Vespasiano feito por membros do governo, Mário ainda ameaçou luta armada. Por fim em março de 1937, Vargas decretou intervenção federal. Mário derrotado retornou ao Rio de Janeiro, onde faleceu no mesmo ano. Foi casado com Dulce Marinho Corrêa da Costa. Fontes: CPDOC, AFM. Mendonça (1971).

<http://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/6cc3c991a0369ea97029b1acb573a0d7.pdf>;
<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=488104>; Acesso em 14/07/2018.

53. Miguel Carmo de Oliveira Melo (1877-1961)

* Representante Classista do Grupo de Profissões Liberais em 1936. Secretário da Agricultura em 1936; Diretor do CER 1951-56.

Nasceu em Maceió, Alagoas. Seus estudos iniciais, fundamental e médio, foram realizados em sua terra natal. Como 2º Tenente, foi transferido para Mato Grosso. Em 1897, partiu para o Rio de Janeiro a fim de matricular-se na Escola Militar, mas, logo percebeu não ser a carreira militar sua vocação. Em seguida, se preparou para o ingresso na Escola Politécnica e, em 1899, cursou Engenharia Civil, diplomando-se no ano de 1904. Nos dois últimos anos de engenharia exerceu as funções de assistente da cátedra de Astronomia e Geodésica. Permaneceu no Rio de Janeiro até 1913, retornando a Cuiabá, quando se associou ao colega Alfredo Magalhães. Juntos, organizam a firma Magalhães & Melo, destinada à construção civil. No governo estadual, empreitaram a construção do Palácio da Instrução, do Grupo Escolar Senador Azeredo e da ponte metálica sobre o Coxipó. Em Corumbá, instalaram o serviço de abastecimento de água da cidade. Mudou-se para Campo Grande, visto ter sido requisitado para os serviços de engenharia na cidade. No governo do General Caetano Manuel de Faria e Albuquerque, exerceu a função de Chefe de Polícia e ocupou a pasta da Secretaria de Agricultura. Durante o episódio da Coluna Prestes (1925-1926) foi incumbido, por nomeação do general Malan, então comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, para organizar e comandar as forças patrióticas. Na política, foi vereador em Cuiabá. Em 1924-26 foi vereador de Campo Grande, sendo presidente da casa. Participou do Partido Constitucionalista em Campo Grande. Escolhido deputado profissional à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Grupo das Profissões Liberais em 11 de junho de 1936. Em outubro 1936 desempenhou o cargo de Secretário de Agricultura, indicado pelo presidente Mário Corrêa da Costa. Entrou para UDN, rompeu com partido fazendo parte da dissidência. Em 1947, no governo de Arnaldo Estevão de Figueiredo, foi nomeado Diretor da Comissão de Estradas de Rodagem, onde se manteve até 1951. Foi membro do IHGMT. Fontes: CPDOC, AFM; Mendonça (1974); <http://academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-3/67-miguel-carmo-de-oliveira-melo>; Acesso 20/06/2018.

Newton de Andrade Cavalcanti (1885-1965)⁴⁸⁸

* Interventor fed. MT 1935, Interventor fed. RJ 1935.

Nasceu em Alagoas, filho de Balduino Francisco Cavalcanti. Sentou praça no 20º Batalhão de Infantaria, sediado em Maceió, em abril de 1902. No ano seguinte, ingressou na Escola Preparatória e Tática do Realengo. Em janeiro de 1909, chegou a aspirante pela Escola de Guerra de Porto Alegre e, em abril, matriculou-se na Escola de Artilharia e Engenharia. De julho de 1909 a abril de 1910, esteve à disposição da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, cujo engenheiro-chefe era o tenente-coronel Cândido Rondon. Tornou-se adido ao 52º Batalhão de Caçadores em junho de 1910. Ocupou o cargo de auxiliar da Confederação do Tiro Brasileiro no início de 1911 e, em abril desse ano, foi promovido a segundo-tenente, ainda como integrante do 52º BC. Passou para o 4º Regimento de Infantaria - RI, acantonado em Quitauína - SP, em janeiro de 1913, transferindo-se depois para o 11º RI, com sede em São João del Rei -MG. Em novembro do ano seguinte, foi feito ajudante-de-ordem do chefe do Estado-Maior do Exército e, em novembro de 1915, desempenhou as funções de instrutor de infantaria e de comandante da 3ª Seção da 1ª Companhia de Metralhadoras. Em agosto de 1917, serviu no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos como instrutor de infantaria, sendo promovido a primeiro-tenente em fevereiro de 1918. Em julho desse mesmo ano, serviu na Escola Militar do Realengo também como instrutor de infantaria, tendo comandado diversas campanhas. Em março de 1922, Newton Cavalcanti matriculou-se na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e, em abril do mesmo ano, foi promovido a capitão, tendo servido em março do ano seguinte naquela unidade militar ainda como instrutor de infantaria. Em julho de 1923, ocupou o cargo de comandante da Companhia de Carros de Assalto da 2ª Zona Militar, matriculando-se em março de 1928 na Escola de Estado-Maior. Promovido a major em novembro desse ano, tornou-se em 1929 subcomandante do 5º RI, sediado em Lorena - SP. Durante a Revolução de 1930, Newton Cavalcanti chefiou um destacamento que lutou ao lado das tropas revolucionárias, sendo ferido em combate. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, Newton Cavalcanti participou ao

⁴⁸⁸Os outros interventores de Mato Grosso, que não estão na classe política, não foram inseridos no apêndice por falta de informações disponíveis ou por sua passagem ter sido rápida pela interventoria e não estabeleceu vinculações locais. O coronel Cavalcanti era conhecido de Filinto desde os anos 1930.

lado do governo como comandante do destacamento batizado com seu nome, pertencente à 1ª Região Militar, do Rio de Janeiro. Em novembro de 1932, voltou a ocupar o cargo de diretor do Centro de Educação Física do Exército, sendo promovido a coronel em fevereiro de 1933. Nomeado comandante da 9ª Região Militar, em Mato Grosso, voltou a cursar em julho do ano seguinte a Escola de Estado-Maior do Exército. Chefe da Casa Militar da Presidência da República entre maio e julho de 1935, matriculou-se nesse último mês no Curso de Informação para General, passando então a responder pelo comando do 2º RI, no Rio de Janeiro. Devido à disputa pelo governo do estado de Mato Grosso entre Mário Corrêa da Costa e Fenelon Müller, irmão de Filinto Müller, ocorreu um impasse político naquela unidade da Federação. Vargas nomeou então Newton Cavalcanti interventor no estado. Ocupando a interventoria de agosto a setembro de 1935, Newton Cavalcanti instalou a Assembleia Constituinte estadual, que terminou por eleger Mário Corrêa da Costa governador de Mato Grosso. Ainda neste ano foi interventor no Rio de Janeiro. Apesar das fortes pressões dos militares ultraconservadores, Cavalcanti teve sua promoção ao generalato, passando à frente de 48 outros oficiais, obstada pelo ministro da Guerra, general João Gomes, em virtude de suas posições favoráveis ao ideário integralista. Era então o mais entusiástico defensor de Plínio Salgado, líder da AIB, nos altos círculos militares. Em 18 de novembro de 1935, voltou a ocupar o posto de comandante do 2º RI. Devido às suas ligações com a AIB através de uma de suas alas, conhecida como “burguesa”, representada por José Madeira de Freitas, Cavalcanti obteve de Vargas a promessa de que o partido integralista seria conservado mesmo depois do golpe. Em 1º de novembro, Newton Cavalcanti procurou Dutra e colocou-o a par dos entendimentos entre Vargas e os integralistas. Nesse mesmo dia, Plínio Salgado marchou à frente de milhares de integralistas da praça Mauá até o palácio presidencial, a fim de dar uma prova de força. O desfile foi assistido por Vargas e Cavalcanti da sacada do palácio. Dois dias depois, durante um encontro que manteve com Dutra e Góis Monteiro, Cavalcanti declarou-se temeroso de que o golpe pudesse levar a uma ditadura e propôs aos chefes militares que declarassem não aceitar de forma alguma esse tipo de solução, pois o que almejavam era apenas a realização de reformas substanciais nas instituições, a fim de protegê-las contra os perigos da ameaça vermelha. Segundo Góis Monteiro em seu depoimento a Lourival Coutinho, o que havia por detrás das preocupações de Newton Cavalcanti era seu interesse em colocar Plínio Salgado no poder. Com Estado Novo, Vargas exonerou o general Cavalcanti, que fez então veemente protesto público, sendo por isso punido disciplinarmente. O ex-comandante ficou sem função, adido ao Departamento de Pessoal do Exército. Em setembro de 1938, foi designado diretor de departamento da Inspetoria Provisória de Armas e, em fevereiro de 1939, tornou-se membro de uma comissão para rever modelos de escrituração. Nomeado membro da Comissão de Inquérito Administrativo em janeiro de 1940, tornou-se depois inspetor de infantaria, quando organizou em definitivo o Serviço de Infantaria do Exército. Exerceu ainda as funções de embaixador extraordinário e de ministro plenipotenciário quando da posse do presidente boliviano Enrique Peñaranda, em abril de 1940. Membro do Conselho Superior de Economia de Guerra em 1948, de 25 de março a 5 de maio de 1949 foi ministro interino da Guerra do governo de Eurico Dutra na ausência do titular da pasta, general Canrobert Pereira da Costa. Nesse mesmo mês de maio, retornou à chefia do Departamento Geral de Administração, onde permaneceu até abril de 1950, quando assumiu a chefia do Gabinete Militar da Presidência da República e, em consequência, as funções de secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional e de presidente da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. Manteve-se no cargo até janeiro de 1951, quando Dutra deixou o governo. Newton Cavalcanti foi ainda comandante da Zona Militar Sul de abril a novembro de 1951 e, no mês de outubro, passou para a reserva. Fontes: CPDOC, Dicionário.

54. Nicola Scaffa ()

55.

*Prefeito de Corumbá 1930, 1935, 1937. Presidente Departamento Administrativo do Estado

Nascido em Ladário-MS. Descendente de árabe. Acumulou fortuna no ramo de navegação, segundo diário de Cuiabá seria quase analfabeto, mas existem cartas à mão com assinatura em seu nome no Arquivo Filinto Müller. Possuía uma Casa Comercial e Bancária em Corumbá, fornecedora de gêneros para a região e para abastecimento da marinha do Brasil. Sobre suas atividades comerciais “Atividade imensa da Casa Bancária Nicola Scaffa, com escritório muito bem montado e que tinha mesmo, contadores diplomados, guarda-livros, caixas, etc.[...] [...]ali funcionou “A Lealdade” vendendo a crédito e a vista, a varejo e por atacado-fazendas, armarinhos, sapatos, cereais de toda espécie, medicamentos, louças, material elétrico a 90% dos ladarenses. Era o poder comercial do Sr. Nicola Scaffa” (MACÊDO, 1983, p. 90- 91). Nicola era o prefeito de Corumbá até 25 de outubro de 1930. Foi presidente do Diretório Evolucionista de Corumbá. Nomeado prefeito da cidade pelo governador Mário Corrêa da Costa, exonerado em outubro de 1935. A documentação do AFM mostra a relevância política de Scaffa, que participava das decisões no Rio de Janeiro, tinha contato com ministros, como Agamenon Magalhães. No intenso ano de 1936, um telegrama de Telegrama de Villasbôas para João Celestino, sobre as negociações entre PE e PL, cita um possível

acordo Scaffa seria o governador e Mário senador, o que não se concretizou. Posteriormente, em outubro daquele ano rompeu com o governador Mário Corrêa, e foi exonerado da prefeitura. Em dezembro, estava durante a assinatura do acordo entre PE e PL no Rio de Janeiro em que formou Aliança de Partidos. Em 1937, Nicola Scaffa venceu as eleições para prefeito de Corumbá, cuja campanha tinha como principais líderes João Villasbôas e Vespasiano Martins em 1937. Seu aliado, Bezerra Neto comandava o jornal do grupo, o A Tribuna, do qual seis meses depois passou a ser dono, dirigindo este órgão simultaneamente com um bi semanário que também montou: Correio de Corumbá, tendo mais tarde fundado ainda a revista Cidade Branca. "Nicola Scaffa foi um grande prefeito. Abdicou de seus salários como chefe do Executivo, doando os proventos para as entidades beneméritas da cidade, e fez muitas obras importantes", relatou o próprio Vicente Bezerra Neto. Foi nomeado presidente do Departamento Administrativo de Mato Grosso em 1939. Tinha longa amizade com Filinto e Consuelo Müller. Em 1945, rompeu com o diretório do PSD após não ter sido escolhido por Júlio Müller e João Ponce para comissão executiva do partido, não apoiou o PSD na campanha deste ano. Em 1946, o diretório municipal do PSD o elegeu presidente, mas ele não aceitou, pois não queria que o prefeito Arthur Marinho participasse do partido.

Fontes: CPDOC, AFM; APEMT, Documentos Municípios Diversos: B -Corumbá, nº 12;<http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/270599/cidades2.htm>; http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1478170028_ARQUIVO_DAIANELIMADO_SSANTOSHISTORIAUFGD.pdf; <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1258.pdf>; Acesso em 22/06/2018.

56. Oliva Enciso (1909- 2005)

*Primeira vereadora de Campo Grande 1955-1958. Primeira deputada est. MT: 1959-1963.

Nasceu na fazenda Taquaral, Corumbá. Seu pai, Santiago Enciso, era funcionário da fazenda, descendente de italianos e paraguaios. Sua mãe, Martinha Enciso, corumbaense descendente de português e paraguaios. Estudou no Colégio Imaculada Conceição. Com a morte do pai e com poucos recursos, mudou-se com sua mãe e suas 6 irmãs para Campo Grande. Estudou na cidade no colégio Spencer. Conheceu João Tessitore Júnior, dono do Instituto Pestalozzi. Foi selecionada para prestar exames nesta instituição e passou, mas não tinha recursos para pagar o estudo secundário. Então, João Tessitore ofereceu uma bolsa de estudos, em troca Enciso daria aulas. Trabalhando e estudando conseguiu se formar em 1929. Em 1930, foi admitida na Faculdade Nacional de Medicina, na capital federal, com ajuda de amigos chegou a frequentar as aulas, mas por falta de recursos para se sustentar e para ajudar a mãe e as irmãs retornou a Campo Grande. Quando voltou o interventor Antonino tinha acabado de assumir o governo estadual e era amigo da família, ela tinha estudado com seu filho. O interventor empregou Enciso na prefeitura em 1930, cargo em que se aposentou em 1963. Formou-se na Faculdade de Farmácia e Odontologia. Em 1940 fundou a Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante, que auxiliou estudantes pobres da cidade e também construiu a Escola Miguel Couto, um abrigo infantil, entre outros. A Sociedade também distribuía prêmios para os melhores alunos da cidade. Em 1945, foi ao Rio de Janeiro e visitou diversos órgãos para conseguir auxílio a fim de implementar uma escola agrícola em Campo Grande. Conseguiu trazer o Senai em 1949, a Casa de Aprendizado Doméstico em 1948, com ajuda do senador Vespasiano B. Martins, e o Sesi também. Quando Fernando Corrêa da Costa foi prefeito de Campo Grande, Enciso conseguiu criar a seção de Educação e Assistência, que organizou, dirigiu e executou políticas de educação. Enciso visitava escolas, orientava professores, olhava notas de alunos. Promoveu campanha de alfabetização de adultos. Em 1948 participou da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade -CNEC, que promovia acesso gratuito e implantou diversos CNEC em várias cidades do estado. Em 1955, a direção da UDN a convidou para concorrer ao cargo de vereadora, obteve a quarta maior votação. Em 1959, eleita deputada estadual e foi presidente da Comissão Permanente de Educação, Saúde e Assistência. Como deputada, com a federalização da Faculdade de Direito de Cuiabá, propôs a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia em Campo Grande em 1961, com verbas estaduais, sendo aprovada. A faculdade foi o embrião da UFMS. Também foi sua a proposta de criação do Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso, depois de ir a São Paulo estudar o Instituto de Previdência e Assistência deste estado. Participou da fundação da APAE em 1967. Fontes: <https://www.campograndenews.com.br/colunistas/grandezas-da-literatura/a-benfeitora-da-educacao-profissional-e-da-cidadania-oliva-enciso>; <https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/bosaipo-mocao-de-pesar-a-familia-de-oliva-enciso/visualizar>; Acesso 14/06/2018, Enciso (1986).

57. Palmyro Paes de Barros

*Prefeito Santo Antônio em 1934. Vice-presidente do Departamento Administrativo do Estado

Atuava na região de Santo Antônio. Participou do conflito armado de 1916. De acordo com Mendonça (1974a) atuou a favor do governo estadual, mobilizado as forças de seringueiros, garimpeiros e usineiros. Conforme Alves (2002), as forças governistas tiveram maior número de vitórias. Após a Revolução de 1930, foi chefe do Partido Liberal de sua região, apoiou o interventor Leônidas. Em 1934, nomeado prefeito de Santo Antônio. Apoiou a candidatura de Mário Corrêa da Costa ao governo do estado. Depois alinhou-se aos Müller e sofreu retaliações do governador Mário, sua usina estava em posse dos capangas do governador. Foi nomeado vice-presidente do Departamento Administrativo em 1939, assumiu como presidente em 1940. Fontes: CPDOC, AFM; APEMT, Departamento Administrativo do Estado. 35-Relatório apresentado ao Ministro de Justiça pelo prof. ° Isac Póvoas. 1939 a 1941.

58. Philadelpho Garcia (1916- 2006)

*Dep. fed. MT 1951-1955; 1955-1959; 1959-1963; 1963-1967.

Nasceu em Coxim, filho de Francisco Caetano Garcia e de Eugênia Alves Garcia. cursou o Colégio São Luís. Mudou-se para o Rio de Janeiro depois de ter ouvido que Filinto Müller ajudava jovens que quisesse trabalhar e estudar. Após abordar Filinto em sua casa, conseguiu emprego na polícia Central em 1935 e tornou-se seu oficial-de-gabinete. Bacharelou-se em 1941 pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, atual UFRJ. Entre 1943 e 1945, durante a gestão de Alexandre Marcondes Filho no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1941-1945), foi secretário da presidência do CNT, atual Tribunal Superior do Trabalho -TST e Filinto era o presidente do tribunal. Nomeado em seguida advogado da Prefeitura do Distrito Federal na administração de Filadelfo de Azevedo (1945-1946), tornou-se, em 1947, diretor da Divisão Interior do Ministério da Justiça na gestão do ministro Adroaldo Mesquita da Costa (1947-1950). Participou das campanhas de 1945 e 1947 de Filinto do PSD. Ocupou o cargo de diretor até 1950 e, no pleito de outubro desse ano, elegeu-se deputado federal por Mato Grosso pela legenda do PSD, assumindo o mandato em fevereiro de 1951. Reeleito em outubro de 1954 para a legislatura que se iniciou em fevereiro do ano seguinte, voltou a eleger-se em outubro de 1958, tendo sido na ocasião o segundo deputado mais votado em todo o estado. Na legislatura iniciada em fevereiro de 1959, votou a favor da Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo após a renúncia do presidente Jânio Quadros (25/8/1961) como fórmula conciliatória capaz de permitir a posse de seu substituto legal, o vice-presidente João Goulart, cujo nome fora vetado pelos ministros militares. Em 25 de novembro do mesmo ano, aprovou a Emenda Constitucional nº 5, que instituiu nova discriminação das rendas em favor dos municípios brasileiros. Acatando orientação partidária, apoiou finalmente a antecipação do plebiscito destinado a decidir sobre a manutenção do parlamentarismo e inicialmente previsto para 1965. A consulta à nação seria realizada em 6 de janeiro de 1963, dela resultando a reimplantação do presidencialismo como forma de governo do país. Reeleito em outubro de 1962 para a legislatura que se iniciou em fevereiro de 1963, segundo levantamento realizado pelo Correio Brasiliense, Philadelpho Garcia revelou-se neste período favorável ao intervencionismo econômico, ao monopólio estatal da energia elétrica, do petróleo e das telecomunicações, à reforma eleitoral, à contenção da influência do poder econômico estatal e privado nas eleições e ao fortalecimento dos partidos nacionais. Ainda segundo a mesma fonte, defendeu a realização de uma reforma agrária de conteúdo cooperativista, com a desapropriação dos latifúndios e minifúndios improdutivos e a assistência plena aos lavradores. Em política externa, apoiou o reatamento das relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética, rompidas desde 1947, tendo sido membro efetivo da Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados. Manifestou-se também a favor de uma emenda proposta pelo deputado Daniel Faraco ao projeto de lei votado em 1961, que restringia as remessas de lucros para o exterior e despertou controvérsias quanto ao dispositivo referente ao tratamento dos lucros reinvestidos no país. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à ARENA, partido de apoio ao regime militar instaurado no país em abril de 1964, exercendo seu mandato até o final da legislatura, em janeiro de 1967. Deixou a política. Mudou-se para Londrina, onde viveu com sua esposa Eurídice de Moraes Garcia, com quem teve três filhos. Fontes: CPDOC, Dic.; Garcia (1994). http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122321&tipo=0 Acesso em 13/06/2018.

59. Rachid Jorge Mamed (1914-1988)

*Prefeito Poxoréo 1943-45. Dep. est. MT 1951-55; 1955-59, Presidente da Assembleia 1956-57. Dep. fed. MT 1959-1963; 1963-1967; 1967-1969.

Nasceu em Cuiabá, filho de Filipe Jorge Mamed, de origem libanesa, e de Antônia Figueiredo Mamed. Iniciou o curso secundário em Cuiabá, mas não o concluiu porque a família se transferiu para Poxoréu, região diamantífera do leste de Mato Grosso. Ingressando no comércio, foi nomeado **delegado** e depois **prefeito** de Poxoréu em 1943. Em sua gestão recuperou a colônia agrícola de Paraíso, incentivou a lavoura na reserva florestal de Jarudoré, dos índios bororós, e abriu rodovias. Deixou a prefeitura em outubro de 1945, quando um movimento militar depôs o presidente Getúlio Vargas, pondo fim ao Estado Novo. Em janeiro de 1947, elegeu-se suplente de deputado à Assembleia Constituinte de Mato Grosso na legenda do PSD. Assumindo sua cadeira em março seguinte, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta estadual, passou a exercer o mandato legislativo ordinário. Pelo PSD reelegeu-se nos pleitos de outubro de 1950 e de 1954, voltando sua ação parlamentar para os problemas rodoviários e a colonização de áreas desertas na região norte-nordeste do estado, tendo sido presidente da Assembleia em 1956 e 1957. Em outubro de 1958, elegeu-se deputado federal por Mato Grosso na legenda da Coligação da Redenção Democrática, formada pelo PSD e PTB. Deixando a Assembleia mato-grossense em janeiro de 1959, assumiu sua cadeira na Câmara em fevereiro seguinte e apoiou o governo de Juscelino Kubitschek, tendo apresentado projetos de sindicalização dos garimpeiros. Após a renúncia do presidente Jânio Quadros (25/8/1961), votou a favor da Emenda Constitucional nº 4 (2/9/1961), que instituiu o parlamentarismo no país. Aderiu também à Ação Democrática Parlamentar, bloco interpartidário surgido no primeiro semestre de 1961 com o objetivo de combater a penetração comunista na sociedade brasileira. Constituído basicamente de parlamentares da UDN e, em segundo plano, do PSD, esse bloco faria oposição ao governo do presidente João Goulart. Em novembro de 1961 apoiou a Emenda Constitucional nº 5, que ampliou a participação dos municípios na arrecadação tributária nacional, e se opôs ao reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas desde 1947. Declarou, contudo, aceitar o estabelecimento de laços comerciais por causa de princípios de autodeterminação e não-intervenção. Ainda nesse período, de acordo com o Correio Brasiliense, situou-se como um “intervencionista moderado”, apoiando o monopólio estatal do petróleo, dos minérios, da energia elétrica, das telecomunicações e dos transportes ferroviários e marítimos de cabotagem. Manifestou-se também favoravelmente à realização das reformas agrária — iniciada com a doação das terras da União e com a desapropriação dos latifúndios e minifúndios improdutivos mediante prévia indenização em dinheiro — e eleitoral, tendo combatido, porém, a extensão do voto aos analfabetos. No pleito de outubro de 1962 reelegeu-se na legenda da Aliança Democrática Social Trabalhista, coligação formada pelo PSD e pelo PTB. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à ARENA, em cuja legenda foi reeleito em novembro de 1966. Interrompeu seu mandato em novembro de 1969, quando se tornou **ministro do Tribunal de Contas de Mato Grosso**, deixando então a Câmara dos Deputados. No ano de 1974, ocupou a presidência do Tribunal de Contas do estado. Aposentou-se em 1978, já na condição de conselheiro. Nesse mesmo ano, transferiu-se para Brasília onde ocupou a representação do escritório de Mato Grosso durante o governo de Frederico Campos (1979-1983). Ao final do mandato de Frederico Campos deixou esse cargo e retornou ao estado, tornando-se assessor político do então governador Júlio Campos (1983-1986), função que exerceu até 1984, quando deixou novamente Cuiabá e retornou a Brasília, vindo a fixar residência e afastando-se da vida pública. Era casado com Lindaura.

Fontes: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122566&tipo=0 Acesso 13/06/2018; http://pox2.zip.net/arch2007-02-01_2007-02-28.html Acesso 23/06/2018

60. Rachid Saldanha Derzi (1917-2000)

*Pref. Ponta Porã 1942-45; 1950-54. Ver. Ponta Porã 1947-1950. Dep. fed. MT 1955-1959; 1959-1963; 1963-1967; 1967-1971. Sen. MT 1971-1979; Sen. biônico MS 1979-1995, const. 1987-1988.

Nasceu em Ponta Porã -MS, filho de Chehin Derzi e de Estefânia Saldanha Derzi. Seus avós paternos eram libaneses. Os cunhados Itálvio Coelho e Lúdio Coelho foram senadores por Mato Grosso do Sul; o primeiro entre 1973 e 1979, e o segundo a partir de 1995. Coursou o Colégio Dom Bosco em Campo Grande, e, mais tarde, ingressou na Faculdade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, pela qual se diplomou em 1939. A seguir fez cursos de especialização em cirurgia, obstetrícia e pediatria. Membro da **junta deliberativa do Instituto Nacional do Mate** desde 1938, exerceu essa função até 1942, quando assumiu o cargo de médico do posto de saúde de sua cidade natal. Neste último ano ingressou também na vida política, sendo nomeado **prefeito** municipal de Ponta Porã, cargo que exerceu até 1945. Eleito **vereador** na legenda da UDN em 1947, presidiu a Câmara Municipal de Ponta Porã até 1950 e, no ano seguinte, foi reconduzido à prefeitura dessa cidade. Nas eleições de outubro de 1954, elegeu-se deputado federal por Mato Grosso, sempre na legenda da UDN, iniciando o mandato em fevereiro do ano seguinte. Reelegeu-se deputado federal nos pleitos de 1958 e de 1962 na mesma legenda, e, com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo,

filiou-se à ARENA, partido de apoio ao regime militar instalado no país em abril de 1964. Nessa nova legenda reelegeu-se mais uma vez em novembro de 1966, tornando-se presidente da Comissão de Valorização Econômica da Amazônia e membro das comissões de Orçamento e de Saúde da Câmara Federal. No pleito de novembro de 1970, elegeu-se senador por Mato Grosso na legenda da ARENA. Deixando a Câmara em janeiro de 1971, assumiu sua cadeira no Senado em fevereiro seguinte. De 1972 a 1976, exerceu a vice-liderança de seu partido e do governo no Senado. Em outubro de 1977 foi sancionada a lei que dividiu em dois o estado de Mato Grosso. Na convenção da ARENA mato-grossense realizada em junho de 1978 com o objetivo de escolher o candidato do partido ao Senado pelo futuro estado de Mato Grosso do Sul — candidato a ser eleito por via indireta —, Saldanha Derzi derrotou seu cunhado Itálvio Coelho, que era apoiado pelo governo federal e pela corrente arenista chefiada por Pedro Pedrossian. Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979 e a reformulação partidária, filiou-se à agremiação governista, o PDS. Entretanto, em companhia de outros dissidentes, insatisfeitos com o afastamento de Marcelo Miranda do governo de Mato Grosso do Sul em outubro de 1980 e a nomeação de Pedro Pedrossian para o cargo, desligou-se desse partido, filiando-se ao Partido Popular -PP em novembro seguinte. Entre 1979 e 1981 foi vice-líder da ARENA no Senado Federal e integrou, na condição de vice-presidente a Comissão de Relações Exteriores. Em 25 de novembro de 1981, o governo encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de reforma eleitoral em regime de urgência, que estabelecia a proibição das coligações eleitorais e a introdução do voto vinculado, onde o eleitor teria de votar nos candidatos do mesmo partido para todos os cargos em disputa, sob pena de anulação do voto. O projeto foi aprovado por decurso de prazo em janeiro de 1982, originando a Lei nº 6.978. Com estas exigências, como o PP não teve recursos suficientes para encaminhar candidatos em todos os estados e municípios, seus líderes decidiram extingui-lo, e foi feita a incorporação ao PMDB. Com isso, Saldanha Derzi filiou-se ao PMDB, vindo a ocupar, no ano seguinte, a vice-liderança do partido no Senado. Na sessão da Câmara dos Deputados de 25 de abril de 1984, a emenda do deputado Dante de Oliveira, que propunha o restabelecimento de eleição direta para a presidência da República em novembro daquele ano, foi rejeitada. Faltaram 22 votos para que pudesse ser enviada à apreciação do Senado. Assim sendo, a escolha do sucessor do general João Batista Figueiredo, seria feita pelo Colégio Eleitoral, integrado por todos os parlamentares do Congresso e seis delegados das assembleias legislativas. Em 15 de janeiro de 1985, Saldanha Derzi acompanhou o voto da maioria do Colégio Eleitoral, que elegeu o candidato da oposição, Tancredo Neves, lançado pela Aliança Democrática, uma união do PMDB com a dissidência do PDS abrigada na Frente Liberal. Em novembro, o Congresso Nacional reuniu-se para convocar eleições à Assembleia Nacional Constituinte em 1986. Saldanha Derzi não compareceu ao plenário, mas constou como votante. No pleito de novembro de 1986, elegeu-se senador constituinte por Mato Grosso do Sul na legenda do PMDB. Foi líder do governo Sarney no Senado em 1988 e 1989. Em 29 de setembro de 1992, Saldanha Derzi votou a favor da abertura de processo de *impeachment* contra o presidente Fernando Collor de Melo. No pleito de outubro de 1994, candidatou-se à reeleição na legenda do PP. Derrotado nas urnas, acusou o governador Pedro Pedrossian de traição por ter pedido votos publicamente para seu vice, Ari Rigo. Derzi deixou o Senado em janeiro de 1995 e retirou-se da vida pública. Industrial e pecuarista, consolidou sua liderança na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, onde se localizam dez municípios cuja base econômica é a agropecuária. Foi colaborador dos jornais Correio do Estado e Estado de Mato Grosso. Era casado com Edvíges Coelho Derzi, com quem teve dois filhos. Seu filho, Flávio Derzi reelegeu-se deputado federal em 1999. Fontes: CPDOC, Dicionário. http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122567&tipo=0 Acesso em 13/06/2018

61. Rosário Congro (1884-1963)

* Pref. de Três Lagoas 1931-1935; 1946-47. Dep. est. MT 1935-1937, 1951-55; Presidente Assembleia Legislativa 1952.

Filho de Graciano Congro e de Carmela Verlangiere Congro, nasceu em Sorocaba-SP. Chegou a Mato Grosso no ano de 1907. Sua primeira profissão foi a de caixeiro-viajante, fixando-se inicialmente em Corumbá, onde o comércio fluvial era intenso à época. Foi fiscal do governo do estado junto à Sociedade Agrícola, Industrial e Colonizadora de Mato Grosso, poeta, jornalista, historiador e atuou como advogado provisionado. Em 02/11/1914, foi eleito **vereador** no município de Corumbá para o triênio 1915-1917. Eleito **deputado** para a 11ª Legislatura (1918-1920), quando o governador Dom Aquino o nomeou **intendente** de Campo Grande (1918-1919), assumindo ambos cargos. Reelegeu para a 12ª Legislatura (1921-1923), foi 2º Secretário suplente da Mesa Diretora em 1922 e em 1923. Mudou-se para Três Lagoas em 1921, onde inicialmente trabalhou como inspetor da Feira de Gado, e onde se elegeu prefeito (1931-1935). Em 1934 foi eleito à Assembleia Estadual Constituinte pelo PL, assumindo em 1935. Na situação da divisão das forças políticas na eleição para governador, apoiou o governador Mário Corrêa. Mas, se aliou

aos Müller e no Estado Novo foi prefeito nomeado de Três Lagoas - MT em dois períodos: 21/07/1941 a Outubro/1945; e 22/01/1946 a Outubro/1947; diretor da Delegacia Especial de Terras e Colonização (15/03/1948 a 12/01/1949), e secretário de Estado de Agricultura, Indústria Comércio, Viação e Obras Públicas (12/01/1949 a 31/07/1950). Novamente eleito deputado estadual pelo PSD, agora para a 2ª Legislatura (1951-1955). Em 1951, participou da Mesa Diretora como vice-presidente e, em 1952, como presidente; em 1953, presidiu a Comissão de Constituição e Justiça. Nomeado Ministro do Tribunal de Conta estadual. Seu filho Hélio Congro foi nomeado prefeito de Três Lagoas em 1973-75. Fontes: CPDOC, AFM; <http://www.al.mt.gov.br/parlamento/galeria-presidentes>; Acesso em 09/10/2018; <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-40/189-rosario-congro>; <http://www.tce.mt.gov.br/conteudo/sid/12>; <http://www.treslagoas.ms.gov.br/view/ex-prefeitos/> Acesso em 12/06/2018.

62. Sílvio Curvo (1905-1994)

* Senador MT 1951-1958.

Nasceu em Cuiabá, filho de Bento Antônio Curvo e de Antônia Ferreira Curvo, de “tradicionalíssima família cuiabana”. Estudou no Liceu Cuiabano, em sua cidade natal, e cursou a Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, por onde se formou em 1929. Especializando-se em clínica médica, obstetria e cirurgia de urgência, tornou-se em 1930 diretor do hospital da Santa Casa de Cuiabá, permanecendo nesse cargo até 1950. Iniciou sua vida política nesse ano, sendo eleito em outubro senador pelo estado de Mato Grosso na legenda da UDN. Assumindo o mandato em fevereiro de 1951, ocupou sua cadeira no Senado até janeiro de 1959. Foi médico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos - IAPM, tornando-se em 1966, com a unificação dos institutos de previdência, médico de Instituto Nacional de Previdência Social - INPS. Não voltou a disputar nenhum outro cargo público, vindo a dedicar-se à medicina e também à pecuária, em fazendas de sua propriedade no estado de Mato Grosso. Seus sobrinhos Júlio José Campos (1983-1986) e Jaime Campos (1991-1995) foram governadores e senadores. Fontes: CPDOC, Dicionário; <http://www.portalmatogrosso.com.br/matopedia/curvo-silvio/31993>; Acesso em 11/11/2018.

63. Ulisses Cuyabano (1891-1951)

* Secretário de Educação 1947-51.

Nascido em Cuiabá, filho de Luís Pereira e Maria Luíza Cuyabano. Cursou ginásio em Ciências e Letras, contador, poeta, jornalista e professor. Lecionou em estabelecimentos escolares de Cuiabá e de Rosário Oeste. Professor, poeta e jornalista. Integrou os quadros docentes do Liceu Cuiabano e da Escola Normal Pedro Celestino. Dirigiu dois os grupos escolares Senador Azeredo e o de Rosário Oeste. No campo literário suas produções foram veiculadas em diversos periódicos de Mato Grosso: Correio do Estado, A Reação, A Cruz, O Neófito, O Estado de Mato Grosso, A Violeta e Pindorama, além dos artigos nas revistas IHGMT e na do Centro e da Academia Mato-Grossense de Letras. Presidente e fundador da Sociedade de Folclore Mato-Grossense, foi convidado a dirigir o Departamento de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso. Fontes: <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-16/114-ulisses-cuiabano>; Acesso em 15/06/2018. Ribeiro(s/d). Mendonça (1971).

64. Ulisses de Almeida Serra (1906-)

* Representação classista dos empregados em 1936. Departamento Administrativo

Nasceu em Corumbá. Filho de Júlia Barbato e Arnaldo Olavo de Almeida Serra. Descendente do engenheiro militar Ricardo Franco de Almeida Serra, português, que defendeu o Forte Coimbra em 1801. Formou-se perito contador e cursou Direito na Faculdade de Petrópolis. Mudou-se para Campo Grande onde fundou o Sindicato dos Contadores. Foi escolhido deputado estadual classistas na Assembleia estadual de Mato Grosso em 11 de junho de 1936, do sindicato dos contadores e guardas livros de Campo Grande. Nomeado por Vargas para o Departamento Administrativo de Mato Grosso em 1939, cargo que renunciou para assumir função de tabelião e escrivão de Campo Grande. Pertenceu à Associação Comercial e ao Rotary Club, Academia Mato Grossense de Letras e foi o fundador da Academia Sul Mato Grossense de Letras. Fontes: RIBEIRO, Lélia (s/d), Mendonça (1974), Enciso (1986), Carvalho (2007), APEMT.

65. Vespasiano Barbosa Martins (1889-1965)

* Prefeito de Campo Grande 1931-32, 1934-35, 1941-42. Senador MT 1935-37, 1945-55.

Nasceu na fazenda Campeiro, em Rio Brilhante - MS. Descendia dos primeiros Barbosas a povoar a região, por parte de sua mãe Marcelina. Seu pai Henrique Pires Martins, foi um comerciante paulista que veio explorar a região e casou-se com Marcelina. Em 1887 compraram a fazenda Campeiro, administrada por Marcelina, que também era parteira. Vespasiano era o caçula do casal, começou os estudos na fazenda. Depois, mudou-se para Uberaba-MG para fazer estudos primários, junto com seus primos. Após a conclusão, retornam a fazenda em 1904. Em 1905, Vespasiano mudou-se para Cuiabá para cursar o ginásio no Colégio São Gonçalo, finalizou em 1909. Em 1910, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde cursou a Faculdade Medicina no Rio de Janeiro, formando-se em 1915. Retornou ao seu estado, primeiro morou em Cáceres e depois mudou-se para Campo Grande, onde instalou um consultório. Casou-se com Celina Baís, a cerimônia realizada na avenida paulista e o casal se estabeleceu em Campo Grande. Celina era filha de Bernardo Baís, italiano de Luca, que foi primeiro juiz de paz de Campo Grande. Em 1918, Baís tinha sido escolhido intendente da cidade, porém não assumiu. Vespasiano foi um dos primeiros a realizar cirurgias na cidade, embora, não fosse ensinado nas faculdades. Em 1925, com objetivo de se aprimorar, mudou-se para Europa, em Paris e Berlim, e fez especialização em cirurgia. De volta ao Brasil, trabalhou em São Paulo, onde foi diretor-cirurgião chefe do Hospital Alemão. Em 1929, colegas de Campo Grande o convidam retornar para campanha política. Nesta cidade, criaram o Centro Cívico, que lançou Vespasiano prefeito pela Aliança Liberal, mas não foi eleito. Com a Revolução, o interventor Arthur Antunes Maciel nomeou Vespasiano prefeito em 1931. Com a Revolução de 1932 várias cidades do Sul apoiam os paulistas. O general Klinger o designou chefe do “governo constitucionalista de Mato Grosso” (MARTINS, 1989). Perdida a Revolução, se exilou com a família sete meses no Paraguai. Retornou em 1933, foi um dos fundadores do **Partido Progressista** em Mato Grosso, bem como do jornal que recebeu o mesmo. Em 1934 nomeado prefeito de Campo Grande. Participou da fundação do **Partido Evolucionista** de Mato Grosso, que aglutinou as forças de oposição ao interventor Leônidas Antero de Matos. Em 1935 elegeu-se senador. Em 1936, juntamente com João Vilasboas e Filinto Müller formaram a **Aliança Mato-Grossense**, constituída pelo PL e PE em oposição ao governo de Mário Corrêa da Costa (1935-1937). No final deste ano, sofreu atentado junto com o senador Villasbôas. Com fechamento do Congresso em 1937, retornou para medicina, trabalhou na Santa Casa com Fernando Corrêa da Costa. Em 1941, Júlio Müller o nomeou novamente prefeito, sendo chamado de “homem de Júlio Müller no Sul do estado” (*apud* Neves, 2001a). Em 1945, Vespasiano rompeu a longa aliança e amizade com Filinto Müller e, fundou a **UDN** no estado. Neste ano, reelegeu-se senador, recebendo maior número de votos que o presidente Dutra no estado. Participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (18/9/1946), exerceu o mandato na legislatura ordinária que se seguiu. Em outubro de 1947, votou contra o projeto de lei referente à cassação de mandatos dos deputados comunistas, afinal aprovado. Em março de 1951 tornou-se segundo-secretário da mesa do Senado, cargo para o qual foi reeleito no ano seguinte. Foi também membro das comissões de Saúde e de Finanças e da Comissão Especial de Inquérito para a Indústria Têxtil. Não se candidatou à reeleição, concluindo o mandato no Senado em janeiro de 1955. Fazendeiro em seu estado, pertenceu à Sociedade Rural Brasileira. Foi presidente do Rotary Club, Santa Casa, Maternidade Campo Grande, Associação Médica. Pai da primeira dama sul mato-grossense Nelly Martins casada com o governador Wilson Barbosa Martins. Seu genro Plínio Barbosa Martins, casado com sua filha Ruth, foi vereador, prefeito e deputado federal na década de 1980. Fontes: CPDOC, AFM; Neves (2001a); Martins (1989; 2003), <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/martins-vespasiano-barbosa>; Acesso 12/06/2018.

66. Vicente Bezerra Neto (1910-1999)

*Dep. est. 1951-1955, 1955-1959. Sen. MT 1963-1971.

Nasceu em Lavras da Mangabeira -CE, filho de Raimundo Nonato Bezerra e Maria Bezerra da Costa. Bacharel em direito Faculdade de Direito do Ceará em 1937, formou-se também em jornalismo em 1939. Mudou-se para o estado do Mato Grosso em 1939, e iniciou sua carreira profissional em Corumbá - MS, como **defensor** e, depois, como **promotor público**. Ingressou na vida política em 1950, ao filiar-se ao PTB. Ainda nesse ano, no pleito de outubro, elegeu-se deputado estadual. Nessa legislatura, foi o segundo-vice-presidente da Assembleia e exerceu também os cargos de primeiro e segundo-secretário da mesa. Reelegeu-se em pleitos de 1954, vindo a ocupar a primeira-secretaria no ano de 1957 e, na legislatura seguinte, a presidência da Assembleia, no ano de 1958. No pleito de outubro de 1962, elegeu-se senador na legenda da Aliança Democrática Social Trabalhista de Mato Grosso, formada pelo PTB e pelo PSD.

Iniciando seu mandato no Senado Federal em fevereiro de 1963, integrou as comissões de Finanças, Transportes, e Comunicações e Obras Públicas do Senado. Vice-líder da maioria (PTB-PSD) e do governo no Senado a partir de abril de 1963, foi ainda vice-líder do PTB de 1963 a 1965. Em 1964, foi novamente vice-líder da maioria. Em consequência da extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e da posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao MDB em 1966, exercendo a vice-liderança do partido no Senado de 1966 a 1970. Em janeiro de 1971, ao final de seu mandato, deixou o Senado. Foi o fundador do MDB no estado do Mato Grosso. Novamente candidato a senador por Mato Grosso em novembro de 1974, na legenda do MDB, não conseguiu se eleger. Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao PMDB, voltando a se candidatar, mais uma vez sem sucesso, ao Senado por essa legenda nas eleições de novembro de 1982. Advogado, continuou atuando nos bastidores da política mato-grossense até a eleição de 1994, quando, por motivo de doença, afastou-se da vida pública. Era casado com Iolanda Teixeira Bezerra, com quem teve cinco filhos. Fontes: CPDOC, Dicionário;

<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2266> Acesso 13/06/2018;
<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/60/materia/450184/t/vicente-bezerra-neto-in-memoriain>; Acesso 22/06/2018.

67. Vicente Emílio Vuolo (1929-2001)

*Dep. est. MT 1959-63, 1971-75. Pref. de Cuiabá 1962-66. Dep. fed. MT 1975-1978. Sen. MT 1979-83.

Nasceu em Cuiabá, filho do italiano Francesco Palmieri Vuolo e de Adalgisa Rosa Vuolo. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ em 1956. Em 1957, tornou-se chefe de polícia do governador João Ponce de Arruda (1956-1961). Depois, foi promotor de justiça em Cuiabá, ocupou também a Procuradoria da República no estado e a Procuradoria Regional Eleitoral, além de membro do Conselho Penitenciário de Mato Grosso. Nas eleições de outubro de 1958, elegeu-se deputado à Assembleia Legislativa do seu estado na legenda do PSD, assumindo o mandato em fevereiro de 1959. Foi vice-líder do PSD entre 1959 e 1961. Eleito prefeito de Cuiabá de 1962 a 1966. Posteriormente, consultor jurídico do estado. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº. 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à ARENA. Nessa legenda, foi mais uma vez eleito no pleito de novembro de 1970, exercendo a vice-presidência da mesa da Assembleia entre 1973 e 1974. Ainda nessa legislatura, foi presidente da comissão especial pró-solução do problema energético da região norte e leste mato-grossense. Em novembro de 1974, foi eleito deputado federal pela ARENA, assumindo o mandato em fevereiro de 1975. Nesse mesmo ano, passou a integrar a Comissão de Trabalho e Legislação Social e, como suplente, a Comissão de Transportes da Câmara. Em 1975, apresentou um projeto que previa a inclusão da construção de uma ferrovia interligando São Paulo, Rubinéia -SP, Aparecida do Taboado -MS, Rondonópolis – MT, Cuiabá - MT no Plano Nacional de Viação. Nas eleições de novembro de 1978, foi eleito senador, assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte, após ter deixado em janeiro a Câmara Federal. Durante o mandato de senador, trabalhou pela construção de uma ferrovia que chegasse a Cuiabá. Nas eleições de novembro de 1982, concorreu a uma cadeira no Senado Federal, na sublegenda do PDS, sendo derrotado no pleito por Roberto Campos, do mesmo partido. Em fevereiro de 1984, formalizou sua adesão ao PMDB. Em 1986, chegou a anunciar e lançar sua candidatura pelo PMDB ao Senado. No entanto, renunciou à candidatura em outubro alegando motivos de saúde. Ao comunicar essa decisão, Vuolo reiterou total apoio ao candidato do partido ao governo estadual, Carlos Bezerra. Afastado dos cargos eletivos, mas permanecendo na luta pela construção da ferrovia, em 1988 Vicente Vuolo participou de um simpósio onde conseguiu convencer o chamado “rei da soja”, Olacir de Moraes, a desistir da construção de uma ponte na localidade de Colômbia (SP), na divisa de São Paulo com Minas Gerais, para lutarem pelo projeto originariamente apresentado por Vuolo e pela utilização de tecnologia italiana. Ainda nesse período, Orestes Quércia, governador do estado de São Paulo, lançou a pedra fundamental da construção da ponte. No ano seguinte, o então presidente José Sarney assinou o contrato de concessão da Ferronorte, de propriedade do grupo Itamarati sob o comando de Olacir de Moraes, que objetivava a construção de uma ferrovia no Centro-Oeste brasileiro. Era casado com Leide da Costa Vuolo, com quem teve três filhos. Fontes: CPDOC, Dicionário.

68. Virgílio Alves Corrêa Neto (1908-1993)

*Dep. est. MT 1947-1951. Dep. fed. MT 1951-1955.

Nasceu em Cuiabá, filho de Elvira Alves Corrêa e Estêvão Alves Corrêa, que foi intendente de Aquidauana -MS em 1916, e governador em 1924-1926. Virgílio formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de

Janeiro, especializando-se em bioestatística. De volta a seu estado natal, foi professor de física e química e diretor do Liceu Cuiabano. Foi ainda assistente-técnico sanitaria e **diretor-geral** do Departamento de Saúde Pública de Mato Grosso. Dedicou-se à política a partir de janeiro de 1947, quando foi eleito deputado estadual constituinte pelo PSD. Foi presidente da Assembleia Constituinte em 1947, e, após a promulgação da Constituição estadual em julho desse ano, exerceu seu mandato até janeiro de 1951. No pleito de outubro de 1950 foi eleito deputado federal, sempre na legenda do PSD, ocupando em fevereiro de 1951 sua cadeira na Câmara, onde permaneceu até janeiro de 1955. Após concluir seu mandato abandonou a vida pública e voltou a exercer a medicina em Cuiabá. Foi ainda membro da Academia Mato-Grossense de Letras e do **Conselho** Penitenciário de Mato Grosso. Publicou, além da tese Mola hidatiforme, os trabalhos mortalidade por tuberculose em Cuiabá, Inquérito epidemiológico sobre a malária em Mato Grosso, Dentição precoce e mortalidade por tuberculose em Cuiabá, Corumbá e Campo Grande, este último em colaboração com Hélio Ponce de Arruda. Era casado com Elza Vila Nova da Silva Alves Corrêa, com quem teve dois filhos. Fontes: CPDOC, Dicionário; <http://www.cmaquidauana.ms.gov.br/intendentes-gerais.html>;

69. **Waldir Santos Pereira** (1910-2001)

* Dep. est. MT 1947-1951, Presidente Assembleia Legislativa 1948-49; Dep. est. MT 1959-1963.

Nasceu em Nioaque, filho de Eduardo dos Santos Pereira e Blanche Henriette dos Santos Pereira. Seu pai nascido no Porto em Portugal e sua mãe era francesa. Em 1891, casaram-se em São Paulo, depois, mudaram-se para Corumbá com os filhos Jorge e Odete. Eduardo trabalhou como guarda-livros. Em 1901, a família mudou-se para Nioaque, onde viveram 10 anos trabalhando como tabelião. Em 1904, Eduardo foi intendente de Nioaque. Por influência de Eduardo Olímpio Machado mudam-se para Campo Grande, onde seu pai foi nomeado tabelião do Cartório 2º Ofício de Notas e 1ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Campo Grande. Waldir também foi tabelião e empresário de radiodifusão. Participou da Revolução Constitucionalista de 1932, foi secretário municipal de Administração de Campo Grande. Intermediou o contato entre a Colônia Japonesa e o Ministério das Relações Exteriores na 2ª Guerra Mundial. Em 1947 eleito deputado estadual pelo PSD e foi presidente da Assembleia Legislativa do então Mato Grosso em 1948 e 1949. Em 1959 assumiu novo mandato pelo PSP, foi o líder de bancada de seu partido. Foi chefe de administração da prefeitura de Campo Grande (1963-1964). E assumiu cargo no gabinete da Casa Civil do governo estadual em 1966-1967. Neste ano, nomeado ministro presidente do TCE-MT e foi presidente em 1969-1970, onde se aposentou. Voltou a trabalhar na prefeitura de Campo Grande na Secretaria de Administração. Com a divisão do estado, em 1979-1980, compôs o governo na pasta de Administração, até outubro de 1980. Fontes: <http://www.al.mt.gov.br/parlamento/galeria-presidentes>; Acesso 09/10/2018; <http://www.douradosnews.com.br/noticias/ms-010-e-denominada-de-ministro-waldir-dos-santos-pereira-781a82e506ff/359493/>; Acesso em 12/06/2018; <https://amigosdomis.webnode.com.br/products/documentario-sobre-valdir-santos-pereira/>;

70. **Wilson Barbosa Martins** (1917-2018)

*Pref. de Campo Grande 1959-63. Dep. fed. MT 1963-1969. Gov. MS 1983-1986, 1995-1998. Sen. MS 1987-1994.

Nasceu na fazenda São Pedro, Rio Brillante -MS, filho de Henrique Barbosa Martins e de Adelaide Barbosa Martins. Seu tio, Vespasiano Barbosa Martins, foi senador pelo antigo estado do Mato Grosso (1935-1937), novamente senador pelo Mato Grosso (1946-1955). Seu irmão, Plínio Martins, foi prefeito de Campo Grande, vereador, deputado federal entre 1983 e 1991. Foi alfabetizado na escola da fazenda Entre Rios, mudou-se para Campo Grande em 1929, onde foi interno no ginásio municipal de João Tessori Júnior, em 1930, a instituição mudou o nome para Ginásio Dom Bosco. Em 1932, seu pai e seu tio Vespasiano apoiaram São Paulo na Revolução, Henrique comandou o Batalhão Gato Preto, com 400 homens que trabalhavam em sua empresa ervateira Gato Preto. Wilson viu o embarque das forças de Bertoldo Kingler para São Paulo na estação de Campo Grande. Em 1934, mudou-se para São Paulo, onde terminou o ginásio no Liceu Rio Branco. Ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, quando foi colega de José Fragelli, Jânio Quadros, Franco Montoro, Ulysses Guimarães. Se opôs ao golpe de 1937, participando de um jantar solidário aos seus professores presos, sendo preso por essa razão. Wilson trabalhou no controle de correspondência dos presidiários em São Paulo, presenciou violências contra presos políticos, em uma ocasião viu Patrícia Galvão. Formou-se em 1939 e abriu escritório em São Paulo. Retornou a Campo Grande em 1941, no ano seguinte, Wilson e seu irmão Plínio casaram-se com as irmãs Nelly e Ruth Barbosa Martins, filhas de Vespasiano. Depois, junto com Fragelli compraram os cursos letivos do Colégio Oswaldo Cruz e deram aula na instituição. Em 1947 Fernando Corrêa da Costa o convidou para ser **secretário-geral**

da prefeitura de Campo Grande. Em 1950, junto com Fragelli fundaram o Correio do Estado. Em 1950 foi candidato da UDN a prefeitura de Campo Grande, quando Ari Coelho venceu. Mas se elegeu suplente do senador por Mato Grosso no pleito de outubro de 1954, não chegou a exercer o mandato. Eleito **prefeito** de Campo Grande na legenda da UDN em outubro de 1958, assumiu a prefeitura em janeiro do ano seguinte até 1963. Em outubro de 1962 elegeu-se deputado federal por Mato Grosso, pela UDN, ocupou a cadeira na Câmara dos Deputados em fevereiro seguinte. Em outubro do mesmo ano tornou-se vice-líder do seu partido na Câmara. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) filiou-se ao MDB. No pleito de novembro de 1966 reelegeu-se na legenda do MDB, exercendo a partir de maio de 1967 a vice-liderança de seu partido na Câmara. Em fevereiro de 1969 teve seu mandato parlamentar cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos pelo Ato Institucional nº 5, editado em dezembro do ano anterior, voltando a exercer a advocacia. Em 1974 foi eleito para o diretório do MDB, mas não ocupou o cargo, aguardando obter do Tribunal Superior Eleitoral a recuperação de seus direitos políticos, o que só viria a ocorrer com a anistia decretada em agosto de 1979. Entre 1979 e 1981, Wilson Martins foi o primeiro presidente da seção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Mato Grosso do Sul, defendendo presos políticos. No pleito de outubro de 1982, foi o primeiro governador eleito do Mato Grosso do Sul e novamente eleito governador em 1994, na legenda do PMDB, no primeiro turno e com 41,43% dos votos. Foi empossado em 1º de janeiro do ano seguinte no Executivo estadual, sucedendo a Pedro Pedrossian (1991-1995). Sua filha, Celina Jallad tornou-se deputada estadual pelo PMDB de Mato Grosso do Sul. Fontes: CPDOC, Dicionário. Martins (2010).

71. Wilson Dias de Pinho (-1983)

* Dep. est. 1955-59; 1959-63, Presidente da Assembleia Legislativa 1959-60.

Filho de Manoel Dias de Pinho, líder político em Ponta Porã. Formado em Direito pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro e em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, atual UERJ. Proprietário do jornal A Luta, em Dourados, que circulou apenas durante a campanha eleitoral para o governo do Estado em 1955. Elegeu-se deputado estadual em 1954 pelo PSD, reelegeu-se em 1959, sendo presidente da casa neste ano e em 1960. Em 1958, a Vila Brasil foi elevada a distrito do Município de Dourados pela Lei Estadual nº 1.125, oriunda de um projeto apresentado pelo deputado estadual Wilson Dias Pinho. A área do Distrito de Vila Brasil abrangia as áreas dos atuais Municípios de Jateí e Glória de Dourados. Em 1958, a fim de contrabalancear o PTB em Dourados, o PSD propôs aliança com UDN. Wilson Dias de Pinho teria comandado a recusa da aliança entre PSD e UDN. Concorreu à prefeitura de Dourados em 1962, sem amplo apoio de seu partido e de Weimar Torres, liderança local. Como resultado, Pinho ficou em terceiro lugar na disputa. Também foi relator de tese sobre o Parlamentarismo, no II Congresso das Assembleias Legislativas, em Porto Alegre, ocasião em que foi escolhido orador-representante dos estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo na sessão solene de encerramento. No Rio de Janeiro, atuou como membro das Procuradorias Especializadas de Desapropriação, de Sucessão e de Assuntos Tributários, vinculadas à Procuradoria do Estado local. Já aposentado, exerceu o cargo de secretário municipal de Ponta Porã - MS nas gestões de Orlando Mendes Gonçalves e Oldemar Sangres. Durante sua vida, teve diversos trabalhos publicados em jornais. Fontes: CPDOC, AFM; Carvalho (2007); Além (2015); <http://www.al.mt.gov.br/parlamento/galeria-presidentes> Acesso 09/10/2018; <http://dicionarioderuas.camaradefatimadosul.ms.gov.br/historia-de-fatima-do-sul>; <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000304.pdf> Acesso 12/06/2018;

72. Wilson Fadul (1920-2011)

*Ver. Campo Grande 1951-52. Pref. Campo Grande 1953-55. Dep. fed. MT 1955-1959; 1959-1963; 1963-1964; Ministro da Saúde 1963-1964.

Nasceu em Valença - RJ, filho de André Fadul, comerciante libanês estabelecido em 1931 na Zona da Mata mineira, e de Angelita Fadul. Fez o curso primário em Providência - MG, concluindo o secundário no Colégio Leopoldina em 1936 e o pré-médico no antigo Colégio Universitário do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em 1945, já como auxiliar acadêmico do Pronto Socorro do Rio de Janeiro por concurso realizado um ano antes, diplomou-se pela Faculdade Fluminense de Medicina, em Niterói. Logo após diplomar-se passou a trabalhar na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e, em 1946, ingressou por concurso na Aeronáutica como segundo-tenente médico, sendo designado para servir no município de

Campo Grande. No pleito de outubro de 1950 elegeu-se **vereador** em Campo Grande na legenda do PTB, tornando-se no ano seguinte presidente da Câmara Municipal. Com assassinato do prefeito Ari Coelho, realizou-se nova eleição para completar o mandato, Fadul elegeu-se **prefeito** em 1953, e em outubro do ano seguinte foi eleito deputado federal por Mato Grosso na legenda da Aliança Democrática Trabalhista, coligação formada pelo PTB e o PSD. Deixando a prefeitura de Campo Grande em janeiro de 1955, assumiu em fevereiro seguinte seu mandato na Câmara dos Deputados. Nessa legislatura foi membro efetivo da Comissão de Segurança Nacional e suplente da Comissão de Constituição e Justiça. Integrou ainda a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI constituída para apurar a declaração de bens do então candidato à presidência da República, Juscelino Kubitschek, conseguindo evitar que a CPI pudesse colocar obstáculos à campanha do futuro presidente. Atuou ainda favoravelmente a Kubitschek através de sua participação no Movimento Militar Constitucionalista - MMC que, articulado no Exército no início de 1955, estendeu-se depois à Marinha e à Aeronáutica, onde, no entanto, a adesão foi menor. O objetivo central do MMC era criar condições para garantir a realização das eleições presidenciais marcadas para outubro de 1955 e, posteriormente, assegurar a posse dos eleitos, ameaçados pela ação coordenada de setores militares e políticos, sobretudo da UDN, que tinha posição de destaque no governo do então presidente João Café Filho. O MMC começou a se desarticular após o Movimento do 11 de novembro de 1955, que deteve uma conspiração destinada a impedir a posse de Kubitschek e do vice-presidente João Goulart, extinguindo-se definitivamente em 31 de janeiro de 1956, quando os eleitos foram empossados. Atuou também como membro das CPIs que apuraram irregularidades no Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência - SAMDU e no Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS, tendo exercido, em 1957, a primeira-secretaria da mesa da Câmara. Reeleito deputado federal em outubro de 1958 na legenda da Coligação da Redenção Democrática, também integrada pelo PTB e o PSD, assumiu no ano seguinte a vice-liderança do PTB na Câmara. Em outubro de 1960 concorreu ao governo de Mato Grosso, sendo derrotado pelo candidato da UDN, Fernando Corrêa da Costa. Em janeiro do ano seguinte, depois de oito anos de afastamento das forças armadas, passou para a reserva no posto de major-médico, por força de dispositivo constitucional, tornando-se em junho de 1961 vice-líder da maioria na Câmara. Após a renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto deste último ano, integrou a comissão especial encarregada de elaborar a Emenda Constitucional nº 4 (2/7/1961) que, aprovada pelo Congresso, implantou no país o parlamentarismo. Na ocasião, entretanto, votou contra a adoção da medida. Posteriormente, em setembro de 1962, votaria pela antecipação do plebiscito que, previsto inicialmente para o início de 1965, acabaria por realizar-se em janeiro de 1963, determinando o retorno do país ao regime presidencialista. Novamente eleito em outubro de 1962, dessa vez na legenda da Aliança Democrática Social Trabalhista, integrada ainda pelo PTB e o PSD, apresentou nessa legislatura vários projetos que foram transformados em lei, como o que isentou de direitos a importação de material telefônico e o que criou a hidrelétrica do município de Campo Grande. Segundo o Correio Brasiliense em sua edição de setembro de 1962, Fadul, nos termos em que à época se colocava a reforma agrária, era favorável à manutenção do regime de propriedade privada no campo, contanto que se alterasse sua distribuição com vistas à modificação da renda rural e do sistema fundiário brasileiro. Com relação a uma reforma bancária, preconizava a criação de um banco central emissor para controle da política creditícia geral, a nacionalização dos depósitos bancários e a especialização creditícia dos estabelecimentos oficiais. Adepto do intervencionismo estatal nos setores da economia cujo controle era fundamental às decisões políticas do governo, propunha a extensão do monopólio oficial aos transportes aéreos e ferroviários, às telecomunicações, à energia elétrica, aos minérios atômicos e, quanto ao petróleo, à sua distribuição. No que se refere à reforma eleitoral, defendia o direito de voto para os analfabetos e a simplificação do pleito, com votação e apuração mecanizadas, mantendo-se o sistema proporcional, criando-se os distritos eleitorais, distribuindo-se regionalmente as sobras e promovendo-se a simultaneidade das eleições. Durante o governo Goulart (1961-1964), Fadul licenciou-se em junho de 1963 da Câmara dos Deputados para assumir o Ministério da Saúde em lugar de Paulo Pinheiro Chagas. Em sua gestão realizou, com o auxílio da Carteira de Comércio Exterior - Cacex, uma pesquisa sobre a indústria farmacêutica no Brasil, concluindo que o índice de desnacionalização no setor era então de cerca de 95%. Baseado nas informações fornecidas pelo Ministério da Saúde, o governo federal, ao mesmo tempo em que lutava pela regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, baixou o Decreto nº 52.471, de setembro de 1963, que criou o Grupo Executivo da Indústria Farmacêutica Nacional - Geifan com o objetivo de defender a indústria nacional de medicamentos, proibindo a importação de matéria-prima a preços fora da concorrência internacional e incentivando a implantação de uma indústria química de base, mediante a concessão de incentivos fiscais e creditícios aos laboratórios. A iniciativa foi combatida pela Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica - ABIF — integrada em sua grande maioria por firmas estrangeiras — e pelas companhias norte-americanas de São Paulo, que entregaram a Lincoln Gordon, embaixador norte-americano no Brasil, um relatório em que condenavam o “tratamento preferencial” dado pelo governo brasileiro aos laboratórios nacionais e acusavam o Geifan de inconstitucional. Fadul recusou-se a receber o relatório, que acabou sendo encaminhado ao ministro das

Relações Exteriores, João Augusto de Araújo Castro, por intermédio de Roberto Campos, embaixador do Brasil em Washington. A tentativa de uniformização dos preços dos produtos farmacêuticos em todo o território nacional, obrigando os laboratórios a marcá-los nas embalagens e fornecerem ao mesmo tempo uma análise de custos, provocou também violenta reação de interesses contrariados no setor. Em dezembro de 1963, por iniciativa de Fadul, realizou-se na Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, a III Conferência Nacional de Saúde, com o objetivo de fixar as bases de uma política nacional de saúde. O conclave, a que compareceu o próprio presidente Goulart, contou com a presença de grande número de profissionais de saúde, inclusive dos que faziam oposição ao governo. Na Assembleia Mundial de Saúde, promovida pela Organização Mundial de Saúde - OMS em Genebra, Suíça, em março de 1964, Fadul defendeu as diretrizes da política de saúde preconizada na conferência de 1963, contrapondo-se aos Estados Unidos e rechaçando as propostas para controle da natalidade, sob a alegação de que era impossível importar modelos de estrutura de saúde. Em 30 de março de 1964 acompanhou Goulart na homenagem prestada ao presidente pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, realizada no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Consumado o golpe militar de 31 de março desse mesmo ano, Fadul foi demitido do Ministério da Saúde em 4 de abril seguinte. Reassumindo em seguida sua cadeira na Câmara, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos em junho de 1964 pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1), editado em 9 de abril desse ano pela junta militar que assumiu o governo após a deposição de Goulart. Afastado da política, passou a residir no Rio de Janeiro. Após a anistia, filiou-se ao PDT. Nesta legenda se candidatou ao governo do estado de Mato Grosso do Sul em novembro de 1982, mas foi derrotado. Retornando ao Rio de Janeiro, foi **vice-presidente** do Banco do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1984 e 1987, durante o primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987). Retirando-se da vida pública, embora ainda filiado ao PDT, passou a dedicar-se à iniciativa privada. Estabeleceu-se no Rio de Janeiro. Foi casado com Graciela Fadul, com quem teve três filhos.

Fontes: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fadul-wilson> Acesso 12/06/2018; <https://www.camara.ms.gov.br/historia> Acesso 20/06/2018

73. **Ýtrio Corrêa da Costa** (1895- 1977)

*Pref. Campo Grande 1932-33. Dep. fed. MT 1935-1937; 1955-1959; 1959-1963; 1963-1967. Ver. de Campo Grande 1947-51. Diretor do CER 1950.

Nasceu em Cuiabá, filho de Pedro Celestino Corrêa da Costa e de Constança Novis Corrêa da Costa. Pertencia a uma família tradicional na política mato-grossense. Estudou no Liceu Cuiabano. cursou a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, formando-se engenheiro civil em 1920. Transferindo-se para Campo Grande, foi **vereador** em 1924-26. Em 1932-33 nomeado **prefeito** da cidade pelo interventor Leônidas Antero de Matos. Trabalhou ainda como engenheiro na Companhia Minas e Viação do Estado de Mato Grosso, nos estudos e na construção das minas de manganês de Urucum, no sudoeste do estado. Foi um dos fundadores, em 22 de março de 1933, do PLM, o qual, liderado pelo interventor federal Leônidas Antero de Matos, visava a concorrer à Assembleia Nacional Constituinte, pretendendo ligar-se a um futuro partido nacional. Participou da primeira comissão executiva do PLM e, no pleito de outubro de 1934, elegeu-se **deputado federal** por seu partido. Exerceu o mandato de 3 de maio de 1935 a 10 de novembro de 1937. Fez parte do Conselho Nacional do Petróleo desde a sua fundação (29/4/1938) até setembro de 1944, ocupando em 1943 o cargo de diretor da segunda divisão da comissão executiva do órgão. No pleito de outubro de 1954, elegeu-se deputado federal por Mato Grosso na legenda da UDN. Assumindo o mandato em fevereiro de 1955, foi reeleito em 1958 e 1962. Em 1957 e em 1961, exerceu a vice-liderança da UDN na Câmara, tendo integrado as comissões de Transportes, Orçamento, e Viação e Obras Públicas. Em decorrência da extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e da posterior implantação do bipartidarismo, filiou-se à ARENA. Nessa legenda concluiu seu mandato em janeiro de 1967. Foi ainda membro do Conselho Consultivo do Estado de Mato Grosso e diretor da Comissão de Estradas de Rodagem de Mato Grosso. Foi casado com Adelaide Veloso da Costa, com quem teve quatro filhos. Fontes: CPDOC, Dicionário; Corrêa Filho (1945);

http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122352&tipo=0; Acesso em 13/06/2018; <https://www.camara.ms.gov.br/historia>; Acesso em 20/06/2018;

Prefeitos Nomeados Cuiabá

74. **Benjamim Duarte Monteiro** (1908-1996)

*Prefeito de Cuiabá (06/03/1934- 08/12/1937). Dep. est. MT 1934-37.

Nasceu em Cuiabá-MT, em uma “tradicional família” cuiabana. Filho de João do Lago Monteiro e Antonina Duarte Monteiro, tendo sido seu padrinho de batismo D. Francisco de Aquino Corrêa, Arcebispo Metropolitano de Cuiabá. Iniciou os estudos na escola primária do Professor André Avelino, localizada no Morro da Luz, em Cuiabá. Coursou o secundário e o preparatório no Liceu Cuiabano. Entre os anos de 1928 e 1932, estudou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, onde bacharelou-se. Foi fundador e primeiro Presidente da Associação de Imprensa Mato-Grossense, tendo também iniciado e dirigido o jornal Correio Mato-Grossense. Foi Deputado Estadual, líder da bancada do PL e relator da Constituição Estadual de 1937. Ocupou ainda os cargos de Prefeito de Cuiabá, Diretor da Imprensa Oficial, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso, Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, Chefe do Serviço de Proteção aos Índios, sócio efetivo do IHGMT e da Academia Mato-Grossense de Letras. No Ministério Público Estadual, exerceu os cargos de Promotor de Justiça da Capital, empossado no dia 11 de janeiro de 1933, por convite pessoal do então Interventor Federal Leônidas Antero de Mattos. Foi Procurador-Geral de Justiça, nos períodos de 9 de dezembro de 1955 a 17 de maio de 1957 e de 29 de março de 1966 a 19 de novembro de 1967. Em 1966, foi nomeado para o cargo de conselheiro do TCE-MT, onde ocupou inúmeros cargos, inclusive o de vice-presidente, em 1969, e o de presidente, em 1973, aposentando-se no cargo. Fontes: <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-01/62-benjamin-duarte-monteiro> ; Acesso em 12/06/2018.

75. Isac Póvoas (1886-1970)

*Prefeito de Cuiabá (01/01/1936- 15/03/1941). Presidente Departamento Administrativo.

Nasceu em Cuiabá-MT, filho de Pedro Fernandes Póvoas e Galdina Virgínia Póvoas. Seus primeiros estudos foram cursados em Cuiabá, completou o ginásio em Ciências e Letras pelo Liceu Salesiano São Gonçalo. Na vida profissional, iniciou carreira como professor interino e depois catedrático de Literatura e Lógica do Liceu Cuiabano, estabelecimento que chegou a dirigir entre os anos de 1916 a 1920, exercendo o mesmo cargo no ano de 1925. Lecionou também na Escola Normal. Foi Diretor da Instrução Pública. Mais tarde, dirigiu a Tipografia Oficial, tendo também ocupado os cargos de Delegado de Polícia e Secretário do Interior, Justiça e Finanças. Nomeado Prefeito Municipal de Cuiabá. Ocupou também os cargos de presidente do Departamento Administrativo do Estado e presidente da Caixa Econômica Federal, em Mato Grosso. Colaborou com as revistas Nova Época, A Reação, A Liça, O Democrata, O Município, O Correio do Estado, O Estado de Mato Grosso, diretor de O Social Democrata, assim como na Revista da Academia Mato-Grossense de Letras. Membro do IHGMT, instituição que dirigiu entre os anos 1956 a 1970. Fontes: <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-32/165-isac-povoas>; Acesso em 12/06/2018.

76. Manoel Miraglia (1893-)

* Prefeito de Cuiabá (15/03/1941-15/03/1946).

Cuiabano. Empresário no ramo dos diamantes. Sua família também possuía o comércio Irmãos Miraglia Alfaiataria. Aliado dos Müller. Responsável pela abertura da rua Getúlio Vargas em Cuiabá. Foi também vereador e suplente de deputado estadual 1951-55. Como prefeito criou a primeira escola de alfabetização de adultos. Foi tesoureiro da Santa Casa e Abrigo Bom Jesus.

Fontes: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=300333>; http://www.reporternews.com.br/noticia/203060/Praca_volta_a_ter_o_nome_do_ex-prefeito_de_Cuiaba_Manoel_Miraglia_Acesso_12/06/2018; <http://www.fecomerciomt.org.br/central-do-conhecimento/sentimento-que-aflora>; Acesso em 27/06/2018.

Aquiles Verlangiere

*Prefeito de Cuiabá (15/03/1946 – 16/10/1947)

Professor e diretor do grupo escolar Mendes Gonçalves. Nomeado prefeito por seu cunhado interventor Olegário de Matos.

Fontes: CPDOC, AFM; Bezerra (2015).

Leonel Hugney

*Prefeito de Cuiabá (16/10/1947- 15/03/1951)

Professor. Doou terreno da prefeitura para construção do estádio de Cuiabá Dutrinha. Participou do sindicato dos empresários de Cuiabá SINCOVAGA.

Fontes: <http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=207870¬icia=prefeitura-de-cuiaba-recebe-o-dutrinha-na-sexta-feira>; Acesso 12/06/2018

77. Manoel José de Arruda (1910-1973)

* Pref. de Cuiabá 1952-1955, Dep. Est. 1955-1959, 1959-1963, 1963-1964. Secretário de Estado 1961-62.

Cuiabano. Filho de Gabriel Narciso de Arruda e de Ana Pedroza de Arruda. Casou-se com Zuleica Nunes Cunha de Arruda. Fez o curso primário junto ao Colégio Salesiano São Gonçalo, finalizando-o na Escola Modelo Barão de Melgaço. Coursou o ginásio no Liceu Cuiabano. Diplomado em Odontologia pela Faculdade de Medicina da Bahia, na turma de 1935, exerceu o cargo de Presidente da Associação Mato-grossense de Odontologia. Atuou no Departamento de Saúde do Estado e no Centro de Saúde da capital. Através do Ato Governamental de 09 de fevereiro de 1951, passou a exercer o cargo de Prefeito Municipal de Cuiabá até 03 de janeiro de 1955. Candidatou-se à Assembleia Legislativa do Estado, elegendo-se para a 3ª legislatura 1955-1959, sendo reeleito por duas vezes consecutivas. Secretário de Estado, do Interior, Justiça e Finanças do Governo Fernando Corrêa da Costa - 03/1961 a 06/1962. Renunciou no terceiro mandato na Assembleia para exercer vitaliciamente o cargo de ministro do TCE- MT, tomando posse em 07 de janeiro de 1964, ocupando a vaga do Juiz fundador Clovis Huguene decorrente de sua aposentadoria.

Fontes: <http://www.olhardireto.com.br/artigos/exibir.asp?id=9327&artigo=dr-manoel-jose-de-arruda>
Acesso em 12/06/2018

Prefeitos Campo Grande

Deusdedit de Carvalho

*Prefeito (03/11/1930- 02/12/1930). Deputado est. const. em 1935.

Aliado dos Müller até o Estado Novo. Filiou-se ao Partido Comunista. Militou pelo retorno do Território Federal de Ponta Porã em 1946.

Fontes: CPDOC, AFM.

-Antônio Luís Almeida Boaventura

* Prefeito de Campo Grande 1935- 1937

Baiano. Médico. Nomeado prefeito de Campo Grande, pelo governador Mário Corrêa. Em 1937, concorreu pelo Partido Republicano Mato-Grossense, partido do governador, a prefeitura do município. Também concorreu Eduardo Olímpio Machado da Aliança Mato-Grossense, que foi eleito. Fontes: CPDOC, AFM.

78. Eduardo Olímpio Machado (1875-1968)

*Prefeito de Campo Grande (28/03/1937-12/08/1941)

Nasceu em Xiquexique -BA. Seu pai era juiz. Ficou órfão cedo e foi cuidado pelos tios. Com 12 anos mudou-se para Salvador, onde completou o ginásio e cursou a Faculdade de Direito. Em 1897, assinou manifesto contra a degola dos prisioneiros de Canudos. Advogou em Salvador e foi promotor de Ilhéus. Em 1902, conheceu Joaquim Murinho, político mato-grossense, que lhe ofereceu um cargo de juiz. Machado aceitou e mudou-se para Corumbá-MS em 1903. No governo de Antônio Paes de Barros, Eduardo emitiu um *habeas corpus* para um adversário do governador. Então, Eduardo se demitiu e se mudou para Nioaque -MS, onde exerceu sua profissão de advogado. Em 1905, casou-se com a viúva Elvira de Souza Coelho, filha do rico comerciante português Antônio F. Rodrigues Coelho e Belmira Garcia de Souza. Elvira havia estudado na Europa, e casado com o engenheiro Públio Ribeiro, com quem teve um filho. Do casamento de Eduardo e Elvira, nasceram Eunice, Inah e Paulo Coelho Machado. Em 1905, o governador Paes de Barros ofereceu a Eduardo um cargo de juiz, mas alguns grupos tramavam nessa época retirá-lo do governo estadual e amigos o advertiram a recusar a oferta. Ainda assim, Eduardo aceitou ser juiz de Nioaque. Em 1906, eclodiu uma luta armada e assassinaram Paes de Barros, Machado foi preso e teve que

se exilar no Paraguai. O vice-governador assumiu e o exonerou do cargo. Tempos depois, em 1911, foi escolhido por Pedro Celestino para ser vice-governador de Costa Marques, foram eleitos. Em 1912 mudou-se para Campo Grande. Pedro Celestino e o senador Antônio Azeredo começaram a disputar o predomínio estadual, enquanto o governador Costa Marques apoiou Azeredo e Pedro Celestino foi para oposição, Machado não se manifestou sobre qual dos políticos apoiaria. Em 1926, Machado fundou a Associação Comercial, sendo seu primeiro presidente, pois tinha um pequeno curtume. Em 1931 foi um dos fundadores da Associação Rural, Rotary Club. Participou da oposição ao interventor Mena Gonçalves. Participou da comissão que foi ao Catete pedir a deposição de Mena Gonçalves. Na Revolução de 1932, Machado não teve posto, apenas colaborou. Concorreu à Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido Constitucionalista, mas, antes foi cassado. Em 20 de janeiro de 1937 foi eleito prefeito de Campo Grande, Arlindo Gomes e Demosthenes Martins foram seus secretários. Com o golpe, cogitaram renunciar, mas permaneceram. Reconstruiu estrada para Rochedo. Criou Colônia Agrícola de Bandeirantes. Organizou serviço de estatística. Quando Getúlio veio a Campo Grande renunciou para não o receber, mas declarou apoio a Júlio Müller. Em 1945, filiou-se a UDN. Fontes: Lins (2012), Ribeiro (s/d), Neves (2001a).

79. Demóstenes Martins (1894-1995)

* Ver. de Maracaju 1937. Pref. de Campo Grande 1941; 1942-45. Ver. de Campo Grande 1947-50. Secretário de Agricultura e Interior 1950-56 e 1960-66.

Nasceu em Goiana- PE. Na juventude migrou para Belém, onde conheceu o marechal Rondon em 1913 e conseguiu emprego como estagiário na Comissão Rondon Mato Grosso. Trabalhou em Nioaque e Aquidauana. Nesta cidade, se vinculou ao coronel José Alves Ribeiro, oposicionista alinhado a Pedro Celestino. Com ajuda dos celestinistas, conseguiu em Cuiabá o título para atuar como advogado provisionado em 1919. Foi advogado do município e promotor de Aquidauana. Em 1921, foi nomeado pela Câmara municipal prefeito de Nioaque. Casou-se com a professora primária Corila Lesonier, filha de gaúchos. Em 1923, o governador Pedro Celestino o convidou para ser intendente de Bela Vista. Em 1924, o governador o nomeou coletor de rendas estadual. Na rebelião tenentista deste ano, em Bela Vista organizou-se o Regimento Oscar de Souza, Demosthenes participou da luta contra as forças de Klinger. O governador Mário Corrêa tentou cooptá-lo com cargo, mas Martins permaneceu fiel a Pedro Celestino. Apoiou a Aliança Liberal em 1930 e mantinha contato com Flores da Cunha sobre a revolução. Uniu-se aos sulistas que estavam dispostos à luta armada para tirar o interventor Mena Gonçalves. Conversaram com interventor João Alberto para retirá-lo. A insatisfação do Sul com governo provisório os levou a apoiar São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932, na qual Martins participou. Em 1937, eleito vereador e presidente da Câmara municipal de Maracajú. No mesmo ano, Eduardo Olímpio Machado venceu eleição em Campo Grande e o convidou para ser secretário da prefeitura. Em 1938, assumiu o jornal O Progressista e sofreu censura, enfrentando processo no tribunal de segurança nacional. Vespasiano, prefeito indicado, renunciou e indicou Martins para a prefeitura de Campo Grande em 1941. Na prefeitura tratou de resolver problema de abastecimento de água do município, mas segundo Martins, sem apoio de Júlio e Filinto Müller, tratou diretamente com Vargas. Em 1945, participou da fundação da UDN, juntamente com Vespasiano, Eduardo Olímpio Machado, Fernando Corrêa, Arlindo Gomes, Nicolau Fragelli, João Villasbôas, José Alves Ribeiro. Foi eleito vereador de Campo Grande em 1947-50. Participou como secretário dos dois governos de Fernando Corrêa da Costa. Fontes: Martins (s/d), <https://www.camara.ms.gov.br/historia>; <http://www.academiadeletrasmt.com.br/> cadeiras/cadeira-28/156-demosthenes-martins; Acesso 20/06/20189

80. Joaquim Teodoro de Faria

* Prefeito de Campo Grande (11/05/1945-06/06/1947). Vereador de Campo Grande 1947-50

Nascido em Campo Grande. Engenheiro civil. Demarcador de terras. Trabalhou com Arnaldo Estevão de Figueiredo. Presidente do diretório do PSD em 1945. Realizou várias obras na cidade, como o Cine Alhambra entregue em 1937. Construiu o edifício José Abrão.

Fontes: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/artigos/av-afonso-pena/>; Acesso: 12/06/2018; <https://www.correiadoestado.com.br/noticias/prefeitura-tomba-edificio-jose-abrao-em-campo-grande/147603/>; Acesso: 12/06/2018; <https://www.camara.ms.gov.br/historia>; Acesso 20/06/2018; Ribeiro (s/d).

Carlos Hugueney Filho (1902-1974)

*prefeito de Campo Grande (06/06/1947-01/12/1947).

Nasceu em Rosário Oeste- MT. Filho do coronel Carlos Hugueney e Lydia Pinheiro de Almeida. Neto de Carlos Teodoro José Hugueney, cientista belga que veio para Cuiabá, por ordem do imperador D. Pedro II, para dirigir uma fábrica de pólvora instalada no Coxipó do Ouro para abastecer o Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai. Também Descendente de Antônio José Pinto de Figueiredo, um dos primeiros colonizadores de Mato Grosso. Casado com Amélia Hugueney, do Rio de Janeiro. Advogado, que exerceu intensa atividade em Campo Grande. Pertenceu ao Rádio Club, foi presidente da instituição, às vezes concorrendo com Vespasiano. Em 1945, participou da criação do PSD em na cidade. Foi delegado de polícia e prefeito de Campo Grande. Primo de Arnaldo Estevão de Figueiredo. Foi nomeado procurador-geral pelo governador Fragelli. Fontes: RIBEIRO, Lélia (s/d);

<https://www.campograndenews.com.br/artigos/personagens-emblematicas-por-heitor-freire> Acesso em 29/06/2018